UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA
TESE DE DOUTORAMENTO

**O USO DO TERRITÓRIO PELOS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO
DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE NORTE**

(Versão corrigida)

Matheus Augusto Avelino Tavares
Orientadora: María Mónica Arroyo

SÃO PAULO
MARÇO DE 2017

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

**O USO DO TERRITÓRIO PELOS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO
DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE NORTE**

Tese apresentada como requisito para
obtenção do título de doutor no Programa
de Pós-Graduação em Geografia Humana
da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Professora Doutora. María
Mónica Arroyo

SÃO PAULO
MARÇO DE 2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T231 Tavares, Matheus
 O uso do território pelos circuitos espaciais de
 produção da indústria no Rio Grande Norte / Matheus
 Tavares ; orientadora Mônica Arroyo. - São Paulo,
 2017.
 460 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Circuitos espaciais de produção. 2. Indústria .
 3. Rio Grande do Norte. 4. Território. I. Arroyo,
 Mônica, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos sempre são complicados porque podemos esquecer pessoas importantes ou que de alguma forma fizeram parte desta verdadeira jornada, que é a construção de uma tese de doutorado. Por isso, desde já me desculpo pelas possíveis ausências ou esquecimentos que possam vir a ocorrer nessas minhas breves palavras de gratidão.

Quero agradecer especialmente a minha orientadora Monica Arroyo, pela relevante orientação científica, pelas críticas, sugestões e toda a pertinência de suas recomendações. Por sempre poder contar com a sua atenção, disponibilidade, apoio e confiança em todos os momentos de minha trajetória;

Agradeço ao professor Aldo Dantas não apenas pelo incentivo para o ingresso no Doutorado na USP, mas também pela valorosa contribuição científica que vem sendo basilar no caminho teórico que venho percorrendo;

A todos os meus familiares que de uma forma ou de outra muito contribuíram nessa minha trajetória. Em especial, aos meus pais (Terezinha e Arimateia) e as minhas irmãs (Hamanda e Rosa) pelo carinho e confiança. E principalmente a minha companheira, Edseisy, que desde a graduação compartilha com as frustrações e conquistas dessa minha trajetória geográfica, mesmo nos momentos em que estive distante;

Aos professores Fábio Contel, Ricardo Mendes e a professora Maria Adélia, pelas preciosas contribuições teóricas ao longo dos inúmeros cursos que pude participar;

Aos professores Jorge Gaspar e Mário Vale da Universidade de Lisboa, pelo carinho e atenção com que me acolheram no IGOT;

A todos os colegas do Laboplan, pelo convívio acadêmico e receptividade durante a minha estada na USP, que nos rendeu profícuas discussões e troca de experiências. Ao amigo Daniel Huertas não apenas pelas horas e horas de diálogos e debates acalorados, mas também pelo acolhimento na “metrópole horrenda” paulistana;

A CAPES pela bolsa que me foi concedida, auxílio fundamental para o custeio das pesquisas de campo que aconteceram durante todo o período do Doutorado em todas as regiões do estado;

E a todas as instituições, órgãos e em empresas que gentilmente me cederam dados e informações essenciais a realização da pesquisa e compreensão das diferentes feições territoriais do estado do Rio Grande do Norte ao longo dos diversos períodos.

RESUMO

Ao longo de sua obra, Milton Santos (1978a, 1979b, 1996) evidencia como o processo de estruturação e reestruturação dos espaços, é marcado por formas de apropriação e usos do território distintas e condizentes não apenas com as variáveis dominantes de um dado período histórico, mas também com as especificidades da expansão do capitalismo em uma formação socioespacial. Nesse sentido, a presente tese busca analisar os usos e a constituição do território do Rio Grande do Norte a partir dos circuitos de produção da indústria desde os primórdios de sua expansão até o período da globalização. Para tanto, realizamos uma pesquisa a partir de fontes secundárias e primárias, na qual obtivemos informações e dados em instituições públicas e privadas e por meio de entrevistas com os agentes envolvidos na problemática arrolada. As conclusões a que chegamos nos permite defender que a dinâmica dos usos do território no Rio Grande do Norte pelos circuitos de produção da indústria, engendrou três feições territoriais distintas e marcadas por um modo de funcionamento específico, expresso na existência de divisões territoriais do trabalho, na quais se combinam técnicas, normas e capitais. No primeiro período, o Rio Grande do Norte se constitui enquanto um espaço derivado, obediente a ordens e comandos da economia européia, situação esta que predomina até meados dos anos 1960; num segundo período, após um processo de rupturas e reestruturações, o Rio Grande do Norte passa a ser dominado por um acontecer hierárquico estatal que elevou a industrialização brasileira a condição de variável central para a dinâmica dos territórios; por fim, se delineia um terceiro período a partir do avanço da globalização, no qual os usos do território potiguar vem paulatinamente incorporando os sistemas técnicos, normativos e organizacionais impostos pelos agentes e instituições da economia global.

Palavras-chave: Feição territorial, circuitos espaciais de produção, indústria e Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

Throughout his work, Milton Santos, (1978a, 1978b, 1996) shows how the process of structuring and restructuring of spaces, is marked by forms of ownership and different land uses and consistent not only with the dominant variables of a given historical period but as well as to the specifics of capitalist expansion in a socio-spatial formation. In this way, the present thesis has as its goal analyze the uses and the Rio Grande do Norte territory's constitution starting by the industrial production circuits since the beginning of its expansion to the period of globalization. Thus, we have conducted a research from a secondary and primary sources, which we have got informations and datas in public and private institutions and also interviews with those involved agents in the studied problem. The conclusions we have achieved allow us to argue that the dynamics of the territory uses in Rio Grande do Norte by production industry circuits, produced three distinct territorial features marked by a specific way of production, expressed in the existence of territorial divisions of labor, in which combine techniques, standards and money. In the first period, Rio Grande do Norte is constituted as a derivative space, obedient to orders and commands of the European economy, a situation that prevails until the mid-1960s; a second period, after a process of disruption and restructuring, Rio Grande do Norte is now dominated by a hierarchical state that raised the Brazilian industrialization the central variable condition to the dynamics of the territories; Finally, is developing a third period from the advance of globalization, in which the Potiguar territory uses is gradually incorporating the technical systems, regulatory and organizational imposed by the agents and institutions of the global economy.

Keywords: Territorial feature; Production spatial circuits; Industry and Rio Grande do Norte.

RESUMEN

A lo largo de su obra, Milton Santos (1978a, 1979b, 1996) muestra cómo el proceso de estructuración y reestructuración de espacios, está marcada por las formas de propiedad y diferentes usos del suelo y coherente no sólo con las variables dominantes de un período histórico dado sino también a los aspectos específicos de la expansión capitalista en una formación socio-espacial. En este sentido, esta tesis pretende analizar los usos y la creación del territorio de Río Grande del Norte desde los circuitos de producción industrial desde el comienzo de su expansión al período de la globalización. Por lo tanto, hemos realizado una encuesta a partir de fuentes primarias y secundarias, que se obtuvo información y datos en las instituciones públicas y privadas ya través de entrevistas con los actores involucrados en el problema. Las conclusiones a que hemos llegado nos permite argumentar que la dinámica del territorio en Rio Grande do Norte por los circuitos de producción de la industria, engendró tres características territoriales distintas y marcadas por un modo específico de operación, expresada en la existencia de divisiones territoriales de la mano de obra, en el que se combinan técnicas, normas y capital. En el primer período, Rio Grande do Norte se constituye como un espacio derivado, obediente a las órdenes y comandos de la economía europea, una situación que prevalece hasta el medio de la década de 1960; un segundo período, después de un proceso de interrupción y la reestructuración, Rio Grande do Norte está ahora dominada por un estado jerárquico que planteó la industrialización brasileña la condición variable central de la dinámica de los territorios; por último, se esboza un tercer período comprendido entre el avance de la globalización, en el que el territorio potiguar utiliza está incorporando gradualmente los sistemas técnicos, normativos y organizativos impuestas por los agentes e instituciones de la economía mundial.

Palabras-clave: Característica territorial, circuitos espaciales de la producción, la industria y Rio Grande do Norte.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios produtores de açúcar do Rio Grande do Norte entre 1910-1912.....	34
Mapa 2: Municípios beneficiadores de algodão (locomoveis), com destaque para a região Seridó.....	42
Mapa 3: Municípios beneficiadores de algodão (bolandeiras), com destaque para a região Seridó.....	43
Mapa 4: Estados beneficiadores de algodão em 1916.....	44
Mapa 5: Distribuição geográfica das salinas em 1924.....	48
Mapa 6: Caminhos do Rio Grande do Norte em 1880.....	69
Mapa 7: Estradas de ferro no Rio Grande do Norte em 1880-1915.....	72
Mapa 8: Rodovias do Rio Grande do Norte em 1880-1915.....	75
Mapa 9: Principais cidades e portos na rota dos fluxos de exportação do Rio Grande do Norte em 1880-1915.....	81
Mapa 10: Estabelecimentos de beneficiamento de algodão.....	99
Mapa 11: Estabelecimentos de beneficiamento de Sisal.....	109
Mapa 12: Indústria de transformação da mandioca.....	113
Mapa 13: Municípios produtores de derivados de açúcar em 1950.....	114
Mapa 14: Indústria de laticínios do Rio Grande do Norte em 1940.....	115
Mapa 15: Fluxos de Capitais para o Nordeste até 1989	148
Mapa 16: Fluxos de equipamentos da indústria têxtil para o Nordeste até 1989.....	154
Mapa 17: Fluxos de equipamentos da indústria confecções para o Nordeste até 1989.....	155
Mapa 18: Fluxos de equipamentos de todas as indústrias para o Nordeste até 1989.....	156
Mapa 19: Projetos aprovados pela SUDENE no Rio Grade do Norte até 1989.....	210

Mapa 20: Produtores de queijo e requeijão no Rio Grande do Norte em 1985.....	216
Mapa 21: Produtores de rapadura no Rio Grande do Norte em 1985.....	219
Mapa 22: Produtores de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte em 1985.....	222
Mapa 23: Distribuição espacial do PROADI nas regiões do Rio Grande do Norte 2016.....	255
Mapa 24: Distribuição espacial dos beneficiados pelo PROGÁS no Rio Grande do Norte 2015.....	256
Mapa 25: Destino das exportações do Rio Grande do Norte por país em US\$ (1997-2016).....	266
Mapa 26: Principais municípios exportadores do Rio Grande do Norte – 2015.....	287
Mapa 27: Cobertura de telefonia e internet móvel no Rio Grande do Norte em 2015.....	293
Mapa 28: Localização dos estabelecimentos que demandaram e receberam produtos da RMNOR no Brasil em 2016.....	324
Mapa 29: Distribuição espacial das facções de costura no Rio Grande do Norte – 2016.....	328
Mapa 30: Topologia da indústria de mineração do Rio Grande do Norte – 2015.....	351
Mapa 31: Produção e produtores de camarão do Rio Grande do Norte - 2014.....	357
Mapa 32: Unidades de beneficiamento de camarão do Rio Grande do Norte – 2015.....	357
Mapa 33: Distribuição espacial da indústria de laticínios no Rio Grande do Norte – 2016.....	365
Mapa 34: Distribuição espacial das indústrias de água mineral no Rio Grande do Norte – 2016.....	383
Mapa 35: Municípios produtores de petróleo e sal no Rio Grande do Norte – 2016.....	385
Mapa 36: Produção de cana de açúcar no Rio Grande do Norte - 2015.....	410

Mapa 37: Distribuição espacial das indústrias de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte em 2016.....	416
Mapa 38: Distribuição espacial das indústrias de pano de prato no Rio Grande do Norte em 2016.....	421
Mapa 39: Distribuição espacial das indústrias de bonés no Rio Grande do Norte em 2016.....	425
Mapa 40: Distribuição espacial dos estabelecimentos produtores de insumos para bonés no Rio Grande do Norte em 2016.....	430

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações de açúcar pelo Rio Grande do Norte (1889-1929).....	35
Gráfico 2: Exportações de cera de carnaúba pelo Rio Grande do Norte (1855-1859).....	49
Gráfico 3: Exportações de cera de carnaúba pelo Rio Grande do Norte (1822-1929)	50
Gráfico 4: Fluxos de mercadorias (em toneladas) e passageiros pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (1908-1922).....	73
Gráfico 5: Valor unitário do açúcar no mercado mundial entre 1889-1929.....	78
Gráfico 6: Destino do algodão do Rio Grande do Norte por portos em toneladas (1901-1920).....	86
Gráfico 7: Produção de sal pelo Rio Grande do Norte (1932-1958).....	87
Gráfico 8: Fluxos de mercadorias por modais de transportes no Brasil (em porcentagem).....	89
Gráfico 9: Produção de açúcar no Rio Grande do Norte (1939-1969).....	94
Gráfico 10: Produção de pluma de algodão pelo Rio Grande do Norte (1932-1956).....	101
Gráfico 11: Produção de óleo de caroço de algodão no Rio Grande do Norte (1942-1968).....	101

Gráfico 12: Produção de scheelita pelo Rio Grande do Norte (1949-1964).....	105
Gráfico 13: Produção de sisal pelo Rio Grande do Norte (1946-1969).....	107
Gráfico 14: Produção de derivados de leite em toneladas no Rio Grande do Norte (1940-1959).....	117
Gráfico 15: Produção de cera de carnaúba do Rio Grande do Norte (1940-1985).....	126
Gráfico 16: Produção de algodão em pluma do Brasil 1970-1990 (em mil toneladas).....	129
Gráfico 17: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte (PIB)	146
Gráfico 18: Evolução do produto industrial do Rio Grande do Norte (1970-1985).....	146
Gráfico 19: Produção de cimento do Rio Grande do Norte (1976 -1989).....	177
Gráfico 20: Produção de calcário no Rio Grande do Norte 1976-1986.....	178
Gráfico 21: Consumo de sal do Brasil por setores (1970-1984).....	185
Gráfico 22: Produção de sal no Brasil em 1984.....	188
Gráfico 23: Produção de petróleo do Rio Grande do Norte (1976-1990).....	194
Gráfico 24: Produção de gás natural do Rio Grande do Norte (1976-1990).....	194
Gráfico 25: Produção de açúcar no Rio Grande do Norte (1969/70 - 1988/89).....	201
Gráfico 26: Produção de álcool pelo Rio Grande do Norte (1978/79 - 1988/89).....	202
Gráfico 27: Cana de açúcar moída no Rio Grande do Norte	203
Gráfico 28: Area colhida de cana de açúcar no Rio Grande do Norte toneladas).....	204
Gráfico 29: Projetos aprovados pela SUDENE para o Rio Grande do Norte.....	207
Gráfico 30: Distribuição do Valor da Produção industrial no Rio Grande do Norte em 1959.....	209

Gráfico 31: Produção de queijo e manteiga no Rio Grande do Norte (1975-1985).....	217
Gráfico 32: Produção de rapadura do Rio Grande do Norte (1975-1985).....	220
Gráfico 33: Produção de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte (1975-1980).....	224
Gráfico 34: Gás natural incentivado pelo governo do Rio Grande do Norte (2002-2013).....	249
Gráfico 35: Segmentos industriais beneficiados pelo PROADI -RN (1985-2000).....	251
Gráfico 36: Segmentos beneficiados pelo PROADI - RN (2001 - 2015).....	253
Gráfico 37: Exportações brasileiras (1980-2014)	258
Gráfico 38: Exportações do Rio Grande do Norte (1985 - 1999).....	262
Gráfico 39: Exportações do Rio Grande do Norte (2000 - 2015).....	234
Gráfico 40: Valor da produção na indústria têxtil, confecções e vestuário no Rio Grande do Norte (1996-2014).....	319
Gráfico 41: Pessoal ocupado na indústria têxtil, confecções e vestuário no Rio Grande do Norte (1996-2014).....	319
Gráfico 42: Cana de açúcar moída no Rio Grande (1987-2016).....	334
Gráfico 43: Produção sucroalcooleira no Rio Grande do Norte (1987-2000).....	335
Gráfico 44: Produção sucroalcooleira no Rio Grande do Norte (2001-2016).....	338
Gráfico 45: Exportações de açúcar e álcool pelo Rio Grande do Norte (1997-2015).....	340
Gráfico 46: Produção de cimento do Rio Grande do Norte (1988 - 2014).....	347
Gráfico 47: Produção de scheelita do Rio Grande do Norte (2001-2014).....	349
Gráfico 48: Importações de trigo pelo Rio Grande do Norte (2000-2015).....	367
Gráfico 49: Importações de farinha de trigo pelo Rio Grande do Norte (1997-2015).....	367
Gráfico 50: Produção de água mineral pelo Rio Grande do Norte (1998-	

2012).....	381
Gráfico 51: Produção de Sal Marinho em toneladas - Brasil e Rio Grande do Norte (1988-2014).....	388
Gráfico 52: Produção de petróleo no Rio Grande do Norte (1991-2013).....	397
Gráfico 53: Produção de gás natural no Rio Grande do Norte (1991-2013).....	397
Gráfico 54: Royalties pagos pela Petrobras a municípios do Rio Grande do Norte (2004-2013).....	399
Gráfico 55: Produção da indústria artesanal de laticínios do Rio Grande do Norte em 2015.....	407
Gráfico 56: Estabelecimentos e produção de rapadura no Rio Grande do Norte.....	411

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte em 1920.....	55
Tabela 2: Exportações do Rio Grande do Norte pela Estrada de Ferro Natal/Nova Cruz.....	71
Tabela 3: Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte (Em Mil Cruzeiros).....	145
Tabela 4: Expansão das rodovias no Rio Grande do Norte entre 1960 - 1990 a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1960-1989).....	161
Tabela 5: Empresas do circuito têxtil e de confecções que foram beneficiadas pela SUDENE.....	173
Tabela 6: Exportações do Rio Grande do Norte em 1989.....	267
Tabela 7: Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 1990 - 2000 (em US\$).....	269
Tabela 8: Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 2002 - 2014 (em US\$).....	270
Tabela 9: Empresas exportadoras do Rio Grande do Norte por faixa de valor exportado.....	284
Tabela 10: Principais PIBs do Rio Grande do Norte (1999-2013).....	387

Tabela 11: Principais produtores de sal no Rio Grande do Norte (2015).....	389
Tabela 12: Produção de derivados de petróleo do Rio Grande do Norte em (m³).....	396

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da rede de produção de confecções constituída a partir do Rio Grande do Norte.....	329
--	-----

LISTA DE SIGLAS

Ademos Ferreira da Silva - Indústria, Comércio e Exportação (AFICEL)

Agência Nacional do Petróleo (ANP)

Associação Seridoense de Confecções (ASCONF)

Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (ASITEX)

Associação Seridoense dos Fabricantes de Bonés (ASFAB)

Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool (AIAA)

Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC)

Associação of Foods Industries (AFI)

Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC)

Álcalis do Rio Grande do Norte (ALCANORTE)

Banco do Nordeste (BNB)

Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN)

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)

Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES)

Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS)

Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)

Companhia de Navegação Santos (NASA)

Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte (COSERN)

Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF)

Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte S.A (TELERN)
Companhia Industrial de Fibras S/A (CISAF)
Companhia de Fomento do Rio Grande do Norte (COFERN)
Companhia de Desenvolvimento Mineral (CDM)
Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE)
Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV)
Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte (CONFERN)
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
Companhia de Bebidas da América (AMBEV)
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL)
Cooperativa dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool (COOPERSUCAR)
Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX)
Cervejaria Nordestina (CERNA)
Centro Industrial Avançado de Macaíba (CIA)
Cal Norte Nordeste (CNN)
Cadastro Geral de Empregados e desempregados (CAGED)
Cooperativa dos Beneficiários Artesanais de Castanha de Caju (COOPERCAJU)
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Discagem Direta e Distância (DDD)
Discagem Direta Internacional (DDI)
Distrito Industrial Avançado (CIA)
Distrito Industrial de Natal (DIN de Natal)
Distrito Industrial de Macaíba (DIN em Macaíba)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN)
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)
Estação de Compressores de Ubarana (ECUB)
Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN)
Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP)
Fundo Constitucional do Nordeste (FNE)
Fundo de apoio à Indústria Têxtil (FUNTEXTIL)
Fundo de Apoio à Produção Mineral (FUNDEMINAS)
Fundo de Apoio à Indústria do Sal (FUNPERSAL)

Fundo do Desenvolvimento Comercial e Industrial (FDCI)
Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI)
Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE)
Fundo para Financiamento do Nordeste (FINOR)
Fundo Monetário Internacional (FMI)
Gás de cozinha (GLP)
Grande Moinho Potiguar (GMP)
General Agreement Tariffs and Trade (GATT)
Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)
Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)
Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN)
Instituto Brasileiro do Café (IBC)
Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM)
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS)
Junta Comercial do Rio Grande do Norte (JUCERN)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).
Mossoró Agro-industrial S.A. (MAISA)
New York International Spirits Competition (NYISC)
Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
Organização Mundial do Comércio (OMC)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS)
Politereftalato de Etileno (PET)
Produto interno bruto (PIB)
Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL)
Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)
Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)
Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN)

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural (PROGÁS)
Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)
Portos de Uso Privativo (TUPs)
Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)
Programa de Desenvolvimento Econômico do Município (PRODEM)
Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda (PROGER)
Querosene de aviação (QAV)
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)
Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)
Sociedade Salineira do Nordeste (SOSAL)
Siderúrgica do Nordeste (SIDERUSA)
Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (SEDEC)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SEDEC)
Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)
Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS)
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Serviço de Inspeção Federal (SIF)
Serviço de Inspeção Estadual (SIE)
Superintendência Federal de Agricultura do Rio Grande do Norte (SFA-RN)
Sindicato da Indústria de Sal (SIESAL)
Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo (SIFAESP)
Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRÁS)
Terminal Salineiro de Areia Branca S/A (TERSAL)
Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S.A (TERMISA)
União das Empresas Brasileiras (UEB)
União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Universidade Potiguar (UNP)

Usina Brasileira de Óleo e castanha (USIBRAS)

Valor de Transformação Industrial (VTI)

Valor da Produção (VP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
PRIMEIRA PARTE: OS ESPAÇOS DERIVADOS E A GÊNESE DOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	29
1 CAPÍTULO 1: ESPAÇOS PRODUTIVOS E O MEIO TÉCNICO NO RIO GRANDE DO NORTE: INSTÂNCIAS DA PRODUÇÃO E TOPOLOGIA ESPACIAL.....	32
1.1 Os primórdios da constituição do espaço derivado norte-rio-grandense a partir do circuito açucareiro.....	32
1.2 Apropriação e uso do território nos espaços interioranos do Rio Grande do Norte.....	38
1.3 As novas demandas e o advento dos circuitos salineiro e da cera de carnaúba.....	45
1.4 Solidariedade orgânica e a emergência dos circuitos elementares.....	51
2 CAPÍTULO 2: CIRCULAÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO EM TEMPOS DE MEIO TÉCNICO.....	60
2.1 Os círculos de cooperação e os conteúdos normativos dos circuitos produtivos.....	60
2.2 Circulação e território extravertido no Rio Grande do Norte.....	67
2.3 Espaço e dominação: a escala de comando e de realização dos circuitos produtivos.....	76
3 CAPÍTULO 3: REORIENTAÇÕES DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E OS NOVOS CONTEÚDOS DO MEIO TÉCNICO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	83
3.1 A integração do Rio Grande do Norte ao território nacional sob a égide da burguesia do centro-sul.....	84
3.2 A reconfiguração territorial dos circuitos produtivos e a emergência de novos espaços derivados.....	91
3.2.1 A reorientação do circuito açucareiro e do têxtil-algodoeiro.....	91
3.2.2 A configuração de novos espaços derivados a partir do advento do circuito da Scheelita e do Sisal.....	102

3.2.3	As novas demandas dos circuitos elementares e sua expansão.....	110
	SEGUNDA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO SOB A ÉGIDE DE UM ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL.....	120
4	CAPÍTULO 4: A NOVA ECONOMIA POLITICA DO USO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	123
4.1	Modernização técnico-científica e a fuga de capitais: o retraimento dos circuitos espaciais produtivos extravertidos.....	123
4.2	A inserção do Rio Grande do Norte na nova divisão territorial do trabalho da formação socioespacial brasileira.....	132
4.3	Os círculos de cooperação no espaço e a consolidação da divisão regional do trabalho no Brasil: o “vai e vem” de capitais, técnicas e informações em tempos de SUDENE.....	137
4.4	O uso monopolístico do território e a escala de comando dos novos circuitos produtivos do Rio Grande do Norte.....	143
4.5	A (re)organização da estrutura territorial do Rio Grande do Norte a partir dos sistemas de engenharia de transportes, energia e comunicação.....	157
5	CAPÍTULO 5: O ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL E A PRODUÇÃO DE UMA NOVA DINÂMICA TERRITORIAL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	167
5.1	Especialização produtiva e indústria têxtil e de confecções na região da Grande Natal.....	167
5.2	A configuração territorial da indústria extrativa potiguar: modernização e surgimento de um novo circuito produtivo.....	175
5.2.1	O novo arranjo do circuito produtivo da scheelita.....	179
5.2.2	Novas demandas e modernização do circuito salineiro.....	184
5.2.3	A nova geografia do petróleo e a emergência de um novo circuito produtivo no território potiguar.....	189
5.3	A reorganização e modernização do circuito canavieiro a partir do sistema normativo PROÁLCOOL.....	197
6	CAPÍTULO 6: O ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL E A PRODUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE NO RIO GRANDE DO NORTE.....	205
6.1	Seletividade espacial e concentração produtiva no Rio Grande do	

	Norte.....	205
6.2	Circuitos elementares e a letargia do território potiguar.....	213
	TERCEIRA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR NA DINÂMICA DESIGUAL DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	226
7	CAPÍTULO 7: A NOVA RACIONALIDADE NORMATIVA E DOS FLUXOS PRODUTIVOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR.....	230
7.1	Reorganização normativa e o declínio da SUDENE: a fuga de capitais incentivados no Rio Grande do Norte.....	231
7.2	O território potiguar na ciranda da "guerra dos lugares": o PROADI enquanto norma de promoção territorial.....	240
7.3	A inserção do Rio Grande do Norte na geografia da globalização a partir dos circuitos produtivos tipo exportação.....	257
7.4	Renovação e expansão da infraestrutura material do território potiguar.....	288
8	CAPÍTULO 8: A NOVA GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO.....	294
8.1	A expansão dos distritos industriais no território potiguar: uma modernização com formas pretéritas.....	295
8.2	A hibridação dos circuitos têxteis e confecções: das grandes produções à rede de subcontratação.....	313
8.3	Tendências recentes do circuito produtivo sucro-alcooleiro no litoral oriental do estado: monopolização e globalização.....	331
8.4	Expansão e modernização da indústria da mineração potiguar: da extração à produção industrial.....	341
8.5	Modernização técnico-científica e a expansão da indústria alimentar e de bebidas no território norte-rio-grandense.....	351
8.6	Especialização produtiva e o complexo salineiro-petrolífero.....	383
9	CAPÍTULO 9: NEM SÓ DE VERTICALIDADES VIVE O TERRITÓRIO: O PAPEL DA INDÚSTRIA REGIONAL NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO POTIGUAR.....	404
9.1	Acontecer homólogo e a consolidação da indústria alimentar.....	406
9.2	Dinâmica regional e especialização produtiva: a outra face da	

indústria têxtil e de confecção.....	418
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	432
REFERÊNCIAS.....	440

INTRODUÇÃO

Na verdade, não há uma só modernidade; existem modernidades em sucessão, que formam e desmancham períodos (SANTOS, 1994b, p. 71).

Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço (SMITH, 1988, p. 22).

INTRODUÇÃO

A compreensão do espaço geográfico enquanto uma "acumulação desigual de tempos", como nos diz Milton Santos (1978a, p. 209), evidencia não apenas uma sobreposição de temporalidades pertencentes a distintos sistemas sociais, mas também a existência de uma sucessão de divisões territoriais do trabalho que cristalizadas num dado subespaço demonstram o modo de funcionamento do território em períodos pretéritos. Mais do que isso, esse "tempo espacial" de que também nos fala Santos (1978a) fornece os elementos para a reconstituição de uma feição territorial dominante em um dado período histórico.

Como afirma Silveira (2008), todo período histórico produz sua própria feição territorial, expressa "pela existência de uma base técnica e de uma organização da vida política, econômica e social". Sob a égide do modo de produção capitalista o território é permanentemente estruturado e reestruturado de acordo com as intencionalidades de uma divisão territorial do trabalho hegemônica, que conforme pontua Santos (1979b, p. 40), sempre busca estabelecer uma nova geografia, "seja pela criação de novas formas para atender a novas funções", ou ainda "pela alteração funcional das formas já existentes".

As reflexões de Soja (2008) apontam numa perspectiva semelhante, uma vez que o autor defende que a dinâmica do capitalismo sempre produz momentos de expansão econômica com o surgimento de atividades de produção e o estabelecimento de novas divisões sociais e territoriais do trabalho, seguidos por outros de crises, nos quais emergem "processos de reestruturações" do espaço, que em última instância, buscam restabelecer as condições necessárias para uma nova expansão econômica.

Nesses processos de estruturação e reestruturação dos territórios os circuitos espaciais de produção adquirem centralidade não somente porque evidenciam a indissociabilidade geográfica entre as diferentes etapas ou fases do processo produtivo (MARX, 1983; SANTOS, 1985a)¹, mas também porque a cada momento do modo de

¹De acordo com Moraes (1987), as reflexões em torno dos circuitos espaciais produtivos remontam as análises de Marx em sua "Introdução à Crítica da Economia Política". Na contemporaneidade a retomada dessa temática com sua inserção na ciência geográfica pode ser tributada aos estudos efetuados por Sonia Barrios e Alejandro Rofmann com a colaboração de Milton Santos no âmbito do projeto "MORVEN: Metodologia para o Diagnóstico Regional" realizado pelo Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES) da Universidade Central da Venezuela nos anos 1970 (SANTOS, 1986; MORAES, 1987). Fundamentados em Milton Santos (1985a, 1986), argumentamos que circuitos espaciais de produção

produção capitalista participam de modo diferente e desigual na composição dos usos territórios ou no estabelecimento de uma feição territorial. Assim, um dado subespaço pode em um momento fazer parte de uma das etapas de um circuito espacial de produção, mas em outro momento quando novas variáveis emergem como determinantes, esse mesmo subespaço pode se inserir de maneira diferente ou mesmo deixar de participar dessa dinâmica, já que ele não mais apresenta os requisitos exigidos pelos agentes hegemônicos.

A dinâmica dos usos do território apresenta, então, uma forma específica de funcionamento em cada um dos períodos históricos, ou uma feição territorial específica, que guarda íntima relação com um conjunto de intencionalidades, consubstanciadas em sistemas normativos, sistemas técnicos e em uma gama de divisões territoriais do trabalho que não apenas se sobrepõem uma às outras, mas coexistem sob o comando daquela considerada hegemônica.

Essa coexistência de sistemas técnicos, normativos ou mesmo de divisões territoriais do trabalho pertencentes a períodos diferentes nos revela não apenas a simultaneidade dos processos e fenômenos socioeconômicos e territoriais que ocorrem em diversas escalas geográficas (SANTOS, 1994b; 1996), mas também o fato de que uma forma hegemônica de uso do território não pode ignorar todo o conjunto de materialidades já encravadas na estrutura espacial.

A trama de relações socioespaciais e de temporalidades que constituem a dinâmica dos usos do território num dado período também é marcada pela dialética socioespacial entre um acontecer externo e um acontecer mais interno ao território nacional. Esse movimento foi captado por Milton Santos (1978b; 1996), sob diferentes perspectivas, mas sempre no sentido de que as dinâmicas territoriais podem em dado momento serem mais comandadas por eventos e ações externos a um país que estabelecem uma divisão territorial do trabalho capaz de distribuir os processos de produção, bem como organizar a estrutura do território de acordo com demandas externas, para em outros momentos, essa mesma dinâmica do território, assumir uma forma mais endógena porque operada segundo os anseios específicos de uma nação em seu processo de formação.

Essa linha de raciocínio teórico conceitual conduz a reconhecer na formação socioespacial brasileira e mais, particularmente, no território do Rio Grande do Norte, a

dizem respeito aos fluxos materiais que cruzam o espaço geográfico, conectando as diferentes instâncias do processo produtivo (produção, distribuição e consumo) dispersas em diferentes territórios.

existência de sucessivas divisões territoriais do trabalho que a cada período constituiu uma feição territorial dominante, na qual participam diferentes circuitos espaciais de produção com suas respectivas intencionalidades e densidades de técnicas, capitais e normas.

Nessa perspectiva, formulamos uma tese – ou questão central a ser defendida – que pode ser vislumbrada pela existência de três feições territoriais específicas, erigidas a partir de uma divisão territorial do trabalho dominante que determina o modo de funcionamento dos circuitos espaciais de produção industriais, seja no que diz respeito às instâncias do processo produtivo ou ainda no que concerne aos círculos de cooperação.

A construção teórico conceitual para o desvendamento das sucessivas feições territoriais que marcaram a geografia do Rio Grande do Norte exigiu a realização de uma periodização, enquanto um exercício de método fundamental (SANTOS, 1978a, 1985a, 1988), e como elemento basilar na estruturação da tese, pois articula e dá significado a eventos e processos sociais que, considerados fora de um recorte espaço-temporal, não ganhariam relevo ou se quer fariam sentido.

A consideração da periodização enquanto recurso essencial para compreensão dos processos geográficos já fora demonstrada por Demangeon (1982, p 33-34), que ao teorizar sobre a Geografia Humana demonstrava a importância de não nos atermos somente ao estado atual das coisas, sendo, portanto, necessário "encarar a evolução dos fatos, remontar ao passado, isto é, recorrer à História", pois, "muitos fatos que, considerados em função das condições presentes, nos aparecem como fortuitos se explicam desde que se os considere em função do passado".

Dito com outros termos, uma periodização evidencia não apenas a estrutura territorial dominante de uma sociedade, mas também permite demonstrar “os processos e normas sociais então atuantes, detectar as contradições então presentes, enfim, contextualizar as formas morfológicas então produzidas pela sociedade e a relação que elas tiveram com as normas e com os processos sociais que lhes deram origem” (ABREU, 1998, p. 23).

Os impulsos que nos conduzem a essa problematização advêm tanto de lacunas encontradas nos trabalhos existentes, quanto, principalmente, da ausência de estudos que coloquem a relação entre território-tempo e os circuitos de produção industriais como fio condutor para compreensão do Rio Grande do Norte ao longo de seu processo constitutivo. Mesmo no âmbito da ciência geografia ou até dos estudos urbanos e

regionais, que apresentam certa proximidade com o raciocínio aqui desenvolvido, são praticamente inexistentes as pesquisas e análises que assentem a formação econômica e territorial do Rio Grande do Norte sob uma orientação similar a que desenvolvemos.

Mesmo os esforços realizados por pesquisadores e estudiosos que abordam a totalidade social sob uma outra dimensão ontológica, tais como aqueles que o fazem a partir da sociologia e economia, por exemplo, não inviabilizam o nosso estudo, sobretudo, porque entendemos que não estão esgotadas as possibilidades teórico-conceituais de enfrentamento dessa problemática. Tais trabalhos, dos quais destacamos a título de exemplificação o de Clementino (1990) e o de Araújo (2009), realizam reflexões sobre outra perspectiva de análise, uma vez que buscam de maneira geral compreender a formação econômica e social do Rio Grande do Norte a partir dos processos de urbanização e metropolização.

E é fundamentado em tais constatações que acreditamos ser possível lançarmos uma nova interpretação, alicerçada nos circuitos espaciais de produção industriais e nos diferentes e desiguais usos que esses fazem do território potiguar a cada novo momento da expansão do capitalismo na formação socioespacial brasileira, uma vez que essa linha raciocínio ainda não foi traçada no âmbito dos estudos sobre a dinâmica econômica e industrial do Rio Grande do Norte.

Faz-se imperioso ainda destacar que ao apontarmos para a existência, a cada período histórico, de uma feição territorial dominante no Rio Grande do Norte a partir da dinâmica dos circuitos produtivos da indústria, não estamos desconhecendo toda a complexidade que envolve esse fenômeno, nem de que outros ângulos de interpretação são possíveis para o desvendamento de uma feição territorial; tão somente privilegiamos um aspecto da dinâmica territorial que consideramos essencial e significativo para compreensão desse processo que se insere numa totalidade maior.

Portanto, conforme assinalado, a tese a ser desenvolvida estrutura-se em torno da existência de três feições territoriais no Rio Grande do Norte, que podem claramente ser definidas tanto no que concerne aos seus limites espaço-temporal, quanto as suas formas e conteúdos, isto é, pela sua dinâmica interna, expressa pelo modo de funcionamento dos circuitos espaciais de produção, dos círculos de cooperação e dos seus sistemas de movimento que, em última instância, são comandadas pelas intencionalidades e redes de relações dominantes em cada período histórico.

Um primeiro período pode ser traçado de meados do século XIX até a década de 1960, quando o Rio Grande do Norte, assumiu uma forma de existência marcada pela

formação de espaços derivados que obedientes a eventos e processos longínquos, configuraram o momento inicial da apropriação e dos usos do território no estado. Na constituição desses espaços derivados predominavam circuitos produtivos que beneficiavam ou transformavam produtos primários que se destinavam ao atendimento de mercados mundiais, seja na condição de produtos alimentícios, como no caso do açúcar, ou como matéria prima como os circuitos têxtil-algodoeiro e da cera de carnaúba. Eram, pois, os interesses da economia mundial que presidiam as formas de uso do território no Rio Grande do Norte.

Um segundo período constitui-se com a expansão do capitalismo brasileiro e com o processo de integração do território nacional que exigem uma readequação normativa e territorial da formação socioespacial brasileira. Com efeito, a partir desse momento pode-se afirmar que a indústria torna-se a variável central para a dinâmica dos usos do território e que o Estado Nacional, por meio de uma variedade de órgãos e instituições, assume de vez o seu papel na economia política do país, como nos diz Ianni (1965). Com efeito, o Estado Nacional e o processo de industrialização paulatinamente transformam os espaços derivados, produtores de insumos e produtos básicos para o mercado mundial, em espaços produtivos que atendem as demandas e necessidades do capitalismo nacional, seja no que toca a insumos e matérias-primas ou a produtos industriais; de modo que podemos afirmar que daí emerge uma configuração território que tem sua força motriz na indústria e no acontecer hierárquico estatal.

O terceiro e atual período pode ser demarcado a partir do final dos anos 1980 e primórdios da década de 1990, momento em que constatamos o avanço de uma dinâmica que obedece a ritmos e formas de apropriação territorial fortemente calcados nos preceitos da globalização, com sua racionalidade cada vez mais comandada pela expansão da técnica, ciência e informação. Nesse momento, efetuou-se um novo movimento de reorganizações e reestruturações espaciais, que perpassou praticamente todas as dimensões do processo de produção, pois tivemos a emergência de novos sistemas normativos já amplamente tributários da psicoesfera neoliberal, de novas formas de organização espacial da indústria e de novos canais de realização da produção que também passaram, cada vez mais, a ocorrer de acordo com as demandas do mercado global. Em suma, utilizando-se das conceituações de Santos (2008), afirmamos que o imperativo da globalização ao difundir-se por todos os interstícios da sociedade e do território, acabou efetuando bruscas e profundas transformações nos papéis e funções

dos lugares e das regiões, que passam a apresentar uma nova configuração geográfica já não mais comandada pelos imperativos de uma economia nacional.

A realização da pesquisa com o estabelecimento desses períodos exigiu o uso das mais variadas fontes de informações e dados, uma vez que estamos trabalhando com um recorte temporal bastante abrangente, no qual inexistia uma produção estatística contínua e precisa para determinados momentos. Apesar de cada fonte de informação ou dado cobrir um interstício temporal específico, foi possível preencher e realizar uma análise mais esmiuçada sobre os usos do território do Rio Grande do Norte desde meados do século XIX até os dias atuais, sempre buscando captar nas informações coletadas, elementos que nos possibilitassem compreender ou demarcar os diferentes períodos com seus momentos de reorganizações e reestruturações territoriais.

Assim, para o primeiro período além da utilização de informações contidas nos estudos de Barros (1908), Takeia (1985), e Souza (1985; 1989), também trabalhamos com os levantamentos publicados pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas realizados entre 1907-1909, que abrangem a "indústria extrativa, fabril, agrícola e de transportes". Ainda foram essenciais para esse primeiro momento os Censos Econômicos de 1920-1970 e os diversos números do Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados a partir de 1908. Para o segundo período, além das informações dos já mencionados Censos Econômicos (1970-1985) e dos Anuários Estatísticos (1960-1989), também fizemos uso de informações contidas em jornais diversos, tais como, Jornal do Brasil e Diário de Pernambuco e nos Relatórios de Atividades da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) de 1977 e 1992. Para o terceiro período dispomos de um leque de fontes muito mais diversificado e que em muito facilitou o arrolamento das informações e dados diversos, uma vez que além das fontes secundárias, também buscamos informações a partir de fontes primárias. No que concerne a fontes secundárias, a título de exemplificação mencionamos as sucessivas séries de informações sobre as exportações do estado a partir de 1985, com dados do MDIC-Aliceweb, os dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (SEDEC), além de informações contidas nos Anuários Estatísticos, nos Anuários da Mineração e nos sites de instituições como IBGE, Ministério do Trabalho e IPEA. Já no que compete a fontes primárias realizamos trabalhos de campo com entrevistas e aplicações de questionários, bem como coleta de informações em sindicatos, empresas e associações pertencentes aos mais diversos circuitos de produção existentes no Rio Grande do Norte.

**PRIMERA PARTE: OS ESPAÇOS DERIVADOS E A GÊNESE DOS
CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE
DO NORTE**

Durante as primeiras fases da colonização, o impacto da divisão internacional do trabalho sobre a organização do espaço é facilmente distinguível: a demanda proveniente do centro do sistema, assim como sua resposta na periferia, eram diretamente e imediatamente marcadas na sociedade, na economia e no espaço (SANTOS, 1979b, p. 40).

PRIMEIRA PARTE: OS ESPAÇOS DERIVADOS E A GÊNESE DOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Os elementos constitutivos desse primeiro período começaram a ser delineados a partir dos eventos que pavimentaram a expansão do capitalismo à escala mundial. Amparados no avanço dos sistemas técnicos de navegação as nações européias, sobretudo Portugal e Espanha, forjaram a existência de grandes rotas marítimas e impulsionaram, desse modo, o início de um período fundamentado em grandes trocas comerciais² responsável pela criação de espaços derivados (SANTOS, 1978b; SILVEIRA, 1999)³ nos territórios periféricos do capitalismo com o objetivo precípuo de torná-los fornecedores de produtos agrícolas e de matérias-primas para o mercado consumidor europeu em franca expansão.

Nesses espaços derivados os sucessivos processos de modernização estão intimamente relacionados a uma divisão internacional do trabalho que a todo momento ou, a cada nova demanda, promove a "criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes" (SANTOS, 1978b, p. 105), para que as mesmas venham se alinhar as suas demandas, ou seja, os princípios de organização territorial em um espaço derivado estão muito mais relacionados "a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais" (SANTOS, 1978b, p. 106).

Dito com outros termos, a criação de espaços derivados supõe a existência de um comando político e econômico centralizado que, na maioria das vezes, determina a existência ou não de um circuito espacial produtivo. De acordo com Santos (1978b, p. 105), na formação socioespacial dos países periféricos são essas ações exógenas com seus "parâmetros importados, tomados de empréstimos aos sistemas representativos desses interesses distantes", que determinam as formas de apropriação e os usos dos território.

² A importância desse momento e, particularmente, desses eventos para acumulação de capitais e para própria expansão do capitalismo é brilhantemente apresentada por Marx (1985), quando debate a assim chamada acumulação primitiva. Outros autores como Maurice Dobb (1976), também buscam analisar esse momento da constituição do capitalismo e sua expansão para os espaços periféricos.

³ O conceito de espaços derivados foi proposto por Milton Santos na obra "O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo" de 1978. O conceito elucida a forma como as forças externas atuam na formação dos espaços na periferia do sistema. Mais recentemente Maria Laura Silveira (1999), em sua tese de doutorado, na busca por analisar as modernizações no território da Argentina também faz uso desse conceito.

No caso do Brasil e de boa parte de seus compartimentos territoriais, temos um processo de formação socioespacial⁴ "visceralmente" atrelado as demandas do mercado europeu, para usarmos as palavras de Caio Prado Junior (1994). Tal situação se evidencia por sucessivas divisões regionais trabalho que delinearam especializações produtivas voltadas para as demandas desse mercado europeu. Foram esses comandos distantes que engendraram as regiões da cana-de-açúcar, as regiões do cacau ou ainda as regiões do algodão; em suma, que desenharam uma configuração geoeconômica no interior do país.

No caso do Rio Grande do Norte, as formas de uso do território estão diretamente relacionadas ao papel que o estado desempenhou na divisão internacional do trabalho em vigor na economia mundo, que era a de fornecedor de produtos agrícolas, isto é, uma inserção subordinada e dependente que, em sua essência, revelava os pressupostos centrais de um espaços derivado intimamente relacionado as demandas do comércio mundial comandado pela coroa portuguesa.

As mudanças na economia política mundial com a emergência da Inglaterra como potência industrial e a independência do Brasil não mudam a configuração de dependência e subordinação dos espaços derivados no Rio Grande do Norte. Assim, se, em um primeiro momento, é a expansão comercial que funda espaços produtivos de açúcar no território potiguar; em um segundo momento, foi à conformação do capitalismo industrial quem trouxe elementos de uma nova divisão territorial do trabalho, fomentadora do circuito têxtil-algodoeiro e de outros circuitos produtivos no Rio Grande do Norte. Tanto num como noutro, o que temos é uma relação hierárquica com forças externas que estabeleceram as formas de uso do território.

Nesse sentido, defendemos nesse primeiro período que o Rio Grande do Norte absorvendo as funcionalizações da divisão internacional do trabalho e seguindo os traços mais gerais da formação socioespacial brasileira, se constitui enquanto um espaço

⁴ O conceito de formação socioespacial foi proposto por Milton Santos em 1977 num artigo publicado na revista Antipode. Mesmo tendo sido um dos primeiros a defender esse conceito e se encontrado o mesmo publicado em uma das revistas de maior influência na comunidade geográfica mundial, não são poucos os casos de autores que, muitas vezes, apresentam o conceito de "formação socioespacial" como sendo uma criação própria. Soja (1981) apresenta este conceito num interessante artigo sobre a transferência geográfica do valor, e, em nenhum momento, faz menção ao pioneiro texto de Milton Santos; com Guy Di Meo, podemos dizer que um raio caiu literalmente duas vezes num mesmo lugar, pois em seus dois textos sobre essa temática, o primeiro intitulado "Les formations socio-spatiales ou la dimension infra-régionale en géographie" de 1985, e o segundo "Objectivation et représentation des formations socio-spatiales :de l'acteur au territoire" de 1987, o autor simplesmente ignora a existência de qualquer texto pretérito. É como se não existisse epistemologia no pensamento geográfico e o processo histórico se iniciasse no exato momento em que esses autores escreviam as suas obras.

derivado, uma vez que se emprenha numa modo de organização da economia e do território que é, na sua essência, demandado e controlado de fora da nação.

CAPÍTULO 1: ESPAÇOS PRODUTIVOS E O MEIO TECNICO NO RIO GRANDE DO NORTE: INSTÂNCIAS DA PRODUÇÃO E TOPOLOGIA ESPACIAL

O presente capítulo tem como objetivo analisar o processo de criação dos primeiros espaços derivados no Rio Grande do Norte e a constituição do meio técnico, demonstrando como eles surgem diretamente relacionados à gênese dos circuitos produtivos da indústria voltados para o mercado externo. Nesse sentido, também buscaremos evidenciar como a cada evento ou demanda mundial, as regiões do espaço derivado do Rio Grande do Norte se reorganizam e adquirem novos conteúdos que são sempre mais obedientes aos mandos externos.

Além disso, ainda destacamos que os usos do território não se realizavam somente a partir de circuitos extravertidos ou, voltados para a exportação, mesmo que eles sejam dominantes, como de fato o são. Com efeito, constatamos que nos interstícios do espaço derivado tivemos a constituição de circuitos produtivos elementares comandados a partir de forças locais que emergiram como forma de atender a uma sociedade e um território ainda em constituição. Assim, o delineamento de um espaço derivado dominado por uma divisão territorial do trabalho imposta, não excluiu a possibilidade de constituição de circuitos produtivos fundamentados em um acontecer mais horizontal.

1.1 Os primórdios da constituição do espaço derivado norte- rio-grandense a partir do circuito açucareiro

É no âmbito da constituição dessa forma de uso do território que temos a criação dos primeiros espaços derivados no Rio Grande do Norte⁵ que emergindo para atender

⁵ É somente no século XIX que o Rio Grande passa a ser chamado de Rio Grande do Norte.

aos desígnios de uma economia mundial fundamentada em grandes trocas comerciais, possibilitou o desenvolvimento do circuito manufatureiro do açúcar, ou de uma proto-indústria açucareira⁶. Este circuito mesmo tendo suas raízes no século XVII com a criação do primeiro engenho, somente ganhou maior ênfase para o território potiguar a partir da década de 1860, quando não somente o açúcar do estado, mas, sobretudo, o açúcar nacional encontrou forte expansão no mercado europeu (EIZENBERG, 1977; SUZIGAN, 1986; TAKEIA, 1985).

O uso do território realizado nesses moldes, isto é, a partir de um acontecer externo produtor de uma indústria dedicada à transformação de produtos agrícolas e que apresentava um grau elevado de especialização, criou no interior do espaço derivado norte-rio-grandense, uma especialização produtiva regional na faixa de terras denominada de zona da mata.

A ampliação das demandas internacionais acelera esse processo e a sua repercussão geográfica é o aumento no número de estabelecimentos. Entre os anos de 1860 e o início da década 1880, presenciamos um aumento no número de estabelecimentos voltados, essencialmente, a produção de açúcar tipo exportação (ANDRADE, 1981; TAKEIA, 1985). Os engenhos, como eram chamados, vão fornecer não somente o principal produto desse espaço derivado, mas também uma forma particular de uso e apropriação do território que se tornou a mola propulsora da configuração territorial da área na zona da mata norte-rio-grandense, dando origem ou impulsionando vários municípios, tais como: Ceará Mirim, São Gonçalo, São José do Mipibú, Nísia Floresta (Antes Papary), Arez e Goianinha.

Esse avanço do circuito espacial do açúcar possibilitou não somente uma simples apropriação de novas áreas ao processo de produção, mas, além disso, incorporo-as ao processo de uso do território, dado que para sua efetiva realização foi necessário a produção de formas geográficas destinadas tanto à produção propriamente dita, quanto a circulação e comercialização do produto.

O mapa 1 evidencia a topologia espacial engendrada por esse circuito e como ele concentrava suas unidades produtivas ao longo de uma faixa de terras que se estende do município de Ceará Mirim, passando por São Gonçalo até a região onde temos como destaque São José do Mipibú, Goianinha, Canguaretama e Papary (posteriormente denominada de Nísia Floresta).

⁶ Tomando por base o sistema técnico e a forma de produção desenvolvida por esse circuito, Andrade (1981), o intitula de “proto-indústria”. Definição esta que adotaremos nesse trabalho.

Mapa 1: Municípios produtores de açúcar do Rio Grande do Norte entre 1910 e 1912

Fonte: Catalogação própria a partir de dados apresentados por Takeia (1985) e Souza (1989).

Podemos dizer que o uso desigual do território tanto se deu porque esse circuito se apropriou de modo seletivo das porções litorâneas, procurando aquelas que apresentavam as terras mais férteis para o desenvolvimento dessa atividade, quanto porque as formas geográficas ou o trabalho morto uma vez acrescido de modo desigual ao espaço, também serviu para condicionar novos usos desiguais do território (SANTOS 1978a; MORAES, COSTA, 1984).

É preciso destacar que o avanço que esse circuito presenciou deveu-se a entrada de novos capitais estrangeiros que impulsionaram o início de um processo de modernização com a incorporação de uma família de técnicas, tais como: a máquina a vapor, as estradas de ferro, o uso de uma nova variedade de cana, a cana caiana, e o uso do bagaço da cana como combustível (ANDRADE, 1981). Posto a serviço do processo produtivo, esse sistema técnico não somente aumentou a sua composição orgânica, como também elevou a sua produtividade espacial, pois o território ganhou novas formas geográficas que o tornou mais apto e eficiente ao processo produtivo, o que, por conseguinte, se refletiu no aumento da produção e no ápice das exportações do açúcar potiguar.

A incorporação de novos territórios produtores de açúcar ao circuito comercial mundial intensificou a concorrência e acabou deslocando o açúcar brasileiro, sobretudo, porque entrou em cena uma nova variedade, o açúcar de beterraba, assim como áreas que apresentavam uma maior produtividade espacial, o que se refletiu num produto com maior qualidade e mais competitivo perante o mercado mundial e ao açúcar do Brasil.

O açúcar produzido sob essas circunstâncias obteve maior aceitação nos principais centros consumidores - Estados Unidos e Europa – e proporcionou uma involução nas exportações desse circuito em nível de toda a formação socioespacial brasileira e, mais ainda, no Rio Grande do Norte, que mesmo tendo incorporado algumas inovações técnicas, ainda não havia possibilitado o surgimento da principal inovação do período, a usina. Para a implementação de uma usina era necessário grandes inversões de capitais, fato este que somente foi possível, no Rio Grande do Norte, em princípios do século XX, no município de Canguaretama (SOUZA, 1989).

De acordo com Takeia (1985), a década de 1880 é o último momento em que o circuito açucareiro apresentou um movimento de expansão no Rio Grande do Norte com a elevação de suas taxas de exportação. Daí por diante, o que temos é um arrefecimento do circuito que tem uma tímida expansão de suas taxas de exportação somente no final dos anos 1920, conforme revela o gráfico 1.

Gráfico 1: Exportações de açúcar pelo Rio Grande do Norte (1889-1929).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados arrolados por Takeia (1985).

Ao nível de toda formação socioespacial brasileira esse também era o cenário dominante. Entretanto, com o objetivo primordial de melhor concorrer nesse circuito de

trocas comerciais de caráter mundial, constatamos a emergência de uma série de ações por parte dos agentes públicos e privados que objetivaram modernizar o circuito produtivo e aumentar a sua produtividade, através do estabelecimento de círculos de cooperação que incentivaram a introdução de novas técnicas produtivas⁷, das quais destacamos os engenhos centrais e, posteriormente, a usina (SUZIGAN, 1986), bem como a expansão das ferrovias como forma de dinamizar o escoamento das mercadorias.

Na realidade o que houve foi o acréscimo de mais trabalho morto ao território por meio de um novo sistema de objetos que tinha como meta fundamental aumentar a produtividade do território e, assim, torna o seu uso mais adequado à acumulação de capital por parte dos agentes que formavam o circuito açucareiro.

No território potiguar o início da reorganização do circuito do açúcar através da introdução dessas modernizações se processou de modo desigual e retardatário em relação aos demais estados produtores, pois somente em 1910 é que surgiu a primeira usina, na cidade de Canguaretama, conforme já assinalado. De acordo com dados do Censo industrial do IBGE (BRASIL, 1907; 1919), o estado apresentava quatro usinas dispersas pela zona da mata norte-rio-grandense⁸, com destaque para o município de Ceará Mirim que chegou a produzir aproximadamente 60% de todo o açúcar de exportação do estado (CASTRO, 1989).

Do final do século XIX até as primeiras três décadas do século XX o circuito do açúcar passou por momentos de ascensão e de queda brusca em suas exportações, principalmente, por causa da concorrência de outros espaços produtivos que proporcionaram uma queda nos preços dessa mercadoria (ANDRADE, 1981; SUZIGAN, 1986)⁹ e em virtude das crises cíclicas pelas quais passavam seus principais mercados consumidores. Diante dessas circunstâncias, a realização do circuito passou

⁷ Na próxima seção trataremos dos círculos de cooperação que constituem o circuito espacial do açúcar de forma mais detalhada.

⁸ Aqui é preciso apontar a existência de certo desencontro de informações quanto ao número de usinas de açúcar existente no Rio Grande do Norte nesse momento. Souza (1989) aponta que no início do século XX havia somente uma usina, a de Canguaretama, de modo que é somente em 1929 que surgem as demais; Clementino (1995), usando Souza (1989) como base, corrobora essa afirmação. Com base em dados do Censo de 1907 e a partir de dados coletados por Gileno de Carli (1937) no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), constatasse que o território potiguar possuía quatro usinas. Há aqui uma confusão que deriva da interpretação equivocada do censo de 1907, pois este como aponta Suzigan (1985), considerou muitos engenhos centrais como usinas. O que é provável é que esses estabelecimentos tenham surgido de um processo de modernização a partir da transformação dos velhos engenhos em usina, como foi o caso narrado por Castro (1989, p. 34), em Ceará Mirim.

⁹ De acordo com Andrade (1981) e Suzigan (1986, p. 210-214), a partir de 1860, os preços dessa mercadoria passaram a apresentar grande variação no mercado mundial.

ocorrer nos mercados regionais, sobretudo, naquele que se formava em torno da Região Sudeste que já começava a apresentar um dinâmico processo de industrialização capitaneado por São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo não apresentando a mesma lucratividade que o mercado europeu e americano, os mercados regionais se tornavam atraentes, sobretudo, porque o açúcar para aí escoado era de inferior qualidade e, portanto, não precisava passar pelo mesmo beneficiamento oneroso que o açúcar tipo exportação.

O início do século XX presenciou o fechamento de inúmeros engenhos em todos os municípios produtores de açúcar do Rio Grande do Norte. Além da crise pela qual passava o circuito, o surgimento das usinas também contribuiu para este quadro. Podemos dizer que houve uma concentração espacial do processo produtivo em alguns lugares e uma centralização de capital ao nível do circuito, pois a usina passou a absorver vários pequenos engenhos. Esta compreensão é diferente daquela exposta por Clementino (1995, p. 58), dado que para essa autora ocorreu um processo de fechamento dos engenhos sem que houvesse uma centralização de capitais em torno das usinas. Pelo menos no que toca a Ceará Mirim, que era o maior produtor do estado, constatamos que ocorreu justamente o inverso do que foi narrado pela autora. De acordo com Castro (1989, p. 34), entre 1914 e 1925, ou seja, após a expansão da usina ocorreu um retraimento dos engenhos de 56 para 36 unidades, sendo que muitos foram absorvidos pelas usinas existentes, isto é, ocorreu um processo de centralização o que corrobora com a nossa posição.

Os anos 30 do século XX marcaram um momento de transformação no circuito espacial do açúcar em nível da formação socioespacial brasileira, especialmente, em função da revolução burguesa de 1930 que promovendo um reordenamento das forças políticas e econômicas no país, conferiu um novo papel ao circuito açucareiro¹⁰. Esse novo quadro político institucional juntamente com a crise que o circuito vivenciou em função das constantes oscilações nos preços dessa mercadoria e da perda de mercado no âmbito internacional, levou o novo regime a adotar uma política de intervenção mais forte através da criação de um órgão, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Uma vez

¹⁰ De acordo com Oliveira (2013, p. 40), a revolução burguesa de 1930 foi responsável por estabelecer um conjunto de normas que visava uma maior regulamentação da vida econômica, não somente por meio das leis trabalhistas, mas também na “fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas”; nesse contexto, ela conferiu um novo papel aos circuitos destinados a produção de produtos agrícolas que era não somente garantir divisas que suprissem “as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa”, mas também de “suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação... e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano industrial (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

criado o IAA, se estabelecia um importante círculo de cooperação para o circuito do açúcar, sobretudo, porque o instituto passou a ditar às normas e o modo como o circuito passou a usar o território nos diferentes estados, conforme analisaremos no próximo capítulo.

Mesmo não apresentando a mesma pujança econômica que os estados da Bahia, de Pernambuco e de Alagoas, o circuito espacial produtivo do açúcar configurou a região mais dinâmica do território potiguar até o final do século XIX, quando entrou em cena um novo produto, o algodão, que foi responsável por inserir novos elementos de uma divisão internacional do trabalho no território potiguar, por intermédio do seu circuito espacial produtivo.

1.2 Apropriação e uso do território nos espaços interioranos do Rio Grande do Norte

O longo período de maturação e de passagem do capitalismo comercial para um de corte industrial pouco alterou a lógica de apropriação e de uso do território no espaço derivado, uma vez que o Rio Grande do Norte apenas passou à órbita de influência econômica da Inglaterra. Assim, as explicações para expansão do circuito têxtil algodoeiro devem ser buscadas no avanço da industrialização inglesa que atuando como vetor externo, influenciou o surgimento de novas formas de uso do território. Usando as palavras de Santos (1978b), podemos dizer que foram os acontecimentos externos que novamente promoveram a constituição de circuitos econômicos e criaram novos espaços derivados, só que desta vez, voltados para produção de uma matéria-prima fundamental para o processo de expansão industrial do século XIX.

A Inglaterra que se apresentava como principal potência industrial e imperialista passou a buscar o algodão potiguar depois de seu principal fornecedor, os Estados Unidos da América, adentrarem na Guerra de Secessão e inviabilizarem o fornecimento dessa matéria-prima. Deste modo, nos anos de 1860¹¹ o território potiguar presenciou um aumento substancial das exportações de algodão o que, consequentemente,

¹¹ A expansão do circuito têxtil-algodoeiro do final do século XVIII configurou, na realidade, um surto exportador. Desse modo, é somente entre 1886 e 1880 que temos um processo mais sistemático de expansão desse circuito.

provocou o avanço de sua área produtora, bem como do número de maquinismos responsáveis por realizarem o seu beneficiamento. Nesse momento, esse processo era realizado através da descaroçagem que operava a separação da pluma do caroço, por meio de um sistema técnico, denominado de bolandeira (TAKEIA, 1985)¹².

A alta demanda pela fibra de algodão durante esse momento elevou estratosféricamente os seus preços e impulsionou ainda mais a expansão e constituição de um circuito produtivo destinado, exclusivamente, a produção e beneficiamento dessa matéria-prima agrícola. Desenhou-se, desse modo, uma estrutura espacial hierárquica típica do imperialismo, com regiões que estavam completamente à margem de qualquer atividade econômica desse tipo, se inserindo em uma divisão internacional do trabalho de modo subordinado e dependente. Daí Hobsbawn (1982, p. 79) afirmar que a expansão capitalista do século XIX “trazia mesmo as áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo”. No caso do circuito têxtil-algodoeiro, os territórios da periferia brasileira se colocavam em conexão com os centros mais dinâmicos do capitalismo por meio da exportação da fibra do algodão.

A criação de espaços derivados nas regiões interioranas do Rio Grande do Norte a partir do circuito têxtil-algodoeiro significou uma diversificação econômica que se traduziu em uma diferenciação regional, não nos termos propostos por Hartshorne (1978), mas em função de uma divisão internacional do trabalho que foi capaz de estabelecer uma divisão regional do trabalho no âmbito do território potiguar, pois se o circuito do açúcar comandava o uso do território na região leste do estado, nas demais regiões foi, paulatinamente, o circuito têxtil-algodoeiro que avançou sobre vários subespaços chegando mesmo a atingir áreas outrora dedicadas a produção açucareira.

Os anos de 1870 e, sobretudo, de 1880 viram a emergência de uma trama de eventos que contribuíram para o início de uma reorganização do circuito espacial têxtil-algodoeiro, sobretudo em seu movimento de circulação. O final da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e o avanço do imperialismo inglês com a constituição do protetorado egípcio, então produtor de algodão de fibra longa, mas com preços inferiores, contribuíram para aumentar a oferta dessa matéria-prima no mercado inglês e

¹² De acordo com Clementino (1987, p. 40), por decaroçagem tanto se entende o local onde se realiza o beneficiamento, quanto o processo em si; a autora ainda nos lembra que o beneficiamento do algodão é “um pré-requisito para sua comercialização como matéria-prima industrial” (CLEMENTINO, 1987, p. 40).

para uma consequente redução nos preços e nas exportações do algodão produzido no território potiguar¹³.

Esses fatores quando somados a emergência de uma indústria têxtil na região do Centro-Sul, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos permite compreender o redirecionamento de parte dos fluxos dessa mercadoria, pois ela não era mais apenas escoada para Europa, mas também para a região que mais se industrializava no Brasil, conforme apontam (STEIN JR, 1979; SUZIGAN, 1986)

É preciso destacar que foi nesse momento de rebaixamento da demanda internacional pela fibra de algodão e de crise no setor exportador que surgiu o primeiro grande estabelecimento industrial têxtil destinado a produção de fios e tecidos no Rio Grande do Norte¹⁴. De acordo com Takeia (1985, p. 48), ele foi planejado e incentivado pelo poder público, tendo entrado em funcionamento em 1888, sob o comando de Juvino Barreto. É bem provável, conforme destaca Andrade (1981, p. 33), que o arrefecimento nas exportações, tanto da fibra de algodão quanto do açúcar tenha canalizado os capitais que estavam somente dedicados a esfera da comercialização, para o processo de produção propriamente dito. Verdade é que este estabelecimento, além de produzir e exportar fios e tecidos para Região Centro-Sul via porto de Santos (TAKEIA, 1985), também funcionou como circuito complementar ao circuito açucareiro, pois também passou a fornecer a sacaria que se destinava ao acondicionamento do açúcar.

O segundo estabelecimento de grande porte diretamente atrelado ao circuito têxtil-algodoeiro surgiu em 1904, em São Gonçalo do Amarante. Esse estabelecimento industrial que representava uma ramificação do circuito proporcionou a incorporação de novos objetos técnicos ao território potiguar, uma vez que o beneficiamento do caroço do algodão e sua transformação em vários produtos para consumo humano (óleos, resinas e sabão) e animal (torta e farelo), exigiam grandes instalações e maquinário especializado.

Nas duas primeiras décadas desse século presenciou-se o avanço desse circuito, pois na medida em que crescia a indústria no Centro-Sul aumentava a demanda por mais matéria-prima nos espaços periféricos. Como forma de atender a essas necessidades se incorporou novas áreas à produção do algodão, bem como se introduziu novos sistemas

¹³ A partir dos dados de exportação é possível afirmar que os fluxos internacionais de fibra de algodão nunca cessaram, pois havia a permanente necessidade de fibras de excelente qualidade, e esse era o principal trunfo do algodão produzido no Rio Grande do Norte, conforme pontua Takeia (1985).

¹⁴ No sentido dado por Marx (1985), esse foi o primeiro grande estabelecimento industrial, pois movimentava um grande contingente de mão de obra, uma grande soma de capital e um moderno sistema técnico de produção.

técnicos que, paulatinamente, adensaram o circuito e elevaram sua produtividade. Do final do século XIX aos primeiros anos do século XX ocorreu um avanço no número de maquinismos destinados ao beneficiamento do algodão. A partir dos estudos realizados por Clementino (1987), podemos dizer que o circuito incorporou várias camadas técnicas, indo desde a bolandeira até a introdução dos locomóveis que, tendo a energia a vapor como força motriz, aumentou, sobremaneira, a capacidade de beneficiamento desse circuito.

Mesmo assim, a incorporação técnica tanto na produção do algodão quanto no seu beneficiamento eram consideradas baixas, sendo que a maior parte da lucratividade do circuito era oriunda, principalmente, das relações de produção pré-capitalistas, na qual ocorria um rebaixamento dos custos com a força de trabalho a níveis inimagináveis. De acordo com Oliveira (1981), essas relações de produção eram perpetuadas a ferro e fogo pelos coronéis¹⁵.

A baixa produtividade não impediu o circuito têxtil-algodoeiro de se tornar hegemônico no Rio Grande do Norte, inclusive, superando o circuito do açúcar, sobretudo, porque sua expansão estava, cada vez mais, articulada ao desenvolvimento da indústria têxtil ao nível mundial e principalmente do Centro-Sul que, dia após dia, aumentava o consumo da fibra norte-rio-grandense. Sob essas circunstâncias desenhou-se uma complementaridade territorial em nível de Brasil que perpetuava o uso desigual e combinado do território, pois enquanto São Paulo e Rio de Janeiro faziam avançar sua indústria têxtil, o Rio Grande do Norte se voltava simplesmente a produção e beneficiamento do algodão.

As três primeiras décadas do século XX presenciaram a intensificação dessa forma de uso território com a incorporação contínua de novas áreas à produção algodoeira e com o surgimento do que se denominou de “meia-usina”; na realidade, tratava-se de um estabelecimento que agregava até três maquinismos de descaroçar e beneficiar algodão (CLEMENTINO, 1987).

O surgimento da meia-usina e sua incorporação técnica já denotava o início do processo de concentração espacial que o circuito presenciaria em torno de algumas

¹⁵ A literatura que analisou as relações de trabalho no âmbito da produção do algodão é vasta; em se tratando de Rio Grande do Norte, podemos destacar os trabalhos já arrolados de Takeia (1985) e Clementino (1987). Em termos de Nordeste o trabalho mais original é o de Chico de Oliveira “Elegia para uma Re(li)gião” (1981), que se excetuarmos seu entendimento equivocado de que o avanço do capital “acabaria por fazer as regiões desaparecer”, temos a mais rica análise para compreensão da estrutura de exploração e dominação que nasceu com a produção algodoeira. A propósito da interpretação equivocada de Chico de Oliveira sobre o fim das regiões é interessante consultar a crítica feita por Milton Santos (1995, p 101).

cidades que, ulteriormente, se transformaram em pólos regionais; além disso, também já evidenciava uma concentração e centralização de capital, pois a existência de uma meia-usina exigia altas inversões de capitais para aquisição de maquinário e para compra de altas quantidades de algodão para a realização do beneficiamento. O que se percebe é uma maior tecnificação do meio com a incorporação de novas formas geográficas e o acirramento na divisão territorial e social do trabalho. Tal situação confirma uma antiga assertiva de Marx (2009, p. 155), segundo a qual “a concentração dos instrumentos de produção e a divisão do trabalho são inseparáveis uma da outra [...] à medida que se desenvolve a concentração dos instrumentos, desenvolve-se também a divisão e vice-versa”.

É possível afirmar que nesse momento o circuito espacial têxtil-algodoeiro moldou uma especialização regional extremamente extravertida, especialmente na Região Seridó, que se apresentou desde sempre como *locus* mais dinâmico desse circuito no Rio Grande do Norte, sendo responsável por mais de 50% de toda produção potiguar. Os mapas 2 e 3 evidenciam a topologia espacial do processo de beneficiamento do algodão e como ele abarcava praticamente todos os municípios dessa região.

Mapa 2: Municípios beneficiadores de algodão (locomoveis), com destaque para a Região Seridó

Fonte: Catalogação própria a partir de dados apresentados por Takeia (1985).

Mapa 3: Municípios beneficiadores de algodão (bolandeiras), com destaque para a Região Seridó

Fonte: Catalogação própria a partir de dados apresentados por Takeia (1985).

Não somente a Região Seridó, mas o Rio Grande do Norte se transformou num dos pólos mais dinâmicos do circuito têxtil-algodoeiro em nível da formação socioespacial brasileira, tanto é assim que em 1916 (Mapa 4), o estado apresentava um total de 271 máquinas de beneficiar algodão, ficando atrás somente do estado da Paraíba (CLEMENTINO, 1987). Na década de 1920 esse número superou a casa dos 400 maquinismos com o detalhe de que mais de 70% eram movidos pela energia a vapor. O mapa 4 traz a topologia nacional de produção e beneficiamento do algodão com destaque para a Região Nordeste.

As consequências do surgimento e consolidação do circuito têxtil-algodoeiro como forma hegemônica de uso do território para o Rio Grande do Norte foram complexas e danosas. Por meio da ampliação dos espaços de beneficiamento, circulação e de comercialização, esse circuito engendrou a produção de formas geográficas que se, por um lado, ajudaram a difundir o meio técnico, mesmo que forma desigual e rarefeita, para as regiões mais interioranas do Rio Grande do Norte, por outro, constituíram um espaço derivado altamente hierarquizado que comandado de fora drenava boa parte do excedente gerado localmente a partir de uma estrutura de dominação leonina. Usando as palavras de Milton Santos (1979c, p. 113) podemos dizer que esse circuito criou uma

lógica de funcionamento do território na qual o comando local foi rompido, ou melhor, ele quase nunca existiu e estas parcelas do espaço “passaram desde então a participar de um sistema mais amplo cujo domínio escapa(va) as sociedades locais”.

Mapa 4: Estados beneficiadores de algodão

Fonte: Catalogação própria a partir de dados apresentados por Clementino (1987).

Além disso, o circuito têxtil-algodoeiro já nesse momento começou a fomentar um incipiente processo de urbanização, pois já tínhamos as primeiras usinas e meia-usinas funcionando em algumas cidades e atraindo, dessa forma, mão de obra para seu entorno. É bem verdade que a localização dos estabelecimentos destinados ao beneficiamento do algodão ainda não se dava, majoritariamente nas cidades; essa transferência que somente ocorreu a partir dos anos 1930 e, principalmente, nas décadas seguintes, conforme destacou Clementino (1987), foi uma das variáveis da urbanização desigual do Rio Grande do Norte.

Por fim, do ponto de vista do uso político do território, o circuito promoveu a emergência de novos agentes sociais que efetuaram uma reorganização do comando político e econômico do território potiguar, mudando, desse modo, o seu centro de gravitação da região comandada pelo circuito açucareiro para a Região Seridó, então

exponente maior do circuito têxtil-algodoeiro (MONTEIRO, 2009)¹⁶. Essa mudança no comando político influenciou diretamente nos modos de uso do território, pois os novos agentes procuraram criar formas geográficas, normas e círculos de cooperação que beneficiassem a reprodução do circuito têxtil-algodoeiro em todas as suas esferas de existência¹⁷.

1.3 As novas demandas e o advento dos circuitos salineiro e da cera de carnaúba

A estrutura de uso do território que caracterizou o Rio Grande do Norte nesse primeiro período somente se completa com outros circuitos produtivos que tiveram os seus rumos seguindo a mesma lógica de constituição dos demais, mas se apropriando de parcelas diferentes do território e transformando-as de acordo com um misto de eventos externos e internos a formação socioespacial brasileira.

O comando hierárquico que caracteriza o uso do território nos espaços derivados não permitia que os agentes sociais do lugar desenvolvessem qualquer atividade com base no comando local. O exemplo mais emblemático dessa situação foi o circuito salineiro, que tendo suas raízes ainda no século XVII, foi colocado sob o domínio de um sistema de ações que estabelecia o uso monopolístico do território em favor da metrópole portuguesa. As normas estabelecidas pela metrópole impediam a constituição do circuito salineiro no território potiguar para que o mesmo não viesse a concorrer com os comerciantes portugueses que dominavam a produção e circulação de sal na Europa (ANDRADE, 1995).

Além disso, durante esse momento o circuito salineiro se formava estabelecendo uma solidariedade geográfica com outro circuito produtivo, o da carne de charque, que nesse momento era não somente o maior, mas o principal consumidor dessa matéria-prima no mercado interno. De acordo com Andrade (1995), as “oficinas de charque”, que no território potiguar se estabeleceram nas ribeiras dos rios Açu e Mossoró, também contrariavam os interesses da metrópole portuguesa na figura dos senhores de engenhos

¹⁶ A autora aponta que o avanço desse circuito fez emergir uma nova oligarquia no Rio Grande do Norte que deslocou a oligarquia Albuquerque e Maranhão relacionada a produção açucareira (MONTEIRO, 2009).

¹⁷ As normas e círculos de cooperação estabelecidos a partir desse momento serão analisados de forma mais pormenorizada no segundo capítulo.

que exigiam que toda produção bovina se destinasse a abastecer as demandas do espaço açucareiro, principalmente no que concerne ao fornecimento de animais para servirem de força motriz para os engenhos e para o consumo doméstico.

Em favor dos senhores de engenho se estabeleceu a proibição das “oficinas de charque” nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e, dessa forma, dois circuitos que poderiam ter expandido suas ações sobre o território potiguar (circuito salineiro e o de carne de charque) foram impedidos em função de normatizações que estabeleciam um monopólio sobre uma forma de uso do território¹⁸.

Diante dessas circunstâncias o circuito salineiro foi tolhido em suas possibilidades de expansão, tendo em vista que tanto seus canais de exportações quanto o seu principal consumidor interno deixaram de existir ou tiveram suas demandas substancialmente reduzidas. Mesmo após a sua liberação para o abastecimento do mercado interno em função da vinda da Família Real, em 1808, para o Brasil, o circuito praticamente não avançou com sua produção, tendo ficado em estágio de letargia até as últimas décadas do século XIX, quando sua produção registrou novo aumento em virtude de novas demandas do mercado interno (COSTA, 1993; ANDRADE, 1995).

O adensamento do circuito salineiro nesse momento é confirmado tanto pela existência de grupos regionais, quanto pela presença de empresas estrangeiras, como a nova-iorquina Comercial Abe Stein & Cia, que já participava do circuito salineiro desde meados dos anos de 1860, quando começou a produzir sal tipo exportação nas localidades de Jurema e Upanema (ANDRADE, 1995).

Assim, o circuito salineiro ia se expandindo, ora sob o domínio de grupos regionais, ora de grupos estrangeiros, mas sempre sob um comando vertical que ditava como e, em que medida, o circuito avançaria em seus espaços de produção. Tanto é assim que já no final do império o circuito foi colocado, novamente, sob o julgo de um novo monopólio que concedia o privilégio comercial ao grupo empresarial Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu, sediado no Rio de Janeiro (SOUZA, 1985)¹⁹ que posteriormente passou a se chamar Empresa de Sal e Navegação. Este grupo passou a ter o direito exclusivo de explorar e comandar todo o circuito salineiro desde a produção

¹⁸ De acordo com Andrade (1995), essa incipiente indústria foi aos poucos transferida para os estados do Ceará e do Piauí e, posteriormente, com a migração de produtores, a mesma se estabeleceu no Rio Grande do Sul, onde ganhou fama e passou a dominar parte substancial do mercado doméstico.

¹⁹ De acordo com Souza (1985), o Decreto nº 10.413, de 1889, deu a referida empresa o direito de explorar salinas nos terrenos dos rios Mossoró e Água Maré durante o prazo de trinta anos. O decreto em questão ficou conhecido pelo nome de “Concessão de Roma”, em função do nome de seu principal beneficiário Antonio Coelho Ribeiro Roma.

até sua circulação em direção aos principais centros consumidores, para a qual dispunha de capital e de embarcações para fazer o escoamento da produção.

A partir de então foram desencadeados uma série de conflitos políticos entre os grupos já estabelecidos e a Empresa de Sal e Navegação que passou a monopolizar essa forma de uso do território e impor suas normas de funcionamento a todos os agentes. Mesmo assim, foi somente entre 1914 e 1920 que o monopólio foi quebrado e outros grupos puderam ingressar no circuito salineiro (SOUZA, 1985; ANDRADE, 1995). Desse momento em diante outros grupos estrangeiros e nacionais sediados no Centro-Sul começaram a exploração das salinas no Rio Grande do Norte com o fito de atenderem ao emergente mercado doméstico. O avanço industrial e a formação de um mercado consumidor em torno do Centro-Sul fez aumentar as demandas por produtos básicos e o sal se apresentava como novo produto consumido pelas classes urbanas e pela expansão industrial.

Depois de 1920 foi registrada a entrada de outros grupos nacionais como Empresa Industrial Brasileira, a Gustavo Elísio e Cia. e a Cia. Pereira e Carneiro (COSTA, 1993), que foram responsáveis por introduzir novos sistemas técnicos de beneficiamento de sal como forma de aumentar o potencial de concorrência dessa mercadoria no mercado nacional. Na década de 1930 ao mesmo tempo em que constatamos uma elevação da produção, o processo produtivo passou a apresentar uma tendência à concentração geográfica em torno da região de Macau que já apresentava o maior número de salinas conforme revela o mapa 5.

Mapa 5: Distribuição geográfica das salinas em 1924

Fonte: Catalogação a partir de dados da “Coleção Documentos Potigüares”, organizada por José Augusto Medeiros (1984).

A articulação hierárquica e dependente a qual estava submetido o espaço derivado também engendrou a expansão de outro circuito produtivo em algumas porções interioranas do território potiguar a partir da intensificação das demandas internacionais por uma nova matéria-prima, a cera de carnaúba, fundamental para uma série de outros circuitos produtivos que se constituíam nos países centrais do capitalismo.

A existência de um circuito produtivo artesanal de cera de carnaúba e de produtos derivados marca a apropriação territorial nos vales dos rios Açu e Mossoró, uma vez que até a segunda metade do século XIX esse circuito era tributário de um acontecer regional, pois produção e circulação se limitavam a pontos específicos do território potiguar²⁰.

²⁰ Quando tomamos as considerações de Cascudo (1964), podemos dizer que o uso do território por esse circuito se restringia a região produtora e suas adjacências. Diz o autor: “por esta época (1830-1850)”, visivelmente, a cera de carnaúba serviria unicamente ao consumo interior da região nordestina, empregada na fabricação de velas e sua produção seria parcimoniosa justamente pela ausência e desconhecimento dos mercados e mesmo carência de utilidade” (CASCUDO, 1964, p. 168).

No entanto, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, com o advento da segunda revolução industrial essa matéria-prima se tornou importante no mercado mundial em função da diversificação industrial que possibilitou a incorporação de novos insumos ao processo produtivo o que, por conseguinte, demandou a constituição de uma série de outros circuitos produtivos nos territórios periféricos do capitalismo. Desse modo, foi atendendo a essas demandas da economia internacional que o circuito da cera de carnaúba saiu da esfera de circulação regional para a escala mundial ou, dito com outras palavras, foi o acontecer externo que intensificou a expansão do circuito da cera de carnaúba não somente no território potiguar, mas também em outros estados do Nordeste, como Ceará e Piauí. Os dados arrolados no gráfico 2 mostram os primeiros fluxos extravertidos desse circuito produtivo a partir do porto de Macau.

Gráfico 2: Exportações de cera de carnaúba pelo Rio Grande do Norte (1855-1859).
Fonte: Souza (1997).

Podemos afirmar que ao mesmo tempo em que a expansão desse circuito amplia a diferenciação regional no âmbito do território potiguar, ela acirra a sua inserção dependente e subordinada em uma divisão internacional do trabalho, pois praticamente 90% dos fluxos dessa mercadoria se destinavam ao mercado externo, principalmente, para Estados Unidos e para Inglaterra que eram os maiores consumidores da matéria-prima (SOUZA, 1997).

A expansão capitalista das primeiras décadas do século XX acelera a produção não somente nos países centrais, mas também engendra e fortalece os circuitos de matéria-prima nos espaços derivados da periferia e é, nesse momento, que presenciamos

um aumento substancial das exportações de cera de carnaúba que se mantém constante pelo menos durante as três primeiras décadas do século (SOUZA, 1997). Os dados ora arrolados no gráfico 3 embora cobrindo um curto intervalo de tempo, permitem vislumbrar o panorama desse circuito no Rio Grande do Norte.

A região conhecida como Vale do Açu tornou-se o principal o *locus* de produção dessa mercadoria e, em poucos anos, já era reconhecida como um dos principais espaços produtivos em nível de Região Nordeste. Podemos dizer que a partir de Assú se processava o comando regional do circuito com uma estrutura hierárquica de funcionamento semelhante aos demais circuitos citados anteriormente, mas proporcionando uma concentração geográfica mais acentuada em torno de Assú e Mossoró que se apresentavam como espaços de produção, beneficiamento e compra de cera para o Rio Grande do Norte.

Gráfico 3: Exportações de cera de carnaúba pelo Rio Grande do Norte (1892-1929).
Fonte: Souza (1997).

O comando regional era dado por firmas que diretamente relacionadas a grupos estrangeiros, compravam a produção de praticamente toda a Região do Vale do Açu para, em seguida, beneficiá-la e exportá-la via navegação de cabotagem para os portos de Natal e Fortaleza, de onde a mercadoria partia para as principais praças consumidoras na Europa, nos Estados Unidos e no Japão (VALVERDE, 1961). Logicamente que nessa estrutura de uso do território eram esses agentes que não somente controlavam, mas, se apropriavam da maior parte do excedente gerado em todo o circuito, pois comandando a esfera da circulação e comercialização do produto

podiam sempre controlar os preços tanto em seu favor, quanto em função dos interesses das grandes empresas comparadoras.

Em suma, a existência desses circuitos somente corrobora nosso entendimento de que o território potiguar se constituiu enquanto espaço derivado que se apresentava sob o domínio de um acontecer mais relacionado com interesses estranhos a região. As novas formas e funcionalidades geográficas criadas pelos circuitos são testemunhas da orientação aberta ao exterior não só da região em questão, mas, de boa parte do território potiguar.

1.4 Solidariedade orgânica e a emergência dos circuitos elementares

A expansão capitalista no centro da economia-mundo no período que compreende 1848 a 1873, ou a fase ascendente do 2º Kondratieff, ocasionou o aumento das demandas por produtos agrícolas e por matérias-primas nos territórios periféricos (MAMIGONIAN, 1999)²¹, convertendo-os em espaços funcionais aos interesses dos países centrais. O uso do território bem como a constituição do meio técnico no Rio Grande do Norte esteve relacionado ao atendimento dessas demandas externas que conformaram e consolidaram diversas especializações regionais subordinadas a comandos exteriores, conforme demonstrado anteriormente.

Assim, ritmados pelo acontecer externo o uso do território durante este primeiro momento esteve vinculado às ondas de expansão no centro da economia-mundo. No entanto, a partir de 1873, momento em que emerge a fase descendente do 2º Kondratieff e, logo, um arrefecimento nas demandas de produtos agrícolas e de matéria-prima dos territórios periféricos, constatamos o início de um processo de expansão de circuitos produtivos industriais que não se relacionam ao atendimento de demandas externas, mas sim a dinamismos que encontravam suas raízes no interior da própria formação socioespacial brasileira²².

²¹ Apesar de divergências em suas abordagens os trabalhos de Estey (1956) e Mandel (1985) também apontam a existência de ciclos ou de ondas longas de expansão do capitalismo. Em ambos os casos os períodos de ascensão e recessão são mais ou menos coincidentes.

²² Embora apresentando enormes diferenças teóricas entre si, os estudos realizados por Simonsen (1970), Furtado (1971) e Cano (1998), apontam esse momento como sendo fundamental para essa expansão dos circuitos industriais no Brasil.

Investimentos de grande, médio e pequeno porte que anteriormente se direcionavam aos circuitos produtivos industriais diretamente demandados do exterior, foram, em parte, canalizados para circuitos que atendiam as necessidades domésticas do território potiguar e da formação socioespacial brasileira. Desse modo, constatamos que a partir de 1880 novas variáveis passaram a influenciar na estruturação dos territórios, de modo que havia usos que tanto se orientavam para circuitos demandados do exterior, quanto usos que conformavam circuitos industriais voltados para economia regional.

É exatamente nesse momento, década de 1880, que surge a primeira indústria de produtos têxteis no território potiguar, conforme já apontado anteriormente. Tratava-se de um estabelecimento originado a partir de capitais outrora empregados nos circuitos extravertidos, principalmente no que dizia respeito à comercialização de açúcar e pluma de algodão (ANDRADE, 1981), mas que foram (re)direcionados para produção de tecidos que se destinavam ao atendimento das demandas internas.

Constituíam-se uma produção mais orientada para o interior do território potiguar e que também encontrava impulso para sua expansão na formação ainda incipiente de um mercado consumidor local que, pouco a pouco, foi ensejando novas demandas por produtos alimentícios, vestuários, móveis etc., em síntese, produtos indispensáveis para manutenção da vida cotidiana.

Além disso, também exerceu influência no surgimento desses circuitos mais regionais a existência de um “Brasil arquipélago” de que nos fala Santos e Silveira (2005). Tal situação ao mesmo tempo em que isolava as regiões, também fomentava a constituição desses circuitos produtivos, pois a falta de uma integração do território nacional e mesmo regional encarecia, substancialmente, os fluxos de mercadorias e inviabiliza, em muitos casos, o seu consumo para além de sua região produtora.

Aqui a formação socioespacial brasileira agia como vetor interno que impulsionava a emergência de novas formas de uso do território a partir da expansão de circuitos produtivos mais regionais, que tanto surgiam em função de uma substituição de importações (TAVARES, 1974; SINGER, 1997), quanto para atender as demandas básicas das populações regionais que não tinham condições de arcar com consumos mais onerosos, provindos das importações.

É lógico que as enormes diferenciações e desigualdades regionais no âmbito da formação socioespacial brasileira não permite falar em um processo uniforme de expansão dos circuitos industriais. Como aponta Santos (2005, p. 63) havia e sempre haverá no Brasil “uma complexa organização territorial e urbana (que) guarda

profundas diferenças entre suas regiões”. Assim, em cada uma das suas regiões, bem como no interior de cada um dos estados que as compõe, o processo de expansão dos circuitos industriais aconteceu de modo diverso e se relacionando também às próprias dinâmicas geradas regionalmente.

A trama de acontecimentos que passou a reger os usos do território proporcionou a constituição desigual e diferenciada de uma série de circuitos produtivos em praticamente todas as regiões do território nacional, que pelas suas características existenciais, estamos aqui denominando-os de circuitos espaciais elementares (SANTOS, 1979a)²³. Os circuitos produtivos elementares se caracterizavam essencialmente por uma produção artesanal ou no máximo manufatureira. A incorporação de técnicas de produção e de capitais era bastante reduzida e, de maneira geral, esse circuito produtivo se fundamentava no trabalho intensivo de seus agentes sociais.

Nas cidades, esse circuito produtivo da indústria se revelava como uma dimensão importante na formação dos circuitos da economia urbana, sobretudo, do circuito inferior²⁴ em função de suas incorporações de técnicas e de capitais. Na essência os circuitos espaciais produtivos da indústria e circuitos da economia urbana formavam a partir de uma multiplicidade de divisões territoriais do trabalho, a estrutura dos usos do território no Rio Grande do Norte.

No entendimento desses circuitos produtivos é preciso levar em consideração que tendo o território potiguar suas principais dinâmicas geradas a partir de vetores

²³ Já na obra “Espaço Dividido” Milton Santos (1979a) chama atenção para um circuito produtivo industrial elementar. Aqui estamos retomando essa conceituação para analisar o uso do território pelos circuitos produtivos da indústria.

²⁴ Aqui é preciso estabelecer uma diferença entre a teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970, teoria esta que se encontra nas obras “Les Villes Du Tiers Monde” de 1971 e, sobretudo, na obra “L’espace Partagé” de 1975, publicada no Brasil com o título de “Espaço Dividido” em 1979; e as teorizações em torno dos circuitos espaciais produtivos que se apresenta de modo mais disperso em artigos (1986) e em algumas obras do autor como Espaço e Método (1985a), Metamorfose do Espaço Habitado (1988) e no livro O Brasil (2005) desenvolvido em parceria com Maria Laura Silveira. Enquanto a teoria dos dois circuitos da economia urbana tem como cerne a compreensão do processo de urbanização das cidades nos países subdesenvolvidos a partir da existência de dois circuitos, um circuito superior – composto pelos bancos, comércio, indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores; e um circuito inferior – que se constitui pelas formas de fabricação de uso não intensivo de capital, pelos pequenos comércios e pelos serviços não modernos, voltados, sobretudo, para o consumo dos mais pobres; as teorizações sobre os circuitos espaciais produtivos intentam compreender as diferentes fases do processo geral de produção e da circulação, ou seja, sua análise abarca a produção propriamente dita, a distribuição, a comercialização e o consumo (ARROYO, 2008). Apesar das diferenças entre os dois sistemas conceituais autores como Arroyo (2008), Silveira (2007; 2010) e Silva (2012) já apontaram os intercruzamentos e os pontos de contato entre esses dois sistemas teóricos que nos possibilitam englobá-los em uma única análise.

externos o que, de modo geral, não possibilitava uma apropriação mais regional do excedente produzido, a expansão de circuitos industriais ritmados com um acontecer mais horizontal se dava de maneira lenta e incipiente, mas isso não quer dizer que eles fossem inexistentes. Apesar de toda essa sangria territorial de capitais para o exterior, constatamos a expansão de circuitos produtivos, principalmente dos circuitos elementares, que não precisavam de grandes somas de capitais e nem de maiores incorporações tecnológicas para iniciarem seu processo produtivo.

Os circuitos mais ritmados com um acontecer horizontal se expandem no território potiguar desde meados do século XIX. Takeia (1985), aponta a existência de pequenos estabelecimentos artesanais voltados para a produção de tecidos grossos em São José de Mipibú, outros espaços como Natal e Mossoró também possuíam pequenos estabelecimentos artesanais que produziam tecidos e produtos alimentícios que, de forma geral, supriam perfeitamente as parcas demandas de um mercado consumidor local e regional.

Um incremento maior a essa forma de uso do território ocorreu no início do século XX, momento em que a retomada nas exportações em alguns circuitos produtivos, como o têxtil-algodoeiro em praticamente todas as regiões do estado, produziu uma dinâmica regional capaz de fomentar, mesmo que timidamente, alguns circuitos produtivos. Além disso, o aumento das classes urbanas que viviam do comércio e da administração pública, principalmente, em Natal e Mossoró também incrementava esse circuito industrial regional.

As informações referentes ao início do século XX apontam para a existência de pouco mais de 10 estabelecimentos no Rio Grande do Norte (BRASIL, 1907), sendo que já nos inquéritos de 1920, esse número salta para 197 estabelecimentos, o que representa um incremento formidável se não fosse, em parte, enganoso. É preciso relativizar muito essas informações, sobretudo, porque esses primeiros censos industriais, conforme aponta Singer (1997), eram pouco abrangentes, de modo que os primeiros contemplaram somente os maiores estabelecimentos. Já as pesquisas de 1920 abarcaram um universo bem mais amplo de empresas, englobando os pequenos estabelecimentos, sem, no entanto, cobrir todo o universo existente.

O que podemos depreender é que já no início do século o território potiguar apresentava uma gama de circuitos produtivos que se no âmbito da formação socioespacial brasileira não apresentam grande relevância, em se tratando do Rio Grande do Norte, esses circuitos foram fundamentais para a constituição de usos do

território pelos agentes não hegemônicos, pois eles tanto se mostravam mais aderente com as demandas e necessidades das sociedades locais, quanto apresentavam um comando regional de suas ações.

Além disso, podemos afirmar que do total desses estabelecimentos, excetuando a indústria têxtil, mais de 90% eram de circuitos elementares, isto é, eles faziam parte de uma pequena produção que apresentava baixo índice de capital e de tecnificação (Tabela 1). A grande indústria como a conhecemos se restringia a no máximo meia dúzia de estabelecimentos que estavam ligados a produção de tecidos e a produção de óleos vegetais. Tanto é assim que do total de estabelecimentos existentes em 1920 somente onze tinham entre 20 e 50 trabalhadores e apenas três excediam a marca dos cinquenta, com dois ultrapassando a marca dos cem trabalhadores (BRASIL, 1920).

Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte em 1920	Estabelecimentos
1 INDUSTRIA TÊXTIL	115
Fiação e tecelagem de algodão	1
beneficiamento de algodão	114
2 INDUSTRIA DE MADEIRA	1
Serraria	1
3 METALURGIA	0
4 CERAMICA	13
Olaria	13
5 PRODUTOS QUÍMICOS	6
F. de sabão	5
Óleos vegetais	1
6 IND ALIMENTAÇÃO	46
Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca, trigo e polvilho	35
Refino de açúcar	1
Bebidas alcoólicas e xaropes	3
Cigarros, charutos e fumos	7
7 IND. VESTUÁRIO E TOUCADOR	4
Calçados de couro	4
6 IND. MOBILIARIO	0
7 IND. EDIFICAÇÃO	11
Fabricação de cal e cimento	11
8 CONSTRUÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTES	0
9 PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE FORMA FÍSICA	1
Fabricação de gelo	1
Total	197

Tabela 1: Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte em 1920

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo de 1919 (BRASIL, 1920).

Ainda de acordo com os dados do censo de 1920, dezesseis desses estabelecimentos tinham menos de quatro trabalhadores e a maioria quase absoluta, ou seja, 167 tinham entre quatro e dezenove (BRASIL, 1920), o que já nos fornece alguns indícios do caráter desse circuito com relação ao predomínio do trabalho intensivo. Vale salientar que muitos dessas unidades produtivas se constituíam em típicos micro estabelecimentos familiares, nos quais um ou dois membros de uma família contavam com o apoio de alguns contratados em momentos de maior intensidade nas demandas. Aliás, Mamigonian (1969), já havia revelado a importância desse tipo de estabelecimento para o processo industrial brasileiro.

Quando tomamos a incorporação técnica apresentada pelos estabelecimentos industriais no Rio Grande do Norte, o predomínio dos circuitos elementares fica ainda mais evidente, pois o grosso dos maquinários existente estava empregado no beneficiamento de algodão, nas fabricas de produção de tecidos e nas usinas de açúcar. Assim, apenas 10% dos estabelecimentos concentravam quase 80% da força motriz existente no território norte-rio-grandense, com o restante dos estabelecimentos, ou seja, 90% perfazendo os 20% restante. Por sua vez, as inversões de capital nos dão outra dimensão desse processo. Ainda com base nesses dados do censo econômico, podemos inferir que do volume de investimentos de toda a indústria, mais de 70% de todas as inversões de capital se concentrava em menos de 10 estabelecimentos.

Constatamos, pois, que esses circuitos produtivos constituíam a maioria dos estabelecimentos existentes no Rio Grande do Norte nesse período e que, conseqüentemente, eram fundamentais para os usos do território, especialmente àqueles de base mais horizontal.

Podemos dizer que a economia dos invisíveis de que nos fala Arroyo (2008), se fazia presente no território potiguar no início do século mesmo que apresentando características diferentes, pois naquele momento esses circuitos eram muitos mais tributários de um acontecer regional que pouco ou, quase nunca, excediam a uma circulação que ultrapassasse os limites da região de influência.

Como se tratava de circuitos produtivos aderentes a comandos regionais, o circuito de alimentos era o que aparecia com a maior importância para essa forma de uso do território, principalmente porque não demandava grandes apropriações técnicas nem maiores inversões em capitais. De acordo com dados do censo de 1920 os circuitos alimentícios respondiam por pouco mais de 20% do Valor de Transformação Industrial (VTI), atrás somente da indústria têxtil, que composta basicamente pelo beneficiamento

de algodão voltado para exportação, respondia por mais 76% do VTI do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1920), o que evidencia a importância do circuito de alimentos para a compreensão dos usos do território potiguar naquele princípio de século.

De modo geral o circuito produtivo de alimentos trabalhava com matérias-primas regionais e as transformava em produtos para o consumo de todo o estado. Alguns desses circuitos de alimentos já apresentavam produtos básicos para culinária potiguar, com destaque para queijo e manteiga, mais concentrados na Região Seridó e para farinha de mandioca, mais dispersa pelo território.

Desses circuitos o que apresentava uma maior expansão era o circuito da farinha de mandioca. As principais cidades em cada uma das regiões do território potiguar apresentavam pelo menos um estabelecimento que se encarregava de suprir as demandas do mercado regional. De acordo com os dados industriais do censo de 1920, havia no Rio Grande do Norte pelo menos 35 estabelecimentos destinados a produção de farinha. A partir das informações contidas no documento produzido por Domingos de Barros (1908), referente aos estabelecimentos presentes na Exposição Nacional de 1908, também podemos dizer que esse tipo de circuito estava disseminado por todo o território potiguar, inclusive em municípios como Açú, Apodi, Pau dos Ferros, Martins e Augusto Severo (atual Campo Grande) que hoje não apresentam uma posição destacada no circuito espacial produtivo da farinha. Mesmo estando um pouco mais difundido acreditamos que a Região Agreste era a que apresentava uma maior concentração de estabelecimentos, uma vez que estes se destinavam tanto ao suprimento de sua demanda, quanto àquela oriunda do principal centro consumidor do estado, o da cidade de Natal.

É preciso apontar que esse circuito de produtos regionais não se restringia a produção de alimentos, dado que constatamos a existência de produções relacionadas a outras matérias-primas regionais, tais como algodão, redes de dormir, toalhas e fronhas bordadas, rendas etc., e a palha de carnaúba com a produção de cordas e chapéus. Somente a partir dos dados de Barros (1908), que dão conta apenas dos estabelecimentos presentes na Exposição Nacional, verificamos a existência de um número considerável de estabelecimentos vinculados a produtos derivados do algodão, com destaque para Caicó (com onze unidades) e São Miguel (com três unidades). No que diz respeito ao circuito que usava a palha de carnaúba como matéria-prima, é possível verificar uma produção constante de cordas e chapéus localizada no Vale do

Açu e que chegava a apresentar fluxos destinados as principais praças comerciais do Centro-Sul via porto de Macau, desde o final do século XIX (SOUZA, 1997).

Havia também circuitos produtivos que não estavam diretamente relacionados à transformação de produtos regionais como o caso das fabricas de bebidas, de fumo e cigarros, de calçados, de sabões e de velas que apresentavam uma tímida expansão. De acordo com os dados do censo de 1920 (Tabela 1), esses circuitos possuíam uma densidade técnica e de capital mais elevada e conseqüentemente, se apresentavam mais concentrados no território. É provável que em Natal e Mossoró se localizassem a maioria desses estabelecimentos em virtude da maior dinâmica populacional e econômica que apresentavam.

Quando predominava um meio geográfico ainda insuficientemente equipado com objetos técnicos que assegurassem uma maior fluidez, a circulação era dificultada e o território era viscoso. Tal situação geográfica era uma realidade para todos os produtos que necessitavam circular para além de sua região produtiva. No entanto, mesmo sendo este aspecto uma realidade de todo o território norte-rio-grandense, para alguns circuitos essa situação pesava mais do que para outros. Dentre esses, se destaca o circuito produtivo de telhas e tijolos, principalmente, por causa da densidade e da quantidade de material a ser transportado.

Os dados referentes a esse circuito dão conta de que no início do século ele era um dos que apresentavam grande difusão no território potiguar com um total de 13 estabelecimentos (BRASIL, 1920). Acreditamos que a espacialização destes estabelecimentos ceramistas contemplava todas as regiões potiguares, o que se tornava necessário dado às condições de circulação supracitadas e se comprovava pelo fato de que no transporte ferroviário inexistiam fluxos dessa mercadoria. Dito com outras palavras, esse relativo isolamento geográfico acabava condicionando a existência de unidades produtivas em praticamente todas as cidades pólo do Rio Grande do Norte que ficavam encarregadas de atender sua demanda e a de sua área de influência, produzindo, desse modo, fluxos quase que estritamente dentro de sua região.

Em todos os casos supracitados o que temos é uma pequena produção artesanal que se utilizava de sistemas técnicos próprios ou herdados culturalmente que se reproduziam regionalmente a partir de uma contigüidade espacial. Em uma palavra, o que prevalecia aqui eram usos do território nos quais a solidariedade orgânica funcionava como a principal variável de estruturação regional (SANTOS 1996), nos

revelando outra face da dinâmica territorial que não estava diretamente comandada externamente.

Há ainda que se pontuar o surgimento de pequenos estabelecimentos que produziam açúcar de inferior qualidade, rapadura e aguardente com o objetivo de atender o mercado regional. De acordo com Takeia (1985, p. 35), já nas primeiras décadas do século XX “as engenhocas para fabricação de aguardente e rapadura eram em número superior aos engenhos de fabricação de açúcar”. No entanto, a única usina existente juntamente com os engenhos centrais apresentavam uma produção muito superior daquela composta pela maioria das engenhocas, principalmente porque estas tinham uma baixíssima produtividade o que evidenciava o seu caráter de pequena produção com pouca aquisição de técnicas e capitais. As transformações na divisão territorial do trabalho na década de 1930, conforme demonstraremos, acentuou a proliferação dessas pequenas unidades voltadas para um consumo regional.

Em síntese, do que foi colocado podemos depreender que a estruturação dos circuitos produtivos a partir do advento de uma indústria doméstica, passou a obedecer a duas segmentações, uma voltada para o mercado externo e outra que se direcionava para o mercado interno. Foi essa dialética socioespacial de fatores concretos (SANTOS, 1985b), que se combinavam de maneira conflituosa e interdependente em cada uma das regiões, que, em parte, passou a reger os usos do território no Rio Grande do Norte a partir desse momento.

CAPÍTULO 2: CIRCULAÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO EM TEMPOS DE MEIO TÉCNICO

Os usos do território não se explicam somente pela compreensão dos espaços da produção propriamente dita (MARX, 1985; SANTOS 1985a). Faz-se necessário também lançar luz sobre um conjunto de operações que se encontram não somente na esfera da circulação das mercadorias, mas também da circulação de ideias, ordens e capitais. É preciso, pois, dissecar o processo de circulação do valor no território, bem como os círculos de cooperação que dão suporte e dinamizam a realização do processo produtivo.

Enquanto a circulação põe em movimento um mundo de mercadorias, pois além de produzir é preciso colocar a produção em movimento (SANTOS, 1985a, 1986) como forma de garantir a extração da mais-valia e a consequente reprodução do capital, os círculos de cooperação no espaço estão intimamente relacionados com os fluxos imateriais que se tornam, cada vez mais, imperiosos para a reprodução do capital, sobretudo por causa da necessidade de reunir “o que o processo produtivo havia separado em diversas empresas e lugares” (SANTOS, 1985a). Como expõem Castilho e Frederico (2010, p. 6) os círculos de cooperação “tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente”.

É nesse sentido que buscaremos analisar como essas dimensões do processo produtivo se apropriaram e usaram o território potiguar ao longo desse primeiro período histórico, uma vez que conforme apontam Santos e Silveira (2005), sem a compreensão do movimento de informações, mercadorias, ordens e capitais é impossível revelar, em toda plenitude, o uso que os agentes sociais fazem do território.

2.1 Os círculos de cooperação e os conteúdos normativos dos circuitos produtivos

A compreensão do uso do território pelo circuito espacial produtivo da indústria exige que lancemos nossa análise para um conjunto de ações que se encontram na esfera

da circulação de capitais, de técnicas, de informações e no estabelecimento de normas, bem como de instituições, isto é, exige a compreensão dos círculos de cooperação que se agregam ao espaço com o fito de dinamizar o processo produtivo por meio da realização dos fluxos imateriais que são ao mesmo tempo o ponto de partida e de chegada para a existência dos circuitos produtivos. A partir das reflexões de George (1968, p. 214), podemos dizer que a constituição de um circuito produtivo requer um conjunto de “relações invisíveis” que garantem a transmissão de informações econômicas, a transferência de capitais e de ordens; em suma, supõem a existência de um sistema de ações imprescindível à realização e comando dos circuitos.

No âmbito de um espaço derivado, os círculos de cooperação, via de regra, são expressões imateriais das formas de uso do território demandadas e comandadas hierarquicamente e, desse modo, tem como função precípua garantir a ampliação e reprodução do sistema de ações vigente.

Em nossa análise dos círculos de cooperação que emergem dos usos do território potiguar, privilegiaremos, inicialmente, o período que se estende de 1860 até 1930, sobretudo, porque este foi o momento em que a província do Rio Grande do Norte, presenciando substancial avanço nos circuitos açucareiro e, posteriormente, no têxtil-algodoeiro, procurou, de forma um pouco mais sistemática, estabelecer e mesmo fortalecer os principais círculos de cooperação que davam sustentação a esses circuitos. No entanto, isto não quer dizer que inexistam círculos de cooperação anterior a este momento, tanto em nível da formação socioespacial brasileira quanto da província do Rio Grande do Norte, sempre houveram ações esparsas no sentido de dinamizar, principalmente, o circuito açucareiro. Assim, sempre que necessário recorreremos a momentos pretéritos como forma de elucidarmos o surgimento ou algum aspecto de um círculo de cooperação determinado.

Os primeiros círculos que tem lugar no Rio Grande do Norte são para favorecer o então circuito dominante, quer dizer, o circuito açucareiro. Vale destacar que nesse caso havia um enorme esforço do governo geral no sentido potencializar os usos do território por parte desse circuito. Desse modo, se estabelecia uma solidariedade entre as ações engendradas pelo governo geral com as dos governos provincianos que também buscavam estabelecer normas e incentivos que beneficiassem o circuito açucareiro.

Desde que o açúcar brasileiro começou a ser deslocado no mercado internacional pelo açúcar de beterraba e por aquele produzido em Cuba com modernos sistemas técnicos (ANDRADE, 1981), o governo brasileiro procurou estabelecer círculos de

cooperação com o objetivo central de modernizar todas as dimensões do circuito açucareiro, desde a inserção de novas espécies de cana-de-açúcar, passando pela modernização do beneficiamento e do refino do açúcar, até etapas concernentes à circulação, que a esta época significou amplo incentivo a produção do sistema ferroviário.

A criação de círculos de cooperação se dava sob a forma de normas e leis que garantiam empréstimos diretos, isenções fiscais sob o direito de importação de máquinas, reduções de fretes no sistema ferroviário e concessões as empresas etc. A indústria açucareira era a mais beneficiada com este sistema de ações e, de acordo com Suzigan (1986, p. 41), esta foi a única indústria que durante este momento recebeu, sistematicamente, incentivos e subsídios por parte dos poderes estatais.

Um dos primeiros círculos de cooperação se deu sob a forma de incentivos para os agentes que realizassem investimentos na modernização do processo produtivo do circuito açucareiro por meio dos engenhos centrais. De acordo com dados arrolados por Eisenberg (1977, p. 115)²⁵, o território potiguar recebeu fundos imperiais para financiar os engenhos centrais sob a forma de concessão as empresas interessadas. De 1881 a 1889 várias empresas de capitais ingleses receberam concessões para montagem desses empreendimentos, sendo que no Rio Grande do Norte foram concedidos incentivos para a montagem de dois engenhos (EISEMBERG, 1977). No entanto, é preciso destacar que muitos desses investimentos se mostraram infrutíferos, pois vários engenhos centrais pouco produziram ou, ainda, sequer entraram em funcionamento conforme atestam Eisenberg (1977) e Suzigan (1986).

Os círculos de cooperação que se estabeleciam também concediam isenções fiscais para importação de maquinário em geral, que na maioria dos casos, eram adquiridos na França, Inglaterra e Estados Unidos. Aqui o uso desigual e combinado do território se exibia em praticamente todos os seus aspectos, dado que se os fluxos gerados por esses países em direção ao Brasil eram de bens com alta incorporação tecnológica e que exigiam altas inversões em capitais, o movimento contrário, ou seja, os fluxos que saíam do Brasil em direção a esses países, eram de produtos agrícolas com baixa incorporação. As reflexões de Harvey (2013) captam a essência desse movimento quando este aponta que, se em um primeiro momento, a expansão capitalista para os territórios periféricos se deu para garantir fluxos de matéria-prima e

²⁵ De acordo com Eisenberg (1977, p. 115) o Rio Grande do Norte entre os anos de 1881 e 1889, teve acesso a 3900 contos de réis para financiar os engenhos centrais.

de produtos agrícolas para seus mercados consumidores, posteriormente, esses mesmos espaços foram transformados em pontos receptores de produtos industriais com maiores incorporações tecnológicas.

Estas normas se coadunavam com outros sistemas de ações criados em nível de província para atender aos desígnios do circuito exportador. Falando com outros termos, podemos dizer que atendendo aos anseios dos agentes hegemônicos, neste caso, os senhores de engenho, a província do Rio Grande do Norte também constituiu círculos cooperativos visando o fortalecimento do circuito açucareiro. Na década de 1890 e nos primeiros anos do século XX, foram concedidas concessões por meio de empréstimos do Tesouro aos principais engenhos do Rio Grande do Norte (TAKEIA, 1985)²⁶.

Os círculos de cooperação também se davam no sentido de modernização do meio geográfico com a introdução do sistema ferroviário. As normas e concessões federais que novamente se juntavam as estabelecidas pela província do Rio Grande do Norte, forneceram subsídios para as empresas que explorassem a circulação de mercadorias por meio do sistema ferroviário.

O momento seguinte ao da introdução do sistema ferroviário foi aquele em que se intensificaram círculos de cooperação que buscavam modernizar o processo produtivo a partir da introdução das usinas. De acordo com Souza (1997, p. 213), temos a partir desse momento uma sucessão de normas, leis e decretos que procuravam transferir recursos dos cofres estatais para o circuito açucareiro como forma de salvaguardar a sua existência²⁷.

A intencionalidade central desse sistema de ações era fazer o circuito açucareiro reconquistar mercados no âmbito internacional e, assim, aumentar suas taxas de exportações, pois desde o início dos anos de 1890, conforme já evidenciado anteriormente, o que se constatou foi uma queda vertiginosa no volume exportado, de vez que os agentes desse circuito acreditavam ser possível reverter esta situação por meio de incentivos governamentais que privilegiassem a expansão das usinas. No entanto, conforme aponta Souza (1989), poucas foram as ações que realmente saíram do papel e se concretizaram em usinas destinadas a produção açucareira, de modo que,

²⁶ De acordo com Takeia (1985, p. 33), o decreto estadual nº 76 de 31 de março de 1897 concedia empréstimos aos senhores de engenhos que atuavam no território potiguar.

²⁷ As leis de Nº 275, de novembro de 1909 e a de Nº 439, de novembro de 1918, bem como os decretos de Nº 432 e o de Nº 459, visavam “amparar” os agentes do circuito açucareiro das mais variadas formas, desde a concessão de empréstimos aos incentivos a montagem de usinas no Rio Grande do Norte.

cada vez mais, o circuito restringia sua capacidade produtiva e seus espaços de atuação. Parece, então, que estava selado o destino do circuito que durante longos anos houvera sido a principal mola propulsora e dinamizadora dos usos do território potiguar. Mesmo em franca decadência, as consequências desse circuito para a desigual estrutura territorial do Rio Grande do Norte eram e ainda são danosas.

Mesmo presenciando um recrudescimento tanto em seus espaços produtivos quanto nos espaços de realização de sua mercadoria, os anseios dos agentes do circuito açucareiro ainda representavam importante força política no comando dos usos do território no Rio Grande do Norte, tanto é assim que o início do processo de financeirização do território se deu para atender as necessidades de financiamento desse circuito, mesmo que posteriormente o circuito têxtil-algodoeiro tenha cooptado e comandado esse sistema de crédito.

Nesse momento os círculos de cooperação creditícios para o circuito açucareiro, estavam diretamente comandados pelas casas exportadoras que lhes forneciam empréstimos com altas taxas de juros para o financiamento de todo processo de produção do açúcar. De acordo com Takeia (1985)²⁸, foi tentando romper com esta dependência e lógica de funcionamento que se incentivou a existência de canais de créditos oficiais. Aqui o que temos é o Estado atuando no sentido de resolver uma contradição básica do capital, que é aquela que, muitas vezes, se estabelece entre o capital financeiro e o capital produtivo; nesse sentido, as palavras de Harvey (1981, p. 244) são esclarecedoras “el sistema de crédito es un producto de los propios esfuerzos del capital para resolver las contradicciones internas del capitalismo”.

Inicialmente o governo da província concedeu incentivos creditícios para a instituição financeira que “viesse a se estabelecer na capital para o auxílio à lavoura do açúcar (TAKEIA, 1985, p. 104)”, posteriormente, houve novas ações no sentido de ampliar as carteiras de créditos aos produtores de açúcar, até que em 1909 ocorreu a criação do primeiro banco do Estado do Rio Grande do Norte, que contou com capitais franceses em seu processo de consolidação (TAKEIA, 1985).

A criação de um sistema de ações bancário inseria, assim, novas possibilidades de cooperação para o circuito açucareiro que não ficaria restrito aos créditos e financiamentos das casas comerciais e dos capitais ingleses. O Banco de Natal, como foi denominado, surge então para garantir financiamento estatal barato para o circuito

²⁸ Mais adiante evidenciaremos que mesmo com meios oficiais de financiamento, muitos produtores ainda ficavam na dependência das casas exportadoras.

açucareiro. Podemos dizer que se constituía assim uma trama de acontecimentos que iam tecendo e fortalecendo os primeiros círculos de cooperação creditícios no Rio Grande do Norte, sob o comando do circuito canavieiro.

Se o circuito canavieiro foi responsável pela criação dos primeiros círculos de cooperação creditícios, isto é, pela criação do primeiro banco do território potiguar, seu adensamento e expansão foi comandado pelo emergente circuito têxtil-algodoeiro, que além de fomentar a criação de novas agências bancárias, incentivou o surgimento de uma série de órgãos e instituições diretamente ligadas aos seus interesses.

Assim, o advento desse circuito ao mudar o eixo de comando do território potiguar conforme já estabelecido, configurou uma nova lógica de funcionamento dos círculos de cooperação que, doravante, se voltaram, prioritariamente, para atender as demandas da produção, da circulação e comercialização do algodão. Tanto num como noutro caso, os círculos de cooperação favoreceram uma divisão hierárquica do trabalho na qual o Rio Grande do Norte era a peça mais frágil e dependente do sistema, pois resumia sua participação por meio de exportações de produtos agrícolas e matérias-primas. Destarte, os fluxos engendrados pelos círculos de cooperação fomentam e, muitas vezes, perpetuam esse uso desigual do território.

Desenhou-se, portanto, uma nova estrutura de uso do território que exigia novos círculos de cooperação. De acordo com Monteiro (2007), nas primeiras décadas do século XX emergiram uma série de instituições que atestam esse novo momento, são elas: Departamento Estadual de Agricultura (1920), com forte ligação com os produtores algodoeiros, e os serviços estaduais do algodão (1924) e de classificação do algodão (1927); nas palavras da autora, tais instituições visavam “melhorar a qualidade da matéria-prima produzida no estado” (MONTEIRO, 2007, p. 135).

O aumento exponencial dos fluxos comerciais engendrados pelo circuito têxtil-algodoeiro elevou os fluxos de capitais para os cofres públicos o que, por conseguinte, contribuiu para o fortalecimento do círculo financeiro com a expansão do sistema bancário e a consolidação de um sistema de ações que, cada vez mais, expandia linhas de crédito diretamente relacionadas ao circuito emergente. Se, por um lado, a expressão concreta desse processo era a consolidação do Banco de Natal e o surgimento de duas agências do Banco do Brasil, uma em Natal e a outra em Mossoró, esta um dos pólos mais dinâmicos do beneficiamento e comercialização do algodão, por outro, havia novas linhas de crédito bancário voltadas para a produção e o beneficiamento do algodão subsidiadas por outros órgãos governamentais.

A formação de círculos financeiros ainda ganharia uma nova expansão com a criação de bancos e caixas rurais que se estabelecendo em cidades como Acari, Caicó e Macau, aumentavam as possibilidades de financiamento principalmente para os produtores e beneficiadores do circuito têxtil-algodoeiro.

Na medida em que o circuito têxtil-algodoeiro expandia seus espaços de produção e de beneficiamento, demandava-se novas ações que garantissem um sistema de objetos destinados não somente ao financiamento, ou seja, a circulação de capitais, mas também que favorecesse a criação de um sistema de objetos diretamente relacionados à circulação de mercadorias. Os incentivos fiscais estabelecidos para abertura e capeamento de estradas vicinais, como por exemplo, a que fazia a ligação da Região de Natal com a Região Seridó, para o melhoramento das condições portuárias e para construção das linhas ferroviárias que cortassem as áreas produtoras de algodão (TAKEIA, 1985), fazem parte do rol de ações que compunham os círculos de cooperação do circuito têxtil algodoeiro.

Se concretizava, desse modo, uma nova camada da divisão hierárquica dos territórios, na qual os círculos de cooperação serviram para incrementar novos fluxos de capitais, técnicas e informações que atendessem as novas funcionalidades da economia, mas sem romper com a lógica dependente e extravertida de uso do território predominante no Rio Grande do Norte.

Outros círculos de cooperação se estabeleceram para atender a circuitos espaciais que não tinham o mesmo poder de comando que o circuito açucareiro e o têxtil-algodoeiro, mas que apresentavam grandes fluxos de mercadorias e de capitais para a província do Rio Grande do Norte, tais como o circuito espacial salineiro e o circuito da cera de carnaúba, chegaram influenciar no surgimento de ações e de círculos de cooperação mesmo que de modo bastante incipiente.

O circuito salineiro talvez seja o exemplo mais eloquente dessa situação, pois a sua constituição contou com normas e leis que estabeleciam um monopólio do uso do território, primeiro em favor da metrópole, nos tempos de colônia e, posteriormente, já no período republicano em favor da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu. Esta companhia com sede no Rio de Janeiro ganhou o direito de explorar a indústria salineira no Rio Grande do Norte até 1920, ano em que o decreto que garantia sua existência foi

anulado (COSTA, 1993; ANDRADE, 1995²⁹). Assim, havia não somente um espaço derivado voltado para demandas externas, mas um espaço no qual seu uso monopolístico era garantido por meio de normas e leis estranhas aos agentes do lugar que eram impedidos de participarem desse circuito.

Essas aferições nos permitem dizer que esses circuitos produtivos engendraram uma solidariedade organizacional entre diversas instituições estatais tais como bancos e departamentos de agricultura e de obras públicas, com o objetivo de dinamizar todas as instâncias do processo de produção por meio de ações e objetos técnicos. Em suma, engendraram círculos de cooperação que aumentaram exponencialmente os fluxos de capitais, técnicas e informações que fortaleceram desse modo, uma divisão hierárquica do trabalho no espaço derivado norte-rio-grandense.

2.2 Circulação e território extravertido no Rio Grande do Norte

A constituição de espaços derivados também se fundamentava na existência de um sistema de circulação que garantisse a conexão entre os espaços produtivos com as áreas destinadas a distribuição e escoamento das mercadorias para os principais espaços consumidores. Desse modo, se estabeleciam ligações territoriais não para atender as demandas e necessidades da região ou da formação socioespacial, mas sim do circuito exportador de onde provinha o comando político do território. Sob esses preceitos o sistema de circulação, ou seja, o sistema de transportes reforçava e acentuava a existência de um “espaço derivado, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos” (SANTOS, 1980, p. 97).

No território potiguar os primeiros espaços de fluxos foram engendrados pelo circuito açucareiro que, ao longo da zona da mata norte-rio-grandense, abriu estradas para favorecer a circulação de seu principal produto. Além disso, o circuito açucareiro foi responsável por estabelecer as primeiras conexões entre esta zona produtora de açúcar com os espaços interioranos que, no âmbito de uma primária divisão do trabalho

²⁹ De acordo com as informações de Costa (1993) e Andrade (1995) o fim do monopólio da metrópole se consumou pelo alvará de 1803; no entanto outro monopólio seria estabelecido pelo decreto nº 10.413 promulgado pela união em favor Companhia Nacional de Salina Mossoró-Açu.

no espaço regional, se ocupavam da produção de bens de subsistência destinados ao consumo do espaço produtor de açúcar.

Como apontam Takeia (1985) e Felipe (1988), nesse primeiro momento o que havia eram precárias “estradas carroçáveis” por onde circulavam comboios e tropas de mulas responsáveis por escoarem a produção a ser exportada (açúcar e depois a pluma do algodão) para os espaços portuários, bem como para distribuírem nos espaços interioranos, os produtos que adentravam no território potiguar. Se engendrava uma configuração territorial na qual as principais vias de circulação levavam a uma zona portuária ou a cidades comerciais que se encarregavam de finalizarem o processo ao realizarem a última conexão com os portos. Se, por um lado, cidades como Mossoró e Assú se destacavam nessa hierarquia, pois comandavam os fluxos do Alto Oeste, da Região Central e de parte do Seridó a serem exportados via portos de Areia Branca e Macau; por outro, Macaíba e Natal³⁰ se constituíam noutro ponto nodal do território, pois congregavam os fluxos da Zona da Mata norte-rio-grandense, de partes da Região Agreste e da Região Seridó. Assim, mesmo que precariamente se formavam os primeiros espaços de fluxos no Rio Grande do Norte a partir de ligações extravertidas que direcionavam as vias de circulação de dentro para fora do território, conforme revela o mapa 6.

Usando as palavras de Santos e Silveira (2005) podemos dizer que o Rio Grande do Norte ainda aparecia como um “território viscoso”, visto que no meio geográfico ainda não havia a introdução de grandes sistemas técnicos nem o uso de meios de transportes que garantissem uma fluidez mais eficiente, isto é, que acelerassem a circulação de mercadorias e de pessoas no território.

A introdução e conversão de novos territórios periféricos em espaços produtivos de matérias-primas industriais e de produtos agrícolas acirrou a concorrência mundial e forçou o início de uma modernização dos circuitos produtivos no Rio Grande do Norte, modernização esta que perpassou não somente a instância da produção, mas também atingiu a circulação de mercadorias no território (Mapas 6, 7 e 8). Como aponta Marx (1983), uma transformação ou revolução no processo produtivo, exige outra no processo

³⁰ É preciso apontar a existência de uma disputa pela hegemonia e controle dos fluxos de mercadorias entre Natal e Macaíba; esta cidade de certa forma eclipsava Natal, absolvendo e controlando por meio de suas casas comerciais parte dos fluxos para posteriormente direcioná-los para capital, de onde eram exportados para os mercados consumidores. Os agentes comerciais de Natal defendiam a existência de conexões diretas com as porções interioranas como forma de quebrar a influência de Macaíba sobre Natal e a construção da Ferrovia Central atendia em parte este anseio. Para compreensão dessa situação consulte Takeia (1985, p. 75-88).

de circulação, isto é, em todo sistema de transportes. Nesse momento, se o processo produtivo incorporava novos sistemas de produção como à usina ou técnicas mais modernas de beneficiamento do algodão, a circulação era modernizada com a introdução do sistema técnico ferroviário, ou usando ainda as palavras de Marx, com a introdução da “suprema realização do capital”³¹.

Mapa 6: Caminhos do Rio Grande do Norte em 1880

Fonte: Elaboração a partir de informações de Takeia (1985).

O sistema ferroviário não somente moderniza a circulação no território potiguar, mas também introduz um novo sistema de transportes que, como apontam Max Sorre (1984) e Georges Friedmann (1968) são responsáveis por densificarem o meio técnico a partir de objetos geográficos que não mais se constituem como simples prolongamento do corpo humano, mas sim como um prolongamento do território (SANTOS, 1996).

No Rio Grande do Norte a “suprema realização”, ou seja, o sistema técnico ferroviário somente começou a se expandir em 1883 com a produção da primeira linha que no sentido sul, se estendia de Natal a Nova Cruz (VIAÇÃO e OBRAS, 1909). Esse sistema técnico fazia parte da Companhia *The Great Western of Brazil Railway Limited*,

³¹ Na obra “A Era do Capital” Eric Hobsbawm (1989), destaca que Marx se referia ao sistema ferroviário que se expandia intensamente na Europa, como a “suprema realização do capital”.

empresa de origem inglesa que foi responsável por produzir e administrar as ferrovias no Nordeste em seu momento de expansão inicial.

A ferrovia Natal - Nova Cruz expressava o poder político e econômico dos agentes ligados ao circuito açucareiro, dado que foi pensada e construída, principalmente, para atender e facilitar os fluxos gerados por esse circuito, uma vez que cortava seus principais espaços produtivos e os colocavam em conexão direta com a área portuária de Natal, de onde rumavam para o porto de Recife para, então, seguirem para Europa e, anos depois também para os mercados da Região Sudeste. O objetivo era, pois, engendrar e reforçar os canais comunicativos extravertidos para favorecer “a vocação exportadora” do território potiguar, isto é, voltada para fora. Usando as reflexões de Santos (1980), podemos dizer que a modernização no sistema de transportes nos países do mundo subdesenvolvido reforçava tanto a servidão quanto os laços de dependência que uniam essas porções do espaço com as economias industrializadas da Europa.

A partir do início do século XX, com a intensificação na expansão do circuito têxtil-algodoeiro, os fluxos de mercadorias da Companhia *The Great Western of Brazil Railway Limited*, sofrem um incremento com o aumento da circulação de produtos como o caroço e a pluma do algodão; nesse momento, os fluxos de mercadorias gerados pelo circuito têxtil-algodoeiro já apresentam um volume semelhante àquele de produtos derivados da cana de açúcar. Os dados contidos na tabela 2 evidenciam como os fluxos da indústria têxtil-algodoeira já dominavam a circulação ferroviária entre os anos 1904-1910.

O segundo sistema técnico ferroviário do estado foi a “Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte” (BRASIL, 1960), que partindo de Natal atingia as porções mais interioranas do território potiguar, como a Região Central. Do ponto vista da circulação hegemônica, a ferrovia tanto favorecia o circuito açucareiro, pois colocava o seu principal espaço produtor, Ceará Mirim, em conexão direta com a área de exportação em Natal, quanto também favorecia os anseios dos agentes do circuito têxtil-algodoeiro ao inserir alguns importantes espaços de produção e beneficiamento do algodão em uma circulação mais dinâmica e veloz.

Exportações do Rio Grande do Norte pela Estrada de Ferro Natal/Nova Cruz							
Produto	Ano						
	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Açúcar	1586	1429	1531	853	1377	1021	657
Cana-de-açúcar	311	1610	605	155	1520	72	0
Álcool e aguardente	197	161	274	325	296	341	426
Algodão	962	1961	1307	1131	1853	1997	2675
Caroço de algodão	611	1873	1800	1457	2862	2397	3180
Total	5571	8939	7423	5828	9816	7737	8848

Tabela 2: Exportações do Rio Grande do Norte pela Estrada de Ferro Natal/Nova Cruz.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Takeia (1985).

Mas, podemos aventar que se o grande beneficiado com a primeira ferrovia foi o circuito açucareiro, a produção da Estrada de Ferro Central, embora também favorecendo o escoamento do açúcar, beneficiou, principalmente, o circuito têxtil- algodoeiro, haja vista que algumas das principais áreas produtivas como as da Região de Baixa Verde, que tinha João Câmara com cidade pólo, e da Região Central que tinha nas cidades de Lages e Angicos seus principais centros, foram os espaços mais favorecidos com a introdução desse sistema de circulação. Além disso, a ferrovia ainda abriu a possibilidade de escoamento da produção da Região Seridó, então o principal espaço produtor do Rio Grande do Norte, a partir da cidade de São Rafael, localizada nas proximidades da região, conforme podemos depreender pelo mapa 7.

Mapa 7: Estradas de ferro no Rio Grande do Norte em 1880-1915

Fonte: Elaboração a partir de informações de Takeia (1985).

Nesse momento o circuito têxtil-algodoeiro já era hegemônico na economia política do uso do território no Rio Grande do Norte, prova disso foi a construção do primeiro trecho, em 1915, da Estrada de Ferro Mossoró – Sousa (BRASIL, 1960), que estabelecia uma conexão entre a cidade de Mossoró e o Porto Franco, na cidade de Areia Branca, de onde os derivados de algodão, finalmente, seguiam via navegação de cabotagem para as principais praças comerciais do Brasil e do mundo. Para o circuito têxtil-algodoeiro essa nova conexão geográfica fortalecia e ampliava a posição de Mossoró no que toca ao escoamento e beneficiamento do algodão com a consolidação de uma área de influência que abrangia não somente o Alto Oeste Potiguar, mas também a Região Seridó e porções do estado do Ceará e do sertão da Paraíba.

Até o ano de 1937 essa ferrovia aumentaria a drenagem de fluxos de mercadorias para a cidade de Mossoró, pois a ampliação de suas linhas até Almino Afonso cortava uma importante zona de produção de algodão que contava com municípios como São Sebastião (atual Governador Dix-Sept Rosado), Caraúbas e Patú, então importantes produtores.

É preciso destacar que as ferrovias não somente dinamizaram a circulação dos principais circuitos produtivos do território potiguar, mas também deram um maior

impulso ao comércio, a circulação de informações e de pessoas de modo geral, sobretudo, nos fluxos que compreendia as regiões portuárias com as porções mais interioranas do estado. Daí Milton Santos (1953)³², apontar que a circulação tem poder de quebrar o isolamento a que está submetido muitas regiões, abrindo-lhes a possibilidade de trocas comerciais para além do entorno próximo, em síntese, ampliando a sua vida relações. Os dados do gráfico 4 nos revelam uma movimentação intensa e sempre crescente de mercadorias e de pessoas nas linhas então existentes no território potiguar.

Gráfico 4: Fluxos de mercadorias (em toneladas) e passageiros pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (1908-1922).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas (BRASIL, 1908-1922).

Ao traçarem “vias de comunicações rápidas e integradoras” (SANTOS, 1980, p. 118), esse novo sistema técnico intensificava a especialização regional e aumentava a dependência dos espaços periféricos em relação aos centros de comando do capital, pois os circuitos extravertidos (açucareiro, têxtil-algodoeiro e do sisal, por exemplo) demandados e, em muitos casos, com comandos externos, foram extremamente fortalecidos com a expansão das ferrovias.

Se, por um lado, a expansão do sistema ferroviário favoreceu uma circulação mais dinâmica no território, por outro evidenciou que o processo de constituição do

³² No âmbito da geografia da circulação Santos (1953, p. 51) aponta que “muito fenômenos (...) podem surgir e de fato têm surgido do fenômeno da circulação, modificando esta a ordenação de tudo o que existe antes, em outras palavras, criando uma paisagem nova”.

meio técnico segue sempre os preceitos do desenvolvimento desigual e combinado, pois as ferrovias não se expandiram uniformemente pelo território. Os tentáculos do sistema ferroviário foram constituídos para favorecer alguns dos principais espaços produtivos do território norte-rio-grandense, excluindo parcelas consideráveis desse processo, que ficavam a mercê de uma circulação ainda dependente de meios de transportes rudimentares, tais como, as carroças e as frotas de mulas. Podemos aqui tomar de empréstimos as palavras de Taaffe (1970, p. 18) e dizer que no território potiguar “cada inovação de transporte beneficiava alguns lugares mais do que outros”.

A necessidade de dinamizar ainda mais a circulação de mercadorias, sobretudo a partir dos espaços derivados do algodão, também engendrou a abertura e o melhoramento da malha rodoviária e possibilitou a expansão de um novo objeto técnico de circulação, o caminhão. Tal processo empreendeu outra dinamicidade ao processo de circulação dos circuitos produtivos, uma vez que o caminhão adentrava em lugares nos quais as ferrovias não chegavam. As duas principais rodovias eram as que ligavam Natal à Região Seridó e a que conectava Assú ao porto de Macau, como se pode perceber pelo mapa 8.

A primeira saía de Natal e se estendia por uma ampla área de produção e beneficiamento do algodão, que incluía os vales do Trairi e Potengi até chegar ao coração do circuito, a região Seridó. A segunda estabelecia uma conexão entre Assú e o porto de Macau, então importante ponto comercial de algodão. Assim, se estabeleciam dois canais de escoamento para alguns dos principais espaços de produção têxtil-algodoeira no Rio Grande do Norte, que agora não mais dependiam, exclusivamente, do sistema ferroviário para se realizarem. Além disso, se produziu durante as décadas de 1920 e 1930 outras obras de cunho mais regional, mas também de fundamental importância para estruturação do território, principalmente no que concerne uma circulação mais regional, tais como, as vias que ligavam "Caicó - Jardim; Lages - Açú; Lages - Currais Novos; Currais Novos - Acary; Acary - Jardim; e Jardim - Parelhas" (BRASIL, 1925, p. 193-194).

A partir dessas aferições fica evidenciada toda lógica de estruturação hierarquizada e extravertida do território, principalmente, porque a maior parte do sistema de circulação sejam as “estradas carroçáveis”, as rodovias ou o sistema técnico ferroviário era do tipo “vias de penetração”. Como aponta Andrade (1981, p. 23), tais vias objetivavam, essencialmente, fazer ligação entre “as áreas produtoras de mercadorias exportáveis com os portos do mar”. Em síntese, favoreceram a constituição

e realização de circuitos espaciais produtivos de exportação no âmbito do espaço derivado potiguar. Os mapas que foram supracitados, ao delinearem as principais linhas de circulação do território potiguar no início do século XX, tanto no que concerne ao sistema ferroviário quanto ao rodoviário, evidenciam a existência de uma território voltado para fora.

Mapa 8: Rodovias do Rio Grande do Norte em 1880-1915

Fonte: Elaboração a partir de informações de Takeia (1985).

As estradas de ferro e essas primeiras rodovias constituem os primórdios da estruturação do espaço norte-rio-grandense que embora com conexões débeis e que não permitiam uma maior integração ao território nacional nem no âmbito regional, foram fundamentais para existência e manutenção dos circuitos produtivos demandados externamente; além disso, ferrovias e rodovias nos permitem vislumbrar não somente os eixos e nós de circulação que dinamizaram o uso do território neste período, mas já nos fornece elementos para o entendimento da estrutura espacial que, em parte, marcará o território potiguar nos anos ulteriores.

Por último, enfatizamos que mesmo com a expansão de algumas rodovias conforme exposto, a circulação terrestre no Rio Grande do Norte, e na formação socioespacial brasileira como um todo, nesse momento, era ainda muito tributária do

sistema técnico ferroviário, situação esta que somente começa a ser modificada a partir da década de 1930 quando emergem novas forças políticas e econômicas que colocam a rodovia e o caminhão como os objetos geográficos capazes de promoverem a integração do território nacional³³.

2.3 Espaço e dominação: a escala de comando e de realização dos circuitos produtivos

O fundamento central da existência dos espaços derivados supõe uma dissociação entre os espaços da produção e os espaços que detêm o seu comando político e econômico, seja ele direto ou indireto (SANTOS, 1978a). Usando Santos e Kayser (1971, p. 10), podemos afirmar que a escala do comando “de uma nova atividade ultrapassa a escala do lugar de implantação”. Se delineia a partir da formação desses espaços não somente uma relação de dependência, mas também uma relação de dominação espacial ou territorial nos moldes proposto por Santos (1979c). Para este autor a questão da dominação espacial não se exprime por uma dicotomia entre cidade e campo, mas como uma dominação que envolve todas as escalas de uma formação socioespacial e em suas relações com a totalidade mundial de onde, em muitos casos, provêm seus impulsos e demandas (SANTOS, 1979b).

O caráter de dominação espacial no âmbito do território norte-rio-grandense se expressava pelo atendimento às demandas da economia mundial que impulsionavam o surgimento de circuitos produtivos *pari passu* com seus interesses, conforme já explicitado anteriormente.

Assim, em uma primeira análise da dominação espacial se revelava pela imposição de uma divisão internacional do trabalho que originava formas de uso do território que não atendiam aos interesses dos grupos locais, mas ao mercado externo que nos delegava a condição de mero exportador de bens agrícolas e de matérias-primas.

³³ É interessante notar a psicosfera constituída em torno do rodoviarismo a partir da década de 1930. Nesse sentido, os relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas são um excelente exemplo.

A constituição de espaços derivados com o fito de torná-los funcionais aos interesses externos não revelava somente uma dominação hierárquica, há que se considerar que todo o território ficava a mercê das vicissitudes dos mercados globais que a todo o momento acoplavam novos espaços produtivos para atenderem as suas necessidades de produtos agrícolas e matérias-primas, e, assim, renegavam os espaços que outrora eram funcionais aos seus interesses.

Essa condição criava um espaço extremamente instável (SANTOS, 1978a), que a qualquer retraimento das demandas mundiais emergia em crises de superprodução e de desvalorização de seu produto, ficando, desse modo, a mercê das condições do mercado mundial para se ter um funcionamento normal.

Daí os momentos de constantes crises, sobretudo quando os preços de nosso principal produto agrícola declinavam, seja em função da concorrência do açúcar de beterraba, ou ainda, em virtude da produção nas colônias dos impérios europeus. A partir dos anos de 1860, por exemplo, o preço do açúcar brasileiro, de maneira geral, de acordo com Eisenberg (1977, p. 43) começou a declinar paulatinamente e isto apresentou fortes repercussões nas formas de uso do território no Rio Grande do Norte com o fechamento de vários engenhos no final do século, principalmente, porque não existia uma diversificação dos canais de escoamento da produção que ainda eram, sobremaneira, restritos aos mercados europeus e ao norte-americano. Vale destacar que nesse momento o mercado brasileiro, sobretudo na Região Centro-Sul, ainda não apresentava condições de absorver os fluxos gerados por esse circuito, isto somente começou a ocorrer na virada do século XIX para o XX (ANDRADE, 1981; SUZIGAN, 1986).

Além disso, destacamos que as crises de realização do açúcar não significavam somente uma crise do circuito exportador, mas de praticamente toda a estrutura do território potiguar, uma vez que existia uma “dependência unilateral” para usarmos as palavras de Singer (1968), em relação aos fluxos e receitas geradas por esse circuito. A partir das reflexões de Takeia (1985), podemos afirmar que de 1860 em diante o território potiguar alternou momento de picos nas exportações com sucessivas crises em função, principalmente, do sobe e desce dos preços e das demandas do circuito açucareiro (Gráfico 5).

Gráfico 5: Valor unitário do açúcar no mercado mundial entre 1889-1929.

Fonte: Elaboração própria a partir de informação de Takeia (1985) e de dados do IAA.

Aqui o caráter perverso do espaço derivado se revelava em toda sua plenitude, pois sua dependência estrita a um único produto exigia que fossem feitas mais concessões aos produtores e usineiros para que os mesmos pudessem melhor concorrer nos mercados internacionais. Se constitui, desse modo, um círculo vicioso que somente aumentava a instabilidade do espaço derivado, uma vez que se engendravam sucessivas reorganizações espaciais com a incorporação de novos sistemas técnicos que somente reforçavam a essência exportadora e dependente do território potiguar. Além disso, pode-se apontar que parte do excedente absorvido internamente pelo Estado que, em tese, poderia ser direcionado para incentivar atividades não dependentes dessa forma de uso do território, serviu, na realidade, para garantir a existência do circuito extravertido³⁴.

As rupturas a essa lógica de uso do território eram somente parciais, dado que o esgotamento de um circuito produtivo com sua perda progressiva de produtividade territorial, como no caso do circuito açucareiro, foi acompanhado pelo surgimento e fortalecimento de um novo circuito que seguia as mesmas normas de funcionamento, isto é, como meros “espaços do fazer” (SANTOS, SILVEIRA, 2005), que prontamente passavam atender as solicitações da economia mundial, que desta vez exigia a matéria-prima essencial para manutenção de sua função industrial.

³⁴ Conforme aponta Takeia (1985), o estado potiguar realizou inúmeros empréstimos aos senhores de engenho e usineiros.

O circuito têxtil-algodoeiro emerge para fortalecer e não para romper a função exportadora do território que a partir desse momento não mais ficava na estrita dependência de um único circuito produtivo. Logo, o acontecer externo continuava a exercer grande pressão nos usos do território potiguar, tendo em vista que as demandas e os preços desse novo produto também eram determinados na escala mundial, em suma, a condição de dependência e de dominação espacial permaneciam intocáveis.

Assim, do mesmo modo que o açúcar, o algodão também sofreu com as variações nas demandas e nos preços no mercado mundial. Entre 1860 e 1880 o circuito têxtil-algodoeiro passou por momentos de expansão intensa de seus espaços produtivos com outros momentos de estagnação e retraimento das exportações. Esta situação somente começou a ser quebrada a partir da expansão industrial do Centro-Sul que passou a absorver parte considerável da matéria-prima que anteriormente era exportada para Europa (STEIN JR, 1979). Configurava-se uma mudança na divisão territorial do trabalho que alterava a escala de realização do circuito, mas mantinha a estrutura de submissão do território potiguar, que com o advento de uma nova hierarquia dos lugares ficava subordinado aos agentes do florescente capitalismo industrial brasileiro.

A trama de interações espaciais que constituía os circuitos produtivos do açúcar e do têxtil-algodoeiro revelava uma complexa hierarquia de dominação espacial que envolvia alguns espaços de comando regional, como, por exemplo, Natal e Mossoró, outros em nível de Nordeste, como Recife que funcionava como entreposto comercial entre Natal e Europa – Estados Unidos (TAKEIA, 1985), controlando, dessa forma, parte do comércio de algodão e de açúcar destinado a esses espaços, e ainda outros na escala mundial a partir da atuação das casas de comércio e exportação pertencentes a capitais estrangeiros, que, de modo geral, estabeleciam o controle dos preços dos produtos a serem exportados, mas principalmente, da pluma do algodão.

Em nível de território potiguar eram cidades como Natal, Mossoró, Assú e Areia Branca que comandavam o financiamento e a comercialização dos principais circuitos produtivos, sobretudo, porque as casas comerciais ou exportadoras aí localizadas estavam em contato diretos com os mercados compradores que lhes determinavam as demandas e os preços mínimos de compra, sendo os mesmo repassados aos produtores e beneficiadores potiguares com elevadas margens de lucros em favor das casas comerciais (TAKEIA, 1985). Somente em Mossoró haviam mais de 70 casas exportadoras destinadas principalmente ao comércio do algodão, mas também abarcando outros fluxos de mercadorias. De acordo com Clementino (1987) e Rocha

(2009), as principais empresas que atuavam nessa cidade eram M. F do Monte e Cia., Tertuliano Fernandes & Cia., Alfredo Fernandes & Cia., Borges da Andrade, Casa Mossoró & Cia e Conrado Mayer.

Era também nessas cidades, mas principalmente em Natal que se localizaram as grandes empresas estrangeiras que atuavam na esfera da circulação de mercadorias e de capitais, pois tanto compravam a produção quanto a financiavam. Essas empresas que eram os principais canais de drenagem de excedentes existentes no território potiguar nesse momento, respondiam pelo nome de Boris Fères & Cia., Julius Von Söhsten & Cia., Wharton Pedroza & Cia etc.

Eram estes espaços que comandando a esfera do financiamento e da comercialização das mercadorias, açambarcavam parte considerável do excedente produzido em todas as regiões do Rio Grande do Norte para em seguida redistribuí-los pelos centros de comandos hierarquicamente estabelecidos. Desse modo, se pode argumentar que com a comercialização das mercadorias, não era somente o produto que deixava o lugar da produção para entrar na esfera da circulação em direção aos principais espaços consumidores, mas também parte considerável do excedente que era captado por meio das casas comerciais que não somente compravam a produção para em seguida revendê-la, mas também financiavam o processo produtivo a juros elevados e abocanhavam aí outra parte importante do excedente gerado. Usando as reflexões de Corrêa (1996), podemos defender que o sistema de fluxos gerados por um circuito extravertido se processa por meio de uma drenagem de mais-valia para os centros regionais e destes para os centros de comando do território, tanto na formação socioespacial brasileira quanto para fora do país, especialmente, Europa e Estados Unidos.

A localização geográfica desses estabelecimentos comerciais era estratégica, pois se situavam nas proximidades da zona portuária³⁵ e, por consequência, se colocavam como último elo do circuito no território potiguar, antes da exportação. A sinergia socioespacial proporcionada entre as zonas portuárias com as casas de exportação, bem como pela confluência dos fluxos que para aí convergiam, configurou,

³⁵ A Geografia dos portos foi analisada por Andre Vigarie (1979). Para este autor o espaço portuário apresenta três dimensões fundamentais, de modo que, de um lado, temos a hinterlândia portuária por onde as mercadorias são coletadas e distribuídas através de uma série de sistemas de engenharia que conectam a zona portuária com sua área de influência, por outro, temos a *avant-pays*, que corresponde ao conjunto de espaços que banham uma zona portuária e, por fim, o próprio porto que apresenta uma dada organização espacial técnica e financeira que tem por objetivo assegurar as funções essenciais desse complexo.

industrial que incorporavam uma alta produtividade espacial em contraposição a exportações com baixa produtividade espacial³⁶.

Aqui a dominação espacial se consubstanciava também pelo que Mandel (1982, p. 248) denominou “de trocas desiguais”³⁷, que deriva “em última instância, da troca de quantidades desiguais de trabalho”. Isto significava que as trocas comerciais envolvendo o território potiguar (matéria-prima e produtos agrícolas) e as nações européias (bens de capitais industriais) revelavam a existência de diferentes níveis de produtividade espacial (SANTOS, 1996), dado que os lugares tanto se especializam em circuitos diferentes, quanto apresentavam incorporações distintas de capital, técnica e normas.

A partir do que foi exposto e tomando como perspectiva de análise as considerações de Soja (1981), podemos afirmar que a hierarquia dos territórios impõe certa dominação de algumas parcelas do espaço sobre outras, principalmente, porque tanto a estrutura quanto os fluxos não são aleatórios, mas seguem uma lógica que permite que as regiões e cidades mais centrais do sistema concentrem uma parte da mais-valia drenada que é, sempre, proporcional ao papel de comando político e econômico exercido na escala das hierarquias existentes. No caso de território potiguar as cidades de Natal e Mossoró se apresentavam como os espaços de comando regional dos circuitos do açúcar e do algodão, uma vez que abrigavam as principais casas comerciais que comandavam a circulação de mercadorias em nível regional. Contudo, estes espaços de comando regional não eram autônomos, mas subordinados a uma hierarquia externa que, em última instância, comandava os usos do território no Rio Grande do Norte e as formas de apropriação do excedente gerado.

Em síntese, essa configuração hierarquizada dos circuitos produtivos no Rio Grande do Norte somente reforça uma reflexão de Santos (1979c), que aponta que os excedentes são apropriados de maneira diferente e desigual pelos lugares, estando essa apropriação em razão direta com a posição que as regiões ocupam na hierarquia de comando do circuito produtivo.

³⁶ De acordo com dados arrolados por Suzigan (1985, p. 354-364), o Brasil importou durante este período bens de capital de países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e França. Mesmo não apresentando dados distribuídos por estado, podemos inferir que os principais produtos adquiridos pelo Rio Grande do Norte foram: Maquinaria para produção de açúcar, para beneficiamento e prensagem de algodão, para o setor têxtil em geral, para moagem de caroço de algodão etc.

³⁷ A bibliografia sobre trocas desiguais é vasta na literatura marxista. Além do trabalho Ernest Mandel, intitulado o “Capitalismo Tardio” (1982), podemos citar as obras de Arghiri Emmanuel “A Troca Desigual” (1973) e a de Samir Amin “Imperialismo e Desenvolvimento Desigual” (1987).

CAPÍTULO 3: REORIENTAÇÕES DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E OS NOVOS CONTEÚDOS DO MEIO TÉCNICO NO RIO GRANDE DO NORTE

Como aponta Santos (1982) a cada momento do modo de produção capitalista a divisão territorial do trabalho reorganiza os seus espaços produtivos e de circulação, de modo a atender as suas demandas emergentes. Nesse mesmo sentido, Calabi e Indovina (1973, p. 57) afirmam que “existe um uso do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista”.

No caso da formação socioespacial brasileira e mais especificamente do Rio Grande do Norte, podemos dizer que a década de 1930 marca uma reorientação, ou, pelo menos um momento de transição na forma dos usos do território. Na realidade defendemos a existência de um sub-período que compreende os anos 1930 e parte da década de 1960, pois ao mesmo tempo em que se inicia uma lenta transformação na divisão do espaço regional a partir das ordens e comandos irradiados pela Região do Centro-Sul, expressos no processo de integração do território nacional, ainda se constata a permanência de uma estrutura geoeconômica típica de um espaço derivado com circuitos produtivos ou, pelo menos parte deles, ainda sendo dominada ou comandada por processos externos ao país.

Aqui é preciso fazer uma observação quanto a não delimitação clara deste sub-período, principalmente, porque a partir de determinado momento se imbricaram formas de uso do território típicas do espaço derivado com outras formas que tinham na produção de insumos ou produtos voltados para o mercado nacional sua razão de ser. É em função dessas situações concretas que compreendemos a existência desse sub-período ou momento de transição, no qual não temos claramente estabelecido a predominância de uma forma de uso do território ou de outra, uma vez que elas se imbricam e se entrecruzam, tornando muito difícil o estabelecimento de contornos precisos dos períodos.

3.1 A integração do Rio Grande do Norte ao território nacional sob a égide da burguesia do centro-sul

Da década de 1930 até a década de 1960 a formação socioespacial brasileira viveu um período de transição de um meio geográfico ainda rarefeito em objetos, para um meio técnico que incorporava, pouco a pouco, maiores cargas de capital fixo sob a forma de sistemas de engenharia (SANTOS, SILVEIRA, 2005). Durante esse momento, mesmo com a expansão das ferrovias e com a intensificação da navegação de cabotagem a partir do aumento dos portos (ANDRADE, 1977; GEIPOT, 2001) faltava ao território vias de circulação terrestre capazes de articular esses meios de transportes já existentes e, assim, formar um sistema unificado de movimento que garantisse uma circulação que definitivamente rompesse com o “Brasil arquipélago”.

A movimentação econômica encontrava barreiras socioespaciais que impediam a integração do território nacional e a expansão dos circuitos produtivos. Além da citada falta de sistemas de engenharia, havia impostos interestaduais sobre a comercialização de produtos que dificultavam, ainda mais, a ampliação de uma solidariedade geoeconômica entre as regiões. Podemos dizer que o território nacional se apresentava viscoso, pois não garantia as condições materiais e imateriais para circulação de mercadorias.

Contudo, o advento da década de 1930, ao marcar a expansão de uma divisão territorial do trabalho que, paulatinamente, ia configurando a indústria como variável central da estruturação do território nacional, mudou este panorama, pois sua realização dependia, cada vez mais, de amplos mercados consumidores que somente uma integração territorial poderia garantir.

A emergência de São Paulo como “grande metrópole fabril do país” conforme apontaram Santos e Silveira (2005, p. 43), acelerou a necessidade de uma integração nacional e converteu o capital industrial paulistano num dos principais artífices desse processo, especialmente, porque se tinha a consciência de que era preciso garantir as condições físicas e normativas para o estabelecimento de uma maior complementaridade espacial entre os diferentes estados da nação.

Se, por um lado, o capital paulistano tinha a necessidade de dar vazão a sua produção industrial para todas as regiões do território nacional, por outro, era preciso garantir maiores fluxos de produtos agrícolas e de matérias-primas (algodão e sisal, por

exemplo) para seu mercado consumidor em franca expansão. Aqui a dialética entre um consumo consumptivo, aquele que se esgota em si mesmo, e o consumo produtivo (SANTOS, 1994a), capaz de criar a produção de novos bens e serviços, agiu como vetor para a estruturação de novos usos do território e para re-funcionalização de outros ao nível de todo o país.

A produção de uma ampla solidariedade geográfica entre as regiões, ou o estabelecimento de uma integração do território nacional, se apresentou como um imperativo à realização dos circuitos produtivos, o que significou uma profunda mudança na forma de organização do território a partir da incorporação de um novo sistema de ações e de objetos. Usando as reflexões de Arroyo (2001), defendemos que a integração do território nacional se consumou a partir da constituição de uma porosidade espacial e da produção de uma fluidez territorial que asseguraram e aceleraram a circulação de mercadorias no território.

Inicialmente a aceleração dos fluxos foi garantida pela produção de uma porosidade espacial que por meio do estabelecimento de um novo sistema normativo eliminou os impostos interestaduais que dificultavam a livre circulação de mercadorias em todo território nacional (CANO, 1985; SANTOS, SILVEIRA, 2005). Por outro lado, esse processo se completava pela busca de uma maior fluidez territorial a partir da construção de uma série de sistemas de engenharia que foram capazes de estruturar o território e garantir a realização, com maior velocidade, dos circuitos produtivos.

Podemos aventar que esse novo sistema de ações teve como consequência direta o aumento do intercâmbio comercial no âmbito da formação socioespacial brasileira. De acordo com Cano (1985) as décadas de 1930 e 1940 marcaram um avanço na integração nacional justamente porque registraram um aumento exponencial dos fluxos entre as diversas regiões, mas, sobretudo entre o Centro-Sul e a Região Nordeste. No caso da Região Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte que havia constituído os seus principais circuitos industriais voltados para demandas externas, desde a década de 1880 que já apresentava uma conexão geográfica, por meio do comércio de algodão e açúcar, com a Região do Centro-Sul. O avanço da industrialização nessa região somente fazia aumentar o intercâmbio comercial com o Nordeste e, especialmente, com o Rio Grande do Norte que se convertendo num dos maiores produtores de algodão, passou a redirecionar parte de seus fluxos para o parque industrial paulistano (STEIN JR, 1979; TAKEIA, 1985). De 1880 a 1920 o parque industrial paulistano e o do Distrito Federal haviam se convertido em grandes consumidores da pluma do algodão

potiguar, principalmente aquela de baixa qualidade, pois o melhor da fibra estadual ainda era exportado para Europa e Estados Unidos (Gráfico 6).

Gráfico 6: Destino do algodão do Rio Grande do Norte por portos em toneladas (1901-1920).

Fonte: elaboração própria a partir de dados de Takeia (1985)

O avanço mais intenso ocorreu a partir dos anos 1930 quando se aviva o processo de expansão da indústria têxtil e com ela a demanda pela pluma de algodão. Nesse momento, o circuito têxtil-algodoeiro ampliava sua inserção no mercado do Centro-Sul, mesmo após o estado de São Paulo, se tornar um dos grandes produtores de algodão. Os dados existentes revelam que entre as décadas de 1930 e 1940 o Rio Grande do Norte se manteve sempre como um dos maiores exportadores de algodão, exceto nos anos de seca prolongada quando a produção e, por conseguinte, o beneficiamento decresciam vertiginosamente.

Além do algodão que era um dos principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte para os mercados do Centro-Sul, ainda se destacavam os fluxos do circuito salineiro que também abasteciam esse mercado juntamente com o estado do Rio de Janeiro, segundo maior produtor do país. De acordo com os dados do Anuário Estatístico, entre as décadas de 1930 e 1950 o Rio Grande do Norte se manteve como um dos principais produtores de sal (Gráfico 7), e essa tendência se acentuaria nas décadas seguintes com o processo de expansão e modernização do circuito salineiro que tornou o território potiguar o maior produtor de sal a nível nacional.

Gráfico 7: Produção de sal pelo Rio Grande do Norte (BRASIL, 1932-1958).

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico Brasileiro para vários anos.

A navegação de cabotagem foi o principal sistema de movimento nesse momento inicial da integração da Região Nordeste, e com ela do Rio Grande do Norte, à formação socioespacial brasileira. No entanto, era insuficiente para efetuar uma dinâmica de circulação de mercadorias entre as regiões, em outras palavras, esse sistema de movimento não tinha condições de garantir uma plena integração do território nacional em um país com as dimensões continentais do Brasil.

Se a integração do território nacional se iniciou com a navegação de cabotagem, foi com a intensa expansão do sistema de movimento rodoviário que ela avançou a passos largos rumo a sua efetivação, sobretudo, após a psicoesfera do rodoviarismo tomar conta do poder estatal, e este implementar uma série de obras de infraestrutura que privilegiavam esse modal. Nesse sentido, os trinta anos que se seguem a década de 1930 marcam o avanço e a consolidação de uma circulação rodoviarista que mudou a geografia da circulação na formação socioespacial brasileira.

Foi a partir desse sistema de movimento que a Região Nordeste começou a estabelecer uma solidariedade geográfica mais intensa com o Centro Sul (ANDRADE, 1977), e isto se refletia na lógica de estruturação do território que não mais se restringia as vias de penetração que estabeleciam uma conexão das áreas produtivas no interior com as zonas portuárias, isto é, uma movimentação no sentido Leste-Oeste. O sistema de movimento rodoviário efetuou uma conexão no sentido Norte-Sul. Em síntese, tinha o objetivo claro “de integrar a região ao núcleo mais dinâmico do país” (ANDRADE, 1977, p. 152).

A construção de rodovias como a Rio de Janeiro – São Paulo e, fundamentalmente a Rio de Janeiro – Bahia (até Feira de Santana), tornaram-se fundamentais para a integração nacional porque realizaram uma “articulação da rede rodoviária sulista com as rodovias do Nordeste” (GEIPOT, 2001, p. 226). A partir de Feira de Santa e já com o nome de BR116, essa rodovia se prolongava até Fortaleza, estabelecendo, assim, uma conexão das porções mais setentrionais do Nordeste com o Centro-Sul.

A integração do Rio Grande Norte ao território nacional tanto se efetivaria com a produção de rodovias que ligavam o território potiguar aos demais estados da Região Nordeste, como a BR 304 que liga Natal e Mossoró a Aracati, no Ceará, quanto por interédio de rodovias que conectaram diretamente o estado ao eixo do Centro-Sul, como no caso da BR 101 que ligando Natal a Osório no Rio Grande do Sul - passando pelos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia no Nordeste, e pelos principais estados do Centro-Sul - também se constitui noutro importante eixo da articulação nacional (ANDRADE, 1977; GEIPOT, 2001), que se adensaria ainda mais no anos 1970, conforme constataremos na segunda parte do trabalho.

Podemos dizer que é, efetivamente, nesse momento que a Região Nordeste e particularmente o Rio Grande do Norte iniciam uma integração ao centro dinâmico do território nacional. Esse período marca, portanto, a consolidação do predomínio do sistema rodoviário na circulação do Brasil, o que se reflete na composição geral dos fluxos entre todos os sistemas de movimento. Enquanto os sistemas de movimento aquaviário e o ferroviário diminuíam sua importância nos fluxos de mercadorias, o rodoviário avançava até se tornar hegemônico nos anos 1970, conforme revelam os dados do gráfico 8.

Em se tratando de Rio Grande do Norte, a integração do território nacional tornou mais intenso o intercâmbio com os estados do Centro-Sul que depois dos demais estados da região Nordeste, eram os que mais estabeleciam relações comerciais com o território potiguar³⁸. O destaque era a metrópole industrial brasileira que já sendo um grande importador da fibra de algodão e do sal potiguar, ampliou ainda mais suas relações comerciais por meio das importações de produtos, como os óleos vegetais e sisal que chegavam ao parque industrial paulistano ainda semi-beneficiados, o que, por

³⁸ Antes desse momento as relações comerciais do Rio Grande do Norte eram, obviamente, mais intensas com outros estados da Região Nordeste com destaque para Pernambuco, Paraíba e Ceará.

consequência, exigia que eles passassem por um novo processo de beneficiamento antes de retornarem ao mercado consumidor (ETENE, 1964; ANDRADE, 1977).

Gráfico 8: Fluxos de mercadorias por modais de transportes no Brasil (em porcentagem).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GEIPOT (2001)

Além de São Paulo, esse processo de integração territorial também intensificou a vida de relações com outras unidades da federação, com destaque para o estado da Guanabara. Com base nos dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE, 1964) para os anos de 1959 a 1961, constatamos que o estado da Guanabara era, após São Paulo, aquele que o Rio Grande do Norte estabelecia as mais intensas interações espaciais, tanto do ponto de vista da importação quanto da exportação de seus produtos. De acordo com os dados arrolados pelo ETENE (1964), mais de 90% dos fluxos do Rio Grande do Norte eram com esses dois estados, sendo que São Paulo apresentava 50% e a Guanabara 45%.

Na década de 1960 essas interações espaciais se intensificaram com o centro dinâmico do capitalismo nacional. Nesse contexto, São Paulo comandava os fluxos de mercadorias com o estado do Rio Grande do Norte, tanto do ponto de vista das importações quanto das exportações. De acordo com dados do Anuário Estatístico (BRASIL, 1970), durante a década de 1960, o Rio Grande do Norte exportava aproximadamente 28% de suas mercadorias para São Paulo, ao passo que importava aproximadamente 50% desse estado.

O que merece uma atenção especial é a qualidade em termos de densidade de técnica e de capitais dos fluxos gerados. Dito com outros, é preciso compreender como o território potiguar participou desse processo de integração territorial. Com base nos dados do Anuário Estatístico Brasileiro para vários anos, ficou evidente que se o Rio Grande do Norte exportava produtos agrícolas e semi-beneficiados, as suas importações eram principalmente de produtos industriais que em virtude de sua diversidade revelavam a complexidade do processo industrial que se constituía no Centro-Sul, mas, sobretudo em São Paulo. Dentre as principais importações se destacavam cervejas, grãos de café, produtos químicos, farmacêuticos, cosméticos, artigos de perfumaria, tecidos e fios de algodão, ferro, aço, artigos de vidro, fósforos, manteiga, farinha de trigo etc. (ETENE, 1964; ANDRADE, 1977).

Aqui é preciso destacar que a maior produtividade espacial apresentada por essa região serviu para que esses produtos dominassem uma parte substancial do mercado no Rio Grande do Norte e mesmo atrofiasse uma possível constituição de alguns desses circuitos no território potiguar, uma vez que era muito difícil concorrer com a indústria paulistana que, nesse momento, já era amplamente hegemônica em todo território nacional.

Do que foi exposto podemos depreender que concomitante a uma integração territorial por meio das vias de circulação terrestre ia se constituindo uma integração comercial e produtiva entre o Rio Grande do Norte e o Centro-Sul, dado que os fluxos gerados tanto iam diretamente para o consumo das populações quanto serviam de matéria-prima para outros circuitos produtivos.

Além disso, nesse momento já começava a se concretizar uma divisão territorial do trabalho que obedecia as demandas e necessidades de São Paulo e de sua Região Concentrada em processo de formação. Se, por um lado, a indústria paulistana tinha a necessidade que seus fluxos comerciais se irradiassem e dominassem os mercados em todas as regiões da formação socioespacial brasileira, por outro ela demandava produtos agrícolas e matérias-primas de regiões e estados periféricos, como o Rio Grande do Norte, que era um dos principais fornecedores de pluma de algodão para sua indústria têxtil.

Pode-se inferir que a participação do Rio Grande do Norte no processo de integração do território nacional refletia a sua baixa diversidade de circuitos produtivos, bem como a baixa incorporação de camadas da divisão social do trabalho. Dito com outras palavras, território potiguar se inseria nesse processo de modo dependente e

subordinado aos capitais sediados no Centro-Sul, pois sua principal função era garantir produtos agrícolas e matérias-primas com baixa densidade técnica e de capitais.

3.2 A reconfiguração territorial dos circuitos produtivos e a emergência de novos espaços derivados

A partir dos anos 1930 a dinâmica do uso do território no âmbito do espaço derivado norte-rio-grandense passou a ser o resultado de um conjunto de eventos que tanto se fundamentam num acontecer externo quanto num acontecer interno. Assim, ao mesmo tempo em que temos eventos externos modernizadores criando novas “regiões derivadas” a partir da expansão de novos circuitos produtivos (SANTOS, 1971), há também forças internas que atuam na (re)configuração das dinâmicas socioespaciais já existentes, ora combinando, ora conflitando com as demandas exteriores.

No território potiguar esse período de transição entre a década de 1930 e os anos 1960, foi marcado por essa permanente dialética socioespacial, uma vez que tanto houve a emergência de novos espaços derivados a partir dos circuitos produtivos do sisal e o da scheelita, quanto uma reconfiguração e, mesmo, uma densificação dos circuitos produtivos já existentes em suas diversas regiões, como o da fibra de algodão, por exemplo. Delineava-se a partir da coexistência de divisões territoriais do trabalho pretéritas e atuais e, ainda, entre divisões do trabalho externas e internas, uma reconfiguração espacial no Rio Grande do Norte que não rompia o caráter primário exportador de seus principais circuitos industriais, apenas os colocavam tanto sob a órbita de influência dos capitais do Centro-Sul, quanto dos capitais comerciais internacionais que dominavam os círculos comerciais dos produtos estaduais.

3.2.1 A reorientação do circuito açucareiro e do têxtil-algodoeiro

Até a década de 1930 o uso do território pelo circuito açucareiro era dominado essencialmente por um acontecer externo que foi o principal responsável pela constituição de seu sistema de ações e de objetos. No entanto, as transformações na

divisão internacional do trabalho e na divisão nacional do trabalho vieram a modificar, em parte, a estrutura de funcionamento desse circuito com a formação de fluxos que se direcionaram ao mercado nacional e regional. Deste modo, se, por um lado, essa metamorfose do circuito açucareiro se relacionava à divisão internacional do trabalho que por meio da incorporação de novos territórios produtores de açúcar aos mercados europeus e americanos proporcionou o acirramento na concorrência, com o açúcar nordestino e potiguar, mais especificamente; por outro lado, o que se presenciou foi o início do processo de formação de um mercado consumidor regional e nacional que aos poucos ia possibilitando a absorção de parte dos fluxos desse circuito.

Se formava uma nova estrutura de uso do território pelo circuito açucareiro que se refletiu em uma segmentação espacial, com parte do circuito produtivo obedecendo a um acontecer externo, e outra ficando mais tributária de processos nacionais e regionais. Essa segmentação também era reforçada pelo processo de modernização técnica que vinha passando esse circuito em nível de toda região Nordeste. Tal processo, ao mesmo tempo em que possibilitou o surgimento dos engenhos centrais e das usinas, decretou o fechamento ou uma reorientação de velhos engenhos e banguês que adquiridos por grupos locais passaram a intensificar a produção de açúcar bruto, rapadura e aguardente com objetivo de atender aos mercados regionais.

Configurava-se uma realidade na qual coexistiam no circuito açucareiro, lugares mais ritmados com um mercado mundial ou nacional e outros que se direcionavam ao atendimento regional. Se as usinas e os engenhos centrais, com maior absorção técnica e de capital, apresentavam fluxos mais extravertidos, os engenhos e engenhocas voltavam suas produções para os mercados regionais com destaque para a produção de aguardente que chegava mesmo a superar a produção de açúcar (ANDRADE, 1981).

Além disso, a década de 1930 também marcou o acirramento da depressão no centro da economia mundo o que se refletiu numa profunda crise desse circuito produtivo em toda a formação socioespacial brasileira, mas, principalmente, nos estabelecimentos usineiros que estavam muito atrelados ao mercado mundial. Foi envolto nesse contexto e já sob influência das revoluções burguesas de 1930 que tivemos o desencadeamento de uma série de ações por parte do poder estatal que culminaram na formação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933 (SZMRECSÁNYI, 1979)³⁹.

³⁹ Para compreensão do período em análise, sobretudo no que concerne ao planejamento estatal para agroindústria canaveira consulte o trabalho de Tamás Szmrecsányi (1979).

Se tratava do mais importante círculo de cooperação para o circuito açucareiro que durante as décadas seguintes por meio de sucessivos sistemas normativos passou a controlar o uso do território por essa atividade econômica através de normas que abrangiam todas as suas instâncias produtivas.

É preciso também considerar que a instituição do IAA intensificou os círculos de cooperação do circuito açucareiro, dotando-lhe de novos conteúdos técnicos e, mesmo, científicos, pois o IAA passou a realizar e financiar pesquisas com o objetivo de melhorar a qualidade da cana-de-açúcar cultivada no território nacional, além de intensificar as pesquisas com vistas ao melhoramento e para a produção de álcool.

O sistema de ações do IAA ia desde as normas relacionadas com o processo produtivo como, por exemplo, o estabelecimento de quotas de produção para estados e usinas, até o controle da comercialização do produto nos mercados nacional e internacional. Nas Palavras de Andrade (1981), o objetivo era eliminar a super produção e controlar os preços do açúcar, principalmente, no mercado mundial (ANDRADE, 1981).

Assim, o novo sistema normativo do IAA destinou a cada um dos estados produtores uma quota que era diretamente proporcional não somente a capacidade produtiva já instalada, mas também ao poder político do estado em questão. No Nordeste os estados de maior produção e com maior poder de pressão como Pernambuco e Alagoas tinham as maiores quotas; o Rio Grande do Norte, por sua vez ficou com uma quota de 35.925 sacas de 60 Kg a ser distribuída entre as 2 usinas e os 2 engenhos centrais existentes nesse período (ANDRADE, 1981), o que era perfeitamente suficiente para esses estabelecimentos se levássemos em conta a sua capacidade de produção. Os demais estabelecimentos, ou seja, os 323 engenhos e engenhocas concentrados na zona litorânea, mas dispersos por quase todo o território, poderiam produzir açúcar bruto (também sujeito a quotas), rapadura e aguardente a serem destinados ao mercado local e regional.

O advento desse sistema normativo também acabou assegurando um mercado mínimo para o açúcar nordestino e, particularmente, para o potiguar, que mesmo apresentando uma baixa produtividade espacial quando comparado a indústria açucareira do Centro-Sul, tinha seus fluxos de exportação garantidos por suas quotas de produção. Nas palavras de Andrade (1981, p. 32), “a política desenvolvida pelo IAA protegeu por muito tempo a produção nordestina, da concorrência do Sudeste”.

Se a década de 1930 registrou uma alta produção de açúcar, os anos 1940 ficaram marcados por uma forte retração desse circuito, principalmente aquele que

produzia para atender ao mercado europeu e o do Centro-Sul. A partir das proposições de Andrade (1981), para esse período, podemos dizer que circuito açucareiro mais atrelado ao acontecer externo passou por um retraimento em suas exportações com o advento da Segunda Guerra Mundial, que não somente prejudicou a circulação para os mercados europeus, mas também proporcionou um retraimento da navegação de cabotagem que sendo o principal sistema de movimento que conectava o Nordeste ao Centro-Sul, acabou prejudicando o escoamento do açúcar nordestino e, potiguar, para este mercado.

Os dados ora arrolados embora abarcando todos os tipos de açúcar, isto é, tanto aquele voltado para exportação (mundial ou nacional) quanto aquele de baixa qualidade a ser consumido regionalmente, revelam como o circuito foi afetado por esse processo, principalmente as usinas que tendo uma grande capacidade produtiva tiveram que restringir seus fluxos ao mercado regional. De aproximadamente 3.500 toneladas em 1939, a produção de açúcar caiu para 95 toneladas em 1949, tendo voltado a subir nos anos posteriores, mas sem atingir os níveis de 1939 (Gráfico 9).

Gráfico 9: Produção de açúcar no Rio Grande do Norte (1939-1969).

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agrícola (BRASIL, 1939; 1949; 1959) e com dados do IAA para os anos de 1969 (ANDRADE, 1981).

A consequência desse processo foi um redirecionamento da produção usineira para o mercado regional o que acirrou a concorrência e proporcionou o fechamento de inúmeros pequenos engenhos, principalmente aqueles que produziam açúcar, pois os mesmo não tinham condições de competir com as usinas que apresentando um sistema

produtivo com maiores densidades de capital e técnica passaram a dominar os mercados locais. Desse modo, se verifica um momento de grande centralização do circuito açucareiro nas mãos dos usineiros, principalmente, em torno do município de Ceará Mirim que concentrando as principais usinas do Rio Grande do Norte ia pouco a pouco absorvendo não somente os pequenos e médios engenhos que se localizavam nas suas imediações, mas também outras usinas como foi o caso da Ilha Bela que fundada 1913, adquiriu em 1937 a usina Guanabara, e em 1964 a Santa Terezinha (MONTENEGRO, 2004).

A exceção do município de Canguaretama (Usina Maranhão) que também possuía um grande estabelecimento que produzia principalmente açúcar, os demais estabelecimentos continuaram a existir com uma pequena produção de açúcar de inferior qualidade, mas principalmente enquanto produtores de rapadura e cachaça voltados para o mercado local.

As décadas de 1950 e 1960 marcam uma retomada dos fluxos exportadores por parte do circuito açucareiro potiguar, principalmente, porque foram restauradas as conexões geográficas com a Europa e o Centro-Sul. No entanto, esse circuito não conseguiu reconquistar os mercados consumidores do período anterior a Segunda Guerra Mundial, pois este já era dominado pela indústria paulista que era, de longe, a que apresentava uma maior produtividade espacial, principalmente, em função do sistema de movimento que integrava toda a região e facilitava a circulação do valor, e pela incorporação mais intensa de novas camadas de técnicas e de capitais que aumentaram a rentabilidade da indústria paulistana (SZMRECSÁNYI, 1979). Além disso, durante os anos 1960 o sistema normativo do IAA re-equacionou o sistema de quotas e estabeleceu que o Rio Grande do Norte não mais teria quotas de exportação, tendo que se voltar inteiramente ao mercado regional o que, por conseguinte, também serviu para retrain a sua produção de açúcar.

Estava então estabelecida uma estrutura de uso do território na qual o circuito açucareiro estava totalmente orientado por uma divisão territorial do trabalho em nível da formação socioespacial brasileira com fluxos que, em parte, se dirigiam para alguns mercados regionais e outros que atendiam ao próprio território potiguar que tinha sua demanda elevada em função da expansão urbana dos anos 1960, responsável por elevar o consumo de açúcar entre as camadas sociais.

Além do circuito açucareiro a década de 1930 também foi marcante para mudanças substanciais nos usos do território potiguar por parte de outro circuito

hegemônico, o têxtil-algodoeiro. Data desse período uma reorganização no processo de produção que começou a mudar intensamente a dinâmica de funcionamento desse circuito, principalmente, no que concerne ao beneficiamento e a circulação da matéria-prima no território.

Essa metamorfose pela qual passava o circuito têxtil-algodoeiro era engendrada por uma trama de acontecimentos na qual agia uma série de agentes sociais com interesses complementares e conflitantes. Assim, se, por um lado, foi à consolidação de uma divisão territorial do trabalho que comandada por São Paulo passou, cada vez mais, a exigir produtos agrícolas e matérias-primas, dentre os quais a pluma do algodão, para a manutenção de seu parque industrial, que funcionou como um vetor essencial desse momento; por outro, foi à dupla necessidade do estado nacional que desejava a manutenção desse circuito produtivo, tanto para garantir os fluxos de matéria-prima para a indústria nacional, quanto para manter a pluma de algodão brasileira competitiva no mercado mundial.

Para tanto, era preciso uma modernização técnica do circuito produtivo têxtil-algodoeiro e o Estado nacional agiu nesse sentido, ao estabelecer um sistema de ações que impulsionava a modernização no beneficiamento do algodão a partir de largos incentivos à instalação de usinas. O objetivo era irradiar pelas regiões produtoras de algodão uma estrutura moderna de beneficiamento que elevasse a produtividade espacial do circuito e aumentasse, assim, a qualidade da matéria-prima a ser exportada para todos os mercados produtivos.

Nessa situação que se configurava, a usina emergia, então, como a forma geográfica capaz de fomentar esse processo e o capital estrangeiro, mais especificamente as multinacionais atuaram como difusores dessa modernidade, sobretudo, na Região Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte, que se converteu num dos maiores produtores de fibra de algodão do Brasil.

Aqui é preciso pontuar a ação do Estado que constituiu um importante círculo de cooperação através de uma legislação e de incentivos fiscais, sobretudo, os de importação de maquinário, que favorecia diretamente as empresas multinacionais que montassem usinas para o beneficiamento do algodão no território nacional (CLEMENTINO, 1987). Se disseminava, desse modo, uma estrutura de funcionamento que dirigida por empresas multinacionais passou a comandar parte considerável do circuito têxtil-algodoeiro não somente no território potiguar, mas em toda a Região Nordeste. Parafraseando Oliveira (1981), podemos dizer que nesse momento fazem sua

aparição no Rio Grande do Norte, grandes trustes internacionais dos quais as três irmãs Anderson Clayton, SAMBRA, e Machine Cotton são os melhores exemplos. Tais empresas objetivavam não somente estabelecer canais verticais de captação de mais-valia, mas também cumpriam a função essencial de manter sob controle os preços dessa matéria-prima no mercado têxtil mundial.

De acordo com Clementino (1987), foram essas multinacionais que de certa forma promoveram a aparição e difusão da usina no Rio Grande do Norte. Assim, na configuração dessa situação geográfica esses trustes logo estabeleceram uma estrutura que concorrendo fortemente com as casas exportadoras e com os agentes regionais que comandavam o beneficiamento dessa matéria-prima, acabou forçando esses agentes regionais a incorporarem também o sistema técnico usineiro em seu processo de beneficiamento.

Além disso, é preciso pontuar que os poderes públicos estaduais logo trataram de estabelecer uma política que “amparasse” os agentes regionais da concorrência dos trustes internacionais. Para tanto, se constitui um sistema normativo que concedia créditos aos usineiros regionais e que garantia recursos para manutenção de uma política de preços mínimos. Podemos afirmar que o estabelecimento desses conteúdos normativos elevou a produtividade espacial do circuito têxtil-algodoeiro e, por conseguinte, tornou mais eficiente o uso do território potiguar.

É preciso tornar claro que esse sistema normativo estabelecido pelos poderes estatais em hipótese alguma intentava quebrar com a estrutura hierárquica e espoliativa de uso do território pelo circuito têxtil-algodoeiro. O sistema de ações promovido pelas multinacionais, pelos agentes regionais e pelos poderes estatais ao mesmo tempo em que se apresentaram conflitantes, eles eram, na realidade, complementares, pois, objetivavam manter essa estrutura de uso do território então dominante. O único ponto em disputa era sobre o quantum de mais-valia captado por cada um desses grupos no processo produtivo. Em última instância, podemos afirmar que todos esses agentes intentavam salvaguardar essa forma de uso do território com a manutenção de fluxos extravertidos, com a captação da mais-valia gerada localmente e com a manutenção de relações de trabalho pré-capitalistas; em síntese, um território dominado por circuitos agro-industriais e de matérias-primas.

Diante dessas circunstâncias o que se presenciou foi à disseminação de usinas por todas as regiões do Rio Grande do Norte. Se em 1930 elas ainda não dominavam a paisagem urbana de muitas cidades do interior, a partir dos anos 1940 e, sobretudo, da

década de 1950 elas passam a ser uma das dimensões essenciais não somente da difusão mais intensa de um meio técnico, mas também no fomento de uma dinâmica urbana e regional, apesar do caráter extremamente extravertido dos seus fluxos produtivos e de capitais.

A localização geográfica das usinas de beneficiamento de algodão seguiu os moldes clássicos da localização industrial (MANZAGOL, 1978)⁴⁰, principalmente porque no território potiguar ainda predominava um meio técnico que não apresentava um sistema de movimento capaz de garantir uma circulação mais fluida das mercadorias e, assim, favorecer uma maior dispersão desses estabelecimentos. Desse modo, a localização das usinas se dava, prioritariamente, nas regiões e cidades que comandavam a produção de algodão no Rio Grande do Norte.

De acordo com Clementino (1987), durante a década de 1930 predominava no beneficiamento do algodão uma estrutura de pequenos e médios estabelecimentos que contavam em média com dois descaroçadores e que tinham uma capacidade de beneficiamento reduzida, quando comparado as usinas, que ainda se apresentavam em um número reduzido com apenas 14 estabelecimentos.

No entanto, já na década de 1940 é possível perceber o aumento exponencial no número de usinas e de estabelecimentos de processamento de algodão e como elas já apresentavam um grau elevado de dispersão no território. O mapa 10 mostra essa dispersão e como todas as regiões do Rio Grande do Norte possuíam usinas de beneficiamento de algodão com destaque para a Região Seridó que apresentava uma maior densidade de estabelecimentos, especialmente, Currais Novos que tinha 11 usinas.

Na medida em que o processo de modernização do circuito têxtil-algodoeiro avançava com o aumento das usinas, se constatava que os pequenos estabelecimentos iam pouco a pouco sendo eliminados, principalmente, porque não mais apresentavam condições de concorrer com a grande estrutura montada pelas usinas, que era capaz de processar quantidades elevadas de matéria-prima em um espaço de tempo mais reduzido. Aqui se evidenciava um conflito espaço-temporal entre duas divisões territoriais do trabalho, uma que ainda permanecia com objetos técnicos em vias de se tornarem obsoletos pelo processo social, e outra representada pelo sistema técnico usineiro que se tornava hegemônico no Rio Grande do Norte.

⁴⁰ A obra de Claude Manzagol (1978), “Lógica do Espaço Industrial” apresenta uma importante epistemologia acerca dos estudos da localização industrial, apontando não somente as principais elaborações desde as de inspiração neoclássica até as abordagens influenciadas pelo pensamento marxista.

Mapa 10: Estabelecimentos de beneficiamento de algodão em 1942

Fonte: Elaboração a partir de informações do Censo Econômico de 1940 e Clementino (1987).

Na década de 1950 as usinas não somente dominavam completamente o processo de beneficiamento do algodão, como já haviam iniciado um processo de concentração tanto no âmbito do circuito produtivo têxtil-algodoeiro, quanto geográfico, com algumas cidades passando a concentrar o processo de beneficiamento de vastas áreas. Os dados revelam que entre as décadas de 1940 e 1960 se processou extraordinária concentração e centralização do processo de produção em mãos de pouco agentes sociais. Se na década de 1940, de acordo com dados do IBGE (BRASIL, 1950), chegou a existir aproximadamente duzentos estabelecimentos que beneficiavam algodão no Rio Grande do Norte, em fins da década de 1950 eles não passavam de 40 unidades e nos anos 1960 havia aproximadamente 30 estabelecimentos (BRASIL, 1950; CLEMENTINO, 1987)⁴¹.

Fica evidenciado que as mudanças na divisão territorial do trabalho a partir dos anos 1930 foram responsáveis por uma reorganização desse circuito em todo o estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, usando as reflexões de Santos (1979b), podemos dizer que quando elementos de uma nova divisão trabalho atingem um ponto

⁴¹ Os dados ora expostos foram compilados a partir dos censos industrial e econômico e com base nas informações apresentadas por Clementino (1987).

do território, os impactos que daí emerge não se restringem somente a esta parcela do espaço, dado que suas consequências podem se reverberar por toda a estrutura de uso do território e atingir mesmo que, indiretamente, outros espaços. Foi exatamente o que ocorreu com o circuito têxtil-algodoeiro que viu a incorporação de novos elementos da divisão do trabalho como o surgimento da usina, determinar o fechamento de inúmeras unidades beneficiadoras em todo o estado, de modo que de um total 200 estabelecimentos na década de 1940, passamos para aproximadamente 30 em 1968, que se concentraram nas principais cidades regionais.

A expansão da usina também significou um acirramento na divisão territorial do trabalho que se traduziu na elevação da composição orgânica de todo o circuito produtivo têxtil-algodoeiro. Esse processo tanto se deveu ao beneficiamento do algodão que passou a fazer uso mais intensivo de maquinário, quanto pela montagem de novas usinas que se destinavam ao beneficiamento e transformação do caroço do algodão em óleo para consumo humano, bem como em torta e farelo para consumo animal. Usando mais uma vez as reflexões de Santos (1996), podemos dizer que nascia mais uma “solidariedade técnica”, pois a existência da usina beneficiadora de algodão ao mesmo tempo em que processava mais matéria-prima também revelava a necessidade de se aproveitar o caroço do algodão, que era cada vez mais abundante. Se a localização geográfica dos estabelecimentos de beneficiamento do algodão era um pouco mais dispersa no território norte-rio-grandense, as usinas que processavam o caroço do algodão se apresentavam mais concentradas nos pólos regionais que possuíam um mercado consumidor potencialmente mais elevado, como Natal e Mossoró.

O avanço desse sistema técnico elevou substancialmente a produção de pluma de algodão e de derivados do caroço desde os anos 1940. A partir dos gráficos 10 e 11 constatamos que excetuando os anos atingidos pela seca, a produção de pluma de algodão, bem como de torta, farelo e óleos era sempre crescente com destaque para as décadas de 1950/60, quando as usinas já eram elemento essencial da configuração territorial do Rio Grande do Norte.

Gráfico 10: Produção de pluma de algodão pelo Rio Grande do Norte (1932-1956).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1942-1968).

Gráfico 11: Produção de óleo de caroço de algodão no Rio Grande do Norte (1942-1968).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1942-1968).

Mesmo que ainda permanecessem exportações em direção ao mercado europeu, principalmente, por causa da qualidade da fibra do algodão potiguar, a dinâmica dos fluxos, conforme já apontado, era, cada vez mais, direcionada à Região Concentrada. Nesse contexto, a capital paulista que apresentava o maior parque têxtil nacional

absorvia as maiores quantidades do algodão potiguar que tanto seguia para esse mercado pelo porto de Recife, quanto via navegação de cabotagem.

Diante do que foi colocado é possível afirmar que a adequação técnica e produtiva pela qual passou o circuito têxtil-algodoeiro a partir do advento da usina, além de fortalecer uma forma de uso do território altamente especializada e instável, aprofundou, ainda mais, a condição dependente e subordinada do espaço derivado potiguar, principalmente, porque as multinacionais passaram a atuar de forma mais intensa através de um maior controle do beneficiamento do algodão. Deste modo, a estrutura de uso do território extravertida não só era mantida como se acentuaram os mecanismos de captação do excedente gerado com a atuação das multinacionais que chegaram a controlar entre 30% a 40% do beneficiamento da fibra de algodão no Rio Grande do Norte.

Não obstante, o avanço do sistema técnico usineiro também proporcionou um processo intenso de concentração geográfica e centralização do capital que em poucos anos já apresentava uma estrutura altamente oligopolista de uso do território com meia dúzia de grupos controlando praticamente todo o processo de beneficiamento e comercialização de fibra de algodão no Rio Grande do Norte.

Até a década de 1970 esse circuito produtivo conseguiu sobreviver mesmo com a concorrência sempre crescente do estado de São Paulo e com a manutenção de relações de trabalho pré-capitalistas em todas as fases de seu processo produtivo, aliás o circuito têxtil algodoeiro sobrevivia, em grande medida, graças a essas relações de produção.

3.2.2 A configuração de novos espaços derivados a partir do advento do circuito da Scheelita e do Sisal

A dinâmica dos usos do território no âmbito dos espaços derivados está, majoritariamente, atrelada a eventos externos que são capazes de estruturar continuamente o surgimento de novos espaços produtivos. Assim, toda vez que se constituem demandas por novos produtos da agroindústria ou, ainda, por novas matérias-primas nos países centrais do capitalismo, os seus espaços periféricos são chamados a atender essas solicitações com a constituição de circuitos produtivos que,

em muitos casos, se apresentam quase que totalmente dependentes das demandas e necessidades desses agentes externos.

A formação de novos espaços derivados no Rio Grande do Norte a partir de meados dos anos de 1940 representa perfeitamente esse processo, uma vez que foram as novas demandas da economia mundial, sobretudo a norte-americana que engendraram o aparecimento dos circuitos produtivos da scheelita e do sisal, nas Regiões do Seridó e do Mato Grande, respectivamente.

Se o surgimento desses circuitos produtivos significou como destacou Clementino (1995, p. 149), uma “diversificação da produção exportável” para o Rio Grande do Norte, o reverso da medalha nos demonstra que eles também elevaram o grau de dependência externa do território potiguar em relação aos agentes da economia mundial, principalmente, porque a estrutura hierárquica de funcionamento dos circuitos além de ser dependente das normas e dos preços estabelecidos nos mercados globais, daí as constantes crises vivenciadas, não possibilitava a constituição de circuitos complementares que se destinassem a uma transformação industrial mais intensa desses insumos com a produção de outras mercadorias. Essa função na divisão internacional do trabalho cabia aos países centrais do capitalismo, ficando a sua periferia, ou seja, os espaços derivados com a incumbência de apenas extrair e processar o beneficiamento inicial dos produtos a serem exportados.

No caso do circuito da scheelita é preciso compreender que sua formação esteve relacionada ao advento do período técnico-científico que a partir da Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 1980) intensificou a aplicação de novas matérias-primas ao processo produtivo industrial. O uso cada vez mais intenso do saber científico pelo capital revelou uma série de aplicabilidades desse minério no processo produtivo, tais como seus usos na indústria de filamentos de lâmpadas, de contatos elétricos, de eletrodos, de aços rápidos e para fabricação de ferramentas diversas.

O resultado desse processo foi à elevação mundial das demandas por essa matéria-prima que se tornara fundamental para inúmeros circuitos produtivos. Como forma de atender a essas demandas se desenvolveu pesquisas científicas que pudessem descobrir reservas desse minério, bem como se incentivou a constituição de inúmeros espaços produtivos nas formações socioespaciais periféricas destinados a extração e beneficiamento da scheelita.

Para o Rio Grande do Norte a Segunda Guerra Mundial representou a intensificação dessa nova forma de apropriação e uso do território, sobretudo para a

Região Seridó e, mais especificamente, no município de Currais Novos que logo se converte num dos maiores produtores nacionais. A deflagração do conflito elevou, estratosféricamente, a demanda mundial por esse insumo, tanto é que o governo dos Estados Unidos tratou de conceder incentivos ao setor como, por exemplo, a “Comissão de Compra do Governo Norte Americano”, que serviu de estímulo para que grandes empresas multinacionais e grupos regionais constituíssem na região o circuito produtivo desse minério nas fases de extração e beneficiamento inicial (CUNHA, 1988).

Desde a sua constituição inicial até a primeira metade dos anos 1960 o circuito alternou momentos de forte elevação de suas demandas e expansão de suas atividades, com outros de retraimento, no qual os fluxos de exportação foram reduzidos de modo significativo. Com isso, esse primeiro momento de forte expansão, em função da elevação das demandas da indústria bélica, foi seguido por momento de crise para o setor, pois com o final do conflito mundial se registrou uma diminuição da demanda e com ela uma queda nos preços desse insumo o que, por conseguinte, ocasionou uma drástica redução da produção e das exportações por parte do Rio Grande do Norte.

A essa fase se seguiu um momento de forte retomada e expansão da indústria scheeliteira no Rio Grande do Norte, em virtude da Guerra da Coreia que impulsionou novamente o consumo dessa matéria-prima nos Estados Unidos a tal ponto que o preço disparou no mercado mundial, passando de 7 dólares para mais de 55 dólares num curto intervalo de tempo. A repercussão dessa nova situação foi a elevação das exportações brasileira e particularmente norte-rio-grandenses, sobretudo, nos anos de 1952 e 1953, quando a principal mineradora do estado, a Tomaz Salustiano S/A chegou a produzir e exportar aproximadamente 500 toneladas desse minério para o mercado norte-americano.

Passada a Guerra da Coreia se instaurou mais um surto depressivo e isto não apenas em função da redução da demanda por scheelita, mas também porque o maior centro consumidor, os Estados Unidos, haviam acumulado grande estoque, o que reduziu ainda mais o consumo do produto potiguar que agora ficava restrito ao mercado europeu que nesse momento já iniciava a compra da scheelita provinda da União Soviética. A entrada da URSS nesse circuito mundial elevou substancialmente a oferta do produto, sobretudo, no mercado europeu, de modo que já no final da década de 1950 e início dos anos 1960, os preços da scheelita voltaram ao patamar anterior a Guerra da Coreia, quando era vendido a 7 dólares.

A análise do gráfico 12 revela essa inconstância do circuito, na qual ora a produção subia a níveis elevados e ora ela decrescia ou até mesmo paralisava temporariamente suas atividades⁴². Note-se que de 1950 até meados da década de 1960 tivemos momentos de elevação combinados com outros de retração nos fluxos dessa mercadoria, em função dos eventos citados. Toda esta situação traz a tona à existência de um espaço extremamente instável com repercussões danosas para seus trabalhadores que, além de se depararem com condições subumanas de trabalho, ficavam sujeitos a períodos sem que seus postos de trabalho estivessem garantidos.

Gráfico 12: Produção de scheelita pelo Rio Grande do Norte (1949-1964).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1950-1964).⁴³

A submissão desse circuito produtivo aos eventos externos foi apenas parcialmente quebrada a partir de meados dos anos 1960, quando o estado nacional decide constituir círculos de cooperação que incentivavam o consumo desse minério pela indústria nacional, conforme poderemos constatar mais adiante. No entanto, mesmo com o estabelecimento de círculos de cooperação que incentivavam o consumo nacional dessa matéria-prima, o circuito da scheelita permanecia muito atrelado ao

⁴² No início dos anos 1960 a indústria scheeliteira potiguar chegou a paralisar suas atividades em função de um conflito com o sistema normativo do Ministério de Minas e Energia que "tentava, insensatamente, sustentar um preço que não mais existia nos centros consumidores, proibindo as exportações abaixo de 11 dólares, quando a URSS vendia o minério em toda Europa a 7 dólares. In: Diário de Pernambuco de 6 de novembro de 1963, p. 3.

⁴³ Os dados sobre a produção de scheelita somente começam a aparecer no Anuário Estatístico Brasileiro a partir do ano de 1949, portanto, não sabemos ao certo de quanto foi a produção no período compreendido entre 1943 e 1948, momento em que as exportações foram mais elevadas.

acontecer externo, principalmente, porque o essencial das demandas ainda emanava dos países centrais que mantinham sob rigoroso controle as reservas mundiais desse minério, bem como os seus preços, ou seja, dois dos aspectos mais fundamentais de todo o circuito produtivo. Daí Coutsinas (1972) em um texto profundamente influenciado pelas reflexões de Milton Santos sobre a formação dos espaços periféricos, afirmar que o controle, pelos países centrais, das fontes de recursos minerais se constituía num imperativo necessário da dominação que passou de um tipo colonial para um moderno sem se extinguir.

Desse modo, podemos concluir nosso raciocínio afirmando que o circuito da scheelita se, por um lado, representava certa diversificação produtiva para o território potiguar e, sobretudo, para a Região Seridó; por outro lado, consagrava mais uma forma de uso do território na qual o comando estava completamente divorciado dos espaços produtivos, ficando estes a mercê das circunstâncias dirigidas pelos agentes mundiais da economia.

Com o término da Segunda Guerra Mundial se constatou que uma série de circuitos produtivos haviam tido seus espaços de produção e beneficiamento completamente desestruturados. O caso do circuito do sisal é exemplar nesse sentido, uma vez que os principais centros produtores na África e na Ásia foram desorganizados o que, por consequência, diminuiu, sobremaneira, a oferta dessa matéria-prima nos mercados europeu e norte-americano.

Sendo uma fibra de grande uso para diversos circuitos produtivos⁴⁴, logo se tratou de reorganizar esse circuito com o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual outros espaços periféricos passaram a produzir essa matéria-prima com vistas a atender as demandas do mercado mundial. A formação socioespacial brasileira e, sobretudo alguns estados da região Nordeste logo absorvem essa nova funcionalidade que já nasceu extremamente verticalizada e comandada, em última análise, por agentes de grandes empresas multinacionais.

Se antes do conflito mundial o Brasil se quer figurava entre os exportadores de sisal, já em 1946 ele aparece como grande exportador com cerca de 2000 toneladas (PINTO, 1969). Nesse ínterim, no Rio Grande do Norte se constituem os primeiros

⁴⁴ De acordo com Pinto (1969, p. 19), o sisal tem diversas usos no processo industrial com destaque para seu emprego “na fabricação de “twines”, o fio para enfeixar e embalar o trigo, feno, palha e outras ceras; na cordoaria em geral; em cabos submarinos; cordas marítimas, barbantes, fios e similares empregados na agricultura, pecuária, indústria e comércio; sacos, tapetes e artigos femininos (por exemplo sacolas, sandálias, etc.)”.

espaços derivados a partir do circuito do sisal, com destaque para a Região Agreste que chegou a responder por mais de 90% da produção total. Já em 1949 os usos do território potiguar por esse circuito era intenso ao ponto de suas exportações perfilarem em 3º lugar quando consideramos todos os estados do Brasil (BRASIL, 1949).

O período compreendido entre as décadas de 1940 e de 1970, conforme demonstra o gráfico 13, evidencia o momento em que circuito do sisal apresenta uma elevação de sua produção consoante com as demandas da economia internacional em franca ascendência. Podemos dizer que na medida em que o mercado mundial aumentava sua demanda, o circuito espacial do sisal pouco a pouco incorporava novas terras ao seu processo produtivo, chegando a avançar, inclusive, em áreas que outrora eram destinadas ao circuito do algodão, principalmente na Região Agreste. Esta realidade trouxe à tona um processo de re-funcionalização do território e o advento de uma nova dimensão da divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte, que neste caso esteve pautada na exportação do sisal.

Gráfico 13: Produção de sisal pelo Rio Grande do Norte (1946-1969).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1946-1969).

Mesmo passando por um processo de valorização com grandes inversões de capital fixo ao território, como se tratava de um circuito gerido, essencialmente, por demandas externas, as oscilações na produção e exportações eram frequentes. Já em meados da década de 1950 se registram reduções nas exportações em virtude da concorrência no mercado mundial ser acirrada pela reorganização dos espaços

produtivos na África e Ásia e pela constituição de novas áreas produtivas no México (PINTO, 1969). Além disso, a incorporação, cada vez mais intensa das variáveis técnico-científica ao processo industrial possibilitou a produção de fibras sintéticas a partir de derivados do petróleo e com custos inferiores o que, novamente, serviu para reduzir a procura pela fibra nacional no mercado mundial.

Entretanto, mesmo diante desse cenário mundial, se verifica a partir de meados dos anos 1960 a elevação e mesmo expansão dos espaços de produção do sisal no Rio Grande do Norte com as empresas que comandavam esse processo ampliando suas atividades ao ponto de converter esse circuito no principal agente dinamizador dos usos do território na Região Agreste Potiguar. De acordo com Oashi (1999), essa nova expansão deveu-se ao fato de várias indústrias de manufaturados de sisal passarem a incorporar novas técnicas que tornavam o produto mais competitivo no mercado nacional e internacional.

Outro impulso ao soerguimento do circuito viria do primeiro choque do petróleo, em 1973, quando os preços de seus derivados se elevando sobremaneira, forçaram muitos circuitos industriais que faziam uso intensivo dessa matéria-prima, a recorrerem novamente às fibras de sisal. O resultado foi à elevação das exportações pelo Rio Grande do Norte com uma produção que chegou a atingir aproximadamente 14% de todo o volume exportado pelo Brasil em 1972-1973 (BRASIL, 1973).

Mapa 11: Estabelecimentos de beneficiamento de Sisal em 1970

Fonte: Elaboração a partir de informações do Censo Econômico (Brasil, 1940) e Clementino (1987).

No que concerne a configuração espacial tomada pelo circuito, se constata que se os espaços de produção do sisal abrangiam vários municípios do Agreste Potiguar e da Região Central, os espaços de beneficiamento eram extremamente concentrados em três cidades, João Câmara, Touros e Natal. Três empresas de capitais nacionais e estrangeiros comandavam todo o circuito. Aliás, esse circuito apresentava as mais elevadas taxas de concentração geográfica do processo produtivo. Assim, as três empresas existentes a Companhia Industrial de Fibras S/A (CISAF) e a Companhia Agroindustrial Zabelê, ambas com usinas em João Câmara; e a Saint Germaine do Brasil S/A com uma usina em Natal, controlavam praticamente todas as instâncias produtivas do circuito, pois além de deterem grandes fazendas que chegavam a ser responsáveis pela maior parte de sua produção, essas empresas também dominavam amplamente a esfera do beneficiamento, a comercialização e a circulação desse produto até o seu destino final no território potiguar, que era o porto de Natal. O mapa 11 nos revela a topologia que o circuito adquiria com destaque para João Câmara que emergia como uma importante centralidade na hierarquia do circuito no território potiguar.

Um dado importante do circuito era o nível de acréscimo de objetos geográficos proporcionado por suas atividades. Podemos dizer que o circuito do sisal tecnificou

ainda mais o meio geográfico no território potiguar, sobretudo na Região Agreste, uma vez que fazia amplo uso de maquinários para produção e beneficiamento, bem como apresentavam ampla frota de caminhões para efetuarem a circulação da mercadoria até os espaços de distribuição em Natal.

Diante do que foi colocado a respeito desses circuitos que configuraram os novos espaços derivados no Rio Grande do Norte, podemos concluir nosso raciocínio afirmando que o circuito da scheelita e do sisal se, por um lado, representavam certa diversificação produtiva para o território potiguar e, sobretudo, para as regiões Seridó e Agreste; por outro lado, a lógica hierarquizada de organização dos territórios permanecia, pois os centros de comando desses circuitos se encontravam, via de regra, na esfera mundial, dado que daí provinha o grosso de suas demandas. Em síntese, esses circuitos consagravam, do mesmo modo que os demais, uma forma de uso do território na qual produção e comando estavam completamente divorciados, com espaços produtivos que ficavam dependentes de ordens e comandos estranhos ao lugar.

3.2.3 As novas demandas dos circuitos elementares e sua expansão

A expansão dos circuitos produtivos elementares que teve seu início no final do século XIX, mais especificamente a partir de 1880, ganhou novo impulso na década de 1930, quando elementos de uma divisão regional do trabalho atuaram com maior intensidade na constituição dos usos do território no Rio Grande do Norte. Na realidade parafraseando Santos (1979a), podemos dizer que a partir desse momento coexistiram de modo mais intenso, uma divisão territorial do trabalho voltada para o atendimento das demandas do mercado mundial e outra que começava a responder as necessidades do território nacional e àquelas geradas no próprio território potiguar.

No que concernia ao Rio Grande do Norte estas demandas estavam, eminentemente, relacionadas ao suprimento das necessidades mais elementares das populações, com destaque para os circuitos produtivos da indústria de alimentos, de bebidas e de vestuário que baseados em uma pequena produção aumentaram sua participação na indústria potiguar e, incrementaram, desse modo, uma dinâmica fundada

num acontecer horizontal⁴⁵, mas que apresentava amplas interações com processos relacionados com os circuitos produtivos extravertidos.

Compreendemos que a intensificação dos usos do território a partir dos circuitos elementares decorreu da conjunção de uma série de variáveis que, desde a década de 1930, vinham delineando uma nova dinâmica do território norte-rio-grandense. Uma primeira dimensão desse processo vinha da expansão dos circuitos produtivos extravertidos como o têxtil-algodoeiro, o sisaleiro e o da scheelita, que obedecendo às especificidades espaciais e temporais engendraram, direta ou indiretamente, um intenso movimento no território não só de produtos, mas também de ordens e de capitais e, assim, fomentaram minimamente, a expansão de um mercado consumidor no Rio Grande do Norte.

Clementino (1995) demonstra como esses circuitos produtivos ao expandirem sua participação na economia norte-rio-grandense no período em questão, engendraram uma dinâmica de fluxos de capitais, produtos e populações que foi fundamental para estruturação do território, sobretudo nos municípios que se constituíam como centros de convergência das produções regionais.

Assim, o acirramento dos circuitos produtivos extravertidos a partir dos anos de 1930 tanto em função de demandas externas, quanto a partir da incorporação de variáveis de uma divisão territorial do trabalho mais consoante com as demandas geradas pelo processo de formação do mercado nacional, funcionou como um vetor na expansão desses circuitos elementares, principalmente porque se elevou a circulação de capitais nas regiões. Podemos dizer que a intensificação e manutenção, em maiores proporções, desses circuitos produtivos extravertidos por no mínimo quatro décadas (de 1930 a 1960), em várias regiões do território potiguar, foi fundamental para criação de um mercado de consumo direcionado para produtos básicos, sobretudo, aqueles produzidos pelos circuitos elementares.

Mesmo não sendo a regra dominante em todas as instâncias produtivas⁴⁶, esses circuitos de produção extravertidos começavam a fazer uso de uma mão de obra

⁴⁵ Aqui mais uma vez queremos chamar atenção que nossa análise não procura comparar ou estabelecer parâmetros quantitativos entre o que o ocorria com o Rio Grande do Norte e restante da indústria no Brasil. Via de regra, essa análise aponta para insignificância da indústria potiguar quando tomando o Centro-Sul como exemplo. Nesse sentido, o que intentamos aqui é evidenciar a existência de uma dinâmica de uso do território que não se explica majoritariamente pelos circuitos hegemônicos, pois acreditamos que estes são apenas parte do processo.

⁴⁶ Nesses circuitos coexistiam relações de trabalho não capitalistas com relações tipicamente capitalistas. Assim, por exemplo, no circuito têxtil-algodoeiro se o cultivo era predominantemente dominado por relações de trabalho "anticapitalistas" (OLIVEIRA, 1981) como a produção por meia, por sua vez a forma

assalariada, fundamentalmente, na sua fase de beneficiamento, o que também elevava as possibilidades de incrementos das formas de consumo da sociedade. Além disso, é preciso pontuar que a própria expansão dos circuitos elementares com o aumento da classe trabalhadora assalariada também agiu no sentido de fomentar as demandas dos circuitos industriais. Tanto é assim que as cidades que possuíam um maior número de estabelecimentos de beneficiamento e transformação industrial eram aquelas que apresentavam uma dinâmica mais intensa de circuitos elementares com destaque para Natal, Mossoró e Caicó.

Diante dessas circunstâncias, a análise dos dados do Censo Econômico de 1940 revela que esses circuitos produtivos elementares registraram um crescimento em suas atividades em relação ao recenseamento de 1919, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos quanto no valor da transformação industrial. Os circuitos de produtos alimentares, de vestuário e de calçados foram os que mais sofreram acréscimos, com o de alimentos atingindo a soma de 160 estabelecimentos e o de vestuários perfazendo a marca de 34 unidades. Essa expansão não deu somente no número de estabelecimentos, pois ambos os circuitos também elevaram sua participação no VTI, com destaque, novamente, para o circuito alimentício que elevou sua participação para 28% no montante global da indústria de transformação do Rio Grande do Norte.

A importância que tinham esses circuitos para a dinâmica territorial do Rio Grande do Norte e, por consequência, para usos não hegemônicos do território fica mais evidente quando constatamos que o valor da produção da indústria de alimentos, teve maior crescimento do que a indústria de beneficiamento de algodão que trabalhava majoritariamente com demandas externas. Os dados revelam que enquanto o circuito têxtil-algodoeiro, composto em sua maioria pelo beneficiamento de algodão reduziu sua participação global de 76% para 55% do VTI, a indústria de alimentos, formada por uma miríade de pequenos estabelecimentos com baixa apropriação técnica e de capital, elevou sua participação de 20% para 28% no VTI.

Havia também um incremento do circuito produtivo elementar por parte de uma indústria artesanal e manufatureira ligada à produção de farinha, aos circuitos de aguardente e de rapadura e ao circuito de laticínios. Todos esses circuitos se apropriavam de parcelas muito específicas do território potiguar e engendraram uma dinâmica que tinha profundas influências para toda sua estrutura, sobretudo nos fluxos

de beneficiamento que passava a predominar com a modernização técnica do circuito estabelecia relações tipicamente assalariadas.

regionais que proporcionavam, pois muitos desses produtos convergiam para os espaços de consumo das principais cidades, essencialmente, nas feiras livres que já eram a dimensão mais importante na formação do circuito inferior da economia urbana.

Tomando as reflexões de Santos e Silveira (2005), podemos dizer que cada um desses circuitos apresentava sua própria divisão territorial do trabalho com pontos de produção e fluxos muito particulares. Assim, o circuito da farinha seguindo a tendência da indústria de laticínios, apresentava uma topologia que abarcava as principais regiões de todo o estado, com destaque para a Região Agreste Potiguar, que se apresentava como o pólo mais dinâmico dessa atividade, conforme demonstra o mapa 12. Os dados da produção desse circuito no período que compreende 1930 e 1950 revelam uma expansão produtiva que se relacionava diretamente com o aumento do mercado de consumo para esse tipo de produto.

Mapa 12: Indústria de transformação da mandioca em 1949

Fonte: Elaboração a partir de informações do Censo Econômico (BRASIL, 1950).

Outra divisão territorial do trabalho era a apresentada pelo circuito da rapadura. Pelas suas características constitutivas esse circuito apresentava uma incorporação técnica um pouco mais elevada e, por isso, era menos disperso no território, mas,

mesmo assim, se encontrava presente em todas as regiões do estado, conforme revela o mapa 13.

Mapa 13: Municípios produtores de derivados de cana-de-açúcar em 1950

Fonte: Elaboração a partir de informações do Censo Econômico de 1950.

Aqui, além da produção artesanal que se constituiu na zona litorânea, merece destaque a produção da Região do Alto Oeste, que por ser geograficamente a região mais isolada no Rio Grande do Norte, acabava tendo essa viscosidade territorial agindo como fator importante na formação de circuitos produtivos voltados para as demandas regionais. Cidades como Pau dos Ferros, Martins, Patú e Alexandria tanto produziam aguardente quanto rapadura. No entanto, era a produção de rapaduras que dominava a maioria dos estabelecimentos existentes e gerava uma dinâmica de fluxos que atendia toda a região e, por vezes, poderia mesmo extrapolar e atingir as cidades mais próximas do estado vizinho, além de atender as demandas da cidade de Mossoró, então a segunda mais importante cidade do estado, que apresentando uma produção insignificante nesse circuito, tinha as demandas de seu pujante comércio alimentadas pela produção das cidades próximas.

De todos esses circuitos o que apresentavam a maior difusão territorial era o circuito de laticínios que estava fortemente presente em todo o território potiguar com

um número elevado de unidades produtivas (Mapa 14). É preciso atentar que este circuito também era o mais tributário de uma solidariedade orgânica, aquela do cotidiano compartilhado que transforma as informações constituídas historicamente em um trunfo dos agentes sociais regionalmente estabelecidos (SANTOS, 1994b; 1996).

Mapa 14: Indústria de laticínios do Rio Grande do Norte em 1940

Fonte: Elaboração a partir de informações do Censo Econômico de 1940.

A constituição do processo produtivo é, assim, permeada por essa solidariedade, expressa na reprodução de técnicas e formas de fazer que repassadas historicamente compõem um traço fundamental que perpassa, com maior ou menor intensidade, toda a formação territorial das áreas interioranas do Rio Grande do Norte. Assim, tendo o leite enquanto principal matéria-prima, esse circuito era um dos que menos demandava inversões de capitais e apropriação de objetos técnicos. Era preciso apenas ter acumulado e repassado um conhecimento de técnicas culturais produtivas para realizar uma pequena produção que atendia as demandas familiares com alguns agentes comercializando nas feiras das cidades o excedente da produção.

Dáí provém a difusão desse circuito no território, bem como sua importância na estruturação dos usos do território não hegemônicos que “desde sempre e para sempre”

(MARQUEZ, 1970)⁴⁷ perfazem uma dimensão essencial do espaço banal. Em suma, este circuito produtivo de laticínios constituído no território potiguar formava “o espaço rugoso e vivido” de que nos fala Santos (2002, p. 111).

Os dados das produções de queijo, manteiga, creme e requeijão nos dão a dimensão desse circuito. Em 1940 esse circuito apresentava uma produção de aproximadamente 340 toneladas distribuídas por uma miríade de pequenos estabelecimentos que se localizavam principalmente na zona rural do interior do Rio Grande do Norte.

Existia no interior desse circuito uma variedade de agentes sociais, de modo que podíamos encontrar tanto aqueles grupos que comercializavam somente um excedente mínimo, quanto aqueles que destinavam toda a sua produção para o atendimento do mercado consumidor da região em que se inseria. Neste caso, é possível encontrarmos um nível mais elevado de apropriação de técnicas e de capitais. De acordo com dados do censo econômico (BRASIL, 1940, p. 242), havia cerca de 160 maquinismos para indústria de laticínios do Rio Grande do Norte, o que nos revela que somente uma minoria dos estabelecimentos existentes fazia uso de um sistema técnico um pouco mais manufatureiro. Por consequência na maior parte desse circuito predominava uma produção muito artesanal, na qual o trabalho dos agentes sociais era ainda mais intensivo.

Mesmo estando presente de maneira intensa em todo o território potiguar, esse circuito era mais preponderante na Região Seridó. Tanto em número de estabelecimentos quanto em termos de produção, essa região apresentava certa primazia com destaque para Caicó, Currais Novos, Acari e Jucurutu, que reunidas eram as maiores produtoras de todo o circuito de laticínios no Rio Grande do Norte (queijo, manteiga, creme e requeijão).

Entre as décadas de 1930 e 1950, todo o circuito de laticínios (queijo, manteiga, creme e requeijão) registrou um aumento de suas atividades, no entanto nesse momento já se percebia que o processo de integração regional e nacional, já narrado anteriormente, ao possibilitar uma maior circulação de produtos, acabou estabelecendo uma concorrência que ia pouco a pouco proporcionando o fechamento de vários pequenos estabelecimentos que não tinham condições de competir com a produtividade das unidades com uma melhor estruturação em termos produtivos.

⁴⁷ Expressão cunhada por Gabriel Garcia Marquez na obra “Cem Anos de Solidão”.

Assim, do início da década de 1940 até o final dos anos 1950 mesmo registrando uma elevação na produção do circuito de laticínios conforme revela o gráfico 14, também verificamos que ocorreu uma diminuição dos estabelecimentos produtivos, como nos demonstram os dados dos censos de 1940 e 1959 (BRASIL, 1940; 1959). A partir desse momento mesmo ainda estando presente em todo território potiguar, a indústria de laticínios começa a se concentrar com maior intensidade na Região Seridó, que já sendo a maior produtora ampla, ainda mais, a sua importância no circuito.

Gráfico 14: Produção de derivados de leite em toneladas no Rio Grande do Norte (1940-1959).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos econômicos do IBGE (BRASIL, 1940, 1950, 1960).

De forma mais intensa a partir da década de 1950, os circuitos produtivos elementares passaram a sofrer um incremento em sua produção em função da urbanização do território que, mesmo ainda incipiente, já demandava maiores produções de bens alimentícios, calçados, roupas e artigos de perfumaria e limpeza. Esse processo era mais acelerado na capital do estado em virtude das grandes alterações territoriais promovidas durante a Segunda Guerra Mundial, e nas principais cidades polarizadoras do restante do território potiguar, com destaque para Mossoró, Caicó, Assú, Currais Novos, Macau, João Câmara, que verificaram um crescimento significativo de suas populações.

Assim, na medida em que a população urbana crescia também se elevava a produção desses circuitos produtivos elementares. De 1950 a 1970 o VTI da indústria de alimentos se elevava ao ponto de suplantando o da indústria têxtil que historicamente

apresentava os maiores índices para a transformação industrial. Nesse processo, mesmo constatando a existência de alguns grandes estabelecimentos, podemos afirmar que esse circuito ainda era, majoritariamente, dominado por uma gama de pequenos produtores que continuavam a apresentar um “baixíssimo valor agregado” (ARAÚJO, 2010) e a produzir com técnicas já tornadas obsoletas pelas sucessivas modernizações.

Ainda podemos destacar que nesse período outros circuitos produtivos que também trabalhavam com uma produção artesanal registraram uma expansão em suas atividades, com destaque para a indústria do mobiliário, de couros, peles e de similares que elevaram sua participação no VTI do estado, o que, por sua vez, evidenciava um processo de diversificação produtiva que ia além do ramo da produção alimentícia.

No final dos anos 1960 a estruturação do território pelo circuito elementar se revelava ainda mais importante. De acordo com dados do censo industrial de 1970 (BRASIL, 1970), de um total de 2204 estabelecimentos existentes em todo o território potiguar, 1583 tinha menos de cinco trabalhadores e apresentavam baixas taxas de capitalização e de incorporação de objetos técnicos. Mesmo sendo a minoria, os 621 estabelecimentos concentravam a maior percentagem do VTI, da força motriz e das inversões de capitais, o que somente corrobora com o caráter da maioria dos estabelecimentos existentes no Rio Grande do Norte nesse momento, que era o trabalho intensivo.

De forma geral a topologia espacial desse circuito industrial seguia a tendência de se localizar nas áreas que apresentavam uma urbanização mais avançada ou que tinha circuitos produtivos capazes de gerar uma circulação de capitais necessária a incentivar e manter as formas mínimas de consumo. Dito com outras palavras, as cidades que incorporavam as maiores camadas da divisão territorial do trabalho, eram as que apresentavam um maior número de estabelecimentos. Nesse sentido, se destacavam Mossoró e Natal que polarizavam o espaço produtivo potiguar, sobretudo, porque concentravam uma série de funcionalidades políticas e econômicas que as transformavam em pólos de atração territorial para todo o Rio Grande do Norte.

Do que foi exposto anteriormente fica demonstrado que a existência desse circuito elementar somente evidencia a dialética socioespacial que rege a totalidade dos usos do território, uma vez que, em meio a espaços dominados por uma acontecer externo havia também margem para a expansão de uma produção fundamentada na contiguidade territorial que encontrava nas virtualidades da região o fermento para uma

dinâmica territorial que mesmo apresentando vinculações com esse circuito extravertido, tinha o poder de exercer certa influência nos usos do território potiguar.

SEGUNDA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO SOB A ÉGIDE DE UM ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL

A velocidade das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no após-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse (SANTOS, 2006, p. 165).

O comando do Estado sobre o avanço do capitalismo se fez sob modalidades de intervenção e regulação econômica e por meio de uma máquina burocrático-administrativa centralizada e em expansão, abrangendo aspectos cada vez mais amplos da atividade econômica (DRAIBE, 2004, p. 37).

SEGUNDA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO SOB A ÉGIDE DE UM ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL

A existência do Rio Grande do Norte enquanto espaço derivado, isto é, um espaço comandado e subordinado, primordialmente, aos agentes da economia internacional, perdurou até a década de 1960. A partir desse momento entraram em cena novas variáveis em nível mundial, mas, principalmente, a nível da formação socioespacial brasileira que mudaram, decisivamente, a conformação dos usos do território potiguar.

A nível da totalidade mundo foram as transformações do capitalismo a partir da segunda metade do século XX, sobretudo, no que concernia a intensificação da técnica e da ciência no processo de produção com a criação de produtos sintéticos, que influenciaram no redimensionamento dos usos do território no Rio Grande do Norte, que até então se apresentava como grande produtor de insumos industriais vegetais. Paralelamente a esses processos macro-estruturadores emergia na formação socioespacial brasileira uma nova dinâmica econômica que impulsionou, ainda mais, a reorganização do território norte-rio-grandense. Trata-se da expansão do capitalismo industrial brasileiro e da concretização do Estado como o agente capaz de garantir não somente sua expansão, mas também a organização do território para atender os seus objetivos. Seguindo as reflexões de Oliveira e Reichstul (1973) e, sobretudo, de Santos e Silveira (2005), argumentamos que se processava uma reorganização do território brasileiro a partir do estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho, a qual ganhou força para o Rio Grande do Norte na década de 1960 com as ações do Estado Nacional.

Delineava-se, então, um processo de reestruturação que ao estabelecer um novo sistema de ações e de objetos, começava a configurar um novo período para dinâmica territorial do Rio Grande do Norte. Como aponta Santos (1994b;1996), a passagem de um período a outro ocorre quando se efetuam mudanças nas formas geográficas e nas relações sociais, isto é, quando objetos e ações adquirem novos conteúdos e intencionalidades, passando a responderem às necessidades de uma outra divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, objetivamos nessa segunda parte desvendar esse processo de reestruturação do território potiguar, isto é, a sua transformação de um espaço derivado

dominado por circuitos produtivos extravertidos para um território que passa a ser presidido por um acontecer hierárquico estatal que reorganizou completamente a geoeconomia de todos os espaços periféricos do país incluindo aí, especificamente, o Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO 4: A NOVA ECONOMIA POLITICA DO USO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE

O período compreendido entre os anos 1960 e a década de 1970 marca indelevelmente a economia política do uso do território no Rio Grande do Norte, isso em razão da emergência de uma série de eventos que desmontaram a estrutura territorial que estava em funcionamento. A corrosão das antigas formas de uso do território começou a se desenhar, primeiramente, a partir da obsolescência dos circuitos produtivos extravertidos, tanto em função da reorganização dos espaços de produção de matéria-prima quanto, principalmente, pelo avanço da técnica e da ciência que possibilitou, em grande medida, a introdução de produtos sintéticos em substituição aos de origem vegetal.

Além disso, a dinâmica do território potiguar que emerge a partir desse momento não se torna inteligível se não compreendermos o papel que os sistemas normativos estatais tiveram nesse processo. As novas solidariedades geográficas criadas a partir das normas constituídas pelo poder estatal aceleraram o processo de corrosão da antiga forma de uso do território na medida em que estabeleceram novos arranjos políticos e econômicos que, fundamentados numa nova racionalidade, colocaram a indústria e a integração do território como variáveis determinantes para a formação socioespacial brasileira. Seguindo as conceituações de Milton Santos (1996), argumentamos que o estabelecimento de novos nexos e normas teve um efeito desintegrador sobre as antigas solidariedades que davam sustentação aos usos do território no Rio Grande do Norte.

4.1 Modernização técnico-científica e a fuga de capitais: o retraimento dos circuitos espaciais produtivos extravertidos

O período pós Segunda Guerra Mundial foi crucial para o avanço do capitalismo não somente em termos quantitativos, mas, essencialmente, em termos qualitativos, uma vez que possibilitou várias descobertas técnico-científicas que mudaram o processo produtivo de inúmeras indústrias e influenciaram nos usos do territórios nos países da periferia do sistema, sobretudo, naqueles que haviam, em parte, se especializado na

produção e beneficiamento de insumos básicos para as indústrias sediadas no países centrais.

Na realidade o que ocorreu, segundo Braverman (1987, p. 146),⁴⁸ é que desse momento em diante o uso da técnica e da ciência no processo produtivo não se dava mais somente a partir de inovações específicas ou isoladas, mas como partes constitutivas de "um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal", isto é, a ciência já havia sido incorporada pelo capital e agora estava a seu serviço.

Para Milton Santos (1994b, p. 70) esse é o momento em que a técnica e a ciência assumem um papel ainda mais decisivo na dinâmica do modo de produção e da organização do território, quer dizer, este é o momento em que ocorrem "mudanças importantes, de um lado na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica".

Tomando essas reflexões para a compreensão da formação socioespacial brasileira e mais especificamente para o Rio Grande do Norte, argumentamos que esse processo foi um dos vetores responsáveis por exercer profundas transformações estruturais nas formas de uso do território, dado que as descobertas técnico-científicas geraram uma leva de produtos sintéticos que dispensavam, em grande medida, alguns insumos de origem vegetal dos quais o território potiguar era grande produtor. Tais insumos se constituíam na principal fonte de renda para várias regiões do estado, como era o caso da indústria têxtil-algodoeira que embora mais concentrada na Região Seridó se dissemina por todo o território, da indústria de beneficiamento da cera de carnaúba que tinha na Região Central e no Oeste Potiguar suas principais usinas e da indústria de beneficiamento e transformação do sisal concentrada na Região Agreste Potiguar. Na medida em que avançava o uso dos produtos sintéticos em diversos segmentos industriais, todos esses circuitos produtivos passaram por uma profunda reorganização não apenas no Rio Grande do Norte, mas em toda a formação brasileira.

A realidade é que desde os anos 1940 se registram avanços significativos em alguns ramos da indústria com a introdução de produtos sintéticos que foram pensados para substituírem, em parte, os insumos de origem vegetal. No entanto, é somente nas décadas posteriores que o uso desses produtos se dissemina e começa a afetar toda uma

⁴⁸ É vasta a literatura que trata do que se convencionou denominar de revolução técnico-científica. Além de Harry Braverman com o seu "Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX, recomendamos Economia Socialista e Revolução Tecnológica, de Radovan Richta (1972) e Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo de Theotônio dos Santos (1983).

indústria de fornecimento de matérias-prima montada para abastecer os mercados nacionais e mundiais, principalmente.

De tal modo, foi a partir da década de 1960 que vários setores industriais incorporaram de maneira mais intensa os sintéticos ao seu know-how produtivo. Tal situação teve grandes repercussões sobre a dinâmica econômica dos circuitos produtivos extravertidos voltados à produção de insumos vegetais, principalmente, no que concerne a sua colocação no mercado, seja ele nacional ou mundial. O que registramos nesse momento é uma expansão dos produtos sintéticos com o acirramento da concorrência e por conseguinte, a diminuição da demanda por insumos vegetais em todos os mercados.

Entre as décadas de 1950 e 1960 os preços desses produtos começam a despencar nos mercados nacionais e mundiais em função tanto da retração da procura, quanto em virtude do avanço de outras áreas de produção que por apresentarem melhores condições técnicas, ou uma mão de obra mais barata, dispunham de produtos com preços inferiores àqueles registrados no território potiguar.

A cera de carnaúba foi um dos primeiros circuitos a serem impactados por esses eventos e já no final do anos 1950 sofria com a queda dos preços nos mercados mundiais. Aqui, agiam como vetores dessa situação a política externa imperialista norte-americana que sendo o maior importador da cera mundial, rebaixava os preços desse insumo a níveis insustentáveis para os produtores e condizentes com suas necessidades; além disso, o circuito passou a sofrer forte concorrência das resinas sintéticas que também foram introduzidas no mercado pelos norte-americanos numa tentativa de diminuir, ou até mesmo substituir a cera vegetal pela artificial, como insumo para uma série de produtos.

O que se registra a partir desse momento é um verdadeiro sobe e desce dos preços, sendo que a partir do final dos anos 1960 eles assumem, com maior intensidade, uma tendência decrescente o que repercute diretamente na produção que de 1970 em diante começa a decair vertiginosamente, conforme revelam os dados do gráfico 15.

Na década de 1970 não somente a produção potiguar, mas a brasileira sentem os impactos da retração dos preços e da concorrência da cera sintética já amplamente difundida nos mercados mundiais e incorporada de vez ao processo de produção. Podemos dizer que daí por diante o circuito que movimentava produtores, beneficiadores e casas de comercialização, estas localizadas principalmente em Açu, Natal, Mossoró e Fortaleza, entra em forte declínio até se tornar uma atividade que praticamente some das estatísticas econômicas do Rio Grande do Norte nos anos 1980.

Gráfico 15: Produção de cera de carnaúba do Rio Grande do Norte (1940-1985).

Fonte: Elaboração a partir de dados do Censo Econômico do IBGE (BRASIL, 1940-1985)

O circuito produtivo do sisal foi outro que sofreu com a reestruturação pela qual passou o território potiguar a partir dos anos 1960. Tendo sido marcante na dinâmica territorial da Região do Agreste, principalmente para João Câmara e Nova Cruz, onde se concentravam suas usinas de beneficiamento, a indústria sisaleira entra numa processo decomposição em função do desenvolvimento de fios sintéticos a partir de derivados do petróleo que substituem o fio a base de fibras naturais nas indústrias de enfardaria e cordoaria.

Em meio a essa modernização técnico-científica, podemos dizer a partir das considerações de Pinto (1969), que o retraimento desse circuito no Rio Grande do Norte também ocorreu em virtude de uma reestruturação produtiva que foi responsável pela inserção de várias regiões produtoras da África e da Ásia nesse circuito mundial. Ainda segundo as reflexões do autor, isso acirrou, ainda mais, a concorrência ao produto brasileiro no mercado mundial, principalmente porque essas novas áreas produtoras contavam com variedades mais produtivas, com técnicas mais modernas de beneficiamento e com uma abundante e barata mão de obra.

Não obstante a supracitada restrição no mercado mundial, os preços do sisal passaram a sofrer com forte retração desde o final dos anos 1950. Mesmo que em algum momento possa se registrar uma elevação na produção e nas exportações como foi o caso do início da década de 1970 em virtude da crise do petróleo e do encarecimento de seus derivados, o que predominou a partir dessa conjuntura até os anos 1980, quando o circuito entra em colapso total, foi a vertiginosa queda dos preços no mercado global e

uma consequente desestruturação quase que completa do circuito no Rio Grande do Norte.

Por fim, chegamos ao circuito com o processo de produção, beneficiamento e transformação industrial mais disseminado no território potiguar. Trata-se do circuito têxtil-algodoeiro e seus derivados que se apresentavam como hegemônicos para a economia política do Rio Grande do Norte desde as primeiras décadas do século XX. O processo de crise e decadência pelo qual passou esse circuito simboliza, perfeitamente, a transformação que estava em vigor no Rio Grande do Norte, isto é, a passagem de uma forma de uso do território a outra.

A crise vivenciada pelo circuito têxtil-algodoeiro é fruto de uma trama complexa de relações que envolve desde a modernização técnico-científica que afetou em cheio a sua principal virtude, que era produção de uma fibra de alta qualidade, até a emergência de uma nova divisão territorial do trabalho que tanto inseriu a Região Sudeste como grande produtora de fibras, quanto possibilitou o avanço de uma moderna indústria têxtil e de confecções que funcionava em ampla solidariedade com os novos insumos da era técnico-científica.

Entre os eventos que, inicialmente, impactaram a indústria de beneficiamento do algodão temos os avanços promovidos pela química moderna com o desenvolvimento de fios sintéticos. Esta inovação forneceu à indústria têxtil a possibilidade de trabalhar com fibras mais resistentes, diferente das fibras provenientes do algodão muito sensíveis a qualquer procedimento mais veloz das máquinas. De acordo com Araújo Jr e Pereira (1976), a existência de fios sintéticos mais resistentes intensificou a modernização do parque têxtil brasileiro que já no início da década de 1970 apresentava coeficiente elevado de incorporação técnica, tanto no que concerne as fibras sintéticas quanto ao maquinário. Aqui é preciso fazer uma observação no que concerne ao processo de difusão dessas inovações, uma vez que, conforme apontou Santos (1979c), a sua realização sempre ocorre de modo desigual no tempo-espço. Isto quer dizer que não foram todos os estabelecimentos que incorporaram, de imediato, essas modernizações e mais do que isso, sempre houve uma coexistência de sistemas técnicos de diversas idades.

Mesmo levando em consideração essa expansão desigual e, por vezes, lenta das modernizações, de acordo com Clementino (1987), já em princípios dos anos 1970, os fios sintéticos respondiam por quase 25% da demanda total do setor têxtil. Tal proporção se elevaria ainda mais nos anos seguintes o que aumentava as dificuldades de

colocação no mercado da fibra produzida no território potiguar, principalmente, por que agora não se tinha a necessidade premente de trabalhar com uma fibra de boa qualidade, pois o novo maquinário também processava fibras de qualidade inferior.

O avanço da indústria têxtil e de confecções no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1960 em vez de atenuar a crise vivida pela indústria de beneficiamento funcionou exatamente em sentido contrário, pois também fora implantada em bases modernas e pouco consumidora do algodão de qualidade superior produzido pelo estado, isto é, essa nova indústria já se constitui no Rio Grande do Norte em ampla solidariedade com a nova família de técnicas predominante no circuitos têxtil e de confecções. A partir das considerações de Clementino (1987), entendemos que a indústria financiada pelo Estado consumia mais fibras sintéticas e de baixa qualidade do que a fibra genuinamente potiguar, que era a de fibra longa.

Paralelamente a essa situação já estava em processo de gestação desde a década de 1930 uma nova hierarquia na divisão regional do trabalho na indústria de produção de fibras de algodão, com a emergência do Centro-Sul, mais especificamente de São Paulo, como grande produtor. Com isso, o Nordeste e com ele um de seus maiores produtores, o Rio Grande do Norte, perdia a dianteira na produção de fibras de algodão e agora tinham que concorrer com a nova região produtora, que além de estar mais próximo ao grande mercado consumidor, organizou seu processo produtivo em bases capitalista se com alta incorporação técnico-científica em todas as fases da produção.

Este cenário acentuava bastante a crise do circuito têxtil-algodoeiro no Rio Grande do Norte por que com melhores condições de competitividade a indústria de beneficiamento do Centro-Sul logo deslocou a nordestina e, em meados da década de 1940, já era a maior produtora e exportadora de fibras de algodão do Brasil (GONÇALVES, GONÇAVES, 2008). Os dados a seguir revelam todo o percurso da ascensão do Centro-Sul e derrocada do Nordeste que nos anos 1970 mesmo registrando uma elevação da produção não conseguia fazer frente ao Centro-Sul que produziu mais de 70% de toda fibra brasileira (Gráfico 16).

Gráfico 16: Produção de algodão em pluma do Brasil 1970-1990 (em mil toneladas).

Fonte: ABIT/SINDITÊXTIL, In: (GONÇALVES ET AL, 2009).

Diante dos eventos supracitados e por se tratar de um circuito extravertido que, em última instância, era comandado pelos grandes capitais da indústria têxtil nacionais ou internacionais, constatamos que já nos anos 1960 começa a declinar a demanda pelo produto norte-rio-grandense, pois o mesmo tinha sua procura garantida pela qualidade de sua fibra que não mais se apresentava como indispensável para o funcionamento da indústria têxtil.

Se intensificava, assim, a pressão sobre a indústria de beneficiamento potiguar, que não mais podendo se apoiar no princípio da qualidade de seu produto como forma de assegurar o seu lugar no mercado, via os preços desse insumo serem reduzidos a patamares inimagináveis. De acordo com Clementino (1987), a queda dos preços da fibra de algodão de boa qualidade acentuava a crise estrutural da indústria de beneficiamento e mesmo que o Estado norte-rio-grandense garantisse a compra do algodão por meio de uma solidariedade normativa, o setor permanecia em crise, dado que o preço estabelecido não correspondia às demandas almejadas e necessárias para manutenção dessa indústria.

Daí por diante e, sobretudo, nos anos 1970 o que se constatou foi a intensificação do processo de decomposição de toda a estrutura de funcionamento do circuito têxtil-algodoeiro. O estabelecimento de um novo sistema normativo pelo Governo Federal em princípios dos anos 1970, limitando a exportação de fibra de algodão para cada estado da federação, numa clara intenção de salvaguardar os interesses da indústria têxtil nacional, foi um dos últimos eventos a afetar a indústria de

beneficiamento norte-rio-grandense, pois esta não poderia usufruir da alta dos preços no mercado mundial, tendo que repassar ou segurar sua produção para vender no mercado interno a preços inferiores, estabelecidos pela Comissão de Financiamento da Produção (CLEMENTINO, 1987).⁴⁹

As consequências desses eventos para a organização do território potiguar se deram na forma de fechamento ou venda de usinas para grupos de capitais nacionais ou internacionais em várias cidades de todas as regiões do estado, sobretudo na segunda metade da década de 1970 e nos anos 1980, quando se intensifica a crise do circuito têxtil algodoeiro em todo o Rio Grande do Norte.

Aliás, é preciso pontuar que o avanço e a consolidação de um processo de reestruturação marca a derrocada de toda uma forma de uso do território. Isto quer dizer que as regiões do Rio Grande do Norte que eram dominadas não apenas pelo circuito têxtil-algodoeiro, mas pelo sisaleiro e de cera e carnaúba foram, pouco a pouco, deslocadas e deixadas de lado pelos agentes que controlavam ou que demandavam esses produtos.

Os circuitos que sustentavam essas regiões não acompanharam os processos de incorporação de conteúdos técnicos e científicos, assim como não tinham mais condições de competirem com os novos espaços produtores, após o processo de reorganização pelo qual passaram todos os circuitos produtivos. Assim, dos anos 1970 em diante se registra o fechamento de vários estabelecimentos, tanto os de capital regional quanto os de capitais estrangeiros. Quanto a estes podemos dizer que proporcionaram uma verdadeira migração de seus investimentos para outros setores, regiões ou mesmo para outros países.

Na Região Seridó, então maior expoente da indústria têxtil-algodoeira em pouco mais de quinze anos constatamos uma débâcle quase que completa das antigas formas de uso do território. A nova racionalidade econômica havia atingindo em cheio o principal circuito produtivo da região que registrou o fechamento de inúmeras usinas em suas principais cidades (Caicó, Currais Novos e Acari, por exemplo), que produziam não apenas a fibra de algodão, mas outros derivados como óleo de cozinha, torta e farelo para consumo animal.

No Agreste Potiguar que outrora albergava usinas de beneficiamento de algodão e de sisal o processo repercutiu com a mesma intensidade e as suas principais cidades

⁴⁹ A obra de Clementino (1987), fornecer excelente análise do processo de falência do circuito têxtil algodoeiro, sobretudo, na última parte quando se debruça sobre o período mais crítico para essa indústria.

passaram por grave crise econômica quando esses circuitos produtivos entraram em colapso. Primeiro foi o circuito têxtil-algodoeiro que fechou usinas em João Câmara, Santa Cruz, Nova Cruz, Lagoa dos Velhos e Sítio Novo, depois, já nos anos 1980, as usinas de sisal não resistiram a crise e vieram a falência.

A Região Oeste e mais especificamente a cidade de Mossoró que por se constituir como centralidade regional concentrava diversos estabelecimentos relacionados a vários circuitos produtivos (usinas de beneficiamento de algodão e cera de carnaúba, assim como fábricas de torta e óleo de algodão), foi uma das mais impactadas por esse processo de reestruturação pelo qual passava o Rio Grande do Norte. Todo o parque agroindustrial de Mossoró foi atingido e, em poucos anos, já estava em avançado processo de falência. De acordo com Rocha (2005), no início dos anos 1960 Mossoró contava com mais de 70 estabelecimentos industriais ligados a esses circuitos, com destaque para as usinas de beneficiamento de algodão; no final dessa década esse número já havia sido reduzido pela metade e o outrora dinâmico parque agroindustrial já sentia os reflexos do novo período.

As aferições ora realizadas dão uma primeira aproximação das transformações que estavam em curso no Rio Grande do Norte, uma vez que o solapamento das antigas formas de uso do território são uma primeira dimensão do processo de reestruturação que se consolidaria nos anos seguintes. Esse processo que se iniciou a partir de eventos externos ao território potiguar, como a revolução técnico-científica e a reorganização dos espaços de produção de insumos em nível mundial e nacional, somente se completou com a emergência de uma nova divisão territorial do trabalho ao nível da formação socioespacial brasileira. Foi o estabelecimento dessa nova divisão do trabalho que acelerou e solidificou essa reestruturação, dado que impôs uma nova racionalidade para os usos do território no Rio Grande do Norte, agora não mais condizentes com as demandas do mercado mundial, mas com as necessidades de cooperação e solidariedade técnico-produtiva da indústria e do Estado Nacional.

4.2 A inserção do Rio Grande do Norte na nova divisão territorial do trabalho da formação socioespacial brasileira

Conforme demonstrado anteriormente o território potiguar até a década de 1960 ainda se configurava como um espaço derivado mais conectado e subordinado a eventos externos do que as determinações da formação socioespacial brasileira. Podemos dizer que desde o estabelecimento da divisão internacional do trabalho no curso da revolução industrial (SINGER, 1976), que o Rio Grande do Norte, no âmbito mais amplo do Brasil, havia se especializado na produção de bens e insumos básicos para o mercado mundial, perdurando nesta condição até os anos 1960. Logicamente que ao longo de todo esse espaço-tempo as vicissitudes da divisão internacional do trabalho tratou de excluir ou inserir novos circuitos produtivos de acordo com a dinâmica e exigências do mercado mundial.

No entanto, a partir da década de 1930⁵⁰ e, sobretudo, dos anos 1960, quando as mudanças na formação socioespacial brasileira elevaram a variável indústria a condição de central para a estruturação do território, constata-se que o Rio Grande do Norte começa, pouco a pouco, a sair do raio de influência de uma divisão internacional do trabalho para ser colocado sob a órbita do Centro-Sul, no âmbito da divisão territorial do trabalho que estava sendo maturada no capitalismo brasileiro.

Assim, podemos dizer que o elemento central desse processo é a industrialização brasileira que ditando os ritmos do restante do território nacional⁵¹, impõe uma nova forma de uso do território voltado ao interior do país. Centrada na Região Centro-Sul e tendo São Paulo como seu centro difusor, a industrialização irá criar novas formas de complementaridade no território nacional baseadas no crescimento e nas necessidades da indústria. Usando as considerações de Cano (2013), sobre o processo industrial

⁵⁰ A década de 1930 é um dos momentos cruciais para estruturação do capitalismo no território nacional, pois representa o início das revoluções burguesas que segundo Fernandes (2005, p.239), "denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.

⁵¹ Não é objetivo deste trabalho debater o processo de industrialização no Brasil, para tanto há uma vasta e complexa literatura que abrange desde os clássicos como Octávio Brandão e sua obra "Agrarismo e industrialismo" de 1926, Robert Simonsen com "Evolução industrial do Brasil e outros estudos", passando por estudos relativamente mais recentes, como o de Nice Villela Luz com "A luta pela industrialização do Brasil" (1960), Maria da Conceição Tavares (1974) e o seu "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a economia brasileira", Liana Aureliano da Silva, com "No limiar da industrialização: Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937" (1976), Wilson Suzigan com a "Industrialização Brasileira" (1986), dentre muitos outros trabalhos que debateram essa questão sob diferentes perspectivas.

brasileiro, pode-se afirmar que se fomentava novas racionalidades nas quais o investimento, a renda e o emprego passavam a ser determinados pela industrialização e não mais pelos circuitos extravertidos destinados a produção

As condições materiais e imateriais para expansão da indústria estavam sendo criadas, mesmo no período da Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes quando a "economia brasileira submeteu-se a enormes pressões internas dadas as restrições" (CANO, 2013, p. 1), o setor permaneceu em seu processo de expansão, ocasionando inclusive importantes mudanças na estrutura industrial do país. Sobre esse processo Cano (2013, p. 2), aponta que a indústria de bens de consumo não duráveis" que antes perfazia mais de três quartos do valor da produção industrial brasileira passou a menos de dois terços e os bens de capital e de consumo durável, que perfaziam menos de 2%, passando a 7,6%".

Esse avanço do processo industrial ao mesmo tempo em que proporcionava uma alta seletividade espacial, pois concentrara-se no Centro-Sul, e, particularmente, na cidade de São Paulo, também ensejava a urbanização do território nacional. Como aponta Santos (1994a), estava se constituindo o binômio industrialização/urbanização que a partir da década de 1930 deu um novo impulso à lógica econômica e territorial do país, principalmente porque ensaiou o processo de integração do território nacional que somente se completaria nas décadas seguintes.

A partir de 1955, passada a fase da industrialização restringida, conforme a clássica interpretação de João Manuel Cardoso de Mello (1991)⁵², o Brasil adentra num processo de industrialização mais vigoroso em que se intensifica e se complexifica a produção industrial. De acordo com Mello (1991), se inicia um momento de industrialização pesada na qual a acumulação se acelera em virtude do crescimento da capacidade produtiva nos setores de bens de produção e de consumo duráveis.

⁵² Em sua obra o Capitalismo Tardio, João Manuel Cardoso de Mello (1991), aponta três períodos para a industrialização brasileira. O primeiro seria de 1889 até mais ou menos a revolução burguesa brasileira que compreende o nascimento e consolidação da indústria nacional; o segundo a industrialização restringida, compreenderia a década de 1930 até 1955, sendo o momento de expansão da indústria e, por fim, teríamos a fase da industrialização pesada, caracterizado, sobretudo, pelo avanço do setor de bens de produção. O autor sintetiza o momento que nos interessa (1930-1960...) na seguinte passagem: "Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a assentar-se na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a medida que a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial" (MELLO, 1991, p. 108).

Desnecessário dizer que esse momento intensifica, ainda mais, as relações de solidariedade entre as regiões brasileiras com a elevação das demandas por matéria-prima e insumos diversos que, de maneira geral, se constituíam nos principais produtos da região periférica.

O fortalecimento da indústria não representava apenas o avanço do modo de produção capitalista ou como diria Octávio Ianni (1965, p. 145), a instauração do "reino da mais-valia relativa, categoria fundante da produção industrial de tipo capitalista", mas também engendrava uma nova composição orgânica do território que ao estabelecer uma divisão territorial do trabalho no Brasil tornava mais premente e complexa as relações de solidariedade entre as suas regiões, pois se exigia que cada uma delas tomasse um lugar na divisão do trabalho e assumissem especializações produtivas. Como o Centro-Sul já havia se tornado o centro nevrálgico do capitalismo industrial brasileiro, o Nordeste, isto é a periferia deveria re-funcionalizar seus espaços e fomentar especializações para atender as novas demandas da indústria nacional.

O centro da dinâmica industrial do território nacional ou a Região Concentrada, nos dizeres de Santos e Silveira (2005), estabelecia suas demandas e os espaços periféricos tinham que atender a essas exigências que iam desde os produtos agrícolas para o consumo da população urbana crescente (açúcar, rapadura, farinha etc.), até os insumos e matérias-primas, tais como, fibra de algodão, sisal, scheelita, sal e posteriormente petróleo e derivados.

Assim, desde a fase denominada de articulação comercial (CANO, 1985; GUIMARAES NETO, 1989), isto é, quando se propaga pelo território os fluxos de mercadorias entre os estados, constatamos que a participação do Rio Grande do Norte já evidenciara qual seria sua funcionalidade na dinâmica da divisão territorial do trabalho no Brasil, pois o estado já se inseria como produtor de insumos ou mercadorias semi beneficiadas destinadas à indústria do Centro-Sul. Este era o caso da indústria de óleos vegetais (caroço de algodão e oiticica), de parte do pouco açúcar exportado, ou ainda da indústria têxtil que produzia tecidos grossos que ainda passavam por algum beneficiamento antes de chegar ao mercado consumidor. Tornava-se claro que a forma de inserção nesse processo de integração do território nacional também dependia das densidades técnicas e econômicas existente no Rio Grande do Norte, assim como eram fundamentais na absorção e propagação dos impulsos emitidos pelo centro de comando do processo de integração da economia e do território nacional.

Desenhava-se, pois, a nova divisão territorial do trabalho no Brasil com o Nordeste e, particularmente, o Rio Grande do Norte se inserindo como espaços subordinados e subservientes às ordens e comandos do centro do sistema nacional. Esta subordinação se evidencia dentre outras questões, nos conflitos entre os interesses da indústria do Sudeste e os interesses dos agentes regionais que comandavam dois dos importantes circuitos produtivos do estado, o da scheelita e o da fibra de algodão.

Um dos conflitos se estabeleceu em função dos preços almejados pelos produtores potiguares de scheelita que queriam seguir a alta no mercado mundial e repassá-los aos industriais brasileiros. Estes sediados principalmente no Centro-Sul, eram contra a elevação dos preços do insumo, pois ocasionava, por consequência, o encarecimento do produto final e a diminuição em suas taxas de lucro. Um outro conflito se deu entre a indústria têxtil nacional, também localizada, majoritariamente, no Centro-Sul, e os produtores de fibra de algodão do Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte que queriam acompanhar a elevação da demanda e dos preços no mercado mundial e exportar a maior parte de sua produção, já que os industriais nacionais não pagariam os preços estipulados pelo mercado. Tanto num quanto noutro caso o Estado Nacional intervém por meio de um sistema de normatizações e solidariedade institucionais que beneficiava claramente os interesses da "indústria nacional", isto é, da burguesia do Centro-Sul. No caso da scheelita se estabelece uma tabela de preço para o insumo que preserva as taxas de acumulação dos industriais de Centro-Sul, o mesmo ocorrendo com a fibra de algodão que, primeiro, passa por uma restrição em sua exportação imposta pela CACEX⁵³, e, na sequência, também se tabelou os preços da matéria-prima, mantendo-a em níveis baixos, mesmo com a elevação da demanda e de sua cotação no mercado mundial.

Na realidade o que se exibia eram conflitos entre setores produtivos para ver quem se apropriava de parcelas maiores da mais-valia. De um lado os produtores de insumos e matéria-prima do Nordeste, do outro os industriais brasileiros do Centro-Sul. Cabe ressaltar que ao interceder no conflito em favor do segundo grupo, o Estado Nacional deixava evidente qual era o papel e o poder de cada grupo na economia política do capitalismo brasileiro.

Desse modo, reiteramos que o Nordeste e, nesse caso, o Rio Grande do Norte entravam na nova configuração da divisão do trabalho do Brasil como fornecedores de

⁵³ Sobre esse assunto consulte Clementino (1987, p. 210).

insumos e produtos para a indústria do Centro-Sul, tendo, inclusive, que se submeter as suas exigências e demandas, mesmo que para tanto fosse preciso passar por cima da sacrossanta lei do livre mercado.

O avanço da industrialização e com ela a intensificação do processo de acumulação de capital fez surgir a necessidade de se ampliar ou de se concretizar a integração do território nacional, principalmente, porque além de consolidar novos mercados, era fundamental viabilizar regiões suscetíveis de receber novos investimentos produtivos.

Aqui a formação socioespacial brasileira começa a passar de uma articulação comercial de suas regiões como muito bem demonstra Cano (1985), para ensejar uma integração produtiva comandada pelo Centro-Sul. Como apontam Santos e Silveira (2005), a rápida expansão do centro exigia mais mercados e uma integração do território nacional que permitisse não somente o escoamento da crescente produção, mas que também possibilitasse um funcionamento racional da nova divisão territorial do trabalho.

A partir de então esse processo de inserção e integração ganha novos contornos, pois o Estado Nacional assume de vez o seu papel na organização social e territorial, fomentando, desse modo, uma série de ações capazes de proporcionar a passagem de uma articulação comercial para uma integração produtiva do território brasileiro. Em verdade, conforme apontam Moreira (1979) e Melo (1987), o Estado constitui uma série de mecanismos orientados para a consolidação da industrialização, tais como, política de comércio exterior com subsídios cambiais e um maior controle nas importações como forma de salvaguardar a indústria nacional.

Na década de 1960 esse processo prosseguirá com a criação e consolidação de novas solidariedades organizacionais entre o Estado e os industriais do Centro-Sul, isto é, com a constituição de um novo círculo de cooperação que abriu o caminho para que os capitais do Centro-Sul se dirigissem para a periferia da formação socioespacial brasileira para concretizarem assim, de um só golpe, a integração produtiva do território nacional e a nova divisão regional do trabalho.

A pedra de toque desse processo foi a criação da SUDENE que representa a consolidação do movimento de integração do território nacional na medida em que fomentou a transferência, em larga escala, de capitais do centro dinâmico do capitalismo brasileiro para a região periférica. As ações da SUDENE são essenciais para compreensão da nova divisão territorial do trabalho no Brasil não somente porque elas

mudaram radicalmente as formas de relações do Nordeste com o centro do capitalismo nacional (MELO, 1987), mas também porque as suas ações consolidam, conforme aponta Octávio Ianni (1965), o papel do Estado não só enquanto indutor do processo de expansão do capital, mas também como mediador e mantenedor de relações hierárquicas entre as regiões do país, pois suas ações foram no sentido de garantir a expansão de capitais do centro para a periferia do território nacional a baixo custo.

4.3 Os círculos de cooperação no espaço e a consolidação da divisão regional do trabalho no Brasil: o “vai e vem” de capitais, técnicas e informações em tempos de SUDENE

A emergência e consolidação da industrialização como variável determinante para os usos do território também exigia o estabelecimento de um sistema de ações que fosse capaz de assegurar e fomentar, ainda mais, este processo, dado que cada período exige um conjunto de normas *pari passu* com suas demandas, isto é, cada período engendra os seus respectivos círculos de cooperação. Daí Santos (1985a) e Moraes (1987), apontarem que além de garantir a continuidade do processo produtivo e a realização do capital, os círculos de cooperação evidenciam a escala de comando ou as variáveis que estão ditando os ritmos da dinâmica territorial.

Como a indústria estava, paulatinamente, se tornando a principal variável na estruturação do território brasileiro, nada mais normal que começasse a ser produzido um novo conjunto de normas por parte do Estado Nacional que favorecesse e fortalecesse os capitais industriais. Dito com outros termos, se no período anterior os círculos de cooperação (econômicos, sociais e políticos) eram concebidos em perfeita sinergia com os circuitos extravertidos, a partir do momento em que a indústria assume o comando da dinâmica econômica do país, fez-se necessário a emergência de novos círculos de cooperação que consolidassem o novo motor da vida social e territorial.

Esse processo de criação de normas e instituições solidárias ao sistema industrial já vinha constituindo a realidade nacional desde os anos 1930 mas foi, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, conforme aponta Ianni (1965), que elas ganharam mais força. Nesse momento, o Estado começou a dotar o território nacional de uma nova

racionalidade normativa, cujo objetivo basilar era garantir a expansão do capitalismo industrial.

A criação da Superintendência para o Desenvolvimento de Nordeste (SUDENE)⁵⁴ sublima esse momento. Formada a partir da proposta do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁵⁵ e dirigida por Celso Furtado, esse sistema de ações reflete a centralidade que a indústria adquiriu na estruturação do território nacional.

Constituída para fomentar o desenvolvimento econômico e equalizar as desigualdades regionais existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul, segundo a psicoesfera difundida a sua época, a criação da SUDENE, na realidade, expõe muitas outras questões da formação socioespacial brasileira. Como muito bem apontam Ianni (1965), Cohn (1976) e Oliveira (1981), a criação da SUDENE representa uma tentativa de resolução de questões centrais do capitalismo nacional, como a crise social e o avanço dos conflitos no campo no Nordeste, a crise econômica da segunda metade dos anos 1950 e, principalmente, o processo de expansão e valorização dos capitais do Centro-Sul para a periferia do território nacional, isto é, a concretização de uma nova divisão territorial do trabalho sob o comando desta região.

Não obstante, a SUDENE representou outra faceta do capitalismo nacional no período em questão e que se revelou como o principal traço para os usos do território no Rio Grande do Norte, a partir dos anos 1960. Trata-se da intervenção planejada do Estado no sentido de fomentar a expansão de capitais para a periferia nacional. Pode-se aferir que por meio de ações hierárquicas o Estado assume as funções mais globais da economia nacional a partir da expansão orientada das suas forças produtivas. Nas palavras de Ianni (1965, p. 24), o Estado incorpora de vez o dever de "estimular o crescimento e a diversificação do sistema produtivo nacional".

Para tanto, engendrou um amplo e complexo sistema normativo que após remodelações passou a ser denominado de 34/18⁵⁶. O princípio fundamental de

⁵⁴ Pela lei de Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, era criada Superintendência para o Desenvolvimento de Nordeste (SUDENE).

⁵⁵ Não é objetivo desse trabalho debater, pormenorizadamente, o documento que fundamenta a criação da SUDENE. Interessa-nos as compreender as consequências desse sistema normativo para os usos do território no Rio Grande do Norte, principalmente, no que concerne a nova feição que ele engendra. Para compreender todo processo de criação da SUDENE, sob diversas perspectivas, consulte Ianni (1965), Oliveira (1973), Cohn (1976) e Moreira (1979).

⁵⁶ Pela Lei Nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, foi estabelecido o 1º Plano Diretor da SUDENE. De acordo com Carvalho (2001, p. 44), o ponto mais importante era o artigo 34, que concedia "às empresas inteiramente nacionais de todo o país deduções do imposto de renda para fins de aplicação em projetos industriais na região". Em 1963, com o lançamento do II Plano Diretor, por meio da Lei Nº 4.239 se

funcionamento desse mecanismo era o subsídio fiscal, isto é, com ele o Estado passava a subsidiar a expansão e as inversões de capitais para periferia do capitalismo nacional. Como apontam Oliveira e Reichstul (1973) e Moreira (1978), o mecanismo 34/18 estabelecia alíquotas de dedução do imposto de renda que poderia ser de 50% do valor devido, para as empresas que estivessem dispostas a investirem em projetos industriais na Região Nordeste, sejam elas de capitais nacionais ou não. A estrutura de funcionamento estabelecida pela SUDENE se completava com a participação de outros órgãos estatais, tais como, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que poderia financiar empreendimentos selecionados, conforme apontam Goodman e Cavalcante (1974).

Assim, mesmo que passando por alterações ao longo dos anos, o sistema normativo representado pelo 34/18 constituiu-se no mais importante círculo de cooperação para o período em questão, tendo sido capaz de tecer uma complexa trama de solidariedades organizacionais que envolvia instituições estatais e empresas privadas. A partir de suas ações registramos uma fantástica transferência de capitais para os espaços periféricos, sobretudo, na segunda metade dos anos 1960 quando se intensifica o volume de investimentos no Nordeste. Daí Oliveira (1981, p. 120), afirmar que com o 34/18, "estava criado o mais poderoso mecanismo para a transferência da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste". Podemos inferir que havia se estabelecido o mecanismo normativo que arquitetaria uma vultosa transformação nas formas de uso do território no Rio Grande do Norte, na medida em que impulsionara a expansão de capitais de empresas estrangeiras e do Centro-Sul para o seu território.

Nesse sentido, Allen Scott (1988), lembra que a todo momento as pressões do capital e da acumulação estão transformando o mundo social. Na realidade o que ocorreu foram mudanças nas formas de uso do território que a cada reestruturação do capital incorpora novas divisões do trabalho que re-equacionam a distribuição dos espaços da produção e de comando dos circuitos produtivos. Foi exatamente este processo que atingiu o território potiguar a partir dos anos 1960 quando começou a se readequar a dinâmica do capitalismo nacional.

O Estado seguia fomentando leis que contribuía, ainda mais, para a densificação normativa do território. O ato seguinte foi a criação do Fundo para

introduz uma modificação significativa no sistema de incentivos a partir do Artigo 18 que permitia que empresas estrangeiras passassem a se beneficiarem dos subsídios fiscais, constituindo assim, o famoso 34/18.

Financiamento do Nordeste (FINOR)⁵⁷ que além de incrementar financeiramente as ações da SUDENE, tinha como objetivo central, segundo Carvalho (2001, p. 65), "corrigir as distorções provocadas pelo Sistema 34/18, tais como a cobrança de altas taxas de captação e a demora na implantação dos projetos privados".

Doravante serão essas duas normas que amalgamadas como único sistema de ações, delinearão o que se convencionou denominar de "nova indústria do Nordeste" (MOREIRA, 1979; OLIVEIRA, 1990; ARAÚJO, 1995). Em última instância os novos circuitos produtivos representavam demandas dos agentes do Centro-Sul, tanto no que dizia respeito a sua expansão para os espaços periféricos quanto as suas necessidades no que tangia ao fornecimento de insumos básicos. Daí Araujo (1995), apontar que da nova indústria financiada pelo sistema 34/18-FINOR, a que mais recebeu aportes foi a de insumos básicos, de modo que pode-se dizer que esse sistema normativo aprofundava uma divisão territorial do trabalho que estabelecia a periferia nacional como produtora de insumos para o centro do sistema brasileiro. No território potiguar a realidade não fora diferente, tendo em vista que, conforme veremos mais adiante, a maioria dos projetos implementados por esse sistema de ações, estavam orientados sob esses preceitos, vide os exemplos do Pólo Têxtil, implantado no que viria a ser a Região Metropolitana de Natal, e dos projetos relacionados à produção e extração de insumos minerais mais espalhados pelas regiões do interior do estado.

Outra manifestação normativa dessa nova racionalidade espacial pensada para o Nordeste, da qual o Rio Grande do Norte era parte integrante, foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁵⁸, lançado em 1974 já no período pós milagre econômico. A intencionalidade econômica desse novo sistema também evidenciava que formas de uso do território o Estado brasileiro pensava para os espaços periféricos, dado que o II PND reforça as intencionalidades de integração e consolidação de uma divisão territorial do trabalho comandada pelo Centro-Sul. Isto fica evidente quando se analisa os seus objetivos de criar complementaridades a partir da ativação de circuitos produtivos de insumos primários e produtos semi-beneficiados nos espaços periféricos⁵⁹. Estes deveriam abastecer a indústria do centro dinâmico brasileiro para, com isso, tirá-la da dependência das importações.

⁵⁷ Pela Decreto-Lei N° 1.376 de 12 de dezembro de 1974 era criado o Sistema FINOR que atuaria conjuntamente com o 34/18.

⁵⁸ Criado pela Lei Ordinária 6.151 de 4 de dezembro de 1974.

⁵⁹ O II PND aponta que "o atual panorama econômico mundial também recomenda que Brasil revigore os seus esforços de substituição de importações, particularmente no campo das matérias básicas e dos bens

As normas do II PND apresentaram grande rebatimento territorial para a periferia do capitalismo nacional e, especificamente, para o território potiguar que além de efetuar a modernização técnico-científica do circuito salineiro durante a década de 1970, proporcionaram a expansão de um dos circuitos produtivos mais importantes para a sua reestruturação territorial. Trata-se do circuito produtivo de petróleo e gás natural, que começou a ganhar forma a partir dos investimentos em prospecção financiados com recursos do II PND, sobretudo na segunda metade dos anos 1970, quando se intensificam as consequências econômicas da crise mundial do petróleo⁶⁰.

Paralelamente a todo esse sistema normativo, o governo norte-rio-grandense, em ampla solidariedade organizacional com Estado Nacional, criava uma série de instituições e normas que se coadunavam as já existentes e ampliava, sobremaneira, os benefícios para as empresas que direcionassem seus capitais para o território potiguar. Assim, a densidade normativa do território potiguar era incrementada por meio de instituições, cujo objetivo era fomentar a instalação de distritos industriais, tais como, "Companhia de Fomento do Rio Grane do Norte (COFERN), posteriormente transformada em Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN); Companhia de Desenvolvimento Mineral (CDM) e a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)" (FERNANDES, 2007, p. 60). Além disso, Fernandes (2007, p. 60) ainda aponta que foram engendrados uma série de fundos cujos objetivos era coordenar a concessão dos incentivos, tais como: "Fundo de apoio à Indústria Têxtil (FUNTEXTIL), o Fundo de Apoio à Produção Mineral (FUNDEMINAS), Fundo de Apoio à Indústria do Sal (FUNPERSAL), ambos criados em 1973; (...) e Fundo do Desenvolvimento Comercial e Industrial (FDCI), criado em 1975".

Estabelecia-se um novo leque de vantagens às empresas investidoras, cujo os principais mecanismos de fomento foram a isenção de parte do ICM e a concessão de terrenos para a produção dos empreendimentos. É diante dessa realidade que

de capital" (BRASIL, 1974, p. 105-106). Nesse sentido, Lessa (1988, p. 22), expõe que em função da "localização das indústrias básicas - orientada pela presença de recursos naturais e pelos nós de transporte - e dada a localização das fontes energéticas incorporáveis, em sua maioria os projetos vedetes do II PND localizar-se-iam nas regiões periféricas da economia brasileira". Ainda nesse sentido, Tavares e Assis (1986, p. 43) apontam que dentre os objetivos do II PND estava concluir o "ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; e expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas e autarquias estatais, sobretudo nos setores de energia, transporte e telecomunicações".

⁶⁰ É bem verdade, como aponta Fernandes (2007) e Araújo (2010), que os resultados do II PND foram aquém do esperado para o Rio Grande do Norte, principalmente, no que concerne à criação de Pólo Químico do Rio Grande do Norte que não chegou a ser concluído. No entanto, não se pode minimizar os impactos do mesmo para o território estadual principalmente por que foi o II PND um dos vetores do circuito do petróleo.

considerações como as de Klein (1978)⁶¹ tornam-se pertinentes, dado que este autor afirma que é o Estado o agente social capaz de assegurar as transformações nas cidades e regiões para que as mesmas possam satisfazer as necessidades de acumulação dos grandes capitais.

Parafraseando Oliveira (1990) pode-se argumentar que todo este arsenal de normas e instituições engendrou uma grandiosa máquina de "redução dos custos de capital", principalmente por que era possível as empresas acumularem benefícios, de modo que elas poderiam ser beneficiadas pelos mecanismos de dedução do imposto de renda do 34/18-FINOR no âmbito federal e pelos mecanismos de redução do ICM por parte do governo estadual.

Não chega a surpreender que já no início da década de 1970 a dinâmica dos usos do território no Rio Grande do Norte fosse bastante distinta daquela predominante no período anterior, pois diante de todo esse aparato de incentivos ao capital, o estado havia sido contemplado com um número considerável de projetos. Calcula-se que no período compreendido entre 1964 e meados dos anos 1980, tenham sido concretizados mais de 120 projetos com destaque para as áreas da indústria de beneficiamento de minérios, têxtil e de confecções e para os agroindústrias⁶².

Aqui as reflexões de Silveira (1999, p. 281), sobre o protagonismo do Estado na formação socioespacial argentina, ganham sentido, sobretudo, porque a autora afirma que "hoje, o Estado muda a geografia do país, não apenas a materialidade, mas também a geografia organizacional, edificada sobre novas normas". Ao se tratar da formação socioespacial brasileira, acrescentamos que essa nova geografia das normas apresenta rebatimentos muito específicos para cada um dos seus compartimentos territoriais. No caso do Rio Grande do Norte, a edificação do sistema normativo estatal e o desenvolvimento de uma nova divisão territorial do trabalho em âmbito nacional consolidaram a sua condição de periferia do capitalismo brasileiro por meio da implementação de uma indústria voltada para as demandas do centro do sistema nacional.

⁶¹ O autor expõe claramente qual o papel do Estado em muitas de suas ações, ao dizer que, "C'est ici que l'État réalise au niveau spatial son rôle d'allié de la fraction monopoliste de la bourgeoisie, car il est le seul appareil capable d'assurer la transformation des villes et des régions de telle sorte qu'elles puissent combler les nouvelles exigences du capital" (KLEIN, 1978, p. 177).

⁶² De acordo com Fernandes (2007, p. 60), "Em 15 anos de atuação do FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste, 1974 – 1989, coordenado pela SUDENE, o Rio Grande do Norte recebeu incentivos no valor de NCz\$ 409.1 milhões para a implantação 131 projetos, nas áreas industrial e agrícola. Antes da criação do FINOR, a SUDENE havia financiado 50 projetos industriais e 27 projetos agropecuários".

Diante do que foi exposto, pode-se argumentar que a trama de acontecimentos que moldou uma divisão territorial do trabalho no Brasil foi responsável por re-funcionalizar os usos do território potiguar. A partir do momento em que começa a se concretizar todo o sistema de ações propugnado pelo Estado, coadunados com o processo de crise dos circuitos extravertidos, o Rio Grande do Norte começa a perder os traços constitutivos que garantiam a existência do espaço derivado, passando a assumir novos traços que definem uma feição territorial completamente diferente de sua antecessora, pois agora se faz sob o signo de uma acontecer hierárquico estatal que colocou a expansão e a valorização de capitais industriais do Centro-Sul para os espaços periféricos como a pedra angular da estruturação do território nacional.

4.4 O uso monopolístico do território e a escala de comando dos novos circuitos produtivos do Rio Grande do Norte

Uma vez estabelecidos os círculos de cooperação a partir de um organizado sistema normativo, conforme colocado anteriormente, o capital inicia o seu movimento de expansão para fora de sua região de origem e em direção aos espaços periféricos. Este processo proporcionou grandes transformações na organização econômica e territorial da Região Nordeste e, particularmente, no estado do Rio Grande do Norte. Uma das múltiplas expressões dessa nova realidade foi a constituição de formas monopolísticas de uso do território.

Atraída pelos baixos custos que os investimentos representavam e pelas altas possibilidades de lucro as empresas monopolistas do Centro-Sul realizam consideráveis investimentos no Rio Grande do Norte⁶³ contribuindo, por conseguinte, para o surgimento de uma nova feição territorial. Foi a partir de meados dos anos 1960 que o estado começou a receber inversões de capital após a aprovação dos primeiros projetos. De acordo com o Relatório de Atividades da SUDENE (1977), até o ano 1965 o Rio Grande do Norte tinha sido contemplado com apenas 6 projetos na área industrial. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1960 e, principalmente, durante a década

⁶³ Não é objetivo desse trabalho analisar se o volume de investimentos realizados no Rio Grande do Norte foi maior ou menor do que aquele direcionado para os estados vizinhos, o que intentamos compreender e defendemos é que esses investimentos transformaram a feição territorial do estado.

de 1970 o volume dessas inversões se intensificam e é, nesse momento, que começamos a perceber uma mudança na dinâmica econômica e territorial do estado.

Como aponta Fernandes (2007), a partir desse momento grandes grupos hegemônicos nacionais começaram a canalizarem seus fluxos de capitais para o estado atraídos, tanto pelos incentivos da SUDENE, quanto por aqueles promovidos pelo estado norte-rio-grandense. De 1970 até 1980, conforme a tabela 3, podemos perceber a intensidade do movimento de capitais que se materializaram no território potiguar. O estado saiu de uma taxa de inversões de capitais de pouco mais de 29 mil cruzeiros para cifras superiores a 230 mil cruzeiros em 1975, e para mais de um milhão de cruzeiros em 1980⁶⁴, quando o pacote de incentivos e atrativos alcançava seus níveis mais elevados em função de solidariedades econômicas já estabelecidas, bem como por causa de novas ações no âmbito estadual que passaram a concentrar esforços na constituição de um parque têxtil no Rio Grande do Norte, conforme constataremos mais adiante⁶⁵.

A expansão desses investimentos no território potiguar pode ser apreendida por meio da análise do Valor da Produção (VP) e do Valor da Transformação Industrial (VTI), que no período de 1970 a 1980 apresentaram uma elevação surpreendente quando se trata de uma economia periférica do capitalismo nacional. Em 1970, o VP era de pouco mais de 372 mil cruzeiros, já em 1975 as cifras se elevam a patamares superiores dois milhões e meio de Cruzeiros, e, em 1980, atinge a marca de 31 milhões de cruzeiros, momento em que os investimentos de toda a década já havia atingindo grau satisfatório de maturação. O mesmo processo ocorre com o VTI que saiu de 168 mil Cruzeiros para atingir no final dos anos 1970, cifras superiores a 15 milhões de cruzeiros, conforme revela a tabela seguinte.

⁶⁴ Durante o período de realização dos três censos (1970, 1975 e 1980) dos quais retiramos os dados, a unidade do sistema monetário brasileiro era o Cruzeiro que teve vigência de 15/05/1970 a 27/02/1986, fundamentada pela Resolução do Banco Central do Brasil de nº 144 de 31/03/1970, e pela Lei nº 7.214 de 15.08.1984, que extinguiu a fração do Cruzeiro denominada de centavo, tendo a referida unidade monetária sido substituída pelo Cruzado, que entrou em vigor a partir do Decreto-Lei nº 2.283, de 27/02/1986.

⁶⁵ Os investimentos a que nos referimos aqui são aqueles realizados para a modernização do parque técnico e industrial dos empreendimentos. Desse modo, não tratamos aqui do conjunto de inversões realizadas em obras de infra-estrutura em geral.

Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte (Em Mil Cruzeiros)			
	1970	1975	1980
V.P	372.114	2.637,50	31.035,24
V.T.I	168.784	1.288,34	15.754,72
Inversões	29.360	230.879	2.650,00

Tabela 3: Estrutura Industrial do Rio Grande do Norte (Em Mil Cruzeiros).

Fonte: Censo Econômico do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1970, 1975, 1980).

A maturação desses investimentos proporcionou que o Rio Grande do Norte já em princípios dos anos 1970 apresentasse uma elevação substancial do Produto Interno Bruto industrial no escopo geral da economia. Os dados revelam uma elevação de mais 50% no período compreendido entre 1959 a 1970, com o PIB industrial saindo de pouco mais de 10% de representação na economia potiguar, para atingir 16% em 1970. Note-se que nesse momento as primeiras inversões do capital monopolista ainda se concretizavam, de modo que não podemos perceber de modo mais concreto os seus resultados. Enquanto o PIB industrial ganhava representatividade, o PIB agropecuário reduzia seus níveis de participação na dinâmica econômica e territorial do estado, dado que passou de 46% em 1959, para 18% em 1970, ou seja, verificou-se um quase empate entre os dois setores da economia.

No entanto, as transformações pelas quais passaram o território potiguar com esses fluxos de capitais e com sua consequente contribuição para o advento de uma nova feição, ficam mais evidentes quando se analisam os dados do final da década de 1970, pois estes demonstram que uma outra dinâmica passava a comandar os usos do território no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, se em 1959 o PIB industrial era de pouco mais de 10%, em 1980 ele já representava mais de 35% na economia estadual, tendo, com isso, superado o PIB agropecuário que teve sua participação na economia potiguar reduzida de 46% em 1959, para 12% em 1980 (Gráfico 17). Tais números revelam um pouco a dimensão das mudanças nos usos do território no Rio Grande do Norte para o período em questão.

Gráfico 17: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte (PIB).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Econômico do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1970, 1975, 1980, 1985).

Desse movimento de capitais podemos depreender que o PIB industrial do Rio Grande do Norte cresceu a uma média superior a 12% ao ano, no período de 1970 a 1980 (Gráfico 18), o que colocava o crescimento do estado em patamares superiores àqueles registrados tanto na Região Nordeste, quanto na formação socioespacial brasileira como um todo que cresceram a uma taxa de aproximadamente 10,05% ao ano, durante o período em questão.

Gráfico 18: Evolução do produto industrial do Rio Grande do Norte (1970-1985).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Um outro ponto central na expansão dos investimentos reside na origem desses fluxos, isto é, quem direcionou os capitais que ajudaram não somente a dinamizar a indústria potiguar como também a ensejar uma nova racionalidade econômica e territorial, para usarmos as palavras de Milton Santos (1996). Albert Hirschman já havia evidenciado que a maior parte dos capitais que financiavam a expansão da indústria para Nordeste provinham do centro nevrálgico do capitalismo nacional, ao dizer que, "Seja como fôr, o fato é que os grandes grupos investidores, que lideram a indústria brasileira, passaram a ter enorme interesse pelas oportunidades de investimento oferecidas no Nordeste" (HIRSCHMAN, p. 13, 1967).

No que concerne ao Rio Grande do Norte, a análise dos fluxos de capitais a partir do mapa 15 corrobora a assertiva deste autor, pois evidencia que comandando parte desse processo apareciam os grupos industriais do Centro-Sul com destaque para São Paulo, Guanabara (posteriormente Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A partir de dados da SUDENE, podemos inferir que aproximadamente 35% dos capitais investidos no Rio Grande do Norte proviam de empresas sediadas nesses estados, ou seja, a indústria que se expande no território potiguar era fortemente comandada pelo capital monopolista do Centro-Sul.

As inversões de capitais desses grupos abrangiam os circuitos produtivos mais importantes do Rio Grande do Norte com destaque para a mineração, para a indústria têxtil e de confecções e para indústria de alimentos. Em praticamente todos esses segmentos produtivos houve a expansão de formas monopolística de organização territorial o que teve, por conseguinte, grande repercussão sobre as possibilidades de expansão e até de sobrevivência da indústria potiguar, pois a mesma não dispunha de tecnologia, nem de capitais para concorrer com o poderio desses grupos nacionais. Aliás, Cano (1985, 2008) já apontava que diante da estrutura oligopolista do capitalismo nacional era praticamente impossível disseminar uma indústria autônoma na periferia do sistema, ou seja, a indústria incentivada pela SUDENE tenderia a reproduzir esse traço constitutivo da economia nacional.

Mapa 15: Fluxos de Capitais para o Nordeste até 1989

Fonte: SUDENE/BNB (1992).

Fica evidente que a emergência dessa nova indústria no território potiguar, comandada por um acontecer hierárquico estatal, não fortaleceu nem resultou do fortalecimento de uma indústria regional autônoma, muito pelo contrário, dado que esse

processo foi não somente articulado ao centro dinâmico, mas foi comandado e direcionado por ele. Nesse sentido, não foram os interesses e demandas do Rio Grande do Norte que prevaleceram na expansão dos circuitos produtivos industriais, mas aqueles relacionados aos propósitos e intencionalidades da divisão territorial do trabalho em nível nacional e, sobretudo, da indústria do Centro-Sul. Assim, os novos objetos técnicos que se expandem no Rio Grande do Norte apresentavam uma maior solidariedade com a indústria do Centro-Sul no que concerne ao fornecimento de insumos e matérias-primas, por exemplo, do que com o próprio estado. Daí Melo (1987, p. 126) afirmar que um elemento central da nova indústria do Nordeste era "o seu caráter complementar na indústria brasileira, mantendo fortes vínculos de compra e venda com setores localizados fora da região".

As possibilidades de uma indústria de comando mais regional tornaram-se ainda mais remotas com as remodelações executadas no sistema de ações da SUDENE, dado que estas abriram caminho para que capitais multinacionais também se beneficiarem de todo o aparato de incentivos concedido pelo Estado⁶⁶. Assim, tal medida tanto intensificou os fluxos de capitais para o espaço periférico quanto hierarquizou ainda mais o processo de comando das novas atividades produtivas a serem instaladas no Nordeste e, em nosso caso, no Rio Grande do Norte.

Como aponta de Araújo (2009), a ampliação desses incentivos às empresas multinacionais retirava qualquer possibilidade de uma indústria mais endógena que pudesse "modernizar e dinamizar" a economia potiguar sem que ela fosse, necessariamente, comandada pelo pólo da economia nacional. O que se desenhava era uma estrutura industrial e territorial comandada verticalmente, ou para usarmos as palavras de Silveira (1999, p. 106), quando se refere ao processo de modernização do território argentino, podemos dizer que esse processo conduziu a uma alienação do espaço que "imposta por novas técnicas, acabou obstando o desenvolvimento de uma práxis de comando regional".

Havia, portanto, um processo de reestruturação do território e da economia no Rio Grande do Norte que se, por um lado, fomentou a expansão de sua base produtiva, por outro, ajudou a disseminar a expansão de formas monopolistas de uso do território com os grupos nacionais e multinacionais assumindo, direta ou indiretamente, o

⁶⁶ Diante da dependência da economia nacional a não participação de capitais estrangeiros no sistema de ações da SUDENE era na realidade uma "distorção", pois o processo de industrialização se fez, e se consolidou, a partir do tripé econômico que continha empresas nacional, empresas estatais e capitais multinacionais (MELLO, 1991).

controle de alguns dos principais circuitos produtivos do estado. Desse modo, fica evidente que a exportação de capitais para o Rio Grande do Norte não ensejou o desenvolvimento de uma indústria mais endógena, mas apenas se apropriou e alargou alguns circuitos produtivos dos quais o Centro-Sul tinha necessidade pelos insumos ou matérias-primas que produziam ou ainda pelas grandes vantagens lucrativas que apresentavam.

Pode-se inferir pelos projetos aprovados e levados adiante por meio da SUDENE, que o grosso da indústria de transformação norte-rio-grandense passou a ser comandada por grupos de fora do estado. De acordo com informações arroladas por Costa (1977) e Araújo (2009), tivemos entre o início e o final do anos 1970, mais 100 grandes empresas nacionais e internacionais expandindo suas operações no Rio Grande do Norte, o que, por consequência, afetou toda a estrutura da indústria potiguar que paulatinamente passou a apresentar contornos monopolistas.

Um dos segmentos que mais sentiram a expansão dos monopólios nacionais foi a indústria têxtil e de confecções que apesar de não ter grande expressão em termos de país, apresentava grande importância para a economia do Rio Grande do Norte. A partir do momento em que começam a afluir para o estado os capitais, altamente subsidiados, dos grandes monopólios nacionais, essa indústria de comando regional, sofreu grande impacto. Isto porque os grupos que aqui se instalaram durante toda a década de 1970, apresentavam altas densidades de técnicas e de capitais o que estabeleceu uma concorrência predatória com a indústria potiguar que "sem capital e tecnologia para competir com os novos empreendimentos recém instalados, fecharam as suas portas" (FERNANDES, 2007, p. 65).

Em suma, a indústria local foi praticamente dizimada pela ação dos grandes grupos monopolistas, exceção feita ao grupo Guararapes S.A, que como aponta Fernandes (2007, p. 65), conseguiu ampliar a sua "capacidade produtiva, formando um conjunto de fábricas, de âmbito nacional, direcionadas à produção de fios, tecidos e confecções". No entanto, o que prevaleceu foi o fato de que a indústria têxtil e de confecções potiguar passou a ser dominada por grupos nacionais do Centro-Sul, com destaque para União das Empresas Brasileiras - UEB, Sulfabril Nordeste, Alpargatas Confecções do Nordeste e Saint Germaine do Brasil, para citarmos apenas alguns exemplos.

Outro segmento da economia potiguar que passou a apresentar formas monopolísticas de uso do território, foi a indústria salineira que, num curto intervalo de

tempo, foi dominada por grupos nacionais e principalmente internacionais. Esse circuito, a partir dos anos 1970, adentrou em um processo de modernização técnico-científica que atraiu capitais de grupos holandeses, norte-americanos e italianos. O primeiro a adquirir empresas no Rio Grande do Norte foi o Akzo Zout Chemie que assumiu o controle da Companhia Comércio e Navegação, mudando seu nome para Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE); na sequência, a empresa italiana Nora, passou a controlar a Henrique Lage Salineira. Outro caso para exemplificar o processo que se dava no território potiguar foi aquele registrado com as empresas do maior grupo salineiro do estado, controlado pela Sociedade Anônima Mercantil Tertuliano Fernandes. Este grupo detinha o controle das duas maiores empresas salineiras, a Sociedade Salineira do Nordeste (SOSAL) e a Guanabara. Com o objetivo de expandir e modernizar suas ações a empresa potiguar, inicialmente, se associar ao grupo Moreira Sales que, por sua vez, repassa os seus direitos a norte-americana Morton Northwich Products Inc., que por meio de uma subsidiária do grupo chamada Morton's Salt Company, passou a atuar no Rio Grande do Norte⁶⁷.

Estas fusões e incorporações evidenciam que indústria salineira foi outra que sucumbiu diante dos monopólios. Este movimento de concentração e centralização de capitais no Rio Grande do Norte se inicia em princípios dos anos 1960, mas ganha força durante a década de 1970 quando avança o processo de modernização técnica do circuito com as grandes empresas multinacionais passando a concentrar mais de 50% de tudo o que era produzido no Rio Grande Norte. Os pequenos e médios produtores que ainda apresentavam uma produção expressiva (mais de 40%), e que tentavam lutar contra esse processo foram, paulatinamente, absorvidos pelos grupos monopolistas que no final da década de 1970 já controlavam quase 80% da produção de sal no Rio Grande do Norte (FERNANDES, 2007)⁶⁸.

Um aspecto que também está, intimamente, relacionado tanto a modernização do território quanto ao controle hierárquico que a oligopolização engendrava, é a expansão

⁶⁷ O Jornal Opinião, de 18 de março 1974, narra, com informações preciosas, todo o processo oligopolização da indústria salineira do Rio Grande do Norte. In: <http://memoria.bn.br>.

⁶⁸ No âmbito desse processo é preciso destacar a atuação do estado ditatorial na repressão ao sindicato dos trabalhadores salineiros. Lutando contra a voracidade da modernização e centralização de capitais em torno dos grandes monopólios, o sindicato teve suas lideranças perseguidas e presas o que, por consequência, enfraqueceu o seu poder de organização perante os trabalhadores, reduzindo a sua atuação ao agenciamento de mão-de-obra para as grandes empresas monopolistas. Para compreensão desse processo consulte o trabalho de Francisco Carlos de Oliveira Sousa (2007), intitulado, "Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira".

de novos sistemas técnicos de produção ou, em outras palavras, a modernização tecnológica que esse processo engendrou. Como aponta Santos (1994b), a difusão do capital exige todo um conjunto de readequações territoriais que passa não só pela expansão de novas formas organizacionais, mas também e, sobretudo, diríamos, pela adoção de novos sistemas técnicos de produção que acelerem o ritmo da acumulação de capitais.

Dentro do conjunto de intencionalidades assumidas pelos investimentos da ação estatal no Rio Grande do Norte, era evidente que seria preciso intensas importações de tecnologias sob a forma de máquinas e equipamentos mais complexas e aderentes com os progressos tecnológicos do mundo da produção. Seria preciso incorporar um “novo modo de fazer”, cada vez mais mundializado (SILVEIRA, 1999) e conectado com as demandas de acumulação do capital. É sob essas premissas que compreendemos todo o pacote ou, *know how* tecnológico, que adentra ao território potiguar junto com os fluxos de capitais, pois como expõe Joan-Eugeni Sánches (1991), dificilmente se pode separar a expansão dos capitais da expansão das técnicas.

Os fluxos de maquinário e equipamentos em geral se deram em todos os setores que receberam investimentos durante esse período, tanto a partir dos financiamentos da SUDENE quanto do Banco para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. No entanto, eles foram mais intensos na indústria salineira, na indústria petrolífera e na indústria têxtil e de confecções, dado a dinâmica mais intensa que esses segmentos da economia potiguar assumiram durante este período.

Nesse sentido, constatamos um movimento intenso provindo, sobretudo, das regiões mais dinâmicas do Brasil e quando estas não respondiam às demandas da periferia, eram acionados os fluxos internacionais como foi o caso, especificamente, da indústria salineira e da indústria têxtil e de confecções. Os mapas 16, 17 e 18 evidenciam toda a dinâmica dos fluxos de importações de maquinário por parte da Região Nordeste, no período de 1970 a 1989, isto é, no momento em que o processo de inversões de capitais estava a pleno vapor.

Note-se que no âmbito da formação socioespacial brasileira o Centro-Sul liderado por São Paulo, foi a região que mais exportou máquinas e equipamentos que serviam à modernização do Rio Grande do Norte. Aliás, esta era uma das intencionalidades quando da criação da SUDENE, ou seja, este órgão não desejava apenas subsidiar a expansão de capitais para periferia, mas também intentava, com essa

expansão, acionar a indústria de produção de bens de capitais que estava concentrada no centro do capitalismo nacional⁶⁹.

O que também se pode depreender desse processo, para além da diversidade de lugares e regiões que estabeleceram solidariedades econômicas com o território potiguar, é o fato de que toda a indústria que se implantava era constituída sob os padrões mais modernos de produção, ou seja, essa indústria já era no seu nascedouro extremamente intensa em capital e, por conseguinte, poupadora de mão de obra. O mais contraditório é que este fenômeno se dava numa região e, particularmente, num estado onde o que mais se desejava era a geração de empregos e, acima de tudo, no âmbito de um programa de desenvolvimento regional que tinha como um de seus discursos basilares a formação e distribuição de renda na região subdesenvolvida. Efetivamente não foi isso que ocorreu, dado a primazia da acumulação frente a geração e distribuição de renda.

⁶⁹ Como apontam Ianni (1965) e Oliveira (1990), um dos objetivos da criação da SUDENE era a ativação do setor de bens de capitais da indústria brasileira e mais, especificamente, daquela sediada na Região do Centro-Sul.

Mapa 16: Fluxos de equipamentos da indústria têxtil para o Nordeste até 1989

Fonte: SUDENE/BNB (1992).

Mapa 17: Fluxos de equipamentos da indústria confecções para o Nordeste até 1989

Fonte: SUDENE/BNB (1992).

Mapa 18: Fluxos de equipamentos de todas as indústrias para o Nordeste até 1989

Fonte: SUDENE/BNB (1992).

A partir de todo o quadro supracitado pode-se inferir que quem mais se beneficiou de todo o sistema normativo criado não apenas em âmbito federal, mas, também estadual, foram os grandes grupos monopolistas nacionais e, em alguns casos

internacionais. O que não chega a ser surpreendente, principalmente, diante das afirmações de Oliveira (1990, p. 71-72), quando este aponta que a essência dos mecanismos da SUDENE, e, acrescentamos aqui daqueles criados pelo ente estadual, era beneficiar o grande capital, dado que "o sistema FINOR não funciona como instrumento financeiro ao alcance de médios e pequenos capitais, senão de maneira marginal, ele se revela financiador e potenciador de uma acumulação concentrada, quase oligopolista", ou ainda quando aponta que "o mecanismo é, por definição, concentrador: embora todas as pessoas jurídicas do país possam fazer uso dele, é claro que umas podem mais que outras" (OLIVEIRA, REICHSTUL, 1973, p. 151).

A partir do que foi exposto podemos depreender que o acontecer hierárquico estatal ao engendrar uma nova dinâmica econômica para o Rio Grande do Norte, possibilitou o avanço de formas monopolistas do território estadual. Nesse sentido, ficou evidente que a moderna indústria que se difundiu no Rio Grande do Norte não era comandada localmente o que torna pertinente as reflexões de Santos (1978b), segundo as quais é sempre preciso fazermos uma distinção entre a escala de concretização de um evento e sua escala de comando. Neste caso, o comando ou centro de gestão do território, como diria Corrêa (1996), se concentrava no Centro-Sul ou na Região Concentrada segundo a conceituação de Milton Santos.

4.5 A (re)organização da estrutura territorial do Rio Grande do Norte a partir dos sistemas de engenharia de transportes, energia e comunicação

A reestruturação territorial que se efetuou no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1960, em função de uma nova divisão territorial do trabalho, não seria possível sem a modernização e transformação de sua base material. Isto por que a geoeconomia que prevaleceu no Rio Grande do Norte até esse momento legou um território que além de extravertido, era marcado pela ausência de sistemas de engenharia de movimento, de energia e de comunicação, isto é, tratava-se de um território viscoso e pouco aderente as necessidades da expansão econômica que se anunciava desde o final dos anos 1950 e primórdios dos anos 1960.

Do ponto de vista da circulação da produção a realidade era extremamente contraditória e reproduzia as condições existentes na Região Nordeste como um todo,

pois os precários e escassos sistemas de movimento existentes eram para garantir o escoamento da produção dos circuitos extravertidos, isto é, eles eram voltados para fora e não para dentro do território. Em 1960 o Rio Grande do Norte possuía pouco mais de 1700 Km de rodovias (federais e estaduais)⁷⁰. Dessas apenas 75 Km, ou menos de 5%, eram pavimentadas num curto trecho entre Natal - Macaíba - Santa Cruz. O que predominava, portanto, era um território viscoso, pois faltavam os sistemas de movimento que assegurassem uma efetiva articulação entre as regiões do estado e mais ainda dessas com o restante do Nordeste.

Para além desse território viscoso e extravertido o Rio Grande do Norte apresentava uma imensa ausência dos sistemas engenharia de energia e de telecomunicação, primordiais a qualquer estruturação regional, seja ela guiada por processos verticais ou mesmo horizontais. Para termos uma ideia da letargia territorial que imperava no estado, é preciso apenas aponta que pouco mais de 30%⁷¹ dos domicílios dispunham de eletricidade e apenas duas cidades, Natal e Mossoró, apresentavam energia elétrica "contínua e eficiente"⁷². Por sua vez, o sistema de comunicação (telefonía) somente cobria uns poucos municípios como Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, e mesmo assim a maioria das cidades possuíam menos de cem linhas telefônicas (SOUZA, 1997).

Foi diante desse estado de coisas que predominava no Rio Grande do Norte e em todo o Nordeste, com as diferenciações próprias a cada um de seus compartimentos, que o Estado Nacional, por meio SUDENE, principalmente, começou um amplo, porém seletivo processo de modernização da sua estrutura territorial. A razão era simples. A expansão econômica exigida pela nova divisão territorial do trabalho e levada adiante pelo acontecer hierárquico estatal, não poderia se realizar sem um substancial acréscimo de capital constante fixo ao território na forma dos mais variados sistemas de engenharia como a eletrificação, a comunicação e os de movimento. Dito com outros termos, a expansão econômica exigia a constituição de um meio técnico-científico que dotasse a região de novas qualidades materiais e, por conseguinte, ampliasse a solidariedade geográfica com outras regiões do país (SANTOS, 1994a).

Esse entendimento já vinha exposto no Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da SUDENE de 1961, que estabelecia como

⁷⁰ In: Anuário Estatístico Brasileiro (1961-1962).

⁷¹ In: Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 07/11/1962, numa reportagem sobre e a eletrificação do estado e o desenvolvimento da indústria.

⁷² In: Diário de Pernambuco de 21/06/1962.

prioridade das suas ações no Nordeste a produção de sistemas de engenharia de transportes, comunicação e energia num montante que correspondia a 75% de todo o orçamento previsto para os dois anos seguintes. Por sua vez, o Segundo Plano Diretor da SUDENE de 1963, mesmo reduzindo de 75% para 46% esse percentual, ainda continuava dando grande ênfase ao acréscimo de capital fixo ao território. De fato, como expõe Carvalho (2001, p. 44), a SUDENE teve como sua principal meta nesses primeiros anos a produção de "infra-estrutura econômica, principalmente de estradas, energia e comunicações, a qual possibilitou que posteriormente se realizasse grande volume de investimentos na região, tanto por parte do capital privado, como do Estado".

Para alguns estados como o Rio Grande do Norte, que estavam imersos numa grande letargia territorial, as inversões proporcionadas pelo sistema normativo SUDENE e por outros órgãos federais, como o Ministério dos Transportes, significavam a primeira grande leva de objetos e sistemas técnicos destinados a modernização (estruturação) de seu território, sem os quais seria impossível a constituição de quaisquer atividades produtivas independente de se tratar de uma economia comandada regionalmente ou por capitais forâneos, como o que acabou ocorrendo.

Em grande medida o processo de (re)organização da base material do Rio Grande do Norte iniciou-se pela expansão e modernização do sistema rodoviário estadual que naquela ocasião ainda predominava as estradas de terra batida, conforme já aventado. Já no início da década de 1960, entre 1961 e 1962, após o primeiro plano da SUDENE, o Rio Grande do Norte apresentava e colocava em prática o seu Primeiro Plano Rodoviário, que consistia na produção e modernização de algumas das principais vias de circulação do estado. A maior parte das vias além de ampliarem a conexão entre as regiões do estado, abria a possibilidade de ligação com os estados vizinhos quando novas vias de circulação, sobretudo as federais, fossem construídas. Para esse momento destacamos:

- Construção e recuperação da estrada que liga Santana dos Matos - São Miguel;
- Construção de 103 Km entre João Câmara e Macau;
- Implantação e recuperação da estrada Marias - São Tome passando por São Pedro e São Paulo do Potengi;

- Construção da estrada Natal - Ponta Negra - Pirangi;
- Recuperação da estrada Patú - Itaú
- Recuperação do trecho pavimentado da estrada entre Caicó - Jardim do Seridó;
- Recuperação do trecho Natal Ceará - Mirim⁷³.

Nos anos seguintes mas, principalmente, durante a década de 1970 se intensifica o processo de ampliação do sistema viário do Rio Grande do Norte com a produção e asfaltamento de novos trechos, principalmente, nas rodovias federais que assentaram os principais eixos da circulação potiguar. A partir do Plano Nacional de Viação⁷⁴ foi estabelecido os principais eixos circulação do estado com destaque para a BR 304, responsável pela interligação entre a capital do estado e Fortaleza no Ceará, passando por Mossoró, segunda principal cidade do Rio Grande do Norte; a BR 101 (Natal - divisa com a Paraíba), um dos principais eixos integradores do estado e da Região Nordeste com o Centro-Sul; BR 406 que conecta Natal com Macau, passando por Ceará - Mirim e João Câmara; e a BR 226 que conectava a capital com a Região Seridó. Entre 1965 e 1979 as principais vias ou trechos reformados e asfaltados foram:

- BR 304 Natal - Fortaleza (asfaltamento de 304 Km até a divisa com o Estado do Ceará);
- BR 101 Touros - Natal - divisa com a Paraíba (Não totalmente pavimentada);
- BR 226 Natal- Santa Cruz - Currais Novos - divisa com o estado do Ceará (Não totalmente pavimentada);
- BR 406 Natal - João Câmara - Macau (Não totalmente pavimentada);
- BR 427 entre Currais Novos e a divisa com Paraíba (Não totalmente pavimentada);
- BR 405 Mossoró - divisa com o estado da Paraíba (Não totalmente pavimentada);
- BR 110 ("Estrada do Sal") que liga Areia Branca a Patos na Paraíba, passando por Mossoró (Não totalmente pavimentada);

⁷³ In:Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco, p. 13, de 11/02/1962. Acesso: <http://memoria.bn.br>.

⁷⁴ O Plano Nacional de Viação foi aprovado pela Lei Nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973.

- BR 104 Macau - divisa com o estado da Paraíba (Não totalmente pavimentada);
- Pavimentação da rodovia Mossoró - Grossos;
- Melhoramento de trechos da rodovia Apodi - Jucurutu⁷⁵.

Não é exagero afirmar que a expansão dessas rodovias redesenharam o mapa dos sistemas técnicos de movimento no Rio Grande do Norte, pois ao mesmo tempo em que mudava a dinâmica e a intencionalidade da circulação, tornava o território estadual mais fluido e pronto para atender as necessidades de circulação da economia nacional e da indústria implantada na periferia do país.

De meados dos anos 1970 até 1990, a expansão continua, principalmente, no que concerne as rodovias estaduais que ampliam consideravelmente a sua malha, passando de pouco mais de 770 Km, em 1960, para 3834 Km, em 1990. Além do mais elevou-se também a quantidade de Km pavimentados, sobretudo, na vias federais que atingiu aproximadamente 90% de sua malha em 1990 (Tabela 4). Uma das principais realizações desse momento foi a produção da Ponte de Igapó que ampliava a conexão territorial das zonas Leste, Oeste e Sul de Natal com sua Zona Norte. Convém pontuar que este objeto técnico foi importante para a expansão da indústria no estado, pois a mesma teve alguns estabelecimentos localizados na Zona Norte, como aqueles da União das Empresas Brasileira (UEB) que se localizaram entre Natal (Zona Norte) e São Gonçalo do Amarante.

Expansão das rodovias no Rio Grande do Norte entre 1960 - 1990				
Ano	Rodovias Federais		Rodovias Estaduais	
	Pavimentada (Km)	Não pavimentada (Km)	Pavimentada (Km)	Não pavimentada (Km)
1960	116	842	16	759
1962	114	800	16	759
1964	184	897	31	1492
1968	327	341	126	2329
1970	470	279	159	2406
1972	686	207	166	2394
1974	769	638	173	2642
1976	782	636	268	2810

⁷⁵ In: Caderno Especial do Diário de Pernambuco, p. 9 de 23/06/1968; BR 110 site do DNIT <http://www.dnit.gov.br/>

1978	798	775	476	2677
1980	998	307	676	2560
1982	942	293	958	2561
1984	1073	230	1151	2107
1986	1164	116	1994	1282
1988	1152	98	1928	1337
1990	1363	131	2195	1639

Tabela 4: Expansão das rodovias no Rio Grande do Norte entre 1960 - 1990 a partir de dados do Anuário estatístico brasileiro (BRASIL, 1960-1989)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro do IBGE para vários anos (BRASIL, 1960-1990).

O que convém destacar são as novas intencionalidades que permearam os sistemas de movimento supracitados. Diferentemente do que prevalecia no período anterior em que praticamente todos os espaços de circulação eram voltados para fora do território, conforme já destacado na primeira parte do trabalho, a partir dessas rodovias percebemos que o objetivo era conectar o estado internamente e melhorar as suas ligações com os estados vizinhos para, por conseguinte, intensificar a interligação com a própria Região Nordeste e com o restante da formação socioespacial brasileira que, de modo geral, também passava por um amplo processo de expansão de sua infra-estrutura viária. Como aponta Xavier (2001, p. 334), o que tivemos "foi a formação de uma rede rodoviária nacional por meio da articulação com as redes municipais e estaduais com os grandes eixos rodoviários federais".

Aqui se revelava claramente que uma nova divisão territorial do trabalho passava a comandar a produção dos sistemas de movimento no Brasil com o objetivo de integrar o país e, assim, garantir a expansão e descentralização da produção capitalista industrial para os espaços periféricos. Seguindo as reflexões de Mamigonian (1999), apontamos que o capitalismo pela crescente mercantilização que produz, amplia de forma cada vez mais intensa a divisão social e territorial do trabalho o que, por sua vez, exige que se intensifique a cooperação entre seus subespaços.

A expansão do capitalismo industrial brasileiro para os espaços periféricos, exigia que se efetuassem uma modernização não apenas do ponto de vista da circulação, mas em toda a sua base material. Assim, paralelamente a expansão das rodovias, o Rio Grande do Norte presenciou a expansão de sua rede elétrica e de seu sistema de telecomunicações. Contando com a solidariedade normativa de diversas instituições federais, tais como SUDENE, Ministério de Minas e Energia e ELETROBRAS, que constituíram um conjunto de leis e normas para levar a diante o processo de

modernização e tecnificação do território nacional e, nesse caso, mais especificamente da Região Nordeste, o Rio Grande do Norte iniciava de fato uma (re)novação de sua materialidade.

A criação da Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte (COSERN), em dezembro de 1961, foi um dos eventos mais importantes para a tecnificação e montagem da estrutura energética do território potiguar. A partir da constituição dessa instituição foi concebido o I Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte, que apontava as diretrizes da expansão elétrica para cobrir todo o estado.

A COSERN ficava com a incumbência de distribuir no estado a energia fornecida pelo sistema da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) a partir de Paulo Afonso e do sistema da Companhia Sertão Paraibano a partir de Curema e Mãe D'água⁷⁶. A energia proveniente da CHESF abrangia a maior parte do território potiguar, exceto uma pequena porção ao sul da Região Oeste que receberia energia da Companhia Sertão Paraibano; além disso, o plano previa que para os municípios com população inferior a mil habitantes a instalação de grupos geradores⁷⁷. Aqui é preciso pontuar que essa eletrificação do território somente se realizou pela existência de objetos e formas de fazer análogas (SANTOS; SILVEIRA, 2005) que tornaram possível a conexão entre os sistemas de transmissão de CHESF e da Companhia Sertão Paraibano com o da COSERN que distribuía a energia recebida para todo o estado.

Já em meados de 1962 a CHESF avançava com suas linhas de transmissão no sul do estado, atingindo, em abril de 1963, o Agreste Potiguar, nos municípios de Santa Cruz, Tangará e Serra Caiada, e chegando ainda em 1963, aos municípios de Macaíba, Parnamirim e Natal⁷⁸. Posteriormente, as linhas de transmissão das duas empresas supracitadas, avançaram para outras porções do estado como a Região Seridó, o Vale de Ceará Mirim a Região Central e a Região Oeste. Desse modo, tínhamos que no final dos anos 1970 o território norte-rio-grandense apresentava mais de 95% de suas cidades devidamente eletrificadas e, segundo a psicoesfera predominante aquele momento, já

⁷⁶ In: I Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte disponível no 1º Caderno do Diário de Pernambuco de 7/11/1962, p. 10.

⁷⁷In: I Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte disponível no 1º Caderno do Diário de Pernambuco de 7/11/1962, p. 10.

⁷⁸ In: Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 11/02/1962, p. 13. Acesso a partir do <http://memoria.bn.br>.

aptas a receberem os louros do progresso econômico que para muitas nunca chegaram⁷⁹ (SOUZA, 1997).

O outro evento fundamental para a estruturação da base material do Rio Grande do Norte foi a expansão do sistema de telecomunicações. No início dos anos 1960 quase não existia comunicação telefônica entre as cidades do interior do estado e destas com a sua capital, excetuando-se a Região Oeste onde havia a possibilidade de ligação entre algumas cidades, o restante do Rio Grande do Norte, praticamente, não se comunicava entre si e muitos menos com outros estados da formação socioespacial brasileira. Assim, a precária comunicação interurbana existente era realizada apenas por meio de isoladas e inconstantes estações rádio-telegráficas da Polícia Militar e do serviço telegráfico normal⁸⁰.

A expansão e modernização do precário sistema de telecomunicações do Rio Grande do Norte pode ser dividida em duas fases. Num primeiro momento ocorreu a criação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte S.A (TELERN), em setembro de 1963, que surge no âmbito de uma política nacional de ampliação das telecomunicações implementada pela Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRÁS). Ainda nesse primeiro momento tivemos a implementação do Plano Estadual de Telecomunicações que por meio do sistema de micro-ondas interligou a capital estadual com algumas das principais cidades do interior do estado. Três eixos regionais de estruturação caracterizavam esse momento da expansão das telecomunicações no estado. O 1º eixo se estruturava em Natal e cobria as cidades vizinhas para se direcionar a Região Agreste, onde a partir da estação de Serra de São Bento se interligava com Santa Cruz e Nova Cruz, por exemplo; um 2º eixo de estruturação se constituiu a partir da estação repetidora de Serra de Santana que se interligava com cidades da Região Seridó, como Caicó, Currais Novos e Jardim do Seridó e com a Região Central e Oeste do estado, se conectando a cidades como Angicos, Lages, Macau e Mossoró; havia ainda um 3º eixo estruturador que contava com uma estação repetidora em Martins que interligava o Oeste Potiguar, de Pau dos Ferros a Mossoró e partir daí com o restante do estado⁸¹.

⁷⁹ Inúmeras figuras públicas, bem como meios de comunicação externavam esse pensamento, segundo o qual o "subdesenvolvimento" do Rio Grande do Norte seria ultrapassado com a expansão dos sistemas elétricos e telefônicos, pois os mesmos possibilitariam a constituição de uma moderna indústria. Segundo uma reportagem do Diário de Pernambuco de 22/09/1965, p. 1, a expansão dos sistema de "micro-ondas em Mossoró seria o passo decisivo ao progresso do Rio Grande do Norte".

⁸⁰ In: Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 14/02/1965, p. 8.

⁸¹ In: Segundo Caderno do Diário de Pernambuco de 28/01/1966, p. 3.

Além disso, a expansão das telecomunicações nesse primeiro momento permitiu a interligação com sistemas de outros estados da Região Nordeste. A partir da estação repetidora implantada em Serra de São Bento, o Rio Grande do Norte passou a se comunicar com João Pessoa, na Paraíba e a partir desta se interligou com Pernambuco e Alagoas, ainda em 1965⁸²; com isso, podemos dizer que o estado começava a sair do relativo isolamento regional em que se encontrava.

Podemos dizer que a partir de 1970 inicia-se o segundo momento da expansão das telecomunicações no Rio Grande do Norte que foi responsável por ampliar a telefonia fixa para um número maior de municípios do território estadual. Isto por que em agosto daquele ano o Departamento Nacional de Telecomunicações concedeu a TELERN a exclusividade para explorar os serviços telefônicos no Rio Grande do Norte, que naquela ocasião era realizado por várias empresas municipais e privadas⁸³. Esta situação dificultava a expansão e interligação dos sistemas, uma vez que cada empresa podia funcionar com sistemas próprios e de idades diferentes⁸⁴.

Na prática isso significou a unificação dos sistemas existentes que passaram a ser comandados pela TELERN que detendo o monopólio para exploração das telecomunicações no território estadual, incorporou todas as outras empresas existentes no estado. Tomando as reflexões de Santos e Silveira (2005), como fundamento de nossa análise, argumentamos que a união dos sistemas técnicos existentes revelava, na realidade, uma tendência crescente do espaço geográfico desde o final da Segunda Guerra Mundial de unificação dos sistemas técnicos que, cada vez mais, passaram trabalhar seguindo um mesmo ritmo.

E foi no ritmo de um único sistema técnico que a TELERN começou a interligar e renovar a infra-estrutura de telecomunicações do território potiguar que apesar de recente, se apresentava como uma das mais obsoletas do país. Evento marcante dessa expansão foi a construção da nova Central Telefônica de Natal que permitiu tanto uma maior expansão para o interior do estado, quanto possibilitou a implementação do sistema de Discagem Direta e Distância (DDD). Entre início dos anos 1970 e meados da década de 1980 a TELERN expandiu sua infra-estrutura de comunicação para

⁸² In: Segundo Caderno do Diário de Pernambuco de 28/01/1966, p. 3.

⁸³ In: Pela Portaria de N° 1.616 de agosto de 1970, a TELERN passava a deter a exclusividade da exploração dos serviços telefônicos no Rio Grande do Norte.

⁸⁴ A primeira empresa incorporada pela TELERN foi Companhia Força e Luz do Nordeste Brasileiro. Para garantir a sua expansão a TELERN teve que renovar todo o equipamento e fiação da empresa, pois o mesmo ou encontrava-se desgastado ou era obsoleto. In: Diário de Pernambuco de 12/11/1970.

aproximadamente 80% do território estadual (SOUZA, 1997), estendendo, assim, as suas linhas de transmissão a todas as regiões do Rio Grande do Norte.

O novo sistema implantado pela TELERN também ampliou e melhorou a sua conexão com o restante do país e possibilitou a realização de chamadas internacionais. De acordo com Souza (1997), o sistema DDD foi oficialmente estabelecido em 1975 e o sistema de Discagem Direta Internacional (DDI) em 1976. Com isso, o Rio Grande do Norte apresentava as condições básicas de interligação com os principais sistemas de telecomunicação então existentes no Brasil, garantindo, portanto, uma efetiva conexão dos lugares.

A produção e modernização desses três sistemas de engenharia então brevemente sumariados, não apenas representavam, sob diversas perspectivas, a interligação do território potiguar e sua integração ao território nacional, mas, principalmente, garantiram a constituição de uma base técnica que surgia das exigências e demandas de uma nova divisão territorial do trabalho que expandia seus espaços de produção para a periferia do território nacional. Eram, portanto, as novas necessidades de organização da produção e unificação dos comandos quem guiava esses processos, dado ser impossível uma expansão industrial sem a existência de uma base geográfica que una e interligue os diferentes lugares.

CAPÍTULO 5: O ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL E A PRODUÇÃO DE UMA NOVA DINÂMICA TERRITORIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

O advento dos anos 1960 assistiu a sedimentação de uma nova divisão territorial do trabalho na formação socioespacial brasileira, que teve na ação estatal e no processo de industrialização duas de suas principais variáveis. Como aponta Milton Santos (2006, p. 87) a divisão territorial do trabalho é um dos principais vetores de estruturação do espaço "na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis". Com efeito, essa nova divisão do trabalho nacional significou o advento de um processo de reestruturação do território potiguar, na medida em que rompeu com as antigas solidariedades geográficas que o sustentavam e estabeleceu novos nexos constitutivos.

A compreensão desse processo de reestruturação dos usos do território potiguar se torna inteligível tanto pela expansão de novos circuitos produtivos que se estabeleciam no Rio Grande do Norte já seguindo os ditames da descentralização produtiva presente na formação socioespacial brasileira a partir anos 1960, mas também pela modernização seletiva e reorganização completa de outros circuitos produtivos advindos de divisões territoriais do trabalho pretéritas.

O capítulo que se segue busca compreender como, onde e quais foram os principais circuitos produtivos que receberam as atenções dos sistemas normativos dos poderes estatais para que possamos compreender a essência da nova feição territorial que passara a predominar no Rio Grande do Norte.

5.1 Especialização produtiva e indústria têxtil e de confecções na região da Grande Natal

Com a ascensão de uma nova dinâmica para os usos do território no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1960, a cidade de Natal e sua região, passaram a ser o *locus* privilegiado de destino de um montante volumoso de investimentos produtivos que sedimentaram uma nova Geografia da produção para o território potiguar,

principalmente, pelo caráter de especialização que essas inversões foram adquirindo com o passar dos anos.

No início da expansão dos capitais do Centro-Sul em Natal, as inversões abrangeram uma maior diversidade de circuitos produtivos. Até o começo dos anos 1970 já haviam sido implantadas, ou estavam em fase de implantação, a BRASINOX e a SIDERUSA - Siderúrgica do Nordeste, no segmento da metalurgia; a Cia. Brasileira Esferográfica, destinada a produção de artigos plásticos e canetas esferográficas; a SALHA Ind. e Comercio de Óleos, a WESTON S/A e a Gosson Alimentos do Nordeste, no segmento de produção de alimentos. Em resumo, a implantação de um conjunto variado de empresas que encarnavam uma diversidade de circuitos produtivos de diferentes divisões territoriais do trabalho existentes no Brasil.

No entanto, não foi esse contorno de diversidade produtiva que predominou nas ações do planejamento estatal para esse subespaço do território potiguar. Embora houvesse certa diversidade, já era possível perceber que predominava o circuito têxtil e de confecções, uma vez que quando tomamos a totalidade das inversões até 1973, constatamos que mais de 80% do que havia sido investido no estado a partir do sistema da SUDENE, estava relacionado, direta ou indiretamente, a estes dois segmentos. Podemos dizer que as normas e ações da política econômica estatal agindo em solidariedade com grandes empresas nacionais e multinacionais começavam a construir em torno de Natal uma especialização produtiva que se encorpava na medida em que se avolumavam as tarefas e etapas da produção relacionadas ao circuito produtivo dos têxteis e das confecções. Assim, o Rio Grande do Norte não por vocação natural⁸⁵, mas por obra de um amplo sistema de subsídios ao capital, caminhava para se tornar pólo nacional para as indústrias têxteis e de confecções, e Natal, a "Cidade das Confecções", conforme amplamente divulgado àquela época.

Natal, então, começava a se inserir na nova racionalidade da divisão internacional do trabalho, que àquela altura já começava a influenciar no padrão de localização industrial da formação socioespacial brasileira. De acordo com as colocações de Singer (1976), podemos dizer que já despontava, como tendência dominante, a descentralização e a pulverização das atividades relacionadas aos circuitos produtivos dos têxteis e das confecções, que passaram a direcionar seus espaços produtivos para as regiões periféricas com o intuito de reduzirem os custos produtivos a

⁸⁵ Cortez Pereira, então governador do Rio Grande do Norte (1971-1975), costumava afirmar que o estado estava desenvolvendo sua vocação natural.

partir da exploração de uma mão-de-obra mais barata⁸⁶, além de se aproveitarem de outras vantagens locacionais, tais como os incentivos estatais e uma ampla estrutura espacial montada para atender os interesses das grandes empresas.

A expansão dos circuitos têxteis e das confecções no território potiguar se intensifica em primórdios dos anos 1970, quando são criados o "Programa do Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte", em 1971, e o Fundo de Desenvolvimento da Indústria Têxtil do Estado (FUNTEXTIL)⁸⁷, em 1972, ambos administrados pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN). Em suas linhas gerais, esses sistemas normativos propugnavam uma grande expansão da indústria têxtil e de confecções no território potiguar, ou a interligação de dois extremos da "cadeia" têxtil no estado, isto é, "a produção de fibra de algodão e a indústria de confecção de roupas"⁸⁸. Dentre outras metas, o Programa do Parque Têxtil previa: substituir as importações de matéria prima; implantar atividades industriais no estado com vistas a reter no território os seus benefícios; e especializar e integrar a economia industrial potiguar⁸⁹. Por sua vez, o FUNTEXTIL tinha como objetivos basilares: participar de forma acionária em empreendimentos de fiação e tecelagem; estimular a implantação de novas unidades industriais de fiação e tecelagem no estado, além de ampliar e modernizar as já existentes; e financiar a formação de capital de giro para as empresas do segmento têxtil. Para consecução dessas metas, o FUNTEXTIL estabelecia cinco fontes de recursos distintas, a saber:

- 100% do que couber ao estado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICM, recolhidos pelos estabelecimentos de fiação e tecelagem (...);
- 10% do valor anual do Fundo Especial;
- Subvenções ou doações do Poder Público e de Pessoa de direito privado;
- Financiamento internos ou externos concedidos por entidades públicas ou privadas; e

⁸⁶ No momento em que a indústria têxtil e de confecções se expandia para as áreas periféricas os custos com mão-de-obra para o setor, de acordo com dados de 1969 dos Consultores Têxteis Associados, era: US\$ 2,43 e US\$ 1,95 hora trabalho para Estados Unidos da América e Alemanha Ocidental, respectivamente. No Brasil o custo era de US\$ 0,40 para o estado de São Paulo e US\$ 0,22 para o Nordeste. In: Jornal do Brasil, Suplemento Especial/Nordeste, de 26/11/1976. Acessado a partir do <http://memoria.bn.br>.

⁸⁷ O Fundo de Desenvolvimento da Indústria Têxtil do Estado (FUNTEXTIL), foi criado pela lei Nº 4.080, de 22 de agosto de 1972, tendo o mesmo sido extinto pela lei 4.525, de 12 de dezembro de 1975, que estabeleceu um novo fundo para investimentos no estado, o Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI). Os recursos do FUNTEXTIL foram incorporados ao FDCI.

⁸⁸ In: Diário de Pernambuco de 13 de janeiro de 1974. Acessado a partir do <http://memoria.bn.br>.

⁸⁹ Programa do Parque Têxtil do Rio Grande do Norte, In: Clementino (1987, p. 186).

- Juros e comissões operacionais⁹⁰.

Atuando em ampla solidariedade organizacional com o sistema 34/18 e o FINOR da SUDENE, esse sistema normativo (Programa do Parque Têxtil e FUNTEXTIL) logo se tornou a mola propulsora da organização territorial da indústria no Rio Grande do Norte e, principalmente, da Região da Grande Natal, na qual se concentrava a quase totalidade dos investimentos. Isto por que o FUNTEXTIL operava um volume expressivo de capitais que se destinaram a conceder amplos benefícios as empresas que desejassem investir no Rio Grande do Norte.

A partir de 1975 a política de atração de investimentos torna-se mais ampla e agressiva com o estabelecimento de novas diretrizes para o Programa do Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte. O resultado foi o aumento expressivo do número de empresas interessadas em aportarem seus capitais no estado. A razão não poderia ser mais óbvia. As novas vantagens locacionais concedidas, além de se coadunarem às oferecidas pela SUDENE, assim como já vinha ocorrendo, ampliavam os benefícios às empresas que se direcionassem ao Rio Grande do Norte. Desse modo, além de fazer uso do sistema 34/18 e do FINOR, as empresas ainda poderiam ser agraciadas com outras concessões, tais como: Financiamentos para aquisição de terrenos e realização de obras de infra-estrutura; deduções de até 60% do Imposto do Circulação de Mercadorias (ICM) a recolher para investimento na própria empresa pelo prazo de cinco anos; além de benefícios financeiros concedidos através do Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial (FDCI)⁹¹, para a manutenção do capital de giro e fixo das empresas e para a produção de toda a infra-estrutura desejada⁹².

Diante desse robusto arsenal de normas e incentivos ao capital, criados pelo Estado em suas dimensões federal e estadual, não é mera coincidência que num curto intervalo de tempo, o Rio Grande do Norte e, especialmente, a sua capital, Natal, se transformasse no pólo nacional dos têxteis e das confecções, constituindo uma especialização produtiva que abarcava diversos circuitos da produção. A inteligibilidade de todo esse processo torna-se compreensível quando analisamos o rápido crescimento e modernização desses segmentos no território estadual, assim como sua integração a dinâmica econômica do capitalismo brasileiro.

⁹⁰ In: Diário de Pernambuco de 25 de março de 1973. Acessado a partir do <http://memoria.bn.br>.

⁹¹ Este fundo substitui o FUNTEXTIL.

⁹² Informações contidas em Clementino (1987, p. 188).

Entre a segunda metade dos anos 1960 e durante toda a década de 1970 aportam em Natal empresas nacionais e até multinacionais de quase todas as etapas dos circuitos têxteis e de confecções. Desenhando-se, portanto, um complexo e moderníssimo parque têxtil que praticamente subverte a lógica da localização industrial no território nacional para esses segmentos, pois transformara Natal, que há pouco tempo não contribuía com mais de 1% da produção nacional desse setor⁹³, num subespaço extremamente atrativo não apenas em função das densidades técnicas e de capitais que se fixavam no espaço, mas também por causa da complementaridade criada intra circuitos no território potiguar.

Os primeiros grupos a serem beneficiadas foram os de capital regional, tais como Confecções Guararapes, Fiação Borborema, T. Barreto, Soriedem Confecções dentre outros. De forma geral essas empresas expandiram e modernizaram o seu parque produtivo a partir do sistema de benefícios supracitado. Logo na segunda metade dos anos 1960 e no início da década de 1970, as empresas do Centro-Sul começaram a aportar no estado e intensificaram o processo de formação do complexo têxtil potiguar, pois suas inversões envolveram não apenas empresas de tecelagem, fiação, tintura ou produtoras de confecções em geral, mas também empresas de circuitos complementares, tais como as que produziam botões, zíperes, etiquetas, colarinhos e caixas de embalagens.

Desenhar a geografia que se constituía com a expansão desses circuitos produtivos é desvendar a divisão territorial do trabalho que se esboçava no Rio Grande do Norte. Assim, a primeira etapa dizia respeito ao beneficiamento do algodão que se desenvolvia com maior intensidade no interior do estado conforme já apontado. Mas, havia também na região de Natal, como, por exemplo, a beneficiadora Nóbrega e Dantas que possuía uma unidade de produção em Macaíba.

Desse modo, de diversos pontos do território potiguar, bem como de outros estados do Brasil, partiram fluxos de pluma de algodão para abastecer a novíssima indústria de fiação e tecelagem que não parava de expandir sua capacidade produtiva. Se em meados dos anos de 1970 já era preciso mais de 3 mil e 500 toneladas de pluma de algodão para alimentar a máquina produtiva, em 1980, foram necessários mais de 13 mil toneladas do produto. O motivo para este exponencial crescimento no consumo da matéria prima, algo em torno de 300%, era simples. Com a modernização e expansão do

⁹³ A partir de dados arrolados por Andrade (1981), é possível afirmar que até os 1960 o Rio Grande do Norte aproximadamente 1% da produção nacional de têxteis.

circuito têxtil, a capacidade produtiva havia se elevado a níveis inimagináveis, de modo que se em 1969, haviam pouco mais de 6 mil fusos instalados, em 1976, esse número salta para mais de 64 mil e, em 1980, atinge a marca de 158 mil fusos instalados no Rio Grande do Norte. Algumas das empresas a realizarem esta etapa eram a Indústria Têxtil Seridó, Saint Germaine do Brasil, Sperb do Nordeste, Fiação e Tecelagem Natal, e TEXITA.

O processo de modernização tecnológica e rápida expansão pelo qual passou esse circuito no território potiguar também se evidencia pela sua produção. Em 1976 a indústria de fiação produziu mais de 2 milhões e 286 mil quilos de fios de algodão, já em 1980, esta produção foi de aproximadamente 13 milhões de quilos; por sua vez, a produção de fios mistos manteve uma média elevada de 4 milhões e 327 mil quilos ao ano. No segmento da tecelagem os números são igualmente impressionantes, pois a produção de tecidos finos passou de 3 milhões e 400 mil quilos, em 1976, para mais de aproximadamente 15 milhões em 1980, já a produção de tecidos grossos passou de 963 mil para mais de aproximadamente 2 milhões e 400 mil de metros de tecidos⁹⁴.

Toda essa volumosa produção de fios e tecidos, além de abastecer o mercado interno e externo, serviu para alimentar diversos circuitos produtivos que passaram a ter lugares de produção na Região de Natal, tais como: o circuito de cama, mesa e banho, o circuito de redes de dormir, além de um amplo circuito de confecções que abrangia os mais diversos artigos, tanto da moda masculina quanto feminina. Além dos grupos potiguares como o Guararapes, diversos grupos nacionais e, em alguns casos internacionais, participavam dessa etapa da produção, tais como: Soriedem S/A, T Barreto, Natercia S/A, Confecções Reis Magos e Guararapes, Confecções Junior, e Confecções Spart do Nordeste.

A dinâmica engendrada pela expansão desses circuitos na Região da Grande Natal, ensejou, ainda, o desenvolvimento de uma rede de circuitos complementares que envolviam diversas atividades indispensáveis ao funcionamento de praticamente todas essas indústrias, pois produziam etiquetas, botões, zíperes, colarinhos para camisas e embalagens para produtos diversos. As principais empresas a aportarem na Grande Natal durante este momento foram: Fortesa Botões Forte, Bonor, Zipperflex, Incarton, Planosa, Artefa e Sitex (Tabela 5).

⁹⁴ In: Jornal do Brasil, Suplemento Especial/Nordeste, de 26/11/1976. Acessado a partir do <http://memoria.bn.br>. Obs.: Os dados apresentados para o ano de 1980 são na realidade uma projeção feita a partir da capacidade em instalação naquele período.

Historicamente, esses circuitos complementares tinham como localização preferencial as regiões mais dinâmicas do território nacional, principalmente na Grande São Paulo, de modo que até mesmo nas mais importantes capitais do Nordeste eles eram raros, uma vez que a produção paulista atendia, praticamente, a todo o país. A partir da expansão e complexificação do Pólo Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte, essas empresas complementares também passaram a ter espaços produtivos na Grande Natal, desenhando, desse modo, uma nova lógica para os usos do território por parte desses circuitos que se estabelecia não somente em virtude da política de atração fomentada pelo Estado, mas também devido ao aumento da demanda gerada pelos circuitos têxteis e de confecções que a cada ano tinha novas perspectivas de expansão da produção.

Empresas do circuito têxtil e de confecções que foram beneficiadas pela SUDENE		
	Investimento	Produto e produção
Têxtil (fição e tecelagem)		
Gosson do Brasil S/A	17.290.000	Tecelagem
Ind. Têxtil Seridó	266.842.405	Tecidos de algodão e fios de poliéster
S.A Fiação Borborema	3.689.000	Fios finos de algodão
Sperb do Nordeste	231.139.593	Fios
Saint Germaine do Brasil	40.500.000	Fios de sisal
FITEMA	6.974.347	Beneficiamento de algodão, sacos, mesclas, fios e estopas
CIA. Têxtil Tangará Texita	44.426.605	Fios
TEXTÍLIA no Nordeste S/A	-	Tecidos
Fiação de Algodão Mocó S/A	-	Beneficiamento de algodão - Fios
Confecções e cama, mesa e banho		
Confecções Guararapes S/A	89.902.400	Confecções
Confecções Reis Magos	7.576.288	Confecções
Confecções Dinan S/A	5.450.774	Confecções
S/A Confecções Brasileiras	32.488.000	Confecções
Ind. Confecções SPARTA Nordeste LTDA	31.962.419	Confecções
Confecções Junior S/A	4.400.000	Confecções
T Barreto Ind. e Comércio S/A Confecções Conte	41.106.250	Confecções
Duquesa S/A	36.440.000	Confecções
Natécia Ind. Têxtil de Natal	6.210.000	Toalhas de banho e rosto, retalhos estopas
Alpagarta Confecções	95.500.000	Confecções
Confecções Arpel	13.000.000	Confecções
Soriedem S/A	8.735.728	Confecções
Confecções SUCAR	-	Confecções
Gosson do Brasil Ltda	-	Confecções
Castelo industrial S/A	-	Confecções

Sulfabril do Nordeste S/A	-	Confecções
Complementares		
Fortesa - Botões Forte S/A	290.000	Botões
Ind. Sitex	2.443.541	Etiquetas
BONOR		Botões
Ind. de Cartonagem INCARTON	3.430.700	Embalagens
Zipper Flex Ind. Com.	4.331.405	Zíperes

Tabela 5: Empresas do circuito têxtil e de confecções que foram beneficiadas pela SUDENE.

Fonte: Relatório de atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte de 1977 e 1992; Diário de Pernambuco de 25/03/1973.

Os números da expansão e modernização desses circuitos são estrondosos e por si sós evidenciam a magnitude do que ocorria na capital potiguar. Testemunham ainda nesse sentido o fato do Rio Grande do Norte e, especialmente, Natal ter atingido a condição de maior produtora de confecções do Brasil, alcançando, no ano de 1978, a marca mensal de mais 1 milhão de peças que serviram para abastecer o mercado nacional e internacional. Não obstante o Rio Grande do Norte ainda chegou a ostentar a marca de quase 30% das camisas e 20% do jeans produzido pelo Brasil, em mais uma clara evidência do crescimento exuberante desses circuitos no território potiguar⁹⁵.

Dentro da linha de argumentação até aqui desenvolvida é ainda importante destacarmos que a partir dos circuitos têxteis e de confecções, o Rio Grande do Norte começa definitivamente a se incorporar a dinâmica do capitalismo nacional, pois os investimentos que aqui se realizaram serviram para consubstanciar uma integração ao território nacional via exportação de capitais para os espaços periféricos.

Ao conseguir conjugar numa mesma região vários segmentos industriais que podiam estabelecer relações de complementaridades num âmbito de um mesmo circuito produtivo, os sistemas de ações e as normas do poder estatal desenharam na Região de Natal uma especialização produtiva que num curto intervalo de tempo transformou a capital potiguar num dos principais pólos nacionais para segmentos dos têxteis e das confecções.

Não obstante, podemos dizer que essas vultuosas inversões de capitais e técnicas realizadas nesses circuitos produtivos a partir do sistema de incentivos promovido Estado, também expõem uma das dimensões da nova feição territorial que o Rio Grande do Norte passou a apresentar a partir dos anos 1970, que não mais obedece às

⁹⁵ Vários jornais da época de todo o Brasil noticiavam Natal como a capital nacional da confecções. Consulte a título de exemplificação o Diário de Pernambuco de 25 de março de 1973, com a reportagem, intitulada: "Com incentivos do FUNTÊXTIL Natal passa a ser a 'Cidade das Confecções'".

determinações de uma divisão internacional do trabalho, mas que responde e se relaciona diretamente ao que se propugnava no centro de gestão do território nacional, a Região Centro-Sul.

5.2 A configuração territorial da indústria extrativa potiguar: modernização e surgimento de um novo circuito produtivo

Para a concretização da nova feição territorial no Rio Grande do Norte também foram fundamentais os processos de expansão e modernização pelos quais passaram a indústria extrativa estadual. Assim, se por um lado, houve a expansão de novos circuitos produtivos que emergiam no bojo das transformações do capitalismo nacional, por outro, tínhamos um intenso processo de reestruturação e modernização de circuitos produtivos que pertenciam a divisões territoriais do trabalho pretéritas. Atendendo às novas demandas de uma país que se industrializava e se urbanizava a um ritmo alucinante e que, portanto, necessitava de matérias-primas e insumos para sua crescente produção urbano-industrial (SANTOS, 1994a), esses circuitos lograram um processo de modernização e reestruturação de suas atividades no território potiguar.

A expansão industrial nacional não apenas exigia, mas dependia do desenvolvimento e fortalecimento de solidariedades territoriais produtivas com os espaços produtores de insumos básicos, como os da indústria extrativa. Assim o Nordeste e, particularmente, o Rio Grande do Norte, ricos nesses insumos, precisavam re-equacionar sua indústria extrativa para atender as demandas nacionais e, conseqüentemente, se inserirem no novo arranjo político e econômico da formação socioespacial brasileira.

Seguindo, então, as intencionalidades e exigências da política econômica nacional, a partir, sobretudo, do II Plano Nacional de Desenvolvimento e das ações da SUDENE, que em linhas gerais propugnavam a ativação e modernização de indústrias produtores de matérias-primas e insumos para a consolidação da indústria nacional, o Rio Grande do Norte presencia a expansão e reestruturação de alguns circuitos produtivos. A concretização dessas ações resultou na emergência de uma nova dinâmica geoeconômica para o estado, sobretudo, nas Regiões Seridó e Oeste Potiguar, onde se

concentram a maior parte da extração, do beneficiamento e da transformação industrial desses insumos no Rio Grande do Norte.

Além do II PND e das ações de incentivos da SUDENE, a modernização da indústria extrativa norte-rio-grandense tem estabelecido intensa cooperação com o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE), que não apenas desenvolver um processo de investigação sobre as potencialidades do segmento extrativo, mas também atuou na execução de projetos de modernização e ampliação da produção em varias regiões do estado, com destaque para a Região Seridó.

Até meados da década de 1970 houve 19 projetos aprovados para este setor no Rio Grande do Norte, os quais tinham como objetivos centrais a ativação de novos circuitos produtivos e modernização de atividades já existentes. Mesmo envolvendo diversas etapas produtivas, esses projetos se concentravam, com maior ênfase, na extração e beneficiamento inicial dos produtos, isto é, o território potiguar especializava boa parte de sua indústria extrativa na extração de insumos que seriam industrializados em outros estados do Nordeste e, principalmente, pelo complexo industrial do Centro-Sul.

Desenhou-se a partir desse momento uma nova dinâmica territorial para a indústria extrativa norte-rio-grandense que envolve a ativação, modernização e reestruturação de vários circuitos produtivos, dos quais destacamos, inicialmente, os circuitos produtivos do calcário e da gipsita que apresentam os seus espaços, de extração, beneficiamento e transformação industrial, majoritariamente, na Região do Oeste potiguar.

Se a maior parte dos circuitos extrativos do Rio Grande do Norte não lograram um maior aproveitamento industrial do que era extraído das suas reservas, o mesmo não se pode afirmar com a produção de calcário que experimentou uma maior incorporação técnico e industrial. Com jazidas concentradas nas proximidades de Mossoró, a indústria de exploração do calcário desenvolveu etapas produtivas que iam além do simples beneficiamento da matéria-prima, como a indústria de produção de cimento que a partir dessa nova conjuntura estabelece um novo espaço de produção, em 1972, na cidade de Mossoró com a empresa Itapetinga Agroindustrial (Cimento Nassau).

A expansão de elementos de uma nova divisão territorial do trabalho criou um pequeno complexo de produção que envolvia etapas que se interligavam solidariamente uma as outras. O processo produtivo do circuito cimenteiro envolve, primeiramente, a

mineração e beneficiamento do calcário que passa por um processo de desmonte da rocha através do uso de explosivos até ela atingir a granulometria adequada para, na sequência, ser usado como insumo para a produção do cimento. Assim, configurava-se no Rio Grande do Norte um circuito produtivo que abarcava desde a extração e beneficiamento do calcário até o seu aproveitamento industrial para a produção de cimento.

Logicamente que a ativação e modernização de todo esse complexo produtivo foi amplamente irrigada com os incentivos fiscais da SUDENE, via 34-18, e do FURENE, o fundo destinado a indústria extrativa. Desse modo, a extração e beneficiamento da matéria-prima os incentivos provinha deste ultimo, por sua vez, a implantação da fábrica de cimento, em Mossoró, recebeu aportes dos mecanismos da SUDENE.

Se o Rio Grande do Norte praticamente não figurava no mapa nacional de produção de calcário e de cimento, a partir do ano de 1972 o estado começa a registrar as primeiras produções de calcário e de cimento (Gráfico 19 e 20). Desse momento até meados dos anos 1980, conforme revelam os gráficos a seguir, as produções de calcário e cimento se elevam, sobremaneira, acompanhando o desenvolvimento da construção civil que se expandia na esteira da urbanização galopante e das obras de infra-estruturas desenvolvidas pelo estado em suas instâncias federal e estadual.

Gráfico 19: Produção de cimento do Rio Grande do Norte (1976 -1989).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico (BRASIL, 1972-1989).

Gráfico 20: Produção de calcário no Rio Grande do Norte 1976-1986.
Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico (BRASIL, 1976-1986).

Além disso, a indústria de calcário potiguar ainda exportava parte do que produzia na forma de excedentes. Os fluxos de matéria-prima se direcionavam, principalmente, para outros estados da Região Nordeste que albergavam grandes produções de cimento, como era o caso de Pernambuco que tornara-se o maior produtor de cimento nordestino e um dos maiores do Brasil, após também ser beneficiado com vultosos recursos da SUDENE.

Outro circuito produtivo que ganhou novos conteúdos nesse contexto de modernização e reestruturação do território potiguar, foi o da gipsita. Trata-se de um circuito produtivo que durante muito tempo se desenvolveu, precariamente, no Rio Grande do Norte, sobretudo nas cidades de Dix-Sept Rosado e de Assú, onde se concentravam, até primórdios dos anos 1970, algumas das maiores jazidas do país (COSTA, 1977).

Como apresentava grande importância para a dinâmica da indústria regional e nacional esse circuito também recebeu investimentos da FURENE, que serviram para a modernização e ampliação de sua produção. O aumento da demanda por gipsita também se insere no contexto de expansão da urbanização e com ela da construção civil, isso por que além de servir para a produção de gesso, que é utilizado em revestimentos, blocos, e para confecção de paredes divisórias, por exemplo, a gipsita também pode ser consumida como insumo para a indústria produtora de cimento, na indústria de cerâmica, na metalurgia e na indústria de plásticos; em síntese, um insumo essencial

para uma gama variada de circuitos produtivos que tem seus espaços de produção distribuídos pelas principais regiões econômicas da formação socioespacial brasileira.

De tal modo, a produção dessas cidades, Dix-Sept Rosado e de Assú, atendiam as demandas da indústria de Mossoró tanto a de gesso quanto a de cimento, bem como destinava parte considerável de seus fluxos de produção para os maiores centros consumidores do país, notadamente na Região Sudeste, onde se encontrava a indústria da construção civil mais dinâmica do Brasil.

5.2.1 O novo arranjo do circuito produtivo da scheelita

Outra indústria extrativa norte-rio-grandense que também passou por processo de modernização foi a da scheelita que desde 1960 redireciona parte de seus fluxos produtivos para atender as demandas da indústria nacional. Conforme já apontado na primeira parte deste trabalho, a indústria da scheeliteira se formou em território nacional e, particularmente, no Rio Grande do Norte, a partir de eventos externos, sobretudo, aqueles relacionados a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, que elevaram, sobremaneira, as demandas das indústrias bélicas dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. Foi diante dessas circunstâncias que surgiu a primeira mineradora e beneficiadora no Rio Grande do Norte, localizada no município de Currais Novos, ainda em 1943. Desde a sua ativação, este circuito produtivo passou por momentos nos quais tivemos fortes picos de expansão das demandas intercalados por outros de baixa procura com quedas expressivas dos preços no mercado mundial⁹⁶.

Mesmo diante destes altos e baixos, o circuito da scheelita constitui-se como uma das atividades geoeconômicas que mais influenciaram na configuração territorial do estado, sobretudo, na Região do Seridó, que logo se converteu no principal espaço de produção de todo o circuito a nível nacional, tendo contado para tanto com investimentos de empresas nacionais e principalmente multinacionais que aportaram na região desde fins dos anos 1940.

⁹⁶ No início das exportação de scheelita ainda na década de 1940, os seus preços variavam entre 23 e 65 dólares. No entanto em 1957 em função de uma série de fatores, mas sobretudo dos trustes o preço do minério caiu a 12 dólares o que tornava praticamente inviável sua produção. A este respeito consulte Última Hora de 17 de Julho de 1957, p. 6. Consulte ainda: "Truste mata a industria da chelita e agrava situação social". In: 1º Caderno do Jornal de Brasil de 18 Maio de 1958.

Diferentemente de outros circuitos produtivos que entraram em um irreversível processo de decadência durante as décadas de 1960 e 1970, a indústria da schelita potiguar, apesar de toda esta instabilidade, típica de um espaço derivado, acrescentou novos conteúdos técnico-científicos e econômicos ao seu processo de produção, e, assim, conseguiu manter, praticamente, os mesmos níveis de produção durante os anos seguintes até sua completa derrocada já nos anos 1990.

Uma série de eventos contribuíram para essa situação geográfica que se constituía em torno do circuito da scheelita. Além das demandas do mercado mundial, que a despeito de suas oscilações continuavam altas, o processo de industrialização do país estabeleceu uma nova complementaridade produtiva com esse circuito. De acordo com Cunha (1988), o processo de industrialização da Região Centro-Sul aqueceu o consumo dessa matéria prima, principalmente, porque ela passava a compor diversos circuitos produtivos desde aqueles com aplicações mais simples como, por exemplo, a indústria metalúrgica, até a indústria automobilística que ao se expandir em território brasileiro aumentou as suas necessidades por uma série de insumos, dentre os quais, o tungstênio, extraído a partir da scheelita⁹⁷.

Em síntese, a expansão do processo industrial no Brasil do Centro-Sul, elevou o consumo doméstico de scheelita e estabeleceu novas relações de solidariedade com a periferia do capitalismo nacional. Assim, a indústria mineradora norte-rio-grandense, passava a ter um novo canal de cooperação para destinação de sua produção, de modo que não ficava mais somente preza às vicissitudes do mercado mundial, dominado por trustes e cartéis que controlavam não apenas os fluxos desse insumo, mas, sobretudo, os seus preços. Mas, é preciso pontuar que criação de um novo canal de exportações dentro do território nacional também estava eivada de contradições e conflitos. Aqui o conflito se estabelecia entre os agentes da burguesia do Centro-Sul e os empresários mineradores do Rio Grande do Norte, sendo os preços da matéria-prima a ser consumida no mercado nacional, a questão central da disputa. Enquanto os mineradores defendiam que estavam subsidiando a indústria do Centro-Sul, estes, por sua vez, apontavam para os elevados preços da matéria prima e exigiam do estado nacional o direito a importar scheelita de outros países com preços inferiores.

⁹⁷ Em discurso proferido na sessão de 17 de setembro de 1959, no Congresso Nacional, o deputado potiguar Djalma Maranhão, Membro da Frente Parlamentar Nacionalista, apontava as principais questões envolvendo a scheelita em território nacional, e destacava as indústrias que tinham a scheelita como insumo básico: Indústria metalúrgica, mecânica, química, óptica, automobilística, aeronáutica e a indústria bélica que talvez fosse uma das maiores consumidoras. In: O Seminário, Ano IV, Nº 179, 1959, p. 9.

Mesmo com a elevação das demandas por parte de indústria brasileira, a scheelita potiguar ainda ficava muito refém das determinações do mercado mundial e dos trustes que comandavam, sob vários aspectos, este circuito produtivo. Esta situação ganhou novos contornos a partir dos 1950, quando as grandes multinacionais do setor de mineração passaram a deterem espaços de extração e beneficiamento no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Norte, onde se encontrava a maior província mineral e a maior produção nacional, com mais de 90% de tudo o que era produzido⁹⁸.

No território potiguar as grandes multinacionais se estabeleceram na Região Seridó, então maior produção estadual, com o objetivo central de controlar esse circuito produtivo. Para tanto, buscaram adquirir as maiores minas do estado ou, em último caso, se associarem aos produtores potiguares na exploração e beneficiamento da scheelita. De acordo com Fernandes (2007), a primeira empresa a aportar no território potiguar foi a Anglo American que foi seguida pela Tungstênio do Brasil e pela Mineração Acauan Indústria e Comércio. Ainda na década de 1950 outra gigante do setor de mineração chegava a região, tratava-se da multinacional Sino-Americana Wah Chang Corporation, que se estabelece no estado em associação com a Mineração Tomaz Salustiano⁹⁹.

A atuação dessa multinacional merece destaque por que ela foi responsável por comandar um cartel de compra e venda de scheelita bruta no mercado mundial e, especialmente, no mercado norte-americano. As ações da Wah Chang Corporation se tornaram mais perversas para o território potiguar a partir de meados dos anos 1950, quando a empresa estabeleceu um canal de cooperação com o governo dos Estados Unidos e passou a controlar a venda de scheelita para o seu mercado, de modo que se, anteriormente, os produtores vendiam diretamente nos Estados Unidos sua matéria-prima, a partir de então essa transação somente poderia ser efetivada com a intermediação da Wah Chang, ou seja, esta multinacional passava a ter monopólio do

⁹⁸ Os dados do Anuário Estatístico Brasileiro do IBGE, revelam que em alguns anos, o Rio Grande do Norte era responsável pela totalidade da produção nacional.

⁹⁹ Em entrevista recente a Tribuna do Norte, um dos herdeiros da Mineração de Tomaz Salustino, Carlos Salustiano Dutra, revelou que o grupo Sino-Americano Wah Chang Corporation, tentou comprar, por varias vezes, as minas do grupo na região, sem nunca ter obtido êxito. Diz ele que "Um empresário chinês Wah Chang, dono nas minas da Califórnia, levou meu avô para os Estados Unidos e veio aqui três vezes para comprar a mineração, mas as propostas foram recusadas. Então Wah Chang firmou uma parceria com o grupo na mina Barra Verde e a explorou durante 10 anos". in: Tribuna do Norte de 27-05-2010.

maior mercado consumidor de scheelita¹⁰⁰. Destarte, os produtores potiguanes ficavam reféns dessa multinacional que sempre buscava rebaixar ao máximo os preços na "boca da mina", para auferirem maiores lucros no seu repasse aos Estados Unidos.

Além de realizarem pesquisas sistemáticas em novas jazidas, a maior parte das empresas de mineração que atuaram no Rio Grande do Norte, sejam nacionais ou multinacionais, também engendraram um processo de modernização de suas atividades com a incorporação de novas técnicas de exploração e beneficiamento a partir do uso de objetos técnico-científicos importados dos Estados Unidos e da Europa. Parte das inversões dessas empresas também receberam subsídios do sistema de ações da SUDENE¹⁰¹, como foi o caso, por exemplo, da Mineração Acauan Indústria e Comércio, que em 1970, inaugurou uma planta produtiva destinada a extração de scheelita concentrada na ordem de 74% WO₃ (trióxido de tungstênio)¹⁰². Outras empresas também modernizaram o seu processo de produção, como a Wah Chang Corporation, que após estabelecer parceria com um grupo potiguar, instalou um planta mecanizada para extração de scheelita com capacidade de produzir aproximadamente 4 mil quilos diários do minério¹⁰³.

No entanto, a modernização da indústria scheeliteira no Rio Grande do Norte, não logrou ir além dessa etapa inicial de extração e beneficiamento. Nem a integração do circuito produtivo na dinâmica do capitalismo nacional foi capaz de ensejar uma maior transformação industrial desse insumo. Como apontou um agente do setor, após mais de vinte anos de extração, a indústria potiguar continuava na sua condição de simples exportador de matéria-prima bruta para Estados Unidos e Europa¹⁰⁴. Mesmo com a intensificação do processo de industrialização e com o desenvolvimento da metalurgia do país, a scheelita produzida pelo Rio Grande do Norte continuava a ser exportada sem que ocorresse uma transformação mais intensa do produto, de modo que aproximadamente 80% do que era produzido seguia para exportação ainda em estado bruto.

¹⁰⁰ In: O Seminário, Ano IV, Nº 179, 1959, p. 9. Reportagem intitulada "A sheelita brasileira ameaçada pelo truste da Wah Chang". A dita reportagem se fundamente do discurso de Djalma Maranhão de 17 de setembro de 1959 no Congresso Nacional.

¹⁰¹ O investimento total desse empreendimento foi de 10 milhões de cruzeiros dos quais 3 milhões e 500 provenientes da SUDENE. In: Relatório de Atividade da SUDENE no Rio Grande do Norte de 1975.

¹⁰² In: Diário de Pernambuco 1º Caderno, 11/12/1970, p. 6

¹⁰³ In: 1º Caderno do Jornal de Brasil de 18 Maio de 1958.

¹⁰⁴ Em entrevista ao Diário de Pernambuco de 06/12/1968, p. 5, Mario Moacir Porto, então o diretor da maior mineradora potiguar, a Mineração Tomaz Salustiano, apontava para a urgência de "uma transformação da scheelita que nos livre da simples condição de exportador de matéria-prima".

No âmbito de uma divisão internacional do trabalho controlada por cartéis e trustes, não era de se imaginar que as empresas multinacionais que atuavam no Rio Grande do Norte tivessem como objetivo instituírem uma industrialização da matéria-prima em território nacional, ainda mais por que a Wah Chang Corporation, detinha o controle de três usinas de industrialização da scheelita, duas nos Estados Unidos e outra em Madrid¹⁰⁵. Para essas empresas multinacionais era preciso garantir a compra do minério ainda em estado bruto, pois somente assim poderiam controlar efetivamente os seus preços¹⁰⁶. Nesse sentido, as colocações de Silva (1987, p. 47), são esclarecedoras, tendo em vista o autor afirmar que as ações dessas empresas se destinavam claramente para "a exportação de minério bruto, a despeito da crescente industrialização do país, que já o posiciona em marcha acelerada para a condição de desenvolvido".

Durante as décadas seguintes o circuito da scheelita mantém suas atividades mesmo experimentando momentos de súbita elevação dos preços com outros de abrupta instabilidade com reduções drástica da demanda. Assim, se em meados dos anos 1960 a produção potiguar despenca em função das ações da Wha Chang, que decidiu não mais produzir no Rio Grande do Norte alegando esgotamento de sua mina; por sua vez, já no início dos anos 1970 a produção volta a subir em função da aceleração da economia brasileira que eleva o consumo do minério e do aumento da demanda no mercado mundial que também puxa pra cima a procura por scheelita.

Podemos inquirir que essa instabilidade, que adentra os anos 1980 com maior intensidade, é marca principal do circuito produtivo da scheelita no Rio Grande do Norte. Aliás, é um traço constitutivo de todo e qualquer circuito produtivo que fique atrelado a uma divisão internacional do trabalho dominada por trustes e cartéis. Mesmo experimentando uma integração produtiva à dinâmica da economia nacional o circuito seguiu na sua rota de altos e baixos até sua falência já no período dominado pela psicoesfera neoliberal do livre comércio mundial.

¹⁰⁵ In: O Seminário, Ano IV, N° 179, 1959, p. 9.

¹⁰⁶ Além disso, podemos destacar as ações do truste no controle dos preços da scheelita no mercado mundial. Segundo o estudo apresentado pelo deputado Djalma Maranhão, a estratégia da empresa é a mesma, pois "depois de uma alta intempestiva do produto, faz cair o seu preço de maneira vertiginosa". In: O Seminário, Ano IV, N° 179, 1959, p. 9.

5.2.2 Novas demandas e modernização do circuito salineiro

O circuito de produção do sal foi outro a torna-se alvo prioritário do processo de modernização levado adiante pelo acontecer hierárquico estatal e pelas forças do capital monopolista. Atuando com esses propósitos desde princípios da década de 1960 realizaram a mais profunda reestruturação de uma atividade produtiva no Rio Grande do Norte. A partir de suas ações a indústria salineira experimentou um fantástico processo de acréscimo de capital fixo ao território e de concentração de capitais até então inéditos na dinâmica econômica do Rio Grande do Norte.

Posto em movimento por empresas nacionais e multinacionais que já começavam a deter o controle do circuito salineiro, conforme anteriormente evidenciado, essa modernização foi responsável por reestruturar, em definitivo, praticamente todas as etapas do processo de produção que tinham seu lugar no Rio Grande do Norte. Modernizar esse circuito produtivo tornara-se uma necessidade premente para o Estado Nacional e para o processo de industrialização que avançava de forma intensa no Centro-Sul do país, ainda mais por que um dos segmentos produtivos que registrava elevadas taxas de crescimento, era a indústria química, que tinha como um dos seus insumos básicos o sal.

Em princípios da década de 1960 a indústria química já contava com mais de 3 mil e 500 estabelecimentos que necessitavam desse insumo para seu processo de produção (BRASIL, 1960). Além da indústria química vários outros segmentos industriais tinham o sal como insumo essencial em seu processo produtivo, tais como: a indústria de salgas e alimentação, a indústria de conservação, os frigoríficos, a indústria de fabricação de borracha sintética, a indústria farmacêutica e a indústria de produção de gelo (Gráfico 21). Todos esses segmentos também vinham experimentando, mesmo que em menores proporções, um crescimento de suas demandas por este insumo, conforme podemos perceber no gráfico seguinte.

Gráfico 21: Consumo de sal do Brasil por setores (1970-1984).

Fonte: Elabora a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE (BRASIL, 1970-1984).

Observação: O item outros setores diz respeito às indústrias de conservação, os frigoríficos, a indústria de fabricação de borracha sintética, a indústria farmacêutica e a indústria de produção de gelo.

Assim, o crescimento da produção norte-rio-grandense a partir 1960 se relaciona diretamente ao aumento da demanda por parte da indústria nacional, em especial a indústria química. À essa altura a produção do Rio Grande do Norte oscilava entre 50% e 70% da totalidade do sal produzido pelo país. O aumento ainda mais intenso da capacidade produtiva esbarrava nas condições de produção do circuito, pois ainda predominavam o uso de técnicas "rudimentares" pertencente a outro momento da divisão territorial do trabalho, como, por exemplo, o sistema de colheita e transporte que ainda eram realizados manualmente e sob condições de trabalho extremamente degradantes para os operários.

De acordo com a racionalidade econômica e de organização do território imposta pelo Estado, essas condições de produção eram incompatíveis com as necessidades da indústria nacional, principalmente, em função dos custos elevados que o sal brasileiro apresentava em relação a outros países. Desse modo, a modernização do circuito salineiro tornara-se uma questão central para o Governo Federal, principalmente, por que agentes ligados à indústria química do Centro-Sul reclamavam do alto custo do

insumo nacional, apontando que se possível o importariam dos Estados Unidos, da Alemanha, Holanda ou da Itália, pois, ainda assim, seria mais vantajoso¹⁰⁷.

O estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho em nível nacional, exigia a modernização de circuitos pretéritos para que os mesmos se adequassem ao novo momento da geografia econômica brasileira. Foi sob tais circunstâncias que a partir de meados da década de 1960 o Estado passou a estimular a mecanização do circuito salineiro em várias de suas etapas, concedendo, para tanto, os incentivos fiscais do sistema 34/18 - FINOR da SUDENE, além de incentivos de outros órgãos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). No Rio Grande do Norte até o início dos anos 1970, os principais e maiores grupos ligados à produção salineira já haviam sido beneficiados com esses incentivos e já levavam a diante a reestruturação de suas atividades.

A partir de então o que se presenciou foi uma ampla modernização que perpassou todas as etapas do processo produtivo, indo desde a colheita do produto até o seu embarque final para os principais centros consumidores do país. Uma das primeiras mudanças se deu no transporte do sal para a área portuária, com a substituição das antigas chatas a vela por alvarengas a motor; o processo de modernização ainda compreendia uma ampla mecanização da colheita que passou a ser realizada por máquinas colheitadeiras e não mais pela mão humana; além disso, foram introduzidas esteiras moveis e empilhadeiras que também racionalizaram ao máximo o trabalho braçal humano.

A racionalização e modernização do circuito salineiro também envolvia a circulação da produção, isto é, o seu escoamento a partir dos portos de Macau e Areia Branca para os principais centro consumidores do país. A modernização dessa fase do processo produtivo significava uma diminuição dos custos de produção na ordem de 30% no valor final do produto, isto por que o preço do frete era um dos principais

¹⁰⁷ Foram inúmeras as pressões dos agentes da indústria química para que o governo liberasse a importação de sal. Numa dessas ocasiões "o então Ministro do Comércio e Indústria, Paulo Egídio, sob a alegação de que não havia sal suficiente no Rio Grande do Norte para abastecer a indústria química nacional, tentou através do congresso a liberação para importação. Todo o estado se levantou. Senadores e deputados tentaram convencer seus pares de que a medida seria nociva, pois havia bastante sal estocado para abastecer as necessidades do mercado. O ministro perdeu a questão mas não desanimou. Quando tudo parecia resolvido o Sr Paulo Egídio voltou a carga: Conseguiu do Marechal Castelo Branco, já no fim do governo, um decreto lei que permitia a importação do sal. E o sal brasileiro sobrou nas salinas". In: Jornal do Brasil, 1º Caderno, de 9/06/1968, página 37. O referido decreto foi revogado logo depois em virtude da pressão política feita pelos parlamentares do Rio Grande do Norte, que alegavam grande prejuízo ao produto nacional.

oneradores do sal potiguar¹⁰⁸. Buscando equacionar essa questão, um grupo de empresas do Rio Grande do Norte (S.A Mercantil Tertuliano Fernandes e Henrique Lage Comércio e Indústria S.A) se associam à Cia. de Navegação Santos (NASA), com intuito de reduzirem o preço do sal nas praças do Centro-Sul. O escoamento do produto passava, então, a ser realizado pela Cia. NASA que operava com alguns dos maiores e modernos graneleiros do Brasil, que detinham um sistema completamente automatizado para suas operações, desde o carregamento e a estocagem até descarregamento do produto.

O evento mais importante para a racionalização dos usos do território potiguar por parte do circuito salineiro viria mesmo com a construção do terminal salineiro de Areia Branca¹⁰⁹. Desde meados dos anos 1960 que a produção desse sistema técnico era pensada para o Rio Grande do Norte, de modo que em 1968, a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), concedia recursos para que a Terminal Salineiro de Areia Branca S/A (TERSAL) realizasse um estudo de engenharia para o projeto de construção de um porto localizado em Areia Branca¹¹⁰. Já em 1970 era constituída uma empresa de economia mista denominada Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S.A (TERMISA)¹¹¹, que tinha como objetivos administrar o porto e efetuar o escoamento do sal até o terminal a ser construído.

A modernização do escoamento com a construção de todo o sistema que compreendia do terminal salineiro foi orçada em mais de 26 milhões NCr\$¹¹² devidamente financiados pelo BNDE. Tendo sido concluído em 1974 quando também entrou em operação, o terminal salineiro era um grande sistema técnico que compreendia uma ilha artificial, com uma área de 15.000 m², localizada a aproximadamente 16 Km da costa potiguar e com capacidade de estocar mais 100 mil toneladas de sal, um sistema automático destinado a empilhar que operava até 500

¹⁰⁸ Os custo de transporte do sal potiguar aos centros consumidores nacionais se distribuíam da seguinte forma: O frete de uma tonelada do produto das salinas para o porto era de NCr\$ 14,00 e do porto para as praças consumidoras do Rio de Janeiro e São Paulo, era de mais NCr\$ 35,00, totalizando NCr\$ 49,00. A mesma tonelada de sal podia ser entregue pelos alemães a custos de apenas NCr\$ 18,00. In: Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 9/6/1968, p. 37.

¹⁰⁹ Inicialmente a meta era a construção de dois terminais salineiros, um em Areia Branca e outro em Macau. No entanto, em 1969 o Governo Federal re-equacionou os projetos e desistiu do plano inicial ficando apenas o projeto do porto de Areia Branca. In: Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 17/12/1969, p. 10.

¹¹⁰ In: Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 1/11/1968, p. 17.

¹¹¹ A empresa foi instituída pelo Decreto nº 66.154, de 3 de fevereiro de 1970.

¹¹² Não foi possível precisar o valor exato do Porto Ilha, pois mesmo apresentando certa proximidade entre si, cada fonte pesquisada apontava um valor diferente. O valor apresentado no referido texto é o que se encontra em várias reportagens do Jornal do Brasil que, por sua vez, se fundamentava em documentos do BNDE.

toneladas por hora e uma esteira transportadora para o escoamento da produção. Além de suas funções essenciais de armazenar e escoar o sal produzido na costa, o terminal salineiro, por sua localização em alto mar, também possibilitou que grandes embarcações realizassem a distribuição do produto para as principais praças do mercado nacional e também mundial, o que representava mais uma redução de custos desse insumo para a indústria nacional.

A produção desse grande sistema técnico foi responsável por reestruturar completamente a indústria salineira não apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o território nacional, uma vez que com ele o estado assumia de vez a hegemonia nacional, dado que além de deter as maiores reservas e as melhores condições de produção, passava a operar com o sistema mais moderno em todas as suas etapas do processo produtivo. Corroboram nesse sentido não apenas o crescimento da produção, mas a participação do estado no total produzido pelo país que, em meados dos anos 1980, já girava em torno de 85 a 90% da totalidade da produção nacional. O Rio Grande do Norte havia desbancado os outros estados não apenas pelo volume maior de suas reservas e por suas condições naturais, mas por que havia racionalizado ao máximo o circuito produtivo em várias de suas etapas que se processavam no estado (Gráfico 20).

Gráfico 22: Produção de sal no Brasil em 1984.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1985)

Com isso, a indústria salineira potiguar estava pronta para atender as necessidades e demandas da nova divisão territorial do trabalho da formação socioespacial brasileira, especialmente, aquelas vindas da indústria química nacional, e o estado do Rio Grande do Norte se integrava, ainda mais, à dinâmica do capitalismo brasileiro, uma vez que com essa modernização não se intensificaram apenas os fluxos de mercadorias e insumos, mas também os de capitais nacionais ou internacionais que estavam sediados no Centro-Sul e se deslocaram para o Rio Grande do Norte.

5.2.3 A nova geografia do petróleo e a emergência de um novo circuito produtivo no território potiguar

O processo de reestruturação territorial que se processava no Rio Grande do Norte desde o final dos anos 1960, ganhou novos conteúdos a partir da expansão do circuito do petróleo, dado o impulso que esta atividade proporcionou para a dinâmica dos usos do território potiguar. A expansão desse circuito produtivo, não apenas no Rio Grande do Norte, mas em vários estados da formação socioespacial brasileira, teve estreita relação com eventos e determinações de múltiplas escalas, como a crise do petróleo de 1973, os projetos de expansão da economia brasileira dos anos 1970 e com os progressos científicos que permitiram um maior conhecimento do território nacional, a partir da sofisticação das técnicas de prospecção e de exploração do petróleo¹¹³.

A geopolítica que se instala na economia mundo a partir do primeiro choque do petróleo em 1973 contribuiu, decisivamente, para a expansão do circuito petrolífero no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Norte, haja visto terem intensificado as investigações sobre a existência dessa matéria prima. Isto não significa que as pesquisas, oficiais ou não, acerca da existência de petróleo no Rio Grande do Norte tenham se iniciado apenas nesse momento. Desde meados do século XIX se efetuavam estudos geológicos que apontavam para a existência de "substância betuminosa" no território potiguar. Já no transcorrer da primeira metade do século XX, vários pesquisadores apontam no mesmo sentido e nos anos 1950 o Conselho Nacional do

¹¹³ Nesse sentido, Ortiz Neto e Dalla Costa (2007, p. 97), destacam que, "A indústria do petróleo, conjuntamente com a indústria química, serão as pioneiras a utilizar a ciência, através de programas de P&D, como instrumento de crescimento econômico".

Petróleo e a Petrobras aprofundam suas pesquisas científicas até que em 1956 perfurasse o primeiro poço no Rio Grande do Norte sem, no entanto, acontecer exploração comercial do mesmo (RODRIGUES NETO, 2007)¹¹⁴.

Contudo, há claras evidências de que a aceleração desse processo teve relação com eventos geopolíticos, principalmente, porque as turbulências que afetaram o circuito petrolífero em nível mundial e que possibilitaram a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973, proporcionaram uma vertiginosa elevação dos preços dessa matéria-prima. Se, em meados dos anos 1960, o preço do barril era negociado, por aproximadamente 1,30 US\$; em 1973, o seu valor se elevou a 3 US\$ e, em 1974, atingiu a marca de 10 US\$¹¹⁵; numa escalada que não dava sinais de arrefecimento. Na mesma proporção em que subiam os preços do petróleo também se elevavam os gastos do estado nacional que continuava importar aproximadamente 80% do petróleo usado em território nacional¹¹⁶. Em sua análise do momento em questão Wallerstein (2002)¹¹⁷, afirma que as consequências do choque do petróleo foram mais intensas para as formações socioespaciais periféricas que aumentaram substancialmente os seus gastos para manter as importações do petróleo e, assim, garantir a expansão econômica.

A elevação súbita dos preços de uma das principais fontes energéticas da economia brasileira se apresentava como uma questão central não apenas pelo déficit que se criava para o estado nacional, mas também por que poderia por em cheque a

¹¹⁴ Ver a tese de doutorado de João Rodrigues Neto, intitulada "A expectativa do petróleo: Aspectos históricos do Rio Grande do Norte" (2007), sobretudo, o capítulo três que trata da história do petróleo no Rio Grande do Norte. O autor aponta que "apesar dos estudos geofísicos realizados pelo Conselho Nacional de Petróleo e pela Petrobrás, no período de 1951 a 1955, somente em 1956 foi perfurado o primeiro poço, localizado em Gangorra no município de Grossos (RN). O poço pioneiro 2-G-1-RN, foi considerado como de formação arenítica com fraca impregnação de óleo(...), na sequência ainda foi perfurado um segundo poço, 2-M-1-RN em Macau; ambos os poços, de acordo com o autor, "mostraram indícios de hidrocarbonetos, sem, contudo, localizar intervalos de interesse comercial" (RODRIGUES NETO, 2007, 143). Ver ainda o trabalho de Aristotelina Pereira Barreto Rocha, intitulado "A atividade petrolífera e a dinâmica territorial no Rio Grande do Norte: uma análise dos municípios de Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró" (2013), sobretudo, o item 3.4, quando debate o histórico da Petrobras e do petróleo no estado.

¹¹⁵ In: Cadernos de economia do Jornal do Brasil para vários anos entre 1972-1980.

¹¹⁶ Durante a década de 1970 o Brasil importava mais de 80% do petróleo processado. Entre 1975 e 1977, de acordo com dados do Anuário Estatístico (BRASIL, 1978, p. 502), essa ordem foi de 83% de importado e 17% de nacional, já em 1980 (BRASIL, 1988, p. 411), mesmo após várias descobertas a ordem era a mesma com o país importando 86% do petróleo processado.

¹¹⁷ O autor ainda aponta que em mercado oligopolista, como o do circuito do petróleo, "qualquer ação de um ator produtor no mercado é suficiente para modificar as condições de equilíbrio desse mesmo mercado, alterando as quantidades ou preços do produto negociado" (WALLERSTEIN, 2004, p. 95).

continuidade do projeto autoritário de desenvolvimento econômico e de expansão do capitalismo por todo o território nacional.

Esta situação geográfica que então se configurava acabou influenciando no delineamento da política econômica brasileira como evidencia a criação de um novo sistema normativo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento em 1975 (II PND), que, dentre outras questões, objetivava, "reduzir a dependência em relação a fontes externas de energia" (BRASIL, 1975, p. 63), diga-se, principalmente, o petróleo. Para tanto, fora preciso investir não somente na procura por fontes alternativas de energia (como a produção de álcool, por exemplo), mas na elevação da oferta interna de petróleo por meio de um amplo programa de pesquisa e de conhecimento técnico-científico do território nacional.

Se, por um lado, o fortalecimento do circuito petrolífero significava diminuir a dependência externa dessa fonte energética, por outro, a sua expansão se relacionava diretamente com a aceleração da economia brasileira e com o processo de integração dos espaços periféricos à dinâmica do capitalismo nacional. A criação de complementaridades territoriais se constituía numa meta do capitalismo brasileiro desde o estabelecimento das políticas da SUDENE nos anos 1960 e dos planos de desenvolvimento econômico da década de 1970 (I e II PNDs). A ativação do circuito do petróleo fazia parte, portanto, da dinâmica da nova divisão territorial do trabalho do Brasil que visava estabelecer solidariedades entre as diversas regiões do território nacional, com a periferia recebendo estímulos para a produção de matérias primas e insumos para o atendimento da Região Centro-Sul, motor do capitalismo nacional (BRANDÃO, 2007).

A concretização desses planos macro-econômicos de uso do território nacional repercutiu intensamente no Rio Grande do Norte que viu aumentar, expressivamente, as pesquisas para o conhecimento de seus recursos energéticos. A Petrobras, que prospectava desde os anos 1950, aprofundou durante a década de 1970 o seu conhecimento científico sobre o território potiguar a partir do uso de novos instrumentos técnicos que permitiam uma análise mais pormenorizada das reservas existentes¹¹⁸. Usando as considerações de Silveira (2000), argumentamos que na medida

¹¹⁸ De acordo com Rodrigues Neto (2007, p. 144-145), a Petrobras aprofundou sistematicamente as suas pesquisas sobre as reservas de petróleo no Rio Grande do Norte e no período de 1967 a 1980, o autor aponta que a empresa "adotou medidas para a realização da perfilagem elétrica do poço perfurado, como também, a perfuração de um poço adicional utilizando melhores técnicas e uma sonda apropriada. Além dessas medidas, a Petrobras intensificou as pesquisas na Bacia Potiguar (em virtude do petróleo extraído

em que as técnicas evoluem é possível não somente conhecer o território, mas também mensurar os seus recursos naturais.

Foi a partir desse conhecimento técnico-científico que, em 1973, se anunciava a descoberta do Campo de Ubarana, considerado o primeiro campo explorável economicamente do Rio Grande do Norte. A partir desse evento, como destacam Rodrigues Neto (2007) e Rocha (2013), as pesquisas de prospecção se intensificam com a Petrobras aumentando o número de poços perfurados, principalmente, ao longo da costa setentrional, onde se localizaram as principais descobertas (Agulha, Pescada e Aratum) no transcorrer dos anos 1970 e no início da década de 1980.

Ainda na década de 1970 ocorreriam as descobertas dos primeiros poços de produção terrestre. De acordo com Rocha (2013), o marco dessa nova fase da exploração petrolífera potiguar foi a confirmação da existência de petróleo num poço localizado no Hotel Termas, em 1979. Esse evento funcionou como acelerador da exploração terrestre e, conforme a Petrobras avançava com as pesquisas e prospecções, a região petrolífera no território potiguar ia se ampliando com a inclusão de novos municípios que passavam a fazer parte deste circuito de produção. Como aponta Rodrigues Neto (2007, p. 147), a partir da segunda metade dos anos 1970, foram anunciadas descobertas "em diversos municípios potiguares como: Areia Branca; Alto do Rodrigues; Ipanguassu; Apodi; Governador Dix-sept Rosado, Caraúbas; Upanema; Açú; Carnaubais; Porto do Mangue; Serra do Mel; Macau; Felipe Guerra; Upanema e Guamaré". Parafraseando Santos (1996), podemos dizer que as possibilidades oferecidas pelo território iam se concretizando com as descobertas de novos campos petrolíferos e com os usos que os agentes sociais passavam a fazer desses recursos.

O balanço que se fazia das reservas cartografadas no Rio Grande do Norte, ainda na década de 1970, reorganizava o mapa nacional da produção de petróleo, pois colocava o estado como detentor de uma das maiores reservas do país. Além disso, revelava o sucesso dos sistemas técnicos de prospecção e de produção que uma vez implantados no território elevariam, substancialmente, a produtividade espacial no Rio Grande do Norte.

não ter sido provado sua viabilidade econômica), através de trabalhos, realizados no período de 1966 a 1977, de aeromagnéticos, gravimétricos e sísmicos na plataforma continental, principalmente, na fronteira com o Estado do Ceará; além disso, o autor aponta que em 1980 a empresa passou a usar "a tecnologia da sísmica tridimensional" nas suas pesquisas.

O início da exploração comercial dessas reservas deu-se em 1976¹¹⁹. Ainda nesse ano efetuou-se o primeiro registro da produção, quando o estado produziu mais de 70 milhões de m³. A partir desse momento o Rio Grande do Norte elevou, paulatinamente, a sua produção e em fins da década de 1970 já figurava entre os maiores produtores nacionais ao lado de Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro. Nos dois anos seguintes a produção mais que triplicou e o estado alcançou a marca de superior a 260 milhões de m³; já em 1979, em função de ter entrando em operação novos poços, a produção potiguar registrou novo avanço e ultrapassou os 585 milhões de m³.

Durante os anos seguintes a Petrobras intensifica as investigações sobre as reservas do Rio Grande do Norte. O motivo era simples, o estado nacional necessitava atenuar a grande dependência externa, principalmente, por que em 1979, ocorrera um novo choque do Petróleo, com o preço do barril atingindo a marca dos 40 US\$¹²⁰ no mercado mundial. Assim, ritmados por esses eventos geopolíticos e guiados pelo acontecer hierárquico estatal e pelas demandas da economia brasileira, a Petrobras seguia prospectando e realizando várias descobertas de campos terrestres na Região de Mossoró.

A mais importante dessas descobertas efetuou-se em 1985, quando a Petrobras anunciou o campo Canto do Amaro localizado entre os municípios de Mossoró e Areia Branca. Essa descoberta elevou a produtividade espacial do circuito no estado, isto por que o Canto do Amaro tornara-se, de imediato, o maior campo terrestre de produção de petróleo do Brasil, contribuindo, inclusive, para elevação da produção nacional que, em 1988, atingiu os 615.979 mil barris por dia, com o Rio Grande do Norte sendo responsável por aproximadamente 10% do volume total produzido, atrás apenas do Rio de Janeiro que produzia 59.96% e da Bahia com 14.11%¹²¹.

Nos anos seguintes o Rio Grande do Norte que já produzia mais de 2,5 milhões de m³, passou a operar em um novo patamar e, em 1990, torna-se o segundo maior produtor nacional de petróleo, com uma produção de mais 4,2 milhões de m³, que permitiu ao estado ultrapassar a Bahia e ficar somente atrás do Rio de Janeiro. Conforme revela o gráfico a seguir a produção potiguar, desde o seu início em 1976, operou numa constante elevação, sobretudo, nos anos 1980 quando expandiu sua produção a uma taxa média anual superior a 18% (Gráfico 23).

¹¹⁹ Informação contida no site da PETROBRAS. In: www.petrobras.br.

¹²⁰ In: Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1988).

¹²¹ In: Jornal do Comércio de 10/03/1988, Caderno de Economia, p. 6.

Gráfico 23: Produção de petróleo do Rio Grande do Norte (1976-1990).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1976-1990)

Ao mesmo tempo em que crescia a produção do petróleo também ocorria uma elevação da produção de gás natural. Isto por que petróleo e gás constituem, na realidade, uma produção consorciada (ARAÚJO, 2009). Assim, a produção de gás no Rio Grande do Norte também experimenta uma grande expansão a partir desse momento, atingindo a marca de mais de 2 milhões de m³ 1987, conforme podemos depreender pelo gráfico 24.

Gráfico 24: Produção de gás natural do Rio Grande do Norte (1976-1990).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro do IBGE (BRASIL, 1976-1990).

Na medida em que avançavam as descobertas e que se elevava a produção potiguar, emergia uma nova configuração territorial do circuito petróleo e gás no Brasil que colocava o Rio Grande do Norte em posição de destaque e o habilitava a receber toda uma rede de atividades produtivas que envolvia, prospecção, exploração, perfuração, produção e circulação. Tinha-se início no Rio Grande do Norte a produção de toda a infra-estrutura necessária ao funcionamento do circuito do petróleo e gás, tais como, plataformas marítimas, campos e poços de produção em terra, oleodutos, gasodutos, estações de tratamento, em suma, um amplo e complexo conjunto de sistemas técnicos integrados (SANTOS, 1994b), que se sobrepunham ao território e o dotava de novos conteúdos.

Assim, como parte da infra-estrutura requerida pelo circuito do petróleo e gás, durante os anos 1980 dois grandes sistemas de engenharia destinados à produção energética começam a ser instalados no território potiguar. O primeiro deles, implantado em várias etapas, foi o Pólo Industrial de Guamaré, que, inicialmente, contou com a Estação de Compressores de Ubarana (ECUB) e a Unidade de Tratamento e Processamento de Gás Natural. Ainda em 1986 entra em funcionamento o Gasoduto Nordestão, que tendo origem no município de Guamaré, distribui gás natural processado em pontos no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco¹²².

A partir desse momento o Rio Grande do Norte se tornava área de destino de múltiplos circuitos produtivos, pois a montagem e a manutenção de toda essa estrutura exigia uma ampla cooperação que envolvia diversas divisões territoriais do trabalho. Assim, o fornecimento não apenas de tecnologia, mas de uma gama extremamente variada de máquinas e equipamentos indispensáveis ao funcionamento da indústria do petróleo, inseria o estado numa rede de solidariedades geográficas com relações que vão desde a Região Centro-Sul do Brasil, até os espaços produtivos estabelecidos no topo da rede mundial da indústria de bens de produção para o segmento de petróleo, especialmente, os Estados Unidos e a Europa, que figuram entre os principais fornecedores para o Brasil.

A geoeconomia gerada pelo circuito petrolífero também possibilitou o estabelecimento de solidariedades produtivas mais contíguas no espaço regional, isto é, no âmbito da própria região produtora com destaque para a cidade de Mossoró que logo desponta como grande pólo petrolífero do estado. Nesse sentido, Dutra (2010), diz que a

¹²² In: O papel do petróleo no (des)envolvimento dos municípios do semi-árido potiguar (JESIEL, 2007).

expansão do circuito petrolífero na região de Mossoró engendrou um consumo produtivo, cuja principal expressão foi a difusão de um variado número de empresas, como as prestadoras de serviços de manutenção ligadas às grandes empresas nacionais ou multinacionais e às fornecedoras de peças e materiais de consumo, além de um número diverso de atividades relacionadas ao comércio e ao setor de serviços.

Além disso, é preciso destacar que a intensa expansão do circuito petrolífero na porção setentrional do Rio Grande do Norte e na região de influência de Mossoró, passou paulatinamente a configurar uma área de especialização produtiva que, em última instância, é produto de uma nova divisão territorial do trabalho que redesenhou a geografia da produção de vários subespaços da formação socioespacial brasileira.

Como podemos depreender a partir dessas aferições, o circuito de petróleo e gás desde a sua constituição, em meados dos anos 1970, ao mesmo tempo que colocou o estado do Rio Grande do Norte em posição de destaque na hierarquia produtiva desse circuito espacial ao lado de Rio de Janeiro e Bahia, ampliou, consideravelmente, a sua inserção na dinâmica do capitalismo nacional, seja como fornecedor de gás e petróleo para indústrias e refinarias de todo país ou ainda como receptor de investimentos do produtivos do Centro-Sul.

Não obstante, a dinâmica econômica engendrada pelo avanço do circuito de petróleo e gás criou uma nova estrutura industrial no Rio Grande do Norte e isto não apenas pela magnitude e complexidade industrial apresentada pelo circuito, mas também pela ampla rede de complementaridade que ia se criando na medida em que se aprofunda a divisão territorial do trabalho em torno dessa atividade.

Em síntese, podemos mesmo dizer que este circuito produtivo contribuiu decisivamente para a consolidação da nova feição territorial do Rio Grande do Norte. Isto por que, se do ponto de vista de sua produção material consagrou uma indústria moderna surgida no bojo da consolidação do capitalismo brasileiro, no que concerne a sua vida de relações fortaleceu a integração territorial do estado à dinâmica da economia nacional.

5.3 A reorganização e modernização do circuito canavieiro a partir do sistema normativo PROÁLCOOL

Os eventos geopolíticos que influenciaram na expansão do circuito petrolífero no Brasil e, em especial no Rio Grande do Norte, também foram fundamentais para a nova ordem espacial vivenciada pelo circuito produtivo canavieiro em território nacional a partir da segunda metade dos anos 1970. Como muito bem já apontava o II PND (1975-1979), a resolução da dependência externa do petróleo passava pela elevação das reservas internas desse insumo e pela busca de fontes alternativas de energia, dentre as quais o álcool combustível obtido a partir da cana de açúcar.

Para viabilizar a produção de álcool combustível o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Com essa norma estava constituído um poderoso círculo de cooperação que seria responsável por uma grande reestruturação do circuito espacial canavieiro, uma vez que além de impulsionar a agroindústria canavieira, tornou o álcool anidro o seu produto mais importante a frente do açúcar (LOCATEL, AZEVEDO, 2008).

Segundo Andrade (1981), o PROÁLCOOL possibilitou a modernização e ampliação das usinas já existentes, assim como favoreceu a expansão das destilarias, principalmente, a partir de 1979, quando o programa se ampliou consideravelmente. Além do adensamento técnico-científico, o PROÁLCOOL significava uma diversificação produtiva para o circuito canavieiro que não mais ficava dependente da produção açucareira, sempre marcada por constantes crises econômicas, principalmente no que concernia aos seus preços no mercado mundial.

No entanto, é preciso atentar que o círculo de cooperação estabelecido pelo PROÁLCOOL apresentava solidariedades organizacionais que iam além da agroindústria canavieira. Na realidade, o programa também significou a manutenção da expansão da economia nacional e, sobretudo, de alguns segmentos industriais sediados no Centro-Sul. Com efeito, se, por uma lado, o PROÁLCOOL atendia as demandas da indústria de bens de capitais de máquinas e equipamentos agrícolas que ansiavam manter a expansão registrada na década anterior; por outro lado, significava garantir a continuidade da expansão da indústria automobilística graças a um combustível

alternativo que diminuía a sua dependência em relação ao petróleo, tanto a partir da mistura álcool-gasolina quanto por meio da projeção de um automóvel totalmente movido a álcool (BELIK, 1992).

Ao Estado Nacional, além da coordenação e condução do programa a partir da Comissão Nacional do Álcool com representantes de vários ministérios, cabia garantir linhas de financiamento, a juros baixíssimos¹²³, a produtores e usineiros de todo o país. As novas linhas de créditos foram concedidas tanto para a produção da infra-estrutura necessária à modernização e ampliação das usinas e para a construção de novas destilarias, quanto para a constituição da lavoura de cana de açúcar (SZMRECSÁNYI, 1991). Em síntese, o Estado subsidiava praticamente todas as etapas do circuito produtivo desde a produção canavieira até a produção final do álcool combustível.

Mesmo apresentando grande concentração espacial no Centro-Sul, sobretudo, em São Paulo que amplia ainda mais sua posição na hierarquia da indústria canavieira nacional (SZMRECSÁNYI, 1991), o PROÁLCOOL repercutiu nos usos do território de vários estados da formação socioespacial brasileira. Na Região Nordeste, Pernambuco e Alagoas, foram os estados que mais se beneficiaram dos círculos de cooperação estabelecidos pelo programa, uma vez que modernizaram e ampliaram, consideravelmente, a capacidade produtiva das usinas e destilarias.

Apesar do Rio Grande do Norte não estar no topo da hierarquia desse circuito, não podemos desprezar as mudanças que ocorrem a partir da implantação do PROÁLCOOL, tanto do ponto de vista dos fluxos de capitais que adentram o estado, quanto das solidariedades que se estabelecem com o Centro-Sul, principal fornecedor de equipamentos, máquinas e insumos que passavam a constituir o novo consumo produtivo do circuito canavieiro. É bem verdade que em fins dos anos 1960, a indústria canavieira potiguar, por meio da Refinaria Estrela S/A, localizada em Baía Formosa, já havia se beneficiado dos incentivos fiscais do sistema de ações da SUDENE, para promover a modernização e ampliação de suas atividades¹²⁴. Daí a expansão do circuito canavieiro já no início dos anos 1970, quando se registrou a elevação da produção de açúcar. O estado saiu de uma produção de 24 mil toneladas de açúcar para,

¹²³ As condições para a concessão desses financiamentos, parcialmente custeados por empréstimos externos (inclusive do Banco Mundial), eram extremamente favoráveis para os que quisessem valer-se deles, com taxas subsidiadas de juros e de correção monetária, cujos níveis eram muito inferiores aos da inflação da época e, principalmente, dos anos posteriores (SZMRECSÁNYI, 1991, p. 71).

¹²⁴ No final de 1968 a SUDENE aprovou um financiamento a referida empresa no valor 3.140,000 Cr\$. In: Relatório de atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte (1975).

aproximadamente, 38 mil toneladas em 1974, num crescimento produtivo de mais de 50% num intervalo de 4 anos¹²⁵.

Todavia a expansão mais intensa do circuito no Rio Grande do Norte viria mesmo com o novo programa estatal. Quando do lançamento do PROÁLCOOL o estado tinha duas grandes usinas e uma centena de engenhos que juntos produziam açúcar, aguardente e rapadura destinados ao abastecimento do estado, sendo o restante exportado para outras unidades da federação. Entre os anos de 1975 e 1979, correspondente à primeira fase do PROÁLCOOL, as novas demandas do Estado Nacional contribuíram não apenas para a modernização do circuito no Rio Grande do Norte, mas para a expansão de suas atividades tanto no que concernia a produção de álcool quanto de açúcar.

Em 1975 o Rio Grande do Norte detinha uma baixíssima capacidade de produção de álcool instalada¹²⁶, entretanto, até o final da década o estado aprovaria quatro projetos para a expansão do circuito junto à Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), que começariam a mudar a dinâmica produtiva do circuito no estado. Dois desses projetos diziam respeito a produção de destilarias anexas, sendo que aqui ocorreu a ampliação das duas usinas já existentes no estado que acoplaram ao seu espaço de produção destilarias direcionadas à produção de álcool. Os outros dois projetos foram para construção de novas destilarias, as chamadas destilarias autônomas, que não tinham vínculos com as antigas usinas¹²⁷; na realidade, tratava-se de grupos empresarias que se inseriram no circuito após instituição do PROÁLCOOL.

Em 1979 eventos geopolíticos influenciariam novamente na política energética nacional, uma vez que a partir desse momento com o segundo choque do petróleo e a elevação dos preços desse insumo à US\$ 40 o barril¹²⁸, o governo decidiu ampliar e reformular o PROÁLCOOL com o fito elevar a participação do álcool na matriz

¹²⁵ In: Anuário Estatístico Brasileiro do IBGE (BRASIL, 1970;1975).

¹²⁶De acordo com dados da COOPERSUCAR e do Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de São Paulo (SIFAESP), na safra de 1974/75 o Rio Grande do Norte tinha uma capacidade produtiva de álcool instalada de 5000 litros. In: Bray, Ferreira e Gaspar Ruas (2000).

¹²⁷Com a implantação do PROÁLCOOL se institui uma nova organização técnico-produtiva do circuito canavieiro que passava a ter destilarias autônomas e anexas. De acordo com Bray, Ferreira e Gaspar Ruas (2000, p. 59), "as destilarias anexas são as novas unidades industriais montadas junto às tradicionais usinas de açúcar no país. Por outro lado, as destilarias autônomas foram montadas pelos novos usineiros do PROÁLCOOL, independentes das usinas de açúcar existentes, sendo que a maioria desses novos grupos não possuía tradição no ramo açucareiro, com exceção dos *pingueiros*. Os *pingueiros* do PROÁLCOOL foram antigos produtores de aguardente que após o PROÁLCOOL passaram a produzir álcool, transformando os seus alambiques em destilarias autônomas de álcool".

¹²⁸ Entre 1979 e 1980 o preço do barril do petróleo chegou a ultrapassar os 35 US\$. In: Jornal do Brasil, 1º Caderno de 16/01/1980, p. 16.

energética nacional. De acordo com Szmrecsányi (1991, p. 72), a segunda fase do programa marcou uma transformação importante para a agroindústria canavieira, pois "através desse novo programa, a ênfase anterior na produção do álcool anidro, a ser utilizado como aditivo à gasolina, foi trocada por uma ênfase na produção de álcool hidratado, o qual seria usado com combustível exclusivo em substituição à mesma". Essa nova fase do PROÁLCOOL complexificou ainda mais o circuito produtivo canavieiro que ampliava sua solidariedade organizacional com a indústria automobilística que passava a produzir automóveis movidos exclusivamente a álcool¹²⁹.

Essa segunda fase do PROÁLCOOL intensificou ainda mais a reorganização do circuito canavieiro em todo o território nacional a partir de 1980, principalmente, por que a meta de mais de 10 bilhões de litros de álcool em 1985 era muito elevada e exigia grandes inversões de capitais de públicos para financiamento dos novos projetos¹³⁰. Para o Rio Grande do Norte representou a continuidade da modernização que havia se iniciado anos antes e da expansão do circuito com a aprovação de novos projetos para a construção de mais duas destilarias, voltadas, exclusivamente, para produção de álcool.

Esse processo intensificou a adição de capital ao território potiguar não apenas na forma de infra-estruturas materiais, mas também de implementos e insumos agrícolas diversos necessários a produção agroindustrial. Santos (1988), já havia apontando essa dimensão dos usos do território e de expansão de um meio técnico-científico no campo, quando nos disse que "o capital constante que, antes, era um apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial, passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas".

Todas as inversões de capitais direcionadas para o Rio Grande do Norte a partir do PROÁLCOOL obedeceram aos parâmetros da antiga divisão territorial do trabalho, isto é, elas se concentraram nas regiões que já haviam consagrado sua condição de produtoras de açúcar. Assim, o vale de Ceará Mirim, onde tínhamos até então a maior produção, e o litoral oriental, a segunda área em produção, foram os subespaços que receberam esses investimentos. No entanto, já eram perceptíveis algumas mudanças na configuração territorial que se assentou a partir desse momento, dado que começava a

¹²⁹ É preciso apontar que o Estado Nacional também concedeu amplos incentivos fiscais à indústria automobilística para que essa passasse a produzir veículos com motores a álcool (SZMRECSÁNYI, 1991).

¹³⁰ Em 1979 o Programa Nacional do Alcool tinha como meta produzir 10.7 bilhões de litros de álcool em 1985. In: Caderno de Economia do Jornal do Brasil de 05/11/1979, p. 13.

transformar a região de Baía Formosa e Arês, onde se constituía um cinturão produtivo destinado à agroindústria canavieira, na área de maior produtividade, em detrimento de Ceará Mirim, que, historicamente, sempre foi a região mais dinâmica do circuito canavieiro no Rio Grande do Norte.

Como consequência desse novo arranjo normativo o território potiguar viu sua produção de açúcar e álcool crescer consideravelmente. Desde o princípio dos anos 1970 que o Rio Grande do Norte vinha registrando um aumento de sua produção açucareira a partir da modernização incentivada pela SUDENE, conforme já apontado anteriormente; no entanto, a maior expansão ocorrera após as primeiras inversões financiadas pelo sistema normativo PROÁLCOOL, a partir de 1975. Entre 1975 e 1979, a produção potiguar de açúcar mais que dobrou, passando de 600 mil sacos para mais de 1 milhão e meio (Gráfico 25).

Gráfico 25: Produção de açúcar no Rio Grande do Norte (1969/70 - 1988/89).

Fonte: Elaboração a partir de dados do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). In: Andrade (1981) e do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1975;1976).

Nos anos seguintes, justamente no momento em que a agroindústria ampliava sua densidade técnico-produtiva com a instalação de novos empreendimentos, o Rio Grande do Norte começou a registrar uma queda paulatina na produção de açúcar. Aqui as demandas criadas e fomentadas pelo Estado Nacional, estabeleceram uma nova solidariedade organizacional que redefiniu os conteúdos do circuito canavieiro na medida que esse passou a direcionar suas ações para a produção de álcool em

detrimento do açúcar (Gráfico 26 e 27). Daí o movimento de queda na produção açucareira só se explicar em sua relação com a elevação na produção de álcool, conforme podemos perceber pelos gráficos seguintes. Milton Santos (2006, p. 108), estabelece alguns elementos para compreensão desse processo quando nos diz que "a cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos".

Gráfico 26: Produção de álcool pelo Rio Grande do Norte (1978/79 - 1988/89).

Fonte: Elaboração a partir de dados do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). In: Andrade (1981) e do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1990).

Os novos conteúdos do circuito produtivo também se expressavam pela destinação da cana de açúcar a ser processada pelas usinas e destilarias. Com efeito, se no início da década de 1980 tínhamos um maior volume destinado à produção de açúcar a partir de meados da década essa realidade começa a ser revertida na medida em que as necessidades da economia brasileira por álcool combustível se elevam e que o Estado amplia incentivos para sua produção. Na safra de 1985, quando o PROÁLCOOL atinge o seu ápice já tínhamos a maior parte da cana de açúcar produzida pelo Rio Grande do Norte destinada à indústria alcooleira, sendo que essa condição permaneceu até o início dos anos 1990, quando novos eventos começaram a reorganizar novamente o circuito canavieiro em toda a formação socioespacial brasileira (Gráfico 24 e 25).

Gráfico 27: Cana de açúcar moída no Rio Grande do Norte (Em toneladas).

Fonte: Elaboração a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1983-1990).

Além disso, a modernização técnico-produtivo bem como a expansão da indústria alcooleira, proporcionou uma ampliação da *arena* de produção da cana-de-açúcar em todos os municípios que registram a presença dessa atividade, de modo que se constata a partir desse período uma intensa expansão do circuito espacial de produção canavieiro para sub-espacos que outrora eram ocupados por agriculturas de subsistência. Não obstante tivemos uma intensificação da concentração fundiária que já era acentuada nos municípios dominados por essa atividade agrícola, sobretudo naqueles em que se localizam as usinas e destilarias, tais como: Ceará Mirim, Baía Formosa e Arês.

O gráfico 28 evidencia a expansão da área colhida da cana de açúcar desde o final dos anos 1960, quando se inicia a concessão de créditos por parte de ações governamentais (SUDENE e PROÁLCOOL) para financiar a modernização e expansão da agroindústria canavieira. Entre 1970 e o início dos anos 1980 o Rio Grande do Norte praticamente multiplicou por três a área colhida com cana de açúcar, passando de pouco mais de 10 mil hectares para mais de 40 mil; já no final da década de 1980, após a intensificação do PROÁLCOOL, a área colhida havia se expandindo ainda mais, atingindo os 60 mil hectares.

Gráfico 28: Área colhida de cana de açúcar no Rio Grande do Norte.

Fonte: Elaboração a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1968-1990).

Diante dessa exposição fica evidente que as solidariedades estabelecidas pelo PROÁLCOOL, colocaram a indústria canavieira do Rio Grande do Norte na rota da modernização produtiva, sobretudo, do ponto de vista dos seus sistemas técnicos, que a partir de então se tornam mais densos em função da utilização de objetos técnicos, tais como, tratores, caminhões e sistemas de irrigação, além das usinas e destilarias que se tornaram imensas indústrias capazes de produzirem grandes quantidades de álcool e de açúcar.

Em suma, para o território potiguar essa nova situação serviu não apenas para dotar de uma nova dinâmica a sua agroindústria canavieira, mas principalmente para efetivar a sua modernização, uma vez que sem os capitais altamente subsidiados, a agroindústria canavieira potiguar dificilmente levaria adiante um processo com essa magnitude. Não obstante, para além da questão das modernizações a nova fase da indústria canavieira revelou a centralidade do acontecer hierárquico estatal, que mais uma vez imprimiu sua marca na reestruturação dos usos do território no Rio Grande do Norte, desta feita atribuindo novos conteúdos e novas funcionalidades a um circuito espacial produtivo pertencente a uma divisão territorial do trabalho pretérita.

CAPÍTULO 6: O ACONTECER HIERÁRQUICO ESTATAL E A PRODUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE NO RIO GRANDE DO NORTE

A internalização de elementos da nova divisão territorial do trabalho não foi capaz de dinamizar os usos do território potiguar para além de alguns espaços polarizadores, exceção feita em algumas áreas ricas em recursos naturais. Se, principalmente, Natal e Mossoró foram progressivamente acolhendo capitais e técnicas que, por conseguinte, lhes possibilitaram uma modernização e ampliação de suas produções; por outro lado, vastos espaços do Rio Grande do Norte, eram cada vez mais caracterizados pela falta de capitais, normas e atividades econômicas que os inserissem na nova dinâmica norte-rio-grandense.

Assim, as ações e normas estabelecidas pelo acontecer hierárquico estatal tiveram como repercussão não apenas a dinamização dos usos do território no Rio Grande do Norte, mas também a elevação de suas desigualdades regionais. Podemos sintetizar esse fenômeno pela seletividade e concentração espacial das ações estatais que privilegiavam apenas algumas regiões e circuitos produtivos que interessavam aos anseios dos agentes hegemônicos ao nível nacional, enquanto que outras regiões com seus respectivos circuitos de produção eram completamente relegadas. O que surge desse processo é uma dinâmica dos usos do território potiguar extremamente contraditória e desigual, na qual coexistem lado a lado espaços de modernização com espaços letárgicos.

6.1 Seletividade espacial e concentração produtiva no Rio Grande do Norte

A feição territorial que emerge no Rio Grande do Norte entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 somente se completa quando compreendemos como e de que forma ocorreu a distribuição espacial dos objetos técnicos que concretizaram as normas e ações concebidas pelo acontecer hierárquico estatal e seus respectivos círculos de cooperação. Nesse sentido, o que vem à tona quando nos debruçamos sobre o direcionamento dos investimentos do poder estatal, é um processo altamente seletivo de

distribuição dos recursos entre os espaços da região nordestina e, particularmente, no âmbito do território potiguar.

De fato, como expõe Walker (1978), a penetração de relações capitalistas avançadas em dada região não apaga suas desigualdades nem supõe uma equidade espacial dos investimentos, muito pelo contrário, pois o capital sempre se põe em movimento seguindo a lógica da seletividade espacial. Quando analisamos a concretização territorial das ações e normas não apenas da SUDENE, mas também do II PND (1975-1979), constatamos que predominou um processo de seletividade espacial que se manifestou tanto no nível da Região Nordeste quanto no interior de cada um dos seus estados.

Uma das expressões dessa seletividade espacial da SUDENE é o fato de que o grosso de suas ações, sobretudo, nos anos iniciais de sua existência, terem se direcionado para as cidades ou regiões que já apresentavam uma maior dinâmica econômica e industrial, como atestam as inversões em Salvador e Recife, as duas principais cidades da Região Nordeste, já aquele momento. Ao referir-se ao Nordeste, de forma geral, Goodman e Albuquerque (1974, p. 280), expõem este traço predominante, ao dizerem que "a distribuição espacial dos investimentos do 34/18 é caracterizada pela acentuada polarização nos estados de Pernambuco e Bahia, especialmente na vizinhança das respectivas capitais, Recife e Salvador". Moreira (1979, p. 134) segue a mesma linha de raciocínio ao afirmar que o elemento central da industrialização incentivada era seu caráter concentrador, dado que "realizou-se, praticamente, em dois centros urbanos: Recife e Salvador".

Mesmo que a partir do início dos anos 1970 tenha ocorrido uma maior descentralização das ações da SUDENE no espaço nordestino, pois se procurou maior equidade na distribuição dos investimentos através de novos critérios de seleção (GOODMAN E ALBUQUERQUE, 1974), o que ainda continuou a predominar foi essa seletividade espacial que, em linhas gerais, reproduzia o padrão de localização do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, quando os dois estados citados comandavam a dinâmica econômica e industrial da região. Dito com outros termos, os estados e regiões que apresentavam as maiores densidades de técnicas e de capitais foram aqueles que mais receberam inversões do sistema de ações da SUDENE.

Quando se procura constituir a topologia espacial das ações da SUDENE no âmbito do Rio Grande do Norte, reconhecemos a mesma lógica seletiva, dado constataremos que Natal e Mossoró, mais suas respectivas regiões de influência, foram

as áreas que mais receberam os incentivos desse órgão. É bem verdade que Natal e região foram, com ampla margem, os espaços mais beneficiados com 74% de todos os projetos aprovados para o Rio Grande do Norte entre o início dos anos 1960 e o ano de 1977¹³¹, que corresponde ao período de maior atuação do órgão no estado potiguar. Bem distante apareciam Mossoró e sua zona de influência com apenas 12% do total dos projetos para o mesmo período¹³². No que concerne às inversões na Região de Mossoró é preciso ainda apontar que a maior parte foi, predominantemente, para ativar ou modernizar circuitos produtivos que exploravam recursos naturais, ou seja, essas inversões, pelo menos na parte da extração, somente poderiam ocorrer neste subespaço. Sublinhar esta situação significa acentuar ainda mais a seletividade espacial desse acontecer estatal e sua concentração em Natal e sua região, dado que as inversões que aí ocorreram pela sua natureza produtiva (indústria têxtil, confecções e alimentos) poderiam se distribuir por outros espaços do território potiguar (Gráfico 29).

Gráfico 29: Projetos aprovados pela SUDENE para o Rio Grande do Norte.

Elaboração própria a partir de dados do Relatório de Atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte (1977;1992).

A solidariedade organizacional que se estabeleceu entre as normas da SUDENE e aquelas oriundas do governo estadual do Rio Grande do Norte reforçavam ainda mais a concentração espacial dos investimentos em Natal e região. Testemunha nesse sentido, por exemplo, o FUNTÊXTIL que atuando no sentido de fortalecer a indústria têxtil e de

¹³¹ In: Relatório de atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte (1977).

¹³² In: Relatório de atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte (1977).

confeções na capital do estado direcionou praticamente todos os seus benefícios para este subespaço ao ponto de transformar Natal num pólo nacional desse segmento produtivo.

Quando tomamos o volume de capital investido essa concentração dos investimentos da SUDENE em Natal e Região se torna ainda mais evidente, dado que mais 70% dos investimentos ocorreram neste subespaço. Além disso, revela a magnitude das inversões que ocorreram em Natal, sobretudo, no que concerne a sua incorporação técnico-científica que evidenciava a expansão de uma indústria altamente moderna saída da nova divisão territorial do trabalho e que passava a comandar a dinâmica industrial e econômica da formação socioespacial brasileira.

O valor da produção industrial é outra variável que ajuda a compreender a concentração espacial que se constituía em torno de Natal e Mossoró a partir das ações do poder estatal. Desse modo, quando analisamos o censo econômico de 1960, que diz respeito ao momento em que ainda não havia ocorrido as intervenções estatais, e o censo econômico de 1985, que responde ao momento em que a maior parte das inversões já haviam se materializado no território potiguar, fica evidente como Natal foi beneficiada pelas inversões do poder estatal e de toda a dinâmica geoeconômica que veio na esteira desse processo. Em 1959, Natal detinha 17% do valor da produção industrial o que se quer lhe garantia o topo da hierarquia da indústria do Rio Grande do Norte, ocupado por Mossoró com 23%, que naquele momento albergava uma atividade industrial relacionada com a de vários circuitos produtivos (Gráfico 28). Além disso, o gráfico seguinte ainda evidencia uma produção industrial bem mais distribuída pelo território potiguar, onde temos em quase todas as regiões pelo menos dois municípios com uma atividade manufatureira relevante em termos estaduais.

Gráfico 30: Distribuição do Valor da Produção industrial no Rio Grande do Norte em 1959. Elaboração própria a partir de dados do Censo Industrial (BRASIL, 1960).

No entanto, em 1980, após vários anos de ações seletivas do poder estatal, sobretudo as da SUDENE, a configuração territorial da produção industrial no Rio Grande do Norte havia mudado radicalmente com Natal adquirindo novos conteúdos tanto no âmbito do território potiguar quanto da divisão nacional do trabalho. A nova geoeconomia do estado não apenas re-desenhou o mapa da produção industrial, com Natal assumindo o topo da hierarquia estadual, como também acentuou as desigualdades socioespaciais no Rio Grande do Norte com a criação de um fosso abissal entre a capital e as demais cidades. Se em 1959 Natal detinha 17% da produção industrial, em 1980 esse número salta para aproximadamente 33% e quando consideramos Natal e a sua região de influência esse percentual se eleva para 62%¹³³. Deste modo, enquanto no período anterior, tínhamos uma dispersão maior dos espaços de produção por quase todas as regiões do território potiguar, nesse novo período que se delineava, o que prevalecia era uma forte concentração espacial em torno de Natal e sua região que albergavam a maior parte da indústria do Rio Grande do Norte.

Fica evidente que os sistemas de ações e normas propugnadas pelos agentes do Estado Nacional não se materializaram no território norte-rio-grandense de maneira igualitária, principalmente, por que, conforme aponta Silveira (1999), a participação do Estado no processo de modernização do território ocorre de maneira seletiva e muitas

¹³³ In: Censo Industrial (BRASIL, 1980).

vezes proporcionando o crescimento das desigualdades socioespaciais entre os seus subespaços.

A realidade geográfica que se impunha ao Rio Grande do Norte a partir do novo arranjo espacial dos lugares da produção, possibilita desconstruir a psicoesfera que se fundou em torno das ações da SUDENE, segundo a qual essa instituição fomentaria um "desenvolvimento regional" mais descentralizado e equânime entre os diversos compartimentos do território (Mapa 19). Na verdade, as ações da SUDENE reproduziram na escala do território potiguar a mesma problemática existente em nível nacional de polarização e concentração industrial no Centro-Sul.

Mapa 19: Projetos aprovados pela SUDENE no Rio Grande do Norte até 1989

Fonte: SUDENE/BNB (1992).

É diante dessa situação geográfica de concentração e desigualdade que as considerações de Cano (1985, p. 107) ganham sentido, sobretudo, quando nos diz que "embora a periferia propugne melhor distribuição regional da indústria e critique a concentração que se dá em São Paulo, os programas de desenvolvimento regional ali reproduziram o fenômeno".

É preciso apontar que as desigualdades regionais no Rio Grande do Norte não se expressaram somente pela distribuição seletiva dos lugares da produção. A

compreensão dessa situação somente ganha sentido quando consideramos o leque complexo e contraditório de consequências que vieram no bojo do processo de integração do território nacional. Impulsionada pelo acontecer hierárquico estatal seja pela produção de sistemas de engenharia que garantiram uma maior fluidez ao país, ou pela expansão de capitais produtivos para os espaços periféricos, a integração do território nacional, ao mesmo tempo em que dinamiza a geoeconomia de alguns espaços do Rio Grande do Norte, ela obstaculariza a expansão de uma indústria de comando regional que encontrava-se espalhada por várias regiões do estado.

Deste modo, na medida em que avançava o processo de integração comercial e produtiva do território, a indústria do Centro-Sul, principalmente a de São Paulo, chegava com maior veemência ao Rio Grande do Norte e desbancava uma indústria manufatureira que ainda se encontrava em estágio inicial. É bem verdade que esse processo iniciou-se ainda nas décadas de 1950, conforme já apontado no presente trabalho; no entanto, foi entre as décadas de 1960 e 1970, que ele avançou de forma mais intensa com o território potiguar sendo inundado com mercadorias e capitais advindos do centro dinâmico do país. Guimarães Neto (1989), se referindo ao processo de integração, aponta que entre as décadas de 1950 e 1970 a indústria paulista ampliou o seu domínio sobre o mercado nordestino, principalmente, por que operava com produtos mais competitivos, isto é, essa indústria apresentava uma elevada produtividade espacial em função das densidades técnicas e de capitais que havia constituído ao longo da primeira metade do século XX, o que a colocava em situação privilegiada perante a indústria do Nordeste.

A concorrência a essa indústria regional ainda se fez pela expansão dos investimentos produtivos que se direcionam para o Rio Grande do Norte a partir da SUDENE. Desse modo, ao se beneficiar de uma séria normas de promoção territorial em nível federal e estadual, de economias de aglomeração e de um parque industrial altamente tecnificado, a indústria que se expandia no Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte, também passou a conquistar os mercados de produtos tradicionais que eram atendidos por uma indústria regional e mesmo local.

Desenhou-se, então, uma dinâmica territorial na qual vários circuitos produtivos que haviam se constituído no período anterior foram, pouco a pouco, perdendo espaço em função da forte concorrência do setor industrial do Centro-Sul. Já no censo econômico de 1975 se percebe um recuo no número de estabelecimentos de vários segmentos da indústria de transformação em algumas regiões e cidades no Rio Grande

do Norte, como resultado da penetração das mercadorias advindas da região mais dinâmica do país, bem com pela instalação de unidades produtivas em vários estados da Região Nordeste.

Um dos segmentos da indústria potiguar que foi atingido por esse processo foi a produção de óleos vegetais que, embora presente em várias cidades, se concentrava em Mossoró. Essa indústria foi dizimada em função do avanço do óleo de soja oriundo do Centro-Sul que em poucos anos já havia conquistado o mercado nacional, provocando o fechamento de inúmeros estabelecimentos não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o Nordeste, principalmente no transcorrer dos anos 1980. A incipiente indústria têxtil e de confecções que existia no estado foi outra que sofreu com as vicissitudes da integração do território nacional, uma vez que foi completamente reestruturada e passou ao comando da burguesia do Centro-Sul, exceto aquela que se localizava no interior do estado, especialmente, na região Seridó que permaneceu na sua condição de produção artesanal direcionada para alguns segmentos muito específicos como a produção de redes de dormir e bordados.

Outras atividades industriais também tiveram suas produções drasticamente reduzidas no Rio Grande do Norte, como no caso da indústria de calçados e de bebidas que praticamente desapareceram com a penetração dos seus congêneres do Centro-Sul. Em todos os casos o que temos é uma indústria regional e mais disseminada pelo território norte-rio-grandense sendo substituída por outra que se apresentava altamente concentrada em termos de capitais, por que controlada por grandes grupos, e territorialmente, por que concentrada em Natal e região.

As desigualdades territoriais que se alargavam no Rio Grande do Norte expõem claramente a dialética socioespacial presente em todo o processo de integração do território nacional. Tomando as considerações de Brandão (2007), podemos argumentar que integração do território exerce influencia diversa e contraditória sobre as regiões incorporadas, pois tanto podemos ter o desenvolvimento de complementaridades com a periferia constituindo novos circuitos produtivos, quanto a exposição de vulnerabilidades com a região integrada ficando exposta "às formas superiores de capitais forâneos", o que, em última instância, pode levar ao solapamento de sua indústria. No entanto, mesmo concordando que se constituam complementaridades produtivas mútuas entre o centro e a periferia como aponta Brandão (2007), ou que se estabeleçam efeitos de bloqueio e estímulos como diz Cano (1985), entendemos que a indústria periférica sempre será mais tolhida por esse processo, uma vez que

difícilmente conseguirá percorrer o mesmo caminho que aquela que se constituiu, inicialmente, no centro econômico e industrial do país.

6.2 Circuitos elementares e a letargia do território potiguar

A dinâmica que se estabelece no Rio Grande do Norte a partir, principalmente, de um acontecer hierárquico estatal não supõem que todos os espaços do território estadual sejam atingidos de igual modo. Conforme descrito na seção anterior, as ações de modernização do poder estatal se exercem de maneira seletiva no território, pois privilegiam apenas alguns poucos subespaços em detrimento de outros. Com isso, queremos afirmar que vários circuitos produtivos não incorporaram, ou pouco incorporaram, as variáveis estruturantes que passaram a presidir a nova lógica dos usos do território, mesmo que, direta ou indiretamente, fossem impactados por esse processo.

Assim, se afirmou nos interstícios do território potiguar uma rede de circuitos produtivos que apesar de não absorverem as inovações técnicas e produtivas do período, conseguiram sobreviver, dando forma e conteúdo a algumas regiões e cidades do Rio Grande do Norte. De maneira geral trata-se de atividades e subespaços que não interessaram aos agentes hegemônicos responsáveis pela grande modernização do território norte-rio-grandense.

A maior parte desses circuitos produtivos se constituíram ainda ao longo do período anterior e respondem a uma divisão territorial do trabalho mais horizontal por que pautada em relações de proximidade. Mesmo guardando diferentes formas de apropriação e uso do território, esses circuitos produtivos, de modo geral, se destinam ao processamento de produtos regionais, tais como: o circuito de laticínios, com a produção de queijos e manteigas e outros derivados; o circuito da mandioca com a produção de farinha, polvilho e goma; alguns segmentos do circuito canavieiro que se destinavam a produção artesanal de melaço e rapadura; e uma indústria têxtil que surge de uma "vocalização regional algodoeira", como é o caso do circuito das redes de dormir, localizado na Região Seridó.

Outro traço comum a esses circuitos se dava no processo de circulação. De modo geral a distribuição da produção ocorria no âmbito da própria região, sobretudo entre os anos de 1960 e 1970, quando ainda eram incipientes as infra-estruturas que

garantissem uma maior fluidez territorial no Rio Grande do Norte. Dessa forma, excetuando-se os fluxos que se dirigiam para Natal e para algumas cidades de estados vizinhos por meio da comercialização nas feiras semanais, a circulação da maioria desses circuitos era eminentemente regional.

A configuração territorial produzida pelo conjunto desses circuitos evidencia que eles estavam disseminados em praticamente todas as regiões do território potiguar. Esta situação contribuiu para que algumas regiões e municípios tivessem uma mínima dinâmica econômica, pois caso contrário estariam mergulhadas na mais profunda letargia espacial, tamanha era a ausência de normas, técnicas, capitais e organizações produtivas nesses subespaços do Rio Grande do Norte.

O circuito de produção dos têxteis e do vestuário é um primeiro exemplo de uma economia mais fundamentada em relações horizontais e na qual os espaços de comando e de produção se encontram reunidos numa mesma região. Trata-se de uma atividade produtiva que embora apresentando certo retraimento em função do avanço dos produtos da indústria do Centro-Sul, ainda se mostrava presente em algumas porções do território potiguar, sobretudo, na Região Seridó que dos anos 1970 para os anos 1980 já começava a despontar como uma centralidade proeminente para essa indústria regional.

Enquanto que em outras regiões interioranas do estado constatamos uma presença tímida da indústria têxtil e de vestuário, na Região Seridó é possível verificar que em praticamente todos os municípios havia alguma produção relacionada a esta atividade, com casos em que ela se apresentava com a principal atividade de sustentação de uma economia urbana e regional. Municípios como Caicó e Jardim de Piranhas, por exemplo, apresentavam uma expressiva produção têxtil com destaque para a indústria de redes de dormir, que nesse momento já se expandia mais intensamente nesses municípios. De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 1980), em Caicó, já na década de 1980, aproximadamente 30% dos estabelecimentos industriais se relacionavam a essas atividades produtiva; em Jardim de Piranhas, por sua vez, a vinculação a esses circuitos produtivos e, em especial, ao de redes de dormir, era ainda mais intensa, uma vez que dos 40 estabelecimentos existentes, nada menos do que 30 pertenciam a esse segmento industrial.

Tal situação aponta que esses circuitos de produção já começavam a lançar as bases não apenas de uma intensa dinâmica urbana e regional capaz de preencher o vácuo deixado pela decadência das economias extravertidas, como muito bem expõem o trabalho de Moraes (1999), mas também para as especializações produtivas que se

desenvolvem na Região Seridó no período da globalização, como a de toalhas de prato e de bonés. E isto em função tanto de uma economia de aglomeração que vai, paulatinamente, atraindo e impulsionando o surgimento de novas unidades ou de atividades complementares, quanto pela construção e difusão de um *know how* ou de um *savoir-faire* local a partir de um compartilhamento e cooperação de técnicas e culturas produtivas na região.

Em suma, podemos dizer que nesta porção do território estadual se configurava uma geoeconomia de relevância não apenas regional, mas para todo o Rio Grande do Norte, dado que se excetuarmos Natal, amplamente beneficiada pelos vultosos investimentos subsidiados pela SUDENE, que possibilitaram sua transformação num grande pólo de produção têxtil e de confecções, é na Região do Seridó que encontramos a mais importante aglomeração geográfica desses circuitos.

O circuito produtivo de laticínios, especialmente, no que concerne a produção de queijos, cremes e manteigas é outro exemplo de formas de uso do território não hegemônicas que constituíram uma geografia da produção completamente diferente da que foi produzida pelas ações modernizadoras do poder estatal. Como já exposto alhures, trata-se uma produção artesanal surgida no contexto da tradição agropecuarista do sertão nordestino a partir de pequenas e rudimentares fabriquetas existentes no interior de muitas fazendas.

No Rio Grande do Norte, apesar de mais concentrado na Região Seridó, o circuito de produção de queijos e manteigas se irradiava por todo território, mantendo, assim, sua tendência constitutiva à dispersão geográfica, conforme percebemos podemos perceber pelo mapa seguinte. Apesar de ter verificado certo retraimento desde os anos 1960, esse circuito produtivo ainda se constituía como uma das principais atividades econômicas animadoras da vida de relações dos espaços interioranos do Rio Grande do Norte.

Mapa 20: Produtores de queijo e requeijão no Rio Grande do Norte em 1985

Fonte: Censo Agropecuário (BRASIL, 1985).

Em 1970 haviam 479 pequenos estabelecimentos¹³⁴ destinados à produção de manteiga, creme e queijos diversos. Juntos esses estabelecimentos processaram mais de quatro mil litros de leite que serviram para a produção de aproximadamente 440 toneladas de produtos¹³⁵. Em 1980 após o retraimento dos anos anteriores, se verifica uma nova expansão dessa atividade, expressa pela elevação no número de estabelecimentos, que passou de 479 para 729 unidades produtivas, pela quantidade de leite processado que dobrou atingindo os dez mil litros de leite, e pela produção que saltou de 440 para 965 toneladas¹³⁶. O gráfico seguinte nos revela que nos anos ulteriores o circuito continuou a sua expansão o que é corroborado pela elevação no número de estabelecimentos que ultrapassou os 1500 e na quantidade de queijo e manteiga produzida que, em 1985, superou as duas mil toneladas.

¹³⁴ In: Censo Agropecuário de 1970 (BRASIL, 1970).

¹³⁵ In: Censo Agropecuário de 1970 (BRASIL, 1970).

¹³⁶ In: Censo Agropecuário de 1980 (BRASIL, 1980).

Gráfico 31: Produção de queijo e manteiga no Rio Grande do Norte (1975-1985).
Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário (BRASIL, 1975, 1980, 1985).

A expansão desse circuito produtivo artesanal entre as décadas de 1970 e 1980 no Rio Grande do Norte, encontra relação na crescente ampliação dos mercados urbanos, especialmente, aqueles tributários de um processo de migração, na qual as populações procuram manter alguns liames constitutivos com suas regiões de origem. Produtos alimentícios, como, por exemplo, os queijos de coalho ou de manteiga, não apenas legitimam como também reforçam uma solidariedade orgânica com lugares e regiões por serem identificados como produtos de sua "terra"¹³⁷.

A Região Seridó foi responsável por mais de 80% de tudo o que foi produzido no Rio Grande do Norte, seguida pelo Alto Oeste e pela Região Central. No anos ulteriores essa polarização se fortaleceu ainda mais com a região passando a ter nessa atividade um dos eixos de sustentação de sua geoeconomia, como muito bem demonstra Moraes (2005). No entanto, mesmo a região apresentando certa especialização produtiva nesse circuito produtivo, a maioria dos estabelecimentos não conseguiam incorporar inovações técnicas e produtivas que os permitissem um processo de industrialização mais vigoroso, capaz de explorar todas as variações produtivas da indústria de laticínios. Como evidenciaremos na última parte desse trabalho apenas alguns poucos estabelecimentos, especialmente as grandes queijeiras e a indústria de laticínios,

¹³⁷ Mesmo se referindo especificamente à Região Seridó, o trabalho de Azevedo (2011), intitulado "Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial", dá uma interessante noção da identidade territorial que se constitui em torno de alguns alimentos no Rio Grande do Norte em sua totalidade.

lograram uma modernização técnico-científica da produção, permanecendo, assim, a maioria dos estabelecimentos na condição de produtoras artesanais.

A configuração territorial que esse circuito adquiri no Rio Grande do Norte, estabelece a cidade de Caicó como ponto nodal em sua hierarquia. Nos anos 1980 esse município concentrava a maior parte das unidades produtoras do estado, além de ser um dos mais importantes centros regionais para onde convergiam ou de onde se irradiavam alguns dos principais fluxos do circuito, seja por intermédio da feira semanal ou como ponto de distribuição para outros centros consumidores, tanto no Rio Grande do Norte quanto no estado da Paraíba.

Outra forma de uso do território que expressa uma divisão espacial do trabalho mais fundada numa solidariedade orgânica é aquela efetuada pelo circuito produtivo da rapadura. Como já evidenciado na primeira parte desse trabalho, trata-se de uma agroindústria marginal surgida na esteira da expansão do circuito açucareiro a partir do aproveitamento do "melado" que restava da produção do açúcar. No entanto, apesar de produzirem, os grandes engenhos não chegaram a explorar comercialmente a indústria da rapadura. Coube a pequenos produtores a exploração comercial, bem como a disseminação dessa atividade para os interstícios do espaço nordestino.

No Rio Grande do Norte embora tenha se originado nas porções mais litorâneas do território, foi na Região Agreste e, sobretudo, no sertão que esse circuito adquiriu forma e conteúdo, tornando-se a principal atividade dinamizadora de muitos municípios do estado, sobretudo, os que se localizam no oeste potiguar que registraram expressivo avanço dessa proto-indústria. O mapa 21 além de desenhar a configuração territorial da produção de rapadura no Rio Grande do Norte, evidencia que a expansão dessa atividade para o interior do estado acabou convertendo a Região Oeste em sua principal zona produtora.

Das mais de 200 unidades produtivas, ou moendas existentes no Rio Grande do Norte em 1985, aproximadamente, 90% se localizavam no Alto Oeste. Praticamente todos os municípios apresentam lugares da produção como destaque para São Miguel, Alexandria, Luis Gomes, Tenente Ananias, Marcelino Vieira que juntos concentram a maior parte da produção estadual. Essa incipiente especialização produtiva fundamentada numa pequena produção engendrou fluxos comerciais que além de abastecerem os principais centros regionais, como Pau dos Ferros e Mossoró, também alimentou, por vezes, alguns municípios que se localizam na fronteira do Rio Grande do Norte com Ceará e a Paraíba.

Mapa 21: Produtores de rapadura no Rio Grande do Norte em 1985

Fonte: Censo Agropecuário (BRASIL, 1985).

De meados da década de 1960 até anos 1980 essa indústria sofreu com as inconstâncias típicas de uma atividade artesanal. Primeiro registrou uma queda brusca no número de estabelecimentos e na produção depois, já em 1975, voltou a expandir suas atividades, quando registrou 380 estabelecimento para uma produção de mais de 4200 toneladas de rapadura. A década e 1980 repetiu a mesma trajetória marcada por altos e baixos. Assim, se 1980 marca um recuo em relação a 1975, nos anos seguintes, mesmo sem atingir os patamares da década anterior, registrou-se uma nova expansão da atividade que contabilizou 244 estabelecimentos e uma produção de 2827 toneladas de rapadura (Gráfico 32).

Gráfico 32: Produção de rapadura do Rio Grande do Norte (1975-1985).
Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário (BRASIL, 1975, 1980, 1985).

Um dado marcante desse circuito é a baixíssima incorporação de objetos técnicos, capitais e normas ao processo de produção. Quase não houve introdução de inovações técnicas nem se realizou uma diversificação da produção que ampliasse as possibilidades de comercialização do produto e, assim, elevassem a sua produtividade espacial. Desse modo, podemos dizer que em meados dos anos 1980, o circuito da rapadura ainda se realizava nos moldes dos primórdios da atividade, uma vez que em todas as etapas da produção, desde a plantação da cana-de-açúcar, passando pela moenda e pela própria fabricação da rapadura o processo, bem como os instrumentos técnicos usados eram, praticamente, os mesmos.

Esta realidade reflete um pouco a letargia que predominava em muitas regiões do Nordeste e especialmente do Rio Grande do Norte. Aqui não chegaram as normas de promoção territorial do Estado que permitissem uma mínima incorporação de técnicas e capitais capazes de fortalecerem todo o circuito produtivo. Desse modo, o que poderia ser uma atividade dinamizadora de uma economia regional, como, aliás, constava nos postulados do documento (GTDN) que deu origem a SUDENE¹³⁸, sobrevivia sob condições de obsolescência técnica e com baixíssima produtividade espacial.

Essa situação de obsolescência e de baixa incorporação de técnica e capitais era a realidade predominante em diversos circuitos produtivos do Rio Grande Norte. O

¹³⁸ Como aponta Moreira (1979), dentre os objetivos levantados pelo GTDN estavam uma industrialização autônoma fundamentada no aproveitamento de insumos e matérias-primas regionais.

circuito de produção da farinha de mandioca também se insere no rol dessas atividades que, mesmo apresentando grande disseminação do território potiguar, funcionava sob lógicas produtivas que evidenciavam a ausência de capitais e técnicas que fossem capazes de engendrar uma industrialização mais ampla da produção e, por conseguinte, a formação de uma economia regional.

No início dos anos 1970 de todos os circuitos produtivos supracitados o da farinha de mandioca era o que estava mais capilarizado no território potiguar. Em todas as regiões do Rio Grande do Norte haviam centenas de casas de farinha que produziam tanto para o consumo doméstico, quanto para comercialização nas feiras semanais das principais cidades do Estado. Essa disseminação guardava estreita relação com fato da farinha de mandioca ser um dos principais alimentos da dieta de parte substancial da população nordestina¹³⁹ e também pela simplicidade e rusticidade técnica presente no processo de produção da farinha. A produção da farinha de mandioca poderia ocorrer na própria residência do agricultor, ou ainda em casas de farinha, que funcionavam como espaço de produção aberto a todos os pequenos produtores de uma dada região. Conforme aponta Andrade (1976, p. 174), "as vezes o uso dessa rudimentar indústria era gratuito, mas as vezes se pagava uma cota, 'a conga', que corresponde a uma entre cada dez 'cuias' produzidas", o que acabava gerando relações de dependência entre os pequenos produtores e os proprietários das casas de farinha.

A importância dessa indústria artesanal pode ser ilustrada pelos números que ela apresentava no início da década de 1970, quando se verificou o período de maior intensidade produtiva no Rio Grande do Norte. De acordo com Censo Agropecuário Brasileiro (BRASIL, 1970) havia nesse momento mais 18 mil "estabelecimentos" destinados à produção de farinha de mandioca e outros derivados, como goma e polvilho. Juntas essa miríade de unidades produtivas processaram mais de 123 mil toneladas de mandioca para uma produção de aproximadamente 30 mil toneladas de alimentos.

Não há como mensurar o que era produção domiciliar ou fabricação em casas de farinha¹⁴⁰, o que podemos afirmar é que tratava-se de uma expressiva atividade que movimentava a geoeconomia de várias regiões do território potiguar, seja se

¹³⁹ Sobre essa questão consultar Câmara Cascudo (1983), que aponta que o feijão e a farinha de mandioca, "governava o cardápio do Brasil antigo".

¹⁴⁰ Nos levantamentos estatísticos do IGBE, para o período em questão (BRASIL, 1970, 1975, 1980, 1985), não há essa distinção, de modo que fica praticamente impossível estabelecer o que vinha da produção domiciliar ou das casas de farinha.

apresentando como atividade principal, sobretudo, naqueles municípios onde imperava a mais profunda ausência de capitais, técnicas e organizações produtivas; seja se sobrepondo a outras divisões territoriais do trabalho e ajudando, desse modo, a diversificar as formas de uso do território em regiões com uma atividade econômica mais encorpada.

Observando o mapa 22 se percebe a capilaridade que essa indústria rudimentar apresentava no território potiguar. Mesmo que sua configuração espacial expresse uma concentração na Região Agreste com destaque para Monte Alegre, Nova Cruz e Brejinho, há vários municípios em quase todas as regiões com grandes produções de farinha como, Taipú, Pureza, Macaíba, São Jose do Mipibú, Lagoa Nova, Cerro Corá e Luis Gomes.

Mapa 22: Produtores de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte em 1985

Fonte: Censo Agropecuário (BRASIL, 1985).

Em virtude dessa disseminação espacial, é possível aventar que os fluxos de comercialização da produção se davam, sobretudo, no âmbito da própria região com as principais cidades atraindo um volume mais expressivo de fluxos em função de sua centralidade. É evidente que haviam fluxos que extrapolavam os seus limites regionais,

atingindo regiões próximas ou mesmo mais distantes, mas acreditamos que esta não era a regra da vida de relações que o circuito engendrava.

Do final dos anos de 1970 até meados da década de 1980, registrou-se uma abrupta queda no número de "estabelecimentos", bem como na produção de farinha no Rio Grande do Norte. De um total de 18 mil estabelecimentos em 1970, passou-se para 1709, em 1975, numa redução que se refletia na diminuição de mandioca transformada, aproximadamente 39 mil toneladas beneficiadas para uma de produção de pouco mais de 11 mil toneladas de farinha. Em 1980 o circuito produtivo da farinha continuou nesse movimento de recrudescimento, passando a registrar 1709 estabelecimentos e uma produção 6889 toneladas de farinha.

Essa situação geográfica é produto da conjunção de uma série de variáveis, refletindo, assim, não apenas os seguidos anos de seca (1979-1984) que inviabilizaram inúmeros circuitos de produção¹⁴¹, mas também as péssimas condições técnicas e produtivas que perpassava a totalidade desse indústria elementar, desde a plantação e cultivo da mandioca, até o seu beneficiamento e transformação nas casas de farinha. Além disso, podemos aventar como variável importante desse processo, as mudanças no padrão de consumo da sociedade brasileira, que avançando em seu processo de urbanização, paulatinamente, ia substituindo a farinha de mandioca pelo arroz na sua dieta alimentar (LIMA, 1999), o que, por conseguinte, reorientava a dinâmica dos usos do território e influenciava no recrudescimento do circuito espacial produtivo da farinha de mandioca.

Mesmo diante dessa situação de recrudescimento é possível constatar que houve certa densificação técnica e de capitais nessa indústria, uma vez que mesmo com a diminuição de estabelecimentos, verificou-se uma elevação na produção nos anos posteriores. Assim, em 1985, haviam 1286 estabelecimentos que produziram mais de 19 mil toneladas de farinha de mandioca (Gráfico 31), num expressivo ganho de produtividade que já era reflexo do processo de modernização que esse circuito passou a vivenciar a partir desse momento, conforme nos revela o trabalho de Salomão (2010)¹⁴².

¹⁴¹ De acordo com Silva et. al. (2013, p. 289 grifo nosso) nesse período ocorreu "a mais prolongada e abrangente seca da história do Nordeste até o momento. Pela primeira vez, a estiagem avançou além do Polígono das Secas. Durou cinco anos e atingiu toda a região, até mesmo regiões nunca afetadas anteriormente, deixando um rastro de miséria e fome em vários Estados. *Nesse período, não se colheu lavoura nenhuma numa área de quase 1,5 milhões de km².*"

¹⁴² Para a compreensão do processo de modernização desse circuito produtivo no Rio grande do Norte, recomenda-se a dissertação de Diego Salomão (2010), intitulada "Das farinhadas à produção para o mercado: a dinâmica da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar", principalmente o capítulo terceiro.

Gráfico 33: Produção de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte (1975-1980).
Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário (BRASIL, 1975, 1980, 1985).

Esse processo de modernização que se inicia na década de 1980 e adentra nos anos seguintes, proporcionou uma reorganização nos espaços de produção desse circuito, na medida em que muitos pequenos produtores não apresentando condições incorporar capitais e os objetos técnicos, foram excluídos do processo de produção. Tal fato, ao mesmo tempo que fez desaparecer essa indústria em muitos municípios, elevou sua concentração no Agreste Potiguar que converteu-se no subespaço mais importante para a produção de farinha no Rio Grande do Norte, passando deter algumas das mais modernas casas de farinha.

Faz-se necessário apontar que parte dessa modernização foi financiada pelo acontecer hierárquico estatal por meio de programas governamentais¹⁴³ destinados a integrar algumas atividades da economia nordestina à dinâmica divisão territorial do trabalho que vigorava na formação socioespacial brasileira. No entanto, este processo poderia ter sido efetuado sem alijar o pequeno produtor que não dispunha de condições de incorporar os sistemas técnicos e os capitais necessários a criação de casas de farinha modernas. Aqui mais uma vez as ações do poder estatal se fizeram de modo seletivo, privilegiando alguns poucos produtores e o que poderia ser uma indústria mais

¹⁴³ Salomão (2010), aponta que o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Projeto Sertanejo e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), foram os que destinaram recursos para a modernização dessa atividade no Rio Grande do Norte.

fundamentada em relações horizontais e dinamizadora de uma economia regional, transformou-se numa atividade na qual coexistiam alguns poucos espaços de modernização ao lado de muitos outros onde reina uma produção extremamente rudimentar.

A despeito de se realizar sob condições de obsolescência de sistemas técnicos e produtivos, acreditamos que os circuitos produtivos expostos anteriormente estabeleceram uma dinâmica territorial mínima para muitas cidades do Rio Grande do Norte a partir da solidificação de espaços de produção de matérias-prima, de beneficiamento e de comercialização, em suma, por meio da sustentação de uma vida de relações que foi estimuladora de uma estruturação regional. Além do mais, embora cada um dos circuitos exprima formas de produção diversas por que permeadas por diferentes sistemas técnicos, ficam evidentes as diferenças existentes entre as formas de uso do território hegemônicas e aquelas não hegemônicas. Esses circuitos não hegemônicos mesmo que apresentassem suas contradições estavam muito mais fundamentados numa solidariedade orgânica do que aqueles engendrados pela modernização das ações do poder estatal que já na sua concepção trazia consigo a marca geográfica da seletividade e da desigualdade espacial.

TERCEIRA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR NA DINÂMICA DESIGUAL DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

No período da globalização, ocorrem bruscas mudanças de funções no território que significam, ao mesmo tempo, transformações regionais. Rompem-se os equilíbrios precedentes e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo (SILVEIRA, 2010, p. 75).

Spécialization, hierarchie et interdependence, ainsi pourrait-on résumer les principes qui ont présidé à l'organisation industrielle et à celle de l'espace moderne (EVETTE, 1994, p. 7).

TERCEIRA PARTE: OS USOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR NA DINÂMICA DESIGUAL DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A feição territorial marcada por um acontecer hierárquico estatal, que domina a geoeconomia no Rio Grande do Norte desde meados dos anos 1960, começou a demonstrar visíveis sinais de esgotamento a partir do avanço de eventos políticos e econômicos ao longo dos anos 1980. Podemos dizer que desse momento em diante uma nova economia política do capitalismo começou a incidir sob toda a formação socioespacial brasileira e que, por conseguinte, passou a delinear novos elementos para os usos do território.

Simultaneamente começaram a emergir uma série de eventos que relacionados à revolução técnico-científica e à expansão global dos circuitos financeiros e produtivos, ajudaram a estabelecer as bases materiais para a concretização do que Milton Santos (1994b; 2008) passou a denominar de período da globalização. Não somente a formação socioespacial brasileira, mas diversos territórios nacionais, em diferentes partes do mundo, imergiram nesse processo através de um turbilhão de mudanças que ampliara rapidamente as suas possibilidades de relações e inserções no sistema-mundo. O alargamento dos contextos, de que nos fala Santos (1994c), foi responsável por universalizar, ou globalizar, praticamente todo o processo de produção social.

Mesmo sendo produto da expansão capitalista¹⁴⁴, a globalização seria fenômeno recente que surge diretamente relacionado à expansão de três variáveis interdependentes, definidas por Santos (2008), como a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o motor único. *A unicidade técnica* seria dada pela hegemonia de um sistema técnico que se impõe a todas as formações socioespaciais como única forma possível para realização social; já *a convergência dos momentos*, ou a unicidade do tempo produzida, principalmente, pelas tecnologias da informação, é dada pela possibilidade de vivermos simultânea e instantaneamente eventos oriundos de lugares distantes; por fim, o *motor único*, ou a unicidade da mais-valia, é produzida pela hegemonia alcançada não somente pelas finanças globais, mas também por um

¹⁴⁴ Nesse sentido, pontuamos que o capital sempre teve uma lógica propensa à expansão mundial como já asseverou Marx e Engels (1987), quando diziam que esse sistema social esteve sempre impelido a buscar novos mercados e a invadir todo o globo.

processo produtivo igualmente global que dita os parâmetros nacionais de produção e extração de mais-valia (SANTOS, 2008).

A existência hegemônica dessas três unicidades não supõe, de modo algum, que as diferenças entre os subespaços tenham sido apagadas, ou mesmo que todos os subespaços estão inseridos igualmente nesse processo de globalização. É preciso pontuar que a unificação de todos os lugares numa única aldeia global, como expõe a psicoesfera dominante, é na realidade uma metáfora, uma vez que a realização desse processo ocorre de modo extremamente desigual (SANTOS, 2008). Dito com outras palavras, não são todos os lugares e regiões que se inserem nesse movimento de integração global.

Para a formação socioespacial brasileira e particularmente para o Rio Grande do Norte, constatamos que a partir desse momento as formas do uso do território centradas num acontecer hierárquico estatal, foram paulatinamente deslocadas ou tiveram o seu significado modificado, pelo avanço de processos econômicos e sociais fortemente centrados nos preceitos desse processo de globalização. Além disso, impuseram-se novas demandas econômicas que não extinguiram as camadas de divisões territoriais do trabalho pretéritas, mas as re-funcionalizam por meio de novas intencionalidades e novos conteúdos próprios do período atual¹⁴⁵.

Dessa forma, embora existam elementos de continuidade, isto é, circuitos produtivos que ainda permanecem na dinâmica atual do território potiguar, é preciso apontar que eles passaram a funcionar seguindo, direta ou indiretamente, os preceitos da globalização. Esses circuitos produtivos são agora tributários de uma nova forma de uso do território em que uma racionalidade econômica, eivada de novos objetos técnicos e novos sistemas de ações, passou a instituir os ritmos e rumos da economia política do território norte-rio-grandense.

Com o advento da globalização, as formas de uso do território no Rio Grande do Norte passaram a ser subordinadas a uma racionalidade hegemônica que comandada por uma divisão territorial do trabalho hierárquica, valorizou regiões ou alguns circuitos produtivos mais conectados com os mercados globais, ao mesmo tempo em que renegou outros tantos, pois a inserção numa lógica econômica global é sempre acompanhada por uma dinâmica seletiva.

¹⁴⁵ Para Silveira (2010, p. 77), "as dinâmicas da globalização não apagam os restos do passado, mas modificam seu significado e acrescentam, ao já existente, novos objetos e novas ações características do nosso tempo".

Sob a égide da globalização econômica o Rio Grande do Norte conhece uma transformação na sua configuração territorial tanto no que diz respeito a sua intensidade quanto a sua extensão. Isto quer dizer que ao mesmo tempo em que o território potiguar incorporou intensivamente novos sistemas técnico-científicos, aumentando a composição orgânica, ele também expandiu suas ações para regiões outrora desprezadas ou ainda ativou novos circuitos de produção que já surgem conectados com as demandas de um mercado global ou com o *modus operandi* do período atual. Nesse mesmo sentido, Ianni (1996, p. 14), aponta que no período histórico atual, a universalização do modo de produção capitalista "adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, na criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados".

Desse modo, o processo de globalização impulsiona o território norte-rio-grandense e suas respectivas regiões a se adequarem a uma nova racionalidade econômica, na qual a técnica, ciência e capital são os elementos centrais dos usos do território. Seja por meio de novos sistemas normativos, ou pela reestruturação e expansão de novas formas de organização espacial da produção, o que temos é uma busca incessante para ajustar as regiões do território estadual ou cada um dos seus circuitos produtivos aos ditames da nova racionalidade global.

CAPÍTULO 7: A NOVA RACIONALIDADE NORMATIVA E DOS FLUXOS PRODUTIVOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR

No período da globalização o poder das normas políticas e econômicas, assim como os impulsos de um mercado tornado mundial pelas ações não apenas das grandes multinacionais como aponta Palloix (1975), mas também dos organismos internacionais que impõem novas formas de funcionamento, emergem como imperativos para o reordenamento e mesmo reestruturação dos usos do território. Para que as formações socioespaciais se adequem aos modos e ritmos de funcionamento da geoeconomia do período da globalização é preciso fazer um confronto entre as normas já acopladas aos territórios e aquelas impostas pelo novo devir global. Como aponta Silveira (2008), essas normas já incorporadas às dinâmicas territoriais são consideradas obsoletas e logo substituídas por novas formas de fazer, as quais são solidárias a uma economia mundial.

No âmbito da formação socioespacial brasileira, isto se torna notório a partir da década de 1980, com a introdução de novos conteúdos políticos e econômicos aderentes às exigências dos agentes da globalização, que proporcionaram uma reorganização dos sistemas normativos do Estado Nacional. Seja no que concerne aos círculos de cooperação fiscais e financeiros ou no que compete aos fluxos internacionais de mercadorias, o que constatamos é que o Estado brasileiro estabeleceu as bases para uma reorientação de sua política econômica com o intuito de se adaptar a dinâmica dos mercados globais.

Para a Região Nordeste e mais especificamente para o Rio Grande do Norte, os rebatimentos territoriais desse processo podem ser captados na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, quando a dinâmica dos usos do território passou, paulatinamente, a exibir os elementos da racionalidade da globalização expressos na produção de sistemas normativos e técnicos (infraestrutura de circulação e comunicação) e no delineamento de uma política econômica por parte dos agentes do governo estadual.

7.1 Reorganização normativa e o declínio da SUDENE: a fuga de capitais incentivados no Rio Grande do Norte

A década de 1980 é largamente apresentada como um dos momentos de maior instabilidade e de aguda crise econômica para a formação socioespacial brasileira. De acordo com Carneiro (1991, p. 38), o que se evidenciou no território nacional foi "o esgotamento de um padrão que lhe conferiu impressionante dinamismo ao longo de todo o período da moderna industrialização particularmente após meados dos anos 50"; e a emergência de um período no qual tivemos a predominância de curtos momentos de crescimento econômico intercalados por outros dominados por crises e recessão.

A gênese dessa problemática, conforme aponta Cano (2008), encontrava-se no (re)ordenamento da economia política mundial a partir do choque do petróleo e da elevação da taxa dos juros por parte dos Estados Unidos. Para os países periféricos esse rearranjo global apresentou graves repercussões, sobretudo, no que concernia à política econômica de financiamento interno que fortemente dependente de recursos externos, tornava esses países proprietários de volumosa dívida. Como expõe Brandão (2007), a elevação dos juros e a crise da dívida dos países periféricos e, dentre eles o Brasil, acabou rompendo com o circuito de financiamento externo e interrompendo, em última análise, uma trajetória de crescimento e expansão da economia nacional que não dispunha mais dos abundantes meios de irrigação de sua máquina produtiva¹⁴⁶.

O contexto da dívida externa e da crise econômica dos anos 1980¹⁴⁷ foi o terreno fértil para que as organizações mundiais, tais como, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentassem ou, o que é mais verídico, impusessem um novo sistema de ações globais que incluíssem, principalmente, os ideais do estado mínimo e de abertura comercial para os espaços periféricos. Como apontam Santos e Arroyo (1997, p. 60), esses organismos mundiais impuseram um modelo de abertura unilateral "que combate todo tipo de proteção e promove o livre movimento de bens e serviços, tentando uma adequação dos aparatos regulatórios a essa nova realidade". Na verdade, essas normas globais

¹⁴⁶ Como expõe Brandão (2007, p. 119), o país presenciou uma "caudalosa transferência de recursos ao exterior durante os anos 1983-1989".

¹⁴⁷ Não é objetivo deste trabalho debater amiúde a crise econômica brasileira dos anos 1980. Para tanto recomendamos a coletânea coordenada por Belluzo e Coutinho (1982), sobretudo, o trabalho de Belluzo e Cardoso de Mello (1982), intitulado "Reflexões sobre a Crise Atual".

configuravam-se com uma das primeiras manifestações concretas do processo de globalização que nos anos ulteriores aprofundaria sua influência na economia global e em muitos territórios nacionais.

Ao longo dos anos 1980 essas normas globais de funcionamento da economia, tributárias da psicoesfera do neoliberalismo, se irradiaram pelo território brasileiro e passaram a influenciar na economia política nacional, ocasionando o redimensionamento do papel do Estado, enquanto agente capaz de macro-organizar e financiar uma política econômica nacional e regional. Podemos argumentar que os anos 1980 marcam o início do processo de reorganização do Estado brasileiro, principalmente, no que concernia ao papel e as funções que o mesmo desempenharia na dinâmica econômica e social do território nacional. Como aponta Brandão (2007), a partir dos anos 1980 o Estado Nacional vai perdendo o seu poder "orgânico e sistêmico" de coordenar e orientar as frentes de expansão do capitalismo brasileiro, isto é, ele vai, paulatinamente, deixando de ser o agente protagonista na dinâmica de usos do território.

Para a Região Nordeste que tinha os usos do território comandados, primordialmente, pelas ações e normas do Estado Nacional, seja na figura da SUDENE ou ainda no âmbito do 2º PND, os anos 1980 e, sobretudo, a passagem para a década de 1990, significaram um momento de redefinição, pois o sustentáculo maior de sua dinâmica econômica e territorial, a política de desenvolvimento regional, pautada em incentivos fiscais e nas ações federais, começava, pouco a pouco, a perder espaço até quase desaparecer ao longo dos anos 1990. Como aponta Carneiro (1991), ao longo dos anos 1980 o estado vai diminuindo os seus investimentos não apenas em infraestrutura, mas também no programas de desenvolvimento regional que financiavam a expansão de capitais para a Região Nordeste.

Não obstante, percebe-se que ao longo dos anos 1980 os fluxos dos investimentos do sistema normativo da SUDENE passaram a sofrer com a instabilidade da economia brasileira. Assim, constatamos que na média geral, entre 1979 e 1983, ocorreu certo recrudescimento na política de indução incentivada de capitais para os espaços periféricos o que, em certa medida, refletia os primeiros anos da crise de financiamento do estado brasileiro. No entanto, a partir de 1983/1984, quando se registrou uma recuperação parcial ou conjuntural da economia com os sucessivos planos de estabilidade, constata-se uma elevação dos investimentos da SUDENE. Esta situação perdurou até o final da década 1980, uma vez que daí por diante se registra um acentuado movimento de recuo na política de incentivos fiscais. Esse movimento de

recrudescimento já expressava, em grande medida, o fim das políticas estatais de desenvolvimento regional já num contexto amplamente dominado pelas normas globais de desregulamentação e não intervenção estatal na economia nacional (CARVALHO, 2001).

É evidente que cada um dos compartimentos territoriais da Região Nordeste tinham suas especificidades e foram afetados de maneira diferente pelos impactos do recrudescimento dos investimentos estatais, especialmente aqueles da SUDENE. De forma geral cada estado apresentava uma situação que refletia a sua posição na hierarquia do poder na SUDENE e aquela relacionada a hierarquia da divisão territorial do trabalho do país. Deste modo, se a distribuição espacial dos investimentos refletia o poder de estados como Pernambuco, Bahia e Ceará, no que dizia respeito à retração dos investimentos, esses estados eram, por sua vez, os mais poupados, sendo os estados mais periféricos no âmbito da Região Nordeste os mais afetados.

A situação do Rio Grande do Norte expressava essa condição de estado periférico. De acordo com o Relatório de Atividades da SUDENE (1992), em meados dos anos 1980, do total de projetos em implantação, 10 cabiam ao Rio Grande do Norte. Ainda aqui é preciso grifar que dos 10 projetos que o estado tinha em implantação, um deles dizia respeito ao projeto da ALCANORTE, que se arrastava desde meados da década de 1970.

Com isso, o Rio Grande do Norte figurava no mesmo patamar que o Maranhão e o Piauí, que tinham 9 projetos em implantação cada qual, e bem atrás do Ceará com 38, Pernambuco com 23, Paraíba com 17 e Bahia com 15 de acordo com dados da SUDENE (BRASIL, 1992). No que concerne ao estado da Bahia é preciso pontuar que a maioria de seus projetos eram relacionados aos circuitos produtivos da química e da petroquímica. De maneira geral esses circuitos englobavam indústrias de grandes dimensões e que demandaram um volume maior de inversões de capitais. Assim, somente quando tomamos o total de capitais investidos é que temos a real condição do estado, que sempre foi a de maior beneficiário dos investimentos do sistema da SUDENE¹⁴⁸.

Mesmo que de forma geral se possa registrar certa manutenção na política de incentivos da SUDENE, sobretudo, no período de 1985-1989, no que concernia a um estado periférico, como o Rio Grande do Norte, o que constatamos é um recuo no

¹⁴⁸ De acordo com dados da SUDENE, até 1985, a Bahia concentrava aproximadamente 37% de tudo o que havia sido destinado à região.

volume de investimentos concedido pela instituição. Para evidenciarmos melhor esse processo, é preciso apenas apontar que para o mesmo período nos anos 1970, o estado tinha em implantação ou em fase de integralização, aproximadamente, 30 projetos, o que representa mais do que o dobro do número de projetos em 1986.

Quando tomamos o volume de recursos liberados para o estado, esse recrudescimento torna-se ainda mais evidente. A partir de dados da SUDENE (BRASIL, 1992), para o período de 1964-1989, podemos constatar que a maior destinação de recursos do sistema de incentivos 34/18 - FINOR para o Rio Grande do Norte ocorreu ao longo dos anos 1970. Aproximadamente 70% dos recursos se concentram nesse período o que apenas corrobora os argumentos de que ao longo dos anos 1980 há uma violenta redução nas ações da SUDENE no território potiguar.

A partir do início dos anos 1990 com o acirramento das políticas neoliberais e com elas o desmonte da máquina estatal brasileira, constatamos um afluxo ainda mais intenso dos investimentos da SUDENE e um quase que completo abandono das políticas de desenvolvimento regional como aponta Carvalho (2006). Com efeito, a destinação de recursos para o sistema normativo da SUDENE se tornar ainda mais escassa, ocasionando uma substancial redução no número de projetos aprovados para a totalidade da região.

Ainda nesse ínterim ocorre a mudança mais significativa no sistema normativo que tinha garantido o estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho na Região Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte. O 34/18 - FINOR passava a funcionar como FINOR - Debêntures e, o que era mais importante, deixava de ser comandado pela SUDENE para passar ao controle do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)¹⁴⁹. Tal mudança normativa apresentou grande repercussão territorial, pois enfraqueceu ainda mais a SUDENE e com ela todo o processo de expansão de capitais para os estados da Região Nordeste.

Com a sua principal norma de promoção territorial praticamente fora de ação o que presenciamos doravante, como era de se imaginar, foi um brutal recuo na política econômica de desenvolvimento regional da SUDENE, que além de perder o controle político da sua principal fonte de financiamento, ficava a mercê do imediatismo, da falta coesão e planejamento, pois inexistia um projeto que catalisasse e coordenasse a expansão de capitais para a região.

¹⁴⁹ Para uma plena compreensão desse momento consulte Carvalho (2001), sobretudo, o tópico intitulado Nova mudança no FINOR: a criação do FINOR-Debêntures.

Esta situação se refletia no volume de projetos aprovados e de recursos destinados que ao longo dos anos 1990 atingiram níveis inimagináveis para uma instituição que por mais de trinta anos ditou o ritmo da geoeconomia do Nordeste. Para o Rio Grande do Norte, particularmente, o peso da políticas da SUDENE era ainda mais expressivo, principalmente por que a instituição fora uma das principais catalisadoras de sua reestruturação territorial, a partir da transformação de sua base industrial e sua inserção, definitiva, na dinâmica da acumulação capitalista do território nacional.

Entre 1991 e 1999 o volume de capitais destinados para a região como um todo sofreu uma drástica redução e, para o Rio Grande do Norte, o recuo foi ainda mais agudo, uma vez que o estado reduziu sua participação no montante final destinado à região, passando de 7.1%, no período de 1960-1986, para 5.4% no período que compreende 1991-1999. A realidade é que o protagonismo alcançado por novos agentes e pelas novas normas de regulação econômica, fortemente eivadas do ideário neoliberal, havia desmantelado a máquina estatal e com ela aquela política nacional que articulava o crescimento econômico com a expansão de circuitos produtivos para os espaços periféricos do país.

Paralelamente ao desmonte do sistema normativo da SUDENE e ao recuo nos investimentos em novos projetos, o Rio Grande do Norte já começava a constatar que muitas empresas estavam encerrando suas atividades antes mesmo do cumprimento do período mínimo de permanência estabelecido pelo sistema normativo 34/18 - FINOR. Ainda em 1986, de acordo com dados da SUDENE (1992), aproximadamente 20% das empresas que haviam utilizado desses incentivos fiscais já tinham encerrados suas atividades e deixado o Rio Grande do Norte. A questão a elucidar era se tais empresas somente foram à falência em função da crise econômica dos anos 1980 ou por qualquer outra razão, ou se elas apenas encerraram as suas atividades no Rio Grande do Norte para, na sequência, reabrir em outro estado do Nordeste fazendo uso de novas e mais atraentes normas de promoção territorial¹⁵⁰, o que, aliás, foi muito comum a partir desse momento com a emergência da guerra dos lugares, conforme tentaremos elucidar mais adiante.

Para o final dos anos 1980 é possível verificar que esse processo de fuga de empresas, ou fuga de capitais, no Rio Grande do Norte havia se intensificado ainda mais. Podemos constatar esse movimento tomando como exemplo os circuitos dos

¹⁵⁰ Não é possível dizer qual o destino das empresas que encerraram suas atividades no Rio Grande do Norte, uma vez que a SUDENE não dispõe de tais dados.

têxteis e das confecções que na passagem dos anos 1970 para os 1980 contavam com mais de 20 estabelecimentos no que se denominaria de Grande Natal. No entanto, já no final desta década esse número havia sido reduzido para dez empresas, conforme os dados da pesquisa realizada por Apolinário (1996) sobre a indústria incentivada no Rio Grande do Norte. Permaneceram no território potiguar alguns grupos empresariais de capitais locais ou da Região Nordeste, ou ainda aqueles que passaram a fazer uso de um novo conjunto de normas de promoção territorial estabelecidas pelo governo estadual.

Estava, então, começando a se configurar uma situação de desmonte da estrutura industrial erigida ao longo dos anos 1960 e 1970, o que somente se agravaria no decorrer dos anos 1990 e se consolidaria na passagem para os anos 2000. Isto por que, além de se esgotarem os prazos mínimos de permanência de muitos grupos empresariais e com eles a concessão dos subsídios financeiros que lhes prendiam ao território potiguar, constatamos também que eventos verticais, típicos da globalização econômica, passam a incidir no território nacional com maior intensidade.

Com base nas exigências do livre mercado e da liberalização econômica dos organismos internacionais, a formação socioespacial brasileira inicia uma profunda reforma nas normas de importação que historicamente sempre fizeram parte da sua política macro econômica e se inseriam no quadro da industrialização por substituições de importações, conforme atestam Tavares (1974) e Lima (1988)¹⁵¹. Com efeito, efetua-se, então, uma elevada redução nas tarifas de importação e promove-se uma ampla e quase irrestrita abertura comercial com o fito de facilitar a entrada de fluxos de mercadorias no território nacional. Usando as reflexões de Arroyo (2001), podemos argumentar que o território nacional se torna mais poroso o que, por conseguinte, amplia as suas possibilidades de inserção na dinâmica do comércio mundial.

Essa porosidade territorial do país de que nos fala Arroyo (2001), somente se elevaria com valorização cambial da moeda nacional que efetuada ao longo dos anos 1990, expôs, ainda mais, a indústria brasileira à concorrência externa. A partir desse momento desenha-se um quadro de transformação na indústria nacional que além de modernizar e reestruturar as suas bases produtivas, reorganizou o mapa dos espaços de produção no território nacional.

Para a estrutura industrial do Nordeste e, em nosso caso, do Rio Grande do Norte que já passava por uma reorganização em função, principalmente, da involução

¹⁵¹ A liberalização inicia-se ainda em fins dos anos 1980, ganha corpo com o governo Collor para se consolidar nos anos seguintes com a política econômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

das políticas regionais da SUDENE, essa elevação da porosidade territorial significou o fechamento de inúmeras unidades produtivas que não tiveram condições de fazer frente aos produtos importados que adentravam no mercado nacional. A valorização cambial e, sobretudo, a redução tarifária haviam "desprotegido" alguns dos principais circuitos produtivos do território potiguar com destaque para os segmentos dos têxteis, das confecções e para indústria extrativa mineral, especialmente, a scheelita¹⁵². Entre 1988 e 1994 as tarifas de importações dos produtos têxteis foram reduzidas de 83,3% para 16,6%, do vestuário de 89,6 para 20% e da extração mineral 13,9 para 1%¹⁵³.

Os circuitos produtivos dos têxteis e das confecções que desde princípio dos anos 1970 constituíram-se num sustentáculo para geoeconomia do Rio Grande do Norte, foram os mais afetados por esse processo de abertura comercial do território nacional. Entre os anos de 1990 e 2000 mais de quinze grandes empreendimentos abrangendo esses circuitos produtivos foram fechados, como por exemplo: Sperb, Famosa, Natecia, Confecções Dinam, T. Barreto, Soriedem, Reis Magos, Sulfabril e Alpargatas. De fato, como expõem Campos, Cário e Nicolau (2000), esses circuitos produtivos passaram de uma situação de forte proteção do mercado nacional até o final da década de 1980, para outra marcada por elevada exposição à concorrência externa, sobretudo, a de origem asiática que naquele momento se encontravam em processo de expansão no mercado mundial e já começavam a dominar os fluxos de mercadorias para o Brasil em vários segmentos produtivos.

Entre 1989 e 1994 o emprego nas indústrias têxteis e de confecções no Rio Grande do Norte interrompeu uma seqüência de forte expansão que houvera se iniciado ainda nos anos 1970, e passou a apresentar uma situação de forte recuo em sua oferta. As perdas acumuladas ao longo dos anos 1990 ultrapassaram os 20% e só apresentaram um ligeiro quadro de recuperação na segunda metade da década, quando os investimentos do sistema de promoção territorial do estado norte-rio-grandense haviam conseguido captar alguns empreendimentos nesses segmentos.

O circuito espacial produtivo da scheelita que também havia se beneficiado do sistema de incentivos da SUDENE, foi outro a enfrentar fortes turbulências a partir da segunda metade dos anos 1980. Podemos dizer que esse circuito foi um dos que mais

¹⁵² Além disso, faz necessário observar que a abertura comercial não atingiu uniformemente os circuitos produtivos que tinha lugar no território nacional. Como aponta Lima (1988), a liberalização afetou principalmente os segmentos produtivos dos bens intermediários, dos não duráveis e da indústria de mineração que tinham suas bases produtivas na Região Nordeste, preservando, por outro lado, a indústria de bens duráveis e de capitais, mais localizada na Região Sudeste, sobretudo, em São Paulo.

¹⁵³ In: Lima (1988).

sentiu o avanço da globalização econômica, inicialmente, no que dizia respeito à expansão chinesa que detendo as maiores reservas e praticando preços que inviabilizavam qualquer concorrência, logo passou a dominar o mercado mundial de scheelita¹⁵⁴, pressionando os produtores norte-rio-grandenses. Com a dominação chinesa no mercado mundial e sua expansão no mercado doméstico e junto à recessão econômica do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que atingira as indústrias metalúrgicas, os grandes consumidores desse insumo, praticamente, decretaram a falência desse circuito produtivo no Rio Grande do Norte. Nesse interstício, encerram suas atividades produtivas três importantes minas do território potiguar, a Boca de Laje I e II, em 1989, e a mina Barra Verde, em 1990, todas localizadas no município de Currais Novos¹⁵⁵.

Para agravar a situação desse circuito produtivo a formação socioespacial brasileira decide elevar a sua porosidade territorial, primeiro com a abertura comercial que reduziu a alíquota de importação da indústria de extração mineral, passando de 13,9% para 1%, em 1990¹⁵⁶, e, na sequência, já ao longo desta década, efetuando a apreciação cambial da moeda nacional. Esta situação elevou substancialmente a penetração do produto chinês no mercado nacional e em meados dos anos 1990 já dominava completamente o fornecimento desse insumo para a indústria brasileira.

Esse domínio do produto chinês é visivelmente constatado no recuo da produção norte-rio-grandense, então principal fornecedor para a indústria nacional. Entre 1988 e 1990 a indústria scheeliteira potiguar que já operava com capacidade produtiva ociosa e atendia apenas o mercado nacional, registrou uma queda acentuada em sua produção, passando de 738 toneladas para 316 de acordo com o IBGE (BRASIL, 1992). Durante os anos seguintes esta seria a tônica do circuito produtivo da scheelita, uma vez que passou a acumular sucessivas e expressivas quedas em sua produção, até que em 1997, a principal mineradora do Rio Grande do Norte, a Tomaz Salustiano, decide interromper a sua atividade produtiva, fazendo a produção nacional de tungstênio concentrado zerar no ano de 1998.

O quadro ora exposto revela uma situação de redefinição na dinâmica dos usos do território norte-rio-grandense não apenas para esses circuitos produtivos, mas para

¹⁵⁴ A China detinha e ainda detém as maiores reservas de scheelita do mundo. De acordo com relatório do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2002), aproximadamente 60% das reservas mundiais se encontram em território chinês.

¹⁵⁵ In: Balanço Mineral brasileiro (BRASIL, 1990; 1991).

¹⁵⁶ In: "A abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento: O Nordeste em realce", Lima (1988).

toda a atividade produtiva do estado e isso se refletia na conformação do seu PIB industrial. Neste sentido, constatamos um re-equacionamento do PIB industrial do Rio Grande do Norte. Se entre 1970 e 1985 o PIB estadual da indústria cresceu sistematicamente a uma média de superior a 7% ao ano, para o período de 1985 a 1990, constatamos um recuo na atividade industrial que se expressou em uma taxa negativa do PIB. Aqui é preciso fazer eco as colocações de Araújo (2009), para esclarecer que esse crescimento do PIB industrial até 1985, isto é, ao longo dos recessivos anos 1980, refletia na realidade o "estágio de amadurecimento" que haviam alcançado os investimentos estatais realizados ao longo da segunda metade dos anos 1970. Pelo contrário, os índices negativos da atividade industrial no período de 1986-1990, eram a expressão concreta de todo o contexto geoeconômico da década de 1980, marcada não apenas pela recessão, mas também pelo avanço da psicoesfera neoliberal que influenciava tanto no retraimento das políticas estatais de incentivos regionais quanto na elevação da porosidade do território nacional, seja pela abertura comercial ou pela apreciação cambial, conforme já aventado anteriormente.

Esse quadro de redefinição da dinâmica industrial do território potiguar com o interrompimento de sua expansão a partir da segunda metade dos anos 1980, também repercutiu na participação da indústria no PIB do Rio Grande do Norte. Com efeito, se em 1985 se registra a maior participação do setor industrial no PIB estadual com 50%, repercutindo ainda as ações e políticas da década anterior, como já foi dito, em 1990 esse percentual cai passando para 34% e, em 1995, recua ainda mais chegando a 31%. Logicamente, é preciso apontar que o recuo do PIB industrial não era reflexo apenas da conjuntura industrial do país e do estado conforme apontado acima, mas também expressava o avanço do setor de serviços na conformação do PIB do Rio Grande do Norte.

A realidade é que esse momento de recuo da atividade industrial no estado e sua conseqüente diminuição no PIB estadual só não foi mais intensa por que a partir da segunda metade dos anos 1980 e, sobretudo, nos transcorrer dos anos 1990, se registra uma nova expansão da produção industrial que já pode ser colocada na conta das políticas de promoção territorial elaboradas no âmbito estadual, agora num contexto de acirrada guerras dos lugares entre os entes da federação, conforme mostraremos na seção que se segue.

Fica evidente que a segunda metade dos anos 1980, e, mais ainda a década de 1990, marcam o fim de uma forma de uso do território altamente tributária da política

econômica coordenada e levada adiante pela Estado Nacional. Isso se refletia tanto no desmonte de parte substancial da estrutura territorial que foi armada ao longo dos anos 1960 - 1970 e parte da década de 1980, quanto na lógica de funcionamento dos circuitos produtivos que permaneceram ou ainda daqueles que iam se incorporando ao território potiguar. De modo geral esses circuitos produtivos passaram a expressar um novo conjunto de intencionalidades e solidariedades geográficas permeadas pelas variáveis do processo de globalização que avançava para todos os interstícios da formação socioespacial brasileira.

7.2 O território potiguar na ciranda da "guerra dos lugares": o PROADI enquanto norma de promoção territorial

Como aponta Milton Santos (2000), o avanço e a consolidação do processo de globalização não dependem somente da produção de uma ampla base técnica e científica, mas também do estabelecimento de normas que se acoplem aos territórios e garantam o seu funcionamento de acordo com as intencionalidades da economia global. No território nacional as manifestações dessa realidade podem ser expressas de diferentes formas, sendo uma delas a emergência de uma série de sistemas normativos de promoção territorial que propugnados pelos entes federativos estaduais constituem um dos momentos marcantes do processo de reconfiguração da dinâmica geoeconômica e, particularmente, industrial de muitos estados e cidades da formação socioespacial brasileira.

Este evento pode ser apontado como um dos principais aspectos, senão o principal, das políticas de industrialização regional que passaram a predominar no país dos anos 1990 em diante, quando se tornou lugar-comum os estados elaborarem políticas de desenvolvimento para disputarem com os outros entes federativos os investimentos industriais, num processo que passou a ser denominado de "guerra fiscal" (VARSANO, 1997; BRITTO, CASSIOLATO, 2000)¹⁵⁷, numa clara referência aos

¹⁵⁷ Na vasta e diversificada literatura sobre a temática da guerra fiscal, pinçamos uma reflexão de Varsano (1997, p. 6), que talvez seja um ponto de convergência entre todas elas, pois este autor nos diz que "a guerra fiscal é, como o próprio nome indica, uma situação de conflito na Federação. O ente federado que ganha — quando de fato, existe algum ganho — impõe, na maioria dos casos, uma perda a algum ou a alguns dos demais, posto que a guerra raramente é um jogo de soma positiva".

incentivos fiscais concedidos pelos compartimentos estaduais como forma de atraírem investimentos produtivos. Acontece que a inteligibilidade desse processo que se convencionou denominar de guerra fiscal só pode ser alcançada quando consideramos também a sua dimensão espacial, quer dizer, é preciso ter em mente que plasmados com toda a variedade de incentivos fiscais e tributários, há um amplo conjunto de modernizações territoriais sem as quais as concessões fiscais tornam-se praticamente inócuas, dado que como mais uma vez expõe Santos (1999, s.p.), "cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência".

Nesse sentido, consideramos que além do seu aspecto fiscal que sem dúvidas é central no delineamento dos programas regionais de industrialização por parte dos estados, há ainda uma intensa preparação do território por meio da criação de espaços específicos para acolher esses empreendimentos (pólos e distritos industriais) e através da produção de sistemas técnicos de água, energia, internet; em suma, demanda-se intensos acréscimos de capital fixo aos territórios como forma de elevar a produtividade espacial desses lugares e os tornarem atrativos aos grupos industriais. Por isso, defendemos que não se trata apenas de guerra fiscal¹⁵⁸, mas de ampla guerra de lugares, como pioneiramente já haviam apontado Santos (1996; 1999) e Ibañez (2006).

Pode-se argumentar que o surgimento dessa guerra dos lugares ou a formulação de normas de promoção territorial por parte dos entes estaduais, teve início ainda nos anos 1970 no bojo das políticas de desenvolvimento regional que promoveram a expansão industrial para os espaços periféricos do país como forma de resolução das desigualdades regionais. Nesse momento, além dos benefícios já concedidos pela união aos grupos industriais que decidissem migrar para as regiões periféricas, sobretudo, para o Nordeste, muitos governos estaduais também formularam políticas que ampliavam ainda mais os benefícios concedidos aos grupos industriais que se estabelecessem em seus domínios territoriais. Entretanto, até então a concessão de incentivos além de se dá no âmbito de uma política econômica nacional coordenada pelo Estado brasileiro, era ainda inibida e controlada por órgãos institucionais, como o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que reduzia significativamente essa prática, como claramente expõe o trabalho de Ibañez (2006). Com efeito, o acirramento dessa prática

¹⁵⁸ A questão territorial é amplamente ignorada pelos que debatem acerca da guerra fiscal e até mesmo aqueles que apontam para dimensão espacial desse processo também incorrem equívocos como Brito e Cassiolato (2000), que defendem que recentemente a questão espacial ganhou relevo para a consecução das política de atração industrial, como se somente agora a dimensão espacial ganhasse força, e não fosse ela mesma uma dimensão constitutiva do processo social.

de formulação de políticas por parte dos estados, somente ocorreu na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, num contexto muito específico que envolvia eventos de diversas dimensões da totalidade social.

É sabido que a grave crise econômica e financeira interferiu intensamente na continuação das políticas de industrialização regional por parte do Estado nacional, que não mais dispunha da mesma soma de recursos para levar adiante seus projetos já no final dos anos 1970. Esta situação adquiriu contornos mais dramáticos a partir da segunda metade dos anos 1980, quando se evidenciou que o estado brasileiro não conseguiria romper com o círculo vicioso da recessão econômica (CAIADO, 2002), e que seria preciso abandonar quase que definitivamente a elaboração das políticas de desenvolvimento e industrialização regional. Esse movimento acabou impulsionado muitos estados, dentre eles o Rio Grande do Norte, a formularem já em meados dos anos 1980, agressivas políticas de industrialização regional, numa situação que tornava claro o acirramento das disputas entre os entes da federação por investimentos produtivos.

Para além da crise econômica e financeira que inviabilizou a continuação dos programas de industrialização regional, havia ainda a questão da descentralização política e administrativa do Estado brasileiro no bojo da redemocratização dos anos 1980. Como aponta Fiori (1995), após um longo período de centralização do poder num estado autoritário, os entes estaduais a partir da promulgação da Constituição de 1988, lograram uma maior autonomia não apenas em termos financeiros, mas também no que concernia a elaboração de políticas de desenvolvimento. E foi também sob o prisma da descentralização democrática que muitos estados passaram a formular suas próprias políticas de industrialização regional tendo como base a concessão de incentivos fiscais e financeiros, além de intensa modernização territorial. Constata-se, então, mais um elemento que impulsionava o embate entre os estados da federação brasileira na busca por novos empreendimentos industriais.

Aliado a esses eventos de caráter mais interno à formação socioespacial brasileira, é perfeitamente factível apontar que o avanço da globalização econômica e da psicoesfera neoliberal impulsionou duplamente a guerra dos lugares entre os estados brasileiros, sobretudo, nos anos 1990. Se, por um lado, foi a psicoesfera neoliberal ao atacar frontalmente as políticas federais de desenvolvimento regional e o modelo de industrialização por substituições de importações, pregando a retirada do Estado

enquanto agente coordenador de uma política nacional¹⁵⁹, que contribuiu para que os entes federativos passassem a formular suas próprias políticas; por outro lado, foi o ideário da competitividade local¹⁶⁰ baseado na criação, por parte dos estados de um "ambiente favorável" a atração de investimentos, que também fortaleceu a ideia de uma guerra dos lugares, uma vez que colocava os governos estaduais como os principais artífices da elaboração das políticas de industrialização regional.

Não é difícil conjecturar que diante dessas circunstâncias a prática da guerra dos lugares ganharia força e tornar-se-ia o principal instrumento de governos estaduais na busca por atrair os investimentos produtivos. Para Região Nordeste na sua condição de periferia do capitalismo nacional, a adesão a essa nova forma de fazer política industrial, tornou-se necessária não apenas para manter os investimentos realizados pela união nos anos anteriores, mas também para garantir a continuidade de seu processo de industrialização, sendo que a partir de então cabia a cada um dos estados elaborar suas políticas de "desenvolvimento regional". E foi exatamente isso que ocorreu, pois no final dos anos 1980 praticamente todos os estados nordestinos já haviam formulado algum programa de atração industrial e alguns deles com características bem agressivas como o do Ceará, que logo se tornou referência para políticas baseadas em incentivos fiscais e territoriais.

Para o Rio Grande do Norte a situação era semelhante ou até um pouco mais dramática, tendo em mente que além de ser um estado periférico na Região Nordeste, o processo de industrialização que o estado logrou foi, primordialmente, em função dos sistemas normativos da SUDENE, logo era indispensável a permanência de uma política de industrialização regional. Como o Estado nacional já havia deixado evidente que não mais seria o agente central na condução de uma política industrial¹⁶¹, não restou outra alternativa ao Rio Grande do Norte senão a de abraçar a "guerra de rapina" como a denominou Fiori (1995), e transformá-la no principal instrumento de sua política econômica.

¹⁵⁹ É preciso aqui fazer uma observação para acentuar o fato de que não foram poucos os pensadores que aderiram a ideia de um estado impotente e que não tinha condições de fazer frente tantos aos desafios globais quanto locais. Pensadores de matizes diversas como, por exemplo, Octávio Ianni (1996), aponta para perda de centralidade do Estado Nacional em função do poder da globalização.

¹⁶⁰ Para uma crítica substantiva ao "localismo" exacerbado de muitos economistas, sociólogos e geógrafos, consulte Brandão (2009), sobretudo, a primeira parte do trabalho.

¹⁶¹ Para Britto e Cassiolato (2000) e Varsano (1997), a disputa encarnizada entre os entes federativos por investimentos produtivos deveu-se também ao vácuo de poder deixado pelo Estado brasileiro no que concernia a elaboração de uma política nacional de industrialização.

Em de 11 de outubro de 1985 o Rio Grande do Norte promulgava a Lei nº 5.397 que regulamentava a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI)¹⁶², tornando-se um dos primeiros estados a formularem uma política de industrialização regional fundamentada na concessão de incentivos fiscais. Em linhas gerais o sistema normativo do PROADI almejava continuar com a política de industrialização regional iniciada pela SUDENE, buscando, para tanto, assegurar "a concessão de financiamento a empresas industriais, para fins de formação de ativos, sob a forma de contrato de mútuo de execução periódica (...), com prazos de financiamentos que podem se estender por até de 10 anos (...)", devendo os recursos destinados ao programa respeitar "o limite máximo de 10% (dez por cento) da receita tributária líquida do estado"¹⁶³. De acordo com Duarte (2000, p. 78), com o estabelecimento desse limite de 10%, o montante de recursos destinados ao PROADI passa a ser definido de antemão "a partir da renúncia fiscal orçamentária".

Na base desse sistema normativo havia um conjunto de órgãos estaduais e uma instituição bancária que atuando em solidariedade organizacional garantiram o funcionamento do PROADI. No topo da hierarquia do sistema encontra-se a Secretaria de Indústria e Comércio do estado, órgão responsável por receber e analisar os processos, e a Secretaria de Tributação, incumbida de averiguar a situação fiscal do proponente. Completando essa estruturação organizacional havia uma instituição bancária responsável pelos procedimentos financeiros de recolhimento e liberação dos créditos aos empreendimentos participantes¹⁶⁴. Num primeiro momento essas ações ficaram sob a responsabilidade do Banco para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), sendo que posteriormente com o seu fechamento, esta função passou a ser desempenhada pelo Banco do Brasil.

Nos anos subsequentes, o sistema normativo PROADI recebeu sucessivos acréscimos que visaram torná-lo mais competitivo num cenário de acirramentos das disputas por investimentos. Como aponta Duarte (2000), o mais importante desses acréscimos foi o que estabeleceu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação como fonte de financiamento do programa. Na verdade, o PROADI passava a ter como seu principal aporte financeiro os valores ICMS

¹⁶² In: <http://www.agnrn.com.br/proadi.asp>

¹⁶³ In: Manual do PROADI de 1998.

¹⁶⁴ In: Manual do PROADI de 1998.

que incidem sobre as operações de cada um dos empreendimentos contemplados, sendo, todavia, observado os percentuais de 60% para a primeira faixa e 75% para a segunda, do seu valor devido, o que irá depender da localização geográfica do empreendimento no território potiguar, de modo que as empresas localizadas na Região Metropolitana de Natal (Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Extremoz e Macaíba) se inserem na primeira faixa, enquanto que as empresas que buscarem se localizar nos demais subespaços do estado e nas áreas industriais estabelecidas por lei, se enquadram na segunda faixa e, portanto, auferem um maior benefício.

Aqui se percebe claramente uma distinção geográfica que busca inibir a concentração dos investimentos na Região de Natal, na medida em que concede as maiores isenções às empresas industriais que direcionam suas atividades às regiões interioranas do território potiguar. Entretanto, esta distinção não foi suficiente para deter a concentração que se constituiu em torno de Natal. E isto não apenas em função das diversas camadas de divisões territoriais do trabalho já acumuladas em Natal e sua região, mas também porque os mesmos 75% de isenção que, teoricamente, deveria favorecer os espaços interioranos, também são concedidos às empresas que se estabelecerem nos Distritos Industriais. Tal situação contempla mais uma vez a Região de Natal, dado que os dois principais distritos do estado estão localizados neste subespaço. Na prática se tem uma equiparação dos benefícios destinados aos espaços interioranos e aos da Região Metropolitana de Natal, o que somente fortaleceu e impulsionou o processo de concentração em torno da capital do estado.

A trajetória do PROADI é marcada por consecutivas mudanças nas suas normas de funcionamento. As mais relevantes dizem respeito à Lei Nº. 7.075 de 17 de novembro de 1997, e à Lei Nº 7.810, de 16 de março de 2000¹⁶⁵, que objetivaram a inserção de novos critérios de avaliação com vistas a ampliar a produção de mercadorias no território potiguar a partir de novos circuitos industriais. De acordo com Araújo (2009), as alterações no PROADI foram realizadas com o objetivo de abarcar setores e empresas que haviam originariamente ficado excluídos, sendo que nessa nova configuração foram contemplados os segmentos produtores de bebidas, de beneficiamento e processamento de café, de derivados de milho e condimentos em geral, além de empresas da extração mineral e, especialmente, a Petrobras que passou a produzir óleo combustível e querosene de aviação no Rio Grande do Norte.

¹⁶⁵ Nos anos seguintes vários decretos foram sendo promulgados com vistas a adequar o PROADI.

É preciso destacar que o adensamento normativo do Rio Grande do Norte a partir do PROADI, se processou paralelamente a uma elevação da densidade técnica do seu território, expressa por um conjunto de inversões de capitais destinadas a estabelecerem uma ampla infra-estrutura aos lugares selecionados. Com isso, as empresas beneficiadas inicialmente pelo PROADI não apenas contaram com as condições materiais indispensáveis ao processo de produção, tais como sistemas técnicos de telefonia, energia e água, por exemplo, ou ainda com os estímulos para locação de máquinas e equipamentos em geral, como também tiveram acesso a lotes e galpões industriais em condições facilitadas pelo poder estadual, seja por meio de doações ou através de sua comercialização a preços reduzidos e em condições excepcionais de financiamento.

As modernizações territoriais para o atendimento das empresas beneficiadas pelo PROADI ganharam novos contornos com a concretização dos distritos ou pólos industriais implantados inicialmente na Região Metropolitana de Natal. Tais distritos industriais passaram a reunir todas as condições técnicas e materiais supracitadas e tornaram-se o *locus* preferencial da indústria incentivada pelo sistema normativo do PROADI. O primeiro desses espaços destinados exclusivamente à produção industrial foi o Distrito Industrial de Natal, estabelecido entre Natal e São Gonçalo do Amarante em meados dos anos 1980; na sequência (1998) vieram o Distrito Industrial Avançado (CIA), localizado entre Parnamirim e Macaíba e o Distrito Industrial do Mossoró, todos contando com inúmeras empresas largamente beneficiadas pelo sistema normativo do PROADI. Podemos inferir que se imprimia no território potiguar uma ampla rede de densidades geográficas, cujo objetivo foi elevar a produtividade espacial de alguns subespaços do Rio Grande do Norte para, por conseguinte, torná-los competitivos e, portanto, mais suscetíveis de atrair os investimentos produtivos¹⁶⁶.

Essas normas de promoção territorial ajudaram o Rio Grande do Norte a manter ou atrair para o seu território um conjunto considerável de empresas que viram no estado a oportunidade de realizarem de modo extremamente vantajoso parte de seus capitais. Ora, não é sem razão que Milton Santos (1996), aponta que a elevação das densidades normativa e técnica por parte do Estado pode criar nos territórios as condições materiais para que os circuitos de produção se desenvolvam.

¹⁶⁶ Na próxima seção analisaremos a ampla produção de infraestrutura e a geoeconomia ensejada pelo PROADI com atenção especial à questão dos distritos industriais.

Nesse sentido, constata-se que entre 1986, ano em que começou a vigorar o PROADI, até o ano de 1999, 127 empresas foram beneficiadas com os incentivos fiscais e financeiros do programa. Desse total aproximadamente 80% dos empreendimentos dizia respeito a novos projetos, isto é, ou eram empresas que tinham suas sedes em outros estados e que decidiram implantar uma filial no Rio Grande do Norte em função da política de atração, ou ainda eram empreendimentos de capitais locais que se aproveitaram das condições favoráveis e decidiram investir em algum circuito produtivo; por sua vez, havia também um conjunto de empresas que perfaziam aproximadamente 20% dos projetos aprovados, sendo que estas já estavam alocadas no território potiguar e receberam os incentivos com vistas a ampliarem e modernizarem a sua atividade produtiva (BARACHO, 1999).

Para o período de 2000 a 2015 o programa seguiu atraindo ou ampliando a atuação de grupos industriais no Rio Grande do Norte. Foram aprovados nesse interstício um total de 108 projetos, dos quais aproximadamente 60%, diziam respeito à produção de novas unidades industriais e 40% correspondendo à ampliação da capacidade produtiva e à prorrogação de benefícios a empresas já alocadas no território potiguar. O maior percentual de concessões para novos empreendimentos não apenas evidencia que o sistema normativo do PROADI ainda continua atraindo capitais produtivos para o estado, mesmo não sendo tão agressivo quanto aos programas de alguns estados vizinhos, por exemplo, Paraíba e Ceará¹⁶⁷, como também demonstra que ele permanece como um dos principais instrumentos de dinamização da geografia industrial do Rio Grande do Norte.

O leque de sistemas normativos e técnicos com vistas a elevar produtividade espacial e as possibilidades de atração ou manutenção de grandes grupos industriais no território potiguar, ganhou novos conteúdos com a implementação do PROGÁS, no âmbito do Programa Diferencial do Rio Grande do Norte, que em muitos casos funciona em solidariedade como o PROADI, tendo em vista que várias empresas são atendidas pelos dois benefícios. Esse novo programa de incentivos à indústria foi estabelecido por meio da Lei nº 7.059, de 18 de setembro de 1997, e pelo Decreto nº. 13.957, de 11 de maio de 1998. A sua estrutura de funcionamento é garantida por meio de uma

¹⁶⁷ A título de exemplificação podemos mencionar o fato do estado do Ceará concede até 99% de isenção de ICMS às empresas que se instalarem em seus domínios territoriais; por sua vez, a Paraíba vem nos últimos anos empreendendo uma agressiva política com a redução do ICMS de 17% para 1% no segmento de redes de dormir, estabelecendo, assim, uma forte concorrência com o Rio Grande do Norte que é um grande produtor a partir da indústria instalada no município de Jardim de Piranhas.

solidariedade institucional estabelecida entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SEDEC), órgão administrador do programa, e a Potigás¹⁶⁸, empresa norte-rio-grandense responsável por receber os recursos para o fornecimento de gás natural subsidiado às empresas selecionadas pela SEDEC¹⁶⁹.

A concessão de mais esse benefício é uma manifestação concreta de que a guerra dos lugares atingiu um patamar que praticamente igualou as vantagens oferecidas pelos diferentes entes federativos, sendo, com isso, preciso a concessão de vantagens que vão além das comumente concedidas pelos demais entes estaduais, para que um estado, nesse caso o Rio Grande do Norte, se torne atrativo aos grupos industriais

Na essência o PROGÁS utiliza-se de um ativo territorial (BENKO; PECQUEUR, 2001)¹⁷⁰, que é a existência de gás natural em abundância no Rio Grande do Norte, com o objetivo de criar um atrativo diferencial entre o território potiguar e os demais estados da união na busca por captar investimentos produtivos. A sua existência somente foi possível pela produção de um amplo sistema técnico que envolve as Unidades de Processamento de Gás Natural da Petrobras, uma rede de distribuição de gás natural (Gasoduto Nordeste e o GASFOR) e os pontos de recebimento e distribuição da Potigás. O principal nó desse sistema técnico se dá em torno da Potigás que por meio de pontos de recebimento interligados ao Gasoduto Nordeste e ao GASFOR (Guamaré - Pecém) capta e comercializa gás natural no território potiguar através de uma rede distribuidora que abrange os principais espaços econômicos do estado, com destaque especial para as áreas com distritos industriais, a saber: Natal - São Gonçalo do Amarante; Parnamirim - Macaíba, e Mossoró¹⁷¹.

Essa rede de solidariedades técnicas e normativas proporcionou que o PRÓGAS fornecesse gás natural a preços subsidiados para as empresas consideradas prioritárias para o "desenvolvimento econômico" do Rio Grande do Norte, estejam elas já radicadas no estado ou ainda para aquelas que venham escolher o território potiguar como *locus*

¹⁶⁸ A Potigás é uma empresa de "economia mista responsável exclusiva pela distribuição de gás canalizado no Estado do Rio Grande do Norte, fundada em novembro de 1993 (Lei Estadual n.º 6502 de 26.11.1993), tendo suas operações tiveram início em 8 de março de 1995". In: www.potigas.com.br

¹⁶⁹ In: Lei Nº 13.957, de 11 de maio de 1998.

¹⁷⁰ Para Georges Benko e Pecqueur (2001, p. 42) há uma diferença entre recursos e ativos, sendo que por ativo, entende-se "os fatores em 'atividade', enquanto que por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente".

¹⁷¹ Encontra-se em fase de conclusão o Gasoduto Goianinha que fornecerá gás natural ao Distrito Industrial de Goianinha. No final de abril de 2016 as obras do referido gasoduto atingiram 80% do previsto. In: "Obra do gasoduto de Goianinha atinge 80% de execução", disponível em: <http://www.potigas.com.br/>

de suas atividades produtivas. As empresas favorecidas com gás subsidiado podem fazer uso do benefício por até cinco anos, prorrogáveis até duas vezes por período igual. Os recursos para o fornecimento desse gás subsidiado advêm de duas fontes específicas, a primeira deriva da receita proveniente da Taxa de Licenciamento Ambiental de Operações e a segunda dos recursos correspondentes à amortização de empréstimos concedidos à PETROBRÁS através do PROADI¹⁷².

Desde quando entrou em funcionamento até os dias atuais o PROGÁS vêm a cada ano elevando o fornecimento de gás natural subsidiado as empresas sediadas no Rio Grande do Norte, de acordo com os limites estabelecidos pela SEDEC. O volume de gás fornecido mais do que triplicou entre 2002 e 2013, alcançando, consequentemente, um número maior de empresas atendidas que passaram de 3, em 2002, para 14 em 2013 (Gráfico 34).

Gráfico 34: Gás natural incentivado pelo governo do Rio Grande do Norte (2002-2013).
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Potigás.

A exemplo do PROADI, o PROGÁS também concentra suas ações em alguns circuitos específicos só que se direciona aos segmentos industriais mais caracterizados como grandes consumidores de energia. Nesse sentido, três segmentos dominam o conjunto de empresas beneficiadas, com destaque para indústria têxtil e de confecções, para indústria alimentícia e, sobretudo, para o segmento industrial que beneficia ou transforma matérias primas regionais como a indústria salineira, a da cal e do calcário,

¹⁷² In: 13.957, de 11 de maio de 1998.

com estabelecimentos que se dedicam a um beneficiamento industrial mais simples (salineira e cal, por exemplo) e outros que verticalizam o processo produtivo com indústrias destinadas à produção de argamassas, pisos e revestimentos.

Voltando mais especificamente às ações do PROADI, sobretudo no que concerne aos circuitos produtivos que se beneficiaram de suas normas ao longo desses 30 anos, pode-se claramente vislumbrar não apenas a posição que o Rio Grande Norte ocupa na hierarquia da divisão territorial do trabalho da formação socioespacial brasileira, mas também as perversidades que a guerra dos lugares fomenta ou reproduz para os estados mais periféricos da nação.

Esta assertiva pode ser inicialmente vislumbrada pelo fato de que a maioria dos empreendimentos contemplados diz respeito a circuitos produtivos relacionados às indústrias tradicionais, sendo pouco expressivas, pelos menos nos 15 primeiros anos de funcionamento, as atividades produtivas com incorporações e densidades mais elevadas de técnica e capitais. Se tomarmos como exemplo o período compreendido entre 1985 e 1999, constatamos que os circuitos produtivos dos têxteis e das confecções foram os mais beneficiados pelo programa, pois abarcaram 35% do total de projetos. Aqui nitidamente se reproduzia aquela tendência do estado de manter uma especialização produtiva nessa atividade, não ao ponto de sustentar os níveis predominantes do final dos anos 1970 e primórdios da década de 1980, quando a capital norte-rio-grandense tornou-se a cidade das confecções, mas com condições de garantir a manutenção de um pólo de têxteis e de confecções em torno de Natal. Na sequência aparecia mais um segmento das indústrias tradicionais, trata-se, do circuito produtivo dos alimentos que sozinho perfazia 24% dos projetos do PROADI, o que acabou impulsionando consideravelmente esse segmento produtivo que nos anos seguintes, conforme evidenciaremos no próximo capítulo, tornou-se um dos mais importantes para atividade industrial do estado. O único segmento produtivo que incorporava maiores densidades de técnica e capital era a indústria química que absorveu 19% dos projetos, mas mesmo neste circuito o que constatamos foi a predominância de uma produção com baixa incorporação tecnológica (Gráfico 35).

Gráfico 35: Segmentos industriais beneficiados pelo PROADI -RN (1985- 2000).

Fonte: Elaboração própria a partir de Baracho (1999).

Há ainda uma diversidade de atividades produtivas relacionada a uma gama variada de circuitos produtivos, mas que de modo geral apresenta uma grande preponderância das atividades tradicionais o que quando somado aos circuitos dos têxteis, das confecções e dos alimentos eleva a participação das indústrias tradicionais a um patamar superior a 75% do total de empreendimentos beneficiados. Esta constatação permite afirmar que até o ano 1999, as políticas de promoção territorial do estado, ou em outras palavras a guerra dos lugares, não havia diversificado a estrutura industrial do estado, dado que direcionou suas ações aos circuitos tradicionais já presentes no Rio Grande do Norte, em vez de direcioná-las para as atividades produtivas que tanto incorporassem maiores densidades de técnicas e capitais, quanto verticalizassem o processo de produção industrial no estado.

E é justamente nesse último aspecto que reside uma das perversidades presentes nesse tipo de sistema normativo, uma vez que funcionando alinhado à lógica seletiva e hierárquica da globalização, a forma política que a guerra dos lugares encarna tende, via de regra, a reproduzir os padrões já cristalizados das divisões do trabalho pretéritas e atuais, na qual os estados da periferia se especializam ainda mais nas formas de trabalho menos intensas em capital e tecnologia. Nesse sentido, é preciso então destacar que quando um ente federal decide enveredar por esse tipo de política, a sua disputa por investimentos ocorre de acordo com as densidades técnicas e de capitais incorporadas

ao território e ainda de acordo com as camadas da divisão territorial do trabalho já estabelecidas, de modo que mesmo que constitua a mais ousada e agressiva política de concessão, sempre pesarão as densidades e as divisões do trabalho presentes em seu território. Isto quer dizer que não são todos os estados da formação socioespacial que dispõem de condições de disputarem as grandes empresas como, por exemplo, aquelas relacionadas ao setor automobilístico, que despontam como o segmento mais concorrido pelos estados brasileiros, conforme pode-se depreender do trabalho de Alexandre Comin (1998)¹⁷³. Assim, a localização ou a re-localização espacial por parte desse circuito produtivo vem se dando no âmbito da própria Região Concentrada, ou quando esses grupos optaram pelos espaços periféricos dirigiram-se aos estados mais dinâmicos como o que ocorreu na Região Nordeste, onde Bahia e Pernambuco foram os que conseguiram atrair dois grandes grupos do segmento, a Ford, que foi para Camaçari e a Fiat Chrysler Automobiles que recentemente estabeleceu um Pólo Automotivo da Jeep em Goiana, na região metropolitana de Recife¹⁷⁴.

A tendência registrada no período de 1985 a 1999 praticamente se manteve nos últimos 15 anos, dado que a indústria de transformação tradicional, com maior destaque para alimentos, bebidas, têxteis e confecções ainda continuaram a acumular a maior parte dos projetos aprovados. De acordo com dados da SEDEC, entre 2000 e 2015 aproximadamente 55% dos projetos aprovados estão relacionados a estes circuitos produtivos, o que indica que mesmo apresentando uma retração em relação ao interstício de 1985 - 1999, são essas circuitos os maiores beneficiários dos incentivos do PROADI.

Essa concentração na indústria tradicional torna-se ainda mais evidente quando tomamos o volume de capitais absorvidos por cada um dos segmentos que foram contemplados com recursos do PROADI. Para os primeiros anos de sua existência, isto é, de 1985 a 1999, essa concentração é ainda mais acentuada, principalmente, por que se tinha a necessidade premente de tentar manter no Rio Grande do Norte parte dos investimentos realizados pela SUDENE, que majoritariamente se concentraram nos circuitos tradicionais. Assim, para esse momento esses circuitos produtivos chegaram a

¹⁷³ Para compreender a dinâmica territorial da indústria automobilística nos anos 1990, bem como a encarniçada luta de estados e municípios pelos seus empreendimentos, consulte o trabalho de Alexandre Comin (1998), intitulado "De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90".

¹⁷⁴ In: Valor Econômico de 28/04/2015. Acesso a partir de <http://www.valor.com.br/empresas>.

absorver mais de 85% do total de recursos, com destaque para os têxteis e as confecções com quase 60% de tudo o que foi investido pelo programa (Gráfico 36).

Para o período de 2000 a 2015, mesmo que constatemos certa diminuição dessa concentração, os segmentos da indústria tradicional ainda mantiveram a sua condição de hegemônicos quanto à absorção de recursos do PROADI. Nesse intervalo de tempo os segmentos que mais contraíram investimentos foram os têxteis e as confecções que somaram aproximadamente 19%, e principalmente a indústria alimentícia e de bebidas que absorveram mais 27% do total de investimentos concedidos (Gráfico 36). Quando acrescentamos a indústria de extração e produção de minerais não metálicos, a concentração nas formas de produção tradicionais supera os 60% dos investimentos concedidos pelo PROADI. O que mais uma vez apenas corrobora a assertiva segundo a qual o PROADI, enquanto uma norma de promoção fundamentada nos preceitos da guerra dos lugares, reproduz as tendências da divisão territorial do trabalho, seja do ponto de vista de sua hierarquia nacional, ou ainda de suas camadas passadas que ainda permanecem encravadas no território potiguar.

Gráfico 36: Segmentos beneficiados pelo PROADI - RN (2001 - 2015).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela SEDEC 2015.

Se não houve uma maior diferenciação na estrutura industrial do território potiguar, haja visto a manutenção da predominância dos segmentos tradicionais, é preciso destacar aqui a elevação da participação do segmento dos químicos com

especial destaque para o circuito produtivo dos plásticos que abarcou 28% dos projetos aprovados. Mesmo que do ponto de vista dos recursos a participação desse segmento diminua consideravelmente como consequência de seus projetos absorverem somas reduzidas de capitais, a indústria química dos plásticos avançou consideravelmente no Rio Grande do Norte, tanto é que além de elevar a sua participação no PIB estadual Industrial, passando de aproximadamente 2.5% em meados dos anos 1990, para mais de 10% em 2015 do IBGE (BRASIL, 2015), ela ainda vem despontando como uma das principais exportadoras nos últimos dez anos, quando os produtos plásticos figuraram entre os principais itens da pauta estadual.

Ainda merece destaque a inserção de outros circuitos produtivos relacionados a indústria de combustíveis a partir do petróleo e da cana de açúcar. Esse segmento contou com a aprovação de dois projetos junto ao PROADI, o primeiro relacionado a um tradicional circuito produtivo do Rio Grande do Norte, o canavieiro, que vem direcionando parte de suas atividades à produção de álcool para exportação, e o segundo comandado pela Petrobras que, a partir de sua refinaria no estado, passou a produzir óleo combustível e querosene de aviação. Embora tenha incorporado apenas dois projetos é inegável a elevação tecnológica que esses segmentos trouxeram para a dinâmica geoeconômica do Rio Grande do Norte, especialmente quando comparados aos demais circuitos beneficiados. Tal situação pode nos anos ulteriores contribuir para uma mudança na estrutura industrial do território potiguar, principalmente, se essas inversões vierem a se elevarem ainda mais.

A produção de todos esses sistemas normativos e técnicos, expressos não apenas pelo PROADI e pelo PROGÁS, mas também pelos distritos industriais engendrou uma geografia industrial profundamente desigual no Rio Grande do Norte. No que concerne ao PROADI, o conjunto de empresas beneficiadas se concentram, majoritariamente, na Região Metropolitana de Natal e na Região de Mossoró que juntas chegam a reunirem perto de 80% de todos os empreendimentos financiados.

Isto fica evidente na topologia espacial desse processo e nos vazios de investimentos existentes nas regiões interioranas do território potiguar que, em muitos casos, não absorveram mais do que um projeto ao longo de todos esses anos de existência do PROADI. Com efeito, um programa que poderia disseminar formas menos concentradas de uso do território (Mapa 23), acabou repetindo os mesmos equívocos das políticas de industrialização regional que o precederam, como o caso do sistema normativo da SUDENE, que se notabilizou por concentrar suas ações em Natal.

Mapa 23: Distribuição espacial do PROADI nas regiões do Rio Grande do Norte 2016

Fonte: SEDEC (RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

A mesma lógica seletiva e concentradora de distribuição dos investimentos predominante no PROADI é reproduzida pelo PROGÁS. De modo geral os grupos industriais beneficiados por este programa estão localizadas nas áreas com maior densidade industrial do território norte-rio-grandense, que são a Região Metropolitana de Natal e a região influenciada por Mossoró, sendo que a única exceção é o grupo ceramista Caisa localizado em Goianinha (Mapa 24).

Mapa 24: Distribuição espacial dos beneficiados pelo PROGÁS no Rio Grande do Norte 2015.

Fonte: POTIGÁS. in: www.potigas.com.br.

É preciso assinalar que essa lógica de uso do território engendrada pelo PROADI, que em última instância é produto da guerra dos lugares, fomentou não apenas as desigualdades socioespaciais no Rio Grande do Norte, como também promoveu o processo de fragmentação de seu território. Podemos, assim, afirmar que desde a sua concepção até seus rebatimentos espaciais a guerra dos lugares aprofunda ainda mais o processo de fragmentação territorial, seja em função da pulverização normativa que possibilita, na qual cada ente federativo elabora seus próprios instrumentos de planejamento industrial sem qualquer coordenação e cooperação a nível da federação, seja ainda pelo fortalecimento e criação de ilhas de modernização geoeconômica que em muitos casos convivem lado a lado com espaços mergulhados na mais profunda letargia territorial.

Não obstante, a guerra dos lugares introduziu um nexos extremamente corporativo nas ações do Estado, na medida em que dissemina a prática da competitividade, que geograficamente se expressa por uma arrumação espacial para tornar os lugares mais aptos por meio de sistemas normativos, técnicos e de engenharia, para o acolhimento de empresas que, diante das inúmeras possibilidades oferecidas por

vários estados da nação, têm apenas que escolher os subespaços que apresentam as maiores e melhores vantagens para o tipo de circuitos produtivo que se pretende desenvolver. Usando as reflexões de Milton Santos (1989, p. 8), argumentamos que a guerra dos lugares criou no país "um exército industrial de reserva de lugares" que deu às empresas uma ampla e favorável margem de escolha, dado que elas têm ao seu dispor um leque formidável de oportunidades para o exercício de suas atividades.

7.3 A inserção do Rio Grande do Norte na geografia da globalização a partir dos circuitos produtivos tipo exportação

Uma das expressões geográficas do processo de globalização é a elevação dos fluxos de mercadorias que a partir dos anos 1970 e, sobretudo, no transcorrer das décadas de 1980 e 1990, passaram a cruzar os continentes e os territórios nacionais com intensidade inaudita. Mesmo que no período das fronteiras nacionais normatizadas e mais protegidas os fluxos de mercadorias apresentassem um volume considerável, nada se assemelhou ao que ocorreu nos anos 1980 com liberalização do comércio mundial a partir das normas globais de funcionamento da economia estabelecidas por instituições internacionais como a OMC e o GATT, por exemplo. Como assinala Chesnais (1996, p. 211), esse processo deu "ao capital uma liberdade de escolha quase total, no momento em que as novas tecnologias ampliam as opções como em nenhuma época anterior da história do capitalismo".

Peter Dicken (2008, p. 56) aponta para o vertiginoso crescimento do comércio mundial entre os anos 1950 e o final do século XX, e enfatiza que "a tendência global é clara: uma produção cada vez maior sendo negociada através das fronteiras nacionais". Desenha-se, portanto, uma geografia na qual a realização de muitos circuitos produtivos passou a acontecer, cada vez mais, para além das fronteiras nacionais com o comércio mundial adquirindo uma grande importância para a estruturação de várias formações socioespaciais.

O território nacional acompanhou essa expansão da geografia do comércio mundial e desde meados dos anos 1970 intensificou os seus fluxos extravertidos. Primeiramente o incremento se deu no contexto do milagre econômico e beneficiou sobretudo os estados mais dinâmicos do país com destaque para São Paulo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais. Ao explicar o "milagre econômico" Giambiagi (1988) diz que a expansão do comércio mundial com a elevação nos preços das commodities impulsionou o crescimento econômico nacional o que, por sua vez, acabou beneficiando as exportações brasileiras. Ainda na segunda metade da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, as exportações ganhavam um novo componente com a eclosão da dívida pública que obrigou o país a obter consecutivos superávits para o pagamento dos juros da dívida. Nesse momento, são estabelecidas algumas normas políticas para o favorecimentos dos circuitos produtivos que se realizavam na esfera mundial, como, por exemplo, a desvalorização cambial que objetivava incentivar as exportações do país.

Entre os anos 1980 e os dias atuais as exportações brasileiras apresentaram um quadro expansivo seguindo as tendências do mercado mundial, mesmo que isso tenha ocorrido intercalado com momentos de retração, conforme nos aponta Arroyo (2001), e como podemos anotar pelo gráfico seguinte. Um dado marcante nessa trajetória é que mesmo apresentando uma situação de expansão e estando inserida entre os vinte ou trinta maiores exportadores, a participação brasileira no comércio mundial ainda apresenta pouca expressividade. Desde o final dos anos 1980 até os dias atuais, as exportações brasileiras movimentaram-se num patamar que vai de 0,86% a 1,5% no computo do mercado mundial¹⁷⁵ (Gráfico 37).

Gráfico 37: Exportações brasileiras.

Fonte: Série Históricas (MDIC - SECEX, 2015).

¹⁷⁵ De acordo com Rapport sur le Commerce Mondial de 2015 (OMC, 2015), o Brasil ocupava em 2014, vigésima quarta posição no ranking do comércio mundial e suas exportações representavam 1,2% dos fluxos totais. Os cinco maiores exportadores eram China (12,4%), E.U.A (8,6%), Alemanha (8,0), Japão (3,6%) e Holanda (3,6%).

Mesmo que a participação do país no comércio mundial seja considerada modesta, os circuitos espaciais produtivos que engendram esses fluxos mundiais são peças essenciais para a dinâmica dos usos do território em muitas regiões e estados da formação socioespacial brasileira. Podemos dizer que no período da globalização o comércio mundial tornou-se, ainda mais, uma dimensão fundamental para desvendarmos o modo como cada estado participa da divisão territorial do trabalho do país.

Para a Região Nordeste esse movimento de expansão do Brasil no comércio mundial não apenas contribuiu para inserir alguns de seus subespaços na dinâmica da globalização, mas também serviu como um incentivador de muitos circuitos produtivos que intensificaram suas atividades e elevaram sua produtividade espacial como forma de melhor se inserirem nesse mercado dominado pela psicosfera da competitividade¹⁷⁶. O resultado é a constituição de dinâmicas territoriais que apresentam grandes incertezas porque vulneráveis as instabilidades da economia global, como poderemos constatar mais adiante.

Na esteira da expansão do Brasil no comércio mundial a Região Nordeste também intensificou as suas conexões como o sistema mundo por meio dos fluxos comerciais. Como aponta Araújo (1997, p. 11), o Nordeste elevou consideravelmente seus fluxos com o exterior, "duplicando seu valor exportado, que passou de US\$ 1,5 bilhão, em 1975, para US\$ 3 bilhões, em 1990". Os compartimentos territoriais que mais se inseririam nesse mercado mundial foram aqueles com maiores potenciais industriais com a Bahia, Pernambuco e Ceará, que não por coincidência, são os mais beneficiados com as políticas regionais do período anterior; ou ainda aqueles com uma grande especialização produtiva em circuitos de *commodities*¹⁷⁷, como por exemplo, o estado do Maranhão que nesse interstício acentuou suas exportações, sobretudo, com

¹⁷⁶ Como aponta Santos (1994b, p. 88), no período da globalização "a competitividade está se tornando irresistível no processo da economia política, sendo o espaço um dos instrumentos da competitividade".

¹⁷⁷ De acordo com a Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (<http://www.mdic.gov.br>), *Commodity* "é um termo de língua inglesa (plural commodities), que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias".

minério de ferro e alumina que podem chegar a perfazerem mais de 50% de suas exportações¹⁷⁸.

O Rio Grande do Norte seguiu a tendência nacional e da Região Nordeste e intensificou os seus fluxos extravertidos o que acabou contribuindo para a internacionalização de alguns de seus circuitos espaciais produtivos. De forma geral o território potiguar apresenta uma baixa participação na pauta nacional de exportações, o que, em última instância, reflete sua condição de periferia no capitalismo nacional. De acordo com Arroyo e Gomes (2013), o Rio Grande do Norte se insere na pauta nacional de exportações apenas com alguns circuitos produtivos como o das frutas tropicais e do pescado, e ainda acrescentaríamos, o sal que sempre esteve presente e a scheelita que nos últimos anos voltou a figurar nos fluxos internacionais do país.

No entanto, nossa análise não se direcionará à posição que o Rio Grande do Norte ocupa na totalidade das exportações nacionais. A questão central que nos guiará está, primordialmente, voltada para a compreensão de como o território potiguar por meio de seus circuitos produtivos se insere nesse movimento de globalização e, por conseguinte, como esta acaba influenciando na constituição de novas formas de uso do território ou na dinamização de outras já existentes¹⁷⁹.

A expansão das exportações do Rio Grande do Norte iniciada ainda nos anos 1970 continua no decorrer da década de 1980 seguindo, em muitos casos, os movimentos de aceleração ou de recessão da economia nacional, mas, de forma geral, apresentando uma situação de elevação nos valores exportados, mesmo se esses valores sejam considerados modestos. Assim, quando analisamos o período entre o início dos anos 1980 e 1990, constatamos que as exportações do estado passaram de aproximadamente US\$ 45 milhões para mais de US\$ 88 milhões, o que representa uma expansão considerável para uma economia como a do Rio Grande do Norte.

Ainda mais por que o percurso do estado até esse montante foi marcado pela instabilidade da economia brasileira ao longo dos anos 1980, apesar de todos os esforços de se preservar os circuitos produtivos com potenciais exportadores. Deste modo, os fluxos de exportação registraram momentos de expansão mais intensa, como no início dos anos 1980, e outros de recuo, como na segunda metade desta década,

¹⁷⁸ In: MDIC - Aliceweb, (2015).

¹⁷⁹ Mesmo que este trabalho se direcione especificamente para os circuitos industriais, nada nos impede quando necessário, de realizarmos análises sobre algum outro circuito produtivo que não os industriais, como, por exemplo, aqueles relacionados à fruticultura irrigada que sempre aparecem na pauta das nossas exportações.

quando efetuou-se uma queda das exportações. No entanto, apesar desse recuo na segunda metade dos anos 1980, a soma total da década apresenta um quadro expansivo, que, em última instância refletia uma política econômica nacional direcionada para de elevação das exportações¹⁸⁰. Ainda nesse debate Araújo (1997, p. 11) diz que os fluxos com o mercado internacional da Região Nordeste acompanhavam "a tendência mais geral da economia brasileira nos recentes anos de crise, instabilidade e retração da demanda interna: ampliar suas articulações com o exterior"¹⁸¹.

Na década de 1990 o Rio Grande do Norte segue dinâmica semelhante a dos anos 1980, isto é, espelhando os movimentos mais gerais da economia nacional, mas também apresentando as especificidades e dificuldades de seus circuitos produtivos, sobretudo, no que diz respeito a sua inserção na dinâmica do mercado mundial. Com isso, entre 1990 e 1995 as exportações do Rio Grande do Norte acompanharam a tendência nacional e recuaram, passando de US\$ 88 milhões, em 1990, para US\$ 79 milhões em 1995 (Gráfico 38). Tal situação refletia a valorização cambial da moeda nacional e o consequente encarecimento dos produtos brasileiros no exterior que foram deslocados desse mercado mundial por produtos oriundos de outros países da periferia do capitalismo mundial.

¹⁸⁰ Em 1983 o governo estadual, acompanhando as ações da União, decide lançar um Guia de Exportação do Estado. O guia foi elaborado pela Secretária de Indústria e Comércio através Promoexport com o intuito de promover e divulgar produtos e empresas estaduais no exterior. In: Diário de Pernambuco de 8/3/1983, p. 15.

¹⁸¹ Martins (2005, p 64) sintetiza esse momento da economia nacional e, particularmente, no que toca as exportações, quando diz que, "o ponto que mais interessa ressaltar, no entanto, é o de que a política de comércio exterior orientou-se então, nos anos 80, no que tange às exportações, pela prioridade à expansão comercial como estratégia de geração de mega-superávits, ou seja, com foco na quantidade ao invés da qualidade das exportações".

Gráfico 38: Exportações do Rio Grande do Norte (1985 - 1999)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC - Aliceweb (BRASIL, 1985 - 1999).

Somente a partir da segunda metade desta década é que constatamos um movimento de recuperação dos fluxos de exportação do estado. Se em 1995 registrou-se o decréscimo em relação ao início da década, a partir de 1996 é possível verificar um gradativo movimento de expansão das exportações, que atingem em 2000, o total de US\$ 149 milhões. Em certa medida esta retomada estava relacionada ao fortalecimento e ao surgimento de novos circuitos produtivos que elevaram a inserção do Rio Grande do Norte no mercado mundial, como demonstram Cardoso Junior e Meireles (2009), e ainda ao processo de desvalorização da moeda nacional que tornou o produto brasileiro mais competitivo no mercado mundial.

A partir do ano 2000 o movimento exportador do Rio Grande do Norte registrou uma contínua elevação dos seus fluxos, com destaque para o ano de 2004, quando as exportações superaram US\$ 573 milhões em função da introdução do petróleo na sua pauta. Mesmo que nos anos seguintes se constate uma redução, principalmente, a partir de 2008 em função da crise mundial que afetou vários circuitos produtivos, entre 2000 e 2015 o estado mais do que dobrou os seus fluxos comerciais com o exterior, passando a operar num patamar sempre próximo dos US\$ 300 milhões (Gráfico 39).

Gráfico 39: Exportações do Rio Grande do Norte (2000 - 2015)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC - Aliceweb (BRASIL, 2000-2015).

Aqui mais uma vez o Rio Grande do Norte seguia a trajetória ascendente do Brasil no mercado mundial, que nessa década aumentou sua participação a uma taxa anual superior a 20%¹⁸². Como pontuam Fontenelle e Melo (2010, p. 12), essa forte expansão do Brasil no comércio global veio num contexto internacional de elevação dos preços das *commodities* e de expansão econômica, o que se refletiu em um aumento da demanda por exportações dos países que registravam uma expansão econômica.

A intensificação do movimento exportador a partir da segunda metade dos anos 1980 e, com maior, ênfase no transcorrer dos anos 1990, acabou configurando uma estrutura de fluxos que tinha os Estados Unidos e a Europa como os seus principais mercados compradores. Entre 1990 e 1999 os Estados Unidos foram, com margem expressiva de folga, o principal parceiro comercial do estado, sempre movimentando fluxos superiores a 30% das exportações totais, chegando, em alguns anos, como por exemplo, em 1992, a contabilizar 45% do comércio exterior do Rio Grande do Norte. As exportações para os Estados Unidos no período de 1990 a 1999 movimentaram mais de US\$ 295 milhões, ou 33% do total exportado, o que representa quase três vezes mais do que o volume movimentado pelo Reino Unido, segundo maior parceiro comercial do estado com US\$ 102 milhões; esta situação revela a dimensão que esse país apresenta para a dinâmica das exportações do território potiguar no período da globalização.

Após os Estados Unidos, aparecem como principais parceiros comerciais do Rio Grande do Norte, os países que compõem a União Européia, com destaque especial para

¹⁸² A partir da análise dos dados contidos no Rapport sur le Commerce Mondial 2015 (OMC, 2015), é possível apontar para uma média geral de 20% de elevação na participação no comércio mundial.

o Reino Unido e Holanda. Se analisarmos as exportações sob o ângulo dos blocos econômicos, a União Européia representa o principal parceiro comercial do território potiguar, uma vez que chegou a movimentar fluxos que atingiram mais de 35% do volume exportado entre 1990 e 1999, o que perfaz um montante superior a US\$ 325 milhões.

A substancial elevação da complementaridade espacial na era da globalização ao mesmo tempo em que redistribuiu e fragmentou o processo produtivo, também elevou os fluxos de mercadorias, bem como os territórios nacionais em diversas partes do mundo, que passaram a participar desse processo. Isto quer dizer que ao mesmo tempo em que se concentraram nos Estados Unidos e na Europa, os fluxos de exportação do estado também se irradiaram por mais de uma centena de países dispersos por todos os continentes, com destaque para países mais próximos como Argentina, para o Japão que desde os anos 1980 se firmou como parceiro comercial do estado, ou ainda para os países do continente africano como, por exemplo, Nigéria e Angola que vivenciando um processo de expansão econômica entraram na rota dos produtos do Rio Grande do Norte nos últimos anos.

Entre 2000 e 2015 mesmo com o Brasil vivenciando um intenso processo de reorientação de suas exportações, com a China passando a rivalizar com os Estados Unidos o status de principal parceiro comercial do país¹⁸³, o Rio Grande do Norte continuou a ter nos norte-americanos o seu grande parceiro mundial, concentrado 28% das exportações estaduais, o que representa mais do que o dobro do segundo maior parceiro, que nesse interstício passou a ser a Holanda. No entanto, é preciso pontuar que mesmo com manutenção da hegemonia norte- americana, constatamos que ocorreu uma diminuição nessa concentração com outros países elevando ou se inserindo nas relações comerciais do estado. Essa redistribuição ao mesmo tempo em que elevou a participação dos países da Europa, como França e Itália, ampliando ainda mais a participação da União Européia, enquanto bloco econômico, que passou a perfazer, aproximadamente, 36 % do total de fluxos de exportações do estado, também favoreceu outros países que se inseriram ou ampliaram as suas relações econômicas com o Rio Grande do Norte ao longo desses últimos 15 anos. Foi isso que ocorreu, por exemplo,

¹⁸³ A título de ilustração apontamos que em 1999 enquanto os Estado Unidos eram o principal destino comercial do país com um volume de mais de US\$ 10 bilhões em exportações, a China ocupava o 14º lugar com fluxos na ordem de US\$ 676 milhões; já no ano de 2015 a realidade era completamente diferente com a China ocupando o lugar de principal destino das exportações do Brasil com mais US\$ 35 bilhões em transações, na frente dos Estados Unidos que movimentaram US\$ mais de 24 bilhões. Dados In: MDIC - Aliceweb, (1999;2015).

com a Nigéria que elevou sua participação nas exportações e com Trinidad e Tobago e as Ilhas Virgens Britânicas, que intensificaram de tal modo a absorção de exportações que se tornaram, respectivamente, o quinto e décimo parceiro comercial do Rio Grande do Norte no interstício de 2000 a 2015 (Mapa 25).

Por ser o principal parceiro comercial do território potiguar das últimas duas décadas, os Estados Unidos também é o país que apresenta a estrutura de fluxos mais diversificada, dado que contêm tanto itens básicos como as castanhas, lagostas e camarões, produtos os quais o país ainda é o maior consumidor, quanto produtos manufaturados como as t-shirts e os artigos de confeitaria, que também tiveram este país como seu destino maior.

Mesmo também apresentando uma diversificação quanto aos produtos, as exportações destinadas aos países europeus, têm como principal item, as frutas tropicais e, secundariamente, o camarão. Basicamente a maioria dos países do bloco europeu tem a predominância dessas mercadorias em seus fluxos, com destaque para a Holanda que se converteu numa espécie de entreposto comercial¹⁸⁴, dado que parte expressiva dos fluxos de frutas que o país absorve por meio do porto de Rotterdam, é redistribuída para os mercados consumidores do continente.

Os outros países que absorvem fluxos do Rio Grande do Norte também apresentam certa tendência a concentrarem em um produto específico, como são os casos de Trinidad e Tobago e das Ilhas Virgens Britânicas, nos quais predominaram as exportações de petróleo bruto, em que esses países contabilizaram a quase totalidade dos fluxos emitidos pelo estado, ou ainda, os casos da Nigéria e da Argentina, que concentraram as suas importações em sal e produtos têxteis como fios de algodão e roupas de cama, respectivamente.

¹⁸⁴ A este respeito consulte o trabalho de Carvalho e Miranda (2009), intitulado, "As exportações brasileiras de frutas: um panorama atual".

Mapa 25: Destino das exportações do Rio Grande do Norte por país em US\$ (1997-2016)

Fonte: MDIC-Aliceweb (BRASIL, 1997-2016).

Uma dimensão fundamental das exportações norte-rio-grandense não apenas ao longo dos anos 1980, mas de todo o seu percurso nos anos ulteriores, é a maciça presença de produtos básicos fortemente relacionados ao beneficiamento e processamento de recursos naturais e de produtos vegetais. Este aspecto revela que a inserção do estado nessa nova geografia da globalização comercial está intimamente relacionada com as suas "geografias passadas". Embora essas tenham mudado radicalmente no período anterior quando os circuitos produtivos se voltaram para o mercado interno, as marcas geográficas, ou as rugosidades como diria Milton Santos (1978a), ficam no território e acabam influenciando o modo como um compartimento se insere na divisão territorial do trabalho dominante em um dado período. Não é por outros propósitos que Dicken (2012, p. 52), afirma que os "traços dos mapas anteriores - padrões anteriores de especialização geográfica ou divisões do trabalho - continuam influenciando o que está ocorrendo atualmente".

Assim, o Rio Grande do Norte intensifica sua participação no movimento mundial de mercadorias por meio de uma pauta de exportações dominada por produtos básicos e semi-manufaturados, sendo, portanto, inexpressivos os fluxos de produtos manufaturados ou com maior valor agregado. Em 1980 os produtos básicos perfaziam

67% do total de fluxos gerados pela economia potiguar; na sequência apareciam os produtos semi-manufaturados com 7,7% das exportações e os produtos manufaturados que perfaziam, aproximadamente, 24% das exportações, sendo que dentre estes se destacam os produtos têxteis que já começavam a aparecerem na pauta da exportações estaduais¹⁸⁵.

Entre 1985 e 1989 mesmo registrando certa mudança na estrutura das exportações do estado, os produtos básicos ainda comandam a pauta dos fluxos de exportação. Nesse momento, os semi-manufaturados e manufaturados passaram a perfazerem 48,6% das exportações estaduais, enquanto que os produtos básicos ainda dominavam a pauta estadual com 51,4% das exportações. Se tomarmos o ano de 1989¹⁸⁶ para uma análise mais minuciosa dos produtos exportados, constataremos que dominavam aqueles com baixo valor agregado como os fios de algodão, castanha de caju, sucos diversos (abacaxi, caju, maracujá), óleos de rícino refinado e outros artigos do vestuário (Tabela 6).

Exportações do Rio Grande do Norte em 1989	
Produtos	Valor em US\$
Fios de algodão	13.806.177
Castanha	12.887.134
Lagosta	10.368.673
Óleo de rícino	7.722.966
Couros e peles	6.263.256
Melão	5.956.674
Cordas de sisal	2.445.843
Tecidos	1.830.991
Confeitaria	1.514.985
Calças e bermudas	1.466.772
Demais produtos	6.408.419
Total	70.671.890

Tabela 6: Exportações do Rio Grande do Norte em 1989.
Fonte: MDIC - Aliceweb (1989).

Ao longo da década de 1990 constatamos que mesmo perdendo espaço nos anos iniciais, os produtos básicos ainda continuaram a comandar a estrutura das exportações do estado. Assim, nos primórdios dos anos 1990 os produtos básicos reduziram a sua participação, enquanto os produtos semi-manufaturados manufaturados, de maneira geral, passaram a dominar a pauta de exportação do estado. Nesse momento as

¹⁸⁵ Os dados para os anos de 1980 e 1985 são da CACEX - Banco do Brasil, In:Carvalho (2001, p. 82).

¹⁸⁶ Tomamos apenas o ano de 1989 por que o MDIC não dispõem de dados de exportações discriminados por produtos para os anos anteriores.

exportações dos básicos foram reduzidas e passaram a oscilar entre 40% e 45% do total exportado; por sua vez, os produtos semi-manufaturados e manufaturados elevaram sua participação, passando a deter algo em torno de 60% e 55% do volume exportado (Tabelas 7 e 8). Aqui se pode argumentar que o território potiguar estava reproduzindo mais uma tendência da formação socioespacial brasileira, que é aquela de especializar suas exportações em produtos semi-manufaturados e manufaturados, mas com baixo valor agregado.

Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 1990 - 2000 (em US\$)												
Ano / Posição	1990		1992		1994		1996		1998		2000	
	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB
1	Fios de algodão	23.049.711	Castanha de caju	21.666.802	Melão	25.821.928	Melão	20.556.518	Melão	25.672.765	T - Shirts	21.382.334
2	Lagostas	17.580.813	Lagosta	11.900.957	Castanha de Caju	16.453.036	Castanha de Caju	17.751.688	Castanha de Caju	13.558.167	Melão	20.545.994
3	Castanha de caju	16.182.979	Melão	10.841.760	Confeitaria	7.884.631	Açúcares	15.915.833	Açúcares	11.391.000	Castanha de Caju	20.459.565
4	Couros e peles	7.959.087	Confeitaria	6.485.928	Couros e peles	6.676.229	Couros e peles	12.291.250	Couros e peles	8.727.895	Camisa	15.553.164
5	Melão	7.311.693	Fios de algodão	5.298.263	Açúcares	6.627.500	Confeitaria	8.198.157	Confeitaria	7.768.942	Camarão	13.460.698
6	Confeitaria	4.733.046	Couros e peles	4.924.316	Sal	3.568.138	Lagosta	4.449.782	Sal	6.782.868	Açúcares	9.360.543
7	Tecido	2.309.200	Tecido	2.099.854	Fios de algodão	3.341.338	Tecidos	4.163.930	Frutas	5.804.245	Sal	8.889.993
8	Cordas de sisal	2.253.597	Fios de Poliéster	1.958.214	Cordas de Sisal	2.539.721	Cera de Carnaúba	2.516.845	T-shirt	4.721.492	Confeiteira	7.576.017
9	Vestuário	2,045.107	Cordas de sisal	1.452.778	Lagosta	2.352.469	Sal	2.258.427	Tecido	4.483.596	Peixes	7.522.097
10	Óleo de Ricino	1.769.652	Manga	926.558	Alcool	1.387.750	Sucos	2.159.355	Lagosta	2.398.492	Banana	5.536.503
11	Diversos	3.604.744	Diversos	5.378.718	Diversos	10.076.526	Diversos	4.614.001	Diversos	10.438.510	Diversos	19.155.294
Total		88.799.629		72.934.148		86.729.266		94.875.606		101.748.152		149.442.202

Tabela 7: Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 1990 - 2000 (em US\$).

Fonte: MDIC - Aliceweb (BRASIL, 1990-2000).

Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 2002 - 2014 (em US\$)														
Ano / Posição	2002		2004		2006		2008		2010		2012		2014	
	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB	PRODUTO	US\$ FOB
1	Camarão	47.493.960	Petróleo	284.242.327	Melão	58.117.140	Melão	64.993.158	Castanha de caju	45.945.003	Melão	54.056.370	Melão	60.054.362
2	Melão	24.185.797	Camarão	82.616.527	Castanha de Caju	45.565.664	Castanha de caju	44.644.627	Melão	45.708.351	Castanha de caju	37.358.438	Tecidos	28.052.845
3	Petróleo	24.063.496	Melão	45.470.193	Camarão	43.858.080	Consumo de Bordo	31.095.391	Açúcares	27.623.476	Consumo de bordo	18.759.483	Castanha de Caju	20.092.203
4	Castanha de Caju	19.098.944	Castanha de Caju	32.789.102	Petróleo	27.933.228	Açúcares	28.191.061	Banana	17.644.906	Confeitaria	16.817.021	Sal	19.033.349
5	T - shirts	17.700.364	Banana	14.812.680	Banana	24.583.350	Camarão	24.980.580	Sal	14.277.971	Banana	13.510.049	Chapas Plásticas	13.401.879
6	Peixes	13.837.930	Confeitaria	14.589.134	Açúcares	24.603.582	Confeitaria	20.060.904	Confeitaria	13.513.697	peixes	13.063.112	Confeitaria	11.158.268
7	Banana	13.673.136	Peixes	11.275.341	Álcool etílico	24.007.072	Álcool etílico	18.452.236	Cobertores e Mantas	12.635.194	Produtos de Origem Animal	12.021.989	Tungstênio	10.626.666
8	Açúcares	11.934.600	Açúcares	11.250.862	Confeitaria	20.121.699	Banana	14.411.366	Consumo de bordo	12.075.563	Açúcares	11.500.896	Melância	9.015.739
9	Confeitaria	8.764.780	T - Shirts	11.049.578	Consumo de Bordo	14.191.898	Lagosta	13.676.853	Roupas de cama	11.998.340	Chapas Plásticas	10.357.550	Mamão	8.634.414
10	Sal	8.219.080	Lagosta	8.839.819	Tecido	12.276.377	Cobertores e Mantas	10.531.104	Energia elétrica	9.357.405	Manga	9.017.840	Produtos de Origem Animal	8.036.703
11	Diversos	34.746.137	Diversos	56.900.612	Diversos	76.752.576	Diversos	77.053.958	Diversos	73.958.325	Diversos	64.761.067	Diversos	63.250.401
Total		223.718.224		573.836.175		372.010.666		348.091.062		284.738.231		261.223.815		251.356.829

Tabela 8: Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte 2002 - 2014 (em US\$).

Fonte: MDIC - Aliceweb (BRASIL, 2000-2014).

No entanto, no final da década de 1990 e no início dos anos 2000 os produtos básicos elevaram substancialmente os seus fluxos de exportações, alterando novamente a estrutura do comércio exterior do estado. Entre 2000 e 2014, mesmo que seja possível constatar certa variação, com anos em que os fluxos dos produtos básicos flutuaram um pouco acima dos 50% do volume exportado, como em 2000, e outros anos em que se registrou uma intensa expansão, como em 2004, quando eles chegaram a perfazerem aproximadamente 80% do volume total exportado, o fato é que os produtos básicos tiveram grande peso nas exportações estaduais, apresentando, na média geral desse período, números sempre superiores a 55% do total exportado.

Aqui é preciso por em relevo que embora constatem os circuitos produtivos industriais com maior intensidade tecnológica, como, por exemplo, o das chapas plásticas, tenham aumentado a sua participação na pauta das exportações estaduais, o que prevaleceu foi uma inserção no comércio mundial visivelmente dominada por produtos básicos ou *commodities* altamente dependentes de recursos naturais como petróleo e castanha de caju, o que somente reforçou uma estrutura de exportações dominada por produtos básicos com baixo valor agregado de técnica e capital.

Ainda faz-se necessário realizar uma outra observação quanto à elevação dos produtos básicos na pauta de exportações do Rio Grande do Norte. Tal situação está diretamente relacionada à participação dos circuitos produtivos pertencentes à agricultura técnico-científica que se desenvolve entre a Região Central e no Oeste Potiguar¹⁸⁷, e constitui uma especialização produtiva em torno da produção de frutas como melão e banana, principalmente. Nos anos em que esses produtos conseguem uma maior aceitação no mercado mundial, seja em função da depreciação da moeda nacional ou pela elevação das demandas no mercado, os produtos básicos elevam sua participação nas exportações estaduais, ocorrendo o inverso quando eles não logram essa inserção no mercado mundial, o que revela o peso que esses circuitos produtivos têm para essa dinâmica das exportações do estado.

¹⁸⁷ Os usos do território por esses circuitos produtivos tem sido estudados sob perspectivas diversas no Rio Grande do Norte, de modo que se avolumam referências que nos ajudam a compreender as dinâmicas e processos que eles engendram. A título de referência citamos aqui alguns trabalhos que lançaram luz sobre esta problemática, como a tese de doutorado de Albano (2011), intitulada "Globalização da agricultura: uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna; ou os trabalhos desenvolvidos pelo grupo constituído em torno de Denise Elias na UECE, como o de Gomes (2007), intitulado "Agricultura e urbanização: Novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro"; ou ainda o trabalho de Aldenôr Gomes (2003), intitulado "O pólo fruticultor Açu/Mossoró (RN)".

A dinâmica do comércio exterior do Rio Grande do Norte nesse período da globalização também pode ser apreendida pela diversidade dos produtos exportados. Percebemos que desde o início dos anos 1990, na medida em que ocorria a elevação das exportações, novos circuitos produtivos se inseriram nesse mercado mundial. De pouco mais de 80 produtos exportados no início dos anos 1990, elevou-se para mais de 200 produtos em 2014, o que revela que vários circuitos produtivos passaram a realizar parte de seu valor na esfera mundial.

No entanto, mesmo constatando essa elevação dos produtos exportáveis o território potiguar continuou com uma pauta pouco diversificada e que tem se mostrado concentrada em alguns produtos específicos. De acordo com Arroyo (2001, p. 92), a diversidade dos fluxos de exportação de um ente estadual pode ser mensurada pela "participação que os cinco produtos mais exportados têm sobre o total das exportações estadual", de modo que esses produtos totalizam mais de 50% das exportações é por que estamos diante de um território com baixa diversidade em sua pauta de exportação. Com efeito, constatamos que o Rio Grande do Norte nas últimas três décadas apresentou uma pauta pouco diversificada por que concentrada, majoritariamente, em torno dos 5 principais produtos.

Na passagem dos anos 1980 para os 1990 a concentração se mostrou mais intensa nos 5 principais produtos que chegaram a contabilizar mais de 80% do volume total dos fluxos de exportação da economia potiguar. Na medida em que os anos 1990 avançavam e novos produtos passavam a fazer parte da pauta das exportações estaduais, essa concentração foi se atenuando até atingir a marca de 51% no ano 2000. Daí por diante constatamos que a concentração ficou flutuado em torno dos 50%, em alguns momentos se elevava um pouco e em outros recuava, mas nunca operando abaixo dessa porcentagem; a exceção nesse movimento foi o ano de 2004 em função da súbita elevação dos fluxos de petróleo que sozinhos geraram quase 50 % das exportações estaduais. Para o ano de 2004 os fluxos dos 5 principais produtos exportados voltaram a operar na casa dos 80%, algo que apesar de restrito para esse ano, somente corrobora o caráter pouco diversificado das exportações do Rio Grande do Norte.

A questão da diversidade na pauta de exportação também engendra um debate em torno dos circuitos produtivos que movimentam esses fluxos. Do início dos anos 1990 até os dias atuais constatamos que ocorreram algumas alterações nos circuitos produtivos que compõem as exportações estaduais. Nesse período algumas atividades obtiveram sua inserção na pauta das exportações, enquanto outras foram deslocadas por

que não apresentavam mais as condições de alta competitividade que esse mercado mundial exige.

Entre 1990 e 2000 os circuitos dos têxteis e do vestuário tiveram presença marcante na pauta das exportações do Rio Grande do Norte, por meio da produção de fios de algodão, de cordas de sisal, de t-shirts, de camisas, de tecidos ou de outros artigos do vestuário, com destaque para os anos de 2000 e 2001, quando as t-shirts lideraram as exportações estaduais. Os fluxos gerados por esses circuitos produtivos além de refletir a sua importância para a dinâmica dos usos do território, também evidenciavam que as novas políticas de promoção territorial do Rio Grande do Norte concebidas a partir da segunda metade dos anos 1980, haviam mantido o dinamismo de alguns circuitos produtivos ao ponto de assegurarem a sua posição na hierarquia das exportações estaduais.

Do ano 2000 até os dias atuais constatamos que houve um certo deslocamento do produto potiguar no mercado mundial em função, principalmente, da concorrência do produto asiático que desenvolvendo uma produção centrada numa super-exploração da mão-de-obra, passou a abocanhar fatias cada vez mais expressivas desse mercado mundial e hoje domina grande parte da produção para esses segmentos produtivos¹⁸⁸. Mesmo com esse deslocamento de alguns artigos do comércio mundial como os fios de algodão, por exemplo, os circuitos dos têxteis e do vestuário ainda continuaram a apresentar um grande dinamismo para fluxos do Rio Grande do Norte tanto por meio das t-shirts e dos tecidos que ainda se mantêm na pauta estadual, quanto pela introdução de novos produtos como os cobertores, mantas e as roupas de cama que chegaram a figurar entre os itens mais exportados pelo estado.

Muitos dos circuitos produtivos que chegaram a figurar entre os principais contribuintes para a pauta estadual no decorrer dos anos 1990, foram aos poucos perdendo o seu dinamismo, seja por que não lograram incorporar novos sistemas técnicos ou ainda por que conseguiram se firmar nesse cenário mundial dominado por acirrada concorrência. Se enquadra nessa situação as produções de óleo de rícino que amplamente utilizado como insumo para diversas indústrias, chegou a figurar entre os

¹⁸⁸ O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1996, intitulado "la mondialisation des industries du textile, de l'habillement et de la chaussure", observava naquela época um intenso processo de deslocamento da produção dos têxteis, dos vestuários e dos calçados de países já industrializados para países "em vias de desenvolvimento" com grande destaque para os asiáticos que ampliavam sua participação na produção mundial na mesma proporção em que se intensificava a precarização das condições de trabalho. Já em 2015 a Union des Industrie Textiles de France, apontava que os cinco principais fornecedores de produtos têxteis e do vestuário para a União Européia eram: China, Bangladesh, Turquia, Índia e Paquistão. Disponível: <http://www.textile.fr/>.

principais itens da pauta estadual logo no início dos anos 1990, tendo no decorrer da década praticamente cessado seus fluxos de exportação; a produção de cordas de sisal foi outra que figurou com certa frequência na pauta de exportações nos anos 1990. Trata-se de uma produção tradicional que modernizou parte de seu processo de beneficiamento com subsídios da SUDENE e a partir dos anos 1980, aproveitando-se de certa elevação da demanda mundial, se re-inseriu nesse mercado exportando cordas até o final da década de 1990, quando se registrou um novo retraimento no comércio mundial e esse circuito praticamente cessou com suas exportações¹⁸⁹. Por fim, temos a indústria de sucos de frutas que na passagem dos anos 1980 para 1990 intensificou os seus fluxos de exportação até chegar a figurar entre os principais produtos exportáveis do estado. Aqui temos uma produção que se desenvolveu na esteira da expansão da agricultura técnico-científica e que a partir da segunda metade dos anos 1980, por intermédio da Mossoró Agro-industrial S.A. (MAISA), instala uma ampla unidade de beneficiamento na Região Oeste e passa a exportar suco concentrado de maracujá, abacaxi e melão, para o mercado europeu¹⁹⁰ até a segunda metade dos anos 1990, momento em que a valorização cambial da moeda nacional deslocou o produto potiguar que no final da década já tinha praticamente sumido da pauta estadual.

O circuito produtivo de couros e peles foi outro que figurou entre os principais produtos da pauta de exportações do estado em praticamente todos os anos da década de 1990. Desenvolvendo uma produção destinada quase que exclusivamente ao beneficiamento desse insumo, essa indústria manteve-se no mercado mundial até o princípio dos anos 2000, quando começou a perder vigor até quase se extinguirem os fluxos de exportação desse circuito. Na realidade a indústria de couros e peles do Rio Grande do Norte não conseguiu incorporar maiores densidades de técnicas e capitais nem para levar a diante uma ampla modernização do processo de beneficiamento, nem para verticalizar suas ações produtivas até a produção de calçados em geral.

Além disso, a partir dos anos 2000 iniciou-se uma reorganização produtiva em função do estabelecimento de novas normas ambientais. Tal situação pressionou ainda mais esse circuito produtivo que não apenas reduziu suas atividades como também fechou alguns de seus principais estabelecimentos industriais na Grande Natal o que,

¹⁸⁹ Para uma compreensão inicial do circuito sisaleiro consulte o "Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro", de autoria de Alves, Santiago e Lima (2005), e financiado pelo Banco do Nordeste.

¹⁹⁰In: Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 9/4/1988, p. 16, reportagem intitulada, "Maisa exporta à Europa seus sucos concentrados". Acesso a partir do <http://memoria.bn.br>.

por conseguinte, proporcionou uma grande redução em seu volume exportado que a partir do final dos anos 2000 deixou de figurar entre os maiores exportadores do estado, mantendo fluxos bem abaixo da média que lhe caracterizou ao longo dos anos 1990.

A pauta de exportações do Rio Grande do Norte ao longo dos anos 1990 também se compunha dos circuitos produtivos canavieiro e salineiro. Conforme já aventado no decorrer desse trabalho, trata-se de duas indústrias que desempenharam papel central na estruturação do território potiguar e que a partir dos anos 1970 avançaram num processo de modernização com vistas a atender ao mercado nacional, mas que também possibilitou uma maior expansão no mercado mundial, principalmente, nas décadas subsequentes, quando conseguiram figurar entre os principais produtos exportáveis do território potiguar.

O circuito canavieiro ampliou sensivelmente suas exportações de açúcar e de álcool no momento em que o sistema normativo do PROALCOOL começava a dar sinais de declínio, ainda no início dos anos 1990. Com isso, desde o princípio dos anos 1990 que os produtos do circuito canavieiro passaram a compor a pauta de exportações estaduais em posição de destaque tanto com o açúcar, quanto com o álcool, que aparece com menor frequência. Na passagem para os anos 2000 e nos anos seguintes as exportações desse circuito produtivo se intensificam ainda mais, sobretudo, as de açúcar que passam a operar num elevado patamar com destaque para os anos de 2006, 2008 e 2010, momento em que valor exportado flutuou acima dos US\$ 20 milhões.

A ampliação dos fluxos de exportação do circuito salineiro decorreu, em grande medida, do processo de modernização dos anos 1970 que alargou consideravelmente a capacidade produtiva de suas principais indústrias de beneficiamento que tiveram condições de atenderem tanto a quase totalidade do mercado interno, quanto às necessidades do mercado mundial, que se elevam a partir dos anos 1980 e, sobretudo, nas décadas ulteriores, impulsionando, dessa forma as exportações da indústria salineira potiguar que em vários anos chegou a responder por mais de 95% das exportações brasileiras de sal¹⁹¹. Assim, desde os anos 1990 que o circuito salineiro se apresenta como um dos produtos mais exportáveis do Rio Grande Norte, condição esta que se

¹⁹¹ A título de exemplificação podemos mencionar os anos de 1994 e 2014. De acordo com dados da SECEX, em 1994 as exportações de sal pelo Brasil alcançaram o equivalente a US\$ 3.568.441, sendo que desse total o Rio Grande do Norte foi responsável por US\$ 3.568.138; para o ano de 2014 a situação foi semelhante, tendo em vista que o país exportou US\$ 19.642.879, dos quais couberam ao Rio Grande do Norte US\$ 19.033.349.

mantêm nos transcorrer nos anos 2000, apesar de não ser constante para todos os anos dessa década.

Os circuitos produtivos da indústria pesqueira, mais especificamente aqueles relacionados ao beneficiamento e processamento de peixe, lagosta e camarão adquiriram importância no comércio exterior do Rio Grande do Norte no decorrer dos anos 1980. Inicialmente o destaque foi para as exportações de lagosta que no ano de 1989 foi o terceiro produto potiguar em volume de vendas, atrás somente da castanha de caju e dos fios de algodão¹⁹².

Durante os anos 1990 ocorreu a consolidação da lagosta na pauta estadual de exportações, em função de uma forte elevação da demanda mundial e de uma modernização técnico-científica nas etapas da captura e do beneficiamento desse crustáceo, o que possibilitou não apenas a elevação da produção, mas também uma racionalização do processo produtivo. A partir do ano 2000 a lagosta apresentou certa instabilidade nos fluxos de exportação com momentos de intensa expansão, como em 2008, quando suas vendas superaram US\$ 13 milhões, e outros de retraimento com o produto reduzindo substancialmente as suas vendas mundiais; mesmo assim, essa atividade produtiva ainda se manteve na pauta de exportação do estado apesar de não mais figurar entre os principais produtos.

Paralelamente à expansão da lagosta na pauta das exportações estaduais, constatamos a emergência de outro produto da indústria pesqueira no cenário do comércio exterior do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma variedade de peixes, com destaque para o atum, que emergiram para a pauta das exportações do estado ainda nos anos 1980, mas que somente nas décadas seguintes ganhariam grande importância com uma elevação intensa de seus fluxos. A elevação das exportações de peixe pelo estado deu-se no momento em que cresciam as demandas mundiais nos mercados norte-americano, europeu e, principalmente, no japonês em função de seu expressivo consumo do peixe atum. Se ao longo dos anos 1990 os peixes ainda apareciam timidamente na pauta estadual, a partir do ano 2000, esses fluxos se tornam mais expressivos e sucessivos com destaque para os anos 2002, 2004, 2011 e 2012, com suas exportações obtendo uma média superior a US\$ 13 milhões.

O outro produto que compõe a indústria do pescado do Rio Grande do Norte é o camarão, que ingressou na sua pauta de exportações a partir da segunda metade dos

¹⁹² In: MDIC - SECEX, Exportações do Rio Grande do Norte em 1989.

anos 1990. A intensa inserção do camarão potiguar no mercado internacional se deu a partir de uma conjunção de eventos que envolveu uma forte elevação da demanda no mercado mundial em decorrência da crise de produtores tradicionais (Equador e Tailândia) que diminuíram os seus fluxos, como apontam Cardoso Jr e Meireles, (2009). Conjugaram-se uma depreciação cambial da moeda nacional que barateou o produto potiguar e uma elevada produtividade espacial alcançada pelos produtores norte-rio-grandenses por meio da união das condições edafoclimáticas do estado e uma crescente incorporação de capital, técnica e ciência ao processo de produção.

Diante dessas circunstâncias, o camarão potiguar iniciou um movimento de expansão em seus fluxos de exportação e a partir do ano 2000 já se mostrava dentre os principais produtos da pauta estadual. O período compreendido entre 2001 e 2006 foi marcado por uma rápida ascensão nas exportações de camarão que atingiram seu maior patamar em 2004, quando o seu volume de vendas superou a marca dos US\$ 80 milhões. Do ano de 2005 em diante e, especialmente, a partir de 2007, conforme aponta o trabalho de Moraes (2013)¹⁹³, as exportações de camarão foram paulatinamente reduzindo a sua intensidade até que no 2012 elas se quer apareciam na pauta de exportações do estado. Este forte recuo das exportações de camarão pelo Rio Grande do Norte apresentou grande sinergia com o retorno de antigos produtores ao mercado mundial, mas principalmente com a política protecionista norte-americana que acusando o país de praticar dumping comercial (junto com vários outros países), passou a taxar o produto brasileiro que, gradativamente, foi perdendo um de seus principais mercados consumidores até diminuir radicalmente suas exportações.

A década de 2000 viu a emergência de outras atividades produtivas que além de impulsionarem as exportações estaduais, também elevaram a sua densidade produtiva, uma vez que os produtos incorporados ao comércio exterior potiguar, petróleo, combustíveis - lubrificantes e as chapas plásticas, apresentam maiores quantidade de técnica e de capital do que a maioria dos produtos que constituíam a pauta de exportações estadual até esse momento.

As chapas plásticas começaram a aparecer nas exportações do território potiguar em princípios dos anos 2000, acompanhando uma elevação que ocorria na Região

¹⁹³ O trabalho de Moraes (2013) traz interessante análise sobre a reorientação dos fluxos de camarão no Rio Grande do Norte, especialmente o item intitulado "A reconfiguração da circulação da carcinicultura brasileira: a atual distribuição do camarão potiguar".

Nordeste para esse segmento como um todo¹⁹⁴. De um movimento inicial bastante incipiente, os fluxos desse circuito produtivo foram se elevando e, em 2005, apareceram pela primeira vez entre os principais exportáveis do estado com um volume de vendas que ultrapassaram US\$ 12 milhões. Mesmo apresentando certa oscilação em função de redução nos mercados globais, nos anos ulteriores esse circuito mostrou uma tendência expansiva nas suas exportações, quando figurou novamente entre os principais produtos do estado, com destaque para o ano 2012, com suas vendas superando os US\$ 10 milhões.

Os outros produtos que surgiram para pauta exportações nos anos 2000 decorrem da intensificação e da verticalização das atividades da Petrobras no Rio Grande do Norte. Tal situação proporcionou uma ampliação do beneficiamento e da industrialização para obtenção de óleos, lubrificantes e combustíveis, especialmente, os destinados à aviação e as embarcações. Os primeiro fluxos internacionais oriundos desse circuito foram registrados em 2001, no entanto, estes não chegaram a figurar entre os principais produtos da pauta do Rio Grande do Norte. Somente em 2007 esses itens passariam a compor a lista dos principais produtos exportáveis do estado, permanecendo nessa condição até os dias atuais com destaque para o ano de 2015, quando o óleo combustível registrou uma extraordinária elevação em seus fluxos, o que ocasionou um incremento de aproximadamente 30% nas exportações do Rio Grande do Norte em relação ao ano anterior.

Quanto às exportações de combustíveis e lubrificantes, uma observação precisa ser feita, especialmente, quando analisamos os fluxos para o ano de 2015. Entre os anos de 2007 e 2014, os fluxos de combustíveis e lubrificantes eram especificamente os da aviação e de embarcações, no entanto, a grande expansão de 2015 foi produto da inserção na pauta estadual do óleo combustível que até então não havia figurado entre os produtos exportáveis do Rio Grande do Norte. Para termos uma ideia da inserção desse produto é preciso apenas apontar que as exportações de 2014 foram US\$ 251.356.829, e, em 2015, passaram para US\$ 318.039.847, sendo que desse total mais US\$ 65 milhões couberam ao óleo combustível, ou seja, a quase totalidade da elevação das exportações partiu desse produto, de modo que sem os seus fluxos as exportações do território potiguar permaneceriam no mesmo patamar de 2014.

¹⁹⁴ Para compreensão inicial desse circuito produtivo consulte o Informe Técnico do ETENE - Banco do Nordeste, intitulado "Indústria de transformação de plástico", elaborado por Martins et al (2014).

Pode-se conjecturar que essa inserção do óleo combustível no comércio mundial apresenta íntima relação com a depreciação cambial da moeda nacional que, em 2015, atingiu o seu mais elevado patamar, o que, por conseguinte, tornou o produto norte-riograndense mais competitivo no mercado mundial e acabou contribuindo na expansão de seus fluxos para além da formação socioespacial brasileira.

O outro item do circuito petrolífero que alcançou a inserção na pauta estadual de exportações e, por conseqüência, no mercado mundial foi o petróleo. Diferente dos combustíveis e lubrificantes, aqui temos um produto exportado na forma de óleo bruto, isto é, sem maiores acréscimos de capital e técnica. O petróleo bruto emergiu na pauta estadual em 2002 e nos anos seguintes apresentou uma fantástica expansão, especialmente em 2004, quando suas vendas ultrapassaram os US\$ 280 milhões, produzindo, com efeito, o melhor ano para o comércio exterior do Rio Grande do Norte. Nos anos seguintes, com a mesma intensidade com a qual o petróleo se inseriu no comércio exterior potiguar, ele se retirou e em, 2007, não mais produziu nenhum fluxo de exportação para o Rio Grande do Norte, deixando, definitivamente de realizar parte de seu valor na esfera mundial.

Além dos produtos do circuito petrolífero, outros itens também se inseriram na pauta das exportações estaduais dos últimos 15 anos. Trata-se, de modo geral, de algumas matérias-primas produzidas pela indústria mineradora potiguar, tais como: caulim, quartzitos e ouro em menor escala, e, principalmente, minério de ferro, granito e tungstênio. Apesar de não terem presença constante na pauta estadual esses produtos vêm elevando os seus fluxos ao longo dos últimos anos e já chegaram a figurar entre os itens mais exportados do estado nos anos de 2007, com minério de ferro, 2013 com granito, e 2014 com tungstênio.

Todos esses circuitos produtivos têm apresentado uma grande vulnerabilidade às vicissitudes do comércio mundial o que, em parte, explica as irregularidades na participação nas exportações do território potiguar. Esta vulnerabilidade tem relação não apenas com as oscilações do câmbio que acabam influenciando na competitividade do produto potiguar e na sua inserção no mercado mundial, mas também com o fato desses circuitos produzirem *commodities*, que intrinsecamente possuem uma lógica perversa funcionamento, como apontam Castillo e Frederico (2010), pois tornam os territórios e seus subespaços, ainda mais presos às demandas e às constantes agitações dos mercados internacionais.

Aliás, quando analisamos o movimento do minério potiguar no mercado mundial, esse traço vem a tona, dado constataremos uma progressiva expansão ao longo dos anos 2000 com quase todos os circuitos da indústria mineral elevando suas exportações até 2008, quando em virtude da crise mundial ocorreu uma significativa redução nos fluxos que somente a partir dos 2010 voltaram a operar num quadro de expansão.

O percurso desses circuitos produtivos até os dias atuais apresenta alguns traços distintos, por exemplo, apenas o tungstênio tem uma trajetória longa nas exportações do Rio Grande do Norte. Esse circuito já foi peça central para a estruturação do território potiguar, quando logrou ser um de seus principais produtos de exportação, no entanto, entrou numa espiral descendente a partir dos anos 1990 com a entrada dos chineses no mercado mundial, o que culminou com o encerramento das atividades em quase todas as mineradoras do estado. Somente nos últimos anos o tungstênio retornou a pauta de exportações do Rio Grande do Norte, influenciado novamente pelas ações dos produtores chineses que desta vez ao retirarem ou diminuírem sua produção, abriram espaço para que o minério potiguar se inserisse no mercado mundial. E assim se procedeu, tendo em vista que a indústria do tungstênio, mesmo com altos e baixos, passou a elevar a sua participação no comércio exterior estadual, sendo que entre 2010 e 2015, suas exportações superaram US\$ 25 milhões. Isto evidencia uma certa retomada que, no entanto, não se sabe até onde pode ir, pois sua atividade produtiva possui grande dependência frente às demandas do comércio internacional, que tradicionalmente tem contribuído de forma perversa para o seu funcionamento.

Trajetória oposta é aquela apresentada pelo minério de ferro e pelo granito que apenas nos últimos anos surgiram para comércio exterior do Rio Grande do Norte. Ao longo dos anos 1990 esses produtos praticamente não apareciam nas exportações estaduais, e quando surgiam era com fluxos insignificantes. Somente nos últimos anos constatamos um movimento mais agudo de inserção desses circuitos no mercado mundial com uma considerável elevação nas exportações. Contribuíram para tanto um forte aumento na demanda mundial ocasionada pela ampliação dos mercados chinês, europeu e americano, que de modo geral são principais consumidores do minério potiguar.

A internacionalização do minério de ferro norte-rio-grandense a partir da segunda metade dos anos 2000 apresenta íntima relação com a elevação das demandas da indústria chinesa que vem aumentando o seu consumo a uma taxa de 20% ao ano,

passando a importar mais de 50% de todo minério de ferro comercializado mundialmente¹⁹⁵. Na esteira dessa expansão, o minério de ferro do Rio Grande do Norte passou a elevar os fluxos que atingiram o ponto máximo em 2007, com exportações superiores a US\$ 12 milhões. Nos anos seguintes contata-se uma brutal oscilação nos fluxos desse circuito com anos em que se quer houve exportações, intercalados por outros com fluxos superiores a US\$ 1 milhão, o que apenas evidencia o quanto é inconstante e sensível aos mercados internacionais a dinâmica desse circuito no Rio Grande do Norte.

Já a inserção do granito potiguar no mercado mundial apresenta uma trajetória mais constate que, de forma geral, seguiu a dinâmica do comércio mundial, especialmente aquela relacionada aos mercados americanos e europeu. Deste modo, quando nos debruçamos sobre o desempenho desse circuito percebemos um movimento de ascensão até 2007. Desse momento em diante contata-se uma redução dos fluxos que atingiram US\$ 3.409.083, em 2008, e, em 2009, atingiram o seu menor nível desde 2004, com US\$ 1.363.171, em exportações. No entanto, nos anos seguintes o circuito voltou a expandir os seus fluxos de exportações, passando nos últimos anos a operar num patamar superior US\$ 5 milhões, o que tem colocado essa indústria entre uma das mais importantes para a dinâmica das exportações do estado.

Chegamos, por fim, aos circuitos produtivos que tiveram maciça presença na pauta de exportações do Rio Grande do Norte ao longo dos últimos 25 anos. Desde a expansão das exportações estaduais a partir dos anos 1980 já num momento de aceleração do processo de globalização, apenas três circuitos produtivos estiveram presentes em todos os anos entre principais produtos exportáveis do estado, trata-se dos circuitos produtivos do melão, da castanha de caju e dos artigos de confeitaria. O melão apresenta-se como o principal produto da pauta estadual e um dos principais itens da agricultura técnico-científica que se desenvolve no Rio Grande do Norte desde a Região Central até o extremo Oeste potiguar, quando se encontra com o Baixo Jaguaribe cearense, formando, assim, uma região direcionada à produção de frutas tropicais. Aliás, estes dois estados comandam as exportações de melão da formação socioespacial brasileira chegando a dominarem mais 90% desses fluxos ao longo dos últimos anos. A título de exemplificação expomos o ano de 2015, quando o Brasil exportou US\$ 154.298.760 em melões, dos quais US\$ 88.710.968 couberam ao Ceará, e US\$

¹⁹⁵ In: A China e o minério de ferro. Reportagem do Valor Econômico de 23/09/2013.

63.204.786 ao Rio Grande do Norte, o que representa mais de 95% das exportações totais para esse circuito¹⁹⁶.

A castanha de caju constitui-se noutro produto constante e com elevada participação na pauta de exportação do Rio Grande do Norte. Sua inserção no mercado mundial data da segunda metade dos 1980 quando registramos os primeiros fluxos internacionais para esse circuito, os quais ganharam ainda mais notoriedade no transcorrer dos anos 1990, no momento em que novos grupos industriais passaram a integrar o conjunto de empresas exportadoras do Rio Grande do Norte.

Apesar de certa instabilidade entre a década de 1990 e o ano 2000 as exportações de castanha de caju mantiveram uma situação de expansão, mas sempre operando num patamar que dificilmente ultrapassava os US\$ 20 milhões, exceção feita ao ano de 1992, quando se exportou quantia superior a este valor. A partir do ano 2000 o circuito adentra num novo movimento expansivo possibilitado pelo alargamento dos mercados europeu e americano, o que proporcionou um crescimento em seus fluxos que passaram a operar num patamar médio superior aos US\$ 30 milhões anuais quando consideramos toda a década. A expansão das exportações foi de tal magnitude que o circuito da castanha passou a realizar 70% de sua produção no mercado mundial, conforme evidencia Lima e Locatel (2016), o que se, por um lado, evidencia uma elevada internacionalização da atividade, por outro, a torna muito dependente de um mercado mundial, cuja lógica de funcionamento é marcada pela instabilidade e pelas incertezas.

Por fim, há ainda o circuito produtivo dos artigos de confeitaria que a exemplo dois antecessores apresenta uma longa trajetória nas exportações do estado. Tendo alcançado a sua inserção no mercado mundial ainda nos anos 1980, quando se iniciava uma internacionalização mais ampla, o circuito produtivo não apenas manteve os seus fluxos de exportação, como também elevou as suas vendas ao longo da década seguinte, saindo de aproximadamente US\$ 4 milhões, em 1990, para mais US\$ 8 milhões comercializados, em 1999, numa expansão considerável, sobretudo por que se constata que praticamente uma empresa comandava esse processo. Na atualidade, diferente dos circuitos produtivos anteriormente citados, este é o que apresenta uma situação monopolista com duas empresas concentrando não apenas as exportações¹⁹⁷, mas a

¹⁹⁶ In: MDIC - Aliceweb, (2015).

¹⁹⁷ Esta segunda empresa é a Candy Pop, que surgiu a partir da cisão na SIMAS Industrial, que era a empresa mais antiga na produção de artigos de confeitaria no Rio Grande do Norte. Consulte a este

produção industrial para esse segmento no território potiguar, como muito bem apontam Cardoso Jr e Meireles (2008).

Durante a década de 2000 os fluxos de exportação continuaram num movimento de expansão até sua interrupção em função da crise mundial de 2008, que reduziu as demandas no mercado mundial para alguns produtos específicos, principalmente, aqueles considerados não essenciais, como os artigos de confeitaria. Para a indústria potiguar o resultado foi imediato com a redução das exportações que sofreram uma acentuada diminuição nos anos seguintes, passando de mais US\$ 20 milhões, em 2008, para US\$ 12 milhões em 2011, o que representa o menor volume negociado de toda a década para esse circuito. Nos anos seguintes esse circuito apresentou uma trajetória de instabilidade com anos em que se registra uma elevação da produção como, em 2012, seguidos por outros com forte queda nos fluxos, como em 2015, quando mesmo com desvalorização cambial da moeda nacional, que em última instância favorece as vendas internacionais, o circuito apresentou nova redução das exportações. Tal situação, que não é específica desse circuito no Rio Grande do Norte, reflete de modo transparente a vulnerabilidade que representa um circuito produtivo ter grande dependência perante a perversa e instável lógica global de funcionamento dos mercados.

Essas aferições sobre os produtos norte-rio-grandenses que lograram uma inserção na esfera mundial nos conduzem ainda a realizar algumas ponderações sobre as empresas potiguares que são as maiores responsáveis pela globalização de seus respectivos circuitos produtivos, pois foram elas que agindo em diferentes escalas territoriais e articulando redes de cooperação estendidas em diversas partes do globo, possibilitaram a inserção de seus produtos no mercado mundial. Se nos anos 1970 a internacionalização dos circuitos produtivos era quase que exclusivamente realizada pelos grandes grupos multinacionais como muito bem aponta Palloix (1975)¹⁹⁸, com o avanço do meio técnico-científico-informacional e a ampliação das conexões geográficas, esse processo ficou um pouco mais diluído, embora ainda extremamente concentrado nas grandes multinacionais, dado termos a cada ano uma elevação no número de pequenas e médias empresas que também participem dessa globalização comercial.

respeito a reportagem da Tribuna do Norte de 19/03/2010, intitulada "Candy Pop começa a funcionar em Macaíba".

¹⁹⁸ Para Palloix (1975), as multinacionais são os grandes artífices do processo mundialização da economia (via de regra os franceses se referem a mundialização ao invés de globalização).

Tomando a formação socioespacial brasileira e mais especialmente a dinâmica do comércio exterior como objeto de sua análise Arroyo (2001) já havia averiguado esse fenômeno, quando afirmava que embora as exportações do país estivessem extremamente concentradas num seleto grupo de grandes empresas, era elevado o número de pequenas e médias empresas que participavam da atividade exportadora. Na atualidade a realidade é semelhante, dado que ao mesmo tempo em que se elevou ainda mais o número de pequenas e médias empresas exportadoras, a concentração das exportações permaneceu nas grandes empresas. Como exemplo tomamos o ano de 2015 quando um restrito grupo de pouco mais de 800 empresas concentraram perto de 90% dos fluxos de exportação do país, enquanto que na outra ponta, mais de 20 mil empresas foram responsáveis por 10% das exportações ¹⁹⁹.

Para o Rio Grande do Norte constatamos a reprodução de similar fenômeno com algumas poucas empresas comandando os fluxos de exportações estaduais. Em 1990 o estado possuía entre 40 e 50 empresas exportadoras, sendo que apenas 2 empresas exportavam na faixa entre US\$ 10 e US\$ 50 milhões, e eram essas que concentravam a maior parte os fluxos de exportação do estado. Já em 2001 o Rio Grande do Norte havia praticamente dobrado o seu número de empresas exportadoras que atingia a marca de 86 estabelecimentos. Sendo que desse total apenas 5 empresas exportavam na faixa de US\$ 10 a 50 US\$ milhões, o que perfaziam fluxos de aproximadamente 60% das exportações para o ano de 2001. Quando acrescentamos as 23 empresas que se inserem na faixa de US\$ 1 a US\$ 10 milhões, constatamos que essa concentração se eleva ainda mais, podendo atingir mais de 90% dos valores exportados (Tabela 9).

Empresas exportadoras do Rio Grande do Norte por faixa de valor exportado					
	2001	2004	2008	2012	2015
Faixa	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas
Mais de US\$ 50 milhões	0	1	0	0	0
US\$ 10 e 50 milhões	5	10	12	6	5
US\$ 1 e 10 milhões	23	35	28	38	41
Até US\$ 1 milhão	58	67	82	63	76
Total	86	113	122	107	122

Tabela 9: Empresas exportadoras do Rio Grande do Norte por faixa de valor exportado.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC - SECEX. (BRASIL, 2001-2015).

Quando direcionamos nossa análise ao outro extremo, constatamos a existência de aproximadamente 58 empresas exercendo as atividades de exportação no Rio Grande

¹⁹⁹In: Exportações brasileiras: Concentração de empresas por faixa de valores, (MDIC, 2015).

do Norte. De acordo com a classificação do MDIC, essas empresas produzem vendas anuais com valores inferiores a US\$ 1 milhão, sendo que no interior dessa faixa é elevadíssimo o número de empresas com fluxos inferiores a US\$ 20 mil anuais. A participação de todo esse grupo nas exportações estaduais pode ser considerada reduzida em função de sua representatividade que em 2001 correspondia a 67% do número total de empresas exportadoras, enquanto que os seus fluxos dificilmente atingiram 10% das exportações estaduais.

Para 2015 constata-se uma elevação no número de empresas que passaram a realizar parte de sua produção na escala mundial. De 86 empresas exportadoras em 2001, passou-se para aproximadamente 120, em 2015. Desse total, constatamos que a maior elevação ocorreu entre as empresas inseridas nas faixas de fluxos de US\$ 1 e US\$ 10 milhões, e, sobretudo, naquelas que exportam até US\$ 1 milhão anualmente. No entanto, uma análise mais detalhada revela que embora este último grupo tenha sido o que mais cresceu na composição da pauta estadual, a sua representatividade no total da exportações permaneceu baixa, flutuando nos últimos anos entre 8% e 11% do total exportado. Com efeito, as exportações do estado continuam fortemente concentrada nos dois primeiros grupos, principalmente, no grupo das 5 principais empresas (faixa entre US\$ 10 e US\$ 50 milhões) que podem ser responsáveis por até 70% do comércio exterior estadual.

Entre as empresas que mais participam nas exportações estaduais há uma certa diversidade no que concerne a sua origem, isto é, quanto a localização de seus centros de comando, de modo que há um número de empresas de capital local (nos setores de confeitaria, confecções e alimentos), de empresas multinacionais (nos setores salineiro e na fruticultura) e de empresas de capital nacional que são as predominantes em vários circuitos produtivos.

Cabe ainda assinalar que a maioria dessas empresas exportadoras, para não dizer todas, se adequaram ao máximo às condições de funcionamento impostas pela globalização comercial. Isto se expressa tanto no fato de terem estabelecido conexões nas principais cidades comerciais da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, seja com escritórios próprios ou por meio de *trading companies*, que se encarregam de redistribuírem suas produções; como também por que se enquadraram nas diretrizes estabelecidas pelas organizações mundiais. Estas organizações de modo geral, como aponta Santos (1994b), tentam estabelecer um governo global para regular o funcionamento da economia e da sociedade por meio da produção de normas e leis, ou

pela emissão de certificações de qualidade que podem assegurar a penetração das empresas em um dado país.

O horizonte aqui traçado para a compreensão dos fluxos globais gerados pela geoeconomia do Rio Grande do Norte também exige que lancemos luz mais especificamente nos espaços produtivos que são peças essenciais para consecução de todo esse movimento. Os fluxos de mercadorias que se realizam na esfera global são apenas uma dimensão dentro da unidade do processo produtivo, ou seja, eles fazem parte de toda uma rede de relações e conexões encadeada por um circuito espacial produtivo. Como muito claramente aponta Aydalot (1976), as correntes comerciais são apenas o resultado das localizações das atividades produtivas em uma dada parcela do espaço, de modo que por detrás desses fluxos globais existem lugares e regiões que participam desse movimento não apenas produzindo, mas colocando em movimento essa produção. Nesse sentido, faz-se mister regionalizar os fluxos de exportações para vislumbrarmos de que forma e quais são os subespaços do território potiguar que participam dessa dinâmica.

A geografia constituída em torno desses fluxos de exportação demonstra claramente não apenas uma hierarquização do território potiguar, mas também uma candente desigualdade territorial, exposta pelos sub-espacos emissores desses fluxos que estão restritos a algumas poucas cidades do estado. Mossoró e Natal são os centros de comando da dinâmica geoeconômica do estado, dado que esses municípios são os maiores exportadores (Mapa 26). Entre 2010 e 2015 o Rio Grande do Norte realizou exportações na ordem de US\$ 1 bilhão e 500 milhões, sendo que Mossoró foi responsável por mais US\$ 477 milhões, e Natal por pouco mais de US\$ 275 milhões, o que representa perto de 50% do total das exportações, evidenciando o quão concentrado é este processo.

Se ampliarmos a análise para a região polarizada por Mossoró e por Natal teremos aí uma elevação da concentração dos fluxos de exportação ao longo dos últimos 5 anos. Juntas essas duas regiões comandaram perto de 90% do total das exportações norte-rio-grandenses, sendo que apenas seis municípios responderam por quase 80% dos fluxos globais para este período. Na seqüência aparecem as regiões do Vale do Açu, com destaque para Ipanguaçu e Açu, que produziram exportações da ordem de 4%, a Zona da Mata Potiguar, comandada por Baía Formosa e Canguaretama com 4% das exportações, e, por fim, a Região Seridó que totalizou 2% das exportações do estado, com destaque para Currais Novos. Fica evidente que as exportações estaduais ou

participação de cada região nessa globalização comercial será tanto mais volumosa, quanto mais intensa for a divisão territorial do trabalho, o que corrobora uma assertiva de Santos (1994b), segundo a qual os vetores da globalização se difundem com maior intensidade nos sub-espacos mais carregados de técnica, ciência e capital.

Mapa 26: Principais municípios exportadores do Rio Grande do Norte - 2015

Fonte: MDIC-Aliceweb (BRASIL, 2015).

Assinalamos uma vez mais que o mapa geográfico das exportações do Rio Grande do Norte demonstra o quanto é seletivo e desigual o processo de participação de suas regiões nessa dimensão da globalização, que é o comércio exterior. Se referindo não apenas aos países do centro do capitalismo, mas também as suas periferias, Scott e Storper (2006)²⁰⁰ elucidaram essa questão quando afirmaram que se incorre num grande engano imaginar que a dinâmica da globalização promoverá uma irrestrita dispersão das atividades produtivas por todas as regiões de um dado país, pois o que continua a prevalecer é uma tendência a concentração das atividades econômicas em algumas poucas regiões, fato este, efetivamente, comprovado para o território potiguar como revela a dinâmica dos fluxos de exportação.

²⁰⁰ Scott e Storper (2006, p. 172) afirmam que "c'est une erreur fondamentale qu'assimiler la mondialisation à l'idée que le développement aujourd'hui implique une simple dispersion de l'activité économique, ou la fluidification de l'ordre économique en un espace de flux".

7.4 Renovação e expansão da infraestrutura material do território potiguar

O avanço do período da globalização marca o aprofundamento da divisão territorial do trabalho com o surgimento e a fragmentação de muitos circuitos de produção. Como apontam Scott e Storper (1986), esse novo momento do capitalismo viu a emergência de uma outra anatomia industrial, na qual o processo produtivo em muitos circuitos conheceu um processo de desintegração com a disseminação ou fragmentação das etapas para outras regiões e até países.

Tal movimento exige não apenas uma elevação e modernização de sistemas de engenharia, tais como, rodovias, portos e aeroportos, mas também de sistemas técnicos típicos do período atual como por exemplo, a telefonia móvel e a internet que ampliam exponencialmente as possibilidades de conexões entre os lugares, com a disseminação dos fluxos de comandos, de informações e de capitais. De fato, como aponta Arroyo (2006, p. 82), a densificação da divisão territorial do trabalho com elevação no número de circuitos produtivos e dos círculos de cooperação num país, numa região ou ainda em um estado específico, diríamos, exige a produção de "redes técnicas de transporte e comunicação como forma de garantir uma circulação adequada às novas demandas".

No Rio Grande do Norte, após um primeiro momento de modernização que nos anos 1960 iniciou a expansão das redes técnicas com a modernização da infraestrutura estadual (portos, rodovias e energia) e a integração do território potiguar à formação socioespacial brasileira, presenciou-se a partir dos anos 1990 um segundo momento ou uma renovação da materialidade do território estadual para usarmos as palavras de Santos e Silveira (2005). Desse momento em diante, constatamos que ocorreu tanto uma ampliação da estrutura material existente mesmo que de forma desigual e ainda insuficiente, quanto também presenciamos a produção de novos sistemas técnicos como os de comunicação que se tornaram centrais para as conexões entre os lugares na era da globalização.

No que concerne à infraestrutura de movimento (portos, rodovias e aeroportos) podemos dividir a sua produção em duas fases. Na primeira, que grosso modo, compreende os anos 1990, constatamos um brusco recrudescimento nas inversões de capitais fixos ao território potiguar o que refletia, em boa medida, a adoção quase irrestrita por parte do Estado brasileiro do ideário neoliberal com seu receituário de austeridade fiscal e financeira. As consequências da expansão dessa psicoesfera em

todos os níveis do Estado brasileiro (federal e estadual, sobretudo) foi uma drástica redução dos investimentos públicos na produção e renovação da infraestrutura em todo o país.

Nesse ínterim, as escassas inversões de capitais no território potiguar ocorreram para a manutenção e para uma tímida expansão de sua infraestrutura material (federal e estadual). No sistema rodoviário constatamos a recuperação e o asfaltamento de trechos de rodovias estaduais e federais que juntas totalizaram aproximadamente 350 Km de vias²⁰¹. Além disso, ainda durante esse período ocorreu a reforma e ampliação da estrutura aeroportuária do estado, mas aqui é preciso apontar que os investimentos foram mais direcionados para atendimento das demandas do segmento turístico do que para o escoamento produtivo, de modo que pouco contribuíram para uma melhoria nas condições de circulação do território potiguar.

A partir dos anos 2000 constata-se um movimento um pouco mais expansivo da infraestrutura estadual com inversões que abrangeram os principais modais de circulação. No que compete às rodovias os principais acréscimos ocorreram na BR 101, BR 226 e na BR 405. De forma geral, esses novos investimentos tanto elevaram a fluidez territorial interna do Rio Grande do Norte, quanto também sua conexão com a Região Nordeste e dessa com o território nacional. As inversões na recuperação e asfaltamento de trechos na BR 226 ampliaram as conexões entre a Região Seridó e a Região Oeste, mais notadamente na área polarizada por Pau dos Ferros, e deste município com o estado do Ceará. Por sua vez, as inversões na BR 405 potencializaram ainda mais um importante eixo de circulação do território potiguar, sobretudo, no que se refere à indústria salineira. As obras que se deram na "Rodovia do Sal", no trecho entre a divisa dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, serviram para aumentar a fluidez nessa porção do território, uma vez que possibilitam uma conexão entre BR 405 e a BR 230, por onde o sal potiguar segue até encontrar a BR 116 e daí seguir para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste²⁰².

As mais importantes inversões de capitais no sistema rodoviário potiguar se deram com a duplicação da BR 101 no sentido Natal - João Pessoa. A relevância dessa obra para o Rio Grande do Norte deriva da centralidade que a BR 101 adquiriu para a estruturação da circulação estadual de bens e insumos diversos. Dito com outros termos,

²⁰¹Informações contidas no trabalho de Souza (1997) e no Anuário Estatístico do IBGE (BRASIL, 1990-2000).

²⁰² In: www.dnit.gov.br

essa duplicação da BR 101 ganha importância não apenas porque se trata do principal eixo de conexão do território potiguar com outras porções/regiões da formação socioespacial brasileira, mas também porque essa elevação da fluidez territorial se efetua na área mais densamente ocupada em termos industriais do Rio Grande do Norte o que, por conseguinte, qualifica tanto a distribuição das mercadorias, quanto também o recebimento de insumos diversos por parte da indústria aí localizada.

Os sistemas de movimento portuário e aeroportuário também receberam e vem recebendo inversões de capitais com o objetivo de elevar a fluidez territorial do Rio Grande do Norte. Os investimentos na infraestrutura portuária foram realizados no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), e objetivaram melhorar e ampliar as condições materiais do principal porto do Rio Grande do Norte, o Porto de Natal, já que os demais ou são Portos de Uso Privativo (TUPs), como o de Guamaré e o de Natal, que pertencentes à Petrobras destinam-se unicamente à distribuição da sua produção de petróleo e derivados, como óleo e gasolina; ou ainda destinam-se exclusivamente à circulação de um produto, como é o caso do Porto Ilha, responsável por realizar o escoamento do sal potiguar.

Assim, um restrito processo de modernização da estrutura do Porto de Natal vem ocorrendo no transcorrer dos últimos anos com obras de drenagem e de ampliação e construção de um novo berço, o que possibilitará ao porto receber, simultaneamente, três navios de grande porte (ARROYO, GOMES, 2013). Mesmo com essa modernização o Porto de Natal ainda não garante uma fluidez mais efetiva aos circuitos produtivos sediados no Rio Grande do Norte, tanto é assim que boa parte da produção de frutas, produtos têxteis, de confecções e de minério de ferro, é escoada pelos portos de Pecem no Ceará e Suape em Pernambuco²⁰³.

Os investimentos no sistema aeroportuário dizem respeito à construção do Aeroporto Internacional Aluizio Alves, localizado em São Gonçalo do Amarante, que foi produzido em substituição ao aeroporto anterior, localizado em Parnamirim. A relevância desse sistema de movimento para circulação de produtos no estado decorre tanto da localização de um Hub dos Correios (em construção), que centralizará e distribuirá cargas para todo o país, quanto da possibilidade de localização do Hub da

²⁰³A título de exemplificação destacamos que em 2013, de acordo com dados do MDIC -Aliceweb, mais de 57% do valor exportado pelo estado saíram pelos portos de Pernambuco e do Ceará.

Latam²⁰⁴, que também teria a função de centralizar e distribuir fluxos de cargas e também de passageiros para todo o país e para o mundo. Caso seja efetivado esse segundo Hub, o território potiguar elevaria exponencialmente sua fluidez territorial, já que seriam criadas várias linhas de distribuição, o que elevariam as possibilidades de escoamento e distribuição via aérea de alguns circuitos produtivos do estado.

A década de 1990 também marcou o avanço de sistemas técnicos de telecomunicação que ao dotarem de novos conteúdos técnicos, científicos e informacionais o território potiguar, remodelam sua base material, uma vez que ampliam e complexificam as possibilidades de conexões entre os lugares. Como apontam Santos e Silveira (2005) e Santos (2008), essa remodelação da base material de todo o território nacional a partir do avanço do meio técnico-científico-informacional é uma exigência do período da globalização, no qual as empresas passam, cada vez mais, a dependerem de uma efetiva e, às vezes simultânea comunicação entre os lugares, como forma de garantir o funcionamento de uma nova estrutura produtiva sempre mais propensa a dispersão e concentração das instâncias da produção, da distribuição e do comando das atividades produtivas.

A expansão dos sistemas técnicos de comunicação em todo o território nacional dá-se a partir da privatização e abertura do sistema Telebrás sob a psicoesfera neoliberal de que a concorrência garantida pelo livre mercado promoveria o barateamento e a universalização dos serviços. Como forma de garantir a expansão dessa base material um novo marco normativo foi constituído por meio da Emenda Constitucional nº8, que estabeleceu a quebra do monopólio estatal da Telebrás e com a Lei 9.472 que definiu as bases de funcionamento das telecomunicações no Brasil.

Com efeito, a partir desse momento o território potiguar tanto privatiza a estrutura de comunicação já estabelecida, quanto também presencia o avanço de empresas multinacionais que expandem os seus serviços por meio da constituição de uma rede de objetos técnicos de telecomunicação, que embora mais concentrada nas áreas econômicas mais dinâmicas do estado, apresenta uma cobertura que abrange todo o território potiguar, com pelo menos uma empresa explorando esse serviço em cada município.

²⁰⁴Em entrevista concedida ao Jornal O Globo de 2/7/2016, a presidente da Latam, afirmou que o processo de escolha do novo Hub do grupo encontra-se paralisado em função da crise econômica e da diminuição das demandas da empresa.

Um pequeno grupo de cinco empresas de capitais nacionais e principalmente multinacionais (Vivo, TIM, Oi, Claro, Nextel) passam a explorar os serviços de telecomunicações em todo o território estadual. Suas ações embora cobrindo também a telefonia fixa se direcionam sobretudo para a expansão da telefonia móvel, que, na era da globalização, tornou-se um dos mais eficientes meios de comunicação e conexão entre pessoas e lugares. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios do IBGE (BRASIL, 2013), aproximadamente 74% da população do estado usava a telefonia móvel, enquanto para mesmo período apenas 32% dos domicílios estaduais dispunham dos serviços de telefonia fixa (BRASIL, 2015).

A expansão da infraestrutura de telefonia móvel no território potiguar ocorreu quase que concomitantemente a difusão e constituição de uma rede de internet. Assim como ocorre com a telefonia móvel, a expansão da rede de internet também apresenta uma configuração seletiva, sobretudo, no transcorrer dos anos 1990, quando se concentrou em apenas algumas porções do território. Foi somente a partir da segunda metade dos anos 2000 que esse sistema encontrou uma maior difusão no território estadual, com os serviços de Banda Larga (fixa+3G+4G) e, principalmente, Banda Móvel 3G que na atualidade é o responsável pela maior parte dos acessos a esse sistema de comunicação. Além disso, a partir de 2010 algumas ações do Estado Nacional ocorreram no sentido de garantir uma expansão mais equânime dos serviços de internet na formação socioespacial brasileira a partir do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que objetivava massificar o acesso à internet banda larga no país (BRASIL, 2012). O reatamento dessas ações no território potiguar ocorreu na forma de crescimento dos municípios conectados à rede mundial de computadores. E mesmo que possamos constatar que as cidades polarizadoras tenham um serviço de maior qualidade, a realidade é que as possibilidades de interligação e conexão entre os lugares foram exponencialmente elevadas com a constituição dessa rede de internet no território estadual.

Podemos constatar pelo mapa seguinte que a difusão desses sistemas técnicos-informacionais ocorreu de modo significativo no território norte-rio-grandense. Mesmo que esse processo tenha se revelado desigual como uma concentração na Região Metropolitana de Natal e na Região de Mossoró, verificamos que todas as regiões do estado apresentam a possibilidade de se conectarem com outros lugares independente de sua escala, seja por meio da telefonia móvel ou pela internet (Mapa 27).

Mapa 27: Cobertura de telefonia e internet móvel no Rio Grande do Norte em 2015

Fonte: TELECO (2015).

No período da globalização a construção de redes de telecomunicação a partir da telefonia ou da internet funciona como atributo geográfico qualitativo para os diferentes territórios, uma vez que trabalham não apenas como elemento encurtador das distâncias e da conexão entre os lugares, mas também como variáveis fundamentais para expansão de camadas de uma divisão territorial do trabalho ou para a realização de uma etapa do processo de produção que cada vez mais é fragmentado e disperso. Podemos mesmo afirmar juntos com Dias (1995, p. 141), que os sistemas técnicos de telecomunicação exercem um papel essencial "não somente em matéria de competitividade econômica, mas também em termos de 'competitividade espacial' - entre as cidades, regiões e nações".

Todos esses sistemas técnicos de telecomunicações e de engenharia supracitados, apesar de ocorrerem de forma seletiva no território potiguar, elevaram sua densidade técnico e científica, garantido não apenas a participação e a inserção do Rio Grande do Norte numa rede global de informações e telecomunicações, mas também a participação do estado na atual divisão territorial do trabalho que se mostra cada vez mais exigente das variáveis estruturantes do período atual.

CAPÍTULO 8: A NOVA GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

As mudanças normativas e na dinâmica dos fluxos do território potiguar ocorreram simultaneamente ao estabelecimento de novos parâmetros para organização espacial de sua produção industrial. As razões desse movimento de re-organização da estrutura espacial podem ser encontradas em processos típicos da globalização que impuseram uma nova racionalidade ao território potiguar. Com efeito, constata-se que ao mesmo tempo em se expandem novos espaços de produção, também ocorre uma reestruturação na organização espacial já vigente no estado, tanto em função da modernização técnico-científica de muitos circuitos produtivos, quanto pelo processo de fragmentação e dispersão geográfica das unidades de produção para algumas regiões mais interioranas.

Contudo, isto não quer dizer que todos os subespaços do território norte-riograndense tenham se tornado atrativos aos interesses das empresas. Como aponta Dollfus (1993, p. 43) no “sistema mundo” surgido do processo de globalização, os espaços continuam a ter um valor particular e relativo ao momento histórico, de modo que a distribuição dos espaços de produção pelas diversas regiões, ainda continua a depender das densidades de técnicas e de capitais já existentes ou das possibilidades apresentadas pelos diferentes lugares.

Isto significa que o período da globalização marca o advento ou acirramento de dinâmicas espaciais que re-organizam a topologia dos espaços produtivos no Rio Grande. Seja pela disseminação de distritos industriais ou pela constituição de áreas de especialização produtiva, verifica-se o surgimento de uma nova lógica do espaço industrial no território potiguar.

8.1 A expansão dos distritos industriais no território potiguar: uma modernização com formas pretéritas

O avanço do processo de globalização nos interstícios do território nacional tanto engendrou a expansão de novas formas de produção ou de aglomeração industrial em suas diversas regiões, como também disseminou antigas formas de aglomerações industriais sob o discurso racionalizante do período histórico atual. Pode-se afirmar que a criação de distritos industriais a partir da segunda metade dos anos 1980, se insere nesse quadro de referência, uma vez que a expansão dessa antiga forma de uso do território foi envolvida em uma nova roupagem modernizante que incorporou alguns dos principais elementos da psicoesfera econômica que se tornou hegemônica, sobretudo, nos anos 1990. Com efeito, defende-se aqui que a expansão de distritos industriais para muitos compartimentos do território nacional, representou, na realidade, uma modernização com formas envelhecidas ou pertencentes a momentos pretéritos, pois trata-se de antigas formas geográficas que apenas acolheram elementos da nova divisão internacional do trabalho.

Quando reconstituímos a difusão espacial dessa forma de aglomeração industrial, constatamos que as primeiras ações de implantação de distritos industriais no Brasil derivaram de iniciativas isoladas ao nível regional, levadas adiante por alguns estados da nação (DAMAS, 2008). Nesse ínterim coube ao estado de Minas Gerais implantar pioneiramente esse tipo de política territorial, ainda durante a década de 1940, com o distrito industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem (OLIVEIRA, 1976). No entanto, apesar dessa ação precoce foi apenas na década de 1970 que essa forma de preparação do território destinada ao recebimento de empreendimentos industriais, ganhou maiores dimensões e difundiu-se por outros estados da formação socioespacial brasileira incentivados pelas políticas de industrialização regional do Estado nacional.

Nesse momento os distritos industriais foram concebidos como uma forma de uso do território que resolveria de uma só vez uma série de problemas de um país que não apenas se industrializava e se urbanizava num ritmo frenético, mas que também exacerbava a concentração territorial das atividades produtivas, como poucas formações socioespaciais no mundo. Desse modo, se, por um lado, os distritos industriais objetivaram garantir o acesso a lotes bem equipados com os serviços e sistemas técnicos necessários à produção, por outro buscavam dispersar geograficamente as formas de

produção para desconcentrar a indústria das grandes Regiões Metropolitanas e, com isso, fomentar a expansão industrial nos espaços periféricos do país.

Foi diante dessa situação que a Região Nordeste começou a implantação de distritos industriais entre os anos 1960 e 1970 no âmbito das políticas de industrialização regional da SUDENE. Como aponta Oliveira (1976, p. 38), esses distritos visavam racionalizar a localização geográfica de empreendimentos industriais e criar "atrativos adicionais" aos grupos industriais que já haviam decidido se estabelecerem na região a partir dos incentivos concedidos pela SUDENE. Nesse sentido, defendia-se objetivamente uma política de industrialização que apregoava a produção de distritos ou de pólos industriais como forma eficiente e dinâmica de atração de grandes empreendimentos para os espaços periféricos.

Fundamentados nos ideais de "Pólos de Crescimento" de François Perroux (1967)²⁰⁵, acreditava-se que essa forma de uso do território seria capaz de disseminar pela região um desenvolvimento econômico a partir de uma ou de um conjunto de indústrias centrais que atrairiam para seu redor diversos empreendimentos fornecedores de insumos e matérias-primas o que, por conseguinte, irradiaria por toda a região uma expansão econômica baseada na complementaridade produtiva constituída entre essas indústrias. Tais iniciativas se materializaram, por exemplo, nas experiências do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia; nos distritos industriais de Cabo, Curado e Paulista implantados na Região Metropolitana de Recife, em Pernambuco; e ainda nas experiências dos distritos industriais de Campina Grande e João Pessoa, no estado da Paraíba.

Mesmo registrando essa expansão durante os anos 1970, para muitos estados da formação socioespacial brasileira foi somente na passagem dos anos 1980 para a década de 1990 que essa prática de implantação de distritos industriais foi disseminada com maior intensidade. Desta feita, esse processo não mais fora coordenado e estabelecido em complementaridade com as ações do Estado Nacional, mas pelos poderes estaduais e até municipais, num momento de avanço da guerra dos lugares entre os entes federativos. Agora não mais são os preceitos de François Perroux que embasam a expansão desses espaços produtivos, mas aqueles relacionados à "especialização flexível", a "competitividade local", as "vantagens comparativas" e ao que se

²⁰⁵ Sobre o conceito de "pólos de crescimento" desenvolvido por Perroux consulte a obra "Economia no Século XX", sobretudo, a segunda parte, intitulada: "Os pólos de crescimento", (PERROUX, 1967).

convencionou denominar de "novos distritos industriais", derivados, essencialmente, da experiência de produção industrial da Terceira Itália (*Emília Romagna*), na Itália²⁰⁶.

Intimamente relacionadas ao ideário neoliberal, todas essas concepções passam direta ou indiretamente, a habitarem o imaginário de muitos agentes públicos, sejam eles pertencentes às instâncias municipais ou estaduais. Nesse contexto, propaga-se a tese de que os lugares teriam apenas que otimizar suas estruturas territoriais e sociais, para que fossem contemplados com investimentos industriais. Dito com outras palavras, defende-se que se os poderes locais forem capazes de maximizar suas vantagens comparativas, elevando, por conseguinte, sua competitividade e sua eficiência; assim haveria uma inserção nos circuitos de produção²⁰⁷.

São esses preceitos que, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, passam a justificar os projetos e discursos que vem sustentando a criação de distritos industriais a partir da segunda metade dos anos 1980. Cabe frisar que, via de regra, esses distritos industriais continuam a serem estruturados a partir de uma ação estatal de planejamento territorial no sentido de preparar os lugares para o acolhimento de um parque fabril²⁰⁸. A diferença fundamental é que nos anos 1970 essa prática era desenvolvida no âmbito de uma política nacional de industrialização do Estado brasileiro, e a partir da segunda metade dos anos 1980, passou a ser executada

²⁰⁶ Em linhas gerais essa nova concepção de distritos industriais que passou a ser propalada no Brasil, também ancora-se nas abordagens pioneiramente desenvolvidas por Alfred Marshall, na sua obra "Princípios de Economia", de 1890, e nas atualizações efetuadas por Becattine (1994), a partir da experiência industrial italiana no decorrer da década de 1980. De acordo com a concepção marshalliana existe duas formas de organização da produção industrial. Haveria, por um lado, uma forma de produção baseada numa divisão social e técnica do trabalho centrada e comanda por uma grande indústria; e, por outro lado, uma forma coordenada por uma divisão do trabalho "desintegrada" e fundamentada na existência de pequenas firmas especializadas em determinadas etapas do processo de produção. Aqui estaríamos diante de uma complexa rede de pequenas empresas que concentradas numa área geográfica, denominada de distrito industrial, dividem o processo de produção, dando origem a formas produtivas interdependentes e a um mercado de trabalho altamente especializado (MARSHALL, 1996). Já a atualização teórica efetuada por Becattine (1994), toma as reflexões centrais de Marshall para analisar o fenômeno italiano. Para esse autor um distrito industrial seria, "uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença activa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico" (BECATTINE, 1994, p. 20), que guarda algumas características em comum, como por exemplo, a existência de pequenas e médias empresas que apresentam imbricadas e complexas relações de trabalho e produtivas com uma comunidade local e com os mercados externos de compradores.

²⁰⁷ Tais premissas ignoram quase que completamente as vicissitudes que permeiam e ditam ritmos dos usos do território sob a égide do capital, como as camadas de divisões territoriais do trabalho já estabelecidas, toda a hierarquia de comando e distribuição seletiva dos espaços produtivos e as diferentes formas de apropriação e produção da riqueza. São também sob essas circunstâncias que os diversos grupos industriais direcionam os seus investimentos, sejam eles beneficiados por incentivos fiscais e territoriais ou não.

²⁰⁸ Como aponta Finatti (2014, p. 3472), "A forma de aglomeração industrial que, no Brasil, mais se aproxima da concepção clássica destes autores (Marshall e Becattine) seria a de arranjo produtivo local".

pelos entes estaduais que disputando investimentos com outros membros da federação viram nos distritos industriais um trunfo a mais para atraírem as empresas para o seu território.

Se tomarmos as reflexões de Corrêa (2003) acerca desse processo e acrescentarmos toda a psicoesfera neoliberal, como por exemplo, o discurso da competitividade e da criação de um ambiente positivo para as empresas, tão presentes nos sistemas normativos que fundamentam a produção de distritos industriais no Brasil dos anos 1980 em diante, teremos uma elucidativa perspectiva de análise, sobretudo, quando o autor afirma que a criação de distritos industriais de localização periférica, "resulta de uma ação do Estado visando, através da socialização de vários fatores de produção como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia (...), criar economias de aglomeração para as atividades de produção industrial" (CORRÊA, 2003, p. 56).

Na Região Nordeste e mais particularmente no Rio Grande do Norte, a criação desses distritos industriais dotou de novos conteúdos as políticas de industrialização regional levadas adiante pelo Estado potiguar a partir dos anos 1980. Surgidos como mais um benefício do governo norte-rio-grandense no sentido de atrair novos empreendimentos para o seu território, os distritos industriais, formam e dão conteúdo, junto com o PROADI, à política econômica estadual que passou ditar os ritmos de parte importante dos usos do território no Rio Grande do Norte. Na verdade, se do ponto de vista normativo o PROADI era, e ainda o é, a melhor expressão da guerra dos lugares; no que concerne à modernização territorial do estado, os distritos industriais são o que melhor expressam esse processo, dado que objetivam não apenas fornecer um espaço exclusivo para as empresas, como também intencionam que este esteja servido de todos os sistemas técnicos essenciais à valorização produtiva das empresas.

Embora a produção do primeiro distrito industrial do estado se concretize apenas na segunda metade dos anos 1980, desde a década de 1970 que os poderes estaduais e até municipais, propunham a construção de um espaço destinado a albergar as indústrias que chegavam ao estado incentivadas pela política da SUDENE. Os objetivos centrais dessa proposta eram tanto racionalizar os usos do território, como também fomentar, ainda mais, os atrativos estaduais para as empresas do centro-sul que intencionavam implantar filiais na Região Nordeste. Entretanto, a expansão industrial nos anos 1970 não constituiu nenhum distrito industrial e os empreendimentos que aportaram no Rio Grande do Norte foram se localizando nas margens de um dos seus principais eixos de

circulação, a BR 101, no trecho compreendido entre Natal e Parnamirim²⁰⁹. Numa área que se estendia de um município a outro e que se iniciava nas imediações da Avenida Bernardo Vieira, com a fábrica de confecções do grupo Guararapes, foram se acumulando diversas unidades produtivas pertencentes a variados circuitos produtivos, tais como: Simas Industrial, no segmento dos doces e bombons; Dubom e Gosson da indústria alimentícia; e a Brasinox do segmentos dos aços inoxidáveis. O maior destaque era para as unidades produtivas do circuito dos têxteis e das confecções, que formavam a maioria dos estabelecimentos que se implantaram nesse eixo de circulação. Além do já citado grupo Guararapes, ainda se localizaram nesse trecho, T. Barreto, Soriedem, Alpargatas, Confecções Reis Magos, Texita e Confecções Dinan, entre outras empresas.

Foi somente em meados dos anos 1980 que o Rio Grande do Norte constituiu o seu primeiro distrito industrial, o Distrito Industrial de Natal (DIN), localizado entre Natal e São Gonçalo do Amarante, numa área de aproximadamente 150 hectares. Diferentemente do que ocorreu com a expansão industrial dos anos 1970 em que muitas industriais se localizaram no tecido urbano da cidade de Natal, a partir desse distrito industrial procurou-se reverter essa lógica de uso do território, principalmente, pela falta de áreas para abrigar projeto dessa magnitude. Com isso, as intencionalidades que permearam a criação desse espaço produtivo, apontam que os poderes locais ansiavam por uma localização nas adjacências da cidade de Natal, mas guardando proximidade quanto aos eixos de circulação e distribuição de mercadorias do Rio Grande do Norte. Por isso, sua localização nas margens da BR 101, no seu sentido norte, e a poucos quilômetros do Porto de Natal, principal ponto de escoamento do produto potiguar para o mundo e para algumas regiões do Brasil.

Fato marcante é que o Distrito Industrial de Natal se constituiu em estreita solidariedade organizacional com os incentivos concedidos pelo PROADI, de modo que muitas empresas que chegavam ao território potiguar naquele momento puderam ser beneficiadas tanto pelas normas de isenção fiscal e financeira, quanto por toda a infraestrutura e serviços que o distrito industrial lhes ofereciam. Inicialmente esse novo espaço parecia que albergaria uma diversidade de circuitos produtivos, pois empresas do setor alimentício, como o Café Santa Clara e a Parmalat, e do segmento de bebidas,

²⁰⁹ De acordo com Cardoso Junior (2005), uma área, entre Natal e Parnamirim, chegou até a ser reservada para esse distrito industrial, mas nunca houve uma concretização do projeto.

como a Cervejaria Nordestina (CERNA)²¹⁰, posteriormente Antartica e atualmente Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV)²¹¹, anunciavam que se estabeleceriam nesse novo espaço. No entanto, na medida em que o processo de instalação dos empreendimentos avançava, os circuitos dos têxteis e das confecções logo passaram a dominar a paisagem geográfica do Distrito Industrial de Natal. Empresas como a Vicunha, Coats e Guararapes são alguns exemplos de indústrias desse segmento que se estabeleceram nesse espaço. A razão para essa predominância dos têxteis e das confecções derivou do fato de que na passagem dos anos 1980 para 1990, o Rio Grande do Norte além de ser um grande produtor nesses segmentos, também ansiava que as principais empresas aqui estabelecidas não migrassem ou fechassem os seus estabelecimentos diante da ampla reestruturação produtiva e da crise vivenciada pela economia brasileira e, particularmente, por esse circuito produtivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que os distritos industriais juntamente como PROADI foram os meios encontrados por muitos grupos empresariais para enfrentarem as transformações e reestruturações da economia brasileira ao longo dos anos 1990.

Nos anos seguintes, mesmo que lentamente, o Distrito de Industrial de Natal praticamente preencheu todos os seus lotes, tanto é assim que já em meados dos anos 1990, foi colocado em debate a criação de mais um distrito na Região Metropolitana de Natal. Nesse momento, o Distrito de Industrial de Natal, se apresentava como a aglomeração fabril mais importante da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte. A sua relevância geoeconômica se revelava tanto pelo volume de empregos gerados, algo superior a 30 mil, quanto por que alguns dos principais grupos industriais presentes no Rio Grande do Norte, estavam sediados nessa área. A título de exemplificação pode-se mencionar que duas das maiores empregadoras, bem como geradoras de receitas do estado potiguar, a Vicunha e a Guararapes²¹², se localizavam nesse distrito industrial.

Na atualidade o Distrito Industrial de Natal continua exercendo grande importância para dinâmica territorial do Rio Grande do Norte, embora possamos claramente constatar certo retraimento no número de empregos gerados, seja a partir do enxugamento de várias plantas, como a Guararapes, que vem sistematicamente reduzindo a produção dessa unidade; quanto também pelo fechamento de outras

²¹⁰Além dos incentivos fiscais e territoriais, influenciaram o fato do distrito industrial está localizado as margens da Lagoa de Extremoz, que forneceria água de excelente qualidade para o processo de produção. In: Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 19/02/1988, p. 13.

²¹¹Ver a respeito dessa cervejaria o capítulo que trata da indústria de bebidas e alimentos.

²¹² Somente essas duas unidades chegaram a ter mais de 20 mil operários, distribuídos em 3 turnos de funcionamento.

unidades, como a da AMBEV, que recentemente decidiu encerrar suas atividades no estado alegando que a alta do ICMS inviabilizaria a sua produção e que, doravante, o mercado norte-rio-grandense seria abastecido principalmente pela produção da Paraíba²¹³. Na realidade a empresa se beneficiou largamente dos incentivos fiscais e permaneceu no estado pelo tempo estabelecido pelas normas do PROADI, quando o referido prazo espirou a empresa simplesmente encerrou suas atividades, transferindo para outras unidades do grupo, as demandas supridas pela linha de produção do Rio Grande do Norte.

Mesmo assim e apesar da visível falta de manutenção em sua infra-estrutura básica, o Distrito Industrial de Natal abriga, aproximadamente, 15 unidades produtivas de médio e grande porte. O destaque ainda é o circuito produtivo dos têxteis e das confecções que mesmo passando por uma reestruturação que nos últimos 20 anos enxugou e fechou varias plantas, permaneceu como o segmento mais presente no distrito com unidades de médio porte como as da Textile Industrial e da Grantex Têxtil, e outras de grandes dimensões como as da Guararapes e da Vicunha que permanecem como duas das maiores unidades de produção não somente do referido distrito, mas de todo o parque fabril estadual.

De acordo com dados disponibilizados pela SEDEC (2015), o supracitado distrito gera atualmente aproximadamente 15 mil empregos diretos o que quando somado às quatro novas unidades em processo de finalização de suas instalações, esse número pode se elevar a casa dos 16 mil trabalhadores. Esta situação somente ratifica o Distrito Industrial de Natal como o subespaço com a maior concentração industrial do Rio Grande do Norte.

A política de expansão de distritos industriais seguiu influenciando na organização territorial da indústria e na expansão do meio técnico-científico no Rio Grande do Norte. Desta vez os sistemas normativos estaduais estabeleceram as bases para a criação de um novo distrito, o Centro Industrial Avançado de Macaíba (CIA), por meio da lei 7.070 de outubro de 1997. A ideia era promover a vinda de novos empreendimentos industriais para a Região Metropolitana de Natal. Como a capital do estado não mais suportava aglomerações industriais desse porte e seu distrito industrial já estava praticamente ocupado, formatou-se esse novo empreendimento como um meio de fornecer novas possibilidades de atração de investimentos para o estado.

²¹³ Consulte reportagem da Tribuna do Norte de 11/06/2015, intitulada "AMBEV fecha fábrica no Rio Grande do Norte alegando alta despesa com ICMS".

A psicoesfera que embasou sua criação reproduzia com maior ênfase todos os preceitos da nova racionalidade econômica predominante no período da globalização. Dessa forma, o CIA de Macaíba se insere no Programa Estadual, intitulado "Diferencial RN", que em linhas gerais tinha como finalidades "atrair para o Estado novos investimentos (...) para acelerar o crescimento da economia local, tornando-a competitiva, ao mesmo tempo em que promova sua inserção na economia nacional e internacional" (RIO GRANDE DO NORTE, 1997)²¹⁴. A narrativa construída para embasar a criação do novo distrito ainda apontava as necessidades de uma ampla modernização territorial com a área escolhida devendo dispor de todas as condições de infra-estrutura seminais para a implantação e o perfeito funcionamento das unidades produtivas.

Diante desses propósitos, ou o Estado norte-rio-grandense realizaria intensas inversões de capitais fixos ao território na forma dos mais variados sistemas técnicos, ou procuraria um subespaço que já apresentasse essas densidades técnicas. A escolha da localização deu-se no sentido da segunda possibilidade, dado que a área selecionada no município de Macaíba já apresentava muitos dos sistemas técnicos exigidos, tais como, as redes de energia elétrica, de água, de telefonia, de fibra ótica e até uma rede de distribuição de gás natural que abria a possibilidade de fornecimento de energia barata para os estabelecimentos e funcionaria como mais um estímulo aos grupos interessados em se estabelecerem no estado. Não obstante, selecionou-se para localização do distrito industrial uma área que ainda atendia a todas as necessidades de circulação, uma vez que se situa num entroncamento conectado aos dois principais eixos de circulação do território potiguar, as BRs 304 e 101, seja no sentido norte em direção aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, seja no sentido sul na principal conexão com os demais estados nordestino e, sobretudo, com as regiões mais dinâmicas do ponto de vista da economia da formação socioespacial brasileira. Aqui uma assertiva de Walker e Storper (1986), ganha sentido por que esses autores entendem que a localização industrial num dado ponto do território não é uma questão menor, dado que resulta de complexa trama social e econômica em que o capital trabalha e operacionaliza tanto com fatores relacionados às infraestruturas, como também com as formas de circulação do produto.

²¹⁴ Mensagem do governo estadual a Assembléia legislativa de 1997. In: Cardoso Junior (2005).

Após o seu estabelecimento, o CIA de Macaíba, conforme muito bem evidencia o estudo de Cardoso Junior (2005)²¹⁵ começou a receber as propostas de empresas interessadas, as quais deveriam preencher inicialmente alguns requisitos mínimos como o volume de capitais investidos, que deveria ser superiores a R\$ 1,5 milhão, e número de empregos gerados, superior a 100, além de outras questões relativas ao fortalecimento tecnológico e da estrutura fabril do Rio Grande do Norte. Da forma como o sistema normativo foi erigido havia uma clara intenção de direcionar os benefícios as empresas de grande porte; no entanto, a baixa procura desse extrato e a existência de vários lotes livres logo obrigou o Estado norte-rio-grandense a reduzir as exigências para implantação dos empreendimentos e empresas de pequeno porte passaram a ser beneficiadas com a concessão de lotes (CARDOSO JUNIOR, 2005).

Diferente do que se processou com o Distrito Industrial de Natal no qual há uma preponderância dos têxteis e das confecções, no CIA de Macaíba evidencia-se uma grande diversidade de segmentos produtivos que se estabeleceram, ou que tinham pretensões de se estabelecerem. Nos primórdios da década de 2000, havia um total de 28 empresas com projetos aprovados, os quais pertenciam a mais de 10 segmentos produtivos diferentes que não apresentavam nenhuma complementaridade entre si. A expectativa era de que quando em funcionamento as novas unidades produtivas gerassem aproximadamente 11 mil empregos diretos num investimento global que ultrapassaria a soma dos 230 milhões²¹⁶. No entanto, desse total apenas 8 empresas pertencentes a 6 segmentos diferentes estavam devidamente instaladas e funcionando em 2005, como comprovou o trabalho de Cardoso Junior (2005), que ainda trouxe à tona o fato de que muitos empreendimentos estavam com obras paralisadas ou ainda tiveram suas áreas retomadas pelos poderes públicos.

Em 2015 o CIA de Macaíba apresentava um número superior de empresas estabelecidas, contudo, ainda permaneciam lotes a espera de investimentos. De acordo com dados da SEDEC (2015), existiam 17 empresas que em sua totalidade geram aproximadamente 5 mil empregos diretos, número bem inferior aos 11 mil anunciados no início dos anos 2000. Já no que concerne aos circuitos produtivos estabelecidos, observa-se que a diversidade constatada nos primórdios de sua instalação, ainda se sobressai com o CIA apresentado 8 diferentes segmentos produtivos. Trata-se de

²¹⁵ A respeito de todo o processo de implantação do CIA de Macaíba, consulte o trabalho de Cardoso Junior (2005).

²¹⁶ Dados fornecidos pela SEDEC (2015).

indústrias muito díspares - como a Multidia, produtora de farináceos e a Raro's do ramo de produtos aromáticos, ou ainda a Coteminas no segmento dos têxteis e das confecções e a Premoldes, produtora de pré-moldados de concreto - e que não apresentam qualquer possibilidade para que se estabeleça uma interdependência produtiva entre si, seja por meio do fornecimento de insumos ou de produtos já acabados.

Após a criação desses dois distritos industriais pelos poderes estaduais uma nova modalidade passou a ser estruturada no Rio Grande do Norte. Tratam-se de distritos industriais pensados e erigidos pelas prefeituras municipais em parceria com os poderes estaduais²¹⁷. Desenhava-se aqui uma solidariedade organizacional e administrativa entre instâncias do poder, na qual os municípios se responsabilizam pela estruturação dos lotes, pela produção dos sistemas técnicos necessários, além de renunciarem a parte do ICMS a que tem direito; por sua vez, o Estado norte-rio-grandense além de poder conceder os incentivos fiscais e financeiros do PROADI às empresas que venha se estabelecer nesses distritos, ainda disponibiliza recurso para financiar parte da infraestrutura exigida pelo empreendimento.

Nessa variante de distrito industrial é fundamental destacarmos, em primeiro lugar, o protagonismo exacerbado adquirido pelos poderes municipais que passam a se apresentarem como principais artífices de uma política de industrialização para o Rio Grande do Norte. Tal iniciativa que pode até fomentar certa expansão industrial em algumas cidades, acaba por fortalecer o processo de fragmentação territorial, seja porque cada municipalidade passa a elaborar suas próprias normas políticas sem nenhuma coordenação superior, ou porque há um fortalecimento de ilhas de modernidade econômica, já que também constatamos uma seletividade espacial na distribuição dos investimentos. Em segundo lugar, é imperioso sublinhar que esse deslocamento da escala do poder para o nível municipal somente reforça uma política de industrialização difusa e profundamente eivada de toda a psicoesfera do localismo tão acertadamente criticada por Brandão (2007), por defender que os lugares apenas

²¹⁷ Na realidade ao longo dos anos 1980 e para alguns casos desde os anos 1970, que se anuncia a criação de distritos industriais nos espaços interioranos. A título de exemplificação pode-se citar três distritos industriais que foram anunciados nesse momento e, no entanto, não foram consolidados, são eles: o distrito industrial de Currais Novos, o de Caicó e o de Mossoró. A este respeito consulte, por exemplo, a 1ª Seção do Diário de notícias de 24/01/1971, p. 16, que anunciava o primeiro distrito industrial de Mossoró, ou ainda a Seção Regional do Diário Pernambucano de 25/08/1982, p. 12, que trazia interessante reportagem sobre a intenção do estado financiar a expansão de áreas e distrito industriais no Rio Grande do Norte, sob o slogan "O Rio Grande do Norte está apaixonado pela indústria. E quem está apaixonado facilita tudo". Disponível em: <http://memoria.bn.br/>.

precisariam demonstrar sua “competitividade” e “eficiência” para se inserirem nos circuitos produtivos modernos.

Além de toda essa problemática arrolada importa pontuar que ao estabelecerem uma solidariedade para atrair novos investimentos industriais para o território potiguar, Estado e municípios acabaram ampliando, sobremaneira, as benesses, ou os subsídios ao capital, para as empresas que venham a se estabelecerem nesses distritos industriais, uma vez que o montante de benefícios fiscais e financeiros das duas instâncias do poder tem a possibilidade de se justaporem.

O primeiro exemplo dessa modalidade foi o Distrito Industrial de Macaíba, constituído em 1998 pela prefeitura municipal de Macaíba. Localizado ao lado do CIA, esse distrito foi formatado pelos poderes municipais que aproveitaram o momento da visibilidade ocasionado pelo CIA, para lançarem mais um empreendimento dessa natureza. Além disso, como o CIA recebeu inúmeras propostas, o que logo preencheria todos os lotes disponíveis, muitos grupos que continuaram a apresentar projetos para se instalarem neste novo espaço, passaram a ser direcionados pelos poderes públicos para o distrito industrial sob administração do município. Assim, embora coordenado pela prefeitura municipal de Macaíba, firmava-se assim uma parceria do município com o governo estadual que além de conceder os benefícios do PROADI e financiar parte da infraestrutura do distrito, também atuava no sentido de atrair empresas para o novo espaço fabril do Rio Grande do Norte.

De acordo com dados da SEDEC (2015), no início dos anos 2000, o distrito de Macaíba já tinha aprovado 13 projetos de para produção ou ampliação fabril, num investimento superior a R\$ 31 milhões. Dentre as empresas que decidiram se alocarem no novo distrito haviam grandes empreendimentos de capitais norte-rio-grandenses e até multinacionais, como a Coca Cola, que foi anunciada como a principal empresa desse distrito, uma espécie de âncora que daria visibilidade e atrairia outros investimentos. Mesmo possuindo empresas de grandes dimensões e apresentando como objetivos a captação de recursos externos ao território potiguar, constatamos que a configuração fabril adquirida pelo distrito de Macaíba se deu em torno de empresas de médio porte, pertencentes a grupos estaduais. Ou seja, trata-se de empresas que ou já estavam radicadas no Rio Grande do Norte e que direcionaram para esse subespaço os seus capitais, ou são empresas que se constituíram a partir desse momento, de modo que os investimentos externos ao estado ficaram restritos a poucos empreendimentos.

Após a consolidação do Distrito Industrial de Macaíba, pode-se afirmar que, de modo geral, predominam empresas médio porte, que já estavam localizadas no município ou na grande Natal, e que decidiram re-localizar suas unidades no novo distrito, seja por que ansiavam expandir e modernizar suas atividades produtivas, ou ainda pela possibilidade de fazerem uso dos benefícios fiscais e territoriais disponibilizados pelos poderes municipais e estaduais. São exemplos dessa situação a indústria de alimentos Sadio e a Gráfica RN/Econômico que após a criação do distrito industrial decidiram transferir suas unidades produtivas para o referido distrito industrial.

De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Macaíba para o ano de 2016, o Distrito Industrial de Macaíba possui 12 empresas que juntas realizaram investimentos superiores a R\$ 20 milhões, gerando aproximadamente 3000 empregos diretos. Esses números colocam este distrito atrás apenas do distrito de Natal e do CIA, também localizado em Macaíba, e fazem desse município uma das principais aglomerações industriais do território potiguar, ao lado de Natal, Mossoró, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim.

Do mesmo modo que o CIA, o Distrito Industrial de Macaíba também apresenta grande diversidade de segmentos produtivos. As 12 empresas existentes se enquadram em pelo menos 9 segmentos diferentes, indo dos tradicionais circuitos de bebidas ou de alimentos, representados por empresas como a Coca Cola, Biscoitos Weston e Condimentos Sadio, por exemplo, até as indústrias intermediárias dos segmentos dos plásticos, que vem expandindo suas atividades no estado, representada pela Incoplage, ou ainda o segmento de produção argamassas, com a Industrial Potengy, maior produtora de argamassas no Rio Grande do Norte²¹⁸.

A criação de distritos industriais a partir de uma solidariedade organizacional entre os poderes municipais e estaduais, seguiu com novas ações destinadas a áreas e segmentos específicos. Dessa vez, as ações se voltaram para os espaços interioranos

²¹⁸ Podemos ainda mencionar na Região Metropolitana de Natal a situação do município de Parnamirim que não possui distrito industrial como Macaíba, mas que institucionalizou por meio de seu plano diretor uma Área Especial de Interesse Industrial do município. Tal normatização objetiva apenas garantir que as empresas que se localizem nessas áreas venham usufruir dos mesmos benefícios que o PROADI oferece às empresas localizadas nos distritos de Macaíba ou no de Natal, uma vez que, de acordo com a legislação do PROADI, as empresas localizadas na Região Metropolitana de Natal somente poderão deduzir até 75% do ICMS, se estiverem localizadas em distritos ou áreas industriais estabelecidas por legislação municipal. Essa área industrial de Parnamirim encontrasse dispersa pelo tecido do município, de modo que há unidades localizadas próximas ao distrito de Macaíba na fronteira entre os dois municípios, como é o caso da Hering, ou unidades que se localizam um pouco mais distante dessa zona, como a Dixie Toga do ramo de embalagens plásticas.

com os poderes estaduais passando a fomentar estudos e projetos de implantação de distritos industriais em regiões com possibilidades de atraírem investimentos produtivos. A intencionalidade subjacente a esse processo era a de preparar e modernizar os espaços interioranos que apresentassem disponibilidades de recursos naturais.

Mossoró foi um dos primeiros municípios no interior do estado a criar distritos industriais dentro desses propósitos e seguindo toda a narrativa da globalização econômica. Assim, os dois distritos constituídos pelos poderes municipais mesmo apresentando objetivos diferentes no que toca aos circuitos produtivos que devem atrair, foram pensados e fortalecidos sob a mesma racionalidade que fundamentou os seus antecessores, ou seja, a de que é preciso preparar o ambiente construído e elevar a competitividade local, para o recebimento das inversões de capitais.

O primeiro desses empreendimentos foi criado no final da década de 1990 após a consolidação do Distrito Industrial de Natal, do CIA e do DIN em Macaíba²¹⁹. A exemplo de seus congêneres, o primeiro distrito de Mossoró também se localizou fora do tecido urbano e nas margens de um importante eixo de circulação do estado e, sobretudo, da Região Oeste, a BR 304, responsável pela conexão com parte importante do estado do Ceará e, principalmente, com a sua capital, Fortaleza. Essas características juntamente com a especificidade da região em apresentar grande riqueza em recursos naturais, acabaram influenciando empresas que beneficiam ou que apresentam grande dependência de insumos naturais, como as do circuito salineiro ou ainda a indústria de produção de cimento, pisos e revestimentos, a buscarem esse espaço para estabelecerem suas unidades de produção.

²¹⁹ Vale registrar que assim como o distrito industrial de Natal, a proposta de criação do primeiro distrito de Mossoró remonta ainda aos anos 1960, momento em que a SUDENE iniciava suas ações industrializantes no Nordeste e via na região polarizada por Mossoró a possibilidade de constituir um pólo de desenvolvimento a partir da exploração de recursos naturais. Durante a década de 1970, quando as ações da SUDENE se intensificaram no estado a hipótese do distrito de Mossoró voltou a ser veiculada e foi até criado em 1978; no entanto, o projeto novamente não chegou a ser efetivado. A proposta de criação de um distrito industrial retornou ao debate político durante a década de 1980, quando o município experimentou uma forte expansão econômica, produto da consolidação do processo de modernização e expansão da atividade salineira e da constituição do circuito petrolífero que aquele momento iniciava a implantação de sua estrutura produtiva para toda a Região Oeste Potiguar. Diante desse cenário de intensas inversões de capitais por parte dos agentes do Estado e da possibilidade de chegada ao município empresas produtoras de insumos ou de prestadoras de serviços para as empresas desses circuitos produtivos, os poderes municipais lançaram a proposta de preparação de um espaço específico para atender essas demandas, mas, novamente a proposta não chegou a se concretizar. Consulte o Diário de Pernambuco de 01/11/1966, p. 5, especialmente a reportagem sobre Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte (CONFERN), ou o Diário de Notícias de 24/01/1971, p. 16, com a reportagem "Investir no Nordeste com o imposto de renda", ou ainda a já citada Seção Regional do Diário Pernambucano de 25/08/1982, p. 12. Reportagens disponíveis em: <http://memoria.bn.br>.

Apesar de apresentar inúmeros problemas no que concerne à infraestrutura e à ocupação dos lotes²²⁰, o Distrito Industrial de Mossoró foi o que logrou os melhores resultados de todos os empreendimentos pensados para o interior do estado. De uma ocupação inicial lenta e com poucos projetos solicitantes, o distrito de Mossoró ganhou novo impulso a partir do início dos anos 2000, quando o poder municipal decidiu formular a sua própria "política econômica" a partir do sistema normativo denominado, "Programa de Desenvolvimento Econômico do Município (PRODEM)". Estabelecido como um programa de expansão econômica, o PRODEM tem uma linha de atuação no sentido de fortalecer os distritos indústrias a partir da produção de infraestrutura, aquisição ou doação de terrenos, ou ainda pela concessão de financiamentos aos empreendimentos que destinem os seus investimentos ou que se transfiram suas unidades para esses espaços²²¹.

Assim, a partir dos incentivos disponibilizados pelos poderes municipais (PRODEM) e estaduais (PROADI), alguns grupos começaram a direcionar seus investimentos para esse novo espaço de produção. Tanto com novos empreendimentos que chegaram à cidade em busca de todos esses benefícios, como por meio de empresas já radicadas em Mossoró que viram nesses mesmos benefícios uma oportunidade de modernizarem o seu processo de produção e de ampliarem suas unidades a partir de uma re-localização numa área com amplas possibilidades expansão. Nesse caso, as empresas transformadoras e beneficiadoras do circuito salineiro foram as maiores favorecidas, pois, muitos dos grupos que atuam em Mossoró, redirecionaram seus espaços de produção para o distrito industrial.

Essa expansão da atividade industrial em Mossoró a partir dessas políticas de desenvolvimento econômico teve o seu momento maior entre 2008 e 2009, quando aportou no distrito industrial uma unidade produtiva da Porcellanati, pertencente ao grupo Itagres Revestimentos Cerâmicos de Santa Catarina. Apresentada como o maior empreendimento do distrito esses grupo realizou investimentos na ordem de R\$ 120 milhões, os quais foram fartamente subsidiados pela SUDENE²²², que concedeu benefícios na ordem de R\$ 51 milhões e pelo Banco do Nordeste, que subsidiou outros R\$ 21 milhões. Aqui se pode defender que se estabeleceu uma ampla solidariedade

²²⁰ De acordo com a SEDEC há alguns lotes que estão envolvidos numa disputa judicial com posseiros que se alocaram na área estabelecida para o distrito ainda nos anos 1980. Na realidade, dos mais de 100 Hectares destinado ao distrito nos anos 1980 pelos poderes estaduais, pouco mais de 20 Hectares não foram ocupados por posseiros.

²²¹ In: Lei Nº 1502/2000.

²²² In: Relatório da SUDENE para o ano de 2008.

organizacional que envolveu órgãos e instituições de todas as esferas do poder estatal, pois o empreendimento recebeu os incentivos do município (doação do terreno e produção de todos os sistemas técnicos necessários), do governo estadual (gás natural subsidiado) e de órgãos federais que concederam os principais financiamentos.

Do ponto de vista de sua dinâmica territorial, se pode afirmar que essa grande unidade fabril engendrou interações espaciais de produção e comercialização em diversas hierarquias do território nacional. Seja por que o circuito de produção no qual está envolto a Porcellanati apresenta complementaridades produtivas que podem ser geradas não somente com região de Mossoró, mas com todo o estado do Rio Grande do Norte por meio da captação de insumos e matérias-primas diversas, ou ainda em função dos canais de circulação e distribuição do produto que foram estabelecidos com o objetivo de atingir todo o mercado nordestino e outras regiões do país.

Mesmo com a constituição do PRODEM que ampliou os incentivos as industriais que se localizem no distrito, ainda há um número considerável de lotes desocupados. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mossoró, esse distrito abriga atualmente 11 empresas, correspondendo a menos de 40% dos lotes disponíveis, para uma geração de pouco mais de 500 empregos diretos. De modo geral os segmentos produtivos aí alocados pertencem a um conjunto de indústrias fortemente dependes de matérias primas e insumos regionais, e que tem na localização a montante dessas fontes, um de seus principais trunfos produtivos. A título de exemplificação podemos mencionar indústrias do circuito salineiro como Reprasal e a Sal Garça.

A despeito de já possuir um distrito industrial com taxa de ocupação que não atinge 50% dos lotes disponíveis, os poderes municipais decidiram constituir um segundo distrito²²³. Trata-se do Distrito Agro-industrial de Mossoró, criado pelos poderes municipais no mesmo contexto de formulação do PRODEM. Desta vez, tinha-se como objetivo aproveitar a dinâmica geoeconômica gerada pela agricultura técnico-científica desenvolvida em toda a região polarizada por Mossoró, para atrair empresas produtoras de insumos, de matérias-primas ou que beneficiem os produtos dessa agricultura moderna.

Localizado na comunidade de Barrinha às margens da RN 015, o distrito agro-industrial dispõe de uma área superior a 600 mil m², para a instalação de empresas de

²²³ Já circula nos meios de comunicação de Mossoró que os poderes públicos planejam mais um distrito industrial para o município.

grande porte ou que apresentem grande demanda por áreas livres para montagem da estrutura fabril. O distrito alberga 9 indústrias que realizaram investimentos na ordem dos R\$ 25 milhões, com destaque para "Rações Integral Agroindústria", destinada à produção de rações animais e fertilizantes organomineral e orgânico, estes mais direcionados para fruticultura irrigada; e a Granja Filadélfia, com a produção de rações e produção e beneficiamento de produtos hortifrutigranjeiros. Apesar de apresentar uma proposta direcionada aos empreendimentos da agroindústria, esse distrito vem recebendo empresas de outros segmentos produtivos. Dois exemplos nesse sentido são a Mossoró Indústria e Comércio de Pré-moldados Ltda e a ARPAN, que direciona suas ações ao reaproveitamento industrial de materiais recicláveis.

Quando tomamos os exemplos dos dois distritos industriais de Mossoró com taxas de ocupação que não totalizam 40% dos lotes disponíveis, e ainda acrescentamos o fato de que vários outros municípios do Rio Grande do Norte também estão lançando os seus empreendimentos, fica ainda mais evidente que se difundiu no imaginário dos agentes públicos toda aquela psicosfera neoliberal que defende a tese segundo a qual a atração de investimentos produtivos depende quase que exclusivamente dos poderes locais. Se esses efetuarem as modernizações normativas e territoriais que os tornem competitivos diante um cenário de disputas econômicas acirradas, certamente serão beneficiados com os investimentos dos modernos circuitos de produção.

Não é por outra razão que muitos municípios após a consolidação dos distritos industriais nos anos 1990 e, principalmente, ao longo dos anos 2000, passaram a estruturar seus territórios para atraírem os capitais industriais. A lista dos que já elaboram os seus projetos ou daqueles que ainda planejam ações nesse sentido, inclui mais de uma dezena de municípios. Além dos exemplos já referenciados de Macaíba e Mossoró, há outros casos como Caicó, Currais Novos, Ceará Mirim, Apodi, Assú, Caraúbas Goianinha, Monte Alegre, Parelhas e Baraúna.

Mas, vários desses municípios que chegaram, inclusive, a realizar lançamentos oficiais de seus projetos, ainda não conseguiram concretizar a criação de seus distritos industriais. Seja por que não conseguiram atrair as empresas necessárias para montagem do parque industrial, ou ainda porque faltaram recursos públicos para a produção de todos os sistemas técnicos necessários (transmissão de água, energia e internet, por exemplo), e para as vias de acesso, dado que a maior parte dos empreendimentos se localiza fora do tecido urbano. Como toda essa infraestrutura implica em grandes

inversões de capital ao território, e muitos municípios não dispõem de tais somas disponíveis, os projetos são geralmente abandonados ou ficam esperando por alguma parceria com os poderes estaduais para que o mesmo venha efetuar essas modernizações territoriais. Esses são os exemplos de vários municípios como Caicó, Currais Novos, Ceará Mirim, Apodi, Assú e Caraúbas que há anos vem buscando a criação de tais distritos como uma forma de redenção de suas economias.

Por outro lado, há outros municípios que conseguiram montar, ou estão em fase de implantação de seus distritos industriais. Em todos esses casos, temos os poderes municipais realizando a doação dos terrenos e a montagem da infraestrutura necessária e os poderes estaduais, por sua vez, concedendo os incentivos fiscais e financeiros do PROADI. Esta é a situação, por exemplo, dos distritos de Baraúnas e Parelhas que já apresentam unidades fabris em funcionamento e tem outros projetos de implantação em andamento. Aqui se constata claramente que a localização deu-se em função de todos os incentivos concedidos, mas também por que essas localidades ficam muito próximas aos principais insumos utilizados pelas indústrias. No caso de Baraúnas o distrito conta com a fábrica de cimento Mizu, do grupo Polimix e duas plantas industriais de extração e beneficiamento de cal, a Cal Norte Nordeste (CNN) e a ICAL, ambas de capitais extra-regionais. Os três empreendimentos são grandes dependentes de calcário, insumo este com grandes reservas nessa região. No caso do distrito de industrial de Parelhas, a Thor Granitos, surge como o principal investimento. A referida empresa que domina várias etapas do circuito produtivo de rochas ornamentais montou uma unidade com o objetivo de extrair, beneficiar e distribuir para o mercado nordestino. Aqui a localização obedeceu a questão dos incentivos fiscais já explicitados, mas também ao fato da região de Parelhas apresentar grandes jazidas ricas em rochas ornamentais.

Faz-se necessário pontuar que o número considerável de estabelecimentos industriais localizados nesses distritos interioranos, põe em relevo e evidencia a importância dos padrões clássicos de localização da indústria junto às principais fontes de insumos e matérias primas. Mesmo que no período histórico atual essa localização tenha sido bastante relativizada pelo avanço dos sistemas de circulação e comunicação, o estabelecimento de plantas industriais, como ocorreu em Baraúnas e Parelhas, junto às fontes de matérias-primas ainda continua exercendo certa influência para alguns segmentos, sobretudo para esses circuitos produtivos nos quais os fatores de mobilidade geográfica dos insumos são extremamente complexos e onerosos.

Os outros dois distritos indústrias supracitados, Monte Alegre e Goianinha, ainda se encontram em fase de implantação e montagem da sua estrutura. Além dos incentivos do PROADI que poderá beneficiar as empresas aí instaladas, esses municípios que se localizam às margens da BR 101, principal eixo de ligação com os demais estados nordestinos e com o Centro-Sul do país, intentam fazer desta variável uma das principais determinantes para atração de indústrias. No caso de Monte Alegre, de acordo com dados da prefeitura, há 5 empresas com avançados projetos de implantação e outros 5 realizando estudos de viabilidade econômica. O mesmo ocorre com o distrito de Goianinha, intitulado de Pólo Industrial Avançado de Goianinha, que apresenta 5 empresas em fase de implantação, sendo a principal uma unidade da Cerâmica Elisabeth. Quanto a este empreendimento é preciso pontuar que a escolha do distrito industrial de Goianinha ainda foi fortemente influenciada pela existência da rede de fornecimento de gás natural da Potigás e pela possibilidade de obter esse gás a preços subsidiados em até 60% pelo governo estadual.

A problemática ora arrolada acerca da expansão dos distritos industriais mais uma vez traz à tona a questão da concentração da atividade produtiva no Rio Grande do Norte, principalmente, na Região Metropolitana de Natal. Podemos afirmar que esses distritos contribuem de modo significativo para a concentração do processo produtivo no território potiguar, dado que direcionam grande volume de investimentos e uma massa expressiva de trabalhadores para esses subespaços. Quando traçamos a topologia espacial dos distritos industriais, essas colocações tornam-se ainda mais visíveis, uma vez que aproximadamente 85% dos estabelecimentos e dos empregos existentes nesses distritos, estão concentrados entre os distritos de Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba²²⁴, que já figuram entre os principais produtores industriais do estado.

Mesmo que não seja possível realizarmos uma vinculação direta entre a dinâmica econômica gerada pelos distritos industriais com o PIB industrial dos municípios, é perfeitamente factível levantarmos alguns elementos que demonstram a importância desses distritos para o PIB municipal e de todo estado potiguar. Se levarmos em consideração que algumas das maiores e das mais importantes unidades industriais do Rio Grande do Norte, seja do ponto de vista da incorporação dos capitais, da massa de empregos gerados ou ainda do ponto de vista da arrecadação de receitas, encontram-se nesses subespaços torna-se evidente a importância desses distritos. Pode-

²²⁴ Levantamento realizado a partir de dados da SEDEC e da prefeitura do município de Macaíba.

se mencionar, por exemplo, as unidades fabris da Guararapes, as duas da Vicunha (uma no CIA de Macaíba e a outra no Distrito de Natal), da Coca Cola ou ainda a unidade da AMBEV, que se encontram nos distritos industriais pertencentes aos municípios que figuram entre os maiores PIBs industriais do território potiguar. Por isso, acreditamos que parte considerável dos mais de 35% de toda a produção industrial do estado (BRASIL, 2013)²²⁵, que se concentra em Natal, São Gonçalo e Macaíba deriva da produção de unidades fabris localizadas nos distritos industriais.

Finalizamos aqui reiterando que a dinâmica geoeconômica gerada pelos distritos industriais é mais um indicativo da forte desigualdade produtiva estabelecida no Rio Grande do Norte e da participação do Estado nesse processo, dado que suas atuações somente se deram no sentido de acentuar os candentes problemas de concentração industrial em torno da Região Metropolitana de Natal que após receber um primeiro distrito já num momento em que era evidente essa concentração, ainda foi agraciada com mais empreendimento dessa natureza. Situação que reforçou ainda mais essa realidade de desigualdade territorial, tanto no primeiro quanto no segundo caso, os poderes estaduais poderiam ter usados a política de expansão de distritos para dispersar geograficamente essas atividades econômicas pelas regiões do Rio Grande do Norte.

8.2 A hibridação dos circuitos têxteis e confecções: das grandes produções à rede de subcontratação

A estrutura da indústria têxtil e de confecções no Rio Grande do Norte era dominada, até o final dos anos 1980 e primórdios da década de 1990, por grandes e médios grupos empresariais que realizavam praticamente todas as etapas do processo de produção não somente no segmento dos têxteis, que exigente de maiores inversões de capitais na aquisição de maquinário sempre se revelou mais centralizado, mas também no segmento das confecções com grandes empresas produzindo diretamente suas peças a partir de plantas industriais próprias. Esta estrutura produtiva que do ponto de vista dos usos do território concentrava suas ações em Natal e na sua região metropolitana, começou a apresentar sinais visíveis de transformação no transcorrer dos anos 1990,

²²⁵ Levantamento realizado a partir do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria do IBGE (BRASIL, 2013).

quando a indústria têxtil e de confecções brasileira adentrou numa espiral de reestruturação em decorrência de eventos próprios do período da globalização.

Num primeiro momento esse processo ganhou forma com a emergência da racionalidade econômica, que imposta por organismos internacionais e por grandes corporações desenhou uma nova configuração do Estado brasileiro, no que concerne ao fim de suas barreiras comerciais com uma abrupta redução das alíquotas de importação, o que afetou frontalmente a dinâmica e os usos do território de inúmeros circuitos produtivos da indústria nacional.

Os circuitos produtivos dos têxteis e das confecções foram extremamente afetados diante desse acirramento da concorrência global que então se afigurava, sobretudo, em função de sua situação de deficiência e atraso tecnológico perante os produtores mundiais (COLLI, 2000). A partir dos anos 1990 o mercado nacional foi invadido por uma enxurrada de produtos e bens importados, sobretudo, os asiáticos que com preços mais acessíveis e uma qualidade superior deslocou facilmente parte considerável do produto nacional.

Foi diante dessa situação geográfica de acirramento da concorrência mundial e de avanço dos ideais da globalização, que a indústria têxtil e de confecções nacional imergiu num intenso processo de reestruturação produtiva e territorial de suas atividades na formação socioespacial brasileira. A ideia central era elevar a competitividade do produto nacional através de uma ampla modernização tecnológica e de uma flexibilização das relações de trabalho, que possibilitasse aos agentes da indústria têxtil e de confecções uma mão de obra nos padrões do sudeste asiático em termos de custos de produção. Pode-se afirmar a partir desse contexto que os custos com a força de trabalho também passavam a serem definidos de acordo com os parâmetros globais.

Para a Região Nordeste e mais especificamente para o Rio Grande do Norte esse momento significou um novo impulso para sua indústria têxtil e de confecções, principalmente porque a reestruturação produtiva que se afigurava tinha como pressupostos não apenas a modernização tecnológica nos parâmetros globais vigentes, mas também numa redistribuição territorial das unidades produtivas em função dos custos com a mão de obra. Como aponta Lima (1988), a indústria nacional têxtil e de confecções almejava alcançar uma competitividade global nos termos do modelo asiático, que era fortemente calcado na flexibilização e precarização das relações de trabalho, daí a nova descentralização dos espaços de produção para a Região Nordeste.

Com efeito, constatamos que o território potiguar tornou-se novamente atrativo aos investimentos produtivos dos segmentos têxtil e de confecções, só que desta feita não mais em virtude da política estatal da SUDENE, fortemente baseada nos subsídios fiscais e financeiros, mas numa lógica de competitividade global centrada em novos padrões tecnológicos e na exploração da força de trabalho.

Os usos do território potiguar a partir desse momento adquirem duas formas de existência que mesmo distintas e com estratégias diferentes no que concerne a organização da produção, se mostram, em vários momentos, intimamente interligadas porque produto de uma mesma racionalidade econômica. Uma primeira forma se constitui a partir da reestruturação de grandes grupos industriais que já estavam sediados no território potiguar e pela expansão de novas plantas industriais que chegam ao estado no transcorrer dos anos 1990; por sua vez, a segunda forma constitui-se a partir de grandes redes industriais varejista do vestuário e de grifes locais e regionais que terceirizam parte e às vezes toda a produção junto a uma ampla rede de pequenos produtores.

Essa primeira forma de uso do território é fundamentalmente marcada pela ação de grandes grupos empresariais que são capazes de engendrar uma divisão territorial do trabalho que articula pontos e redes distribuídos por toda a formação socioespacial brasileira. De forma geral, trata-se de um grupo de empresas que a partir dos anos 1990 incorporaram os modos de funcionamento da economia e do território próprios do período da globalização, seja por uma ampla reestruturação produtiva e organizacional de suas atividades ou pela incorporação de um moderno *know-how* tecnológico poupador de mão de obra.

Uma das expressões mais eloquentes desse novo momento dos usos do território potiguar a partir dos anos 1990, é fornecida pela reestruturação e expansão das atividades do Grupo Guararapes, detentor da rede Riachuelo, uma das mais importantes redes varejista do território nacional. Surgido em outro momento da divisão territorial brasileira o Grupo Guararapes expande suas ações a partir dos anos 1970, com os benefícios da política financeira da SUDENE, e a partir do final dos anos 1980, começa a incorporar os elementos fundamentais do processo de globalização, tanto do ponto de vista de uma produção altamente tecnificada, quanto no que concerne às estratégias de marketing e publicidade da empresa.

O processo de reestruturação e expansão do Grupo Guararapes passa pela produção de novas unidades produtivas a partir dos anos 1990, como foi o caso da

montagem de uma das maiores plantas industriais do segmento das confecções do país, no Distrito Industrial de Natal. Até meados dos anos 1990 o grupo detinha uma antiga unidade produtiva localizada no coração da cidade de Natal, quando transfere suas atividades para o novo espaço de produção. Trata-se de uma planta fabril que chegou a empregar, aproximadamente, 20 mil operários e que em função da reestruturação produtiva da empresa vem diminuindo consideravelmente os seus quadros, empregando na atualidade algo em torno de 8 e 12 mil trabalhadores.

O Grupo Guararapes apresenta uma divisão técnica e produtiva do trabalho interna à empresa, que, na realidade, se reverbera por outros estados da Região Nordeste. Assim, enquanto a unidade produtiva do Rio Grande do Norte especializou-se na produção de artigos de malha e na parte de camisaria, as outras três unidades de produção, localizadas no estado do Ceará, realizam parte da tecelagem do grupo e ainda produzem artigos jeans e de camisaria²²⁶.

Toda a produção das unidades do Rio Grande do Norte e do Ceará se destina a um dos três centros de distribuição do grupo, localizados em Natal, Manaus e Guarulhos. Uma vez nos centros de distribuição o processo de circulação do produto torna-se mais complexo e fragmentado porque agora segue o seu movimento em direção a uma das 289 lojas da Rede Riachuelo, que se encontram distribuídas por todas as regiões da formação socioespacial brasileira, principalmente nas capitais e nas cidades mais dinâmicas em cada um dos estados.

Para dar conta desse processo de circulação que no período histórico atual "envolve a organização e coordenação de fluxos complexos através de distâncias geográficas cada vez mais estendidas", como diz Peter Dicken (2010, p. 441), o Grupo Guararapes tem uma ampla frota de caminhos e carretas e dispõem de um moderno sistema de logística o *Formove* do Grupo Linx Logística, que, de acordo com Silva (2012, p. 145), "automatiza a distribuição usando o sistema de trilhos e cabides, reduzindo a manipulação dos produtos no centro de distribuição e no transporte para as lojas, resultando em maior agilidade no sistema".

A incorporação de elementos da globalização por parte da empresa também se deu no que concerne às parcelas imateriais do trabalho, isto é, aquelas geradoras de fluxos imateriais. Desde os anos 1980 que o Grupo Guararapes investe maciçamente não apenas na pesquisa e na concepção de modelos para o lançamento anual de suas

²²⁶ Informações contidas no site oficial da empresa, <http://ri.riachuelo.com.br>.

coleções, mas também numa ampla campanha publicitária que se tornou mais intensa no transcorrer dos anos 1990, quando o grupo expandiu sua rede de lojas na formação socioespacial brasileira, sobretudo, para a Região Concentrada, detentora do maior mercado consumidor do país.

Outros grupos do segmento dos têxteis e das confecções que já estavam alocados no território potiguar também buscaram reestruturar suas atividades diante desse cenário de avanço da globalização e de acirramento da concorrência dos produtos asiáticos. Para tanto, empresas como, por exemplo, Coteminas, Alpargatas e Sulfabril seguiram duas linhas de ações que podem, grosso modo, serem resumidas no enxugamento de suas plantas industriais e na expansão de formas de produção fundamentadas na subcontratação e na terceirização de pequenas empresas que passam, doravante, a realizarem etapas ou todo o processo de confecção das peças, conforme constataremos adiante.

Contando muitas vezes com novos incentivos fiscais e financeiros, dessa vez do governo estadual, esses grandes grupos avançaram em seus processos de reestruturação e adequação à nova racionalidade global. Tal processo se verifica inicialmente com a incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais que se, por um lado, elevou suas produções que, cada vez mais, se conectavam com a internacionalização dos mercados, por outro, reduziu sobremaneira o número de trabalhadores ocupados, principalmente, no segmento de preparação têxtil, como por exemplo na tecelagem, que diferente das confecções que ainda exigem o volume maior de trabalho humano em função do acabamento das peças, pôde automatizar o seu processo de produção e liberar ainda mais o trabalho humano.

Ao mesmo tempo em que esses agentes industriais intentavam reestruturar suas atividades produtivas, outros grupos deslocavam suas unidades de produção de estados do Centro-Sul do país para o território potiguar ou constituíam novas filiais. Com plantas industriais que já surgiam em plena sintonia com os elementos da reestruturação, sobretudo, aqueles relacionados ao reordenamento tecnológico e organizacional do processo de produção e com a redução dos custos com mão-de-obra, grupos como Vicunha, Textile e Grantex Têxtil, Capricórnio e Hering do Brasil, escolheram o Rio Grande do Norte para desenvolver suas produções, objetivando serem competitivos não apenas no mercado interno, mas, principalmente, nos mercados latino americano e europeu para onde passaram a escoar parte expressiva de suas produções.

O resultado dessa nova lógica de uso do território pode ser expresso tanto pela elevação no volume das exportações dos artigos têxteis e de confecções pelo estado, que

durante parte dos anos 1990 e nos anos 2000, se transformaram em alguns dos itens mais importantes do comércio exterior estadual, quanto pelo valor da produção industrial, que também registrou um crescimento expressivo a partir de meados dos anos 1990. Mesmo que essa nova dinâmica não tenha assegurado ao estado posição semelhante a que teve nos anos 1970 e 1980, quando chegou a ser a capital nacional das confecções, constatamos uma elevação substancial no valor da produção, especialmente nos anos 2000 em diante, quando as inversões de capitais realizadas nos anos 1990 já estavam consolidadas e a maior parte das empresas estava em funcionamento.

De acordo com os dados do gráfico 38 podemos verificar que valor da produção na indústria têxtil e de confecções registrou uma expansão acentuada no período em questão. Na indústria têxtil o valor da produção mais do que triplicou entre 1996 e 2014, quando saiu de aproximadamente R\$ 233 milhões para mais de 855 milhões, por sua vez, a indústria de confecções e vestuário seguindo dinâmica ainda mais intensa, passou de pouco mais R\$ 48 milhões, 1996, para mais R\$ 950 milhões, 2014.

Um elemento marcante desse momento e que denota uma das dimensões da reestruturação produtiva é a tecnificação da produção e sua crescente racionalização da mão de obra, principalmente, na indústria têxtil que vem se caracterizando por uma elevada incorporação tecnológica com crescente diminuição do trabalho humano. Mesmo ainda sendo considerado um segmento em que predomina trabalho intensivo, constatamos que a indústria têxtil desde o avanço da reestruturação produtiva, vem se realizando, cada vez mais, com níveis maiores de capitais e tecnologia, o que permite liberar somas volumosas de trabalhadores. Entre os anos de 1996 e 2014, enquanto ocorria a elevação do valor da produção, o número de empregados nessas indústria não apenas se mantinha estacionário em boa parte desse interstício, como também até decresceu, passando de 6500 trabalhadores em 1996, para aproximadamente 5300, em 2014 (Gráfico 40 e 41).

Gráfico 40: Valor da produção na indústria têxtil, confecções e vestuário no Rio Grande do Norte (1996-2014).

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresa (BRASIL, 1996-2014).

Gráfico 41: Pessoal ocupado na indústria têxtil, confecções e vestuário no Rio Grande do Norte (1996-2014).

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresa (BRASIL, 1996-2014).

É preciso apontar que mesmo diante dessa expansão, o Rio Grande do Norte não conseguiu acompanhar o ritmo da Região Nordeste, principalmente dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, que incrementaram ainda mais suas atividades produtivas nesses segmentos. No entanto, o território potiguar ainda se manteve como um dos principais pólos de produção dos têxteis e das confecções. De acordo com levantamento realizado

pelo Banco do Nordeste com base na produção de 2012 (BRASIL, 2014)²²⁷, a Região Metropolitana de Natal aparecia como a 10ª mais importante aglomeração industrial nos segmentos têxteis e de confecções da formação socioespacial brasileira, o que em boa medida foi produto da modernização tecnológica e do deslocamento de unidades do Centro-Sul para o estado já no contexto da reestruturação produtiva da indústria têxtil e de confecções nos anos 1990.

Ao mesmo tempo em que se constitui essa forma de uso do território mais centrada nas ações de grandes empresas que produzem em suas próprias plantas industriais, o processo de globalização econômica e sua reestruturação produtiva também acabou delineando uma segunda forma de uso do território, especialmente, relacionada aos circuitos produtivos das confecções e do vestuário, na qual predomina um sistema de subcontratação e terceirização da atividade produtiva por parte de grandes grupos industriais, de redes varejista e por um conjunto variado de *grifes* de capitais locais e regionais, que externalizaram parte ou todo o seu processo de produção para uma rede de oficinas, denominadas de *facções*, que se encontram dispersas por todo o território potiguar.

Na realidade o processo de globalização e sua busca permanente pela desregulamentação das relações de trabalho acabou reintroduzindo, com nova roupagem e novos conteúdos técnicos, científicos e informacionais, uma forma de organização da produção pertencente a um outro momento da divisão territorial do trabalho do modo de produção capitalista, conforme expõem Araujo e Amorim (2001), ao afirmarem que subcontratação e terceirização não corresponde a uma prática recente, mas à forma tradicional de organização produtiva "presente desde o início do desenvolvimento desta indústria através da prática do *putting out*" (2002, p. 272).

Com efeito, a subcontratação e seu sistema de funcionamento baseado na pulverização das atividades de produção em um elevado número de pequenos estabelecimentos, passaram a fazer parte da dinâmica dos usos do território no Rio Grande do Norte. Podemos dizer que a subcontratação possibilitou o surgimento de uma nova divisão territorial do trabalho, na qual passaram a coexistir, com relações de complementaridade e solidariedade produtiva, grandes e médios grupos empresariais com pequenas *facções* que assumem parcelas sempre mais significativas do processo produtivo.

²²⁷ In: Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste (BEZERRA, 2014).

A introdução da subcontratação e da terceirização no circuito de produção dos têxteis e das confecções no Rio Grande do Norte tem seu início durante os anos 1990, quando um conjunto de empresas passaram a adotar essa forma de organização da produção não apenas com o objetivo de reduzirem os custos com a mão de obra e de flexibilizarem as relações de trabalho, mas também porque ela permite aos empresários se livrarem da sazonalidade do segmento dos têxteis e das confecções, transferindo esse ônus aos agentes mais frágeis de todo o circuito, as pequenas fábricas terceirizadas e subcontratadas. De fato, como expõe Lencione (1991), a subcontratação é um mecanismo que permite aos empresários fugirem das flutuações do mercado e das instabilidades do mundo da moda.

A expansão dessa forma de uso do território somente foi possível por que se constituiu uma trama de relações de solidariedade entre grandes grupos industriais, como Sulfabril e Alpargatas, empresas como RM-NOR, governo estadual por meio da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), Banco do Nordeste e entidades como SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), que juntas tentaram conformar todas as condições materiais e imateriais necessárias para a constituição de um conjunto de pequenos produtores.

Na distribuição de atividades entre esses agentes coube aos órgãos estatais e a algumas prefeituras, como, por exemplo, a de Ceará Mirim, Santa Cruz e Macaíba a responsabilidade pela construção das fábricas ou prédios e de parte da infra-estrutura necessária a alocação das empresas produtoras; o Banco do Nordeste, por sua vez, vem atuando no financiamento das atividades produtivas usando, para tanto, recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda (PROGER); já as instituições como SENAI, FIERN e SEBRAE, ficaram com a incumbência de efetuarem um treinamento prévio dos trabalhadores e dos administradores, no que concerne qualificação da mão-de-obra e ao processo de produção com cursos de operadores de máquinas, costureiro industrial e assistente de produção; por fim, as empresas entram, em alguns casos, com o fornecimento de maquinário e com a demanda necessária a todo o funcionamento das empresas subcontratadas.

No final dos anos 1990 já havia se constituído uma rede de oficinas e de pequenas fábricas que articulada por empresas industriais, como Sulfabril e Alpargatas, por exemplo, e intermediárias, como RM-NOR, criaram uma nova geografia da

produção no Rio Grande Norte, baseada numa divisão territorial do trabalho extremamente hierarquizada porque deixa o controle de todo o processo produtivo concentrado na empresa sub-contratante que comanda e delega todas as tarefas ou etapas da produção a serem executadas pelas empresas subcontratadas.

Em alguns municípios como, por exemplo, em Ceará Mirim, lançou-se um projeto de desenvolvimento de um pólo de confecções com a constituição de cooperativas e associações de trabalhadoras, que passaram a ser subcontratadas por empresas do segmento das confecções para realização de alguma etapa da produção de suas peças. No final dos anos 1990 já existiam nesse pólo de confecções pelo menos 4 cooperativas e/ou associações que apresentando capacidade produtiva de mais de 50 mil peças ao mês, realizavam serviços de corte e montagem de artigos jeans, malharia em geral e de camisaria, para diversas empresas do circuito das confecções e do vestuário que tinham suas sedes localizadas na Região Metropolitana de Natal²²⁸.

Com o processo de falência da Sulfabril e a saída da Alpargatas do estado na passagem dos anos 1990 para 2000, a RM-NOR passou a ser a principal e maior empresa a manter contratos com as facções no Rio Grande do Norte. A partir de suas ações, a rede de facções expandiu vertiginosamente no estado, sobretudo, na Região Seridó e no Agreste, onde se estabeleceram seus maiores colaboradores. Com as ações da RM-NOR, a rede de subcontratação ganhou novos conteúdos e tornou-se mais complexa porque a empresa entra no circuito como uma subcontratada que realiza uma segunda subcontratação junto às pequenas facções do estado, diferente do que ocorria anteriormente, quando a Sulfabril, por exemplo, realizava diretamente a subcontratação junto às pequenas empresas.

Centralizando as demandas de praticamente todas as redes varejista que atuam no território nacional (C&A, Lojas Americanas, Renner, Marisa, Pernambucanas, por exemplo), a RM-NOR manteve até 2008/2009 uma rede de subcontratadas de aproximadamente 50 facções que realizavam apenas a costura das peças, enquanto a própria empresa a partir sua unidade fabril localizada em Parnamirim, se encarregava do corte e do acabamento das peças, assim como da sua distribuição.

A partir de 2009 a empresa vai re-equacionar sua atuação na rede de subcontratação do Rio Grande do Norte, pois em função do avanço, ainda mais intenso, do produto asiático, quase todas as redes de varejo deixam de produzir ou

²²⁸ Informações obtidas em trabalho de campo realizado na cidade de Ceará Mirim com antigos diretores das cooperativas que atualmente possuem suas próprias facções.

encomendarem suas peças no território nacional, passando a substituí-las pelo produto importado. Esta situação obrigou a RM-NOR a reestruturar completamente suas ações e direcioná-las para o diversificado segmento produtivo das lojas de *grife* ou de "etiquetas" atuantes em todo Brasil, tais como Calvin Klein, Cantão, Brookfield, Ellus Jeans, Osklen, Folic e Reserva, por exemplo.

Se quando exercia a função de subcontratada das grandes redes do varejo existentes no país, a RM-NOR chegou a ter uma produção média de 100 mil peças por mês e a atingir uma produção de 250 mil peças com uma rede de mais de 50 facções, com a mudança para esse segmento das *grifes* sua produção decresceu bruscamente e o volume passou a girar entre 15 e 30 mil peças ao mês, distribuídas por uma rede de subcontratação que não ultrapassa 5 unidades. Esta acentuada redução justifica-se porque as redes de varejo realizavam pedidos em larga escala e pouco diversificados, enquanto que as redes de *grifes* efetuam encomendas de diversos lotes com poucas peças²²⁹.

Se a RM-NOR já apresentava uma rede de demandantes extremamente capilarizada quando atuava quase que exclusivamente para as redes de varejo, a partir do momento em que se especializa em atender as demandas das *grifes* ou lojas de "etiquetas", sua rede de relações se estendeu por quase todo o território nacional. São aproximadamente 2000 mil clientes com mais de 5000 mil estabelecimentos dispersos por todas as regiões do país, que recebem diretamente as peças produzidas pela RM-NOR. O mapa 28 evidencia essa ramificada rede de atuação que, embora abrangendo todo o território nacional, se dirige com maior intensidade para a Região Concentrada do país.

Além disso, toda essa movimentação evidencia que a empresa apresenta um complexo serviço de logística territorial que envolve fluxos pelos correios, pelo modal rodoviário e aéreo, pois tanto ocorrem entregas de grandes lotes nos centros de distribuição dos demandantes, quanto também a própria RM-NOR pode realizar a distribuição das peças em cada um dos estabelecimentos comerciais da empresa contratante.

²²⁹ Todos os dados foram disponibilizados pela direção da RM-NOR.

Mapa 28: Localização dos estabelecimentos que demandaram e receberam produtos da RMNOR no Brasil em 2016.

Fonte: RMNOR (2016).

Nos anos 2000 esse circuito produtivo se torna ainda mais denso do ponto de vista de seus agentes, uma vez que entra em cena uma grande empresa no segmento da

moda do país, a Cia Hering, (composta pela Hering, Hering Kids, PUC e Dzarm), que aproveitando-se de toda rede de facções já existente, se instala no Rio Grande do Norte, com o objetivo de subcontratar inicialmente praticamente todas as etapas da produção. A chegada da Cia Hering ao estado impulsiona ainda mais a disseminação de unidades produtivas no território estadual, pois constitui uma rede de mais de 250 colaboradores e de aproximadamente 50 empresas subcontratadas, que juntas produzem mais de 180 mil peças ao mês, que se destinavam a abastecer a rede de lojas do grupo localizada na Região Nordeste.

As ações da Hering no território potiguar se intensificam a partir do ano de 2009, quando a empresa amplia sua unidade de produção de Parnamirim, com a construção de uma planta capaz de realizar o corte das peças a serem produzidas no estado, etapa esta que anteriormente era realizada em Blumenau, onde a empresa tem outra grande unidade produtiva. Com essa nova planta, o Rio Grande do Norte passa a centralizar boa parte das demandas do grupo em tecidos planos e camisaria, o que, por conseguinte, exigiu um incremento na rede de facções subcontratadas que se elevou ao número de 90 unidades produtoras com uma produção diária de aproximadamente 25 mil peças, que abastecem toda a rede de mais de 800 lojas do grupo dispersas pelo território nacional.

Podemos dizer que a partir dessa planta industrial se estabeleceu uma nova configuração para a divisão técnica e territorial da Hering no Rio Grande do Norte, uma vez que além do acabamento das peças a empresa também passou a realizar o seu corte no estado, enquanto que as facções e outras empresas subcontratadas, efetuam as etapas de costura, tinturaria, lavanderia e bordado.

Após as ações desenvolvidas na década de 1990 e ao longo dos anos 2000, o caminho para a intensificação da indústria de subcontratação no Rio Grande do Norte estava aberto, ainda mais porque a rede de pequenos produtores poderia servir a outras empresas ou lojas de *grifes* que já atuavam ou que pretendiam se instalar no estado. Este é o caso de empresas detentoras de marcas de circulação local e regional como, Stomp, Ecológica, On Line, Schawk, Christian Salvatory, por exemplo, que impulsionaram ainda mais a existência dessa rede de subcontratação. Boa parte dessas *grifes* procuram incorporar a lógica de funcionamento das grandes marcas globais e nacionais, de modo que, na maior parte dos casos, elas não produzem nenhuma das peças que comercializam e de modo geral mantêm apenas um setor dedicado a criação e concepção das coleções a serem lançadas. Com efeito, muitas dessas empresas na intuição de reduzirem os custos produtivos já surgem com uma produção totalmente

realizada por facções, não seguindo o caminho de grupos ou marcas mais antigas que começaram com suas próprias linhas de produção e só posteriormente, com o avanço da reestruturação produtiva, é que migraram para a subcontratação. Desse modo, podemos afirmar que essas empresas movimentam e dependem de uma rede de facções durante todo o ano, e não somente em momentos de maior elevação das demandas como nas festas de final de ano e nas datas comemorativas.

Outro grande impulso para a disseminação e consolidação das facções no Rio Grande do Norte vem sendo posto em prática por um projeto desenvolvido e executado pelo Governo do Rio Grande do Norte, pela Federação das Indústrias (FIERN), pelo SEBRAE e pelo Grupo Guararapes, maior interessado na ampliação da rede facções. Trata-se do Pró-Sertão, que constituído em torno da psicoesfera da geração de emprego e renda e da idéia de uma "industrialização" do interior do estado, vem incrementando sobremaneira a expansão e mesmo uma modernização das facções do estado. Na realidade o que está na essência desse projeto é uma estratégia do grupo Guararapes de busca permanente pela redução dos custos de produção ao nível global e de flexibilização da mão-de-obra em suas atividades de produção, uma vez que ao mesmo tempo em que enxuga sua planta industrial localizada na Região de Natal²³⁰, o grupo Guararapes expande suas relações de complementaridade produtiva com a rede de facções dispersas pelo território estadual.

Assim, se do ponto de vista dos círculos de cooperação o Pró-Sertão foi amalgamado pelas ações do SEBRAE, do SENAI que ofertam cursos de gestão de pequenas empresas e de treinamento da mão-de-obra, e do Banco do Nordeste que vem concedendo linhas de crédito especiais para a aquisição de um moderno maquinário de corte e costura; no que concerne a processo de produção propriamente dito são as elevadas demandas de produção do Grupo Guararapes que vem incrementando e dinamizando o funcionamento do projeto. Com efeito, constatamos que a intenção é incentivar a montagem de mais de 350 facções até 2018, com a capacidade de produção de mais 150 mil peças dia, para assim abastecer as demandas do Grupo Guararapes nos segmentos de malharia, camisaria e jeans.

²³⁰ Em entrevista concedida ao Reporter Brasil a presidenta do Sindicato das Costureiras do Rio Grande do Norte afirma que desde 2009 que a Guararapes vem reduzindo seus quadros e com a terceirização no interior do estado esse processo vem se intensificando, pois se haviam 16 mil trabalhadores pelo idos de 2010, "em dezembro de 2014 a Guararapes tinha 10 mil funcionários, e agora são 8,5 mil". Reportagem intitulada "Hering e Riachuelo terceirizam parte da produção para oficinas do sertão".

Mesmo que o Pró-Sertão não tenha sido executado em sua plenitude os impactos territoriais são imensos para o Rio Grande do Norte e, principalmente, para os municípios envolvidos, pois o grupo Guararapes já produz 22 mil peças dia a partir de 64 facções dispersas pelo interior do estado, que executam as etapas da costura no segmento de camisaria, malharia e tecidos planos. Todas as demais etapas do processo de produção (concepção, corte, lavanderia, tinturaria e acabamento) são realizadas na unidade do Distrito industrial de Natal, que ainda funcionam como o principal centro de distribuição de produtos da empresa para as lojas da Riachuelo na Região Nordeste e para os outros centros de distribuição localizados em Manaus, que realiza a redistribuição para Região Norte, e em Guarulhos, que cobre a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Com as ações de expansão da Cia. Hering e recentemente do Grupo Guararapes o território potiguar vem presenciando uma expansão considerável de facções de confecções nos últimos 10 anos. Se em 2000 a produção era de 2 mil peças por dia, em primórdios de 2016 esse volume se elevou para mais de 50 mil peças, o que nos mostra um pouco a medida da expansão. A topologia espacial das facções revela que a Região Seridó incorporou o maior número de novas unidades de produção, mais precisamente os municípios de São José do Seridó, Jardim do Seridó e Acari. De acordo com dados da Associação Seridoense de Confecções (ASCONF), a região centraliza atualmente perto de 60% dos estabelecimentos existentes no estado com uma produção de 20 e 25 mil peças por dia (Mapa 29)²³¹.

Um traço importante da expansão das facções no estado é que as ações de incentivos para criação de novas unidades passaram a se direcionar, cada vez mais, para municípios mais distantes da Região Metropolitana de Natal e que, na maioria dos casos, além de apresentarem elevadas taxas de pobreza e de desemprego, não possuem entidades sindicais que podem exercer pressões junto aos empresários. Este direcionamento pode nos revelar uma busca por cidades e populações mais suscetíveis a aceitarem condições e relações de trabalho mais precárias.

²³¹ Dados e informações mais precisas na indústria das facções são de difícil acesso. No entanto, a partir de informações colhidas junto ao SEBRAE, ao cadastro de empresas da FIERN e a Associação Seridoense de Confecções (ASCONF), chegamos aos números supracitados.

Guararapes. Estas empresas realizam diretamente a subcontratação junto a uma das inúmeras oficinas ou pequenas facções colaboradoras. Nesse caso, as empresas tem uma demanda de 50 mil peças e decidem diretamente e sem intermediação de outras empresas, subcontratar 50 facções para realizar as etapas do corte e da costura ou somente da costura.

Figura 1: Organograma da rede de produção de confecções constituída a partir do Rio Grande do Norte.

Legenda:

1: Empresas varejistas e de etiquetas (*grifes*) que subcontratam a RMNOR para realizar suas produções;
 2: Empresas locais e nacionais que realizam, direta ou indiretamente, a subcontratação das facções;
 3: Facções e empresas subcontratadas para execução de várias etapas;
 4: Centros de distribuição das empresas: Guararapes possui três (Natal, Guarulhos e Manaus), Hering tem um em Goiás, as marcas locais tem seus centros de distribuição em Natal e Parnamirim e as grandes marcas tem centros em todo o país;

5: Lojas dispersas por todo o território nacional: a Riachuelo do grupo Guararapes possui 289 lojas, a Hering possui 842 lojas e franquias e a RMNOR distribui para mais de 5000 lojas.

* Para a etapa da lavanderia a empresa mais citada foi a Santo André, localizada em Macaíba; já as etapas da estamparia e bordado não houve a citação de uma empresa específica, mas pudemos constatar que, na maioria dos casos, são pequenas empresas localizadas em Natal (Alecrim, bordados) e em Parnamirim.

Fonte: Elaboração própria tendo como base o organograma produzido por Silvana Silva (2012) e a partir de informações fornecidas pela RM-NOR, Hering e Guararapes.

É preciso destacar que no âmbito desse circuito da subcontratação existe uma fragmentação produtiva que está intimamente relacionada as densidades de capital e

técnica incorporadas pelo estabelecimento. Esta diferenciação está criando no interior do circuito produtivo uma divisão técnica e territorial do trabalho, nas qual as facções com maiores incorporações tecnológicas realizam produções que exigem um nível mais elevado de acabamento das peças, enquanto outros com maquinários mais arcaicos realizam produções sem maiores detalhes no acabamento.

A fragmentação do processo de produção ainda engendrou uma outra camada de divisão técnica e territorial do trabalho no que concerne ao tipo de peça a ser produzida pelo estabelecimento, de forma que existem facções que se especializam na costura de peças jeans (calças e jaquetas), enquanto outras que se direciona mais para os artigos de malharia ou de camisaria. Poucas são as facções que incorporam as três especialidades, pois isso exige maiores inversões de capitais na aquisição de maquinário, tendo em vista que o equipamento utilizado para costura de uma calça jeans não é o mesmo usado para artigo de malha ou camisas.

A existência de um circuito produtivo fragmentado e disperso geograficamente exige serviços logísticos de distribuição e de intermediação solidamente constituídos, tanto do ponto de vista de material, como também pela transmissão de informações e ordens. Nesse sentido, o funcionamento da engrenagem desse circuito produtivo é garantido por cada uma das empresas que realizam a subcontratação (Cia Hering, Grupo Guararapes e RM-NOR), de modo que através de sistemas técnicos de telecomunicação e de uma rede caminhões próprios e subcontratados, elas tanto distribuem a matéria-prima para a produção, quanto recolhem o que já foi produzido nas diversas facções que estão incluídas em cada uma das rotas existentes.

As possibilidades entreabertas por uma forma de organização da produção mais flexível e descentralizadora tem permitido que uma variedade maior de subespaços participem da divisão territorial do trabalho no estado, o que, por conseguinte, vêm abrindo a perspectiva de uma reorganização da dinâmica geoeconômica na indústria de confecções e do vestuário, sobretudo, porque até meados dos anos 1990 essas atividades se concentravam primordialmente na Região Metropolitana de Natal.

No entanto, é de fundamental importância sublinhar que se Natal e sua região estão diminuindo suas produções na indústria de confecções e do vestuário em favor de outras regiões do interior do estado, no que concerne ao centro de comando desse circuito produtivo, constatamos que o poder permanece centralizado. Nesse sentido, a Região Metropolitana de Natal ainda exerce as principais funções de gestão do território potiguar, pois é a partir da capital estadual que se organiza o centro articulador e

distribuidor de todas as demandas que alimentam as diversas facções dispersas pelo interior do estado.

A partir do que aferido pode-se afirmar que essa forma de organização da produção através das facções ao interiorizar parcelas importantes do processo industrial, possibilitou o surgimento de um dinamismo econômico em muitos municípios do Rio Grande do Norte, que em muitos casos desconheciam qualquer experiência econômica nesses termos. No entanto, faz-se mister pontuar que esse dinamismo vem se dando com base em uma forma de uso do território hierarquizada e totalmente comandada a partir de outras regiões, o que não permite a criação de vínculos ou complementaridades com a economia regional (compra de matéria prima, por exemplo), muito menos possibilita uma transferência de tecnologia que dê a essas facções uma mínima autonomia no processo de produção.

8.3 Tendências recentes do circuito produtivo sucro-alcooleiro no litoral oriental do estado: monopolização e globalização

Desde que se estabeleceu como o sistema normativo dominante ainda nos anos 1970 sob a égide do acontecer hierárquico estatal, o PROÁLCOOL passou a ditar os ritmos dos usos do território nacional pela agroindústria canavieira, quando estabeleceu uma nova ordem espacial centrada na produção de etanol e a difundiu na formação socioespacial brasileira. O apogeu dessa lógica de uso do território foi alcançado durante os anos 1980, no momento em que tivemos o maior direcionamento de recursos públicos para o circuito e que atingiu-se uma extraordinária produção em função de parte substancial das usinas autônomas e anexas existentes no país terem canalizado as suas ações para a produção de álcool combustível²³².

Acontece que a rede de solidariedade geográficas que soldava e garantia a existência dessa ordem espacial começou a dar sinais de que se romperia já na segunda metade da década de 1980 em virtude da emergência de uma série de eventos de escalas global e nacional. Pode-se defender que a partir desse momento os principais sustentáculos desse circuito produtivo passaram por um processo de reorganização que

²³² De acordo com dados do Anuário Estatístico do IBGE o pico de produção de etanol pelo Rio Grande do Norte, deu-se nas safras de 1986/87 (BRASIL, 1988).

culminou com o estabelecimento de uma nova ordem espacial para a indústria sucroalcooleira que apresentou diferentes rebatimentos em cada um dos compartimentos territoriais da nação.

Um primeiro evento que ajudou a romper com a rede de solidariedade deu-se no seio do principal sustentáculo do circuito agroindustrial canavieiro. Trata-se dos vastos círculos de financiamento e concessão de subsídios fiscais e financeiros públicos que serviram de base para que os agentes da agroindústria efetuassem a expansão desse circuito produtivo. Já na segunda metade dos anos 1980 começaram a emergirem os primeiros sinais de desgastes, quando se tornou frequente os atrasos nos repasses financeiros aos usineiros, não somente em função da crise econômica intensificada entre 1985 e 1992, mas também por que o Estado brasileiro, progressivamente, começava a retirar os investimentos públicos do programa. De acordo com Shikida e Bacha (1999), essa situação já era um indício do esvaziamento mais amplo que PRÓÁLCOOL sofreria por parte dos poderes estatais nos anos subsequentes. Aqui já começava a se desenhar uma situação geográfica na qual parte dos fixos produtivos destinados a produção de etanol começavam a ser re-direcionados à produção de açúcar em função da vertiginosa elevação dos preços desse produto no mercado mundial.

O resultado foi a escassez de etanol no mercado interno e uma elevação dos seus preços o que acabou atingindo em cheio outro sustentáculo do circuito sucroalcooleiro, que residia, justamente, na vantagem comparativa dos preços do álcool em relação aos da gasolina. A partir da segunda metade dos anos 1980 essa vantagem dos preços do álcool em relação à gasolina sofreu novo impacto em virtude do que se convencionou denominar de “contrachoque” do petróleo. Produto de um re-alinhamento na geopolítica mundial do petróleo, esse “contrachoque” foi responsável por rebaixar os preços dessa *commoditie*, diminuindo, ainda mais o diferencial entre os preços da gasolina e do etanol, que passaram de 35% para 25% (SZMRECSANYI E MOREIRA, 1991).

Essa nova geografia do petróleo que rebaixava os preços desse insumo e tornava mais atrativos os automóveis movidos à gasolina, passou a ser refletida na produção da indústria automobilística nacional que já em meados dos anos 1990 apresentava uma diminuição dos veículos movidos a etanol. Conforme apontam Shikida e Bacha (1999, p. 80), se na década de 1980 a venda de carro a álcool ultrapassou os 90%, em 1994, por sua vez, “o veículo a álcool representou 12,2% do volume total das vendas de carros produzidos internamente e, em 1995, a participação desse item chegou a ser de apenas 3,6%”.

O avanço mais intenso de uma nova psicoesfera econômica a partir da década de 1990, veio contribuir para a reestruturação desse circuito produtivo, pois fragilizou o mais robusto sustentáculo de todo o complexo constituído em torno da agroindústria sucroalcooleira. Trata-se dos incentivos financeiros expressos não apenas no PROÁLCOOL, mas nos programas que concediam financiamentos para aquisição de máquinas para o processo de produção e ampliação das usinas e destilarias (BELIK, 1992). Tal situação afeta o complexo envolvido da agroindústria, desde os usineiros até os agentes destinados a produzirem todo o maquinário necessário para expansão das usinas e destilarias. Na realidade pode-se afirmar que essa nova conjuntura já era produto do avanço do ideário neoliberal que acabou redimensionando o papel do estado brasileiro não apenas do ponto de vista da concessão de financiamentos, mas também no que dizia respeito ao fechamento de instituições que durante décadas normatizaram o circuito produtivo, como o (IAA), extinto em 1990, e ainda pela desregulamentação nos preços da agroindústria sucroalcooleira que passaram a ser estabelecidos pelos agentes que comandam esse circuito produtivo²³³.

Estavam estabelecidos alguns dos traços marcantes da derrocada do programa que se, por um lado, possibilitou uma das maiores expansões técnico e científica no espaço agrário nacional, por outro, elevou a concentração de terras a níveis inimagináveis, com muito bem revelou José Graziano da Silva (1996). Galvanizada, sobretudo, por eventos que envolvia a geopolítica do petróleo e o avanço da psicoesfera neoliberal, a derrocada do PROÁLCOOL foi responsável por ampla reorganização do circuito sucroalcooleiro, atingindo todos os compartimentos da formação socioespacial brasileira. Os rebatimentos territoriais desse processo se mostraram mais drásticos para o conjunto dos estados nordestinos que presenciaram uma fuga de capitais regionais que direcionaram os seus investimentos para os estados do Centro-Sul, especialmente, São Paulo que durante os tempos áureos do PROÁLCOOL expandiu intensamente sua agroindústria canavieira ao ponto de tornar-se a principal área concentradora para esse circuito produtivo em nível nacional²³⁴.

Para o Rio Grande do Norte que logrou intensa expansão e modernização de seu circuito sucroalcooleiro que possibilitou a difusão do meio técnico-científico no seu

²³³ De acordo com Tonin e Tonin (2014, p. 66 e 67), a extinção do (IAA), ocorreu em "15 de março de 1990 com a publicação da lei 8.029, de 12 de abril de 1990" (...) e a desregulamentação dos preços do setor sucroalcooleiro se deu "a partir de 1º de fevereiro de 1999, mediante a publicação da portaria 275".

²³⁴ A este respeito consulte o trabalho de Denise Elias (2003), "Globalização e Agricultura", especialmente o capítulo que disserta sobre "a organização dos complexos agroindustriais".

espaço agrário, esse processo de reestruturação dessa agroindústria nacional se revelou primeiramente com a redução da arena de produção da atividade canavieira e conseqüentemente com redução da quantidade de cana moída, que já a partir da safra de 1989 começou a decrescer. Em meio a oscilações anuais a área plantada de cana de açúcar no estado passou de mais de 61 mil hectares na safra de 1987/88, para aproximadamente 34 mil hectares na safra de 2000/01, numa redução de mais de 40% do espaço de produção canavieiro no estado; por sua vez a quantidade de cana moída seguiu no mesmo direcionamento, passando de mais de 3000 toneladas, na safra de 1987/88 para menos de 2000 mil toneladas em do ano 2000, numa redução igualmente significativa (Gráfico 42).

Gráfico 42: Cana de açúcar moída no Rio Grande (1987-2016).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA).

Essa nova realidade de reestruturação do circuito sucroalcooleiro também produziu mudança na destinação da cana a ser moída no território potiguar. Com efeito, houve uma reorientação dos fixos e dos fluxos produtivos que paulatinamente se direcionaram para a produção de açúcar em detrimento da produção de etanol, que desde meados dos anos 1980 já dominavam a indústria sucroalcooleira norte-rio-grandense. Na realidade já na safra de 1988/89 que a produção de etanol começou a registrar uma queda o que apenas se acentuou nos anos seguintes, quando foi se tornando escassa a destinação de recursos públicos ao programa. Cabe acentuar que essa queda na produção de etanol não se refletiu numa elevação imediata da produção de açúcar, pois até a safra de 1990, quando a produção alcooleira caiu constantemente,

verificamos que a produção de açúcar seguiu na mesma rota apesar de apresentar uma tendência menos intensa, fato esse que inverteu novamente a lógica do circuito a partir de 1994, quando a produção de açúcar ultrapassou a de etanol e permaneceu nessa posição até os dias atuais (Gráfico 43).

Gráfico 43: Produção sucroalcooleira no Rio Grande do Norte (1987-2000).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1987-2000)

Esse recuo na produção alcooleira estadual se refletiu também na participação do território potiguar na produção nacional. De acordo com dados levantados junto ao (IAA) e ao (AIAA) por Bray *et al* (2000), o Rio Grande do Norte produziu 138.426 m³ na safra de 1987/88, o que perfazia 1,21% da produção nacional. Na safra de 1993/94, o estado havia reduzido sua produção para menos de 80.000 m³, perfazendo agora apenas 0,82% da produção nacional. Essa diminuição na produção em mais de 25% na safra de 1994/95 em relação à de 1987/88, já era reflexo de todo o processo de re-organização pelo qual passava esses circuito, mas também já espelhava o enxugamento ou fechamento de alguns estabelecimentos industriais já no início dos anos 1990.

Podemos dizer que ocorria um re-equacionamento dos investimentos públicos destinado à agroindústria canvieira o que acabou diminuindo o montante recebido pelo PROÁLCOOL, fato este que agravou a situação dos usineiros acostumados a sempre terem ao seu dispor todos os incentivos possíveis que a máquina estatal podia conceder. Nesse sentido, é preciso destacar que o Estado nacional não extingui todas as benesses destinadas a essa indústria até por que como muito bem lembra Oliveira (2010, p. 21),

quando diz que "este setor tem vivido dos subsídios do Estado e tem-se firmado ampliando o monopólio, de certa forma colocando-se no poder do Estado".

Todo esse processo apenas ampliou a estrutura de monopólio que a agroindústria canavieira historicamente sempre apresentou. No Rio Grande do Norte o uso monopolista do território por esse circuito tornou-se ainda mais intenso, pois após toda essa reestruturação apenas três grupos passaram a abarcar todo o processo de industrialização da cana de açúcar, seja para produção do açúcar ou etanol. Desde os anos 1990 que constatamos o fechamento de usinas autônomas e anexas ou ainda de pequenos e médios engenhos que ainda produziam, principalmente, açúcar. Em meados dos anos 1980, o território potiguar chegou a abrigar 8 unidades produtoras (Autônomas e anexas) que se localizaram no Litoral Oriental, mas principalmente na área dominada pelas usinas de Arês e Baía Formosa, que se converteu na principal região produtora do estado. Desde os anos 1990 com o fechamento ou com fusão entre grupos, que apenas três empresas passaram a paulatinamente monopolizar o circuito sucroalcooleiro no Rio Grande do Norte, são eles: Usina Vale Verde Baía Formosa, localizada no município de Baía Formosa, Usina Estivas, localizada em Arês, e a Usina Agropaulo, estabelecida em Ceará Mirim.

Assim, na vasta zona canavieira potiguar que abrange partes do vale úmido de Ceará Mirim e ainda se estende por boa parte do litoral oriental, avançando no sentido sul rumo aos estados da Paraíba e Pernambuco, passou a contar com três usinas que estabeleceram no centro de um mar de lavoura de cana de açúcar de onde podem captar facilmente toda a matéria prima de que necessitam, seja oriunda de suas próprias fazendas ou ainda da produção de terceiro. Na agroindústria canavieira a localização dos estabelecimentos industriais junto às fontes de matéria prima ainda é uma questão essencial, pois como muito bem apontam Santos e Silveira (2005, p. 146), "a contigüidade territorial entre a plantação e usina ou destilaria é um dado técnico de localização, pois para não perder suas características, a cana-de-açúcar exige uma transformação industrial quase imediata após ser colhida"

Ainda faz-se preciso mencionar que a localização geográfica da Usina Vale Verde Baía Formosa, no município de Baía Formosa e da Usina Estivas, em Arês, permitiu a esses grupos desenvolverem uma logística territorial de circulação que depende do produto a ser escoado. Assim, quando se trata de escoar os fluxos de açúcar para o mercado mundial, faz-se uso do Porto de Natal, mas quando as exportações são de etanol, realiza-se via Porto de Cabedelo na Paraíba, que localizado a pouco mais de

100 Km dessa região, transformasse no melhor caminho para o escoamento desse produto devido às restrições do Porto de Natal.

A expansão de um meio técnico-científico no território potiguar proporcionado por esses três estabelecimentos usineiros envolve todas as fases do processo de produção. Desde as colheitas praticamente mecanizadas em sua totalidade, passando pelo beneficiamento e processamento industrial, seja para açúcar ou etanol até chegarmos ao processo de armazenamento em tanques com capacidade de estocagem de até 22 mil m³ para etanol e 49 mil toneladas para açúcar²³⁵, tudo é intimamente derivado dos progressos técnico-científicos incorporados pela agroindústria canavieira nos últimos anos, especialmente naqueles em que essa atividade foi fartamente irrigada com incentivos estatais.

Um dado importante desse novo momento da agroindústria canavieira nacional e nesse caso da potiguar, é a diversificação e flexibilização produtiva efetuada nos últimos anos, principalmente, após a derrocada do PROÁLCOOL, quando os grupos tiveram que também se inserir num mercado global mais competitivo e que apresenta vantagens diferentes para produtos diversos. Com isso, duas das três plantas usineiras do Rio Grande do Norte estão adaptadas não somente para produzirem uma diversidade de produtos (álcool anidro, álcool hidratado, açúcar VHP, açúcar cristal, açúcar refinado e até energia a base de um subproduto da cana-de-açúcar), mas também para atenderem as oscilações e diferentes demandas do mercado nacional e mundial, ora demandado mais um tipo de açúcar ou de álcool.

Das três plantas hoje existentes no território potiguar destacamos aqui as duas que se localizam na parte mais ao sul do litoral oriental, a Usina Vale Verde e a Usina Estivas. Juntas essas usinas tem a capacidade de moagem de aproximadamente 3.5 milhões de cana para uma produção de cerca de 110 mil m³ de álcool e 200 mil toneladas de açúcar (CONAB, 2014). Deve-se também destacar que as Usina Estivas e a Vale Verde Baía Formosa densificaram ainda mais seu processo de produção ao incorporarem um novo sistema técnico que permitiu a constituição de duas termoelétricas a partir do reaproveitamento de subprodutos da cana-de-açúcar (bagaço e palha) para produzir energia elétrica. As duas usinas juntas podem produzir mais 200 MW de energia que vem sendo utilizada para consumo própria nos períodos de safra podendo ainda ocorrer a comercialização de seu excedente no momento de entressafra.

²³⁵ Informações obtidas em trabalhos de campo.

Com isso, no transcorrer desse processo de reorganização e densificação técnico científica do circuito sucroalcooleiro no Rio Grande do Norte, verificamos que os níveis de produção voltaram a apresentar momentos de expansão que chegaram, inclusive a superar os números dos tempos áureos do PROÁLCOOL (Gráfico 44). A diferença fundamental é que o carro chefe da agroindústria canavieira passou a ser a produção de açúcar que mesmo apresentando oscilações, elevou-se e passou a operar num patamar quase sempre superior as 150 mil toneladas. Diferente foi o que se processou com o segmento alcooleiro que após comandar a agroindústria potiguar durante o período de vigência do PROÁLCOOL, diminuiu sua participação computo geral da indústria canavieira, passando a operar quase sempre num patamar inferior aos 100 mil m³, mesmo que em algumas safras constatemos certa elevação quando a demanda externa ou interna sofre uma elevação.

Gráfico 44: Produção sucroalcooleira no Rio Grande do Norte (2001-2016).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 2001-2016).

Além de engendrar um uso monopolista do território a indústria sucroalcooleiro norte-rio-grandense passou, no transcorrer dos anos 2000, a intensificar o processo de globalização de suas atividades, e isso não apenas em função da intensa incorporação técnico-científica verificada durante esse momento, mas, principalmente, por que do ponto de vista do comando duas usinas passaram ao controle de grupos multinacionais, quer por associação ou por aquisição direta, e ainda porque no que toca ao processo de circulação das mercadorias, constatamos que a produção estadual voltou a apresentar

fluxos globais, especialmente nos momentos em que os preços do açúcar ou do etanol, tornam-se pouco atraentes no mercado nacional ou se elevaram no mercado mundial.

No que concerne à globalização via comando o exemplo mais eloquente se deu com a aquisição da Usina Estivas, em Arês, pertencente ao grupo pernambucano Tavares de Melo, pela Louis Dreyfus Commodities Bioenergia (LD Commodities), subsidiária brasileira do poderoso monopólio francês Louis Dreyfus, especializado na produção e comercialização mundial de *commodities*²³⁶. A partir da atuação dessa multinacional parte substantiva do território potiguar, especialmente, no litoral sul passou a apresentar um comando vertical em nível global de suas atividades e isso não apenas do ponto de vista da produção industrial, uma vez que empresa também passou a controlar mais de 20 mil hectares de terras na região, sem falar dos produtores de cana-de-açúcar terceirizados que, via de regra, são comandados pelos grandes usineiros que adquirem suas produções²³⁷.

Já no que diz respeito à globalização via comercialização do produto, é preciso inicialmente, apenas registrar que historicamente a agroindústria canavieira desde a sua constituição até os anos 1970, apresentou fortes tendências a uma circulação mundial, lógica espacial que foi quebrada a partir desse momento com a constituição de uma nova racionalidade nos usos do território nacional e no Rio Grande do Norte, a qual passou a destinar sua produção ao mercado interno especialmente com a produção de etanol combustível a partir do fortalecimento do PROÁLCOOL. Na medida em que esse programa foi perdendo sua capacidade financeira de aquisição da nacional, muito usineiros passaram não apenas a diversificar sua produção, conforme ressaltado acima, mas também buscaram diversificar seus canais de circulação.

Com efeito, a circulação do açúcar e do álcool potiguar já a partir dos anos 1990 passaram a apresentar um volume considerável de fluxos destinados ao mercado mundial, principalmente, os açúcares que sistematicamente elevaram seus fluxos e chegaram a figurar em vários anos entre os principais produtos exportáveis do Rio Grande do Norte, o que inseriu as duas principais usinas entre as mais maiores

²³⁶ Vale destacar que a própria Louis Dreyfus em 2000 iniciou o processo de internacionalização do comando das empresas nacionais sucroalcooleiras a partir da aquisição de uma usina, conforme aponta trabalho de Benetti (2009, p. 5), para ainda pontuar que após essa primeira transação desencadeou-se uma série de "aquisições e fusões e também outras formas mais complexas e atuais de organização das atividades econômicas, quais sejam, as joint-ventures, as alianças e os variados acordos estratégicos formais na área da produção, do comércio, da pesquisa e da transferência de tecnologia".

²³⁷ De acordo com informações transmitidas pelo Grupo Tavares de Melo, a posse das terras ainda continua sob seu domínio, no entanto, estão arrendadas por 17 anos ao grupo francês. In: Entrevista concedida ao jornal Tribuna do Norte em 16/02/2007.

exportadoras do Rio Grande do Norte durante os anos 2000²³⁸. As exportações de açúcar se mostraram mais volumosas e constantes do que os álcool que somente em 1999 começaram a figurar no comércio mundial do Rio Grande do Norte com destaque para o ano de 2006, quando seus fluxos superaram os US\$ 24 milhões. Também houve um certo arrefecimento nos fluxos globais a partir de 2011, tanto para os açúcares e mais ainda para o álcool que inclusive chega a interromper suas exportações nos anos de 2009 e 2010 e entre 2013-2015 (Gráfico 45). Esta situação pode decorrer tanto das oscilações dos preços dessas produtos no mercado mundial, como também da produção da Usina Estivas, que após ter passado ao domínio do grupo francês, passou diversificar ainda mais seus canais de circulação fornecendo insumos como o álcool à indústria farmacêutica e de bebidas, além de ter intensificado suas ações nos mercados norte e nordeste com a comercialização de diversas variedades de açúcar.

Gráfico 45: Exportações de açúcar e álcool pelo Rio Grande do Norte (1997-2015).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX (BRASIL, 1997-2015).

Após uma intensa reorganização territorial que envolveu todas as suas dimensões (dos círculos de cooperação que garantiram polpudos investimentos públicos, passando pelo ampla tecnificação e diversificação do processo de produção até chegarmos a nova lógica de circulação), a indústria sucroalcooleira norte-rio-grandense apenas ampliou suas formas de dominação territorial só que desta vez exercendo uma monopolização ainda maior, pois poucos estabelecimentos passaram a controlar toda a

²³⁸ In: Empresas exportadoras por faixa de valor do Rio Grande do Norte (SECEX).

região canavieira potiguar. Além disso, se constata que essa reorganização vem possibilitando que um domínio global se instale no território estadual a partir da atuação de uma dos maiores monopólios mundiais do agronegócio. Tais características da agroindústria canavieira potiguar apenas refletem a dinâmica que se assentou no Rio Grande do Norte a partir do advento do período histórico atual, no qual os territórios passam a apresentar cada vez mais uma configuração atrelada à expansão do meio técnico-científico-informacional e ao domínio global das grandes empresas.

8.4 Expansão e modernização da indústria da mineração potiguar: da extração à produção industrial

O uso do território no Rio Grande do Norte guarda uma intrínseca relação com a disponibilidade de recursos naturais dispersos em seus subespaços, sendo que tal associação se mostra mais intensa em algumas porções da Região Seridó e no Oeste Potiguar. Em vários compartimentos territoriais dessas duas regiões a dinâmica econômica proporcionada pela extração, beneficiamento e mesmo transformação industrial dessas matérias-primas constitui-se no principal eixo de sustentação não somente de uma economia municipal, mas também regional, dada as proporções que ela pode alcançar.

Estes circuitos produtivos fundamentados na extração, beneficiamento e industrialização de recursos incorporam diferentes densidades de técnica, ciência e capitais aos territórios, o que dependerá das bases em que estão assentadas o seu processo de produção. No Rio Grande do Norte constatamos uma diversidade de situações, havendo, nesse sentido, segmentos que a partir de investimentos e de uma verticalização de suas atividades incorporaram etapas que estão situadas para além do simples processo de extração, enquanto que outros ainda permanecem realizando apenas a extração e a posterior distribuição do produto. Para o presente trabalho levaremos apenas em consideração aqueles circuitos produtivos que lograram um maior aprofundamento em sua divisão técnica e produtiva do trabalho, pois passaram a realizar no território potiguar o beneficiamento e, em alguns casos, a industrialização do produto.

Mesmo o Rio Grande do Norte sendo um estado que apresenta uma grande diversidade de recursos naturais e que historicamente ainda se registre grandes investimentos em alguns circuitos produtivos como os da scheelita, sal e petróleo, por exemplo, para vários outros segmentos dessa indústria de mineração, foi somente nos últimos quinze anos que maiores inversões de capitais ocorreram com a criação de grandes plantas industriais capazes de extraírem e beneficiarem grandes quantidades de insumos.

Corroboram nesse sentido os dados de inversões de capitais no processo de produção, bem como o valor da produção dessa indústria. De acordo com dados do Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1997), em 1996 o território potiguar ainda apresentava uma incipiente indústria mineral, pois havia recebido investimentos na ordem de R\$ 800 mil, sendo que os circuitos beneficiados foram o de calcário, o de diatomita e o do pedras britadas; por sua vez tinha um valor da produção era de R\$ 778 mil, o que representava apenas 0,3 da produção nordestina. Já em 2009 ainda segundo os dados do Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 2010), após uma fase de expansão que se iniciou em primórdios dos anos 2000, constatamos uma situação diferente, dado que o total de investimentos havia se elevado consideravelmente e já ultrapassava R\$ 51 milhões de reais, distribuídos em vários circuitos produtivos dos quais destacamos o circuito de minério de ferro, de calcário e de rochas britadas; por sua vez, o valor da produção também seguiu o mesmo ritmo, passando a operar num patamar superior a R\$ 128 milhões.

É preciso apontar que boa parte desses investimentos se direcionou e continua se direcionando ao desenvolvimento de atividades que se dão na esfera da produção de conhecimento sobre o território e acerca do desenvolvimento de novos produtos que atendam as especificidades dos diversos segmentos atendidos pela indústria. Com efeito, constatamos que os grandes grupos que atuam no Rio Grande do Norte, como por exemplo, a Mineração Ju-Bordeaux Exportação Ltda, Thor Granitos e Armil Mineração do Nordeste, mantêm equipes de pesquisadores com geólogos, químicos e engenheiros com vista ao descobrimento de novas jazidas e para desenvolvimento de novos usos de seus produtos.

A dinâmica engendrada por essa expansão na indústria de mineração potiguar tanto ativou circuitos produtivos que pouco participavam da geoeconomia do estado, quanto re-ativou circuitos produtivos pertencentes a outros momentos da divisão territorial do trabalho que se encontravam praticamente paralisados. Em ambos os

casos, esses circuitos produtivos foram paulatinamente se incorporando e incrementando os usos do território no Rio Grande do Norte.

Além disso, essa expansão também vem proporcionando uma transformação das formas de uso do território nas regiões em que ocorre essa produção, expressa não apenas pela ampliação e densificação técnica de seus processos de produção, como também pela aparição de capitais do Centro-Sul do país e até de grupos multinacionais que vêm direcionando suas ações para as atividades com maiores potenciais exportadores. Assim, a tecnificação e mecanização do processo de produção representa uma faceta importante desse momento expansivo da indústria mineral potiguar. Podemos dizer que essa indústria incorporou os progressos tecnológicos próprios do período histórico atual e adotou uma série de sistemas técnicos, materializados num vasto maquinário (escavadeiras, tratores, carregadeiras, britadeiras, esteiras rolantes e etc.) que se, por um lado, vem a substituir o trabalho humano em várias etapas da produção, por outro, eleva a produtividade espacial do circuito e garante sua inserção nos mercados nacionais e internacionais. Já no que toca aos capitais que vem irrigando esse crescimento é preciso atentar que em boa medida eles se originam fora do território potiguar. Com efeito, constata-se que algumas das maiores inversões de capitais ocorreram a partir de grupos que tem seus centros de comando localizados em outros estados e regiões da formação socioespacial brasileira, como destaque para Recife, Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros países. De forma geral esses grupos estão se aproveitando não apenas da expansão da economia brasileira, mas também do potencial mineralógico apresentado pelo Rio Grande do Norte.

As ações desses grupos atingem alguns dos mais importantes e dinâmicos circuitos produtivos do Rio Grande do Norte. O segmento de extração e beneficiamento feldspato, quartzo, dolomita, caulim e argila é dominado pelo grupo de origem piauiense, o Armil Mineração do Nordeste, que possui diversas plantas dispersas pela Região Nordeste, sendo que no Rio Grande do Norte possui duas unidades industriais, a Mineração Santa Clara e Casa Grande Mineração, localizadas respectivamente em Equador e em Parelhas. A partir dessas duas unidades o grupo produz uma série de insumos industriais com granulometrias diversas e de acordo com as especificações técnicas do segmentos exigido que geralmente é a indústria de cerâmica, de esmaltes e de porcelanato.

Outro segmento que intensificou suas atividades no território potiguar a partir das ações de grupos nacionais, foi o de produção de rochas ornamentais. Na atualidade a

expansão desse segmento em todo o território nacional, apresenta íntima relação com uma diversificação e ampliação proporcionadas pela construção civil e pela arquitetura, que tem maciçamente impulsionado o uso de novos materiais e de rochas com poucas possibilidades de comercialização até então. No Rio Grande do Norte três grupos têm atuado de forma mais intensa, dos quais destacamos Thor Granitos do Rio de Janeiro e a Ju-Bordeaux Exportação Ltda. O primeiro vem nos últimos anos expandindo suas ações no território potiguar a partir de uma das maiores unidades produtoras no segmento das rochas ornamentais do Brasil, no município de Parelhas. Trata-se de uma planta industrial totalmente mecanizada que passou a explorar a extração e beneficiamento de granitos, produzindo blocos, chapas e ladrilhos, que são escoados para mercado nacional e parte é exportada, conforme já demonstramos anteriormente. Outro grupo que vem atuando no Rio Grande do Norte no segmento de rochas ornamentais é a Mineração Ju-Bordeaux Exportação Ltda, com uma planta industrial em Currais Novos, de onde extrai e beneficia granito para o mercado regional, mas sobretudo, para exportação para os mercados europeu e asiático.

O circuito espacial destinado à produção de britas foi outro que acompanhou e incrementou essa expansão da indústria de mineração no Rio Grande do Norte, dado que vem registrando uma elevação substancial em suas atividades. De acordo dados do Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 2010), esse é o segmento produtivo da indústria extrativa mais dinâmico do estado, concentrando aproximadamente 25% do valor da produção estadual. Todo esse dinamismo deriva, em boa medida, de uma série de complementaridades produtivas que se originaram na expansão da construção civil nos ramos da produção imobiliária, mas também no segmento das grandes obras de infra-estruturas, como a duplicação da BR101, a construção do Aeroporto de São Gonçalo, da Arena das Dunas e da toda a infra-estrutura urbana que a circunda.

Assim, a produção de brita estadual é destinada tanto para o variado mercado das construtoras que atuam no estado e, sobretudo, na Região Metropolitana de Natal, quanto para as usinas de concreto (artefatos de concreto diversos, concreto asfáltico e concreto usinado) que tem nesse produto um insumo básico para suas atividades, como por exemplo, a Polimix, principal estabelecimento desse segmento atuando no Rio Grande do Norte com unidades localizadas junto aos principais mercados do estado, como Mossoró e Região Metropolitana de Natal com três unidades.

Como se trata de uma indústria que apresenta certa especificidade no que concerne a circulação e distribuição do produto, constatamos que ela apresenta uma

forma de uso do território mais regionalizada com unidades de beneficiamento mais dispersas pelo estado. Tal localização mais regionalizada é facilitada pelo fato de a matéria-prima para produção da brita apresentar certa dispersão geográfica no território potiguar, o que possibilita a localização das unidades de extração e beneficiamento nas proximidades dos principais centros consumidores, sejam eles as construtoras ou as usinas de concretagem.

O circuito produtivo que gira em torno do beneficiamento e industrialização do calcário foi um dos que mais expandiu suas ações no território potiguar a partir de grandes inversões de capitais de grupos nacionais e regionais. Esse movimento expansivo é, em parte, resultado de levantamentos técnicos para o conhecimento do território que comprovam o Rio Grande do Norte como detentor de uma das maiores reservas nacionais de calcário, que se encontra dispersa pelo Vale do Açu, na Chapada do Apodi, no Mato Grande e na Região de Mossoró.

A partir da existência dessas reservas e do crescimento das demandas do mercado doméstico, a indústria do calcário tanto aprofundou sua divisão territorial do trabalho e diversificou o leque de produtos ofertados, quanto verticalizou suas atividades a partir da constituição de um pólo regional de produção de cimento e de produção de cal constituído em torno na Região Oeste do estado.

De forma geral o produto beneficiado e industrializado no Rio Grande do Norte compreende quatro segmentos produtivos; industrial, construção civil, agrícola e nutrição animal. Para esses dois últimos constatamos uma destinação mais restrita com parte direcionando-se para produção de implementos agrícolas utilizados na correção de solos com acidez elevada e com baixas concentrações de nutrientes, como cálcio e magnésio, por exemplo; e parte sendo empregada na produção de calcário calcítico destinado à nutrição de animais criados em regime concentrado, tais como aves e suínos. Neste caso, a lógica de circulação prevalecente apresenta algumas semelhanças, pois ambos abastecem o mercado doméstico potiguar e também realizam parte de sua produção fora do estado, com o calcário para implementos agrícolas direcionando suas produções para as zonas produtoras de intensa produção agrícola no Norte e Nordeste, e o calcário para nutrição animal atendendo parte dos mercados do Nordeste.

Outro destino comum da indústria de calcário no Rio Grande do Norte é a produção de cal enquanto insumo industrial. Nesse caso, há uma diversidade de produtos relacionados ao cal virgem e ao cal hidratado que apresentam uma especificidade técnica adequada ao setor que se destina. Essa produção que ocorre

primordialmente nos grandes estabelecimentos industriais, dado exigir grandes inversões de capitais em maquinário, se destina basicamente ao mercado nordestino, principalmente, aqueles relacionados aos setores de papel e celulose, sucro-alcooleiro, a indústria química e de mineração, por exemplo.

Mas, a produção e beneficiamento de calcário que mais se destaca no território potiguar é aquela destinada a construção civil, que de forma geral, aparece relacionada a produção de cal, argamassas e de cimento. O intenso crescimento registrado por esses segmentos apresenta íntima relação com a elevação no número de obras de infraestrutura relacionadas ou não aos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e com a expansão do mercado imobiliário nordestino e, especialmente, o estadual que nos últimos 15 anos elevou o seu consumo produtivo, seja aquele mais relacionado à produção de condomínios de apartamentos para as classes média e alta ou o destinado à produção de habitações para segmentos populares que se relacionam ou não com o programa Minha Casa, Minha Vida.

No que diz respeito especificamente à produção de cal, evidencia-se que a partir do crescimento dessas demandas sobretudo aquelas de caráter regional, disseminaram-se ainda mais no estado os pequenos e médios estabelecimentos de extração e até beneficiamento de calcário para a produção de cal, tanto na região polarizada por Mossoró quanto em João Câmara. Aqui é preciso pontuar que se trata de uma produção quase artesanal com técnicas rústicas que expõe o trabalhador a condições de insalubridade impensáveis no mundo contemporâneo. De forma geral essa produção se direciona a um mercado regional em termos estaduais, ou seja, raramente ela ultrapassa os limites do território potiguar.

No entanto, quem comanda esse circuito de produção de cal no Rio Grande do Norte são grandes grupos industriais com destaque para IMAP - Comércio e Indústria de Calcário, empreendimento de capital local que possui uma grande beneficiadora na cidade de João Câmara, e ainda podemos citar um recente empreendimento a Cal Norte Nordeste – CNN, no município de Baraúna, que se destina a produção de uma variedade cal para os mercados do Norte e Nordeste. É preciso acentuar que quando estiver operando com força total essa unidade produtora será uma das maiores do Norte e Nordeste e terá condições de atender a um amplo mercado consumidor com uma variedade de produtos do circuito do calcário.

Já a produção de calcário direcionada para a indústria do cimento foi a que mais verticalizou e intensificou suas atividades no estado e hoje dispõe de duas unidades de

produção, localizadas em Mossoró e Baraúna. Na realidade a indústria de cimento foi a primeira a realizar a transformação em escala industrial de calcário no Rio Grande do Norte, quando iniciou suas ações ainda nos anos 1970 com uma unidade pertencente ao grupo Nassau, localizada em Mossoró.

Recentemente essa região recebeu outra unidade de produção no município de Baraúna. Trata-se de uma unidade do Cimento Mizu que chegou ao estado em 2012 e desde então vem expandindo suas atividades. Inicialmente foi montada uma estrutura com o objetivo de produzir mais de 1,2 milhões de toneladas de cimento ao ano, sendo que a expansão da empresa continuou e atualmente entrou em funcionamento um segundo moinho de produção que elevou consideravelmente a capacidade de produção da unidade da Cimento Mizu, passando para mais de 2,4 milhões de toneladas ao ano.

A inauguração dessa unidade nessa região não apenas aprofundou a divisão territorial do trabalho nessa porção do estado, como também vem criando um pólo regional de produção de cimento com capacidade para atender ao mercado local e de partes da Região Nordeste. Esta assertiva é comprovada pelos números da produção de cimento no Rio Grande do Norte, que desde a instalação dessa segunda unidade vem se elevando substancialmente, pois o estado mais do que dobrou sua produção entre 2010 e 2014, quando passamos de pouco mais de 400 mil toneladas para mais de 1,8 milhões de toneladas (Gráfico 46).

Gráfico 46: Produção de cimento do Rio Grande do Norte (1988 - 2014).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1990-2015).

Por fim, podemos adentrar no circuito produtivo que, mesmo sendo parte importante dessa expansão recente da indústria de mineração no estado, surgiu sob outras circunstâncias e em outro momento da divisão internacional do trabalho. Referimo-nos à indústria da scheelita que após registrar períodos de intensa expansão intercalados por outros de baixa, praticamente encerrou suas atividades no estado entre os anos de 1997 e 1998, quando as forças da divisão internacional do trabalho deslocaram o produto potiguar não apenas do mercado mundial, mas até do mercado doméstico, o que acarretou no fechamento das principais minas do estado. No entanto, em função de uma nova reorganização da produção ao nível mundial, a partir dos anos 2000, com as ações industriais chinesas que reduziram o volume de suas produções e exportações, o produto nacional e, especialmente, o potiguar voltou a ser procurado e paulatinamente os grupos produtores retomaram suas atividades.

No Rio Grande do Norte a reativação do circuito da scheelita contou com a efetiva participação de pelo menos quatro grupos de capitais locais, nacionais e multinacionais. Do ponto de vista dos capitais locais dois grupos se destacam nesse novo ciclo expansivo da scheelita. O primeiro é a Mineração Acauan que inicia suas atividades em 2001 e já em 2005 explorava duas importantes minas do estado, a Boca de Laje e a Barra Verde, localizadas no Município de Currais Novos. O segundo grupo é a Mineração Tomaz Salustino S.A, tradicional empreendimento de origem local responsável pelo avanço de circuito produtivo da scheelita ainda nos anos 1940, e que mantém uma unidade de extração e beneficiamento em Currais Novos.

Mas, os usos do território nesse novo momento da indústria de scheelita também atraiu grupos de investidores nacionais e multinacionais, que a partir dos anos 2000 realizaram vultosos investimentos na reativação de minas e na compra de modernos sistemas técnicos de mineração. As maiores inversões de capitais no território potiguar foram realizadas pelo grupo de mineração goiano, a Mineradora Nosso Senhor do Bonfim, que se tornou proprietária das Minas Bonfim I e II, no município de Lages na Região Central; e pelo grupo Bodó Mineração, uma subsidiária da Brazilian Tungsten Holdings Ltd, que detém os direitos para explorar a mina Bodó, localizada no Município de mesmo nome²³⁹.

A partir das ações desses grupos a produção de scheelita do Rio Grande do Norte voltou a registrar uma elevação no decorrer dos últimos anos. Em 2001 no

²³⁹ In: Sumário Mineral Brasileiro (BRASIL, 2001, 2012, 2014).

momento inicial dessa retomada registramos uma produção de pouco mais de 29 toneladas desse minério; já em 2007, após a realização de novos investimentos em pesquisas, em infra-estruturas e na aquisição de novos maquinários²⁴⁰, a produção já registrava 271 toneladas e apesar das incertezas e oscilações do mercado chinês manteve-se nesse patamar e até sofreu um maior incremento, como em 2014 quando se produziu 510 toneladas desse insumo (Gráfico 47). Aliás, um dado constante e que mesmo nesse momento de retomada e expansão da atividade, ainda se faz presente é a constante oscilação na produção de scheelita no estado, fruto do grande grau de dependência que o produto norte-rio-grandense apresenta em relação aos mercados mundiais, sobretudo, o chinês que nos últimos anos vem consumindo em média mais de 35% do produto nacional.

Gráfico 47: Produção de scheelita do Rio Grande do Norte (2001-2014).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sumário Mineral Brasileiro (BRASIL, 2002-2015).

Os fluxos produtivos desse circuito apresentaram dois percursos, sendo que a maior parte apresenta uma forte vinculação com o mercado mundial e principalmente o chinês que de maior concorrente do produto potiguar passou a um dos maiores compradores, podendo consumir até 40% de toda a scheelita produzida no estado. O outro canal de circulação do produto é o mercado nacional e nesse movimento quem

²⁴⁰ De acordo com levantamento realizado a partir do Anuário Mineral Brasileiro de vários anos esses são os três setores que mais recebem investimentos no segmento de mineração de tungstênio no Rio Grande do Norte.

mais absorve a scheelita potiguar é a indústria paulista com aproximadamente 30%, seguida por Santa Catarina e Minas Gerais com aproximadamente 10% cada²⁴¹.

Os usos do território possibilitados pelas diversas dimensões e etapas dessa indústria de mineração acabaram rendilhando um mapa geográfico que espelha uma das principais características desse período histórico, a sempre crescente seletividade espacial do capital (SANTOS, 1994b). Seletividade por que apesar de mais dispersa geograficamente em função da íntima relação com a existência das fontes de matéria prima, essa indústria de mineração também tende a se mostrar concentrada em alguns subespaços do Rio Grande do Norte, sobretudo, aqueles estabelecimentos mais densos e dinâmicos em termos de acumulação de técnicas e capitais.

Com efeito, quando atentamos para a geografia da produção mineral expressa no mapa abaixo, percebemos que ela reproduz e reforça as principais desigualdades territoriais do Rio Grande do Norte, uma vez que os maiores investimentos e as atividades mais dinâmicas estão concentradas na Região de Mossoró e na Região Seridó (Mapa 30). São estes subespaços que registram as maiores incorporações de técnicas e capitais, uma vez que centralizam a maior parte dos investimentos no beneficiamento e na transformação industrial, que são as etapas mais intensivas desse segmento industrial.

²⁴¹ Dados contidos no Sumário Mineral Brasileiro para vários anos (BRASIL, 2001-2014).

Mapa 30: Topologia da indústria de mineração do Rio Grande do Norte em 2015

Fonte: Sumário Mineral Brasileiro e Anuário Mineral (BRASIL, 2010, 2013, 2015).

Por isso, podemos concluir afirmando que a cristalização dos eventos e ações relacionados a essa expansão da indústria de mineração no Rio Grande do Norte não apenas serviu para desenhar uma nova dinâmica para geoeconomia potiguar, como também acirrou formas e processos seletivos e hierárquicos de uso do território, pois sob a lógica do capital a dinâmica dos espaços sempre estará eivada de contradições esteja o comando onde estiver (SANTOS, 1996).

8.5 Modernização técnico-científica e a expansão da indústria alimentar e de bebidas no território norte-rio-grandense

A dinâmica da globalização e seus processos de normatização, padronização das formas de consumo, de constantes inovações técnico-científicas e de flexibilização e diversificação dos processos de produção, acabou imprimindo novas formas de uso do território nacional não apenas para os circuitos produtivos que historicamente incorporaram altas densidades de técnicas e capitais, mas também a circuitos produtivos

classificados como tradicionais no âmbito da indústria de transformação. Esse é o caso da indústria de alimentos e bebidas que vivencia uma expansão e reestruturação de suas atividades que guarda profundas relações com algumas das mais importantes dimensões desse período. Peter Dicken (2010) entende que o processo de globalização tanto mundializou as formas de produção de alimentos, quanto também transformou e diversificou os complexos geográficos da produção alimentar.

Na esteira desse processo de globalização que vem influenciando e ditando os ritmos de parte substancial das formas de produção industrial, a formação socioespacial brasileira presenciou uma intensa transformação de sua indústria alimentícia e de bebidas ao longo dos últimos 20 anos, a partir da incorporação das formas de funcionamento próprias do período da globalização. Podemos dizer que o desenvolvimento e modernização tecnológica de alguns segmentos da indústria alimentar e de bebidas, introduziu novos hábitos e costumes na cultura alimentar da população brasileira com a introdução ou avanço de novos produtos, como refrigerantes, iogurtes, margarinas e outros produtos semi-prontos, como expõe Elias (2003).

Presenciamos a constituição de uma atividade industrial que foi capaz de absorver as principais inovações técnico-científicas e de engendrar uma rede multi-escalar da produção de alimentos e bebidas, pois envolve circuitos produtivos que se realizam nas escalas locais, regionais, nacionais e mundiais. Como aponta Bomtempo (2011), o avanço do processo de globalização complexificou e criou novas dinâmicas geográficas nos circuitos de produção de alimentos industrializados no território nacional.

Porém, é preciso apontar que a difusão desse processo no território nacional não ocorreu de forma homogênea, de modo que é possível constatar a existência de uma multiplicidade de situações. As empresas com sedes nos estados do Centro-Sul foram as primeiras a incorporarem tais mudanças e, em muitos casos, foram elas e as multinacionais, que avançaram e impulsionaram a difusão dessas formas globais de organização da economia para a indústria de alimentos e bebidas.

Para a Região Nordeste e, especificamente, para o Rio Grande do Norte constatamos que desde o início dos anos 1990 a indústria de produção de alimentos e de bebidas vivência um processo de expansão e reestruturação de suas atividades produtivas. Tal processo é perfeitamente perceptível pela substancial elevação no número de estabelecimentos desses segmentos no território potiguar. Entre 1995 e 2000,

o número de estabelecimentos na indústria de alimentos e de bebidas mais do que dobrou, passando de 250 para 599; essa expansão se mostrou ainda mais intensa nos últimos 15 anos, quando o estado passou dos 599 estabelecimentos, no ano 2000, para aproximadamente 2100 unidades produtivas no ano de 2015, conforme dados do RAIS-CAGED.

A dinâmica gerada por essa elevação no número de estabelecimentos a partir de meados dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, acabou complexificando a indústria de produção de alimentos e bebidas no estado, seja por meio do surgimento de novos circuitos produtivos ou através da vida de relações estabelecida que passou a envolver praticamente todas as escalas no espaço geográfico, pois as conexões territoriais efetuadas por essas indústrias, seja na compra de maquinário, insumos ou no escoamento de suas produções abrangem escalas locais, regionais, nacionais e mundiais.

Por detrás desse processo encontramos uma série de grupos empresariais com capitais de origem local, alguns importantes grupos nordestinos ou do Centro-Sul e por vezes grupos multinacionais. De forma geral constatamos que os grupos locais ou de outros estados do Nordeste para conseguirem competir nesse mercado dominado por empresas nacionais (centro-sul) e multinacionais, tiveram que incorporar as formas de funcionamento da economia e do território típicas do período histórico atual, mediante a introdução de normas globais de produção, de formas de produzir cada vez mais tecnificadas, pela diversificação dos produtos comercializados e ainda por uma completa reestruturação de suas atividades, seja no campo da gestão do empreendimento ou do investimento na propaganda e no *marketing*, por exemplo.

Essa expansão e reestruturação da indústria de alimentos e bebidas no território norte-rio-grandense acabaram constituindo dois grupos de agentes produtivos que apresentam variadas formas de atuação e organização industrial, que depende das dimensões e do volume de inversões de capitais realizadas, dos circuitos espaciais de produção a que pertencem e das diferentes redes de produção e distribuição de que participam.

Um primeiro grupo é formado por empresas de capitais locais e de outros estados nordestinos que constituíram circuitos produtivos que mesmo também atendendo aos mercados regionais, apresentam grande vinculação com as redes globais de produção e distribuição de alimentos. De modo geral são atividades produtivas que movimentam quantidades significativas de capitais e que realizaram intensas incorporações de novas tecnologias a suas atividades. Nesse caso, podemos aqui

destacar os circuitos produtivos do pescado, da castanha de caju e de artigos de confeitaria, que apresentam parte expressiva de suas produções se realizando ao nível mundial.

A expansão da indústria do pescado no Rio Grande do Norte não está somente relacionada ao seu vasto litoral ou a sua proximidade com os mercados europeus, mas também se relaciona com uma grande incorporação de capitais e de novos objetos técnicos a partir de um conjunto de empresas que passaram a atuar no estado. Além da incorporação de navios que funcionam como grandes espaços industriais móveis houve uma produção ou investimento em vários outros fixos geográficos especialmente destinados ao processamento e industrialização de produtos congelados, a estocagem e ao escoamento final da mercadoria, seja pela via rodoviária ou pela via marítima.

Essa crescente incorporação de técnicas e de capitais proporcionou tanto a existência de uma larga produção em viveiros (camarão, por exemplo), quanto a ampliação da capacidade de produção e exploração da pesca industrial oceânica (Atum e Meca, sobretudo) a partir costa do Rio Grande do Norte. As repercussões territoriais desse processo podem ser evidenciadas não apenas pelo crescimento vertiginoso da produção de pescado estadual, mas também pela inserção dessa indústria na geografia da globalização comercial com fluxos produtivos que vem abastecendo os mercados europeu e asiático.

Das empresas que compõem o circuito do pescado e mais especificamente a pesca industrial oceânica, no Rio Grande do Norte, destacamos pela incorporação de capitais e pela modernização técnico-científica de suas atividades, a Norte Pesca, a Produmar, e Atlântico Tuna. Todas essas três empresas apresentam grande capacidade produtiva e realizam tanto a pesca costeira quanto a oceânica. No que toca à indústria Atlântico Tuna, constatamos que a empresa incorporou ao seu processo de exploração da pesca oceânica uma frota de navios de tecnologia espanhola e japonesa, que elevaram consideravelmente a sua capacidade de captura, beneficiamento e estocagem do produto. Essa extraordinária expansão da capacidade de produção pode ser expressa pelo volume de pescado que somente no ano 2011 atingiu cifras superiores a US\$ 11 milhões, quando a Atlântico Tuna também se transformou numa das maiores produtoras e exportadoras brasileiras para esse segmento.

Mas, a indústria de pescado norte-rio-grandense não apenas se volta para o mercado externo. Mesmo tendo surgido e se voltado mais para o mercado mundial, constatamos que parte da produção beneficiada e industrializada de pescado é destinada

aos mercados locais e regionais, sobretudo, na Grande Natal e para os estados da Paraíba e partes do Ceará. Aqui temos uma circulação e distribuição do produto realizada principalmente pelas redes de supermercados (Carrefour, Nordestão, Extra, Rede Mais, Hiper Bom Preço) que devido à grande capilaridade que apresentam conseguem distribuir o produto a um número maior de subespaços e regiões.

Ainda compõem a indústria de produção e beneficiamento do pescado no Rio Grande do Norte, o circuito de produção de camarão que desde o final dos anos 1980 intensificou suas atividades e vem desenhando uma nova dinâmica geoeconômica em muitos municípios do território potiguar, sobretudo, naqueles que recebem algumas das várias unidades de engorda, processamento e beneficiamento industrial de camarão existentes hoje no estado.

Essa recente e intensa expansão desse segmento possibilitou que diversas etapas do circuito produtivo do camarão se instalassem no território potiguar e constituíssem uma densa rede de produção que envolve os laboratórios produtores e fornecedores de lavras, as unidades de engorda que se apresentam mais dispersas no estado e as unidades de beneficiamento e industrialização do produto que possuem uma topologia territorial mais seletiva, como expõe o trabalho de Moraes (2013).

O circuito produtivo do camarão é um dos que mais se utiliza do avanço tecnológico e científico do período da globalização, pois envolve uma produção que é permanentemente pensada nos laboratórios de maturação e de produção de lavras (Larvicultura), que são os responsáveis pela produção do principal insumo do circuito produtivo. De acordo com o Censo da Carcinicultura Nacional de 2012, o Rio Grande do Norte possui 4 laboratórios de maturação e 10 de larvicultura, com capacidade de produção 3.5 milhões de Náuplios ao mês, o que representa perto de 50% da capacidade de produção nacional e coloca o território potiguar no topo da hierarquia desse circuito produtivo ao lado do estado do Ceará que também apresenta uma grande densidade produtiva nesse segmento.

Toda essa produção realizada nos laboratórios do território potiguar serviu para abastecer a rede de produtores estadual e ainda partes do mercado paraibano e pernambucano. No Rio Grande do Norte há entre 350 e 400 unidades de engorda pertencentes a pequenos, médios e grandes produtores que se encontram dispersos em vários municípios da costa litorânea estadual. Juntas essas unidades de engorda apresentam uma área de produção de aproximadamente 7 mil hectares com uma capacidade de produção de mais de 17 mil toneladas de camarão, o que representa o

segundo lugar na hierarquia de produção nacional desse segmento, atrás do estado do Ceará que produz mais de 31 mil toneladas²⁴².

Enquanto a produção e engorda de camarão se dão a partir de um número elevado de pequenos, médios e grandes produtores, o processo de beneficiamento ocorre de maneira seletiva e comandada hierarquicamente por que mais dependente de grandes inversões de capitais na aquisição de maquinário para a separação, beneficiamento, empacotamento e acondicionamento do produto até o seu envio para os mercados dos Estados Unidos e Europa. No estado existem 13 centros de processamento e beneficiamento com capacidade de produção de mais 8 mil toneladas ao mês, localizados estrategicamente em municípios e regiões de grandes produção do produto como Mossoró, Pendências e Canguaretama²⁴³. Os mapas 31 e 32 revelam não apenas a topologia do circuito do camarão no território potiguar, mas também desnuda esta hierarquia espacial, revelando que quanto mais técnica e capitais são incorporados a uma determinada etapa da produção, mais ela se mostra concentrada no território estadual.

Podemos dizer que o circuito produtivo do camarão é majoritariamente controlado por grandes grupos empresariais de capitais locais, de outros estados do Nordeste e até de investidores internacionais, que realizaram grandes inversões em fixos geográficos para montagem de grandes unidades de engorda e de centros de processamento. No Rio Grande do Norte destacam-se as ações de 4 grupos empresariais que praticamente comandam o beneficiamento e industrialização do camarão por que reúnem todas as condições técnicas e econômicas exigidas pelo circuito, são eles: Netuno, Camanor Produtos Marinhos, Potiporã Aquacultura e Aquatec larvicultura de Camarão Marinho.

²⁴² Informações contidas no Censo da Carcinicultura Nacional de 2012, In: Panorama da Aquicultura (2015).

²⁴³ Informações contidas no Censo da Carcinicultura Nacional de 2012, In: Panorama da Aquicultura (2015).

Mapa 31: Produção e produtores de camarão do Rio Grande do Norte - 2014

Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) e Ministério de Pesca e Agricultura (BRASIL, 2014).

Mapa 32: Unidades de beneficiamento de camarão do Rio Grande do Norte - 2015

Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) e Ministério de Pesca e Agricultura (BRASIL, 2015).

Até os anos de 2003/2004, esses grandes grupos drenavam para suas unidades de processamento não apenas a produção de suas unidades de engorda, mas também a de

muitos pequenos produtores que não tendo como beneficiar e exportar a sua produção, ficavam sob os domínios desses grandes produtores. Esta situação perdurou até os anos de 2003/2004, pois desse momento em diante com as mudanças efetuadas na divisão internacional do trabalho do circuito de produção de camarão, o produto nacional sofreu forte redução no mercado mundial e se voltou, cada vez mais, para o mercado interno, criando assim uma nova geografia da circulação que tem no território nacional sua principal fonte de realização.²⁴⁴

O circuito produtivo que gira em torno do beneficiamento da castanha de caju também se insere no rol de atividades que apresentam grande conexão com o mercado mundial, apesar de também voltar parte de seus fluxos para o mercado regional e nacional. A expansão desse circuito apresenta íntima relação com o avanço da agricultura técnico-científica na Região Central e Oeste do território potiguar. Este processo tanto possibilitou o crescimento da área plantada de caju no estado, especialmente na Região Polarizada por Mossoró quanto também acabou influenciando no surgimento de indústrias de beneficiamento e exportação da castanha do caju²⁴⁵.

Entre a década de 1980 e os anos 1990, constatamos que se, por um lado, o circuito da castanha de caju se insere no mercado mundial com fluxos sempre mais crescentes, por outro, ocorre um maior adensamento técnico-científico e normativo do circuito, com os principais grupos produtores aprofundando a divisão técnica e produtiva de suas atividades a partir da incorporação de um moderno maquinário que eleva o padrão de qualidade do produto para que mesmo venha a obedecer as normas globais para segmento da castanha de caju²⁴⁶.

Até meados dos anos 2000 a estrutura produtiva desse segmento era composta por 19 grupos industriais que beneficiavam a castanha de caju para o abastecimento do mercado externos e também para o mercado interno. Desse total, 16 eram empreendimentos agro-industriais de pequeno porte e 3 eram grandes grupos industriais que tinham suas atividades voltadas especialmente para o mercado externo²⁴⁷. Trata-se

²⁴⁴ Já referenciamos anteriormente e reforçamos agora que para compreensão desse processo é preciso consultar o trabalho de Moraes (2013).

²⁴⁵ Como aponta Guanziroli et al. (2009), a expansão dessa cultura na região Oeste está relacionado ao projeto de colonização de Serra do Mel implantado ainda durante os anos 1970, o qual imprimiu uma nova dinâmica econômica a partir do avanço da área plantada de caju e de uma forte concentração da produção nessa porção do território potiguar.

²⁴⁶ A Associação of Foods Industries (AFI), é a entidade mundial responsável por estabelecer as normas e os padrões da castanha de caju que é comercializada no mercado mundial.

²⁴⁷ In: Conjuntura da castanha-de-caju – Rio Grande do Norte, (CONAB, 2016).

de grupos de capitais locais e regionais e multinacionais que verticalizaram suas atividades no estado e passaram a dominar esse circuito produtivo.

Duas dessas empresas atuam no Rio Grande do Norte desde os anos 1980, Ademos Ferreira da Silva - Indústria, Comércio e Exportação (AFICEL), localizada inicialmente em Caraúbas e, posteriormente, transferida para Mossoró (FERNANDES, 2010), e a Usina Brasileira de Óleo e castanha (USIBRAS), grupos de origem cearense que possuem uma unidade de processamento e beneficiamento industrial também localizada em Mossoró. Durante os anos 1990 o circuito ampliaria sua base produtiva com a introdução de um novo grupo industrial que passou a beneficiar e exportar castanha de caju a partir de unidade localizada em São Paulo do Potengi²⁴⁸. Com efeito, podemos constatar que se o cultivo do caju se mostra disperso por várias regiões produtoras do estado como Mossoró, Serra de Santana e Agreste Potiguar, as grandes unidades de beneficiamento concentram-se especialmente na cidade de Mossoró, que passou a drenar parte substancial da produção de castanha in natura do Rio Grande do Norte.

Quando em funcionamento essas unidades de beneficiamento apresentavam uma grande capacidade de produção chegando a beneficiarem mais de 68 mil toneladas de castanha-de-caju in natura que irrigaram o mercado mundial e transformaram esse produto no principal item da pauta de exportação do Rio Grande do Norte até os anos recentes, quando constatamos um recuo nos fluxos de exportação a partir de 2012²⁴⁹. A partir desse momento presenciase uma defasagem técnica e produtiva dos antigos cajueiros que vem reduzindo a quantidade de castanha in natura que chega às unidades de produção o que, por conseguinte, vem resultando no fechamento de muitos pequenos estabelecimentos e na suspensão das atividades dos grandes produtores, exceto a USIBRAS, que para manter suas exportações está importando castanha in natura de estados de outras regiões, como Pará e até de países do continente africano²⁵⁰.

Concluimos esse primeiro grupo de empresas no segmento de alimentos com o circuito produtivo de artigos de confeitaria que assim como os demais supracitados, se inserem nas redes de produção e distribuição globalizadas com um volume expressivo

²⁴⁸ Posteriormente a referida unidade de beneficiamento passou ao controle de um grupo de investidores indianos que anos depois revendeu o empreendimento ao grupo Iracema Indústria e Comércio de Castanhas de Caju Ltda., que manteve as atividades até 2013, quando abriu processo de falência.

²⁴⁹ In: Conjuntura da castanha-de-caju – Rio Grande do Norte, (CONAB, 2016).

²⁵⁰ De acordo com informações da CONAB (2016, p. 2), as "importações de castanha dos países africanos durante os anos de 2012 a 2015 totalizaram 17.092 toneladas, representando incremento de 177,3% no período".

de vendas de balas, caramelos e chicletes. A sua inserção nesse mercado globalizado data da segunda metade dos anos 1980 no momento em que a geoeconomia do Rio Grande do Norte ainda iniciava uma maior penetração na economia mundo com um conjunto ainda restrito de produtos.

O principal grupo responsável por esse processo foi a Simas Industrial de Alimentos, que iniciou suas atividades produtivas ainda nos anos 1940 em Natal, onde estabeleceu uma unidade de produção que funcionou na cidade até os anos 2000, quando não apenas realocou sua planta produtiva no Centro Industrial Avançado de Macaíba, mas também realizou uma profunda reorganização de suas atividades. As principais transformações se deram com a adoção de uma nova tecnologia de produção com vasto maquinário importado e com a incorporação de normas ambientais e sanitárias de funcionamento; além disso, houve uma grande expansão e diversificação do produto a ser oferecido para o mercado nacional e principalmente para o mercado europeu, que compõem fatia expressiva do faturamento da empresa. A título de exemplificação apontamos que desde meados dos anos 1980 o grupo Simas participa do comércio exterior do estado, sempre entre os maiores exportadores.

Um outro grupo no segmento de artigos de confeitaria que recentemente vem se inserindo nessa dinâmica de fluxos globais é a Candy Pop, empresa que, em parte, deriva da Simas Industrial, pois é fruto de uma cisão entre os seus principais acionistas. A Candy Pop estabelece uma unidade industrial no Distrito de Macaíba, que já surge com grande capacidade produtiva e com ampla tecnologia no segmento de produção de balas e caramelos.

Atualmente, as duas empresas dominam a produção de balas, caramelos, pirulitos e chicletes no Rio Grande do Norte com um leque de produtos de aproximadamente 200 itens e uma diversidade igualmente elevada de sabores. Aliás, essa diversificação nos produtos já pode ser colocada nas estratégias de competitividade adotadas pelos grupos para garantirem sua inserção não apenas no mercado nacional, mas também nos mercados globais e, sobretudo, o norte-americano e o europeu, que são os maiores consumidores desse segmento.

O segundo grupo de empresas do segmento de alimentos e bebidas é aquele que apresenta uma grande predominância de empresas de capitais locais e regionais, embora existam empreendimentos com capitais multinacionais atuando no estado. Trata-se de um segmento produtivo dominado por médias empresas que se voltam, majoritariamente, para o atendimento das demandas domésticas do território potiguar,

embora tenham algumas empresas que conseguiram estabelecer linhas de distribuição que abarcam algumas porções de estados do Nordeste, sobretudo, naquelas cidades localizadas nas fronteiras com a Paraíba e o Ceará, onde a circulação de produtos de um estado a outro é mais comum.

Embora constatemos uma predominância de grupos de médio porte, há em alguns segmentos a presença de empresas de grandes dimensões, como no de produção de farináceos e massas, com o Grande Moinho Potiguar, pertencente ao Moinho Dias Branco, e de cervejas e refrigerantes com a Ambev e Coca-Cola, respectivamente. Aqui temos empresas realizando um uso do território altamente verticalizado e, por vezes, com feições monopolistas.

Um dos aspectos mais relevantes a ser destacado nesse segundo grupo é a grande diversidade de circuitos produtivos, de especializações e de portes de agentes existentes. Esta constatação não apenas revela os conteúdos e contradições da indústria de alimentos e bebidas, mas também as diferentes lógicas de funcionamento e de localização geográfica que elas empreendem nos diferentes subespaços do território potiguar.

E é justamente em função dessa diversidade que nos direcionaremos aqui para aqueles circuitos produtivos que apresentam uma maior difusão no território e uma maior representatividade no âmbito da indústria de alimentos e bebidas. Com efeito, nos debruçaremos, especificamente, sobre os circuitos destinados à produção de farináceos, massas e biscoitos em geral, ao de laticínios e seus derivados e a indústria de bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

Embora a indústria de laticínios esteja presente na dinâmica econômica e regional do território potiguar desde os primórdios da sua constituição, foi somente nos últimos 25 anos que essa atividade presenciou uma expansão modernizante mais intensa de suas atividades. Tal processo que se deu no âmbito do avanço da globalização econômica, incorporou aos modos e ritmos de funcionamento do circuito de laticínios alguns dos elementos fundamentais desse período, como a reestruturação e a modernização técnico-científica das suas atividades produtivas.

Essa expansão e modernização da indústria de laticínios podem ser expressa, em primeiro lugar, pela elevação no número de estabelecimentos de beneficiamento. No início da década de 1990 esse segmento apresentava não mais do que 5 unidades produtoras que, via de regra, atendiam a apenas 3 nichos de produção (leites pasteurizados, queijos e manteigas), sendo, portanto, escassas as unidades que possuíam

uma maior diferenciação produtiva. Na contemporaneidade, de acordo com dados da IDIARN (RIO GRANDE DO NORTE, 2015), o circuito dos laticínios apresenta uma estrutura industrial bem mais ampla e diversa, contando com aproximadamente 35 unidades de produção que além dos segmentos comumente já explorados avançaram para novos mercados como o de iogurtes e derivados, por exemplo. Este crescimento no número de unidades de beneficiamento veio acompanhado pela elevação da produção de leite no Rio Grande do Norte, que nos últimos 25 anos mais do que dobrou sua capacidade produtiva, passando de 106 mil litros, em 1990, para mais de 230 mil litros em 2010 (SEBRAE, 2013).

Um aspecto relevante dessa nova indústria de laticínios no Rio Grande do Norte é a enorme predominância de capitais locais que em muitos casos verticalizaram suas atividades ou constituíram grandes unidades de produção, sobretudo, no período histórico atual. Muitos desses agentes incorporaram uma nova racionalidade econômica aos seus empreendimentos a partir de investimentos que se direcionaram não apenas ao maquinário necessário ao processo de produção ou ainda à circulação do produto (caminhões refrigerados), mas também em um know-how produtivo que foi capaz de diversificar a pauta de produtos oferecidos a partir da exploração de novos nichos e com o desenvolvimento de novos sabores.

Os usos do território pela indústria de laticínios são importantes reveladores das dinâmicas econômicas e regionais do território potiguar, sobretudo, por que estamos falando de um segmento muito atrelado nas demandas de consumo geradas nos mercados regionais e que está intrinsecamente relacionado aos circuitos de produção de leite (principal insumo do circuito), que apresenta uma grande capilaridade no estado a partir de uma rede de pequenos, médios e grandes produtores que se mostra relacionada a uma ou mais unidades de beneficiamento e industrialização de leite no estado.

Assim, constata-se que na hierarquia do circuito de produção de laticínios encontra-se a empresa beneficiadora que articula em torno de suas demandas não apenas sua produção de leite, mas também a de inúmeros pequenos e médios produtores, que por não conseguirem se inserir nos programas de fornecimento de leite do governo estadual via cooperativa ou por não terem condições técnicas e econômicas de beneficiarem suas produções, acabam sendo submetidos a uma relação de exploração por parte das empresas beneficiadoras de leite que recebem suas produções a preços irrisórios (SILVA, AZEVEDO, 2012).

As usinas de beneficiamento e industrialização de laticínios são capazes de processar quantidades expressivas de leite e de colocarem no mercado um leque diverso de produtos, o que depende do nível de densidades de capitais e técnicas incorporados em cada um dos empreendimentos. O produto básico de todas as empresas é o leite pasteurizado (integral, desnatado e semi-desnatado) que tanto pode ir para o mercado consumidor regional atendido pela empresa, quanto ser destinado ao "Programa Leite Potiguar", desenvolvido pelo governo estadual. Quanto a este programa faz-se necessário apontar que seu objetivo básico não é somente fornecer alimento nutritivo às famílias de baixa renda, como também incrementar "a industrialização do setor de laticínios no RN, tal como a geração de emprego e renda no Estado, relacionados à cadeia produtiva do leite", conforme acertadamente expõem Silva e Azevedo (2012, p. 15).

Alguns estabelecimentos lograram uma maior divisão técnica e produtiva de suas atividades e ampliaram o seu leque de produtos. Havendo aqui uma diversidade de situações, pois tanto há empresas que produzem apenas leites pasteurizados, queijos e manteigas, quanto aquelas que apresentam um leque bem mais diverso com iogurtes, lácteos, queijos diversos, manteigas, coalhadas, doces e requeijões; em suma, uma variedade bem mais ampla de produtos que ganha ainda maior amplitude pelos diversos sabores que foram incorporados em alguns segmentos, como no de lácteos e iogurtes. A diversificação produtiva para algumas empresas, como a Leite Clan, por exemplo, proporcionou que se estabelecesse uma concorrência, em segmentos específicos, com os gigantes da indústria de laticínios, como Batavo ou Nestlé, seja porque dispõem de preços mais acessíveis ou ainda porque apresentam produtos com qualidade muito próxima dessas grandes marcas.

Ainda é preciso apontar nesse segmento de laticínios o crescimento da indústria de sovetes. Trata-se de um circuito produtivo que expandiu suas atividades no estado na esteira da introdução ou do crescimento de novas formas de consumo alimentar em todo país. No território potiguar embora constatemos a existência de vários pequenos e médios produtores, quem comanda o mercado é o grupo Ster Bom que possui uma planta industrial na cidade de Parnamirim. Com o crescimento do grupo nos últimos 20 anos houve uma crescente incorporação de capitais e de novas tecnologias ao processo de produção, o que proporcionou não somente uma ampla diversificação com a exploração de novos segmentos (água mineral, picolés, polpa de frutas) e de novos sabores, mas também a constituição de uma das mais modernas plantas industriais para

esse segmento em todo o território nacional, que, especificamente, no segmento de sovertes, tem uma capacidade produtiva superior a três mil litros por hora.

De todas as empresas do segmento de laticínios essa é a que apresenta uma logística de distribuição mais abrangente. Contando com uma frota de mais de 70 caminhões refrigerados de diversos portes, a Ster Bom além de conseguir estender suas linhas de circulação por todo o território estadual, ainda mantém canais de distribuição nos estados do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba, o que produz uma capilaridade territorial com mais de 5000 mil pontos de vendas, que embora mais concentrada no Rio Grande do Norte, abarca os três estados supracitados²⁵¹.

O mapa 33 traz a topologia espacial da indústria de laticínios no Rio Grande do Norte, revelando que apesar de possuir uma maior capilaridade territorial e está presente nas principais regiões do estado, esse circuito também acaba reproduzindo os padrões seletivos de localização geográfica, uma vez que se direciona com maior intensidade na Região Metropolitana de Natal e na região de Mossoró. Além disso, é possível afirmar que as maiores e mais diversificadas empresas se concentram na região de Natal, que é o principal mercado consumidor do estado.

²⁵¹ Informações e dados obtidos em entrevista concedida por um diretores da empresa durante a Primeira Feira Potiguar da Indústria, realizada de 11 a 13 de dezembro de 2013, no Centro de Convenções em Natal.

Mapa 33: Distribuição espacial da indústria de laticínios no Rio Grande do Norte - 2016

Fonte: (FIERN, 2016).

A partir dessa topologia espacial também é permitido a compreensão da estrutura de funcionamento da indústria de laticínios principalmente as suas formas de circulação e distribuição do produto. Há, nesse sentido, um grupo de empresas que tem uma atuação mais regionalizada em termos de Rio Grande do Norte e um segundo grupo que consegue estender sua rede de distribuição por uma maior área de abrangência no estado. De forma geral as empresas que tem sua atuação mais relacionada às regiões interioranas do Rio Grande do Norte apresentam uma rede de distribuição mais restrita que na maioria dos casos não consegue ir além de seus limites, como ocorre com o Leite Sertão, Leite Nobre e Leite Ila, que atendem basicamente o mercado da região influenciada por Mossoró e o Laticínios Lacol, que por sua vez, tem uma atuação restrita a Região Seridó. Já as empresas que estão sediadas na Região Metropolitana de Natal e nos municípios mais imediatos apresentam canais de distribuição mais dispersos pelo território estadual, coexistindo nesse grupo empresas que atuam basicamente na Região Agreste e na região metropolitana e outras que conseguem atender um número maior de regiões no estado, como por exemplo, a empresa Leite Clan, que além de abastecer o principal mercado consumidor, tem uma rede de distribuição que chega às principais cidades regionais do Rio Grande do Norte.

O movimento expansionista da indústria de alimentos e bebidas no Rio Grande do Norte também foi impulsionado por uma série de outros segmentos produtivos que nos últimos 20 anos, em meio ao avanço da racionalidade econômica da globalização, buscaram modernizar e reestruturar suas atividades, seja para permanecerem no mercado ou ainda para ampliarem ainda mais suas redes de distribuição. Trata-se de circuitos produtivos que, em muitos casos, por exigirem altas de inversões de capitais em maquinário e insumos importados, por exemplo, apresentam uma difusão geográfica mais restrita, ficando por vezes concentrados em umas poucas regiões do estado ou mesmo apenas na Região Metropolitana de Natal.

Um primeiro segmento a ser destacado é a indústria de processamento de trigo e de seus derivados, que vem experimentando um crescimento de sua capacidade de produção expressa pela elevação das importações de trigo e maquinário para o setor nos últimos 15 anos. Se até o ano de 1999 não houve importações de trigo para beneficiamento pelo Rio Grande do Norte, constata-se que do ano 2000 em diante, com a finalização do primeiro moinho de beneficiamento de trigo do Rio Grande do Norte, os fluxos do insumo trigo registraram uma elevação substancial, atingindo, em 2015, um volume superior a 180 milhões de kg. Paralelamente, as importações de farinha de trigo registraram uma queda acentuada, chegando inclusive a cessarem nos anos de 2001, 2003, 2004 e 2006. Somente nos últimos anos, em função da elevação nas demandas nas indústrias de massas e artigos de panificação, voltou-se a registrar importações de farinha de trigo, mas de forma residual, uma vez que a produção estadual atende a praticamente todas as demandas e em níveis bem inferiores aqueles registrados nos anos 1990, quando toda a farinha de trigo consumida pelo estado era importada de outros países ou de outras regiões do território nacional (Gráficos 48 e 49).

Gráfico 48: Importações de trigo pelo Rio Grande do Norte (2000-2015)
 Fonte: MDIC - Aliceweb (BRASIL, 2000-2015).

Gráfico 49: Importações de farinha de trigo pelo Rio Grande do Norte (1997-2015).
 Fonte: MDIC - Aliceweb (BRASIL, 1997-2015).

No topo da hierarquia desse circuito não apenas em nível estadual, mas em nível de território nacional, encontra-se o grupo cearense Moinho Dias Branco. A partir de sua unidade produtiva de beneficiamento de trigo localizada estrategicamente na zona portuária de Natal, o Grande Moinho Potiguar (GMP), inaugurado em 2000, o grupo realiza a produção de farinha (industrial e doméstica) e de massas. Na realidade, o Grande Moinho Potiguar constituiu no território potiguar uma espécie de complexo produtivo que, além de beneficiar o trigo e produzir massas, também apresenta um

moderno terminal de recebimento de grãos e um centro de distribuição de cargas que opera com uma frota própria de caminhões e com terceirizados.

A rede de distribuição da produção norte-rio-grandense abrange todo o mercado estadual e partes da Região Norte e principalmente Nordeste. Especialmente no que diz respeito aos fluxos de trigo, constatamos que ultimamente eles vem atendendo apenas as demandas do grupo Moinho Dias Branco, especialmente de suas unidades de produção de massas, biscoitos e misturas para bolos localizadas nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco²⁵².

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho na indústria de beneficiamento de trigo a partir das ações do Moinho Dias Branco acabou impulsionando outros grupos do estado a participarem desse circuito com produções mais voltadas ao atendimento das demandas do território potiguar, mas que também se estende a algumas partes do estado da Paraíba, Pernambuco e Ceará. Nesse caso, destacamos o grupo potiguar Estrelão que a partir de sua unidade industrial localizada em Parnamirim, beneficia e distribui uma variedade de farinhas de trigo (doméstica, farinhas e pré-misturas de panificação) e de massas prontas.

Ainda no circuito de produção de derivados de trigo destacamos as ações do grupo Center Massas, que na última década efetuou uma modernização e diversificação de seu processo produtivo. Com sua unidade localizada no distrito industrial de Macaíba, o grupo realiza a produção de uma variedade de pães e bolachas industriais que além de se destinam as principais cidades regionais do Rio Grande do Norte, ainda distribui em algumas das principais cidades dos estados da Paraíba e Pernambuco. Cabe observar que boa parte da capilaridade de distribuição desse grupo deriva de uma rede de solidariedade organizacional estabelecida com grandes redes supermercados, tais como Nordestão, Supercop, Favorito, Super Fácil Atacado, Boa Esperança, Super Show, Rede Mais, Carrefour, Extra e Atacadão, que possibilita a Center Massas uma abrangência em seus produtos que vai além do território potiguar, estendendo-se a algumas partes da região Nordeste como João Pessoa, Capina Grande e na Região Metropolitana de Recife.

Um outro circuito produtivo que merece destaque na dinâmica dos usos do território potiguar é o que se relaciona a indústria de moagem e torrefação de café,

²⁵² A rede de produção e distribuição do grupo abarca quase todo o território nacional a partir de uma série de marcas que ao longo dos anos foram sendo adquiridas pelo grupo Moinho Dias Branco. Atualmente fazem parte do grupo as marcas Vittarella, Richester, Fortaleza, Pelaggio, Pilar, Puro Sabor, Adria, Zabet, Basilar e Isabela.

principalmente, porque foi um dos segmentos que mais passou por transformações no Rio Grande do Norte ao longo dos últimos 20 anos, na esteira da ampla reestruturação produtiva vivenciada pela agroindústria do café no território nacional.

Um dos eventos fundamentais desse momento ocorreu com o avanço da globalização econômica e com ela a abertura dos mercados que possibilitou a extinção Instituto Brasileiro do Café (IBC), que desde 1952 era responsável pelo estabelecimento de uma política nacional e por criar fortes e importantes círculos de cooperação que regulavam e protegiam a agroindústria cafeeira nacional, sobretudo, no que concernia ao controle das exportações, dos estoques e do processo de torrefação. Ainda no âmbito desse processo constatamos que a partir dos anos 1990, ao mesmo tempo em que se verifica uma expansão no consumo de café no território nacional²⁵³, se desencadeou um acentuado processo de oligopolização da indústria de torrefação que, se em primórdios dos anos 2000 já concentrava 43% da produção nacional em apenas 10 empresas, nos dias atuais apresenta uma taxa de concentração de mais de 75% da produção nacional em torno de 10 empresas²⁵⁴.

Diante da nova configuração apresentada por esse segmento ao nível nacional, os usos do território potiguar pela indústria de torrefação e moagem de café adentraram num movimento de expansão e reestruturação que se expressou inicialmente pela produção e modernização das unidades produtivas. Nesse ínterim, destacamos a atuação de grupos locais e regionais que estabeleceram uma lógica espacial de atuação no território potiguar de acordo com suas densidades de técnicas e de capitais. Havendo grupos como Café Bangu e o Café Icla, que a partir de suas unidades produtivas localizadas na Região Seridó, respectivamente em Caicó e Jardim do Seridó, buscam atender além de sua região de origem, outras porções do território potiguar e do estado da Paraíba; e outros grupos, como o Café Kimimo que sediado em Mossoró, montou uma ampla rede de distribuição que se estendia por quase todo o território potiguar e ainda abrangia partes do estado cearense e paraibano.

Mesmo buscando modernizar e reorganizar suas ações por meio da aquisição de novos sistemas técnicos, pela diversificação dos produtos com comercialização de outros de tipos de café e com a incorporação de novos padrões de qualidade exigidos

²⁵³ De acordo com relatório da Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), em 1990 o consumo de café anual foi 8,2 milhões de sacas, já no ano 2000, esse consumo elevou-se para mais de 13,2 milhões de sacas e no ano de 2015 atingiu a marca de 20,3 milhões de sacas, o que evidencia uma substancial elevação do consumo, sobretudo, nos últimos 15 anos. Disponível em: <http://www.abic.com.br/>.

²⁵⁴ In: Indicadores da indústria do café no Brasil (2015).

pelas normatizações globais cada vez mais constantes nesse segmento, esses grupos regionais não conseguem competir e, às vezes, sobreviver diante do intenso processo de centralização e concentração de capitais reinantes na indústria brasileira de torrefação e moagem de café nos últimos 20 anos.

E é nesse sentido que destacamos as ações do principal grupo de torrefação e moagem de café atuante no território potiguar, o Santa Clara Café, atualmente grupo Três Corações. Mesmo tendo se originado no território potiguar, na cidade de São Miguel, foi a partir de sua unidade produtiva estabelecida na cidade de Eusébio, no Ceará, no final dos anos 1980, que o grupo inicia intenso processo de expansão e reestruturação de suas atividades com a produção e modernização de suas unidades industriais, na cidade de Mossoró e na Região Metropolitana de Natal. Com essa nova configuração geográfica a empresa passava a dominar os mercados do Rio Grande do Norte, do Ceará e já iniciava sua expansão para os outros estados nordestinos e do norte do país.

Durante a década de 1990 e sobretudo, nos anos 2000, o grupo assimilou ainda mais as formas de funcionamento do território e da economia em tempos de globalização e isto por que concomitante a essa expansão modernizante, inicia-se um amplo processo de aquisições e fusões com outras empresas do segmento de torrefação e moagem de café, culminando, em 2005, com a associação ao grupo multinacional Strauss-Elite, proprietário da Três Corações com sede em Minas Gerais. Este evento não apenas insere o grupo Santa Clara na Região Sudeste do país, como também o torna o segundo maior empreendimento nacional de torrefação e moagem de café, atrás somente da multinacional Sara Lee²⁵⁵.

No território potiguar as ações do grupo Santa Clara envolveram além da produção e modernização das suas unidades industriais, a aquisição das empresas de torrefação e moagem de café que detinham importantes porções do mercado regional norte-rio-grandense e até de alguns estados vizinhos. A primeira aquisição foi da marca que apresentava uma das maiores redes de distribuição no estado e em porções do Ceará, o Café Kimimo, em 1996; já nos anos 2000 foi a vez de incorporar o Café Bangu que distribuía na Região Seridó e nas cidades fronteiriças da Paraíba. Com isso, o grupo Santa Clara, atualmente Três Corações, não somente monopoliza a indústria de

²⁵⁵ In: Indicadores da indústria do café no Brasil (2010-2015).

torrefação de café no Rio Grande do Norte, como se converte num agente central do processo de modernização e reorganização espacial do território potiguar.

Podemos ainda mencionar outros circuitos produtivos ligados à indústria de alimentos que desenvolveram ou reestruturaram suas atividades produtivas no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1990, com a produção de novas plantas industriais, como foi o caso, por exemplo, da Multidia, proprietária das marcas Nutriday e Nutrilar e da Indústria Sadio. No primeiro exemplo temos um grupo que mesmo atuando na produção de massas e de misturas para bolos, especializou-se no segmento de alimentação infantil produzindo uma diversificada linha de produtos, com destaque para farinha láctea, aveia e mingau de arroz; por sua vez, no segundo exemplo temos uma empresa que se especializou na produção de temperos e condimentos alimentares diversos. Dois elementos comuns a esses empreendimentos é o amplo processo de modernização tecnológica do processo produtivo e o alargamento de suas redes de distribuição, pois em ambos os casos constata-se que a circulação do produto apresenta grande capilaridade nas Regiões Norte e Nordeste do país.

A dinâmica dos usos do território potiguar pela indústria de alimentos e bebidas ainda compreende o circuito produtivo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Trata-se de um circuito produtivo com grande nível de diversidade de agentes, pois coexistem, não sem conflito, grandes empresas globais como a Coca-Cola, nacionais como a Antarctica (atual AMBEV), com um variado grupo de empresas locais e regionais que buscam competir de diferentes formas com esses gigantes da indústria de bebidas. Podemos dizer que enquanto as empresas globais criaram uma estrutura de uso do território que estende os tentáculos de suas redes de distribuição para todo o território, as empresas de capitais locais e regionais atuam em mercados mais restritos e nos interstícios e brechas deixados por essas grandes empresas. No interior desse circuito produtivo ainda convivem outras empresas que segmentaram o processo produtivo e se especializaram na produção de artigos tradicionais, como cachaça e licores, que embora abastecendo mais um mercado regional e nacional, por vezes conseguem estabelecerem canais globais de circulação.

Pela existência de uma multiplicidade de agentes que abarcam diferentes segmentos da produção, esse circuito produtivo pode ser dividido em bebidas alcoólicas e não alcoólicas que, por sua vez, ainda apresenta algumas ramificações a depender do tipo de bebida a ser produzido, existindo, nesse sentido, as bebidas fermentadas e destiladas no segmento das alcoólicas, por exemplo, e as bebidas gasosas, os refrescos e

águas minerais na indústria das não alcoólicas. No Rio Grande do Norte esses segmentos da produção se fazem presentes e engendram formas híbridas de usos do território, uma vez que se constituem a partir de grandes empresas que funcionam de acordo com modernas divisões territoriais do trabalho, e por médias empresas de capitais locais que mesmo apresentando significativas incorporações técnicas, estendem suas divisões territoriais do trabalho somente aos mercados locais e regionais.

Um dos circuitos que mais contribuíram para dinâmica dos usos do território norte-rio-grandense pelo segmento de bebidas alcoólicas foi o cervejeiro que iniciou suas ações ainda em fins dos anos 1980, consolidando-as durante a década de 1990 com a expansão e modernização da sua estrutura de produção. A empresa que deu início a esse processo foi a Cervejaria Nordeste S.A (CERNA)²⁵⁶, que, em 1988, anunciava a abertura de um novo espaço produtivo no Rio Grande do Norte. No entanto, a instalação desse empreendimento se concretizaria somente no início dos anos 1990 já sob o comando da Cervejaria Antarctica, que em 1989, adquiriu a Cervejaria Nordeste, num processo de expansão e oligopolização do circuito de produção de cervejas no Brasil²⁵⁷. Atualmente a Cervejaria Antarctica compõe o truste formado em torno da Companhia de Bebidas da América (AMBEV), que foi criada, de acordo com Roma (2011, p. 106), a partir da fusão entre a Companhia Antarctica Paulista e a Cervejaria Brahma.

A localização espacial da planta industrial da Cervejaria Nordeste nas margens da lagoa de Extremoz e da rodovia BR 101, obedecia tanto aos "fatores geográficos" clássicos da localização descritos por exemplo Manzagol (1985), sobretudo aqueles relacionados à proximidade de insumos e aos sistemas de transportes e circulação, quanto àqueles relacionados aos sistemas normativos de incentivos fiscais concedidos pelo estado

A estrutura produtiva montada a partir das ações da Antarctica e depois AMBEV, permitiu a indústria cervejeira do Rio Grande do Norte torna-se um dos segmentos mais dinâmicos do estado, rivalizando com a Coca-Cola o posto de maior empregador da indústria de bebidas do estado. Após a AMBEV consolidar suas ações, a unidade produtiva do Rio Grande do Norte expandiu e diversificou sua capacidade de produção, passando a produzir no território potiguar as cervejas Antarctica, Brahma e Skol em lata, garrafa de 600 ml e litrão. Com uma capilaridade distributiva que envolvia

²⁵⁶ In: Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 19/02/1988, p. 13.

²⁵⁷ De fato como aponta Rosalin e Gallo (2015, p. 84), "nos últimos anos, o setor cervejeiro passou por diversas mudanças em seu quadro. Desde a criação da Ambev, em 1999, a produção e o consumo da bebida só aumentaram".

centros de distribuição em todas as regiões do estado e em algumas porções da Paraíba e Ceará, abastecia um vasto mercado que crescia na mesma proporção em que se elevava o consumo de cerveja no país.

Após estabelecer uma divisão territorial no estado que envolvia não apenas sua unidade de produção, mas também um conjunto de rotas e centros de distribuição e de ainda usufruir por mais de 20 anos de incentivos fiscais do PROADI, a AMBEV do Rio Grande do Norte passou a partir de 2015 a reduzir suas ações e aos poucos foi direcionado demandas produtivas para outras unidades, especialmente a da Paraíba. Em 2016 a empresa anuncia o fechamento de sua unidade alegando o fim dos benefícios recebidos através do PROADI, que concedia 75% de redução no valor a ser recolhido com o ICMS pela empresa e em função da elevação do ICMS para cervejas e refrigerantes, de 27% para 29% e 17% para 18%, respectivamente²⁵⁸.

Na realidade a empresa está somente re-adequando sua divisão territorial do trabalho ao nível da formação socioespacial brasileira a partir do redirecionamento de seus investimentos para outros subespaços que possam conceder novos e fartos incentivos fiscais e territoriais. Nesse caso, houve um direcionamento da produção potiguar para a unidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, que vem ampliando os incentivos fiscais concedidos às empresas que se instalem em seus domínios territoriais.

Ainda no segmento de bebidas alcoólicas constata-se uma expansão e reorganização de algumas produções pertencentes a divisões territoriais do trabalho pretéritas, mas que modernizaram suas atividades através da incorporação de novas tecnologias de produção e exploração de nichos de mercados, como os dos licores e cachaças especiais. Podemos também dizer que esse circuito produtivo vem desenhando uma nova geografia da produção com novas escalas de atuação da indústria de bebidas do Rio Grande do Norte, uma vez que tanto há o surgimento de novas unidades quanto a emergência de formas globais de circulação, sobretudo, nos mercados europeu onde o produto potiguar (cachaça, principalmente) vem tendo uma maior inserção.

No interior desse circuito produtivo de bebidas alcoólicas podemos claramente identificar um grupo de empresas que direcionam suas ações para os segmentos mais populares com a produção de uma variedade de bebidas com preços mais acessíveis, como é o caso, por exemplo, da San Marino Bebidas e da Bebidas Borges. Com uma ampla e moderna estrutura de produção essas empresas possuem uma diversidade de

²⁵⁸ In: Valor Econômico de 09/11/2015, reportagem intitulada "Ambev: Empregados de fábrica no RN buscam MPT para reverter demissões".

bebidas que atendem a diferentes mercados consumidores, abarcando desde os licores até os aguardentes, catuabas e vodkas que pelos preços que apresentam conseguem uma grande difusão geográfica de suas produções para quase todos os estados da Região Nordeste.

A segmentação produtiva nesse circuito de bebidas alcoólicas ainda é marcada pela existência de um grupo de agentes que voltaram suas ações para produção de "cachaças artesanais" ou "cachaças orgânicas", que se direcionam para um público mais apreciador da bebida. Esse tipo de produção ganha destaque a partir dos anos 1990, quando se constata um crescimento expressivo de novas unidades em muitos compartimentos do território, especialmente aqueles que já apresentavam uma tradição nesse circuito produtivo, como os estados da Região Nordeste e o estado de Minas Gerais, por exemplo.

No território potiguar seguiu-se essa tendência nacional e a partir dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000 começam a surgir novas unidades de produção que fundamentadas em "novos conceitos" modernizam e reestruturam um circuito produtivo oriundo de outro momento dos usos do território, no qual a atividade participava com outros agentes e outros níveis de densidade produtiva. Na realidade as antigas produções regionais intensivas em trabalho e realizadas por pequenos produtores cederam lugar para novas formas de produção onde a intensidade é dada pela constante incorporação de técnicas e de capitais ao processo de produção.

Assim, temos um circuito produtivo que faz uso de uma matéria-prima selecionada e sem o acréscimo de aditivos químicos ou biológicos que possam tirar a pureza do produto. Também no processo de beneficiamento constata-se a incorporação de novos objetos técnicos desde a fase da fermentação com a utilização de dornas de inox e salas climatizadas, passando pela destilação na qual se obtém um produto de melhor qualidade a partir do uso de alambiques produzidos com materiais especiais, como cobre, por exemplo, até chegar-se ao processo de "envelhecimento" da cachaça que nas principais produtoras do estado ocorre em barris "especiais" feitos com madeiras nobres, como bálsamos e carvalho, que são globalmente conhecidas pela utilização no processo de produção de outras bebidas consideradas nobres como whisky e conhaques, por exemplo.

Alguns grupos se destacam no território potiguar tanto em função da incorporação de técnicas e capitais que efetuaram, quanto pela difusão geográfica de suas produções que buscam atenderem não somente ao mercado estadual, mas o do

território nacional e até outros mercados ao nível mundial, como o europeu que tem se revelado um grande importador da cachaça norte-rio-grandense. Sem falar que algumas dessas marcas, seguindo a tendência de incorporarem elementos centrais do período da globalização, buscam obterem selos de qualidade certificados por agências nacionais e até mundiais, bem como participarem de eventos especializados no segmento de bebidas destiladas, que de maneira geral, buscam divulgar os principais produtores com suas especializações.

Nesse modernizado circuito produtivo mencionamos inicialmente a Cachaça Samanaú, que localizada na Região Seridó, no município de Caicó, desenvolveu na segunda metade dos anos 1990, uma planta industrial que já obedece aos parâmetros dominantes nesse indústria de "bebidas artesanais", com a adoção de insumos selecionados e um maquinário produzido com materiais especiais. Isto rendeu a Cachaça Samanaú selos de qualidade e prêmios nacionais e internacionais em festivais especializados como o New York International Spirits Competition (NYISC), realizado em Nova York, no qual uma das linhas da Samanaú foi premiada como segunda melhor cachaça do mundo²⁵⁹. Nos mesmos moldes da Samanaú, mas talvez com uma maior incorporação de capitais, foi montada na cidade de Pureza, pelo grupo Extrema em fins dos anos 1990, uma planta industrial com capacidade de produção de 120 mil litros e armazenamento-envelhecimento de 88 mil litros. Mesmo com uma produção que inclui três rótulos de licor, a maior especialidade do grupo são as cachaças que apresentam seis composições diferentes, com destaque para a primeira "Cachaça Orgânica" do Rio Grande do Norte. A exemplo da Samanaú a Cachaça Extrema também busca se inserir nos círculos de cooperação nacional a partir da participação em eventos especializados e com o recebimento de certificações como a que lhe foi concedida pelo IBD Certificações, pela produção de sua cachaça orgânica. Ainda há outros engenhos produtores de cachaças artesanais que aproveitando o crescimento desse mercado consumidor, iniciaram suas produções ao longo dos últimos 15 anos. A título de exemplificação mencionamos o Engenho Mucambo, detentor de dois rótulos, a Cachaça Maria Boa e a Mucambo, ou ainda o engenho que produz a tradicional Papary.

Paralelamente às ações desses agentes mais direcionados para o mercado de cachaças artesanais, o território potiguar também sedia uma unidade de um dos maiores

²⁵⁹ Conforme reportagem contida no site da empresa a Cachaça Samanaú Prata "foi premiada como a segunda melhor cachaça do mundo pelo New York International Spirits Competition (NYISC), a maior competição de destilados do mundo". In: <http://www.cachacasamanau.com.br/>

grupos de destilados do Brasil, a Ypióca, pertencente ao grupo Telles do Ceará. A partir dessa unidade de produção, localizada em Ceará Mirim, a Ypioca vem produzindo aguardente para o atendimento de toda a Região Nordeste. As ações da Ypioca no território potiguar ganharam novos conteúdos com a incorporação de parte do grupo ao gigante mundial do segmento dos destilados, o grupo inglês Diageo, detentor de rótulos como Johnnie Walker e Smirnoff. Mesmo que a unidade do Rio Grande do Norte não tenha passado ao controle do grupo inglês, a sua rede de distribuição passa a ser comandada pela Diageo, uma vez que há um contrato de exclusividade que determina que toda a produção de cachaça deve se destinar ao referido grupo que irá usar as suas redes de distribuição no Brasil e no mundo para aumentar a capilaridade de seu novo produto²⁶⁰. Em suma, podemos dizer que a mundialização do grupo Ypioca insere a unidade industrial do Rio Grande do Norte em uma nova rede de distribuição muito mais ramificada nacional e mundialmente.

O circuito de bebidas ainda é composto pelos produtos não alcoólicos, dos quais destacamos o segmento dos refrigerantes e das águas minerais por sua difusão geográfica mais acentuada no Rio Grande do Norte. Seguindo os movimentos mais gerais do processo de globalização e de expansão de novas formas de consumo da sociedade brasileira, o circuito de refrigerantes experimentou uma intensa disseminação e diversificação de suas atividades em todo o território nacional. De fato, como aponta Grimm (2005), a ampliação das topologias dos grandes agentes da indústria de refrigerantes, tais como Coca-Cola, Brahma e Antarctica, mesmo tendo iniciado sua expansão nos anos 1970/80, ganhou uma maior intensidade durante a década de 1990, com a consolidação do meio técnico-científico-informacional que integrou o território nacional e com o lançamento de novas embalagens e sabores diversos que incrementaram o consumo nesse segmento.

Pode-se mesmo argumentar que o novo momento da indústria de refrigerantes gerou alguns processos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que avançou a concentração e ampliação do domínio de algumas empresas nacionais e multinacionais num fantástico processo de concentração e centralização de capitais, também tivemos o surgimento de pequenos e médios produtores, que desejando se inserirem nesse mercado oligopolizado procuram incorporar algumas modernizações e direcionar suas produções para nichos ou segmentos sociais não atendidos pelas grandes marcas.

²⁶⁰ <http://www.valor.com.br>. Reportagem do dia 20/12/2012, intitulada "Diageo compra Ypióca por R\$ 900 milhões".

A configuração dessa nova dinâmica além de apresentar intima relação com a expansão do consumo nacional, sobretudo, nos segmentos populares, também se vincula com a difusão de uma inovação técnica que pensada para e pelos agentes hegemônicos da indústria de refrigerantes acabou servindo de alavanca para a expansão de médios produtores que, em muitos casos, conseguem até estabelecerem uma concorrência acirrada com essas empresas hegemônicas. Referimo-nos à embalagem descartável PET (politereftalato de etileno), fruto do avanço da indústria química, que possibilitou o surgimento ou o crescimento de marcas mais econômicas e as vezes de qualidade inferior quando comparamos com as grandes marcas, conforme apontam Grimm (2005) e Di Nucci (2016).

Configurava-se nesse momento em todo o território nacional não apenas um processo de expansão e diversificação, mas uma reestruturação da indústria de refrigerantes, o que representou profundas e diferentes repercussões territoriais em vários estados da nação. Para o Rio Grande do Norte a partir da década de 1990 constatamos uma maior coexistência entre os grandes agentes desse segmento como pequenos e médios produtores de marcas locais e regionais.

Do ponto de vista das ações dos grandes agentes desse circuito produtivo no estado, os anos 1990 marcam um momento de expansão e reestruturação de suas atividades, que se inicia com a aquisição da Cervejaria Nordeste S.A (CERNA), pelo Grupo da Antarctica, que passa a produzir, na unidade de São Gonçalo do Amarante, refrigerantes para atender a todo o mercado estadual. A partir das ações da Antarctica tivemos a criação de rede de empresas terceirizadas ao nível estadual que sediadas nos principais pólos regionais distribuíam os produtos da marca Antarctica (guaraná e cerveja) no território potiguar e, assim, ajudavam a difundir o consumo dessas bebidas no estado.

A multinacional Coca-Cola por meio de seus franqueados também intensificou suas ações no estado ao longo dos anos 1990, tanto pela ampliação de sua rede de distribuidores que se difundia por todo o território potiguar, quanto pela modernização de algumas etapas do processo de produção com a introdução de inovações técnicas, como a já mencionada garrafa PET. Com isso, a empresa não apenas garantia a ampliação do consumo de suas marcas, como também se tornava a principal produtora e distribuidora de refrigerantes no estado apesar de perder espaços para outras marcas²⁶¹.

²⁶¹ Como aponta Grimm (2005), em sua pesquisa sobre a indústria de refrigerantes no Brasil, a Coca-Cola mesmo realizando grandes inversões de capitais e ampliando o seu faturamento, perdia espaço em todo o

A partir do final dos anos 1990 a rede de franqueados da Coca-Cola na Região Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Bahia, passou por um processo de reestruturação econômica e territorial de suas atividades, o que culminou com a fusão dos franqueados Norsa, Renosa e Guararapes, em torno de uma nova empresa, a Solar Coca-Cola.

O processo de fusão e surgimento da Solar Coca-Cola reorganizou a produção de refrigerantes no Rio Grande do Norte, isto por que o estado que sediava uma das primeiras fábricas da Coca-Cola no Brasil viu o grande monopólio mundial diminuir e até encerrar suas atividades produtivas em fins dos anos 1990. As ações produtivas da empresa no Rio Grande do Norte somente seriam retomadas em 2007, quando a mesma Solar Coca-Cola num processo de concentração e centralização de capitais comprou a unidade produtiva da multinacional americana RC Cola que havia se instalado no estado em 2003, no Distrito Indústria de Macaíba²⁶². A Solar Coca-Cola inicia então um intenso processo de modernização e expansão de sua nova unidade industrial a partir da elevação da capacidade produtiva e da diversificação da produção, seja por meio de novos sabores (além da Cola são produzidos Fanta Laranja e Uva, Guaraná Kuat e Sprite) quanto pelo do envasamento em outras em embalagens (2 e 1 litro, 600 ml, latinha). Além disso, constata-se que houve uma ampla difusão de sua rede de distribuição que cobre todos os municípios do estado e ainda algumas porções do estado da Paraíba.

Mas, a dinâmica geoeconômica na indústria de refrigerantes no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1990 não foi apenas produto das ações dos agentes hegemônicos, uma vez que desse momento em diante constatamos uma ampliação das atividades de grupos regionais e locais, que também passam a constituir, mesmo que de forma marginal e residual, a divisão territorial do trabalho desse segmento na escala do Rio Grande do Norte.

Criando uma divisão territorial do trabalho paralela a das grandes empresas e voltando-se para um público com menor poder aquisitivo, as marcas locais ganham força a partir dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, quando se difunde o uso das embalagens PET entre esses agentes. Empresas como a Dore Refrigerantes, produtora

país a partir do avanço de marcas locais e regionais, passando de aproximadamente 60% para 49% de controle no mercado de refrigerantes .

²⁶² A este respeito consulte a reportagem da Tribuna do Norte de 15/06/2007, intitulada, "Norsa compra fábrica da RC Cola e reativa produção".

do Guaraná Dore e Grapette²⁶³, Refrigerantes Mima, Refrigerante Forró incorporaram paulatinamente essa inovação técnica que possibilitou tanto uma redução nos custos de produção²⁶⁴, quanto também permitiu uma elevação da capacidade produtiva e uma maior difusão de seus produtos.

A divisão regional do trabalho constituída por essas empresas estabelece uma posição de maior destaque a empresa Dore Refrigerantes que, presente no Rio Grande do Norte desde primórdios do século XX, efetuou uma modernização e expansão de suas atividades apenas no transcorrer dos anos 1990, quando incorporou um novo sistema de produção automatizado na unidade de Parnamirim. A partir daí são produzidos refrigerantes de diversos sabores (guaraná, guaraná com açaí, uva, laranja, cola, cola-limão e limão) e em diversas embalagens (2 litros, 500 ml, e 250 ml), que se destinam sobretudo ao mercado da Região Metropolitana de Natal e secundariamente às porções mais interioranas do estado com destaque para a Região de Mossoró que tem um centro de distribuição da marca.

Já as outras duas empresas de refrigerantes, Refrigerantes Forró e Refrigerantes Mima, apresentam certa desigualdade de incorporação de técnicas e capitais em relação a Dore. Esta situação tanto se revela por meio de suas unidades de produção, quanto na sua escala de atuação geográfica, que é mais restrita. Enquanto o Refrigerantes Mima atende quase que somente na Região Metropolitana de Natal, sobretudo, nas áreas mais populares, o Refrigerante Forró tem seu espaço de produção e sua área de atuação mais direcionada para a Região Oeste do estado, já que sua unidade de produção se localiza em Apodi.

Um dado marcante do uso do território por essas empresas é o uso de estratégias de difusão de atividades típica das grandes empresas dominantes nesse circuito como, por exemplo, a utilização do marketing nas cadeias locais de rádio e televisão. Durante a década de 1990 e em parte dos anos 2000 as empresas Refrigerantes Mima e Dore, realizaram várias ações de marketing com pequenas empresas locais de publicidade que na maioria das vezes produziam comerciais modestos, mas que tinham grande repercussão ao nível estadual e, sobretudo, na região metropolitana.

Todas essas ações contribuíram para a elevação do consumo desses refrigerantes ao ponto de conseguirem abarcar uma considerável fatia do mercado consumidor na

²⁶³ A Dore Refrigerantes é no Rio Grande do Norte a empresa responsável pela produção da marca americana Grapette.

²⁶⁴ De acordo com pesquisa realizada pelo Banco Bradesco, aproximadamente 44% dos custos de produção do circuito de produção de refrigerantes diz respeito às embalagens.

Região Metropolitana de Natal. De acordo com o presidente da Dore Refrigerantes, a sua marca chega a deter aproximadamente 15% do mercado consumidor na grande Natal e 5% no interior do estado²⁶⁵. O que nos conduz a afirmar que mesmo não conseguindo ameaçar a hegemonia das grandes marcas multinacionais, essas marcas locais e regionais ajudam a desenhar uma nova configuração territorial para a indústria de refrigerantes no estado, na qual coexistem agentes com diferentes densidades de técnicas e capitais.

Na esteira da expansão da indústria de refrigerantes também constatamos o crescimento no consumo de água mineral e potável de mesa no território potiguar. Dentre todos os segmentos do circuito de bebidas este foi o que mais difundiu seus espaços de produção e distribuição ao longo dos últimos 20 anos na formação socioespacial brasileira. De acordo com dados do Sumário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1990; 2015), entre meados dos anos 1990 e 2015, a produção e o envasamento de água mineral cresceram a uma taxa média de 10% ao ano, de modo que se em 1995, a produção foi de 1.5 bilhões de litros, em 2015, esse valor havia se elevado para mais de 7.5 bilhões de litros de água²⁶⁶. Essa expansão da produção de água mineral também pode ser expressa pela elevação no número de concessões de lavra em todo o território nacional. Se em 1996, o número foi de 319 concessões, em 2009 ele saltou para 939 concessões, e em 2015 ultrapassou a marca das 2 mil concessões de lavra em todo o território nacional²⁶⁷.

Esta expansão é resultado da conjunção de eventos que tanto estão relacionados ao processo de crescimento de todo o segmento de bebidas no território nacional, tais como, a melhoria das condições socioeconômicas da sociedade brasileira, a propagação de novas formas de consumo, dentre elas da água mineral envasada, e a difusão de novas e diversas formas de embalagens, desde os copinhos de 200 ml até os botijões de 20 litros; quanto também guarda importante sintonia com a construção de uma psicosfera social em torno da escassez da água potável e das condições de qualidade da água fornecida pelos sistemas públicos estaduais.

No Rio Grande do Norte a geografização dos eventos supracitados acabou impulsionando a difusão dos espaços de produção dessa indústria, que seguiu o ritmo da dinâmica nacional, tanto em termos quantitativo, quanto em diversidade de agentes. Se

²⁶⁵ Consulte a este respeito a entrevista concedida por Walter Byron Dore a Tribuna do Norte de 23/08/2009.

²⁶⁶ In: Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1995; 2015).

²⁶⁷ In: Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1997; 2015).

em meados dos anos 1990 o estado não possuía mais do que 5 empresas explorando essa indústria, dentre as quais destacamos a Água Santa Maria e Cristalina, na atualidade são mais de 30 empresas de envase de água mineral atuando no território potiguar. Em termos de volume produzido o estado é atualmente o 5º maior produtor de água mineral do país²⁶⁸, com uma indústria que a cada ano cria novas unidades de produção e expande, por conseguinte, a sua capacidade produtiva. De acordo com dados do Sumário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1995, 2014), entre 1995 e 2012 a produção estadual de água mineral saltou de aproximadamente 87 milhões de litros para mais de 350 milhões, conforme revela o gráfico 50.

Gráfico 50: Produção de água mineral pelo Rio Grande do Norte (1998-2012). Anuário Mineral Brasileiro (BRASIL, 1999-2010) e Sumário Mineral Brasileiro, (BRASIL, 2013).

A maior parte das empresas existentes hoje no território potiguar se constituiu no decorrer dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000, quando ocorreu a maior elevação das demandas em todo o estado. De forma geral predomina uma diversidade de agentes com diferentes níveis de modernização das atividades de produção, de modo que constatamos a existência de empresas que lograram uma incorporação de técnicas e capitais mais elevada, como a Água Mineral Cristalina e a Santa Maria, que apresentam uma variada produção de água mineral no que concerne às embalagens, não se

²⁶⁸ De acordo com dados do Sumário Mineral (BRASIL, 2015, p. 22), no ano de 2014, "os estados que tiveram maior produção de água envasada declarada foram: São Paulo (21%), Pernambuco (10%), Bahia (9%), Ceará (6%) e Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte (5% cada)".

restringindo apenas à produção em garrafão de 20 litros. Ainda existem nesse circuito outras empresas menores que não conseguiram avançar na sua modernização e diversificação produtiva, ficando, em muitos casos, restritas à produção em garrafões de 20 e 10 litros, que são as formas de embalagens mais usadas em todo país²⁶⁹.

Uma característica dominante nessa indústria é a pulverização de suas atividades com uma intensa fragmentação do comando do circuito em um número elevado de empresas²⁷⁰, situação completamente destoante da indústria de bebidas, na qual prevalece uma grande concentração em torno das marcas mais tradicionais. Dessa forma, no circuito da água mineral impera, de modo geral, as empresas locais e regionais que na maioria dos casos atendem aos mercados mais imediatos de sua região de influência. No Rio Grande do Norte as empresas existentes se dispersam em todas as regiões do estado, sempre mostrando uma vinculação mais intensa com os centros urbano-regionais com dinâmica econômica mais efervescente.

A maioria dessas empresas se concentram na Região de Metropolitana de Natal (Mapa 34), que além de ser o maior centro consumidor estadual, concentra o maior complexo de poços e fontes naturais de água do estado, conforme dados do DNPM (BRASIL, 2004). Na sequência aparece a Região de Mossoró com a segunda maior concentração de empresas e, por fim, a Região Seridó, que embora não disponha de abundantes fontes naturais, ainda possui empresas explorando essa atividade. A topologia espacial desse circuito também revela que uma localização geográfica junto à matéria prima ainda é primordial para a dinâmica territorial da atividade, pois os elevados custos de produção e de circulação acabam influenciando muitas empresas a buscarem uma localização mais contígua em relação às fontes e poços de água natural.

Os circuitos produtivos de alimentos e bebidas compõem-se por uma diversidade de grupos que engendram diferentes formas de uso e apropriação do território que dependem dos níveis de densidade de técnica e capital predominante em cada um dos diferentes segmentos produtivos e de cada uma das empresas que compõem o circuito. Parafraseando Harvey (2004), poderíamos afirmar que cada circuito produtivo engendra uma forma de funcionamento do território que é a sua imagem e semelhança, sendo que

²⁶⁹ 60% dos garrafões comercializados no Brasil tem entre 10 e 20 litros (BRASIL, 2014).

²⁷⁰ As grandes empresas multinacionais que atuam e controlam o circuito produtivo da água mineral no mundo, ainda não conseguiram impor sua racionalidade econômica monopolizante a este segmento no território nacional, de modo que, se ao nível mundial, marcas como Pepsico, Nestlé Waters, Coca-Cola e Danone, chegam a controlar perto de 50% da produção, no Brasil essas mesmas empresas controlam apenas de 5% do mercado (BRASIL, 2014-2015).

a totalidade dos usos do território é dada pelas ações e configurações geográficas de todos esses agentes independente de suas dimensões e de seus poderes.

Mapa 34: Distribuição espacial da indústria de água mineral no Rio Grande do Norte - 2016.

Fonte: FIERN (2016).

Usando as reflexões de Silveira (2011), ainda pode-se afirmar que no circuito de alimentos e bebidas justapõem-se diversas divisões territoriais do trabalho, dado que coexistem empresas monopolistas nacionais e multinacionais que, em última instância, ditam os ritmos do circuito, tanto no que toca à atividade produtiva quanto à difusão das modernizações, com pequenos e médios grupos empresariais que intentam a todo momento incorporarem as modernizações predominantes em cada um de seus segmentos.

8.6 Especialização produtiva e o complexo salineiro-petrolífero

Com o avanço da globalização econômica e com ela o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, alguns subespaços do território norte-rio-grandense

acabaram por se consagrarem na execução de determinados circuitos produtivos. Ancorados em complementaridades nacionais e até internacionais, podemos dizer que os circuitos salineiro e petrolífero não apenas expandiram como também verticalizaram suas atividades através da incorporação de etapas ao processo de produção. As densidades técnicas e de capitais que esses circuitos foram incorporando, primeiro com a modernização e oligopolização da indústria salineira e, posteriormente, no transcorrer dos anos 1980, com a intensificação do circuito petrolífero, possibilitaram que na região influenciada por Mossoró se constituísse uma especialização produtiva nessas indústrias, na medida em que constatamos que diversas etapas do trabalho, complementares e vinculadas a essas atividades principais, passaram a se localizar nesse subespaço.

Assim, após uma intensa dinâmica econômica industrial gerada a partir dos circuitos produtivos do sal e, sobretudo, do petróleo, desenhou-se ao redor de Mossoró o que estamos aqui denominando de complexo salineiro-petrolífero do Rio Grande do Norte (Mapa 35). Trata-se de uma área que englobando aproximadamente 20 municípios, paulatinamente, passou a albergar diferentes etapas da produção que vão da simples extração do produto, passando pelo beneficiamento até chegarmos a uma industrialização que tanto pode ocorrer de forma mais simplória, como no circuito salineiro, quanto de modo mais vertical e intensivo em capitais e técnicas, como na indústria petrolífera.

Cabe ressaltar que a agregação desses circuitos produtivos nessa porção do território potiguar gerou não apenas uma especialização produtiva nessas atividades, como também uma das mais importantes regiões industriais do Rio Grande do Norte que por vezes chegou a rivalizar com Natal e sua região metropolitana no computo total do PIB industrial do estado. Quando tomamos os dados do PIB industrial e adentramos um pouco na escala regional afim capturarmos a dinâmica geoeconômica gerada a partir desses circuitos, constatamos que desde os anos 1990, essa região se mostra fortemente influenciada pelos desdobramentos territoriais e econômicos dessas atividades. Em 1999 a composição do PIB industrial do Rio Grande do Norte refletia essa realidade, pois dos 5 cinco principais municípios, nada menos do que 3 tinham sua efervescência econômica atrelada a pelo menos um desses circuitos produtivos. Quando ampliamos o raio de análise para os 10 principais PIBs do estado, constatamos que ao longo dos últimos anos pelo menos 5 municípios apresentam uma economia vinculada aos circuitos produtivos salineiro ou petrolífero (Tabela 10).

Mapa 35: Municípios produtores de petróleo e sal no Rio Grande do Norte - 2016

Fonte: ANP (2016).

Alguns casos chamam mais atenção como o de Mossoró que, albergando algumas das principais funções produtivas tanto do segmento salineiro quanto do petrolífero, sempre figurou como o segundo principal PIB industrial do estado, atrás apenas de Natal, e isto em boa medida em função das reverberações da indústria petrolífera e, secundariamente, da salineira. Aqui é apenas preciso observar que embora a produção industrial de Mossoró apresente certa dependência do circuito salineiro e, principalmente, do petrolífero, a sua estrutura industrial possui outros circuitos produtivos que, se não têm o peso semelhante desses dois, contribuem de forma significativa na sua composição. Em outros casos como Macaíba, Areia Branca, Alto dos Rodrigues, Açú, Apodi e Guamaré, por exemplo, a dependência a esses circuitos produtivos é quase que total, tendo em vista que a maior parte de seus respectivos PIBs decorrem diretamente de um ou dos dois circuitos produtivos. Macaíba e Areia Branca são, por exemplo, municípios que abrigam etapas produtivas tanto do circuito salineiro quanto do petrolífero e não por acaso estão sistematicamente inseridos entre os 5 principais produtores industriais do Rio Grande do Norte.

A configuração geográfica desse complexo salineiro-petrolífero começou a ganhar tais contornos com a reestruturação territorial e produtiva vivenciada por uma

indústria pertencente a um outro momento da divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte. Trata-se da indústria salineira que dos anos 1970 em diante adentrou numa espiral de modernização produtiva que reorganizou completamente todas as instâncias da produção que tinham seu lugar no território potiguar. Tal realidade que prosseguiu no transcorrer dos anos 1980 apresentou como consequência mais imediata, não apenas a consolidação da indústria salineira potiguar no topo da hierarquia nacional dessa produção, mas também um vertiginoso processo de oligopolização dessa atividade produtiva.

Principais PIBs do Rio Grande do Norte (1999-2013)																
	1999		2001		2003		2005		2007		2009		2011		2013	
	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB	Municípios	PIB
1	Natal	602.701	Natal	659.121	Natal	716.061	Natal	882.890	Natal	1.015.057	Natal	1.405.127	Natal	2.588.902	Natal	3.191.759
2	Mossoró	201.600	Mossoró	304.634	Mossoró	439.117	Mossoró	718.372	Mossoró	925.348	Mossoró	728.407	Mossoró	1.647.587	Mossoró	1.988.062
3	Parnamirim	89.823	Areia Branca	133.923	Areia Branca	181.150	Areia Branca	301.367	Areia Branca	289.041	Parnamirim	381.163	Areia Branca	512.217	Parnamirim	737.071
4	Areia Branca	79.806	Parnamirim	132.304	Parnamirim	179.646	Parnamirim	264.511	Parnamirim	284.840	São Gonçalo do Amarante	265.831	Parnamirim	515.002	Macau	535.829
5	Macau	61.792	Macau	104.540	Macaíba	119.568	São Gonçalo do Amarante	210.910	Macau	231.369	Macaíba	252.087	Macau	456.459	Areia Branca	500.072
6	Arez	50.046	Macaíba	75.613	São Gonçalo do Amarante	108.866	Macau	203.027	São Gonçalo do Amarante	221.064	Areia Branca	185.133	São Gonçalo do Amarante	330.950	Macaíba	383.170
7	Macaíba	49.182	São Gonçalo do Amarante	69.756	Macau	107.747	Porto do Mangue	179.063	Macaíba	200.824	Macau	184.152	Macaíba	318.848	São Gonçalo do Amarante	312.506
8	São Gonçalo do Amarante	42.053	Apodi	65.925	Alto dos Rodrigues	65.716	Macaíba	168.673	Extremoz	169.317	Guamaré	121.545	Açú	206.714	Açú	263.627
9	Açu	35.424	Alto dos Rodrigues	56.197	Porto do Mangue	64.820	Guamaré	104.469	Guamaré	163.208	Alto do Rodrigues	90.404	Porto do Mangue	205.985	Alto do Rodrigues	253.451
10	Alto do Rodrigues	41.974	Açu	54.532	Guamaré	48.873	Alto dos Rodrigues	76.685	Porto do Mangue	128.607	Apodi	70.416	Apodi	200.700	Apodi	207.992

Tabela 10: Principais PIBs do Rio Grande do Norte (1999-2013).

Fonte: SIDRA-IBGE (BRASIL, 1999-2013).

A hegemonia da indústria salineira potiguar em âmbito nacional que já era elevada em meados dos anos 1980, apenas se concretizou nas décadas seguintes diante de todas as transformações técnicas e produtivas efetuadas em todo o circuito. Os números da produção nacional de sal marinho testemunham nesse sentido, pois durante esse período algo em torno de 95% de todo o sal produzido no país derivam do Rio Grande do Norte. A título de exemplificação podemos mencionar o ano 1998, quando a produção nacional foi de 5.3 milhões de toneladas e a do estado foi estimada em 5.1 milhões, e o de 2012 que apresentou uma produção nacional de 6.0 milhões de toneladas, enquanto a produção estadual foi de aproximadamente 5.7 milhões de sal marinho. Esses números fazem com que o Rio Grande do Norte mantenha uma liderança de aproximadamente 95% da produção nacional, enquanto que os demais estados produtores (Ceará e Piauí, por exemplo) aparecem apenas com produção residuais (Gráfico 51). Mesmo quando colocamos a produção nacional de todos os tipos de sal (gema e marinho), o Rio Grande do Norte ainda mantém a hegemonia dessa indústria, concentrando uma produção que flutua entre 72% e 75% da produção global²⁷¹.

Gráfico 51: Produção de Sal Marinho em toneladas - Brasil e Rio Grande do Norte (1988-2014).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico Brasileiro (BRASIL, 1988-1998) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (BRASIL, 2000-2014).

²⁷¹ No ano de 2009, de acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (BRASIL, 2009), o Rio Grande do Norte apresentou 72,3 da produção de sal (marinho e gema), enquanto Bahia e Alagoas, em função da produção de sal gema, concentraram perto de 23% da produção total de sal no país.

Esse domínio da indústria salineira potiguar no cenário nacional foi constituído em torno de uma intensa monopolização das atividades desse circuito. Mesmo que se possa evidenciar uma elevação no número de empresas nos últimos 15 anos com a expansão de pequenos e médios produtores, ainda prevalece uma estrutura extremamente concentrada, com apenas 5 empresas comandando mais de 70% da produção norte-rio-grandense de sal. Dentre essas cabe pontuar a hegemonia exercida pela Salinor que sozinha perfaz aproximadamente 40% de toda a produção do estado; na sequência aparecem a Henrique Lage com uma produção bem inferior a Salinor, mas que ainda abarca 10% do valor global; e a F. Souto com 9% do valor total produzido pelo estado (Tabela 11). Juntas essas três empresas perfazem aproximadamente 60% da produção de sal potiguar, o que somente evidencia os níveis de concentração do circuito.

Empresa	Capacidade de produção (ton)	Percentual participação (%)
Salinor - Salinas do Nordeste S/A	2.300.000	39,18
Henrique Lage Salineira do Nordeste S/A	700.000	11,93
F. Souto Indústria Com. E Navegação S/A	525.000	8,94
Salina Diamante Branco Ltda.	450.000	7,67
Cinsal - Com. Ind. Moagem e Refino Sta Cecília Ltda.	380.000	6,47
Norte Salineira S/A Ind. E Com. - Norsal	360.000	6,13
Salineira São Camilo Ltda.	200.000	3,41
Souto Irmão e Cia Ltda.	200.000	3,41
Ind. Salineira Salmar Agropecuária Ltda.	100.000	1,7
Francisco Frreira Souto Filho	95.000	1,62
Total	5.310.000	90,45
Outras	560.000	9,45
Total do Rio Grande do Norte	5.870.000	100

Tabela 11: Principais produtores de sal no Rio Grande do Norte (2015).

Fonte: Camila Dutra dos Santos (2010).

Ainda de acordo com dados do gráfico 5 é possível perceber que a produção salineira potiguar cresceu sistematicamente ao longo dos últimos 30 anos, quando passou de aproximadamente 2 milhões e 700 mil para quase 6 milhões de toneladas. Trata-se de uma elevação em função do aumento na produtividade espacial na indústria salineira ocasionada por um intenso processo de acréscimo de capitais e técnicas nas diferentes etapas da produção ao longo da modernização e concentração vivenciado pelo circuito. Praticamente todas as etapas incorporaram sistemas técnicos ou novas formas de fazer que elevaram suas possibilidades não apenas produtivas, mas também no que concerne à qualidade do produto. As principais mudanças se processaram na forma de captação da água que passou a ocorrer de modo permanente e diretamente do mar e, sobretudo, no que diz respeito à introdução de máquinas que dinamizaram e

elevaram a produtividade da colheita, bem como o carregamento e empilhamento do sal em locais específicos. Os processos de cristalização e lavagem do sal também adquiriram novos conteúdos técnicos e científicos o que ocasionou a extração de um produto com maior grau de pureza, aumentando ainda mais a rentabilidade e a produtividade da indústria salineira potiguar.

Todo o processo de produção do sal a começar pela extração está disseminado por todos os municípios que compõem essa região. De modo geral após o processo de extração as empresas iniciam o refino e a moagem do sal, sendo a partir dessa última etapa que começamos a registrar uma concentração nos municípios que albergam as empresas com condições técnicas e financeiras de realizarem tanto o refino quanto a moagem e ensacamento do produto que dependendo do seu destino final adquire diversas formas. Ainda no que concerne à produção, faz-se importante enfatizar que muitas empresas apenas realizam a extração e repassam seu produto para que o mesmo seja refinado e moído por outro grupo que disponha das condições técnicas para tanto²⁷².

Toda essa produção visa atender tanto as demandas do mercado interno quanto externo. Nesse sentido, é preciso apontar que a forma de circulação (marítima e rodoviária) e a rota do produto depende do mercado consumidor a ser atendido. Assim, via de regra, temos que o sal a ser exportado é escoado pelo Porto Ilha de Areia Branca, de onde segue para os principais portos do mundo, com destaque para Nigéria e Estados Unidos.

No caso do mercado interno a produção potiguar atende as demandas mais diversas que tanto dizem respeito aos segmentos industriais, quanto àqueles ligados à agropecuária e ao consumo doméstico. Para uma gama variada de segmentos da indústria nacional, o sal constitui-se num de seus principais insumos com destaque, de acordo com dados do Sumário Mineral (2014), para a indústria química, farmacêutica, têxtil, petrolífera bem como para os curtumes e charqueadas, que juntos figuram entre os maiores consumidores de sal marinho no Brasil. O consumo humano e animal também apresentam altos percentuais de demanda, sobretudo o consumo animal que em função do crescimento do rebanho de gado bovino dos últimos 30 anos elevou ainda mais as demandas por sal, principalmente pelo sódio e cloro.

²⁷² Informações colhidas em entrevista concedida pelo presidente do Sindicato dos produtores salineiros do Rio Grande do Norte.

A circulação do sal no âmbito do território nacional obedece a duas formas diferentes. De acordo com Huertas (2013), para a Região Sul e Sudeste segue mais o sal refinado e o sal industrial que tanto pode ser escoado pelo transporte rodoviário de carga quanto pela navegação de cabotagem a partir do Porto Ilha. Ainda há a "Rota do Sal" que seguindo pelas BRs 405, 230 e 116 e a partir daí desdobrando-se em três itinerários, destina-se majoritariamente ao consumo animal; trata-se do sal boiadeiro que atende as fazendas de gado bovino do Centro-Oeste.

A partir da dinâmica gerada pela economia salineira se constituiu em Mossoró uma rede de estabelecimentos especializados em agenciar a circulação desse produto. Aqui tanto podemos ter empresas que atuam na produção salineira e que também se especializaram nos serviços de frete como a Refimosal e a Rodosal, quanto outros grupos, tais como as empresas transportadoras, os agentes de fretes e os atravessadores que formam frete para as diversas partes do país num intenso movimento que pode atingir mais de 500 caminhões diariamente e que levou Huertas (2013) a apontar a cidade de Mossoró como um nodal importante do transporte rodoviário de cargas do território nacional²⁷³.

Tanto do ponto de vista do processo de produção em suas várias fases, quanto do comando, constatamos que Mossoró desponta como ponto mais hierárquico do circuito salineiro. No que concerne especificamente ao volume produzido o município rivaliza com Macau a hegemonia. De acordo com dados do Sumário Mineral (2014, p. 108), Mossoró responde por 32% de toda a produção potiguar, enquanto Macau abarca 30% do total. Os demais municípios salineiros, embora apresentem produções significativas, aparecem bem distantes desses dois, sendo que Porto do Mangue produz 11%, Areia Branca 10%, Grossos 9%, Galinhos 7% e Guamaré 1% de toda a produção estadual. Se do ponto de vista dos espaços de produção constatamos uma dispersão pelos municípios que compõem a região produtora, no que concerne ao comando do circuito salineiro, a hegemonia exercida por Mossoró fica ainda mais evidente, pois a cidade concentra em seu território não apenas as sedes das principais empresas, mas também uma série de serviços auxiliares à indústria salineira. Podemos dizer que é a partir das ordens e comandos emitidos pela cidade de Mossoró que se organiza toda a rede de produção do circuito salineiro potiguar em suas diversas etapas.

²⁷³ Ainda de acordo com Huertas (2013, p. 316), muitos caminhoneiros realizando o frete-retorno "descarregam grãos, carne, milho, arroz e trigo em vários pontos do Nordeste e muitas vezes se deslocam até a cidade potiguar apenas para encher o caminhão com sal (em sacaria ou *big bags*), um frete que paga apenas o óleo diesel".

Mesmo que não instaure uma geoeconomia nos termos do circuito petrolífero, a indústria do sal ainda consegue fomentar um conjunto de atividades complementares que se implantaram na região, principalmente, em Mossoró e secundariamente em Macau com o objetivo de atender as demandas da indústria salina, sejam elas de insumos produtivos ou de serviços industriais. Se referindo especificamente a Mossoró Camila Dutra dos Santos (2010), aponta que o processo de modernização e reestruturação da economia salina ao adotar técnicas e equipamentos modernos, acabou fortalecendo uma economia urbana que fornece insumos e serviços mais sofisticados ao processo de produção da indústria salina. De modo geral essa atividade engendrou o surgimento de estabelecimentos fornecedores de insumos, como iodo e embalagens, ou ainda de atividades de serviços como as de consultoria, de análises laboratoriais com vistas a prestarem serviços de controle de qualidade aos produtores salinos²⁷⁴ e ainda no campo da pesquisa com o fomento de cursos técnicos e universitários voltados para a economia salina²⁷⁵.

São nesses termos que acreditamos que a geoeconomia gerada pela atividade salina, estabelecida nessa porção do território potiguar, constituiu uma especialização produtiva que tem na cidade de Mossoró o seu epicentro não somente do ponto de vista da produção, mas também no que concerne às principais dimensões do circuito produtivo.

A configuração territorial da porção do Rio Grande do Norte, que estamos denominando complexo salino-petrolífero, adquiriu esses contornos tanto em função dessa modernização e verticalização do circuito salino, quanto pela expansão e consolidação das atividades do circuito de petróleo e gás que foram capazes de verticalizar suas ações no estado, seja no que concerne ao processo de extração e produção ou no que diz respeito à industrialização, transporte e comercialização dos derivados do circuito.

É preciso compreender que a expansão e consolidação desse circuito petrolífero se deu em meio a uma reorganização produtiva e territorial que atingiu praticamente todas as etapas que ocorriam no território nacional e particularmente no Rio Grande do Norte. Obedecendo a eventos e normas globais a indústria petrolífera adentra numa fase em que suas ações passam a serem ritmadas pela economia mundial e pelo ideário

²⁷⁴ Há em Mossoró um Laboratório de Análise do Sal, que foi desenvolvido a partir das ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Sindicato da Indústria de Sal (SIESAL).

²⁷⁵ A este respeito consulte o trabalho de Camila Dutra dos Santos (2010).

neoliberal que impõe um novo arcabouço normativo ao funcionamento da economia petrolífera.

Esse avanço da psicoesfera neoliberal se concretizou com a adoção de um sistema normativo responsável por desregulamentar e flexibilizar o setor de petróleo e gás, retirando da Petrobras o monopólio de sua exploração. Nesse sentido, o evento mais importante ocorreu com a promulgação da Lei no 9.478/97, de 06 de agosto de 1997, que estabeleceu novos parâmetros para a indústria de petróleo e gás no Brasil. Tal sistema normativo apresentou profundas reverberações em todos os subespaços da formação socioespacial brasileira, sobretudo aquela relacionada à extração e produção de petróleo e gás. Podemos dizer que a emergência desse novo marco regulatório estabeleceu uma nova relação entre capital e território, na medida em que a referida lei pôs fim ao monopólio estatal, abrindo, assim, a possibilidade de que empresas privadas explorem a produção e extração de petróleo e gás na formação socioespacial brasileira. A normatização e regulação do território a partir de um ideário neoliberal, seguiu-se com a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão que passou a apontar as diretrizes e modo como as empresas privadas participam da exploração de petróleo e gás no território nacional.

A partir dessa nova situação as ações da Petrobras passaram a ser guiadas pela racionalidade da economia mundial e dos agentes internacionais que passam a influenciar na dinâmica da empresa que, em parte, passa a adotar o receituário de redução de custo, da elevação da competitividade e de busca por taxas de lucros sempre mais elevadas. Para todas as regiões produtoras como a polarizada por Mossoró, a repercussão geográfica desse processo se deu com a elevação das atividades terceirizadas e com o aumento no número de empresas sub-contratadas não apenas para a realização de serviços afins, mas também na própria atividade de extração e produção de petróleo e gás. Com efeito, a região de Mossoró, que desde meados dos anos 1980 já recebia empresas prestadoras de serviços, presenciou a chegada de uma série de grandes empresas multinacionais agora dedicadas à extração de petróleo e gás conforme veremos na sequência do trabalho.

No âmbito dessa nova racionalidade de uso do território imprimida pela Petrobras a partir dos anos 1990, faz-se relevante destacar que a empresa prosseguiu com a montagem dos sistemas de engenharia e sistemas técnicos necessários à realização da atividade em suas diversas etapas. Como aponta Alves (2012, p. 63), "cada etapa concernente as instâncias do circuito apresenta grande número de

equipamentos com diferentes idades e diferentes graus de tecnologias (características inerentes ao circuito espacial do petróleo)".

No caso da montagem dos sistemas técnicos necessários ao funcionamento do circuito do petróleo, é importante sublinhar que a despeito da desregulamentação com a quebra de monopólio estatal, a Petrobras avança com a montagem das estruturas necessárias para extração e circulação do produto, tanto em terra quanto no mar. A constituição dessas bases materiais produtivas no Rio Grande do Norte iniciou sua expansão nos anos 1980 e durante a década de 1990, e apesar da tentativa de sucateamento predominante nesse momento, ainda registrou avanços com a ampliação da rede de oleodutos e gasodutos. A partir dos anos 2000 registramos um maior incremento nessas infra-estruturas não apenas na parte da extração e produção de petróleo e gás, mas também com uma verticalização e densificação nas etapas de beneficiamento e industrialização desse circuito no Rio Grande do Norte.

Do ponto de vista da extração, por exemplo, é possível constatar a elevação do número de poços perfurados ao longo da bacia potiguar. Entre 2004 e 2013, o Rio Grande do Norte saiu de 2900 poços em terra para aproximadamente 3900; já a produção marinha apresentou uma elevação mais modesta, saindo de 79 para 91 poços²⁷⁶. Só nessa fase temos um formidável acréscimo de técnicas e capitais ao território, que no caso da produção em terra foi capaz de mudar a paisagem geográfica de muitos municípios do estado.

Na montagem da infraestrutura necessária ao funcionamento do circuito ainda constatamos a produção das áreas de coleta e de transferência de óleo e gás que se distribuem por pontos estratégicos do território potiguar. A partir dessas estações de transferência o produto segue por uma rede de gasodutos e oleodutos até o destino de final, que, via de regra, é uma unidade de processamento localizada junto à refinaria que irá proceder o beneficiamento do produto. Os principais pontos da rede de dutos e gasodutos que servem o território potiguar é composta pelo GASFOR (213 Km) que realiza a conexão do estado e mais especificamente de Guamaré com Aracati no estado do Ceará e desta cidade com o complexo de Pecém; o Gasoduto Nordeste (424 Km) que também partindo de Guamaré chega ao Cabo em Pernambuco, fornecendo gás para municípios dos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco; e o Gasoduto Serra Mel que realiza uma conexão entre o GASFOR e a Usina Termoeletrica

²⁷⁶ In: Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicomustíveis (2010-2012).

Jesus Soares Pereira, localizada em Alto do Rodrigues²⁷⁷. No que compete a essa usina de produção de energia elétrica, é preciso apontar que ela já é produto da racionalidade econômica e política adotada pela Petrobras após a desregulamentação do setor, pois a mesma buscou diversificar suas atividades para além das tradicionais áreas de exploração de petróleo e gás, passando, com efeito a investir, por exemplo, em termoeletricas como a do Alto do Rodrigues (RODRIGUES NETO, 2007).

A rede de sistemas técnicos do circuito de petróleo e gás no Rio Grande do Norte se completa com o Pólo Industrial de Guamaré, concebido com o objetivo de processar e beneficiar a produção estadual de petróleo e gás dos campos terrestres e marítimos. Iniciado ainda nos anos 1980 esse complexo verticalizou suas atividades no transcorrer dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, quando foi oficialmente constituída a Refinaria Clara Camarão, e passou-se a produzir derivados de petróleo. Assim, o complexo passou a albergar importantes etapas da produção petrolífera potiguar, como a estação de tratamento e processamento de petróleo com capacidade de processamento de mais de 100 mil barris diários; a Estação de Compressores de gás natural com capacidade de mais 2.200.000 m³ diários. Além dessas funções o complexo ainda apresenta a Unidade de Processamento de Gás Natural, responsável pela produção de gás de cozinha (GLP), gás industrial e gás natural veicular (GNV), e a Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos destinada a produção de diesel, querosene de aviação (QAV), gasolina automotiva e óleo combustível²⁷⁸. Aqui fazemos apenas uma observação de que a dispersão geográfica das jazidas de petróleo que não obedece a lógica das grandes aglomerações industriais e urbanas do país, acabou influenciando na constituição de estruturas produtivas de beneficiamento e industrialização em regiões que não tem uma tradição em atividades com essa densidade de capitais e técnicas.

O complexo industrial de Guamaré, ou mais especificamente a Refinaria Clara Camarão, foi incorporando funções produtivas a partir de 2009 com a produção de óleo diesel e querosene de aviação, tendo ampliado suas ações em 2010 com o início da produção de Gasolina A, e, em 2012, com óleo combustível (Tabela 12). Desde o início dessa expansão industrial que o complexo vem elevando sua produção, sobretudo, com o óleo combustível que logo assumiu o posto de principal derivado de petróleo produzido no estado.

²⁷⁷ Informações disponíveis nos sites da Petrobras, <http://www.petrobras.com.br/> e da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, <http://www.abegas.org.br/>.

²⁷⁸ In: Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (2009-2012).

Produção de derivados de petróleo do Rio Grande do Norte em (m³)							
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasolina A	0	78.028	290.350	389.201	466.361	501.643	578.797
Óleo combustível	0	0	0	13.891	322.263	1.353.088	1.232.865
Óleo diesel	454.421	573.977	583.422	649.116	603.277	479.977	249.686
Querosene de aviação	87.356	119.756	128.040	120.342	122.670	112.770	112.493

Tabela 12: Produção de derivados de petróleo do Rio Grande do Norte em (m³).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (2009-2015).

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo na montagem desse Pólo Industrial de Guamaré já foram investidos pela Petrobras mais de US\$ 1,65 bilhão, o que elevou as funções produtivas desse complexo e o tornou o ponto mais nevrálgico do circuito de produção de petróleo e gás no Rio Grande do Norte, pois além de centralizar a maior parte da produção estadual, ele também industrializa e distribui uma série de produtos não somente para todo o estado, como também para outros entes federativos como Ceará, Paraíba e Pernambuco que podem receber gasolina automotiva, gás de cozinha ou gás industrial, por exemplo.

Para abastecer todo esse complexo industrial, a extração de petróleo e gás no território potiguar, mesmo registrando uma redução em seu volume nos últimos anos, manteve-se elevada. Entre 1991 e 1999 a produção de petróleo apresentou um quadro expansivo, quando passou de mais de 26 milhões de barris no começo da década até atingir uma produção superior a 34 milhões de barris já em fins dos anos 1990. No entanto, já a partir dos anos seguintes a produção começou paulatinamente a regredir até atingir níveis inferiores aos primórdios dos anos 1990, com a produção estadual passando a girar em torno dos 21 milhões de barris. Esse mesmo movimento de expansão e retração foi registrado também na extração de gás que se manteve elevada até meados dos anos 2000, quando se registrou uma produção de mais 1.3 bilhões de m³, e na sequência apresentou um recuo retornando a um patamar inferior ao início dos anos 1990 com uma produção de aproximadamente 530 milhões de m³ (Gráfico 52 e 53). Mesmo diante dessa situação de retração na produção o território norte-rio-grandense e mais especificamente a região satelizada por Mossoró se manteve entre os pontos mais hierárquicos da estrutura do circuito espacial de produção de petróleo e gás da formação socioespacial brasileira.

Gráfico 52: Produção de petróleo no Rio Grande do Norte (1991-2013).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (BRASIL, 2009-2013).

Gráfico 53: Produção de gás natural no Rio Grande do Norte (1991-2013).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (BRASIL, 2009-2013).

Esse declínio constante da produção petrolífera norte-rio-grandense traz à tona uma situação que envolve questões de ordem geológicas e político-econômicas, que acabam se imbricando e determinando os rumos desse circuito no território potiguar. Assim, constatamos que se, por um lado, essa redução é produto do amadurecimento de muitos campos da bacia potiguar que atingiram um nível em que é preciso maiores inversões de capitais com a aplicação de técnicas e métodos científicos sofisticados, como a injeção de gás nos poços que possibilita recuperação e a extração de camadas de

petróleo que sem tais processos possivelmente não seriam aproveitados²⁷⁹, por outro lado essa situação de declínio e o não re-investimento maciço na recuperação desses campos já pode refletir, em certa medida, a nova geografia do petróleo que se desenhou no país a partir da descoberta da camada do Pré-Sal. Tal situação vem influenciando nos últimos anos a Petrobras a direcionar ou a realocar parte de suas ações e investimentos para essa área de produção que apresenta perspectivas produtivas imensamente superiores. Aqui o movimento da divisão territorial do trabalho do circuito comandado pela Petrobras está fazendo o seu jogo e seguindo a lógica produtiva dos grandes capitais que tendem a descartar certos subespaços quando os mesmo não mais apresentam grandes margens de lucros²⁸⁰. Resta saber até onde vai e que sentido tomará essa política de re-orientação de investimentos da Petrobras e em que medida ela afetará a dinâmica econômica da região que já figurou como segunda maior produtora de petróleo (em terra e mar) da formação socioespacial brasileira.

Ainda no âmbito da extração de petróleo e gás é fundamental apontar que a partir de 1999 este processo passou a ser realizado não apenas pela Petrobras, mas também por empresas privadas de capitais nacionais e multinacionais que iniciaram suas atuações após a desregulamentação e realização do primeiro leilão de concessão de blocos de exploração em terra e no mar, seja a partir da atuação exclusiva de uma empresa ou pela formação de consórcios. A partir desse momento começam a aportar no Rio Grande Norte uma série de grupos que constituem uma nova rede de ações na região produtora. Para termos uma idéia da expansão do capital privado na extração de petróleo na bacia potiguar, que também abrange porções do estado cearense, entre 1999 e 2015, de acordo com Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis²⁸¹, foram concedidos mais 60 blocos para exploração por parte de empresas privadas, que podem atuarem sozinhas ou em parceria com a própria Petrobras. Configurara-se nessa situação uma curiosa e conflituosa cooperação produtiva entre a Petrobras e empresas concorrentes. Poderosos grupos nacionais como OGX Petróleo, ou internacionais como Exxon Mobil, estão entre as empresas que passaram a atuar na etapa da extração de petróleo e gás no Rio Grande do Norte.

²⁷⁹ Consulte a este respeito o trabalho de Siqueira e Santos (2008), intitulado "Os campos maduros de petróleo e o desenvolvimento regional: o caso do Nordeste brasileiro".

²⁸⁰ De acordo com entrevista do Presidente do Sindicato dos Petroleiros no Rio Grande do Norte, a Petrobras vem paulatinamente diminuindo os seus investimentos em alguns campos da Bacia Potiguar e direcionando-os em parte para as áreas do Pré-Sal.

²⁸¹ Informação obtida a partir da análise das licitações de blocos entre os anos 2000-2015.

A rede de produção de petróleo e gás no Rio Grande do Norte, apresenta poços em terra e no mar distribuídos por um conjunto de municípios que recebem em seus domínios uma série de objetos técnicos destinados a realizarem essa extração. Toda a região produtora abrange 17 municípios que adentram na rede de fluxos de capitais, técnicas e informações que constituem o circuito petrolífero.

A intensa dinâmica provocada pela indústria petrolífera acaba transformando radicalmente muitas cidades que passam a albergar etapas de seu processo produtivo ou que simplesmente recebem royalties por terem em seus domínios algum poço em atividade. Somente os fluxos de capitais produzidos pela Petrobras via pagamento de royalties aos municípios ou por meio do pagamento aos proprietários de terra pela produção já cria uma massa de dinheiro que passa a circular em centro urbanos que muitas vezes não apresentam nenhuma outra fonte de dinamização de suas economias. Entre 2004 e 2013 os valores pagos em royalties mais do que dobraram para os municípios potiguares, uma vez que as cifras saíram de 112 milhões para mais de 238 milhões (Gráfico 54). Quando tomamos o valor pago aos proprietários de terras, constatamos que o estado recebeu mais de 145 milhões, o maior valor pago pela Petrobras dentre todos os entes da união.

Gráfico 54: Royalties pagos pela Petrobras a municípios do Rio Grande do Norte (2004-2013).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (BRASIL, 2009-2015).

Somente essas cifras já revelam a dimensão do impacto dessa indústria para a dinâmica regional nessa porção do território potiguar, e isso não apenas pela magnitude

do empreendimento, mas também pela realidade de vazios econômicos encontrada em muitas cidades, conforme já pontuado. Mesmo no caso de municipalidades que incorporaram outras camadas de divisão territorial do trabalho, como Mossoró, Macau e Areia Branca, por exemplo, esse peso ainda é de proporções incalculáveis, dado que a massa de trabalhadores, de capitais e de empresas de diversas dimensões que passam circular por essas cidades cria muitas outras reverberações para a geoeconomia regional.

Nesse sentido, ainda é preciso pontuar que a existência desse complexo petrolífero também engendra uma densa rede de complementaridades produtivas em vários municípios da região, com destaque para Macau, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Guamaré, e sobretudo, Mossoró que se converteu numa centralidade regional para a produção e gestão do circuito de petróleo e gás. São essas atividades que envolvendo, por exemplo, a produção científica, a construção civil, as redes de hotéis e comércios e uma gama diversa de serviços produtivos, não apenas incrementam a dinâmica regional, como também garantem a formação de uma especialização produtiva nesse circuito, na medida em que passamos a ter numa porção do território um leque variado de atividades e serviços que, em última instância, estão relacionados a uma divisão territorial do trabalho, nesse caso aquela guiada pelo circuito do petróleo e gás.

Essa dinâmica regional apresentada pela geoeconomia petrolífera foi captada pelos trabalhos de Alves (2012), Rocha (2013), e sobretudo, por Santos (2010), que analisa o consumo produtivo engendrado pelo circuito de petróleo e gás na cidade de Mossoró. As solidariedades criadas no âmbito do circuito petrolífero abrange um leque diverso de atividades que podem ser expressas inicialmente por serviços produtivos como àqueles relacionados à construção civil, no qual temos partes fundamentais dessa indústria petrolífera como a montagem das estruturas metálica e de concreto, a eletrificação de poços e a produção de tanques para armazenamento de petróleo, por exemplo, sendo fornecidos por empresas que se especializaram exclusivamente em atenderem as demandas específicas da Petrobras. Um outro momento desse circuito que também engendra uma série de atividades é a fase da extração do petróleo, dado que é preciso não somente uma série de insumos, como também demanda-se serviços que englobam sondagem, testes hidrostáticos de linhas de poços, cimentação de poços e a construção dos oleodutos e gasodutos. Ainda poderíamos citar vários serviços que estão relacionados à extração, à fabricação de componentes ou à manutenção de todo esse complexo produtivo, mas apenas preferimos reforçar que para a realização de qualquer

etapa desse circuito há um conjunto inmensurável de fornecedores de serviços e insumos, sem os quais a atividade fim não se concretiza.

As demandas por insumos também movimentam a economia regional e fortalecem esse complexo constituído nessa porção do território potiguar. De modo geral criam-se complementaridades a partir do fornecimento dos mais variados produtos que obedecem a uma hierarquia que dependem da sua especificidade, da densidade tecnológica e de capitais da demanda, de modo que alguns produtos ou insumos ainda são importados ou provêm de outras regiões do país, como a Sudeste, enquanto outros são fornecidos por uma grande variedade de empresas localizadas na região. Mesmo apresentando demandas que movimentam cidades como Macau e Alto do Rodrigues, por exemplo, é no comércio de Mossoró que se efetuam as principais compras da Petrobras, pois se localiza nessa cidade o centro de gestão das atividades comerciais da empresa. As compras da Petrobras na região envolvem uma diversidade de insumos e produtos como peças em geral, materiais de informática, elétricos, hidráulicos, ferramentas, ferragens e até automóveis que de modo geral são atendidas por algumas das mais de 3 mil empresas constantes na lista de fornecedores da empresa (DUTRA, 2010).

Para o atendimento de todas essas demandas, sejam elas de insumos ou serviços produtivos, aportaram em Macau, Areia Branca, Guamaré, Alto do Rodrigues, e principalmente, em Mossoró empresas de diversas partes do mundo, bem como as nacionais já especializadas na economia petroleira ou ainda as de capitais regionais que conseguem se inserirem em alguma etapa que não demanda maiores incorporações de capitais. De modo que podemos claramente constatar aqui uma divisão territorial do trabalho, que vai depender da complexidade tecnológica e do nível de incorporação de capitais requeridos pela atividade ou insumo desejado pela Petrobras. Assim no topo dessa hierarquia temos, por exemplo, as grandes empresas mundiais do setor de petróleo como Halliburton, Schlumberger e Weatherford, que após anos de desenvolvimento e incorporação técnico científica, se especializaram nos serviços com maiores densidades de conteúdos tecnológicos. A presença das grandes empresas nacionais especializadas na economia petroleira é marcada pela atuação nos setores de construção civil pesada e os principais nomes são Queiroz Galvão e UTC Engenharia, por exemplo. Já no que toca aos serviços prestados por empresas de capitais regionais, constatamos que elas se voltam para atender atividades que, via de regra, são deixadas de lado pelas grandes

empresas, sendo que os serviços e produtos ofertados vão desde ferramentas e material elétrico até roupas específicas para os trabalhadores.

A expansão desse circuito petrolífero no território potiguar, devido a enorme quantidade de trabalho qualificado e tecnicificado que exige em várias de suas etapas, também engendrou o surgimento de um conjunto de atividades não materiais, isto é, de círculos de cooperação que funcionam como atividades suportes para a realização desse circuito produtivo. Como aponta Santos (1994a), o período histórico atual exige uma população mais letrada e apta ao desenvolvimento de tarefas ricas em conteúdos técnicos e científicos, pois estes passam cada vez mais a permearem as atividades humanas. São essas demandas da atividade e do próprio período que impulsionaram na região a constituição de círculos de cooperação relacionados às instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas.

Nesse sentido, constatamos que se dissemina pelos municípios da região produtora uma série de cursos técnicos e superiores com foco na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho do setor de petróleo e gás. No âmbito dessas instituições há uma grande variedade de cursos em todos os níveis de qualificação que direta ou indiretamente buscam atender ou focar em alguma especialidade da indústria do petróleo e gás. Assim, tanto constituiu-se cursos e instituições mais voltadas para áreas técnicas e tecnológicas, como os do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFRN), quanto também aqueles voltados para um trabalho mais qualificado que tem suas demandas atendidas pelas faculdades e universidades, públicas e privadas que também se disseminam pela região. Exemplos nessa direção são os cursos ofertados pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFRN), pela Universidade Potiguar (UNP) ou Faculdade Mater Christ. Em geral essas instituições direcionam parte de suas atividades a oferta de cursos como Química, Engenharia do Petróleo, Petróleo e Gás, ou mesmo informática, modalidade também muito exigida nessa indústria (SANTOS, 2010; ALVES, 2012).

O rol de atividades engendradas pelo circuito petrolífero se completa com a expansão de serviços relacionados às redes de hotéis, pousadas e restaurantes que surgiram em diversas cidades da região a partir das demandas criadas pelos fluxos semanais e diários de trabalhadores que de alguma forma se conectam as atividades da

Petrobras ou de alguma de suas sub-contratadas. De acordo com dados da JUCERN (2016), é possível dizer que o número desses estabelecimentos cresceu exponencialmente em todos os municípios que apresentam ligações com o circuito petrolífero, sobretudo, a partir dos anos 2000, quando se intensificaram as ações das empresas, seja na expansão das infra-estruturas fixas ou pelo próprio processo de extração. A título de exemplificação tomamos aqui algumas cidades como Macau, na qual foram criados 10 hotéis e pousadas e mais de 150 estabelecimentos de alimentação; Alto do Rodrigues, onde os números são igualmente impressionantes, pois foram criados mais de 20 hotéis e pousadas e aproximadamente 30 estabelecimentos de alimentação e Guamaré que experimentou uma expansão de mais de 15 hotéis e pousadas e aproximadamente 60 estabelecimentos de alimentação.

Em sua totalidade o circuito do petróleo acaba movimentando uma economia de proporções incalculáveis, que é um pouco evidenciada pelo número de estabelecimentos e pela quantidade de setores da economia que a ele se relaciona. Acreditamos que há em toda a região produtora aproximadamente 5 mil estabelecimentos que tem nas suas atividades uma ligação direta ou indireta com as demandas e necessidades do circuito do petróleo e gás²⁸². Daí entendermos que a expansão do circuito petrolífero numa dada porção do espaço não deve ser concebida como simples extração de petróleo, pois ela engendra encadeamentos de grandes proporções, podendo, com efeito, ser uma peça importante de uma política regional que seja capaz de ativar muitos outros circuitos produtivos.

Como procuramos evidenciar, a formação desse complexo petrolífero-salineiro e de uma especialização produtiva em torno dessas atividades, acabou transformando radicalmente essa porção do território potiguar, pois ocorreu uma intensificação da divisão territorial do trabalho que permitiu a formação de uma economia de aglomeração com o surgimento de outros circuitos produtivos ou atividades auxiliares que se assentam na região com o intuito de fornecerem insumos ou serviços industriais para as principais empresas vinculadas a uma das etapas da extração, beneficiamento, industrialização ou até a circulação da indústria salineira ou petrolífera. Criou-se, efetivamente uma dinâmica regional, na qual o motor principal passou a ser esses circuitos produtivos ou as atividades a eles relacionadas.

²⁸² Na realidade, trata-se de uma estimativa a partir dos dados arrolados por Santos (2010), que teve acesso a lista de empresas fornecedoras da Petrobras, dos dados da Federação da Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), de dados da Junta Comercial do Rio Grande do Norte (JUCERN) e por meio de entrevista com o presidente do sindicato do petroleiros no estado.

CAPÍTULO 9: NEM SÓ DE VERTICALIDADES VIVE O TERRITÓRIO: O PAPEL DA INDÚSTRIA REGIONAL NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO POTIGUAR

A dinâmica geoeconômica do Rio Grande do Norte exposta até esse momento revela uma forma de funcionamento da economia e do território em que as ações dos agentes sociais ocorrem de acordo com uma racionalidade global. Participam desse processo, dando forma e conteúdo, não apenas as empresas ditas multinacionais, mas também um conjunto diversificado de empresas nacionais e regionais, que estão a todo momento tentando intensificar a incorporação da racionalidade da globalização em suas atividades produtivas. Seja por meio de normas, conteúdos ou sistemas técnicos, que na sua essência são tributários de processos verticais, essas empresas anseiam adquirir funcionalizações típicas de um acontecer global.

Contudo, a dialética socioespacial exprime a todo momento que o território é constituído por um "rendilhado" de divisões do trabalho, como comprovam não apenas as reflexões de Santos e Silveira (2005), mas também os contribuições de Montenegro (2012), quando analisa a dinâmica dos dois circuitos da economia urbana nas metrópoles do Brasil, ou ainda com Silva (2012), ao nos evidenciar as relações conflituosas, mas complementares existentes no seio do circuito espacial de produção de confecções e do vestuário na Metrópole de São Paulo.

Desse modo, haveria nos interstícios dos espaços dominados por verticalidades ou ainda naqueles que foram renegados pela lógica de produção global e seletiva, um conjunto de pontos ou manchas em que a produção da vida social obedece a uma outra racionalidade econômica, na qual a contigüidade territorial é o fundamento da existência de circuitos produtivos. Trata-se também do que foi constatado por Glon e Pecqueur (2006), que analisando o desenvolvimento territorial do período atual, apontam que a proximidade geográfica ou institucional está criando relações estruturais entre os agentes sociais, a economia e o território, muito mais ancoradas no domínio local e regional do processo de produção.

São nessas formas de organização da produção e da vida social que Milton Santos (1996), denominou de horizontalidades, que nos deteremos doravante. Para esse autor os usos do território não se exprimem apenas pelas modernizações das verticalidades, mas também pelas permanências, pelas rugosidades ou ainda pela obsolescência técnica existente nos espaços de produção mais regidos pelas

horizontalidades. Com efeito, na dinâmica dos territórios no período da globalização ao mesmo tempo em que temos os espaços descontínuos e "formados por pontos distantes uns dos outros", da racionalidade hegemônica (SANTOS, 1994b, p. 16), isto é, os espaços das verticalidades, também existem os espaços das horizontalidades em que prevalecem os domínios da contigüidade territorial e de uma produção mais comandada local e regionalmente (SANTOS, 1996).

Cabe assinalar que nesses processos de produção mais horizontais e conectados com demandas regionais os conflitos entre grupos e agentes sociais não estão ausentes. Ao contrário, eles se exprimem em praticamente todas as produções analisadas e podem se dar tanto em função de disputas de poder entre os agentes do próprio circuito produtivo, como também com os poderes públicos que, muitas vezes, tentam implementar normatizações sem a efetiva participação das coletividades envolvidas.

Funcionando de maneira solidária e conflitiva em relação às verticalidades, as formas de produção guiadas pelas horizontalidades fomentam divisões territoriais do trabalho que se sobrepondo no espaço geográfico norte-rio-grandense, ajudam na diferenciação regional de sua geoeconomia. Encontramos as expressões de formas de produção mais aderentes a uma acontecer homólogo em diversos subespaços do território potiguar. Aqui nos deteremos mais especificamente em alguns circuitos relacionados a agro-indústria alimentar com as produções de queijos, manteiga, rapadura, farinha de mandioca e castanha de caju; e na indústria têxtil e de confecção, mais especificamente aquela direcionada a produção de bonés, toalhas de prato e redes de dormir.

9.1 Acontecer homólogo e a consolidação da indústria alimentar

Nos sub-espacos do território potiguar em que a produção também é regida por um acontecer homólogo, podemos distinguir múltiplas configurações territoriais seja do ponto de vista dos circuitos que abarcam e dos mercados que atendem, ou ainda pela coexistência de uma diversidade de modernizações, normas ou objetos técnicos que de modo geral compõem o caleidoscópio dessas formas de produção. Uma das maiores diversificações produtivas é dada pelo circuito de alimentos que fundamentado numa pequena produção constitui a principal fonte de dinamização econômica de muitos municípios do território estadual.

A indústria artesanal de laticínios constituída em torno de um acontecer homólogo regional é um primeiro exemplo desse diversificado e disperso circuito agroindustrial alimentar. Como já pontuamos anteriormente, essa indústria artesanal foi historicamente edificada e disseminada nas porções mais interioranas do território norte-rio-grandense graças a um conjunto de parâmetros técnicos e normativos amplamente ancorados na tradição alimentar e sociocultural das populações do sertão.

Embora existam alguns laticínios que lograram um intenso processo de modernização técnico-científica tanto por meio da incorporação de objetos técnicos em todas as fases da produção, quanto de novos conteúdos normativos, principalmente, no que concerne aos parâmetros de higiene sanitária, o que ainda predomina, entretanto, é uma atividade artesanal realizada por pequenos produtores que dispõem de poucos capitais e de objetos técnicos tornados obsoletos.

Mesmo a partir de uma pequena produção pode-se identificar um dinamismo regional nessa indústria artesanal que é essencial não somente para aqueles municípios com ausência ou escassez de outras atividades econômicas, mas também para vários outros compartimentos do território estadual em que a atividade leiteira se desenvolve. Esta situação deve-se ao fato de que a maior parte da produção leiteira estadual não é beneficiada nos grandes laticínios ou ainda nas queijeiras industrializadas existentes no território potiguar. De acordo com dados do SEBRAE (2015)²⁸³, apenas algo entre 22% e 25% da produção estadual de leite é escoada para os estabelecimentos industriais com maiores densidades de técnicas e capitais, de forma que o maior volume da produção é,

²⁸³ In: Projeto Leite e Genética do SEBRAE/RN (SEBRAE, 2015).

em parte absorvido, pelas queijeiras artesanais que se encontram em todas as regiões do estado.

Com isso, esses estabelecimentos artesanais acabam absorvendo a produção de milhares de pequenos produtores leiteiros que, em muitos casos, não conseguem ou não desejam se inserir nos circuitos dos grandes laticínios²⁸⁴ ou das cooperativas existentes no estado. De forma geral, a produção leiteira estadual que é canalizada para os estabelecimentos artesanais destina-se tanto às produções de queijos de manteiga e coalho, como também as de manteiga de garrafa e de nata. A maior parte da produção ainda destina-se ao queijo de manteiga que pode abarcar até 70% de todo volume produzido, na sequência aparece o queijo de coalho com 21%, a manteiga de garrafa com 6% e a nata com 4%, da produção (Gráfico 55).

Gráfico 55: Produção da indústria artesanal de laticínios do Rio Grande do Norte em 2015.
Fonte: SEBRAE (2015).

Mesmo disseminada por todo o território estadual, a produção artesanal de laticínios apresenta uma elevada concentração nos municípios da Região Seridó e naqueles que estão nos seus limites, como os que compõem a Serra de Santana. Dos 450 estabelecimentos em funcionamento no estado, aproximadamente 250 unidades encontram-se nessa área. Os dados produtivos revelam a dinâmica dessa região produtiva, pois ela pode beneficiar diariamente algo entre 50 mil e 100 mil litros de

²⁸⁴ Estudo realizado pelo governo estadual em parceria com a UFRN constatou que muitos pequenos produtores inseridos no programa do leite estavam insatisfeitos com o "arranjo institucional adotado que privilegia as usinas, que recebem R\$ 1,15 por litro, enquanto os produtores que entregam o produto aos intermediários ficam com apenas R\$ 0,50 por litro de leite" (APOLINÁRIO, 2012, p. 94).

leite, para uma produção que rendeu, em 2014, mais de 300 mil quilos de queijo e 22 mil litros de manteiga de garrafa, com destaque para os municípios de Caicó, Cruzeta, Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas que concentram as maiores produções.

A maior parte dessa produção destina-se ao abastecimento do mercado regional e, em alguns casos, ainda abastece os mercados da Região Metropolitana de Natal, de Mossoró e de cidades da fronteira do estado da Paraíba com o Rio Grande do Norte. A distribuição da produção é realizada tanto diretamente em feiras semanais ou com pequenos comerciantes, quanto por meio de atravessadores que adquirem a produção a um baixo valor, para depois revendê-la auferindo taxas de lucro elevadas. A submissão dos pequenos produtores à figura do atravessador dar-se não apenas pela facilidade de colocar a produção em movimento em um espaço mais estendido, mas também porque esses produtores não se encontram plenamente adequados às exigências da vigilância sanitária principalmente no que concerne aos aspectos técnicos e normativos da produção. Esta situação acaba por tornar-se um impeditivo à circulação da produção, principalmente, porque as grandes e médias redes de supermercados somente comercializam produtos que apresentam os selos emitidos pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE), que não são encontrados na maior parte dessas indústrias artesanais. Nesse sentido, podemos dizer que os conteúdos normativos do território tanto podem acelerar a circulação, quanto também podem torná-la mais viscosa.

Aqui claramente desenha-se uma situação na qual os pequenos produtores norte-rio-grandenses para serem mais eficazes são impelidos a se adequarem a uma situação técnica e normativa que regula o acesso aos mercados igualmente normatizados. A questão é que muitos pequenos produtores ou não tem condições financeiras para se adequarem a essas formas de produção eivadas de conteúdos técnicos e científicos, ou simplesmente não estão interessados em tais adequações simplesmente porque desejam manter suas produções artesanais com bases princípios tradicionais herdados historicamente.

Algumas comunidades encontraram a solução para essa situação a partir da constituição de cooperativas ou associações que reunindo diversos pequenos produtores, conseguiram diluir os custos financeiros da incorporação dos parâmetros tecnológicos e normativos exigidos pelos órgãos de fiscalização. Este foi o caso dos pequenos produtores do município de Serra Negra do Norte, que formaram a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Boa Vista e constituíram uma

queijaria comunitária dentro dos padrões normativos e técnicos para realizar a produção de toda a comunidade. Aqui claramente se manifesta uma produção normativa a partir de um acontecer homólogo, expresso na forma de pacto entre os agentes dessa indústria artesanal que mesmo com projetos diferentes realizam um trabalho coletivo.

O acontecer homólogo também dá conteúdo a essa indústria artesanal a partir da participação de grupos de pequenos produtores ou de associações em eventos realizados pelos poderes federais e estaduais como, por exemplo, o Seminário de IG, organizado pela Superintendência Federal de Agricultura do Rio Grande do Norte (SFA-RN), que contou com a participação de diversos órgãos e entidades relacionadas à produção de laticínios e de queijos artesanais. A participação nessas feiras garante não apenas uma maior visibilidade do produto junto aos outros mercados regionais e até ao mercado nacional, mas também garante a possibilidade de incorporar algumas técnicas produtivas que podem elevar a produtividade espacial dessa indústria e criar diferenciações para os produtos apresentados.

Uma dinâmica territorial mais fundada em um acontecer homólogo também pode ser encontrada no circuito espacial de produção da rapadura. Como já evidenciamos ao longo do presente trabalho, a indústria artesanal de rapadura constitui-se como uma camada marginal da divisão territorial do trabalho do circuito açucareiro. Sua expansão no território potiguar ocorre, inicialmente, para as porções mais ao agreste do estado até se disseminar por todas as suas regiões, atingindo, inclusive, a Região Oeste, onde atualmente se concentra o maior número de estabelecimentos do Rio Grande do Norte.

Se no passado esse circuito se encontrava mais disperso pelo território estadual, na atualidade diante do fechamento de vários estabelecimentos, constatamos que as unidades sobreviventes tendem a se concentrarem em alguns pontos específicos do Rio Grande do Norte. Enquanto parte desses engenhos se localiza na Região Leste Potiguar, que apresenta larga tradição na indústria canavieira, a maior densidade de estabelecimentos de produção de rapadura é encontrada no Alto Oeste. A topologia espacial da produção canavieira além de revelar a existência de uma região produtiva na porção leste do território potiguar que, em sua maior parte, é destinada às grandes usinas de álcool e açúcar, ficando os engenhos de produção de rapadura apenas com uma parte residual da produção; também evidencia uma produção de cana-de-açúcar em vários municípios do Alto Oeste Potiguar. Diferentemente do que se verifica na porção leste, constatamos que essa atividade ocorre em pequenas propriedades com área inferior a 10

hectares e que destina a quase totalidade da sua produção ao abastecimento da indústria da rapadura, seja por meio de uma produção dos próprios engenhos ou adquirida de terceiros.

Mapa 36: Produção de cana de açúcar no Rio Grande do Norte - 2015.

Fonte: SIDRA-IBGE (BRASIL, 2015).

Mesmo sendo uma atividade que apresenta certo dinamismo para a economia de alguns municípios do estado, constatamos que nos últimos anos a produção de rapadura vem sistematicamente sendo reduzida (Gráfico 56). Esta situação se expressa não somente pelo arrefecimento no número de estabelecimentos produtores, que entre 1996 e 2006, passou de 670 para apenas 125 unidades, mas também pela redução de sua produção que saiu de 2400 toneladas, em 1996, para aproximadamente 750 toneladas, em 2006, conforme revelam os dados do Censo Agropecuário do IBGE (BRASIL, 1996; 2006), expostos no gráfico seguinte.

Gráfico 56: Estabelecimentos e produção de rapadura no Rio Grande do Norte.
Fonte: Censo Agropecuário Brasileiro (BRASIL, 1996; 2006)

Essa redução na produção de rapadura ao longo dos últimos 25 anos não apenas no Rio Grande do Norte, mas em todos os estados da Região Nordeste, apresenta estreita relação com a difusão de novas formas de consumo próprias do período da globalização. Como aponta Garcia (2003), o processo de globalização proporcionou uma aguda transformação na indústria de alimentos e nos hábitos alimentares da população brasileira através da difusão de novos produtos que a cada ano deslocam produtos regionais dos mercados de alimentos, como a rapadura que vem perdendo espaço para uma variedade de doces artificiais que predominam nas gôndolas dos principais supermercados e mercadinhos do estado.

Diante de um cenário de constante encurtamento do mercado consumidor, a existência de um circuito da rapadura deve-se às ações de pequenos produtores, de agentes da agricultura familiar e de associações de produtores que ainda persistem com suas produções em alguns municípios da Zona Leste e, sobretudo, nas porções mais interioranas do Rio Grande do Norte. Apesar da redução na produção ao longo dos últimos anos ainda registrou-se em 2015 um volume de 700 toneladas que se concentra em boa medida na Região Oeste, com destaque para o município de Luis Gomes que atualmente é um dos maiores produtores do estado.

Todo o processo de produção ainda se realiza como nos antigos engenhos com a utilização de obsoletos sistemas técnicos de produção, de forma que praticamente inexistente uma difusão de inovações para a maior parte dos estabelecimentos do estado. Excetuando-se poucos engenhos da Região Leste que apresentam uma incorporação um

pouco mais elevada de capitais, como o Japacanga e o Gascana, por exemplo, que introduziram alguma modernização no processo de produção com uma diversificação dos formatos, das embalagens e de sabores com rapaduras de caju, coco e leite, a maioria dos estabelecimentos, sobretudo aqueles localizados na Região Oeste, ainda continua a produzir rapadura tradicional em tabletes de 400g e 500g.

Além da obsolescência tecnológica, constatamos que a produção de rapadura ainda se restringe, na maioria dos estabelecimentos, a um período que compreende os meses de março a agosto, quando adentramos na fase de corte da cana-de-açúcar e se inicia o processo de produção. No Rio Grande do Norte alguns engenhos com maior capacidade produtiva ainda conseguem estocar parte da rapadura para comercializá-la no período de safra e entressafra, quando os preços da iguaria se elevam no mercado e os produtores podem auferir maiores lucros, mesmo ficando, em muitos casos, na dependência de intermediários para realizar a distribuição.

Aliás, eis outro circuito produtivo que tem sua circulação muito atrelada à figura do atravessador ou do atacadista regional, que de maneira geral adquirem grandes lotes de produção junto aos pequenos engenhos, para em seguida efetuarem sua distribuição no próprio território potiguar e em algumas porções de estados vizinhos. A partir das ações desses agentes a rapadura atinge dois mercados distintos que se encontram na Região Metropolitana de Natal e nas regiões mais interioranas do estado. Enquanto o atravessador tem uma rede de distribuição mais formada por pequenos comerciantes do interior e ainda por feirantes do Rio Grande do Norte e de outros estados, o atacadista constituiu uma rede bem mais densa e concentrada na Região Metropolitana de Natal e em Mossoró, pois consegue entregar o seu produto nas grandes redes de supermercados do Rio Grande do Norte.

No seio de um circuito produtivo dominado por grandes empresas exportadoras se constituiu uma densa rede de pequenos produtores que deram uma nova funcionalidade a uma divisão territorial do trabalho hegemônica em pró dos interesses de sua coletividade. Referimo-nos aqui ao circuito da castanha de caju, mais especificamente aquela dimensão em que o processo de beneficiamento e industrialização da produção é realizado por uma rede de cooperativas e de associações que desenhadas por um acontecer homólogo, reúne pequenos produtores no Agreste potiguar e, sobretudo, na Região Oeste, onde se concentra a maior parte da produção estadual.

O circuito produtivo do caju se insere de modo mais intenso na dinâmica territorial do Rio Grande do Norte a partir do final dos anos 1980 e início da década de 1990, quando passa a figurar entre os principais produtos exportáveis do estado. Nesse ínterim, se inicia uma modernização técnico-científica não apenas na produção do caju através do "uso de biotecnologia, no desenvolvimento de novas variedades de cajueiro que possibilitam maior produtividade" (LOCATEL; LIMA, 2016, p. 51), mas também no que compete ao beneficiamento e industrialização do produto com a participação de grandes empreendimentos, como a Usibras e a Aficel.

É nesse momento de maior avanço e tecnicificação do circuito que registramos as primeiras ações no sentido de organizar pequenos produtores a partir de cooperativas com o objetivo de racionalizar e dinamizar as etapas da produção, do beneficiamento e da comercialização de castanha de caju a partir da matéria-prima fornecida por cooperados e associados. Uma das primeiras e mais importantes cooperativas do estado para esse segmento produtivo foi Cooperativa dos Beneficiários Artesanais de Castanha de Caju (COOPERCAJU), localizada no município de Serra do Mel, o principal produtor do Rio Grande do Norte. Além de garantir uma estrutura de beneficiamento aos pequenos produtores, as ações da cooperativa voltaram-se, primordialmente, para a etapa da circulação do produto, sobretudo, no que toca à logística e à abertura de novos canais de distribuição.

Ao longo dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000 as cooperativas se expandem nas principais regiões produtivas do território potiguar como a forma predominante de organização da produção e, principalmente, beneficiamento da castanha de caju para os pequenos produtores. Unidas essas cooperativas passaram a centralizar os fluxos de castanha de caju de milhares de produtores em todo o Rio Grande do Norte e a realizarem o beneficiamento do produto antes de destiná-lo ao mercado nacional ou aos mercados globais, uma vez que a maior parte da produção é destinada a exportação.

As cooperativas surgidas desse acontecer homólogo ampliaram suas ações e as suas possibilidades de participarem de uma divisão territorial do trabalho mais comandada por grandes empresas, a partir de uma trama de novas solidariedades orgânicas envolvendo Banco do Brasil e sua fundação, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn), Emater/RN, Sebrae, Incra e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que atuaram no sentido de viabilizar a produção de dez mini-fábricas de processamento e beneficiamento de castanha de caju

nas principais regiões produtivas do estado. Além da constituição dessa estrutura de produção que tinha condições de processar castanha de milhares de produtores, ainda foi viabilizado uma linha de recursos por parte da CONAB que garantiu aproximadamente 100 mil reais para que cada mini-fábrica adquirisse 100 toneladas para o beneficiamento inicial.

A crescente atuação dessas cooperativas de castanha de caju no Rio Grande do Norte tem imprimido uma importante dinâmica geoeconômica em muitos municípios do estado. Seja a partir da extração do caju ou do beneficiamento da castanha, as ações desses agentes criaram um circuito de produção comandado e composto por pequenos produtores de proporções consideráveis. De acordo com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (2012), a capacidade instalada para o beneficiamento e industrialização da castanha de caju no estado atualmente é de 75 mil toneladas ao ano, sendo que os grandes industriais centralizam aproximadamente 65 mil toneladas e os pequenos produtores reunidos nas cooperativas perfazem 10 mil toneladas. Se levarmos apenas em consideração o volume produzido ao longo dos últimos anos pelo do Rio Grande do Norte calculasse que entre 15% e 20% venha dessas cooperativas.

Com a constituição das cooperativas o processo de circulação tornou-se mais complexo, pois foram introduzidos novos canais de distribuição que retirou milhares de pequenos produtores da dependência dos atravessadores-intermediários, que de maneira geral atuam para os grandes industriais do segmento²⁸⁵. Esses agentes atuam na compra de castanha *in natura* em todas as regiões do estado a preços muito baixos. De forma geral o produto é repassado para os industriais do setor realizarem o beneficiamento e todo o processo de separação e classificação das amêndoas em seus estabelecimentos, o que permite auferir maiores lucros com a comercialização do produto.

Já na circulação estabelecida pelas cooperativas, após realização de todo o processo de beneficiamento e classificação do produto, ocorre o repasse da produção para uma das duas centrais de distribuição existente no estado em Serra do Mel e Apodi. Estas, de acordo com Silva (2012, p. 69), realizam a autenticação da castanha com destaque para a "certificação orgânica, selo da agricultura familiar e de comércio justo", para em seguida realizar sua distribuição no comércio mundial e junto às redes de

²⁸⁵ Silva (2012, p. 68), constatou em relação ao caso específico de Apodi que "com a implementação do "Projeto Mini Fábricas" da Fundação Banco do Brasil, segundo os relatos dos agricultores, a presença destes agentes (atravessadores) tem diminuído significativamente, uma vez que estes chegavam a representar mais de 40% das compras e hoje essa cifra não passa dos 10%".

supermercados (estado e Nordeste), a CONAB e nos pequenos comércios de todo o Rio Grande do Norte.

Mesmo que as ações dessas cooperativas não quebrem de vez os laços de dependência de todos os pequenos produtores das várias regiões do estado junto aos grandes industriais, ela ajuda a desenhar uma dinâmica mais horizontal, no âmbito de um circuito produtivo verticalizado, abrindo, nesse sentido, a perspectiva de construção de regiões no território potiguar em que os espaços do mandar e o do fazer não se encontrem tão dissociados um do outro.

As formas de organização da economia e do território mais ancoradas num acontecer homólogo também podem ser encontradas no circuito espacial que tem na transformação da mandioca para produção de farinha e goma sua razão de ser. Apesar de ter adentrado em um processo de retração que ao longo dos últimos 20 anos eliminou vários pequenos produtores que realizavam uma atividade mais direcionada ao mercado local, este circuito produtivo ainda persiste como importante modo de uso do território para vários municípios da Região Agreste, onde se estabelece a principal região produtiva do Rio Grande do Norte, tanto no que diz respeito ao cultivo de mandioca quanto as próprios estabelecimentos de beneficiamento e transformação industrial.

Mapa 37: Distribuição espacial das indústrias de farinha de mandioca no Rio Grande do Norte em 2016.

Fonte: FIERN (2016).

O processo de modernização restrito pelo qual passou o circuito ao longo dos últimos anos deu origem a uma configuração territorial da produção na qual coexistem algumas unidades de beneficiamento, as indústrias de farinha, que conseguiram incorporar maiores densidades de capitais e técnicas (Mapa 37), com uma miríade de pequenos produtores que mesmo apresentando alguma incorporação técnica, tem como traço predominante uma atividade realizada ainda nos moldes tradicionais, tanto no que diz respeito aos aspectos organizacionais quanto ao do processo de produção.

Dos mais de 500 estabelecimentos existentes em 2006, calcula-se que apenas 20 ou 30 tenham realizado uma modernização que abarcou quase todas as etapas de seu processo de produção. Dentro dessa nova lógica, como destacou Salvador (2010), algumas casas de farinha vão sendo transformadas em unidades industriais que funcionam não apenas no ritmo de novos objetos técnicos movidos à eletricidade, como também de acordo com um novo padrão normativo que estabeleceu práticas de higiene e de segurança do trabalho baseadas nas orientações dos órgãos competentes como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério do Trabalho. Enquanto algumas poucas unidades adquirem um novo padrão de funcionamento, a maioria dos

estabelecimentos segue com uma produção sem maiores incorporações técnicas e normativas em praticamente todas as etapas do processo de produção²⁸⁶.

Cabe destacar que essa modernização foi implementada a partir de ações de solidariedade entre agentes como SEBRAE e Emater/RN que atuaram fornecendo consultorias técnicas para que esse produtores implementassem as modernizações técnicas e normativas. Aqui a seletividade das ações beneficiou algumas poucas empresas que industrializaram praticamente todas as suas etapas da produção com destaque para Farinha dos Anjos, em Vera Cruz, Farinha Cobé, em Cobé e para Primícias do Brasil que possui uma unidade produtiva em Macaíba, com capacidade para produzir goma e diversos tipos de farinha (bacon, soja, carne de sol e tradicional). Ao efetuarem um processo de modernização esses agentes elevaram substancialmente sua produtividade espacial, que em alguns casos se refletiu num aumento de mais 150% no volume produzido o que, por conseguinte, vem exercendo forte pressão sobre os demais agentes do circuito que não lograram participar dessa modernização com o fechamento de inúmeros estabelecimentos em vários municípios. Calcula-se que dos mais de 500 estabelecimentos existentes em 2006, apenas 200 ou no máximo 250 estejam em operação na atualidade, de acordo com dados do SEBRAE.

Mesmo com esse incremento tecnológico a produção não apresentou nenhum crescimento exponencial, seja em função do fechamento de inúmeros outros pequenos estabelecimentos ou pela escassez de matéria prima durante vários momentos ao longo dos últimos anos, o que obrigou todos os estabelecimentos operarem com capacidade produtiva reduzida. De maneira geral a produção de farinha no estado, entre 2006 e 2014, de acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2006), e do SEBRAE (2014), manteve-se entre 3500 e 5500 toneladas de farinha de mandioca e 215 toneladas de goma por ano.

Apesar de constataremos uma elevação na produtividade de alguns estabelecimentos que adquiriram status de indústrias, boa parte da produção de farinha de mandioca do estado ainda provém das ações de pequenos agentes que em suas casas de farinha continuam com produções de baixa incorporação técnica e tendo que enfrentar a concorrência intensa das unidades que se industrializaram não apenas no que concerne à distribuição do produto, mas também aos canais de fornecimento de mandioca que em muitos casos são dominados por essas indústrias em função de um

²⁸⁶ Consulte a este respeito o "Manual de Referência Para Casas de Farinha" do SEBRAE (2006), que serviu de base para a modernização de parte desse circuito produtivo no Rio Grande do Norte.

maior poderio econômico mais elevado. Podemos dizer que no seio de uma indústria de comando eminentemente regional, se estabeleceu um conflito entre os agentes que lograram uma modernização produtiva e aqueles que não efetuaram tal processo.

É ainda preciso considerar que a modernização também complexificou as formas de circulação e distribuição do produto. Enquanto os agentes que lograram uma modernização conseguiram sair da órbita de influência dos atravessadores, passando a distribuir suas produções diretamente junto às grandes redes de supermercados e aos atacadistas do estado, os pequenos produtores ainda tem que conviver com as ações de atravessadores que adquirem a farinha a preços considerados baixos, para na seqüência redistribuí-la nas feiras e nos centros comerciais populares do Rio Grande do Norte e de alguns estados vizinhos, como Paraíba, por exemplo.

As ações desenvolvidas no âmbito desses circuitos produtivos, mais comandos pelos poderes regionais e por um acontecer homólogo, se mostram de suma relevância para a dinâmica dos usos do território em praticamente todas as regiões do estado, pois cada uma das atividades, ao seu modo e com suas contradições e conflitos, preenche espaços e segmentos econômicos que são desprezados pelas ações dos agentes hegemônicos. Esta situação acaba por complexificar a geoeconomia do Rio Grande do Norte ou pelo menos de algumas de suas regiões, dado que outras formas de organização econômica e social, mais comandadas regionalmente, são incorporadas ao território e também passam a configurar as divisões territoriais do trabalho no estado.

9.2 Dinâmica regional e especialização produtiva: a outra face da indústria têxtil e de confecção

O período da globalização acelerou a constituição de áreas de especialização produtiva a partir de um acontecer hierárquico onde um conjunto de agentes fomenta uma atividade econômica principal e através dela criam um conjunto de solidariedades complementares e interdependentes. Como aponta Silveira (2011, p. 9), a construção dessas "áreas modernas e especializadas para a economia global" acontece por meio das ações do Estado e de grandes empresas que ou convertem uma região já tornada ultrapassada pelo movimento do capital ou mesmo criam novas regiões já totalmente aderentes as suas intencionalidades. Nesses casos, usando mais uma vez as palavras de

Silveira (2011), pode-se afirmar que é o poder das normas e dos mercados que desenham uma especialização produtiva de acordo com as exigências da economia global.

No entanto, os usos do território no período atual também engendram a criação ou a intensificação de regiões onde as dinâmicas de especialização são tributárias de um acontecer homólogo. Aqui são as ações de agentes locais de todas as dimensões que paulatina e espontaneamente constituem uma geoeconomia de especialização que muito se assemelha ao sistema territorial de produção horizontal, descrito por Maillat (1992, p. 209), que é "centrado nas representações e num *savoir-faire* constituído historicamente graças ao compartilhamento dos mesmos valores, das mesmas experiências, de uma mesma cultura técnica, e está submetido a diferentes regulações de tipo concorrência-cooperação".

Foram esses processos mais comandados por eventos e ações horizontais que contribuíram para a criação no território potiguar de duas áreas de especialização produtiva em torno dos circuitos têxtil e de confecção, mais especificamente com a produção de toalhas de prato, redes de dormir e de bonés. É nos municípios de Caicó e de Jardim de Piranhas na Região Seridó que encontramos essa especialização produtiva constituída essencialmente a partir de uma pequena produção artesanal de base local e que se fundamenta numa organização produtiva na qual a transmissão das técnicas e dos conhecimentos ocorrem de modo horizontal.

Essa especialização produtiva ocorre porque encontramos nesses municípios não apenas todas as etapas dos circuitos de toalhas de prato, de redes de dormir e de bonés, como também constatamos que o desenvolvimento dessas economias fomentou o surgimento de uma série de atividades complementares que serve para dar suporte às etapas do processo de produção ou ainda que se dedica à comercialização do produto.

A expansão do circuito têxtil e de confecção destinado à produção de redes de dormir, toalhas de prato e mantas, é o primeiro exemplo de uma indústria erigida sobre técnicas, normas e modos de fazer homólogos. Aqui um *know-how* técnico disseminado no tecido social ao longo de sucessivas gerações ajudou a criar e fortalecer cada uma das etapas que constituem esses circuitos de produção. Durante a década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000 era possível identificar o dinamismo em torno dessas atividades nos municípios de Caicó e, principalmente, em Jardim de Piranhas que já começava a despontar como um dos principais espaços de produção tanto a nível de Nordeste quanto da formação socioespacial brasileira.

Calculasse que existam entre Caicó e Jardim de Piranhas algo entre 300 e 350 estabelecimentos relacionados ao processo de produção dos circuitos de redes de dormir, toalhas de prato e mantas²⁸⁷. Conforme podemos constatar pelo mapa 38, a maior densidade é encontrada em Jardim de Piranhas, que concentra aproximadamente 250 unidades produtivas com destaque para a confecção de toalhas de prato que constituem aproximadamente 90% de toda a produção gerada no município²⁸⁸.

Mesmo tendo registrado altos e baixos a produção dessa indústria continua elevada. Entre meados dos anos 2000 e os dias atuais estima-se que a produção tenha alcançado uma média de 14 milhões de peças por ano, com momentos em que essa produção se elevou acima de 15 milhões de peças e outros em que se reduziu a um patamar próximo dos 10 milhões²⁸⁹. Em quaisquer circunstâncias o que temos é uma extraordinária produção que torna o município um dos maiores produtores nacional, ao lado, por exemplo, de Americana em São Paulo, e São Bento e Brejo do Cruz na Paraíba.

²⁸⁷ Informações obtidas junto a FIERN e, sobretudo, da Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (ASITEX).

²⁸⁸ Informações da Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (ASITEX).

²⁸⁹ É sempre complicado trabalhar com este tipo de atividade porque não se tem estatísticas precisas quanto aos estabelecimentos ou a produção, nem nos órgãos públicos oficiais, como IBGE ou outras entidades como a FIERN, por exemplo. Para o referido trabalho estamos manuseando informações obtidas em entrevista de campo com presidentes de associações ou outros agentes do setor.

Mapa 38: Distribuição espacial das indústrias de pano de prato no Rio Grande do Norte em 2016

Fonte: FIERN (2016).

Na medida em que o circuito avançava e adquiria relevância para a economia urbana e regional começou a ser formatada uma série de círculos de cooperação que tiveram impactos em todas as etapas do processo produtivo. Desenhou-se, assim, uma articulação política que envolveu agentes privados e dos governos estadual e federal a partir de instituições como SEBRAE e SEDEC, que viabilizaram uma modernização técnica e normativa, com destaque para a questão da organização das pequenas empresas e para gestão ambiental já que se trata de uma produção que gera muitos resíduos; já as instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco o Nordeste atuaram no sentido de possibilitar o acesso à linhas de crédito para modernização das instalações ou aquisição de matéria-prima; por fim, instituições como FIERN e SENAI atuaram no sentido de capacitar parte dos trabalhadores envolvidos nas etapas da produção. Além disso, no caso específico de Jardim de Piranhas, foi constituída a Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (ASITEX), com objetivo de fortalecer os agentes do circuito a partir de uma cooperação para o acesso a novas tecnologias, ao crédito ou ainda para a aquisição de matéria-prima.

As ações resultantes dessa trama de solidariedades ajudaram a efetuar certa modernização técnica e normativa de várias etapas do circuito. No entanto, a maioria dos agentes não foi alcançada por essas ações e continuaram com suas produções sem maiores incorporações normativas e com objetos técnicos obsoletos, mas que todavia, permanece viáveis a esses agentes sociais em função do tipo de produção de baixo custo que desenvolvem e do mercado mais popular a que se destinam.

Como se trata de uma especialização produtiva, praticamente todas as etapas se realizam na região, excetuando-se, a produção de fios que ainda não é efetuada em nenhuma das duas cidades. O processo de produção inicia-se com a tecelagem, isto é, com a produção de tecidos planos que servem de base para a confecção dos demais produtos do circuito. Nessa fase, se estabelecem relações de complementaridade com os estados do Ceará e da Paraíba de onde provém a maior parte dos fios utilizados pelos estabelecimentos que anualmente podem gerar um consumo produtivo de aproximadamente 4 mil toneladas. O grande volume de fios adquiridos mensalmente bem como o seu elevado custo produtivo levaram os agentes do circuito a constituírem uma rede de solidariedades para a realização de compras coletivas com o intuito de rebaixarem os custos com a aquisição do insumo. De forma geral, cada um dos agentes apresenta suas demandas e se realiza uma única compra o que garante um poder maior de barganha, diferente se cada um dos agentes efetuassem suas compras separadamente.

Cabe pontuar que mesmo com os incentivos para uma modernização técnica, a etapa da tecelagem ainda se realiza com objetos técnicos de idades elevadas, sendo, por consequência, alto o número de estabelecimentos que adquiriram maquinário de segunda-mão em pólos têxteis da Região Nordeste, como no estado do Ceará, ou ainda na Região Sudeste, como em São Paulo. As aquisições de maquinismos sob essas circunstâncias são realizadas pelos agentes mais capitalizados do circuito, uma vez que a maioria dos pequenos produtores acaba adquirindo os equipamentos que são repassados por esses estabelecimentos maiores.

Outra etapa importante do processo produtivo é o alvejamento e tingimento dos tecidos que após as ações de órgãos estaduais passaram a ser efetuadas com maior atenção no que concerne ao tratamentos dos resíduos gerados durante a produção. Nessa etapa o circuito movimenta um consumo produtivo local, pois a aquisição de parte dos insumos químicos (tintas e hipoclorito de sódio, por exemplo) também é realizada em pontos comerciais que se estabeleceram na cidade a partir da intensificação das demandas dessa atividade.

Uma vez superadas essas etapas ocorre uma segmentação do processo de produção, pois todo o volume de tecido produzido se converte em insumo para confecção de uma série de outros produtos que podem ou não serem realizados nos mesmos estabelecimentos. Mesmo com a introdução de inovações quanto ao *design* de novos modelos ou com a exploração de novos segmentos e o desenvolvimento de outros produtos, a maior parte da produção ainda é destinada às toalhas de prato tradicional com o conjunto de 7 ou 12 peças. Como já levantado, estimasse que entre 90% da produção seja de toalhas de prato, sendo o restante distribuído entre as redes de dormir, mantas, tapetes e outros produtos do circuito.

Assim, a produção de toalhas de prato é a funcionalidade que domina a maior parte dos estabelecimentos que tanto pode ser realizada por empresas mais estruturadas com até 30 trabalhadores, quanto por pequenas unidades familiares de fundo de quintal dispersas por Caicó e sobretudo por Jardim de Piranhas. De forma geral a etapa da confecção das toalhas de prato e demais produtos do circuito engloba corte, acabamento e a estamparia. Aqui também predomina uma grande variedade de objetos técnicos, principalmente, nas etapas do corte e da estamparia, onde pode haver estabelecimentos em que o corte é realizado de forma manual com uso de uma faca, enquanto outros utilizam um maquinismo específico para tal função; já o processo de estamparia tanto pode albergar empresas em que a serigrafia é realizada a frio e a secagem pela exposição do produto ao sol, quanto aquelas em que a serigrafia ocorre com uma mesa térmica na qual a secagem é imediata.

Apesar de ser um circuito produtivo propenso a uma verticalização produtiva (LEAL, 2007)²⁹⁰, é possível constatar uma divisão técnica e territorial do trabalho, principalmente, quando se trata das empresas menores que podem não realizarem todas as etapas da produção, em função de sua baixa incorporação de técnicas e capitais. Nesse sentido, há pelo menos três situações: empresas que realizam todas as etapas da produção nas suas próprias dependências; encontramos também aquelas que realizam apenas o alveijamento e o tingimento em outras unidades, em função da maior fiscalização dos órgãos ambientais exigindo que o estabelecimento tenha um sistema de tratamento dos resíduos, o que, por conseguinte, acaba elevando os custos, sobretudo, para os menores estabelecimentos que preferem terceirizar essa etapa da produção; e por

²⁹⁰ Nesse caso específico o uso do vocábulo verticalização ou mesmo verticalidade não tem nenhuma relação com o conceito de verticalidades elaborado por Milton Santos (1994b; 1996). Aqui referimo-nos especificamente a verticalização do processo de produção que é quando uma empresa realiza todas as tarefas da produção a que se destina.

fim, há em menores proporções, os estabelecimentos que se ocupam apenas o processo de confecção dos produtos, realizando fora todas as etapas precedentes (produção do tecido, alvejamento ou tingimento).

Uma vez finalizado o processo de produção é preciso colocar as mercadorias em movimento, ou seja, é necessário fazê-las circular até se realizar todo o ciclo produtivo. No caso do circuito em questão constatamos uma multiplicidade de formas de circulação do valor, coexistindo desde os produtores que se deslocam, por exemplo, até a "Feira da Pedra", em São Bento na Paraíba, para comercializarem parte da produção, passando por formas de circulação em que os comerciantes adquirem uma grande carga e realizam, por conta própria, a venda da mercadoria nas Regiões Nordeste e Norte e, em menor proporção na Região Sudeste, até chegarmos a forma de circulação em que a carga sai das unidades produtivas direto para os seus compradores, sendo que nesses casos a contratação do transporte rodoviário é realizada pelo adquirente que tanto pode ser por meio de um caminhoneiro da região, quanto de um que se desloque para a cidade só para pegar um frete retorno. Como se trata de um circuito que adquiriu grande capilaridade podemos encontrar os seus produtos em vários estados da formação socioespacial brasileira. De acordo com dados levantados por Leal (2007), estimasse que aproximadamente 76% das mercadorias se destinem aos estados da Região Nordeste, enquanto que 13,5% dos fluxos se destinam a Região Norte e 10,5% se direcionam Região Sudeste.

As reverberações territoriais dessa especialização produtiva para a economia regional e mais especificamente para o município de maior produção, Jardim de Piranhas, podem ser expressas na movimentação financeira que ela possibilita não somente com a comercialização das mais de 14 milhões de peças, mas também com o consumo produtivo que em sua maioria é realizado na cidade. Acrescente isso a dinâmica no mercado de trabalho local que é intimamente dependente direta ou indiretamente dos impulsos dessa economia. De acordo com dados do Caged (2016), estimasse que perto de 30% dos empregos formais estão relacionados a esse circuito de produção e quando consideramos os empregos informais, que representam a maioria dos postos de trabalho, e mais aqueles nos postos comerciais relacionados como a atividade, esse número pode girar entre 50% e 60%, o que somente corrobora todo o dinamismo desse circuito de produção.

A Região Seridó ainda presenciou a constituição de uma outra especialização produtiva em torno do circuito de produção de bonés. Podemos dizer que um feixe de

A gênese dessa especialização produtiva na Região Seridó pode ser encontrada ao longo dos anos 1980, quando os primeiros agentes iniciaram um tímido processo de produção artesanal de bonés ainda com o uso de escassos objetos técnicos. Como aponta Lins (2011), eram poucos os estabelecimentos que realizavam a confecção das peças e algumas etapas da produção ocorriam em outras regiões, como, por exemplo, a dublagem que se processava nos estabelecimentos de Capina Grande na Paraíba. Foi somente nos anos 1990 e, sobretudo, durante os anos 2000 que o circuito não apenas foi incorporando novas unidades produtivas, como também presenciou um adensamento em termos de divisão territorial do trabalho, expresso tanto no surgimento de empresas que passam a realizar na região etapas da produção outrora desenvolvidas em outros estados, como também pelo surgimento de estabelecimentos destinados a atenderem o consumo produtivo que tendia a crescer com a expansão do circuito.

Essa expansão da indústria boneleira na Região Seridó também se efetuou por processos de re-funcionalização geográfica dos espaços da produção, haja visto que muitos agentes que se dedicavam a confecção de redes de dormir ou de tolhas de prato, migraram para a produção boneleira que apresentava crescentes possibilidades de expansão de suas atividades, inclusive, com elevação substancial das demandas ao longo dos anos 1990. É possível encontrar em municípios produtores, como Caicó e Serra Negra do Norte, por exemplo, unidades fabris que se readequaram com a aquisição de novas máquinas que permitiam ingressar no circuito de produção de bonés²⁹².

Na contemporaneidade o circuito boneleiro é um dos mais importantes para a dinâmica dos usos do território não apenas da Região Seridó, mas para todo o território potiguar, principalmente, pelo volume de fluxos de capitais, insumos e produtos que mobiliza. De acordo com dados do SEBRAE (2014), são mais de 80 estabelecimentos de produção que em tempos de ascensão das demandas podem ser elevados acima das 100 unidades. Sem operar com sua capacidade produtiva máxima, estima-se que a indústria do boné tenha uma produção anual de aproximadamente 3 milhões de peças, o que gera uma movimentação econômica de R\$ 70 milhões por ano, alçando a Região Seridó a categoria de segundo maior pólo de produção de bonés do Brasil, atrás de Apucarana no Vale do Ivaí, estado do Paraná.

définitive, le dynamisme territorial ne dépend pas de l'action d'une seule entreprise, mais d'un comportement d'ensemble, fonction d'un réseau d'interdépendances qui se manifestent au niveau territorial".

²⁹² Informações obtidas por meio de entrevista com um representante da Cia do Boné, durante a 1ª Feira Potiguar da Indústria, realizada entre 11 e 13 de Dezembro de 2013.

Quanto à produção podemos dizer a partir das observações de Monteiro (2004), que mesmo existindo certa diversidade quanto aos tipos de bonés oferecidos, o que domina as demandas são os bonés promocionais que chegam a responder por 60% ou até 70% de toda a produção, bem à frente dos bonés de magazine que geralmente compõem uma demanda terceirizada para outras empresas.

Se a expansão geográfica desse circuito produtivo na Região Seridó deve-se às ações isoladas e espontâneas de um conjunto de agentes sociais, nos dias atuais é especialmente a partir de uma trama de solidariedades entre instituições privadas, órgãos públicos e pequenos e médios produtores organizados em torno de uma associação, que encontramos o principal impulsionador e mesmo modernizador dessa atividade produtiva nessa região.

Com efeito, pode-se afirmar que foram as ações conjuntas desses órgãos públicos e privados juntamente com as das associações dos produtores que ajudaram não apenas na expansão do circuito boneleiro, como também da construção de uma especialização produtiva nessa atividade. Como aponta Lins (2011), foi a partir de ações da SEDEC, SEBRAE, da FIERN e do SENAI que os pequenos produtores realizaram cursos de gestão de pequenas empresas, de qualificação dos trabalhadores e para qualificação do produto; por sua vez, instituições como Banco do Brasil e Banco do Nordeste, fomentaram linhas de crédito para esses produtores modernizarem parte das etapas da produção ou para aquisição de matéria prima.

Ainda no âmbito desses círculos de cooperação faz-se mister destacar as ações dos produtores com a criação da Associação Seridoense dos Fabricantes de Bonés (ASFAB), que passou a atuar em solidariedade com os demais órgãos no sentido de fortalecer os agentes do circuito com ações que envolvem a busca de incentivos para o processo de modernização da produção, participação na elaboração de um selo que caracteriza o produto do Seridó, intitulado "Boné de Caicó"²⁹³, participação em eventos nacionais para divulgação do produto, e ainda no que compete à redução dos custos da produção, seja por meio das compras coletivas de insumos diversos ou com a constituição da fábrica dubladora da associação, que passou a realizar essa etapa da produção a um custo reduzido para seus associados.

²⁹³ De acordo com entrevista concedida pelo representante da Cia. do Boné, mesmo tendo o nome de "Boné de Caicó", representa todos os produtores da Região Seridó, independentemente da cidade em que produzam.

A especialização produtiva constituída pela indústria boneleira apresenta um nível de complexidade bem mais elevado do que a produção de toalhas de prato e redes em Jardim de Piranhas e também em Caicó, principalmente, porque essa atividade apresentar tanto um número maior de etapas ao longo do processo de produção, quanto também pela quantidade elevada de insumos exigidos que a depender do produto demandado pode-se aumentar ainda mais. Além do mais, esse circuito produtivo engendra uma maior divisão territorial do trabalho o que fomenta uma maior solidariedade produtiva entre os agentes que podem realizar uma das etapas da produção.

Já no início do processo de produção as relações de solidariedade e complementaridade se fazem presentes porque somente os maiores empreendimentos possuem um setor de criação e concepção do produto, de modo que constatamos que há uma grande circulação horizontal de modelos com os produtores contratando em conjunto um "designer" para execução dessa tarefa, ou mesmo copiando um modelo já utilizado por outro produtor. Não obstante constatamos que são freqüentes os processos de imitação de grandes marcas nacionais entre os agentes que compõem o circuito, sobretudo, nos pequenos produtores, que muitas vezes confeccionam bonés para serem vendidos nas feiras populares do interior do Nordeste.

As relações de complementaridade também marcam a etapa da dublagem²⁹⁴, uma vez que são raros os produtores que possuem a máquina dubladora. Nesses casos o serviço produtivo pode ser realizado nos estabelecimentos que tem a máquina de dublagem em Caicó, Serra Negra do Norte e São José do Seridó ou ainda, na fábrica de dublagem da ASFAB. Na seqüência do processo produtivo realizam-se um conjunto de etapas que a depender das dimensões e da incorporação de técnica e de capitais do estabelecimento, podem ocorrer no mesmo espaço produtivo, são elas: corte, serigrafia, montagem das abas, costura, bordado (caso necessite) e acabamento.

Podemos dizer que aqui o circuito produtivo adquire diversas formas de existência que depende de cada uma dos agentes envolvidos na produção. Somente os maiores produtores realizam todas essas etapas em suas próprias unidades fabris, de modo que a maior parte dos agentes da produção acaba terceirizando pelo menos uma das etapas citadas. Há, assim, aqueles pequenos produtores que efetuam apenas a

²⁹⁴ Tomando como base o documento produzido pelo IPARDES (PARANÁ, 2006, p. 27), para o Arranjo Produtivo Local do boné de Apucarana, na fase da dublagem realizasse a "colagem do tecido à esponja (espuma, plástico e entretela), que tem a finalidade de aumentar a resistência, a estabilidade e a impermeabilidade dos materiais utilizados..."

costura e a montagem das peças, realizando o corte e a serigrafia em outros estabelecimentos similares; por sua vez, constata-se que há produtores realizando as etapas do corte, costura e acabamento, terceirizando apenas serigrafia. Outras situações certamente podem ser constatadas, no entanto acreditamos que já temos aqui a expressão de um circuito que apresenta várias configurações produtivas a depender dos agentes envolvidos.

Todo esse processo de produção não se realiza sem a existência de um acontecer complementar. Deste modo, além do circuito exigir, em cada uma dessas etapas, uma série de procedimentos produtivos diferentes com uso de diversos objetos técnicos, tais como, máquinas de dublagem, máquinas de corte, máquinas de costura (reta, pespontadeira, overloque) e equipamentos de serigrafia, ele também acaba demandando vários insumos produtivos, como aba, botão, velcro, linha, fio, fivela, TNT, corante, tinta, etc. Mesmo que parte dessas máquinas e insumos seja adquiridos em outros estados como São Paulo e Paraná, por exemplo, como muito bem apontou Morais (1999), constatamos que de maneira geral essas demandas vem suscitando um consumo produtivo que impulsiona o surgimento de estabelecimentos especializados em comercializar ou em produzir parte desses insumos. Usando as reflexões de Corrêa (2003), defendemos que essas atividades geraram uma economia de aglomeração que, em nossa compreensão, somente fortalece o circuito e incrementa ainda mais a especialização produtiva, pois os agentes não precisam sair da região para adquirirem não apenas insumos básicos do processo produtivo, mas também equipamentos mais sofisticados como máquinas de costura, por exemplo.

O mapa 40 expressa a existência de fornecedores de insumos para o circuito dos bonés nas cidades produtoras com destaque para São Fernando que possui uma fábrica que também produz abas e botões para boné, e para Caicó que, em função da densidade de unidades produtivas que apresenta e também por sua centralidade regional, concentra a maioria dos estabelecimentos especializados no fornecimento de máquinas de costura, peças e insumos em geral, sobretudo, os de aviamento.

O processo de circulação na indústria boneleira poderá apresentar pelo menos duas formas distintas a depender do agente demandante. Assim, tanto temos uma distribuição direta com o produto sendo entregue, via modal rodoviário, a empresa ou ao agente que realizou a encomenda, quanto também podemos ter uma distribuição mais fragmentada na qual um representante ou pequenos comerciantes circulam em feiras regionais e nos principais mercados vendendo o produto seridoense. Em ambos os casos

a realização da mercadoria ocorre preponderantemente para além dos limites do território potiguar, isto quer dizer que a indústria boneleira da Região Seridó tem no mercado nacional a fonte de suas principais demandas, com destaque para os estados da Região Nordeste e da Sudeste, as suas duas principais regiões consumidoras.

Mapa 40: Distribuição espacial dos estabelecimentos produtores de insumos para bonés no Rio Grande do Norte em 2016

Fonte: FIERN (2016).

Aliás, pode-se afirmar que a dinâmica geoeconomia fundada em torno dessas especializações produtivas do Rio Grande do Norte (toalhas de prato, redes e bonés) vem engendrando uma intensa circulação de produtos em todas as escalas do território nacional, pois o vai-e-vem de fluxos de capitais, de insumos, de máquinas e mercadorias se processam em relação a estados de quase todas as regiões da formação socioespacial brasileira. O que em última instância revela uma rede de solidariedades constituída entre um acontecer homólogo que rege a esfera da produção e do comando político-econômico do circuito e um acontecer complementar que se encarrega de criar conexões distributivas que se espalham pelo território nacional. A topologia da circulação dessas especializações produtivas evidencia como há uma forte sinergia com os mercados do Norte-Nordeste e do Centro-Sul, com destaque para a Região Sudeste, a maior consumidora dos produtos seridoenses nesta porção do território nacional.

Esta situação geográfica ainda evidencia que diferente de outras especializações produtivas que se expandem no território potiguar em tempos recentes de globalização econômica, nos circuitos do boné, das toalhas de prato e das redes de dormir constituídos na Região Seridó, não há uma dissociação entre as parcelas técnicas da produção propriamente dita e os centros de gestão ou de comando desse processo produtivo, de modo que eles encontram-se reunidos num mesmo espaço regional. Aqui podemos nos remeter as reflexões de Guy Di Meo (1987), sobre as formações socioespaciais, e afirmar que no interior de um território nacional existe tanto um sistema de determinações mais geral que intervém na arrumação política e economia das regiões, quanto também existem regiões mais regidas e adaptadas segundo as reivindicações e possibilidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de constituição econômica e social do Rio Grande do Norte pode ser apreendido numa perspectiva que coloque a relação tempo-território e circuitos produtivos industriais como eixo estruturador de uma proposta analítica. Nesse sentido, fazendo-se uso da dialética socioespacial (SANTOS, 1979b), evidenciamos como a expansão econômica do Rio Grande do Norte fomentou sucessivas divisões territoriais do trabalho que a partir de sistemas normativos e técnicos próprios e peculiares a um momento específico, delinearam uma feição territorial dominante em um dado período.

Fundamentados na proposta teórico-conceitual elaborada por Milton Santos ao longo de diversas obras (1978a, 1978b, 1994b, 1996), ordenou-se uma periodização que captando a essência dos sistemas de ações e de objetos pretéritos com seus respectivos conteúdos e intencionalidades, demonstrou que a gênese do processo de constituição econômica e territorial do Rio Grande do Norte erigiu-se a partir do estabelecimento de espaços derivados, notadamente, guiados pelas ordens e comandos do continente europeu, então centro hegemônico da economia política mundial.

É preciso sempre sublinhar que o espaço derivado norte-rio-grandense foi muito mais do que a criação de circuitos produtivos funcionais à economia européia, dado que não apenas erigiu-se uma estrutura de produção, mas também todo um arcabouço normativo e institucional, bem como uma forma de circulação e conexão entre os lugares que, em última instância, visava garantir a existência subordinada desse espaço. Nesse sentido, as considerações de Isnard (1978, p. 14) são relevantes para a compreensão desse momento dos usos do território potiguar, quando refletindo a respeito da constituição territorial das colônias afirma que esta forma de “organização hierarquizada foi exportada pelo capitalismo em expansão para além de suas fronteiras de origem”, e engendrou o surgimento de espaços dependentes, ou melhor, “espaços alienados” aos interesses das metrópoles e estranhos aos seus habitantes²⁹⁵.

Inicialmente esse acontecer externo acabou engendrando uma região na faixa litorânea leste do território potiguar especializada em produzir açúcar para o mercado

²⁹⁵Diz ainda o autor que os “espaços organizados pela colonização são, na realidade, integrados em um espaço econômico exterior onde se encontram os centros de decisão. Dependem desses centros no tocante a investimentos de circuitos comerciais e mercados onde estão fixados os valores de suas exportações. Sua extroversão transforma em espaços alienados que escapa à propriedade plena de seus habitantes” (ISNARD, 1978, p. 14).

européu. Fundamentado exclusivamente no modelo exportador o circuito açucareiro manteve-se durante boa parte do primeiro período como a mola propulsora da organização territorial do Rio Grande do Norte, tendo contribuído para expansão de sistemas técnicos e de núcleos de povoamento, sobretudo nas margens dos Rios Potengi, Trairi, Curimataú e Ceará Mirim, que apresentando imensos vales úmidos com terras férteis favoreceram o desenvolvimento desse circuito produtivo.

A expansão desse circuito produtivo não apenas garantiu a constituição inicial do espaço derivado, como também foi responsável por uma primeira modernização do meio geográfico potiguar, mesmo que isso tenha se realizado de forma desigual, já que o circuito açucareiro somente proporciona o uso do território em sua parte leste. Desse modo, podemos afirmar que é a partir da intensificação do circuito açucareiro que presenciamos uma transformação mais intensa do meio natural potiguar nos sub-espacos em que essa atividade se expande, considerando que conforme aponta Ellul (1968), as técnicas da indústria agrícola são também vetores que engendram uma transformação radical.

As reorganizações e superposições de divisões territoriais do trabalho não aconteciam somente na passagem de um período a outro, mas também no âmbito do próprio período com o surgimento de novos circuitos produtivos que a despeito de poderem deslocar o centro de gravitacional do poder para uma outra região, não rompiam com liames mais hierárquicos que constituíam o espaço derivado. Esse é claramente o exemplo do circuito têxtil-algodoeiro que emerge em função de uma demanda da economia mundial e estabelece, assim, uma nova camada de divisão territorial do trabalho que não apenas complexifica a dinâmica geoeconômica do Rio Grande do Norte, como também desloca o centro do poder das regiões comandadas pelo circuito açucareiro para aquelas que tinham os seus ritmos ditados pelo circuito têxtil-algodoeiro.

Inicialmente pode-se dizer que a expansão e consolidação do circuito têxtil-algodoeiro nas porções mais interioranas do Rio Grande do Norte criou uma primeira divisão regional do trabalho no território estadual, na qual os espaços do interior estavam mais voltados à produção de matéria-prima para a indústria têxtil mundial, sobretudo, a inglesa, enquanto que os espaços litorâneos continuavam com sua função de produzir de gêneros alimentícios, especialmente o açúcar, para o abastecimento dos mercados europeus.

Apesar dessa diversificação produtiva, permanecia a mesma estrutura hierárquica de uso do território, uma vez que a nova especialização regional também era tributária das demandas do mercado mundial. Nesse caso, o funcionamento extravertido do circuito era garantido pelas ações dos grandes trustes internacionais que controlavam não apenas o processo de distribuição desse produto no mercado mundial, como também detinham o comando de uma parcela significativa das unidades de beneficiamento, sobretudo, com a expansão das usinas que demandavam grandes somas de capital para o seu funcionamento.

Além disso, esse circuito têxtil-algodoeiro foi responsável por engendrar uma economia urbana e regional e por impulsionar a constituição de várias cidades do interior do Rio Grande do Norte. Assim, mesmo apresentando uma estrutura de uso do território centrada na apropriação dos espaços rurais, esse circuito produtivo exerceu um papel fundamental na expansão de centros urbanos no território potiguar, isto porque algumas de suas instâncias produtivas já apresentavam ou passaram a apresentar uma localização urbana. Dito com outros termos desenhava-se uma divisão regional do trabalho, na qual tanto por meio das instâncias da produção propriamente dita (aqui entenda-se o beneficiamento), quanto da comercialização, essa indústria têxtil-algodoeira começava a apresentar profundas interações socioespaciais com várias cidades do interior do Rio Grande do Norte. A dinâmica do circuito têxtil-algodoeira ainda desenhava uma estrutura de uso do território diferente daquela estabelecida pelo circuito açucareiro, uma vez que além de incrementar uma expansão econômica para as porções interioranas, ainda fomentava dispersão geográfica da produção para todas as regiões do território potiguar.

A criação de novos segmentos industriais na economia mundial a partir do início do século XX e, sobretudo, após Segunda Guerra Mundial, incrementou ainda mais as demandas por insumos e matérias-primas nos espaços periféricos, conforme pontua Mandel (1985). Tal situação acabou impulsionando a constituição de novos espaços derivados no Rio Grande do Norte, como aqueles destinados a produção de sisal e de scheelita. Se, por um lado, esses circuitos produtivos incrementavam a dinâmica urbano regional do território potiguar, por outro, eles reforçavam o caráter de subordinação do território potiguar aos ditames dos agentes internacionais que concentravam o controle dos fluxos comerciais e parte do processo de produção e beneficiamento que ocorriam no estado.

A expansão de todos esses circuitos produtivos fomentou uma organização hierárquica do território potiguar expressa não apenas na criação de uma estrutura produtiva com normas políticas e econômicas específicas de funcionamento, como também numa forma de circulação que reproduzia a essência do espaço derivado, isto porque era extremamente extravertida, e que pouco possibilitava a conexão territorial no âmbito do Rio Grande do Norte, dado que a preocupação fundamental era a ligação direta entre as áreas de produção e os espaços destinados à exportação do produto principal.

A partir de 1930 podemos demarcar um sub-período para os usos do território potiguar que se estende até o final dos anos 1960 e início da década de 1970. Nesse momento embora a lógica de funcionamento do território ainda seja a de um espaço derivado, a realização de alguns circuitos produtivos não mais se dava somente em direção ao mercado mundial, uma vez que eles também passaram a atender, com maior veemência, as demandas de uma indústria nacional com destaque para os fluxos de fibra de algodão que se destinaram a abastecer o dinâmico parque industrial têxtil de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esta nova realidade da dinâmica econômica do Rio Grande do Norte não rompe com sua condição de espaço derivado, uma vez que seus elementos constitutivos e de comandos continuam os mesmos ou até se intensificam porque esse momento também marca a expansão das grandes multinacionais do circuito têxtil-algodoeiro no estado.

Mas, a existência de um espaço derivado com a dominância de circuitos produtivos extravertidos, não significou a ausência de circuitos produtivos voltados para o atendimento das demandas regionais e com um comando localmente constituído. Tais circuitos, que em nosso trabalho denominamos de elementares seguindo uma conceituação de Milton Santos (1979a), também se fizeram presentes na dinâmica econômica do Rio Grande do Norte. Mesmo que de forma residual, constatamos em todas as regiões do estado, a existência dessas atividades produtivas mais atreladas aos comandos e demandas regionais, que fundamentavam seu processo de produção em formas de trabalho típicas de uma produção artesanal ou no máximo manufatureira.

A existência de sucessivas dinâmicas ou de feições territoriais específicas não pode ser apreendida numa perspectiva linear ou mesmo evolutiva, pois apresenta bruscas rupturas e movimentos de reorganizações e reestruturações que geralmente estão em sintonia com as determinações e contradições de uma nova divisão territorial do trabalho que busca estabelecer a sua racionalidade econômica e espacial. De fato

Smith (1988) diz que na busca por estabelecer uma nova configuração espacial, o movimento do capital, no âmbito de um território nacional, desenvolve uma divisão regional do trabalho que ao mesmo tempo em que incorpora algumas economias locais a sua racionalidade de funcionamento, também renega ou destrói o mosaico regional do passado, que não mais interessa à lógica prevalecente.

E foi por intermédio de processos de reorganizações e reestruturações que se configurou na década de 1960 uma nova trama de acontecimentos que moldou uma divisão territorial do trabalho no âmbito do território nacional, responsável por re-funcionalizar os usos do território no Rio Grande do Norte. Tendo como eixo estruturador a expansão do capitalismo industrial brasileiro para os espaços periféricos e o processo de integração do território nacional, pode-se dizer que se assentou as variáveis para a constituição de uma nova dinâmica territorial comandada por novas intencionalidades e por uma outra economia política.

É desse momento em diante que podemos falar de um novo período para os usos do território norte-rio-grandense que, paulatinamente, deixa de se apresentar como um espaço derivado comandado pelas demandas e necessidades da economia mundial, para tornar-se um território funcionalizado por uma vaga de modernização tecnológica altamente tributária de uma acontecer hierárquico estatal que viu no Nordeste brasileiro uma forma eficaz de valorização dos capitais da burguesia nacional em processo de expansão.

O processo de industrialização e as ações do estado nacional no sentido de promover sua expansão através, principalmente, da política desenvolvida pela Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e dos outros órgãos estatais, converteram-se nas principais variáveis para os usos do território no Rio Grande do Norte. A partir desse momento não apenas constatamos a expansão de novos circuitos de produção que já se constituem para atender as demandas e necessidades do processo industrial brasileiro. Também é possível identificar que os circuitos espaciais produtivos e as regiões que davam sustentação ao espaço derivado ou foram paulatinamente descartados pelo movimento do capital ou foram modernizados e passaram a apresentar uma estrutura de funcionamento direcionada para o atendimento das demandas da indústria nacional que necessitava de insumos e matérias-primas para seu processo de expansão, como o circuito salineiro e da scheelita que se direcionam para o abastecimento do mercado brasileiro. Esse momento é semelhante ao vivenciado por algumas regiões do território argentino, conforme revela Silveira (1999, p. 412),

quando nos diz que haveriam rupturas, "através das quais os espaços derivados se tornam esgotados e repulsivos para uma dada atividade. Face a um novo despedaçamento da totalidade, originado pelo advento de uma nova função ou pelo envelhecimento dos seus sistemas técnicos, um lugar perde sua produtividade".

Não é que o antigo edifício regional seja dissolvido e as regiões deixem de existir com asseverou Oliveira (1981). A realidade é que a estrutura regional passa por uma geografização de novas normas, técnicas e conteúdos, adquirindo, por conseguinte, uma forma de funcionamento coerente com as intencionalidades do capitalismo industrial brasileiro e do processo de integração do território nacional.

Esse novo momento dos usos do território potiguar foi acompanhando por uma completa reestruturação em suas formas de produção e circulação com uma expansão de novos sistemas técnicos que passavam atender aos novos desígnios da economia nacional. Assim, além de uma expansão do sistema energético para diversas parcelas do território estadual, efetuou-se uma profunda modernização territorial com acréscimos de capital fixo na forma de meio de circulação, tais como as rodovias federais e estaduais que se expandiram consideravelmente e realizaram uma conexão territorial tanto interna ao Rio Grande do Norte, quanto em relação à formação socioespacial brasileira. Com efeito, constatamos que se sobrepõe à lógica de circulação extravertida dos espaços derivado uma que prima pela integração do Rio Grande do Norte ao território nacional.

A nova feição territorial adquirida pelo Rio Grande do Norte a partir desse momento passava a apresentar um arranjo e uma lógica organizacional que objetivavam garantir maiores fluxos de informações, capitais e mercadorias para a principal região econômica do país e desta para o território potiguar, uma vez que o estado tanto emanava muitos fluxos, quanto também recebia.

Essa feição territorial marcada por acontecer hierárquico estatal comandou a economia política do Rio Grande do Norte até a segunda metade dos anos 1980 e primórdios da década de 1990, uma vez que a partir desse momento os elementos de uma nova divisão internacional do trabalho começaram a incidir em toda a formação socioespacial brasileira, impulsionando, um novo processo de reorganizações e reestruturações territoriais em todas as regiões do estado.

Pode-se dizer que a partir desse momento o território potiguar seguindo uma tendência da formação socioespacial brasileira passa, paulatinamente, a incorporar uma racionalidade de funcionamento própria do período da globalização, expressa na intensa expansão de formas de produção e de organização territorial cada vez mais obediente e

subserviente aos sistemas técnicos, normativos e organizacionais impostos por empresas e instituições globais.

Os novos conteúdos normativos e institucionais emergem a partir de ações e determinações globais, ou de uma nova práxis global, que impõem seus modos de operação ao estado nacional. Seja pelo gradativo abandono dos sistemas normativos que garantiram uma política de desenvolvimento econômico e regional ou ainda pela ampla abertura comercial que elevou consideravelmente a porosidade do território, a formação socioespacial brasileira aprofundou os seus laços de dependência e subordinação a essa forma global e hierárquica de organização da economia. Todos os compartimentos da nação foram chamados a cumprirem e se adequarem a essas novas formas de regulação e organização da economia e do território, sendo uma primeira expressão desse processo a adoção de uma política econômica fragmentada que, baseada no discurso da competitividade e da eficácia econômica, fez eclodir uma intensa guerra dos lugares entre os estados da federação; no Rio Grande do Norte ganhou expressão com o sistema normativo do PROADI, que passou a ser o novo da política industrial do estado a partir da segunda metade dos anos 1980.

Com a globalização também se ampliaram as conexões e os nexos extravertidos do território potiguar, tanto no que concerne a formas de produção comandadas por grandes empresas multinacionais que aumentam suas ações no Rio Grande do Norte a partir de diversos circuitos produtivos que representam grandes possibilidades de realização desses capitais, quanto também a partir de circuitos produtivos que se voltam ou já emergem inteiramente atrelados aos mercados globais. Nesse sentido, não é coincidência que a partir de meados dos anos 1980 o território potiguar tenha elevado quantitativa e qualitativamente os seus fluxos de exportações.

Mas, o processo de globalização não se expande no território potiguar somente a partir de ações das empresas multinacionais ou com os fluxos comerciais que se realizam no mercado mundial. Suas manifestações também se encontram nas ações de empresas nacionais ou mesmo regionais e locais que adotam a mesma racionalidade de funcionamento disseminada pelas grandes empresas e pela psicoesfera da globalização. Tal situação ganha inelegibilidade tanto pelas constantes ações que visam a incorporação de conteúdos técnico-científicos e informacionais ao processo produtivo, quanto por aquelas que primam por uma maior racionalização e flexibilização da produção.

Nesse contexto, a globalização também acentuou ou incrementou os processos de fragmentação e dispersão geográfica da produção industrial no Rio Grande do Norte, seja a partir do estabelecimento de uma rede de subcontratação de pequenas e médias empresas, como vem ocorrendo na produção têxtil e de confecções, ou ainda pela ativação de alguns circuitos produtivos nas porções interioranas do estado, que criaram ou fortaleceram regiões de especialização produtiva como atesta a porção do território potiguar que se especializou na extração, beneficiamento e industrialização de petróleo e sal.

Faz-se preciso sublinhar que o processo de globalização não proporcionou uma distribuição igualitária e equitativa das atividades produtivas pelos subespaços do território potiguar. Como apontam autores diversos, tais como Scott e Storper (2006) e Santos e Silveira (2005), a expansão da globalização sempre vem acompanhada por uma afirmação ou reafirmação da concentração da produção em alguns regiões específicas, que em muitos casos já apresentam densidades de técnicas e capitais e que portanto se mostram mais abertas aos fluxos de investimentos. São nesses termos que o Rio Grande do Norte ao mesmo tempo em que conheceu uma expansão e ativação de atividades ou de novos circuitos produtivos em outras parcelas do território estadual, também presenciou uma concentração em aglomerações urbanas e regionais já consagradas como Mossoró e Natal, que despontam como os dois principais eixos de estruturação da geoeconomia do território potiguar, aglutinando mais de 70% de toda a sua produção industrial.

O resultado de toda essa trama de eventos e de divisões territoriais do trabalho foi um constante movimento de valorização e de desvalorização de determinadas formas de usos do território no estado que se sucedendo uma as outras no tempo-espço, resultou em feições territoriais específicas que sintetizam as contradições e assimetrias geoeconômicas do processo de constituição do território do Rio Grande do Norte ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS

- ABCC. **Censo Nacional de Carcinicultura de 2012**. In: Panorama de Aquicultura. Pernambuco, 2015.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. In: Revista Território. Ano III, nº 4, 1998.
- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura: uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós -Graduação em Geografia. Recife, 2011.
- ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2012.
- ALVES, M. O. SANTIAGO, E. G. LIMA, A. R. M. **Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2005.
- AMIN, Samir. **Imperialismo e desenvolvimento desigual**. São Paulo, Vértice Editora, 1987.
- ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia econômica do Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1977.
- _____. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1976.
- _____. **O território do Sal: A exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte**. Natal, Coleção Mossoroense, V. 848, 1995.
- APOLINÁRIO, Valdênia. **Análise do balanço de pagamentos do estado e a importância dos apIs no fluxo de comércio**. Rio Grande do Norte, BNDES, 2012.
- ARAUJO, D. da S. **Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**, Tese (Doutorado em economia) UNICAMP, Campinas, 2009.
- _____. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- ARAUJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In: AFFONSO, R.B & SILVA, P.L.B (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento: Federalismo no Brasil**. São Paulo, Fundap/Unesp, 1995.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo: **Revista de Estudos Avançados**, V. 11, Nº 29, 1997.

ARAUJO JR, José T.; PEREIRA, Vera M. C. Teares sem lançadeira na indústria têxtil. In: **Difusão de inovações na indústria brasileira**. IPEA. Rio de Janeiro, 1976.

ARAÚJO, Ângela Carneiro. AMORIM, Elaine Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na Região de Campinas. In: **Cadernos Pagu**. Nº 17-18, 2002.

ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo**. Uma leitura do Brasil na virada do século XX. São Paulo, Tese (Doutorado). FFLCH/USP, 2001.

_____. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, p. 71-85, 2006.

_____. A economia invisível dos pequenos. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2008.

ARROYO, Mónica. GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O Rio Grande do Norte no comércio internacional: circuito espacial da produção de têxteis e de confecções**. In: Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 31-38, 2013.

Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC). **Indicadores da indústria de café no Brasil**, 2010-2015.

AYDALOT, Philippe. **Dynamiquespatiale et Développementinégal**. Paris, França: Economica, 1976.

AZEVEDO, Juciclêa Medeiros. **Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial**. Mestrado em Geografia. Programa de Pós Graduação em geografia, (UFRN), Natal, 2011.

BARACHO, Elaine Alves. **Incentivo à industrialização no estado do Rio Grande do Norte: a experiência do PROADI**. Natal: Departamento de Economia/UFRN, Texto Mimeografado, 1999.

BARROS, Domingos. **Aspectos Norte-Rio-Grandenses: Dados e informações**. Natal, 1908.

BECATINI, G. O distrito marshalliano. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. in: **Indicadores econômicos (FEE)**, São Paulo. Vº 36, Nº4, 2009.

BENKO, Georges. PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. In: Geosul, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, 2001.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. Tese de doutoramento. UNICAMP, Campinas, 1992.

BELLUZZO, L. G. M. MELLO, J. M.C de; Reflexões sobre a crise atual. In: Belluzzo, L. G. M.; Coutinho, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BELLUZZO, L. G. M.; Coutinho, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BEZERRA, Francisco Diniz. **Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste, Fortaleza, 2014.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média**: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo**. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRAY, Silvio Carlos. FERREIRA, Enéas Rente. RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília Publicações (UNESP), São Paulo, 2000.

BRASIL, **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)**, Brasília, 1975.

_____. **Viação e obra públicas**: Relatório Anual. Rio de Janeiro: 1909-1922.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**. Vários Anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Econômico**. Vários anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. Vários anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Industrial**. Vários anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico Brasileiro**. Vários anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Rio Grande do Norte – Censo Agropecuário**, Vários anos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Rio Grande do Norte – Censo Industrial**, Vários anos.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios do IBGE. Brasil - **Rio Grande do Norte**, 2013.

_____. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS. **Nossas atividades**. 2015. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/>>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

_____. **Portal Sistema Integrado de Comércio Exterior**. SISCOMEX - Aliceweb. Estatísticas (1989-2016). Disponível em <http://portal.siscomex.gov.br/servicos/estatisticas>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

_____. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. CAGED. Perfil do município. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/caged>. Acesso 02 setembro de 2015.

_____. **Produto interno bruto do Rio Grande do Norte**. IPEADATA, 1970-1985.

_____. **Anuário Mineral Brasileiro**. Departamento Nacional de Produção Mineral - Ministério de Minas e Energia, 1997-2010.

_____. **Sumário Mineral Brasileiro**. Departamento Nacional de Produção Mineral - Ministério de Minas e Energia, 1997-2016.

_____. **Conjuntura da castanha de caju – Rio Grande do Norte**, 2016. Companhia nacional de abastecimento (CONAB).

_____. **Acompanhamento da safra brasileira de cana de açúcar/Rio Grande do Norte**, 2014. Companhia nacional de abastecimento (CONAB).

BRITO, Jorge. CASSIOLATTO, José Eduardo. Mais além da guerra fiscal: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. In: **IV Encontro Nacional de Economia Política**. Fortaleza, 2000.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa **desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?**. Tese de Doutorado (UNICAMP), Campinas, 2006.

CALABI, D. INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território**, Mimeografado, 1973.

CAMPOS, Renato R.; CÁRIO, Sílvio A. F.; NICOLAU, José A. **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Nota Técnica 20. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, 2000.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Unicamp/ Instituto de Economia, Campinas, 1998.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)**. São Paulo: editora UNESP, 2008.

_____. **Milagre Brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas**. Campinas, 2013.

CARLI, Gileno de. **O açúcar na formação econômica do Brasil**. In: Separata do Anuário Açucareiro do IAA, Rio de Janeiro, 1937.

CASCUDO, L. da C. A carnaúba. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v. 26, n. 2, p. 159, 1964.

_____. **História da alimentação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte. São Paulo: Editora da USP, 1983.

CARDOSO JÚNIOR O. L. **O CIA - Centro Industrial Avançado - Um Novo Espaço?** (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2005.

CARDOSO JR, MEIRELES, Elisângela Cabral de. O Rio Grande do Norte globalizado: resultados de propostas de orientação ao mercado internacional em uma década de exportação (1999-2008). in: **INTERFACE** – Natal/RN – v.6 – n. 2, 2009.

CARNEIRO. Ricardo de Medeiros. **Crise, estagnação e hiperinflação: A economia brasileira nos anos 1980**. Tese de Doutorado - UNICAMP. Campinas, 1991.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise**. A experiência das políticas regionais no Nordeste. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

CARVALHO, José Marcio. MIRANDA, Diogo Leitão. As exportações brasileiras de frutas: um panorama atual. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2009.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento**: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Uberlândia. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, V. 22 (3): 461-474, 2010.

CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. **Dinâmica urbana de um município açucareiro: O caso de Ceará Mirim – RN**. Recife, Dissertação de Mestrado, 1989.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEMENTINO, M. do L. M. **Complexidade de uma urbanização Periférica**. Unicamp, Campinas, 1990.

_____. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos setenta**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

_____. **O maquinista de algodão e o capital comercial.** Natal: UFRN/ Ed. Universitária, 1987.

COLLI, Juliana. **A trama da terceirização:** um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

COMIN, Alexandre. **De volta para o futuro:** política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90. São Paulo, Annablume, 1998.

COUTSINAS, Georges. **Forces externes et struturação de l'espace dans les pays sous-développés:** Le role des produits miniers. In: Tiers-monde, Tome 13, nº50, 1972.

CORRÊA, R. L. Os Centros de Gestão do Território: in Território, Rio de Janeiro, V1, p. 23-30, 1996.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego:** O caso da Região Salineira de Macau-RN, Natal, Coleção Humanas Letras, 1993.

COSTA, Eunice Correia da. **O fato urbano no Rio Grande do Norte:** características das bases da vida de relações. São Paulo: USP, 1977. Dissertação de mestrado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1977.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento:** O processo de criação da SUDENE. São Paulo. Editora Perspectiva, 1976.

CUNHA, Maria Vilma. **A Mineração em Currais Novos:** Um estudo do cotidiano operário. Natal. Dissertação de Mestrado, UFRN, 1988.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro:** Gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.

DEMANGEON, Albert. Uma definição da Geografia Humana. In: **Perspectivas da Geografia.** Rio de Janeiro: Editora Difel, 1982.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

DIAS, Leila. **Réseaux d'information et réseaurbainauBrésil.** Paris, France: EditionsL'Harmattan, 1995.

DICKEN, Peter. **Mudança global:** mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Tradução de Teresa Cristina Felix de Sousa. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DI MEO, Guy. Les formations socio-spatiales ou la dimension infra-régionale en géographie In: **Annales de Géographie.** t. 94, nº526. pp. 661-689, 1985.

_____. Objectivation et représentation des formations socio-spatiales : de l'acteur au territoire. In: **Annales de Géographie.**, t. 96, n°537. pp. 564-594, 1987.

DOS SANTOS, Theotônio. **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 1983.

DUARTE, F. W. **A indústria de transformação do Rio Grande do Norte nos Anos 90: O PROADI como indutor do processo de desenvolvimento industrial do Estado.** 2000, UFRN, Natal.

DOLLFUS, O. Une Lecture Geographique Du Systema Monde. In: **Cahier du Gendev**, n° 20, Paris, 1993.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado, industrialização no Brasil (1930-1960).** Paz e Terra, São Paulo, 2004.

EIZENBERG, Peter. **Modernização sem mudança.** A indústria açucareira em PERNANBUCO (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELLUL, Jaques. **A técnica e o desafio do século.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1968.

EMMANUEL, Arghiri. **A Troca Desigual (Vol I).** São Paulo, Editora Estampa, 1973.

ESTEY, James Arthur. **Ciclos econômicos: Sua natureza, causa e controle.** São Paulo, Editora Mestre Jou, 1956.

ETENE. Recursos e necessidades do Nordeste. Recife, BNB, 1964.

EVETTE, Thérésé. Territoires et architectures d'entreprises. In: **De l'atelier au territoire: Le travail en quête d'espaces.** Editions Harmattan, Paris, 1994.

FELIPE, José Lacerda A. **Elementos de Geografia do RN.** Editora Universitária, Natal, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** São Paulo, Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Geraldo de Margela. **Caminho possível para o desenvolvimento do RN: a utopia do pólo gás sal.** Tese de Doutorado, UFRN, Natal, 2007.

FERNANDES, Larissa Vieira. **A produção de castanha de caju e a dinâmica socioespacial do município de Caraúbas – RN.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRN. Natal, 2010.

FIERN. Federação das indústrias do estado do Rio Grande do Norte. FIERN. **Perfil industrial**. 2012-2016. Disponível em: <<http://www.fiern.org.br/index.php/monitor-economico/perfil-industrial>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

_____. **Cadastro industrial: Sistema FIERN**. 2012-2016. Disponível em: <<http://cadindustrial.fiern.org.br>>. Acesso em: 02 de março de 2016.

FINNATI, Rodolfo. Distritos industriais no nordeste do Brasil: Tendências recentes de implantação e papel do poder público. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales (CIETA)**. Anais, p. 3465-3479, São Paulo, 2014.

FIORI, José Luis. **O Federalismo frente ao desafio da globalização**. Instituto de Medicina Social (UERJ), Rio de Janeiro, 1995.

FONTENELE, Ana Maria. MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio exterior do nordeste (1990-2008) e dilemas de política pública em uma economia pobre com pauta concentrada. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. vol. 5 (7), 2010.

FRIEDMANN, Georges. **7 estudos sobre o homem e a técnica**. São Paulo, Difusão Européia, 1968.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. In: **Revista de Nutrição**, Campinas, 2003.

GEIPOT, **Transportes no Brasil: história e reflexões**. Recife, 2001.

GEORGE, Pierre. La notion de réseau urbain telle qu'elle a été définie en Europe peut-elle être transférée en Amérique Latine?. In.: **Simposio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1968. p. 213-219.

GIAMBIAGI, Fabio. **A economia brasileira nos anos do "milagre": 1968/1973**. FEA/UFRJ. Texto Didático, 34, 1988.

GONÇALVES, José Sidnei; GONÇALVES, Simone Pereira. Transformações da produção do algodão brasileiro e os impactos nas paridades de preços no mercado interno. In: **Economia Ensaios**, Uberlândia. Vol 23, nº 1, 2008.

GLON, Eric. PECQUEUR, Bernard. Développement et territoires : une question d'environnement et de ressources territoriales ?. In: **Territoire en mouvement**, p.13-22, 2006.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização: Novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro**. Dissertação de Mestrado - UECE. Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2007.

GOMES, Aldenôr. **O Pólo fruticultor Açu/Mossoró (RN)**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2003. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 10 de maio. 2016.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife, Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GUANZIROLI, Carlos, E. Et. al. Entraves ao desenvolvimento da cajucultura no Nordeste: margens de comercialização ou aumentos de produtividade e de escala?. In: **Revista Extensão Rural**, (UFSM), Ano XVI, nº 18, 2009

GRIMM, Flávia. Uso do território e empresas de refrigerantes no Brasil: círculos de cooperação e circuitos espaciais de produção. in: **Anais do x Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México Fondo de Cultura Económica, 1981.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013..

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Território e circulação: Transporte rodoviário de carga no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de pós Graduação e Geografia Humana (USP), São Paulo, 2013.

HIRSCHMAN, Albert O. **Desenvolvimento industrial no nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18**. Revista Brasileira de Economia. Ano 2, V 4, 1967.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do Capital (1848 – 1875)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

IANNI, Otávio. **Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.

IBAÑES, Pablo. **Território e guerra fiscal**. A perversidade dos incentivos territoriais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana (USP), 2006.

ISNARD, H. O espaço Geográfico. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, Nº 258-259. 1978.

JESIEL, Mário. O papel do petróleo no (des) envolvimento dos municípios do semi-árido potiguar. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

KLEIN, J-L. Du Materialisme Historique aux Inegalités Régionales. In: **Cahiers de Geographie Du Québec**, Vol. 2, N° 56, 1978.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo - a indústria têxtil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LEAL, Marijara. **Análise e Proposta de Projeto para Dinamização do APL Têxtil de Jardim de Piranhas/RN**. Brasília: SEBRAE, 2007.

LIMA, J. P. R. A abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento: O Nordeste em realce. In: **Análise Econômica**. Porto Alegre, UFRGS. Ano 16, nº 29, 1988.

LIMA, Cláudia. **Tachos e panelas**: historiografia da alimentação brasileira. Editora Mart Shopping: Recife, Recife, 1999.

LIMA, Fernanda Laize Silva de. LOCATEL, Celso Donizete. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no Rio Grande do Norte. In: **EDIÇÃO ESPECIAL - Revista Formação**, n.23, volume 1, p. 33 – 61, 2016.

LINS, Z.M. **Circuitos Espaciais de Produção da Atividade Boneleira**: O Uso dos territórios de Caicó, de Serra Negra do Norte e Jardim do Seridó> Dissertação de Mestrado. PPGGe, UFRN, 2011.

LOCATEL, Celso D. ; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de . Desenvolvimento rural, política nacional de biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. In: **Scripta Nova**, Barcelona. V. XII, p. 270-273), 2008.

LUZ, Nice Villela. **A luta pela industrialização do Brasil (1908 - 1930)**. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

MAILLAT, Dennis. Milieux et dynamique territoriale de l'innovation. In: **Canadian Journal of Regional Science - Revue canadienne des sciences régionales**. XV: 2, p. 199-218, 1992.

MAMIGONIAN, Armen. **Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço**. In Geosul, V. 14, nº 28, 1999.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1985.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do espaço industrial**. DIFEL, São Paulo, 1985.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: Marx, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1983.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo, Editora Abril Cultural, 1985.

_____. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon.** Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo, Editora Moraes, 1987.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão.** Rio de Janeiro, 1970.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório.** São Paulo: Abril Cultural, Vol 1, 1996.

MARTINS, Marcilene Aparecida. **O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: estrutura e evolução do padrão de especialização.** Tese de Doutorado (UNICAMP), Campinas, 2005.

MARTINS, Allisson David de Oliveira. **Indústria de transformação de plástico.** Fortaleza, Informe técnico ETENE, Banco do Nordeste, 2014.

MEDEIROS, José Augusto. **Coleção Documentos Potiguares.** vol. 16, Direção Leonardo Heydmann Barata, Fundação José Augusto, Natal 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo, Brasiliense, 1991.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Industrialização e integração econômica do Nordeste.** O caso da indústria têxtil. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP 1987.

MONTENEGRO, Maria Eliane. **A produção do espaço rural no município de Ceará Mirim.** (Dissertação de Mestrado PPGeo), Natal, 2004.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTEIRO, Denise. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** Natal, EDUFRN, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Os Circuitos Espaciais de Produção e os Círculos de Cooperação no Espaço.** Texto mimeografado, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias. **A valorização do espaço.** São Paulo, Hucitec, 1984.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz Moraes. **Desvendando a cidade**: Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília-DF: Gráfica do Senado Federal, 1999.

_____. **Seridó Norte-Rio-Grandense**: uma Geografia da resistência. Caicó, 2005.

MORAIS, Dalyson Luiz Araújo de. **O Circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação da carcinicultura do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2013.

MOREIRA, Raimundo. **O nordeste brasileiro**: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NUCCI, Josefina Inés Di. División del trabajo y segmentación de la economía urbana em Buenos Aires: bebidas gaseosas y aguas saborizadas. In.: SILVEIRA, María Laura (Org.). **Circuitos de la economía urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016.

OASHI, Maria da Conceição Guimarães. **Estudo da cadeia produtiva como subsídio para pesquisa e desenvolvimento do agronegócio do sisal na Paraíba**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

OLIVEIRA, F.; REICHSTUL, H.-P. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: **Estudos CEBRAP**, São Paulo, (4): 131-68, abr./jun. 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A metamorfose da arribação. Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. São Paulo. **Novos Estudos: CEBRAP**. N°27, 1990.

_____. **Crítica da razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de. Algumas considerações sobre a implantação dos distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 38, p.22-69, 1976.

ORTIZ NETO, José Benedito., DALLA COSTA, Armando João. A Petrobrás e a exploração de Petróleo Offshore no Brasil: Um approach evolucionário. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro. V° 61 n°. 1, p. 95–109, 2007.

Organisation mondiale du commerce (OMC). **Rapport sur le Commerce Mondial de 2015**. Suisse, Publications de l'OMC, 2015.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)**, Arranjo produtivo local de bonés de Apucarana: nota técnica. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba, 2006.

PALLOIX, Chritian. **L'économie mondiale capitaliste et les firmes multinationales**. Paris. Librairie François Maspero, 1975.

PERROUX, François. **A economia no século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao Estudo da Influência da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, V. 31, N° 3, Rio de Janeiro, 1969.

PRADOR JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

RICHTA, Radovan. **Economia Socialista e Revolução Tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972.

RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI)**. Natal: SEDEC, 1997.

_____. **Estabelecimentos registrados no SEIPOA/IDIARN**, 2015.

_____. **Empresas beneficiadas pelo PROADI**. SEDEC, 2015.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró**. Natal Editora da UFRN. Coleção Mossoroense, 2005.

_____. **A atividade petrolífera e a dinâmica territorial no Rio Grande do Norte: uma análise dos municípios de Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-Graduação em Geografia. Recife, 2013.

RODRIGUES NETO, J. **O sonho do petróleo: aspectos históricos do Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado. Campinas. (Programa de Pós Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), 2007.

ROMA, Sandro Luiz Costa. **Desafios do sucesso no longo prazo em estratégias de reestruturação: O caso da AMBEV**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2011.

ROSALIN, João Paulo. GALLO, Fabrício. Uma proposta de análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação no espaço das “cervejas especiais” a partir do crescimento das microcervejarias no estado de São Paulo. In: **Revista Formação (ONLINE)** Vol. 2; n. 23, p. 82 -103. 2015.

SALVADOR, Diego Salomão C. de Oliveira. **Das farinhadas à produção para o mercado: a dinâmica da atividade mandiocueira no Agreste Potiguar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia (UFRN), Natal, 2010.

SANCHÉS, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. Barcelona: Siglo XXI de España Editores, S.A, 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Estudos sobre Geografia**. Bahia, Manu Oficina Tipográfica, 1953.

_____. Analyse régionale et aménagement de l'espace. In: **Revue Tiers-Monde**. Paris, tome 12, n°45, 1971.

_____. **Por uma Geografia Nova**: São Paulo: Hucitec, 1978a.

_____. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978b.

_____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

_____. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis, 1979b.

_____. Espaço e Dominação: uma abordagem marxista. In: **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo, Hucitec, 1979c.

_____. **A Urbanização desigual**: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. São Paulo. Vozes, 1980.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo. Hucitec, 1982.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo. Editora Nobel, 1985a.

_____. O período técnico-científico e os estudos geográficos. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, N° 4, 1985b.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. **O Período Técnico-Científico e os estudos geográficos: problemas da urbanização brasileira**. Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mar. 1989 (datilografado).

_____. O futuro do Nordeste: da racionalidade a contrafinalidade. In: **Era da esperança**: teoria e política no pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994b.

_____. O retorno do território. In: **Território:** Fragmentação e Globalização. São Paulo, Hucitec, 1994c.

_____. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Guerra dos Lugares.** In: Folha de São Paulo. 8 de agosto, 1999.

_____. O papel ativo da Geografia um manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

_____. O tempo despótico da língua universalizante. In: **O país distorcido:** O Brasil, a globalização e a cidadania (Orgs) RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. São Paulo, Publifolha, 2002.

_____. **A urbanização Brasileira.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton; KAYSER, Bernad. Espaces Et Villes Du Tiers Monde. In: **Tiers Monde**, Tome 12, n° 45, Paris, 1971.

SANTOS, Milton. ARROYO, M. M. Globalização, Regionalização: a proposta do Mercosul. In: **Indústria e lçGlobalização da Economia.** Caderno Técnico da Confederação Nacional da Industria (CNI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), Brasília, n. 24, p. 55-64, 1997.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo:** reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2010. 265 f.

SCOTT, Allen. **New industrial spaces.** Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: PION, 1988.

SCOTT, Allen., Michael Storper. Régions, mondialisation et développement. In: **Géographie, économie, société**, Vol. 8, p. 169-192, 2006.

SEBRAE. **Manual de referência para casas de farinha.** SEBRAE, 2006.

_____. **Projeto leite e genética no Rio Grande do Norte.** SEBRAE, 2015.

_____. **Cenários para o leite e derivados na Região Nordeste em 2020.** / Editores, Raimundo José Couto dos Reis Filho... [et al.] – Recife: SEBRAE, 2013.

_____. **Produção de farinha se moderniza sem perder tradição.** SEBRAE, 2014. Disponível em: <http://agenciasebrae.com.br>. Acesso em 14/15/2016.

_____. Setor de queijos no Rio Grande do Norte cresce em meio à crise. SEBRAE, 2015. Disponível em: <http://agenciasebrae.com.br>. Acesso em 14/05/2016.

_____. **Boneleiros querem tornar bonés do Seridó mais competitivo.** SEBRAE, 2014. Disponível em: <http://agenciasebrae.com.br>. Acesso em 03/06/2016.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, V. 53, p. 69-89, 1999.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região:** fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. Indagando as Técnicas...Um Caminho Para Entender o Território. In: **Os Lugares do Mundo: A Globalização dos Lugares**. Salvador, 2000.

_____. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. In: **Anais do X SIMPURB**, Florianópolis, 2007.

_____. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. In: **Cuadernos del Cendes**. a. 25. n 69, tercera época, septiembre-diciembre 2008, p. 1-19.

_____. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. In: **REDES, Santa Cruz do Sul**, v. 15, n. 1, p. 74 - 88, jan./abr. 2010.

_____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In: **Ciência Geográfica – Bauru**. Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro, 2011.

SILVA, Rafael Pereira. AZEVEDO, Francisco Fransualdo. A reestruturação produtiva da pecuária bovina leiteira no Rio Grande do Norte e sua relação com o processo de desenvolvimento rural (1990-2010). in: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

SILVA, Roberto Gama e. Os Minérios são nossos!. In: **Revista de Humanidades**, Brasília, Nº 13, p. 44-48. 1987.

SILVA, S.C. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo.** os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2012.

SILVA, V. M. A. et. al., **O desastre seca no nordeste brasileiro.** In: **Polêmica Revista Eletrônica**, vº 12, nº 2, 2013.

SILVA, Liana Aureliano da. **No limiar da industrialização: Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937.** Tese de doutorado. Campinas, 1976.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Eudésio Eduím da. **Geração de renda e ocupações da cadeia agroindustrial de caju no Rio Grande do Norte**: o Caso do sertão do Apodi. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia (UFRN), Natal, 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo, Brasiliana, 1970.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1968.

_____. **Divisão Internacional do Trabalho e empresas multinacionais**. São Paulo, 1976.

_____. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (ORG). **O Brasil Republicano: Economia e Cultura**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

SIQUEIRA, Mariana de. Santos, Rafael César Coêlho dos. Os campos maduros de petróleo e o desenvolvimento regional: o caso do Nordeste brasileiro. In: **Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI**, Brasília, 2008.

SORRE, Max. **Geografia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Francisco Carlos de Oliveira. **Das salinas ao sindicato**: a trajetória da utopia salineira. Natal, Editora CEFET/RN, 2007.

SOUZA, Itamar. **O sal na República Velha (1889-1930)**. In: Revista Terra e Sal. Natal, 1985.

_____. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**. Natal, Edição comemorativa do Primeiro centenário da proclamação da República do Brasil, 1989.

_____. **Diário do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Diário de Natal, 1997.

SOJA, Edward. **Uma interpretação marxista da espacialidade**. LABOPLAN. Texto mimeografado, 1981.

_____. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Tradução de Verónica Hendel e Mónica Cifuentes. Madrid, Espanha: Traficantes de Sueños, 2008.

STORPER, Michael. SCOTT, Allen. J. Production, work, territory: contemporary realities and theoretical tasks. In.: STORPER, Michael. SCOTT, Allen. (Orgs.).

Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism. Winchester, USA: Allen&Unwin Inc., 1986.

SUDENE. **Relatório de atividades da SUDENE no Rio Grande do Norte em 1977**. Recife: SUDENE, 1977.

SUDENE, BNB. **Relatório da pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste 1988**. Recife: SUDENE. DPG/PLI, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamás. MOREIRA, Eduardo pestana. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, V.5, 1991.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil 1930-1975**. São Paulo, Hucitec, 1979.

STEIN, Stanley Junior. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Industrialização Brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

TAAFFE, Edward J. A rede de transportes e a paisagem americana em mutação. In: **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Fórum Editora, 1970.

TAKEIA, Denise M. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 – 1915)**, Fortaleza, BNB, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**: Ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações. **Seção: estatísticas Brasil** - Estatísticas de Domicílios Brasileiros (IBGE - PNAD) por UF - Percentual dos domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%). Disponível:<<http://www.teleco.com.br/pnaduf05.asp>>. Acesso em: 25 de março de 2014.

TONIN, João Ricardo. TONIN, Julyerme Matheus. Do Proálcool ao “Próetanol”: novos desafios na produção do etanol brasileiro. In: **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. 1, p. 61-76, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WALKER, Richard. Two sources of uneven development advanced capitalism: Spatial differentiation and capital mobility. In: **Review of Radical Political Economics**. Vº 10, p. 26-27, 1978.

WALKER, Richard. STORPER, Michael. Capital y localización industrial. In: **Documents d 'Ancilisi Geografica**, p. 203-244, 1986.

VALVERDE, O.; MESQUITA, M.G.C. Geografia Agrária do Baixo Açu. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. IBGE. v. 23, n. 3, p. 455-494, 1961.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Rio de Janeiro, (IPEA), 1997.

VIGARIE A. **Ports de commerce et vie littorale**. Paris, Hachette, coll. Université, 492 p. 1979.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JORNAIS CONSULTADOS

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno de 07/11/1962. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 25/08/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno, p. 13, de 11/02/1962. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 25/08/2015

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno p.8, de 14/02/1965,. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 25/08/2015

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno de 22/09/1965. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 25/08/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Segundo Caderno do Diário de Pernambuco de 28/01/1966. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27/08/2015

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 01/11/1966. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 28/08/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Diário de Pernambuco de 12/11/1970. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16/09/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Diário de Pernambuco de 25 de março de 1973. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16/09/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco de 13 de janeiro de 1974. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 22/09/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Primeiro Caderno do Diário Pernambuco de 25/08/1982. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 01/11/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Diário de Pernambuco de 8 de março de 1983. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 22/09/2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Seção Regional do Diário de Pernambuco de 25/08/1982. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 30/10/2015.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Primeira Seção do Diário de notícias de 24 de janeiro de 1971. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 29/10/2015.

JORNAL DO BRASIL. Primeiro Caderno do Jornal de Brasil de 18 Maio de 1958. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 07/11/2015.

JORNAL DO BRASIL. Suplemento Especial/Nordeste de 26 de novembro de 1976. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 30/10/2015.

JORNAL DO BRASIL. Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 9 de abril 1988. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 12/11/2015.

JORNAL DO BRASIL. Primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 19 de fevereiro de 1988, p. 13. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 11 março de 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO. Caderno de Economia, p. 6, de 10/03/1988. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 15/09/2015. Acesso em 16/09/2015.

JORNAL O GLOBO. Jornal O Globo de 2/7/2016. Disponível em <http://www.globo.com.br>. Acesso em 12/04/2016.

JORNAL OPINIÃO. Jornal Opinião, de 18 de março 1974. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 15/09/2015.

O SEMINÁRIO. O Seminário Ano IV, Nº 179, de 1959. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16/09/2015.

ULTIMA HORA. Ultima Hora de 17 de Julho de 1957. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 18/09/2015.

TRIBUNA DO NORTE. Tribuna do Norte em 16 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em 01/05/2016.

TRIBUNA DO NORTE. Tribuna do Norte de 15 de junho de 2007. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em 15/06/2016.

TRIBUNA DO NORTE. Tribuna do Norte de 19 de março de 2010. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em 11/07/2016.

TRIBUNA DO NORTE. Tribuna do Norte de 27 de maio de 2010. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em 15/06/2016.

TRIBUNA DO NORTE. Tribuna do Norte de 11 de junho 2015. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em 15/06/2016.

VALOR ECONÔMICO. Valor Econômico de 09 de novembro de 2015. Disponível em <http://www.valor.com.br>. Acesso em 15/06/2016.

VALOR ECONÔMICO. Valor Econômico de 28 de abril de 2015. Disponível em <http://www.valor.com.br>. Acesso em 02/04/2016.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://www.abic.com.br>

<http://www.agrn.com.br/proadi.asp>

<http://www.dnit.gov.br/>

<http://www.globo.com.br>

<http://memoria.bn.br>

<http://www.petrobras.br>

<http://www.potigas.com.br>

<http://www.mdic.gov.br>

<http://www.tribunadonorte.com.br>

<http://www.textile.fr>

<http://www.valor.com.br>